

PROGRAMA INTERUNIVERSITÁRIO DE DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA:
mudança e continuidade num mundo global

Universidade de Lisboa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica
Portuguesa e Universidade de Évora

TECNOLOGIA E ESTADO NOVO: OS CIMENTOS E A MATERIALIZAÇÃO DO CORPORATIVISMO PORTUGUÊS

Isabel Maria Baptista Bolas

Orientadores

Professor Doutor Tiago Figueiredo Saraiva

Professor Doutor José Luís Cardoso

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em História

2021

PROGRAMA INTERUNIVERSITÁRIO DE DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA:
mudança e continuidade num mundo global

Universidade de Lisboa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora

**TECNOLOGIA E ESTADO NOVO: OS CIMENTOS E A MATERIALIZAÇÃO DO
CORPORATIVISMO PORTUGUÊS**

Isabel Maria Baptista Bolas

Orientadores

Professor Doutor Tiago Figueiredo Saraiva
Professor Doutor José Luís Cardoso

Júri

Presidente

Doutora Ana Margarida de Seabra Nunes de Almeida, Investigadora Coordenadora e Presidente do Conselho Científico do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Vogais

Doutor Tiago Figueiredo Saraiva. *Associate Professor*
Faculty of History da Drexel University, EUA, orientador;

Doutora Maria Paula Pires dos Santos Diogo, Professora Catedrática
Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa;

Doutor Álvaro Francisco Rodrigues Garrido, Professor Catedrático
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra;

Doutora Ana Maria Santos Cardoso Matos Themudo Barata, Professora Associada com
Agregação Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora;

Doutor António Manuel Antunes de Matos Ferreira, Professor Auxiliar
Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa;

Doutora Marta Coelho de Macedo, Investigadora de Pós-Doutoramento
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em História

Esta investigação foi realizada com o apoio institucional da Fundação para a Ciência e Tecnologia através da concessão de uma bolsa de doutoramento. Referência da Bolsa: SFRH/BD/90060/2012.

RESUMO

Esta tese contribui para a compreensão do processo de co-construção que existiu entre a Fábrica de Cimento de Maceira-Liz e o regime corporativo do Estado Novo. A fábrica, inaugurada em 1923 – bem como as tecnologias que a distinguem no panorama português, os fornos rotativos - é um objeto histórico que, não só é importante para compreender a materialização deste regime por meio das obras públicas, mas também a sua obra social e religiosa.

Recorrendo sobretudo às fontes primárias do Arquivo Histórico Fábrica Maceira-Liz, segui as propostas da história da tecnologia e centrei-me no uso da inovação tecnológica, o forno rotativo, no lugar onde foi introduzida pela primeira vez em Portugal, a Gândara, onde foi contruída a fábrica. Através da tecnologia que, não só mobilizou em torno de si engenheiros, técnicos, capitais, laboratórios, operários e famílias, organizados segundo a Doutrina Social da Igreja, mas também ministros e sacerdotes, conseguem identificar-se as profundas alterações às paisagens material, social e moral em que foi introduzida. Compreende-se sobretudo o papel que a tecnologia acabou por ter na construção dos imaginários políticos e culturais do período estudado. Particularmente inesperado foi o significado simbólico mais profundo que o forno rotativo assumiu, enquanto elemento unificador de tecnologia e religiosidade.

A qualidade do cimento produzido em Maceira-Liz através do forno rotativo, um cimento homogéneo, não deu apenas resposta à construção de grande parte da obra do Estado Novo. A Fábrica constituiu-se como um espaço de experimentação de políticas sociais e económicas do regime corporativo, sendo simultaneamente indissociável do desígnio de recristianizar Portugal. Tanto através da forma como contribuiu para que a indústria do cimento se organizasse face ao condicionamento industrial, elemento central da política económica do novo regime, o qual acabaria por permitir criar a primeira Federação das Caixas de Previdência; como através da conceção do conjunto fabril e social, um espaço de experimentação social em que foram construídos e testados um conjunto de equipamentos, em forma de "projeto-piloto", de soluções corporativas, que acabaram por ser implementadas no território português (um Bairro de Pessoal, uma Capela, e ainda a primeira “Casa do Povo” do regime).

Os atores de Maceira-Liz, monárquicos e católicos, com afinidades estabelecidas através de laços familiares e de redes informais constituídas, criaram ligações ao poder económico e político, e, procurando conjugar capital e trabalho segundo a doutrina social da Igreja Católica, convergiram na criação de uma elite técnica de cariz aristocrático, cuja participação no

desenvolvimento económico do país permite compreender de outra forma a afirmação do regime do Estado Novo.

Palavras chave: cimento, tecnologia, fábrica, engenheiros, Igreja Católica, corporativismo, Estado Novo.

ABSTRACT

This dissertation contributes to the understanding of the co-production process that occurred between the Maceira-Liz Cement Factory and the Corporate Regime of *Estado Novo*. The factory inaugurated in 1923 – as well as the technology that distinguished it in the Portuguese scene, the rotative ovens - is a historical object, not only important to understand the materialization of this regime through public works, but also its social and religious work.

Drawing mainly upon the primary sources belonging to Maceira-Liz Factory's Historic Archive, and according to recent developments in the History of Science and Technology, I focused on the use of a technological artifact, the rotative oven, in the place where it was first introduced in Portugal - the *Gândara*, where the factory was built. The study details the historical effects of this technology and the profound changes it produced in the material, social and moral landscapes where it was introduced. Technology mobilized not only engineers, technicians, laboratories, workers and their families – socially organized according to the social doctrine of the Catholic Church – but also political and religious actors. Above all, the research unveiled the role that technology had in the creation of a political and cultural imaginary of the studied period. Particularly unexpected was the deep symbolic meaning that ended up being ascribed to the rotative oven - as a unifying element of technological progress and religiosity.

The quality of the cement produced in Maceira-Liz, a homogeneous material due to the rotative oven, did not respond only to the construction necessities of much of the public works of the *Estado Novo* regime. The factory became an experimental space for social and economic policies of the corporatist regime, being at the same time indissociable from the catholic aim of rechristianizing Portugal. This way, Maceira-Liz's factory contributed to the cement industry's organisation under the Industrial Licensing, a central element of the new regime's economic policy, and also to the creation of the first corporate social welfare system in industry. Moreover, the layout of the factory and social housing became a space for social experimentation, where equipments were built and tested, like a pilot-project of corporate solutions later implemented in the Portuguese territory (Social Housing Quarter, Chapel, and the first *Casa do Povo* - 'People's House' - in the new regime).

The actors of Maceira-Liz were monarchists and catholics whose affinity was based on family ties and informal networks, and hence were able to create links to the economic and political establishment. As they sought to combine capital and work, according to the new social doctrine of the Catholic Church, they converged at the creation of a technical elite of aristocratic nature,

whose history of participation in the economic development of the country produces a new perspective on the affirmation of the *Estado Novo* regime.

Keywords: cement, technology, factory, engineers, Catholic Church, corporatism, Estado Novo.

AGRADECIMENTOS

A escrita desta tese só foi possível através do acesso às fontes documentais existentes na Fábrica de Maceira-Liz, pertencente à SECIL. Queria expressar a minha gratidão à Administração da SECIL por ter tido a sensibilidade de compreender a importância do investimento no tratamento arquivístico que tem vindo a ser realizado com as fontes documentais existentes na Fábrica de Maceira-Liz. Um Arquivo com importantes fontes documentais para a História, a Sociologia, a Ciência Política, a Engenharia, e outros campos como a Química e a Geologia, entre outros. À SECIL, também pelo apoio logístico prestado para permanecer no Bairro de Maceira-Liz nos períodos em que ali fiz investigação e por me ter sido permitido aceder a toda a documentação existente no arquivo morto ainda por tratar, desde 2012. Também queria dar um agradecimento especial ao Dr. Nuno Maia, Diretor de Relações Institucionais e Sustentabilidade da SECIL, meu interlocutor junto da empresa desde esse ano, pelo convite para testar a organização do Arquivo Histórico da Fábrica de Maceira-Liz (AHFML) em junho de 2016, antes de este ter sido oficialmente aberto ao público e disponibilizado *online*. Agradeço ainda por me terem continuado a enviar documentação que ia sendo encontrada, mesmo após ter terminado o período de investigação no Arquivo. Ao Luís Esteves Pereira, do AHFML, pela sua disponibilidade.

Ao Professor Álvaro Domingues por me ter incentivado a dar continuidade à investigação que realizei sobre as dinâmicas territoriais associadas a implementação da Fábrica de Maceira-Liz.

Ao meu orientador, o Professor Tiago Saraiva, a minha imensa gratidão por me ter aberto e mostrado o caminho para o mundo fantástico da História da Ciência e Tecnologia. Pela sua imensa curiosidade e forma de pensar, pelas suas críticas construtivas e sugestões, sem as quais esta investigação não teria evoluído. Agradeço ainda a revisão de todos os capítulos e o extremo empenho na conclusão deste trabalho.

Ao Professor José Luís Cardoso, meu co-orientador, expresso o meu profundo reconhecimento. Graças ao seu apoio incondicional consegui conduzir este longo empreendimento ao seu término. Ao Professor António Matos Ferreira, pelos comentários ao trabalho desenvolvido no *Seminário de Acompanhamento* e pelas sugestões de leitura e comentários numa fase de viragem determinante desta investigação. Ao Professor Paulo Fontes pela disponibilidade e sugestões de leituras. Ao grupo de investigadores do GI, em especial aos Professores Pedro Lains e Dulce Freire, pelo modo como me integraram naquele grupo de trabalho, e aos colegas André Costa, Francisco Henriques e Pedro Almeida Ferreira pelos debates construtivos. No contexto deste grupo de trabalho, senti que fiz efetivamente parte da comunidade científica do ICS, tendo esta investigação evoluído significativamente. Um marco fundamental da participação nos Seminários GI desse período, foi a apresentação e discussão de parte do capítulo 3 desta tese. E, ainda do ICS, à Dr.^a Goretti Matias pela disponibilidade e permanente apoio.

Aos professores do PIUDHist, Mafalda Soares da Cunha, Maria João Vaz, José Luís Cardoso, Maria Alexandre Lousada, José Miguel Sardica, Pedro Lains, Paulo Fontes, Sérgio Campos Matos. Um agradecimento especial aos Professores José Vicente Serrão e Jaime Reis pelo rigor e exigência, que desde

o início, se tornaram marcantes neste processo de aprendizagem. À instituição que financiou esta investigação: a Fundação para a Ciência e Tecnologia.

À Professora Maria Paula Diogo pela sua disponibilidade, e por ter facilitado o contacto com o LNEC através do Engenheiro Arlindo Freitas Gonçalves. À Professora Inês Amorim por ter facilitado o contacto com o Professor Jorge Alves, que gentilmente se disponibilizou para me acompanhar e orientar na pesquisa do Arquivo da Administração do Porto Douro-Leixões. À Biblioteca do Seminário de Leiria pela documentação disponibilizada.

À Cli Keating pela disponibilidade e apoio, ao longo de todo este trabalho. À Alice Santiago Faria pela paciência com que ouviu, ao longo de anos, falar de cimentos, de fornos rotativos, dos Sommer, e do engenheiro Rocha e Mello. À Ana Fróis, que esteve sempre presente, mesmo quando não íamos tomar o nosso café, ou fazer a nossa caminhada.

À Ana Marta Ramos e ao Professor José da Encarnação, por terem estabelecido o primeiro contacto com um dos descendentes dos atores que construíram Maceira-Liz. A José Bento Rocha e Mello, o neto mais velho do engenheiro Rocha e Mello, a Rita Patacho, a Natália Correia Guedes, a Fátima Ramos, ao Cónego Luciano Cristino, a Teresa Granger, ao engenheiro Estácio Marques, a Joaquim Bernardo, e a Luís Pinto Gonçalves, a minha imensa gratidão. Todos eles, descendentes ou colaboradores dos atores desta tese, permitiram-me aceder à documentação existente dos seus antepassados. Aos que viveram, cresceram e foram educados em Maceira-Liz, a minha gratidão pela partilha das memórias da vivência naquele lugar. À Ana Leal de Faria, pela autorização da consulta do livro não editado, escrito por seu pai, João Leal de Faria, sobre o engenheiro José Osório Rocha e Mello.

Aos meus pais, pela generosidade, carinho e apoio que me permitiram terminar este programa doutoral após o término da Bolsa da FCT. À minha irmã Filomena, ao Paulo, à Catarina e ao Miguel por me terem acolhido na sua casa, sempre que tive de permanecer em Lisboa, para realizar esta investigação. À minha irmã Margarida, ao Luís e, em especial ao Francisco pela alegria que transmitem à sua volta.

Ao João, a pessoa que conhece melhor este trabalho e, mesmo depois de ter passado mais de uma década a ouvir falar de Maceira-Liz, sempre me apoiou no avanço deste trabalho. E, apesar de ter revisto todo este documento, ainda continua espantado com o que aconteceu entre 1919 e 1939, no lugar da Gândara, onde a “Monarquia de Maceira-Liz”, abençoada pela Igreja, construiu uma fábrica de Cimento. A ele expressei o meu profundo agradecimento pelo apoio incondicional, sem o qual não teria chegado ao final desta tese.

Índice de Figuras constantes no ANEXO 1 – 344-363**Capítulo 1.**

Figura 1. Panfleto distribuído no período republicano sobre os atores da Fábrica de Cimento da ECL Assinado por: Um Grupo de Republicanos Radicais (s. d.).....	350
Figura 2. Da esquerda para a direita, Infante D. Afonso, João Benjamim Pinto (Conde de Vialonga), Duque de Loulé, Marquesa de Unhão e Rainha D. Maria Pia, Paris, (s. d.).....	351
Figura 3. Da esquerda para a direita e de cima para baixo, Henrique Sommer, 1944; Gastão B. Pinto, 1944; José Sommer Ribeiro, 1944; José Osório Rocha e Melo, 1949; Amável Granger, 1949. Caricaturas realizadas em Maceira-Liz, autoria de Joaquim da Silva Correia.....	351
Figura 4. Inauguração da Praça de Touros da Granja, 1916.....	352
Figura 5. José Osório da Rocha e Mello no período em que estudou em Lausanne, 1917.....	352
Figura 6. Amável Jardim Granger no estaleiro das obras da Fábrica, 1920.....	352
Figura 7. Membros da família Sommer na Quinta da Cardiga, entre os quais os Condes de Murça. Em pé à direita Gastão Benjamim Pinto, 1914.....	352
Figura 8. Henrique de Araújo Sommer, (s. d.).....	353
Figura 9. Gastão Benjamim Pinto, (s. d.).....	353
Figura 10. Lugar da Gândara, 1919.....	353
Figura 11. Levantamento topográfico dos terrenos, Rocha e Mello é o segundo a contar da direita.....	353
Figura 12. Transporte de motor por junta de bois, (s. d.).....	353
Figuras 13. Grupo da equipa da CAG liderada por Schröter, terceiro a contar da direita, Rocha e Mello ao seu lado, (s. d.).....	353
Figura 14. O primeiro Forno Rotativo montado em Maceira-Liz pela empresa alemã G. Polysius, maio 1923.....	354
Figura 15. O Laboratório da Fábrica de Maceira-Liz, 1925.....	354

Capítulo 2.

Figura 16. Jornal <i>O Mensageiro</i> , Ano IX, Leiria, 19 de maio de 1923, 1.....	355
Figura 17. Programa dos Festejos dedicada pela Direção da ECL ao seu operariado com Missa campal e Entronização do Sagrado Coração de Jesus por sus Ex ^a Rev. Sr. Bispo de Leiria, 19 de junho 1927.....	356
Figura 18. Programa dos “Grandiosos Festejos em Maceira-Liz, para a primeira apresentação da Tuna dos Empregados da Empresa de Cimentos de Leiria”, 16 e 17 de agosto de 1930.....	357
Figuras 19. Desenhos da Capela da Fábrica de Maceira-Liz. s. d., s.a.....	357

Figuras 20. Cerimónia da Entronização da Fábrica ao Sagrado Coração de Jesus. S. d., posterior a 1934.....	357
Figura 21. Basílica de Fátima. Detalhe da abóbada da nave central. Planta e cortes 04-10-1939. Assinado, José Rocha e Mello. Esc. 1:100.....	358
Figura 22. A Fábrica e o Bairro de Maceira-Liz década de 40, (s. d.).....	358

Capítulo 3.

Figura 23. Projeto da Casa Sindical do Pessoal da ECL. Plantas. Desenho nº134. 1933.....	359
Figura 24. Projeto da Casa Sindical do Pessoal da ECL. Cortes e Alçado. Desenho nº136. 1933.....	359
Figura 25. Projeto da Casa Sindical do Pessoal da ECL. Alçados. Desenho nº135. 1933.....	359
Figura 26. Cópia de carta, do Ministério do Comércio e Indústria, Gabinete do ministro (o Chefe de Gabinete A. Cancell de Abreu), dirigida ao Sr. Administrador Delegado da ECL, datada de 14 de junho de 1934.....	360
Figuras 27. Casa de Pessoal ECL exterior, 1934. AHFML.....	360
Figuras 28. Casa de Pessoal da ECL, interior da sala de espetáculos, 1934. AHFML.....	360
Figura 29. Criança da Escola Primária envergando a farda da ECL, hasteando a Bandeira da Casa de Pessoal, 1936.....	361
Figura 30. Parada das crianças da ECL, 1936.....	361
Figura 31. Celebração da Missa na Inauguração da Fundação da Família Sommer, 10 de maio 1936.....	361
Figura 32. Cartaz de Propaganda Estado Novo – Princípios Corporativos.....	361
Figura 33. Visita do Presidente da República General Óscar Carmona a Maceira-Liz, da esquerda para a direita ao seu lado Henrique Sommer, e Amável Granger, a parada das crianças da Escola Primária, 14 de abril de 1936.....	361
Figura 34. Planta das Instalações Fabris e Sociais da ECL. Brochura divulgação.....	362
Figura 35. Trabalhadores Fábrica de Maceira-Liz, (s. d.).....	363
Figura 36. ECL, <i>Regulamento da “Cimentos” – Federação das Caixas de Previdência e Regulamento da Caixa de Previdência do Pessoal da ECL.</i> 1939.	363
Figura 37. Esquema da Organização social da ECL em Maceira-Liz Cartaz - Exposição Distrital de Leiria de 1940.....	364
Figura 38-39-40. Fábrica de Cimentos Roche. Visita a Lourdes – vista do Santuário e gruta das aparições, Fotografias tiradas por Rocha e Mello, 1935.....	364
Figura 41. Publicidade ao cimento «Liz», <i>Indústria Portuguesa</i> , nº 123, maio 1938.....	365
Figura 42. Missa Campal na inauguração do terceiro Forno Fábrica, 3 de maio 1938.	365

Capítulo 4.

Figura 43. Porto de Leixões, Projeto de Adolfo Loureiro e Santos Viegas (1908). Planta geral dos Melhoramentos e de construção do porto comercial de Leixões.....	366
Figura 44. Capa do livro editado pela ECL em 1932 <i>O Emprego dos Cimentos Nacionais nas Obras dos Portos de mar. Documentário relativo ao Cimento Liz</i>	366
Figuras 45. Livros, e revistas sobre cimento e betão da ECL, usados durante o processo de certificação do cimento «Liz».....	367
Figuras 46. Laboratório da Fábrica de Maceira-Liz. Prensas de 50 e 300 toneladas.	367
Figura 47. “As lições de Salazar” 1938 – a importância dos portos na defesa da Nação e do Império...367	
Figura 48. Plano geral do porto de Leixões. Implantação do quebra-mar projetado 1936.....	368
Figuras 49-50. Corte transversal à escala 1:1000 do quebra-mar exterior de Leixões e dois perfis tipo (perfil em água profunda e em água média), realizados a partir do perfil tipo projetado por Duarte Abecassis adaptados após o ensaio no Laboratório de Hidráulica da Escola de Engenheiros da Universidade de Lausanne em novembro 1936.....	368
Figura 51. Obras do Molhe no Porto de Leixões, blocos de betão concebidos com cimento «Liz».....	369
Figura 52. “As Lições de Salazar” 1938 – as Obras dos Portos Nacionais.....	369
 ANEXO 2. Lista de Documentos constantes em: ECL, <i>O Emprego dos Cimentos Nacionais nas Obras dos Portos de mar. Documentário relativo ao Cimento Liz</i> . Coimbra: Coimbra Editora, 1932.....	370
 ANEXO 3. Cópia do ofício dirigido pela Empresa de Cimentos de Leiria ao S. Ex ^a o Presidente do Ministério, datada de 26 de novembro de 1931.....	376
 ANEXO 4. Cópia do ofício dirigido pela Comissão de Estudos dos Cimentos Nacionais à Empresa de Cimentos de Leiria, datada de 4 de dezembro de 1931.....	381
 ANEXO 5. Cópia da resposta da ECL ao ofício enviado pelo Presidente da Comissão de Estudos dos Cimentos Nacionais, António Craveiro Lopes, datada de 7 de dezembro de 1931.....	382
 ANEXO 6. Cópia do ofício dirigido pela ECL ao Presidente da Comissão de Estudos dos Cimentos Nacionais, António Craveiro Lopes, datada de 12 de dezembro de 1931.....	384
 ANEXO 7. Serviço Central: Ordem de Serviço da ECL nº41 de 4 novembro 1936.	389

Índice dos Quadros constantes no Corpo da Tese

Capítulo 1.

Quadro I. Grau de parentesco de acionistas principais da ECL com Henrique Sommer.....	44
Quadro II. Trabalhos Executados no Laboratório (1920-1923).....	100

Capítulo 3.

Quadro III. Evolução da capacidade de produção da indústria nacional de cimento com fornos rotativos até 1931.....	162
Quadro IV. Importação / Produção Nacional de Cimento <i>Portland</i> 1929 – 1933.....	163

Capítulo 4.

Quadro V. Orçamento Ano Económico 1929-1930. Ministério das Finanças.....	271
Quadro VI. Orçamento Ano Económico 1929-1930. Ministério das Finanças. Consignações das Receitas Portos.....	272
Quadro VII. Importâncias a Despender com o custo das Obras Prioritárias de Seis Portos Nacionais. Ministério do Comércio e Comunicações.....	275
Quadro VIII. Verbas atribuídas pela Lei nº1914 de 1935 a Infraestruturas de Comunicação.....	317
Quadro IX. Despesas ao abrigo da Lei nº1914 de 1935 das obras dos Portos (1936-1950).....	318
Quadro X. Despesa extraordinária da distribuição de verbas por Obras Portuárias. Decreto nº 17 421 de 3 de outubro de 1929 – Decreto-Lei nº 33 922, 5 de setembro de 1944.....	320
Quadro XI. Contratos para fornecimento de cimento «LIZ» superiores a 1000t.....	334

ABREVIATURAS

ACP - Ação Católica Portuguesa

AECNP - Associação dos Engenheiros Cíveis do Norte de Portugal

AEG - *Allgemeine Elektrizitäts-Gesellschaft*

AGSHE - Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Elétricos

AHFML - Arquivo Histórico Fábrica de Maceira Liz

AIEM - Associação Internacional de Ensaio de Materiais

AIP – Associação Industrial Portuguesa

AI Portuense - Associação Industrial Portuense

AMOP – Arquivo do Ministério das Obras Públicas

APDL - Administração dos Portos do Douro e Leixões

BNU - Banco Nacional Ultramarino

CAG - *Cementbau – Actiengesellschaft*

CAT - Centros para a Alegria no Trabalho

CCP - Centro Católico Português

CCT - Companhia de Cimento Tejo

CPP - Crédito Predial Português

CGD - Caixa geral de Depósitos

CGT - Confederação Geral do Trabalho

CIMP - Companhia Industrial Mineira de Portugal

CIS - Comissão Intersindical

CMCM - Couto Mineiro do Cabo Mondego

CMCSPC - Companhia das Minas de Carvão de S. Pedro da Cova

CMP Cimento Maceira e Pataias

CPP - Crédito Predial Português

CUF - Companhia União Fabril

ECL - Empresa de Cimentos de Leiria

ETN - Estatuto do Trabalho Nacional

FAO - Federação das Associações Operárias

FCP - Federação de Caixas de Previdência

FNAT - Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho

FTEP- Faculdade Técnica de Engenharia do Porto

HEAA - Hidroelétrica do Alto Alentejo

INTP - Instituto do Trabalho e Previdência

IST - Instituto Superior Técnico

JAIMPDL – Junta Autónoma das Instalações Marítimas do Porto (Douro-Leixões)

JOC - Juventude Operária Católica Portuguesa

LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil

LOC - Liga Operária Católica

MAN - *Maschinenfabrik Augsburg-Nürnberg*

MAN - *Maschinenfabrik Augsburg-Nürnberg*

MOPC – Ministério das Obras Públicas e Comunicações

OMEN - Obra das Mães pela Educação Nacional

SEE - Sociedade de Engenharia ERG Lda.

SIP – Sociedade de Instrução do Porto

SPN - Secretariado de Propaganda Nacional

SSECPS - Subsecretaria de Estado das Corporações e Previdência Social

UIE - União dos Interesses Económicos

UN - União Nacional

ÍNDICE DA TESE

INTRODUÇÃO.....	1
1. Objeto da Tese.....	1
2. Metodologia e Estado da Arte.....	1
2.1. História das Ciências e da Tecnologia: Usos, Co-construção e Engenharia.....	3
2.2. A indústria dos cimentos em Portugal: síntese historiográfica.....	7
2.3. Corporativismo.....	14
3. Fontes.....	17
3.1. Arquivo Histórico Fábrica Maceira-Liz.....	19
3.2. Outras Fontes.....	24
4. Estrutura da Tese.....	25
 CAPÍTULO 1. Projeto e Construção da Fábrica de Cimento de Maceira-Liz (1918-1923).....	29
1.1 Introdução.....	29
1.2. Os Atores: Engenheiros, Capitalistas e a “Monarquia da Martingança”.....	31
1.2.1. Engenharia: José Osório da Rocha e Mello.....	35
1.2.2. Química: Amável Jardim Granger.....	41
1.2.3. O capital: a Família Sommer.....	42
1.2.4. A Administração: Gastão Benjamim Pinto.....	47
1.3. Projeto: Visão, Financiamento e Aprovação da Fábrica de Cimento de Maceira-Liz.....	48
1.3.1. Relatório «Notas Industriais. Anteprojecto de uma Empresa (1918-1919)».....	48
1.3.2. O processo de financiamento da construção da Fábrica de Maceira-Liz.....	54
1.3.3. Patentes, Estado e Concorrência.....	60
1.4. Indústria Alemã na Gândara.....	66
1.4.1. A Gândara.....	66
1.4.2. Viagens de Rocha e Mello à Suíça e Alemanha; Viagens de técnicos alemães a Portugal.....	68
1.4.3. Fornos e Central Termoelétrica.....	70
1.4.4. Operários portugueses e técnicos alemães.....	74
1.5. Laboratórios e ECL.....	78
1.5.1. Laboratórios portugueses.....	81
1.5.1.1. Análises químicas no laboratório do IST (1918-1926).....	81
1.5.1.2. Laboratório de Ensaio e Estudo de Materiais.....	84

1.5.1.3. Ensaio no Laboratório da Faculdade Técnica da Universidade do Porto (1923-1924).....	88
1.5.2. Contactos estabelecidos entre o Laboratório de Maceira-Liz e Laboratórios Europeus (1919-1926).....	90
1.5.2.1. Laboratórios alemães.....	91
1.5.2.2. Laboratórios belgas.....	93
1.5.2.3. “Portland” Cement Testing and Chemical Laboratoires - firma Henry Faija & C ^a , Londres.....	94
1.5.2.4. Laboratórios franceses.....	94
1.5.3. O Laboratório de Maceira-Liz (1920-1923).....	96
1.5.3.1. Trabalhos do Laboratório de Maceira Liz.....	99
1.5.3.2 Divulgação do laboratório de Maceira-Liz em publicações académicas.....	101
CAPÍTULO 2. O conjunto fabril e social de Maceira-Liz: um projeto católico (1920-1934).....	105
2.1. Introdução.....	105
2.2. Sob o lema corporativo da <i>Rerum Novarum</i>	107
2.3. A Fábrica: uma Obra Católica.....	111
2.3.1. Início da construção (1920) e inauguração da fábrica (1923).....	111
2.3.2. Papa Pio XI autoriza «laboração contínua» da Fábrica (1924).....	116
2.3.3. Entronização da Fábrica ao Sagrado Coração de Jesus (1927).....	117
2.4. A Obra Social da Fábrica: Paternalismo, higienismo e catolicismo social (1920-1934).....	121
2.4.1. Planeamento: o modelo da Colónia Alemã.....	123
2.4.1.1. Alojamento: Família.....	125
2.4.1.2. Infraestruturas de apoio: Bairro.....	129
2.4.1.3. Infraestruturas de Apoio: Freguesia e Distrito.....	131
2.4.2. Ensino: O modelo das <i>Écoles Gardiennes</i> belgas em Maceira-Liz (1928).....	132
2.4.3. Cuidados Médicos e Higienismo - Previdência e Assistência.....	137
2.4.4. Abastecimento de Bens: a Cooperativa de Consumo (1929).....	140
2.4.5. Regulação, Vigilância e Controlo Social: Penalização, Recompensa e “Caridade”.....	142
2.4.6. «Entretenimento» e ações recreativas.....	144
2.5. O culto de Fátima em Maceira-Liz: 23 de novembro 1930.....	147
2.6. A Fábrica como Missão.....	148

CAPÍTULO 3. Condicionamento Industrial e Política Social do Estado Novo. O papel de Maceira-Liz na institucionalização do Corporativismo Português (1931-1939).....	155
3.1. Introdução.....	155
3.2. O alargamento do Condicionamento Industrial a todas as indústrias (1931).....	156
3.2.1. Aplicação do Condicionamento Industrial aos Cimentos (1931-1932).....	159
3.2.2. A primeira tentativa gorada de expansão da ECL (1932-1934).....	163
3.3. Os primeiros contactos oficiais do Estado Novo com a obra social da ECL (1932-1934).....	168
3.3.1. Primeiros contactos do Estado Novo com o Modelo Educacional da ECL 1932.....	169
3.3.2. A Nova Ordem Corporativa (1933).....	173
3.3.3. Lançamento da primeira pedra da Casa Sindical da ECL: 3 de maio 1933.....	175
3.3.4. Inauguração da Casa do Povo de Barbacena, a primeira do regime corporativo: 6 de janeiro 1934.....	177
3.3.5. O primeiro contacto oficial da ECL com o INTP: 15 de janeiro 1934.....	180
3.3.6. Após o <i>18 de janeiro 1934</i> as relações Estado/ECL: a proposta de criação de «Sindicato Nacional dos Empregados e Operários da Indústria do Cimento do Distrito de Leiria».....	184
3.3.7. A proposta da ECL ao INTP da criação de um Sindicato «Católico»: 22 de janeiro de 1934.....	188
3.3.8. Alterações à legislação sobre Sindicatos Nacionais, Casas do Povo e o início da definição das Caixas de Previdência: fevereiro – junho 1934.....	193
3.3.9. O pedido de instalação de um 3º forno rotativo pela ECL e a visita a Maceira-Liz do Ministro da Indústria e do Subsecretário de Estado das Corporações: abril - julho de 1934.....	196
3.4. Inauguração e enquadramento da «Casa do Pessoal da ECL» nos Estatuto das <i>Casas do Povo</i> : 28 de outubro de 1934.....	199
3.4.1. A integração da obra social e assistencial da ECL na Casa de Pessoal: dezembro 1934.....	203
3.5. Cartelização dos cimentos e Expansão do Modelo Social da ECL (1935-1939).....	209
3.5.1. O processo da cartelização dos cimentos (1935-1936).....	212
3.5.2. Expansão do Modelo Social da ECL no sector dos cimentos (1935 – 1939).....	214
3.6. Enquadramento e apropriação Estatal da Obra Social da ECL (1935-1939).....	215
3.6.1. Criação da Fundação da Família Sommer e Caixa de Previdência da ECL: 4 maio 1936.....	218
3.6.2. Na inauguração da Fundação da Família Sommer uma antevisão das encenações «fascizantes» do Estado Novo: 10 de maio de 1936.....	222
3.7. A partir de 1936: A Propaganda do Conjunto Modelar de Maceira-Lis “Num arrabalde da Utopia”.....	228

3.8. Criação da primeira Federação de Caixas de Previdência do Estado Novo – a «Cimentos»: 1 de maio 1939.....	230
3.9. A instalação do terceiro forno em Maceira-Liz: a visita de Rocha e Mello a Lourdes no prelúdio da construção da basílica de Fátima (1935-1938).....	235

Capítulo 4. Leixões, o Cimento e a materialização do Estado Novo por meio das Obras Públicas.....241

4.1. Introdução.....	241
4.2. Evolução das Políticas Portuárias dos portos Douro-Leixões da Monarquia até ao Sidonismo (1882-1918).....	243
4.3. O relançamento das obras em Leixões: a ação de Francisco Xavier Esteves no governo ditatorial sidonista (1916-1918) e o primeiro «Regulamento para o Emprego de <i>Beton Armado</i> » português (1918).....	250
4.4. As obras marítimas em França: motor de desenvolvimento da normalização da produção de ligantes hidráulicos.....	252
4.5. As obras de Leixões de 1919 até à Ditadura Militar.....	256
4.6. Ditadura Militar: enquadramento legal da política portuária nacional e lançamento da <i>I Fase do Plano Portuário Nacional</i> (1926-1932).....	259
4.7. A ação conjunta de João Antunes Guimarães e Oliveira Salazar no lançamento da Política das Obras Públicas (1928-1932).....	264
4.7.1. Oliveira Salazar e o orçamento de 1929-1930.....	270
4.7.2. Antunes Guimarães e o lançamento da <i>I Fase do Plano Portuário Nacional</i> (1929).....	273
4.8. O papel determinante da ECL no processo de normalização e homologação da produção de cimento nacional: a negociação da utilização do Cimento «Liz» nas Obras Portuárias com o Estado (1929-1932).....	277
4.8.1. A Interdição do uso do cimento «Liz» nas obras do porto de Lisboa (1925) e a Comissão de Inquérito ao Cimento-Liz.....	281
4.8.2. A criação do primeiro <i>Caderno de Encargos para o fornecimento e recepção de cimento Portland normal</i> português (1929-1930).....	286
4.8.3. O primeiro Relatório de Duarte Abecassis (1929).....	286
4.8.4. Visita à Fábrica de Maceira-Liz da elite técnica envolvida nas obras hidráulicas nacionais do porto de Leixões (1930).....	288
4.8.5. O segundo e terceiro relatórios de Duarte Abecassis (1930-1931).....	291
4.8.6. As notas pessoais de Rocha e Mello (1931).....	293

4.8.7. O papel dos Relatórios dos Especialistas dos Laboratórios Europeus contactados pela ECL.....	299
4.8.8. O endurecimento negocial da ECL em relação ao Estado: nov. 1931 – fev. 1932.....	301
4.8.9. O papel decisivo do Laboratório da Fábrica de Maceira-Liz no início das obras de Leixões (1932).....	306
4.9. As Obras Públicas e a consolidação do Estado Novo.....	308
4.9.1. O discurso político de Salazar de 1931 e a ascensão de Duarte Pacheco em 1932.....	308
4.9.2. A propaganda associada às obras do porto de Leixões.....	313
4.10. A «Lei da Reconstituição Económica». Motor de desenvolvimento das Obras Públicas a partir de 1935.....	315
4.11. A evolução das obras do porto de Leixões (1932-1944).....	320
4.11.1 O ensaio do Modelo Reduzido do Projeto do Molhe Exterior de Leixões no Laboratório de Hidráulica da Escola de Engenharia de Lausanne (1936).....	327
4.12. O cimento «Liz» usado nas obras marítimas: as empreitadas de Leixões.....	331
4.13. Conclusões.....	335
CONCLUSÕES.....	339
ANEXOS.....	349
Anexo 1. Imagens.....	350-369
Anexo 2. Lista de Documentos constantes em: ECL, <i>O Emprego dos Cimentos Nacionais nas Obras dos Portos de mar. Documentário relativo ao Cimento Liz</i> . Coimbra: Coimbra Editora, 1932.....	370-375
Anexo 3. Cópia do ofício, 26 novembro 1931.....	376-380
Anexo 4. Cópia do ofício, 4 dezembro 1931.....	381
Anexo 5. Cópia do ofício, 7 dezembro 1931.....	382-383
Anexo 6. Cópia do ofício, 12 dezembro 1931.....	384-388
Anexo 7. Ordem de Serviço Ordem de Serviço da ECL nº41, 1936.....	389
FONTES DOCUMENTAIS E BIBLIOGRAFIA.....	391
1. Fontes primárias.....	391
2. Bibliografia.....	414-435

INTRODUÇÃO

1. Objeto da Tese

O objeto desta tese é o processo de co-construção da fábrica de cimento de Maceira-Liz e do regime corporativo do Estado Novo. Argumenta-se que a tecnologia dos cimentos é um elemento essencial para perceber, não só a materialização deste regime por meio de obras públicas, mas também a sua obra social e religiosa. A novidade da fábrica, inaugurada em 1923, no local da Gândara, na freguesia de Maceira em Leiria, esteve tanto na qualidade do cimento produzido pelo seu forno rotativo como no tipo de sociedade que ali se pretendeu reproduzir: fabricar um cimento homogéneo, que pudesse responder às exigências de novas formas construtivas, foi indissociável do desígnio de recristianizar Portugal dos promotores da empresa. Os engenheiros e industriais que projetaram, financiaram e dirigiram a fábrica de Maceira-Liz, e que são os atores históricos que estruturam toda a narrativa, pretenderam exemplificar como vida industrial e vida cristã, longe de se constituírem como realidades opostas, se fortaleciam mutuamente. Demonstra-se nestas páginas que a experiência de Maceira-Liz foi seguida de perto pela elite política do Estado Novo, que fez da fábrica um modelo a implementar à escala nacional. Estado e fábrica influenciaram-se mutuamente, sendo impossível separar a história de ambos.

2. Metodologia e Estado da Arte

Conheci a Fábrica e o Bairro de Maceira-Lis em 2005, ano em que colaborei com a Ordem dos Arquitetos, no projeto *Inquérito à Arquitetura Portuguesa do Século XX (IAPXX)*, integrando a equipa que fez o levantamento no terreno do património arquitetónico e paisagem construídos ao longo do século XX.¹ Este projeto teve como ponto de partida o intuito de dar continuidade ao trabalho que Keil do Amaral impulsionou, quando em 1949, juntamente com um grupo de arquitetos portugueses, decidiu fazer o levantamento da arquitetura popular portuguesa.² Quando

¹ Cf. João Afonso, *IAPXX - Inquérito à Arquitetura do Século XX em Portugal*, (Lisboa: Ordem dos Arquitetos, 2006). Este projeto foi coordenado por Ana Tostões. Para além da obra publicada, este projeto traduziu-se numa base de dados de toda a documentação recolhida aquando do levantamento no terreno de todo o território português. Base de dados que permitiu dar continuidade ao projeto. Consultar em: <http://www.iap20.pt/Site/FrontOffice/default.aspx>

² Um movimento cujo embrião saiu do 1º Congresso Nacional de Arquitetura, realizado em 1948 em Lisboa, promovido pelo Sindicato Nacional Arquitetos, e que só entre 1955 e 1960 foi realizado. Tratou-se do *Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa*. Arquitetos: Fernando Távora, Rui Pimentel, António Menéres, Octávio L. Filgueiras, Arnaldo Araújo, Carlos Carvalho Dias, Francisco Keil do Amaral, José Huertas Lobo, João José Malato, Nuno Teotónio Pereira, António Pinto de Freitas, Francisco da Silva Dias, Frederico George, António Azevedo Gomes, Alfredo da Mata Antunes, Artur Pires Martins, Celestino de Castro e Fernando Torres. Sindicato Nacional dos Arquitetos, *Inquérito à Arquitetura Regional Portuguesa* (SNA, 1ª edição 1961).

fiz o trabalho de campo no distrito de Leiria, foi-me sugerido visitar Maceira-Liz, já que se tratava de um valioso conjunto de património industrial, que importava preservar. Nessa primeira visita, o que mais o que me intrigou foi o edifício da «Casa do Pessoal da Empresa», cuja linguagem modernista se destacava do conjunto de habitações operárias, ordenadas segundo uma clara hierarquia, assente numa estrutura reticulada, imediatamente contígua à fábrica. Quanto ao bairro, o seu plano estruturara-se assente num eixo, que congregava os vários equipamentos de apoio, sendo rematado pela Capela e respetivo adro. Dessa primeira impressão, retive duas coisas em particular: a posição estratégica da Casa do Pessoal e da Capela, e a planta do bairro, perceptível e bem delimitada pela pavimentação das ruas, realizada no material que ali se produzia: o cimento.

Quando três anos depois iniciei a investigação para tese de Mestrado em Planeamento e Projeto do Ambiente Urbano, o espaço estudado foi justamente Maceira-Liz. Embora a intenção inicial tenha sido a de compreender as dinâmicas territoriais associadas à construção daquela fábrica, isto é, qual o impacto do início da implementação da indústria pesada em Portugal na organização do território, as fontes documentais a que tive acesso no Arquivo não tratado da fábrica, levaram-me a questionar as relações que pareciam ter existido entre a Empresa de Cimentos de Leiria (ECL) e o Estado Novo. Foi o contacto estreito com fontes documentais encontradas e consultadas em 2008 no Centro de Documentação e Interpretação de Maceira-Liz, que me levaram a fazer a presente investigação e a redefinir o rumo do meu percurso académico.³ Foi a curiosidade, aliada ao desejo de compreender, através de uma abordagem histórica, o projeto global que foi implementado em Maceira-Liz, que me levaram a continuar a investigar aquele espaço de produção de cimento.⁴ Com formação em arquitetura e especialização em planeamento urbano, a escolha do campo disciplinar recaiu sobre a História da Ciência e da Tecnologia, já que me apercebera entretanto do papel fundamental da introdução de uma nova tecnologia - o forno rotativo – na evolução das relações estabelecidas entre a ECL e o emergente regime corporativo do

³ Em 2008 fui por acaso a primeira investigadora a inaugurar as instalações criadas pela Cimento Maceira e Pataias S.A. (CMP), do Grupo SECIL – era essa a designação da Fábrica de Maceira-Liz nesse período. O Centro de Documentação e Investigação (CDI) criado pelo engenheiro Armando Castela, o Diretor da fábrica nesse período, propunha-se precisamente incentivar a investigação da história empresarial, através das fontes documentais existentes. O CDI foi instalado no espaço da antiga Sala de Desenho da empresa, situa-se no recinto da Fábrica, fazendo parte do seu núcleo museológico.

⁴ Após defender a tese de mestrado, os membros do júri e o meu orientador, lançaram-me o desafio de continuar a investigação realizada. A procura de um programa doutoral em História cuja parte curricular me permitisse iniciar o meu percurso neste campo do conhecimento foi prioritária na escolha do PIUDHist.

Estado Novo. Para perceber estas relações, foi necessário procurar instrumentos de análise que permitissem vir a compreender o complexo fenómeno que pretendia abordar.

2.1. História das Ciências e da Tecnologia: Usos, Co-construção e Engenharia

Nos primeiros anos deste trabalho, questionei-me sobre a inexistência de investigações acerca da ECL, e mais concretamente sobre a Fábrica de Maceira-Liz. Foi com alguma surpresa – a até apreensão – que compreendi que Maceira-Liz permanecera intocada em termos de investigação por historiadores das diversas áreas, tanto a económica, como a política ou a social.⁵ Embora sendo esta investigação no campo disciplinar da História da Ciência e da Tecnologia, e a minha intenção aprofundar, através do estudo de caso, a dimensão tecnológica do corporativismo português, constatei que teria de abordar também as dimensões política, económica, social e religiosa para dar conta, de forma satisfatória, do significado histórico da fábrica. Tal opção inspira-se nos trabalhos dos historiadores da ciência e tecnologia, que há muito constataram a necessidade de ir mais além de uma história internalista que se ocupa apenas da dimensão técnica ou científica dos seus objetos. O forno rotativo de Maceira-Liz, que preenche uma boa parte das páginas desta tese, não tem grande interesse para os historiadores que investem em revelar as inovações no fabrico de cimento ao longo do século XX. Como veremos, no momento em que foi montado, o forno rotativo era certamente uma novidade em Portugal, mas tal não era o caso na Alemanha, país donde a tecnologia fora importada. Como sugerido por David Edgerton, naquela que é ainda hoje uma das obras mais influentes no campo da história da tecnologia, «nas narrativas focadas na inovação, a maior parte dos lugares não tem história da tecnologia. Mas em narrativas focadas nos usos quase todos os lugares a têm».⁶

Nesta tese, segue-se a metodologia proposta por Edgerton, dando-se mais atenção aos usos que à inovação.⁷ Nesta perspetiva, o lugar inóspito da Gândara também merece a atenção dos

⁵ A única investigação, realizada no âmbito do estágio curricular da licenciatura em sociologia na Universidade do Porto, foi realizada por António Pedro Pombo, da qual resultou a obra publicada pela SECIL; Cf. António P. Pombo, *A “Indústria Social” da Fábrica de Maceira-Liz. Política Social e operariado na Indústria do cimento em Maceira*. (s. l.: Museu da Fábrica Maceira-Liz. CMP – Cimento Maceira e Pataias S.A. SECIL, 2007). Já incidindo nos aspetos morfológicos e arquitetónicos do bairro da fábrica, existem algumas teses de mestrado em arquitetura.

⁶ Cf. David Edgerton, *The Shock of the Old. Technology and Global History since 1900* (London: Profile Books, 2006), xiii.

⁷ Outros historiadores da tecnologia que se focam nos usos em vez da inovação, prestando sobretudo atenção aos consumidores: Ruth Schwartz Cowan, *More Work for Mother. The Ironies of Household Technology from the Open Heart to the Microwave* (New York: Basic Books, 1983); Ronald R. Kline, *Consumers in the country: Technology and Social Change in Rural America*. (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2000). Mais recentemente, a perspetiva dos utilizadores revelou-se fundamental para reescrever a história da tecnologia à escala europeia: Ruth Oldenziel and Mikael Hard. *Consumers, Tinkerers, Rebels: The People Who Shaped Europe*. (New York: Palgrave Macmillan, 2013).

historiadores da tecnologia. Foi o uso de um forno rotativo em Maceira-Liz que mobilizou em torno de si engenheiros e técnicos com o conhecimento necessário para o seu funcionamento; capitais para a sua aquisição e instalação; laboratórios que avaliaram a qualidade do cimento produzido; operários e famílias organizados segundo a doutrina social da Igreja; ministros que o transformaram em motivo de propaganda do regime corporativo; sacerdotes que o benzeram em nome do Sagrado Coração de Jesus. Trata-se assim, como sugere Sheila Jasanoff, de «situar a tecnologia nas suas paisagens materiais, sociais e morais», de dar conta do papel da tecnologia na «construção de imaginários políticos e culturais».⁸ Embora na historiografia internacional não constitua novidade explorar as dimensões políticas e sociais da tecnologia, ou a co-construção do social e do tecnológico como propõe Bruno Latour, é bem mais raro estudar as suas dimensões religiosas como aqui me propus fazer.⁹ Jennifer Karns Alexander, na sua introdução a um número especial da revista *History and Technology*, publicado em 2020 e dedicado ao tema ‘religião e tecnologia’, desafia os historiadores a prestarem menos atenção às formas como a religião reage aos diferentes desenvolvimentos tecnológicos e a focar-se, em alternativa, em como a tecnologia foi historicamente constitutiva da vida religiosa.¹⁰ Nesta tese, combinam-se as propostas de Alexander, Jasanoff e Edgerton, não tanto para perceber como a fábrica de Maceira-Liz produziu cimento de melhor qualidade em Portugal nas décadas de 1920, 30 e 40, mas antes para explorar como a dita produção se destinava a reproduzir uma nova sociedade industrial e católica.¹¹

Tiago Saraiva em *Fascist Pigs* demonstrou já a importância dos objetos tecnocientíficos para a história do fascismo em Itália, Portugal e Alemanha.¹² Embora o seu livro trate de melhoramento de animais e plantas, a forma como aí se relaciona a institucionalização do corporativismo com práticas concretas de cientistas e engenheiros é estruturante para a discussão que aqui se faz entre cimentos e Estado Novo. Lino Camprubí tratou um caso ainda mais próximo do desta tese, discutindo o papel de engenheiros civis e laboratórios de materiais de construção no regime ditatorial de Francisco Franco.¹³ Ambos os autores recusaram seguir historiografias mais

⁸ Cf. Sheila Jasanoff, «Future Imperfect: Science, Technology, and the Imaginations of Modernity», in Sheila Jasanoff & Sang-Hyun Kim, *Dreamscapes of Modernity. Sociotechnical Imaginaries and the Fabrication of Power* (Chicago; Chicago University Press, 2015), 1-33.

⁹ Cf. Bruno Latour, *We Have Never Been Modern* (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1993)

¹⁰ Cf. Jennifer Karns Alexander, «Introduction: the entanglement of technology and religion», *History and Technology*, 36, 2 (2020), 165-186.

¹¹ Outro exemplo recente que aborda a tecnologia por este mesmo prisma é, Edward Jones-Imhotep, *The Unreliable Nation. Hostile Nature and Technological Failure in the Cold War* (Cambridge, Mass: MIT Press, 2017)

¹² Cf. Tiago Saraiva, *Fascist Pigs. Technoscientific Organisms and the History of Fascism*. (Cambridge, Mass: MIT Press, 2016)

¹³ Cf. Lino Camprubí, *Los Ingenieros de Franco. Ciencia y Guerra Fría en el Estado Franquista* (Barcelona, Crítica, 2017).

tradicionais, que insistiam em investigar os efeitos de regimes autoritários sobre os respetivos sistemas científicos e tecnológicos nacionais. As suas investigações propõem antes uma metodologia em que não se tomam regimes políticos e tecnologia como entidades separadas, produzindo narrativas históricas de co-produção, ou co-evolução, como prefere Camprubí, ou co-construção, como se faz nesta tese, seguindo Bruno Latour. Ambos os casos são exemplo de como escrever história da tecnologia é também escrever história dos regimes de Salazar, Franco ou Mussolini.¹⁴

Uma diferença importante entre os trabalhos desses dois autores e a presente investigação tem que ver com os atores históricos que estruturam a narrativa. Se praticamente todos os engenheiros e cientistas de que tratam aquelas obras trabalharam em instituições estatais, aqui são engenheiros de uma empresa privada quem tem maior protagonismo. Aliás, a larga maioria da abundante e importante bibliografia sobre história da engenharia, que se tem produzido em Portugal nos últimos anos, tem-se concentrado em engenheiros ao serviço do estado. É esse o caso da recente síntese da história da engenharia feita por Maria Paula Diogo e Tiago Saraiva em *Inventing a European Nation*, mas também dos trabalhos de Marta Macedo sobre engenheiros e Fontismo, de Ana Carneiro, Teresa Salomé e Vanda Leitão sobre geologia, de Ana Paula Silva sobre telegrafia, de Hugo Pereira sobre caminhos de ferro, de Rui Branco sobre cartografia, de Maria Helena Lisboa sobre os engenheiros em Lisboa, de Maria Luísa Sousa sobre mobilidade automóvel, ou de Maria Fernanda Rollo sobre engenharia e o século XX português.¹⁵ A obra de Ana Cardoso de Matos, insistindo de forma recorrente em seguir as trajetórias de engenheiros na indústria portuguesa mesmo quando as fontes primárias são escassas, foi por isso fundamental para esta tese.¹⁶

¹⁴ Ver também, Agustí Nieto-Galan, *The Politics of Chemistry. Science and Power in Twentieth Century Spain* (Cambridge: Cambridge University Press, 2019).

¹⁵ Cf. Maria Paula Diogo and Tiago Saraiva, *Inventing a European Nation. Engineers for Portugal, from Baroque to Fascism* (Morgan and Claypool, 2021); Ana Carneiro, Teresa Salomé Mota e Vanda Leitão, *O Chão que pisamos: A geologia ao serviço do estado (1848-1974)*, (Lisboa: Edições Colibri/CIUHCT, 2014); Maria Paula Diogo, «A construção de uma identidade profissional: a associação dos Engenheiros Civis Portugueses (1869-1937)», Lisboa, Tese de Doutoramento em História e Filosofia das Ciências: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, 1992; Maria Helena Lisboa, *Os engenheiros em Lisboa: Urbanismo e Arquitectura* (Lisboa: Livros Horizonte, 2002); Rui Branco, *O Mapa de Portugal: Estado, Território e Poder no Portugal de Oitocentos* (Lisboa: Livros Horizonte, 2003), Marta Macedo, *Projectar e construir a nação: engenheiros, ciência e território em Portugal no século XIX* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012); Hugo Silveira Pereira, «The technodiplomacy of Iberian transnational railways in the second half of the nineteenth century», *History and Technology*, 33:2 (2017), 175-195; Maria Fernanda Rollo, «Engenharia e história: percursos cruzados», em *Engenho e Obra. Uma Abordagem à história da Engenharia em Portugal no Século XX*, coords. José Maria Brandão de Brito, Manuel Heitor e Maria Fernanda Rollo (Lisboa: Dom Quixote, 2002); Tiago Saraiva, *Ciencia y Ciudad: Madrid y Lisboa: 1851-1900* (Madrid: Ayuntamiento de Madrid, 2005).

¹⁶ Cf. Ana Cardoso de Matos, «Quelle Place pour les ingénieurs dans l'industrie? Une reflexion sur le cas du Portugal, XIXe-XXe siècles», *Quaderns d'Història de l'Enginyeria*, Vol XV, (2016-2017), 123-144; Ana Cardoso de Matos, «Formation, carrière et montée en puissance des ingénieurs électriciens au Portugal (de la fin du XIXe siècle aux

A bibliografia sobre engenharia em Portugal ajuda a perceber a proximidade entre os dirigentes da ECL e as escolas de engenharia na formação de novos engenheiros. Esta não deve ser lida apenas como uma aproximação estratégica aos centros de produção de conhecimento com o objetivo único de produzir um material de qualidade certificada em bases científicas e laboratoriais rigorosas. Esta estreita colaboração com as instituições de ensino de engenharia contextualiza-se também num processo de mudança do papel do Engenheiro na sociedade portuguesa. Finda a Primeira Guerra Mundial, os engenheiros tiveram um papel bastante importante na reconstituição económica do país. Nuno Madureira defende que o papel destes profissionais passou por uma profunda transformação neste período. Os engenheiros passaram a ser «uma elite influente, ativa em diferentes esferas de decisão, com um apurado sentido do lugar e da hierarquia social, presente nas empresas e em alguns sectores da indústria transformadora, fortemente inovadora nos materiais e nos processos de construção civil e obras públicas, vinculada pela reciprocidade e por códigos de entendimento comuns».¹⁷

Esta afirmação dos engenheiros na sociedade portuguesa a que se assiste neste período, fica a dever-se acima de tudo às competências e conhecimentos técnicos que estes profissionais asseguram possuir no desempenho das funções que vão assumir. Este desempenho dá-se tanto em cargos na indústria, em franco desenvolvimento, como em cargos políticos que exigem conhecimentos técnicos e visão estratégica. Atente-se na alteração que Maria Paula Diogo e Tiago Saraiva apontam na reorientação nacional da política de «circulação» para a de «fixação», que se traduziu numa significativa mudança institucional do ensino da engenharia em Portugal.¹⁸ Os autores defendem que a combinação do ensino ministrado pela Escola Politécnica com a Escola Militar dominou a engenharia portuguesa durante a Regeneração, período em que a política de fomento levou os engenheiros a trabalhar essencialmente na «circulação», ou seja, nas obras dos caminhos-de-ferro. Já no início da Primeira República, o Ministro do Fomento Brito Camacho, ao reformular as relações do Instituto Industrial de Lisboa com o recém-criado Instituto Superior Técnico, assume implicitamente que o papel do engenheiro do século XX se virá a centrar na «fixação».¹⁹ Segundo estes autores, os engenheiros viriam a tornar-se protagonistas da tarefa

années 1930)» em, *Des ingénieurs pour un monde nouveau. Histoire des enseignements électrotechniques*, dir. Marcela Efmertova et André Grelon, (Europe, Amériques XIXe-XXe siècle), Bruxelles: P.I.E. Peter Lang, 2015), 381-406. Ver também, Nuno L. Madureira, «Visionários e dirigentes: os engenheiros portugueses na primeira metade do século XX», *Actas do XX Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social* (Porto: APHES, 2000).

¹⁷ Cf. Nuno Luís Madureira, «Visionários e dirigentes: os engenheiros portugueses na primeira metade do século XX», Comunicação apresentada ao XX Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, APHES, Faculdade de Economia do Porto, 24-25 de novembro de 2000. Consultado a 21-06-2013 em: <http://horacio.no.sapo.pt/Engenheiros%20Portugueses.pdf>. Sobre a afirmação dos engenheiros como classe profissional ver: Diogo, «A construção de...», 1994.

¹⁸ Cf. Maria Paula Diogo e Tiago Saraiva, *Inventing a European...* 2021.

¹⁹ Idem, 111.

emergente de substituir a chamada política da circulação, baseada no comércio, na nova política da fixação – o desenvolvimento industrial do país através do seu próprio potencial industrial e agrícola. Este novo modo de pensar foi influenciado pelas propostas de António Sérgio em publicações como *Pela Grei* e *Seara Nova*, atribuindo à elite republicana a missão de retirar o país do destino da decadência.²⁰

O projeto de Maceira-Liz estudado nesta tese corresponde exatamente à ideia de «fixação» descrita por estes autores, e que António Sérgio preconizava nesse período. Por um lado, a Fábrica foi construída com capital nacional, em solo nacional, com técnicos portugueses e com matérias-primas extraídas do solo português. Por outro lado, os próprios atores de Maceira-Liz alinhavam-se voluntariamente com as novas ideias acerca do papel que o engenheiro devia ter nesse processo de fixação, através do desenvolvimento industrial do país, disponibilizando-se para contribuir ativamente para a formação especializada de uma nova elite de técnicos.

2.2. A indústria dos cimentos em Portugal: síntese historiográfica

A produção de cimento *Portland* artificial iniciou-se em Portugal na última década do século XIX.²¹ O surgimento desta indústria no país terá resultado do reconhecimento da importância deste novo material construtivo, que vinha gradualmente a afirmar-se na Europa, aliado à descoberta de um novo sistema construtivo, que o utilizava em abundância na sua composição - o betão armado.²² Na Europa foi o construtor belga, François Hennebique quem primeiro na Bélgica em 1892, e logo em seguida em França, registou a primeira patente de um sistema construtivo de betão armado.²³ Em Portugal, a primeira patente de uso deste tipo de sistema

²⁰ Idem, 110-111.

²¹ O cimento *Portland* artificial foi patenteado a 21 de outubro 1824 em Inglaterra por Joseph Aspdin (1779-1855). Cimento, é a moagem fina de uma rocha artificial muito dura - o *clínquer* a que se adiciona gesso. O *clínquer* resulta de uma mistura de calcário e argila cozida a alta temperatura. Ao longo deste dissertação o termo cimento, refere-se a: cimento *Portland* artificial.

²² Sobre esta matéria ver: Carlos Antero Ferreira, *Betão a idade da inocência*, (Lisboa: Ed. Passado Presente, 1989); Nuno Portas, «O ciclo do betão armado em Portugal», em *Arquitetura de Engenheiros. Séculos XIX e XX, participação portuguesa*, (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980); Ana Cardoso de Matos, «A utilização de novos materiais e estruturas no contexto do património urbano oitocentista», *Arqueologia & Indústria*. Revista da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, n.º 2, Lisboa, Ed. APAI/Ed. Colibri, (1999), 109-127; Ana Tostões, «Construção moderna: as grandes mudanças do século XX», em *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no Século XX*, Vol. 2, coord. Manuel Heitor, José Maria Brandão de Brito e Rollo, M^a Fernanda Rollo (s. l.: D. Quixote/Instituto Superior Técnico, 2004), 131-153; Tostões Ana, «Sob o signo do Inquérito», em João Afonso, *IAPXX - Inquérito à Arquitetura do Século XX em Portugal*, (Lisboa: Ordem dos Arquitetos, 2006); André C. Tavares, «O Tráfico do Moderno. Episódios da presença do betão armado nas estratégias de projetos dos arquitetos nos primeiros anos do século XX», Vol. 1, Dissertação de Doutoramento em Arquitetura, Porto, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2008.

²³ François Hennebique (1842-1921) foi um construtor belga cuja experiência adquirida nas obras em que participou lhe permitiram criar o primeiro sistema de betão armado. A divulgação do sistema por si patenteado iniciou-se em

construtivo foi concedida pelo Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria no ano de 1896 a Jacq Monet.²⁴

No final do século XIX, o cimento era ainda quimicamente mal conhecido, sendo fabricado por processos herdados da produção da cal, com tecnologias muito primitivas. No início do século XX, começou por ser usado como ligante, substituindo a tradicional cal, o que permitiu tornar viáveis dois sistemas construtivos inovadores: o do betão e o do betão armado. Apesar da elevada resistência à compressão pela composição de cimento, brita ou seixo rolado, areia, água, e aditivos específicos, o betão apresentava fragilidades a esforços de tração. Uma estrutura de aço veio reforçar a sua resistência a este tipo de esforços, surgindo assim o betão armado. Pela sua plasticidade (que permitiu construir formas nunca antes imaginadas) e pela resistência e capacidade hidrófuga, estes dois sistemas construtivos revolucionaram a construção de todo o século XX, tendo sido decisivos na construção e inovação das obras públicas.²⁵

Em Portugal, o cimento começava também neste período a ser utilizado nos sistemas construtivos, mas ao contrário da cal hidráulica e de outros cimentos naturais de produção nacional, o cimento *Portland* artificial utilizado era totalmente importado, uma vez não existia nenhuma fábrica em Portugal. A importação era predominantemente feita de França, Inglaterra, Alemanha e Bélgica. Os principais problemas associados à sua importação eram o preço elevado e uma qualidade sofrível, para o que contribuía o transporte em barricas armazenadas em porões de navios mal arejados.

Até 1923, ano em que foi inaugurada a Fábrica de Maceira-Liz construída pela ECL, existiam em Portugal duas Fábricas de Cimento, a Tejo e a Rasca.²⁶

Foi em 1894 que a primeira tecnologia para produção de cimento foi introduzida em Portugal na Fábrica de Cimento Tejo. Situava-se a escassos quilómetros da capital, em Alhandra. Esta primeira unidade fabril a produzir cimento no país foi impulsionada por um jovem empresário

junho de 1898 com a edição da revista mensal, *Le Béton Armé, Organe des concessionnaires et agents du système Hennebique*, um eficaz órgão de divulgação da sua atividade construtiva por todo o mundo, que foi publicado até 1921.

²⁴ Jacq Monet foi o primeiro concessionário de Hennebique em Portugal. O pedido da concessão do título de patente foi requerido à Secção da Indústria do Ministério das Obras Públicas e Indústria, pelo prazo de quatro anos a 30 de outubro de 1895. No ano seguinte, o pedido foi aceite. É curioso verificar que a primeira obra onde terá sido utilizado este sistema construtivo em Portugal foi um edifício industrial, destinado a instalar uma indústria moageira. Tratava-se do edifício das Moagens Harmonia, na Cova da Piedade, construído em 1896, sob a orientação de Jacq Monet. O cimento utilizado na composição do betão armado surge associado ao contexto industrial, mais propriamente à produção cerealífera.

²⁵ A resistência e capacidade hidrófuga do betão armado irá permitir construir e inovar construtivamente nas grandes obras marítimas e fluviais do século XX, nomeadamente, portos, cais, pontes, faróis, canais, diques, barragens entre muitas outras.

²⁶ Sobre esta matéria ver: Gil Braz de Oliveira, *A Indústria Portuguesa do Cimento. Um Século de História 1890-1990*, Vol. 1. (Lisboa: CIMPOR Cimentos de Portugal, S.A., 1999).

português, António Teófilo de Araújo Rato que, na pequena empresa familiar fundada por seu pai em 1840, a António Moreira Rato e Filhos, Lda., tomara consciência do potencial da produção deste material construtivo, uma vez que o cimento *Portland* artificial era de entre os vários materiais de construção vendidos o que tinha maior procura. Esta primitiva unidade industrial, começou por produzir cerca de 6 000t por ano, do primeiro cimento nacional, cuja marca foi denominada «Tejo». A tecnologia adquirida para a montagem da primeira linha de produção era alemã, foi um forno do tipo *Hoffmann*.²⁷ A escolha daquele sistema de fabrico implicou, pesquisa e recolha de informação, obtida por Araújo Rato através do contacto com modernas empresas de produção de cimento *Portland* europeias daquele período. Foi a fábrica de cimento francesa de *Boulogne- Sur-Mer*²⁸ a prestar consultadoria e fornecer os conhecimentos técnicos para a instalação da Fábrica Tejo.

Os problemas surgidos nos primeiros anos deste conjunto fabril incidiram na falta de experiência e nos escassos conhecimentos da direção da fábrica acerca do fabrico de cimento, tanto em termos de produção, como da escolha dos tipos de fornos adquiridos. Uma outra dificuldade esteve presente nos primeiros anos de laboração desta fábrica, teve a ver com o conflito entre a os membros da sua direção técnica, o diretor químico laboratorial, José Ferreira Cidade²⁹ e o diretor técnico Herculano Galhardo,³⁰ ambos sem experiência na produção de cimento. Assim, dez anos após montagem do primeiro forno, o diretor técnico convenceu Araújo Rato a alterar o sistema de produção. Entre 1903-1904 o sistema foi modificado, sendo montados quatro fornos verticais com secadores de pasta, *Candlot-Lavocat*, acabando o avultado investimento por redundar na insolvência daquela exploração. Em 1912, o engenheiro do Porto Francisco Xavier Esteves,

²⁷ O Forno «Hoffmann» fora patenteado por Frederick Hoffmann na Alemanha em 1860. Funcionava em marcha contínua, em forma de anel e, começara por ser utilizado na cozedura de tijolos de argila e passara a ser usado no fabrico de cal, de cimentos naturais e, inclusivamente no fabrico de loiça. O principal benefício deste tipo de forno era utilizar menos combustível, mas em contrapartida, precisava de muita mão-de-obra para funcionar (cerca de 250 homens).

²⁸ A Fábrica de *Boulogne- Sur-Mer* fora instalada em 1845-49 por Emile Dupont, apoiado pelos conhecimentos de Charles de Marle; nos primeiros anos de funcionamento desta fábrica a qualidade dos cimentos ali produzidos não era a melhor. Cerca de 1881, estava consolidado o prestígio da qualidade dos cimentos fabricados pelas empresas de *Boulogne- Sur-Mer* em Pas de Calais; este acontecimento acabou por originar a criação da *Société des Ciments Français*.

²⁹ O diretor Químico da Fábrica começou por ser José Ferreira Cidade, formado pelo Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. Não foi encontrada informação acerca dos conhecimentos que tinha na área específica do fabrico de cimento, nomeadamente se fizera algum estágio numa fábrica estrangeira.

³⁰ Herculano Jorge Galhardo (1868-1944) concluiu o curso geral da Escola Politécnica de Lisboa, tendo ingressado na Escola do Exército, onde se formou em Engenharia Civil e Militar em 1892, atingindo o posto de Coronel. Em 1915, foi durante alguns meses Ministro das Finanças, e em 1917 Ministro do Fomento. Foi o primeiro Ministro do Comércio da 1ª República, que esteve à frente do Ministério do Comércio e Comunicações, cargo que ocupou de 25 de abril de 1917 a 12 de dezembro de 1917.

liderará um grupo de acionistas que constituirá a Companhia de Cimento Tejo (CCT), constituída em SARL, assumindo a liquidação das dívidas e passando a dirigir a fábrica.³¹ Com esta nova gestão, foi contratado um técnico belga, Lucien Wüillaume, como mestre geral da Fábrica.³² A contratação deste técnico com conhecimentos e alguma experiência sobre o fabrico de cimento terá contribuído para que, na década de vinte, tenham sido tomadas medidas no sentido de modernizar o processo de fabrico do conjunto fabril. Resultados que apenas no início dos anos trinta se tornaram visíveis. Francisco Xavier Esteves manteve-se na direção da Fábrica Tejo até 1935, ano em que a ECL se tornou sócia maioritária da CCT.

A *Compagnie des Ciments du Portugal* foi a segunda fábrica portuguesa a produzir cimento, iniciada em 1904, com o investimento de capitais belgas e situava-se nos arrabaldes da Serra da Arrábida, junto à ribeira do Rasca no Outão. O cimento que produziu inicialmente começou por ser conhecido como “Rasca”, o que não favorecia uma imagem de qualidade e confiança, foi, entretanto, registado com a marca «Tenaz». Os técnicos belgas que montaram esta unidade fabril, optaram pela montagem de três fornos verticais do tipo *Candlot-Perpignani*. Esta unidade industrial iniciou a sua produção após a instalação de dois fornos, o primeiro em 1906 e o segundo em 1908. Entre 1913 e 1918 chegaram a produzir cerca de 30 000t de cimento anualmente. Mas as consequências da Primeira Guerra Mundial fizeram com que a exploração entrasse em insolvência no início de 1918.

Em 1918, Baltazar Freire Cabral,³³ consciente da importância que esta indústria começava a ter a nível internacional, iniciou o complexo processo da criação da Secil. Nesse ano, foram criadas duas empresas que viriam a adquirir, e gerir o património da *Compagnie des Ciments du Portugal*, formada com capitais belgas, que se encontrava em processo de insolvência. A Companhia Geral de Cal e Cimento, SARL, liderada por Baltazar Freire Cabral, que adquire e gere o património do conjunto industrial até 1925. Ainda em 1918, foi criada uma sociedade por quotas, por Freire Cabral e Manuel Vicente Ribeiro, a Sociedade de Empreendimentos Comerciais e Industriais Lda., que, a partir de 1925, passa a gerir a produção do conjunto industrial, ao arrendar o património da empresa. Entretanto, a Fábrica recomeçou a funcionar com funcionários

³¹ Francisco Xavier Esteves é um dos atores que voltará a ser referido ao longo desta tese, tanto no capítulo 1 e 4.

³² Sabe-se que entre 1909 a 1912, um técnico belga, Lucien Wüillaume, fora colaborador da *Compagnie des Ciments du Portugal*, empresa que construirá a segunda fábrica de cimento em Portugal.

³³ Baltazar Freire Cabral (1868-1929) era formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Foi Secretário-Geral de Moçambique durante o mandato de Mouzinho de Albuquerque. Como Empresário, promoveu a formação de várias empresas, como a Cª Nacional de Navegação. Foi Secretário-Geral e Governador do Banco Nacional Ultramarino, cargo que ocupou até 1915.

portugueses e belgas.³⁴ Entre 1918 e 1930, novo período se inicia no Outão; foi repensado o processo de produção utilizado e introduziram-se novas tecnologias no fabrico de cimento. Todo o conjunto fabril foi significativamente modificado. Em 1930, segundo a vontade de Baltazar Freire Cabral, a empresa foi formalmente reformulada, através da fusão das duas empresas por si criadas em 1918, e passa a ter como designação a contração dos respetivos nomes, Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, SARL.³⁵

Durante os anos vinte, todo o processo de fabrico foi repensado nas duas fábricas. Demoliu-se o que existia e montou-se nova tecnologia, permitindo a produção de cimento de melhor qualidade, a acontecer em 1931. Toda esta mudança foi consequência da montagem da terceira fábrica de cimento portuguesa – a Fábrica de Maceira-Liz. A moderna tecnologia ali instalada permitia-lhe produzir cimento de qualidade bastante superior ao que até então se produzira na antiquada e frágil indústria cimenteira nacional.

A história da indústria dos cimentos tem sido escrita sobretudo pelos engenheiros que trabalharam nas fábricas, que produziram este material construtivo durante o século XX. Refiro-me em particular a Gil Brás de Oliveira, que redigiu e coordenou os dois volumes que compõem a obra que sintetiza a evolução desta indústria, desde os seus primórdios até ao final do século XX: *A Indústria Portuguesa do Cimento*. Esta obra, em dois volumes, foi editada em 1995 pela Cimpor, com uma segunda edição em 1999. No segundo volume desta obra, para além de Gil Brás de Oliveira, a quem se fica a dever o primeiro volume, colaboraram, ainda Vítor Martins Coimbra e Manuel Joaquim Moreira dos Santos, ambos formados em engenharia químico-industrial, o primeiro pelo Instituto Superior Técnico (IST) em 1947 e o segundo pela faculdade de engenharia do Porto em 1950. Quanto a Brás de Oliveira, formara-se no IST em eletrotécnica no ano de 1948. Todos eles tiveram uma longa carreira na indústria nacional de cimentos, tendo passado ainda pela carreira académica no IST.

No campo da história académica, dos vários autores que investigaram ou fizeram referências aos cimentos nos anos trinta, destacam-se os contributos de historiadores mais atentos às dimensões económica e social do Estado Novo. Refiro-me em particular aos contributos de Fernando Rosas e de João Confraria.³⁶ Fernando Rosas sintetizou a evolução dos cimentos no

³⁴ Foi em 1925 que a marca do cimento ali produzido passou a ser comercializado com um novo nome, SECIL (as iniciais da sociedade que passa a dirigir a produção).

³⁵ Cf. Oliveira, *A Indústria Portuguesa...*, Vol.1, 178-179.

³⁶ Cf. Fernando Rosas, «O Estado Novo nos anos 30», em *História de Portugal*, Vol. 7, José Mattoso, dir. (s. l.: Círculo de Leitores, 1994), 86; Fernando Rosas, *O Estado Novo nos Anos Trinta 1928-1938. Elementos para o Estudo da Natureza Económica e Social do Salazarismo*, (Lisboa: Editorial Estampa, 1996); João Confraria, *Condicionamento Industrial uma análise económica*, (Lisboa: Ed Direcção-Geral da Indústria, 1992); João Confraria, «Política industrial

contexto da estrutura industrial dos anos trinta. Este autor considerou o sector dos cimentos um dos mais concentrados, juntamente com o dos tabacos. Os cimentos eram o sector da indústria transformadora onde era maior o valor unitário de formação bruta de capital fixo em equipamentos por unidade industrial, sendo o que tinha níveis tecnológicos mais avançados e onde a concorrência fora praticamente eliminada.³⁷ Rosas afirma que a Família Sommer, já proprietária da ECL, tomou o controlo da indústria nacional ao tornar-se sócia maioritária da CCT em 1934; a partir daquele ano o grupo ECL/Tejo passaria a dominar o mercado nacional, partilhando-o em regime de duopólio com a Fábrica Secil.³⁸

Quanto a João Confraria, investigou e analisou a evolução da aplicação do Condicionamento Industrial a um conjunto de indústrias - entre as quais a do cimento entre 1931 e 1966.³⁹ Este autor já investigara em particular a regulação económica no curto prazo durante a década de 30, imposta aos cimentos no início do Estado Novo.⁴⁰ Ao analisar a estrutura do mercado dos cimentos na década de 30, através de um conjunto de variáveis estruturais (taxa de crescimento da procura, concentração e taxa de utilização da capacidade), chega às seguintes conclusões: em primeiro lugar, na indústria dos cimentos observam-se taxas de crescimento de procura relativamente elevadas; em segundo, a concentração da indústria dos cimentos foi mais elevada do que a das outras indústrias analisadas no estudo; em segundo lugar, existiu uma empresa dominante durante quase toda a década de trinta, embora tenha havido uma diminuição progressiva dessa predominância ao longo do tempo, o que sugere uma alteração progressiva das relações entre as escalas das empresas dos cimentos; e por último, a capacidade instalada na indústria dos cimentos acompanhou sempre o crescimento da procura, tendo as taxas de utilização de capacidade sido por vezes relativamente elevadas.⁴¹ Confraria faz ainda uma breve síntese da situação da indústria dos cimentos nos anos vinte, cujas empresas nacionais ofereciam cimentos de qualidade inferior, destacando o papel que os cimentos da ECL terão tido ao montar em 1923 tecnologia moderna na

do Estado Novo. A Regulação dos Oligopólios no curto prazo», *Análise Social*, Vol. XXVI (112-113), nº3º 4º (1991), 791-803.

³⁷ Formação bruta de capital fixo (FBCF) é um indicador que mede em cada empresa o aumento dos seus bens de capital, ou seja, aqueles bens que servem para produzir outros bens. Tratam-se basicamente de máquinas, tecnologia, equipamentos e materiais de construção. Através deste indicador, pode perceber-se se a capacidade de produção de um país está ou não a crescer.

³⁸ Como vemos neste capítulo, foi já em 1935 e não em 1934 que a ECL se tornou acionista principal da Cimentos Tejo, passando os cimentos a funcionar em regime de duopólio entre Liz/Tejo e Secil.

³⁹ Cf. Confraria, *Condicionamento Industrial...*, 1992. Para além do cimento, são analisados os casos das indústrias de celulose, vidraça e garrafas. Este estudo abrange o impacto que a legislação e despachos ministeriais tiveram na evolução da regulação económica destas indústrias no período situado entre 1931 a 1966.

⁴⁰ Cf. Confraria, «Política industrial...», 1991, 791-803.

⁴¹ Idem

produção e cimento no mercado português, o que, segundo este autor, provocou uma reação estratégica das outras duas empresas existentes, a CCT e a Secil. Em suma, ter-se-ão realizado grandes investimentos, que permitiram reduzir os custos médios de produção e aumentar a qualidade do produto. Este autor argumenta que o Estado terá receado que a concorrência entre aquelas empresas se viesse a tornar excessiva, não permitindo a remuneração normal do capital.⁴² O autor cita ainda Campos Brito, que afirma que em 1940 as empresas estavam «em regime de acordo para fornecimento do mercado interno», situação que se procurou manter através do Condicionamento Industrial.⁴³ Confraria conclui que as restrições regulatórias impostas pelo Estado Novo em muitas indústrias transformadoras acabaram por ter como resultado a formação de monopólios e a impossibilidade de se estabelecer legislação de defesa da concorrência.⁴⁴

Nuno Madureira foi outro dos autores que investigou com profundidade as relações da indústria com o corporativismo do Estado Novo.⁴⁵ Tanto na aplicação do Condicionamento como no incentivo e nos entraves à cartelização industrial. Segundo este autor, Salazar terá contraposto ao medo generalizado do chavão comum à literatura económica e à propaganda política da década de 30 *economia dirigida*, uma «ideia vaga de transferência de poder para associações semipúblicas – os organismos corporativos – possibilitando o funcionamento da sociedade numa espécie de autogestão supervisionada pelo poder central».⁴⁶ O autor faz notar que, do ponto de vista ideológico, a ideia de *economia autodirigida* tem afinidades com as teorias corporativas católicas de finais do século XIX, nomeadamente com o princípio de que a corporação deve ter poder legislativo, judiciário e executivo.⁴⁷ A propósito da regulação da concorrência, este autor identificou três tipos de situações nas quais agrupou os setores de atividade industrial, incluindo os cimentos num tipo de subsetor com importante formação de capital fixo e/ou em mercados emergentes ligados à inovação tecnológica. Segundo este, os cimentos teriam sido uma das indústrias em que as empresas não

⁴² Idem. Confraria cita o «Relatório sobre o inquérito às fábricas nacionais de cimento», publicado por Canto e Castro em 1933. Neste relatório, são apontadas as vantagens de uma coligação, já que naquele ano os cimentos produzidos nas três unidades industriais teriam já qualidade semelhante. É sugerido que um bom e regular entendimento entre as três fábricas poderia regular, não só a produção, mas também os preços.

⁴³ Idem.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Sobre esta matéria ver: Nuno Luís Madureira, «O Estado, o patronato e a indústria portuguesa (1922-1957)», *Análise Social*, XXXIII, nº148 (1998); Nuno Luís Madureira, «Cartelization and Corporativism: Bureaucratic Rule in Authoritarian Portugal, 1926-45», *Journal of Contemporary History*, Vol. 42, No.1, January, (2007), 92-93; Nuno Luís Madureira, *A economia dos interesses. Portugal entre Guerras*, (Lisboa: Ed. Livros Horizonte, 2002); Álvaro Garrido, «Contexto, fundamentos e lógicas de construção da economia nacional corporativa», em *Corporativismo Fascismos Estado Novo*, coord. Fernando Rosas, e Álvaro Garrido (Coimbra: Ed. Almedina, 2012), 143-164; Fernando Rosas, *Salazar e o Poder. A arte de saber durar*, (Lisboa: Ed. Tinta da China, 2013).

⁴⁶ Cf. Madureira, «O Estado, o...», 1998, 790.

⁴⁷ Idem. Madureira, sugere ver a este respeito: La-Tour-du-Pin, *Vers un ordre social chrétien*, (Paris: Nouvelle Librairie Nationale, 3ª ed. s. d.)

foram organizadas corporativamente, já que, dado o número reduzido de firmas, foi facilitada a representação direta junto da Direção-Geral da Indústria ou mesmo do ministro.⁴⁸

Como veremos nos capítulos 3 e 4 desta tese, o processo histórico de cartelização dos cimentos foi ainda mais complexo que o sugerido pelas sínteses feitas por Rosas, Confraria e Madureira, sendo necessário ir mais além dos argumentos de ordem económica e da política dos interesses avançados pelos mesmos. As dimensões social e religiosa do corporativismo do Estado Novo são essenciais para entender a dinâmica histórica do condicionamento industrial.

2.3. Corporativismo

Em 2016, Álvaro Garrido afirmava que, quarenta anos após o fim da ditadura de Salazar e Caetano, persistia o conjunto de problemas que animou o debate nas décadas de oitenta e noventa do século XX do conhecimento da história do Estado Novo, a saber: «1) As origens ideológicas e sociais do regime e os seus processos de implantação no âmbito da crise do Estado Liberal; 2) A natureza política do Estado Novo no contexto histórico dos fascismos da Europa de entre Guerras; 3) A extraordinária longevidade da ditadura portuguesa e sua resistência às transformações externas e internas; 4) A natureza e os ciclos das políticas de modernização e desenvolvimento económico».⁴⁹ Para Garrido a grande questão transversal a qualquer uma das problemáticas que enumera é precisamente a compreensão da construção e do funcionamento do sistema corporativo português. Segundo o autor, a «obsessão historiográfica de apurar em que medida o dogma do corporativismo gerou um sistema político e de representação de interesses realmente corporativo», questão alimentada pela própria doutrina, poderá ter inibido a análise dos usos económicos da ideia corporativa, assim como o estudo dos seus impactos sociais.⁵⁰

Na primeira metade do Século XX, o corporativismo constituiu-se como alternativa política, económica e social. A ideia corporativa consistia numa doutrina social de pretensões orgânicas que os corporativistas entendiam capaz de superar os sistemas dominante do capitalismo liberal e do socialismo comunista. Na prática, a terceira via corporativa serviu para impor um conjunto de instituições capazes de garantir a integração dos interesses do Estado.⁵¹ José Luís

⁴⁸ Cf. Madureira, «O Estado, o...», 1998, 790. Para além dos cimentos, estariam também as cervejas, vidraça e fabrico de lâmpadas, cabos e condutores elétricos, adubos, refinação de petróleo.

⁴⁹ Cf. Álvaro Garrido, *Queremos uma economia nova! Estado Novo e Corporativismo*, (Lisboa: Ed. Temas e Debates – Círculo de Leitores, 2016), 63.

⁵⁰ Cf. Garrido, *Queremos uma...*, 2016, 64.

⁵¹ Nas últimas duas décadas, o corporativismo foi revisitado como categoria historiográfica, mas principalmente sobre a sua natureza enquanto regime do Estado Novo, por exemplo: Luís Reis Torgal, «Os corporativismos e as “terceiras vias”», em *Corporativismo e Fascismos Estado Novo*, coord. Fernando Rosas e Álvaro Garrido, (Coimbra: Ed. Almedina, 2012), 49-98; Álvaro Garrido, «O corporativismo como categoria historiográfica e objeto das ciências

Cardoso chama a atenção para a relevância do debate acerca da essência e a natureza do corporativismo, enquanto conceito e movimento histórico que perdurou durante o século XX.⁵² O autor cita a definição de Philippe C. Schmitter de corporativismo democrático:

O corporativismo social pode ser definido como um sistema de representação de interesses no qual as unidades constituintes são organizadas mediante um numero limitado de categorias ou corpos singulares, obrigatoriamente não-competitivas, hierarquicamente ordenadas e funcionalmente diferenciadas, as quais são reconhecidas ou licenciadas (se não mesmo criadas) pelo Estado, e às quais é atribuído um monopólio de representação como contrapartida do respeito por regras e formas de controlo na seleção de leaders e na articulação dos seus pedidos e apoios.⁵³

António Costa Pinto contrapõe o corporativismo social definido por Schmitter, e promovido inicialmente pela Igreja Católica como «terceira via», ao corporativismo político, definindo-o do seguinte modo:

O corporativismo político pode ser definido como um sistema de representação política, baseado numa visão «orgânica - estatista» da sociedade, em que as suas unidades «orgânicas», famílias, poderes locais, associações e organizações profissionais e de interesses) substituem o modelo eleitoral, centrado na representação individual da cidadania e na legitimidade parlamentar, tornando-se o principal e/ou complementar órgão legislativo ou consultivo do governo executivo.⁵⁴

Acerca das ambiguidades do corporativismo enquanto doutrina, Fernando Rosas sublinha que monárquicos, católicos e nacional-sindicalistas acabaram por aderir ao projeto do Estado Novo, muitos dos quais, exatamente pela vertente da doutrina social da Igreja. De todos os movimentos

sociais», em *Organizar o País de Alto a Baixo. Políticas de edificação corporativa no Estado Português*, coord. Fátima Moura Ferreira, Francisco Azevedo Mendes, Jorge Mano Torres (Coimbra: Ed. Tenacitas, 2016), 13-29; Álvaro Garrido, «A institucionalização do “social” no Estado Novo português: Previdência corporativa e seguros sociais voluntários», *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 31, nº 64, (2018), 197-218. E ainda a obra de 2012 coord. por Fernando Rosas e Álvaro Garrido (coord), *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*, (Coimbra: Ed. Almedina, 2012), com os contributos sobre diferentes perspetivas dos seguintes autores, nomeadamente Fernando Rosas, Luís Reis Torgal, Diogo Freitas do Amaral, José Luís Cardoso, Carlos Bastien, Álvaro Garrido, João Paulo Avelãs Nunes, Fernando Baptista Oliveira, Maria Fernanda Rollo, José Carlos Valente, Joana Dias Pereira, Dulce Freire, Fátima Patriarca. E a obra de 2008 org. por António Costa Pinto e Francisco Palomares Martinho, *O Corporativismo em Português. Estado, Política e Sociedade no Salazarismo e no Varguismo*, (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008), com os contributos dos seguintes autores: António Costa Pinto, Goffredo Adinolfi, Nuno Estevão Pereira, Maria Inácia Rezola, Francisco Carlos Teixeira da Silva, Irene Pimentel.

⁵² Cf. José Luís Cardoso, «Corporativismo, Instituições Políticas e Desempenho Económico», em *Corporativismo, Fascismo, Estado Novo*, coord. Fernando Rosas e Álvaro Garrido (Coimbra: Ed. Almedina, 2012), 101-120.

⁵³ Cf. Philippe C. Schmitter, «Still the century of corporatism?», in *Trends Towards Corporatist Intermediation. Contemporary Political Sociology*, eds Philippe C. Schmitter and Gerhard Lehmbruch, (London: Sage Publications, 1979), 13; citado por Cardoso, «Corporativismo, instituições...», 2012, 114.

⁵⁴ Cf. António Costa Pinto, «Corporativismo, ditaduras e representação política autoritária», em *A Vaga Corporativa. Corporativismo e Ditaduras na Europa e na América Latina*, org. António Costa Pinto e Francisco Palomares Martinho, (Lisboa: Imprensa da Ciências Sociais, 2016), 31.

que surgiram durante a Primeira República e o período da Ditadura, o Estado Novo acabou por ganhar, congregando a maioria dos apoiantes.⁵⁵

Ainda segundo Garrido, embora se tenham tornado bons corporativistas de Estado, os católicos sociais terão ficado desapontados com a prática fascista e burocrática do sistema corporativo português. Esta deceção e nalguns casos dissidência, foram assumidos pelos que haviam feito uma leitura menos integrista das encíclicas papais *Rerum Novarum*, de Leão XIII (1891) e *Quadragesimo Anno*, de Pio XI (1931) ao tomá-las como base de um corporativismo social-cristão, cujos princípios não eram os mesmos dos principais sistemas corporativos que foram implementados neste período, subordinados ao interesse político do Estados.⁵⁶ Segundo Maria Inácia Rezola, o texto da Constituição plebiscitado e aprovado em 1933, foi o resultado de um amplo processo negocial, de eliminações, integrações e compromissos, que definiu Portugal como uma República *unitária e corporativa*. A autora sublinha que, garantida a situação, alguns desses compromissos virão a ser desvirtuados nomeadamente os princípios corporativos cristãos «(...) eles acabarão por ser as primeiras vítimas do hibridismo ideológico e dos compromissos do texto constitucional, esbatendo-se e limitando-se o seu alcance».⁵⁷

Para entender a história do catolicismo social e das repercussões da *Rerum Novarum* em Portugal, são essenciais as obras de João F. de Almeida Policarpo e de António Matos Ferreira.⁵⁸ A obra destes autores será fundamental ao longo desta tese para perceber a história das práticas religiosas experimentadas em Maceira-Liz. Segundo António Matos Ferreira, a doutrina desenvolvida pela encíclica *Rerum Novarum* foi:

um catolicismo integral, através do qual a religião - a católica - seria a única instância capaz de restituir à própria a sua coerência, aliviando-a dos erros modernos.⁵⁹

Para Paulo Fontes, o pontificado de Leão XIII teve assinaláveis repercussões em Portugal, nomeadamente através do posicionamento da Igreja no seio da sociedade: «A política de *ralliement* consistia fundamentalmente na recomendação (feita aos católicos) de abandonar a oposição aos regimes liberais estabelecidos, e passar a combater apenas a legislação nociva aos interesses da doutrina da Igreja;

⁵⁵ Cf. Fernando Rosas, *Salazar e o Poder...*, 283-287.

⁵⁶ Cf. Garrido, *Queremos uma...*, 2016, 43.

⁵⁷ Cf. Maria Inácia Rezola, «A Igreja Católica portuguesa e a consolidação do salazarismo», em *O Corporativismo em Português...*, 255.

⁵⁸ Cf. João F. de Almeida Policarpo, *O Pensamento Social do grupo Católico de “A Palavra” (1872-1913)*. Vol. 1 (Coimbra: Universidade de Coimbra, 1977); António Matos Ferreira, *Um católico militante diante da crise institucional. Manuel Isaías Abúndio da Silva (1874-1914)*, (Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa. Universidade Católica Portuguesa, 2007).

⁵⁹ Cf. Ferreira, *Um católico...*, 2007, 133.

devendo para tanto os católicos unirem-se, pondo de parte as divergências partidárias». Fontes refere ainda a importância do desenvolvimento da moderna Doutrina Social Católica.⁶⁰ As corporações e o corporativismo foram dois temas oitocentistas que se perderam nos debates do catolicismo social do século XX, mas foi precisamente a conceção orgânica e corporativa da sociedade que serviu de referência a muitos católicos sociais e, em grande medida, explica a aproximação ideológica e empenho de algumas elites católicas na institucionalização do Estado Novo.⁶¹

Acerca das origens do Salazarismo, nomeadamente do papel dos católicos e dos monárquicos na sua ascensão, destaca-se a obra de Manuel Braga da Cruz.⁶² Terá sido em função da conceção própria do corporativismo que se foi instalando – corporativismo de associação versus corporativismo de Estado - que se verificaram deceções, críticas e a progressiva oposição de muitos católicos sociais em relação ao Estado Novo.⁶³ Partindo da coincidência de algumas datas relativas à evolução social e religiosa do país, Paulo Fontes chama a atenção para esta pista de investigação: «poder-se-á falar de uma homologia estrutural entre o projeto de revitalização religiosa corporizada pela Ação Católica Portuguesa e o projeto de restauração nacional preconizada pelo Estado Novo?». ⁶⁴ Ao longo desta tese vai-se gradualmente compreendendo o modo como o projeto industrial de Maceira-Liz se constituiu como elemento histórico essencial para estabelecer a dita “homologia estrutural”.

3. Fontes

Uma das ideias recorrentes acerca da investigação acerca do Estado Novo é a da necessidade de se investigarem novos arquivos que permitam perceber melhor a natureza do regime.⁶⁵ No I Congresso Anual de História Contemporânea⁶⁶ realizado em 2012, Fernando Rosas

⁶⁰ Cf. Paulo Fontes, «Catolicismo Social», em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. dir. Carlos Moreira Azevedo A-C, Dir. Carlos Moreira Azevedo (Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000), 314.

⁶¹ Idem, 316.

⁶² Cf. Manuel Braga da Cruz «As origens da democracia cristã em Portugal e o salazarismo (I)», *Análise Social*, Vol. XIV, nº 54, (2º), (1978a), 265-278; Manuel Braga da Cruz «As origens da democracia cristã em Portugal e o salazarismo (II)», *Análise Social*, Vol. XIV, nº 55, (3º), (1978b), 525-607; Manuel Braga da Cruz, «Os Monárquicos e o Estado Novo de Salazar», *Ler História*, nº 6, (1985), 61-83; Manuel Braga da Cruz, «As elites católicas nos primórdios do Salazarismo», *Análise Social*, Vol. XXVII (116-117), (1992), (2º,3º), 547-574.

⁶³ Cf. Cruz, «As elites católicas...», 1992, 547-574.

⁶⁴ Cf. Paulo Fontes, *Elites Católicas em Portugal: o papel da Ação Católica (1940-1961)* (s. l.: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2011), 17.

⁶⁵ Cf. Luís Reis Torgal, «Estado Novo: “República corporativa”», *Revista de História das Ideias*, Vol. 27, (2006), 465-468; Rosas, *A arte de...*, 2013; Garrido, *Queremos uma...*, 2016.

⁶⁶ Em 2012, o ano em que iniciei esta investigação, realizou-se em Lisboa o *I Congresso Anual de História Contemporânea*. O principal objetivo deste evento foi apresentar a rede formada por elementos das várias instituições académicas em que se investiga História Contemporânea. Foram ali apresentadas as principais linhas de investigação que naquele ano decorriam. Este evento, que congregou a comunidade académica das várias áreas de estudo desta disciplina, teve um peso significativo no início do meu percurso como investigadora de História da Ciência e Tecnologia.

defendia que a legitimação da disciplina, passa principalmente pelas fontes existentes.⁶⁷ Após recordar a luta que foi abrir os arquivos nucleares,⁶⁸ alertou para a necessidade imperiosa de não deixar destruir arquivos fundamentais para perceber o que foi de facto o Estado Novo, e ainda para a necessidade de reclamar e de exigir o direito de poder fazer história. Alertou ainda para o problema de o Estado Novo não ter criado uma historiografia académica do regime, não existindo massa crítica prévia aquando da transição para a democracia. Logo, não existindo uma historiografia oficial, o que se nos apresenta é um vazio, sendo que, segundo o autor, findo o regime ditatorial não se fez uma contra-história do regime.

Já Nuno Madureira chama a atenção para o problema criado pela enorme quantidade de informação produzida por tecnologias de exercício de poder à distância e procedimentos de racionalidade burocrática que caracterizam a sociedade do século XX, envolvendo ainda a submissão de toda a informação ao escrutínio público e à tentativa de influenciar através da persuasão dos dados. A título de exemplo, refere as memórias, ensaios, boletins, e publicações periódicas que têm inscrito a ordem normativa dos argumentos nos “objetivos”, de prova e julgamento.⁶⁹ Chama a atenção para a importância de documentação de arquivos não tratados cujo conteúdo de níveis de informação mais desagregados permitem reagrupar séries diferentes dos que são legados por fontes de síntese. Fontes que permitem averiguar as categorias usadas para enquadrar a sociedade, e o modo como esta reage, incorpora e adapta as categorizações que lhe são impostas. Através de novos corpos documentais, como os da história empresarial, podem realizar-se investigações sobre novas questões, com novas abordagens que permitam uma melhor compreensão do século XX português, investigações que revalorizem as dinâmicas sociais criadas de baixo para cima.⁷⁰ Defende o equilíbrio entre a documentação agregada e desagregada, como uma das forças propulsoras para a renovação de perspetivas, já que incentiva os processos de verificação e redefinição de conceitos.

⁶⁷ Em Fernando Rosas, «Portugal Contemporâneo. História e Historiografia» em *I Congresso Anual de História Contemporânea*, organizado pela Rede de História Contemporânea, Reitoria da Universidade Nova de Lisboa 18 - 19 de maio de 2012. A comunicação foi realizada no painel inaugural do Congresso, composto ainda por Miriam Halpern Pereira, Luís Reis Torgal, e Hipólito de la Torre Gómez.

⁶⁸ Rosas, «Portugal Contemporâneo...», 2012. A democratização dos Arquivos como Rosas lhe chamou, passou pela abertura dos Arquivos da PIDE, da Legião Portuguesa, da União Nacional, da Torre do Tombo (Arquivo A. Oliveira Salazar), dos Negócios estrangeiros, Histórico Militar, e mais recentemente o Arquivo da Guarda Nacional Republicana, e ainda arquivos municipais. E acima de tudo, o regime de consulta passar a ser acessível e estar regulamentado.

⁶⁹ Cf. Madureira, *A economia dos interesses...*, 14.

⁷⁰ Idem.

3.1. Arquivo Histórico Fábrica Maceira-Liz

Quando iniciei a pesquisa do Arquivo da Fábrica de Maceira-Liz, aquele ainda não fora tratado. As fontes primárias que encontrei e recolhi em vários pontos da fábrica e que consultei em 2008 e em 2013, permitiram-me ir reconstituindo as relações da fábrica e da empresa com diferentes instituições e atores. Toda esta documentação não tratada continha níveis de informação desagregados, o que me permitiu reagrupá-la, reconstituindo as redes de contactos estabelecidos. Comecei pela reconstituição da rede estabelecida a partir do Laboratório da Fábrica, “abrindo a caixa negra” da tecnologia do cimento, tal como Bruno Latour sugere, isto é, procurei seguir a “ciência em ação” envolvida no fabrico do cimento.⁷¹

Todo o trabalho de pesquisa do Arquivo da Fábrica implicou que permanecesse por vários períodos de tempo em Maceira-Liz. Ou seja, vivi no próprio espaço de produção do meu objeto de estudo. A Secil proporcionou alojamento no Bairro de Maceira-Liz, mais propriamente num edifício que foi construído para alojar os primeiros montadores alemães da fábrica (uma das Casernas dos Operários solteiros), e que foi reconvertido na designada Estalagem, que serve de alojamento aos funcionários da empresa que ali se deslocam em trabalho.⁷²

De entre as fontes escritas consultadas, destaco o conjunto de cadernos de capa preta de anotações manuscritas por Gastão Benjamim Pinto, engenheiro químico militar de formação, amigo de infância de Henrique Sommer, um dos fundadores da ECL e um dos seus principais administradores. Através dos cadernos em que Benjamim Pinto condensou as suas anotações pessoais acerca da Fábrica de Maceira-Liz e enquanto administrador da empresa da ECL e representante dos interesses da Família Sommer da Quinta da Cardiga, foi possível reconstituir a sucessão de acontecimentos que foram ocorrendo ao longo de cerca de cinco décadas de vida desta empresa. Os cadernos são sete, estão organizados por ordem cronológica e abarcam o período compreendido entre 1918 e 1968.⁷³ A consulta deste conjunto de fontes revelou-se fundamental

⁷¹ Cf. Bruno Latour, *Science in Action. How to Follow scientists and engineers through society*, (Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1987). Ao longo dos últimos trinta anos, o campo disciplinar dos Estudos de Ciência e Tecnologia tem vindo a estudar através do Laboratório e das relações que este estabelece com a sociedade em que está inserido, as várias conexões que a partir dele se estabelecem, não só no campo científico e técnico, mas também nos campos social, político e económico. Recorri às propostas de Bruno Latour, que propõe seguir um objeto histórico nas suas diversas dimensões: técnica, política económica e social.

⁷² O trabalho de recolha das fontes do Arquivo foi uma experiência muito rica, não só conheci pessoas da empresa, como antigos trabalhadores da Fábrica, já reformados que viviam no Bairro e que ainda frequentavam a Casa de Pessoal onde continua a funcionar o Bar (Botequim), a Sala de Jogos e a Biblioteca. Fiz as compras no atual minimercado onde existia a Cooperativa de Consumo. E no edifício do Posto Médico está agora instalada uma Farmácia.

⁷³ A organização destas notas parece ter sido iniciada em 1921, já que o Caderno I abrange o período de 1921 a 1932. Existe, no entanto, um Caderno IIA que relata factos anteriores que se reportam ao período de 1918 a 1927, que até ali não tinham sido mencionados no Caderno I. O Caderno II vai de 1931 a 1938, o Caderno III de 1938 a 1944, o Caderno

para compreender em que é que poderia consistir o próprio Arquivo se ele viesse a ser tratado. O relato dos acontecimentos que ali foram ocorrendo ao longo do tempo, permite compreender o porquê de muitas das decisões que foram sendo tomadas, bem como a razão de ser das políticas laborais e sociais que ali foram sendo implementadas pela Empresa ao longo do tempo. As anotações escritas permitem compreender, não só as dificuldades e os problemas que foram surgindo, como as soluções encontradas. Ao longo do tempo, são anotadas diversas formas de levantamento de problemas existentes (p. ex. laborais, de alojamento, disciplinares, etc.) e dos meios utilizados para os identificar, quantificar e qualificar com mais precisão: inquéritos, listagens, tabelas, gráficos, são alguns dos processos mais utilizados. Esta fonte documental permite também compreender quais os temas que o autor considerou serem dignos de nota; e foi por vezes em pequenas anotações, aparentemente insignificantes, que surgiram algumas pistas e hipóteses sobre as políticas económicas e sociais que ali se desenvolveram e que vieram a ser implementadas pela Empresa. Na organização destes cadernos, o autor inicia cada volume com um índice dos assuntos ali abordados, referindo a que período se reportam. Através da análise do índice de cada caderno, podem identificar-se cronologicamente os assuntos e problemas que foi sendo necessário resolver ao longo dos anos, consegue-se ainda ir compreendendo gradualmente a evolução da Empresa a todos os níveis.

Outra fonte fundamental utilizada foi um conjunto de cerca de 300 documentos arquivados em duas pastas pretas, composto por cartas, contratos com empresas, relatórios, regulamentos, recortes de jornais, cópias de artigos saídos na imprensa sobre a fábrica e a sua obra social, estatutos dos diversos organismos sociais que foram surgindo associados à empresa, etc. Este conjunto de documentação foi preservado pela última visitadora da Fábrica, e, a designação que lhe foi dada, aquando da organização do Arquivo foi *Memorial*.⁷⁴

IV de 1944 a 1956 (7), o Caderno V de 1956 a 1964 e por último o Caderno VI que abrange o período entre 1964 e 1968. Nesta investigação foram usados os Cadernos I, II, IIA, III, IV e V.

⁷⁴ Zaida Lopes Pereira dos Santos (1926-2015), nascida em Marrazes, Leiria. Com a formação do 3º ano do Liceu, em 1942 foi contratada pela ECL como professora da Escola Primária. Terá, entretanto, passado a desempenhar a função de visitadora. Embora, não tivesse formação em Serviço Social, após o fim do regime ditatorial continuou a desempenhar essa função. Quando atingiu a idade da reforma, tal como a maioria dos operários do Bairro da Empresa, continuou a viver no Bairro. A última visitadora de Maceira-Liz não casou, nem deixou descendência. O seu papel foi bastante importante na preservação da documentação, entretanto encontrada e tratada. Esta antiga funcionária da ECL, que organizou e preservou a documentação compilada acima referida, foi uma espécie de guardiã da memória da Fábrica. Quando em 2013 a Caixa de Previdência Cimentos foi extinta pelo governo, a empresa fechou o edifício do posto médico da Fábrica. E, só em 2017, no âmbito do tratamento das fontes documentais do AHFML foi aberta a sala que aquela funcionária ocupava em vida, tendo ali sido encontrados não só os processos da Caixa de Previdência dos trabalhadores e respetivas famílias em que trabalhara enquanto viva, mas também alguma documentação sobre a Casa de Pessoal da ECL. Tendo já terminado o trabalho de pesquisa de fontes documentais, já não pude consultar estas fontes que, entretanto, foram tratadas e integradas no AHFML. Cf. AAVV, *Maceira 500 Anos: Território. História. Património*, (Maceira, Junta de Freguesia de Maceira, 2017), 442.

Outro conjunto de fontes primárias extremamente valiosa do Arquivo consultado em 2008, foi o acervo documental dos registos gráficos produzidos na Sala de Desenho da Fábrica, que, acabaria por se tornar numa espécie de Gabinete de Planeamento da Empresa.⁷⁵

Numa primeira fase desta investigação, centrei-me na reconstituição da rede de atores envolvidos no início do processo de certificação e homologação dos cimentos portugueses. Centrei-me num período que se situa entre 1918 e 1932, durante o qual foram dados os primeiros passos para a certificação e homologação do cimento no contexto industrial e comercial português, recorrendo a quatro laboratórios de natureza bem distinta: o Laboratório Industrial da Fábrica de Maceira-Lis da Empresa de Cimentos de Leiria; o Laboratório de Química Analítica do IST; o Laboratório da Faculdade Técnica da Universidade do Porto; o Laboratório de Ensaios de Materiais do Ministério do Comércio Comunicações. Nesse processo de certificação foi também relevante o papel da Associação Industrial Portuguesa, da Associação dos Engenheiros e do Ministério do Comércio e Comunicações (até 1932), e ainda do Presidente do Conselho de Ministros.

Nas anotações do Administrador da Fábrica – fonte fundamental a que me referirei em detalhe mais à frente, existem registos sobre a investigação feita no Laboratório sobre novos tipos de cimentos que foram dando resposta às necessidades dos sucessivos Planos das Grandes Obras Públicas que o país foi definindo como prioritárias.⁷⁶ Não terá sido por acaso que os primeiros tipos de cimento especiais a serem estudados foram os hidrófugos. No período em que a fábrica iniciou a sua produção, as obras públicas que decorriam e onde mais cimento era utilizado, eram *Obras Portuárias, Marítimas e Fluviais*. E numa segunda fase, entre 1932 e 1940, após a certificação e homologação do cimento como novo material construtivo, foi possível seguir as novas relações que se estabeleceram entre o a Direção da Empresa e da fábrica espaço de produção desta indústria, com os vários agentes envolvidos na utilização deste material construtivo. Mas o mais inesperado foi identificar a rede estabelecida entre a ECL e vários ministérios e entidades do Estado Novo a partir do início do ano de 1934: o Ministério da Indústria e Comunicações, a Subsecretaria de Estado das Corporações e Previdência Social, o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência

⁷⁵ Existe um riquíssimo conjunto de documentação no arquivo não tratado da antiga Sala de Desenho de Maceira-Liz. As fontes desenhadas e a cartografia, que ali existem, embora não estejam organizados e tenha desaparecido um grande número de desenhos, formam um valioso espólio da empresa. Deixo aqui a recomendação da urgência da sua organização, catalogação e conservação, sendo necessário em vários casos o restauro de desenhos, que se encontram em risco de se deteriorarem de tal modo que não possam ser recuperados. O Chefe da Sala de Desenho foi Joaquim da Silva Correia (1910-1979) colaborador do engenheiro Rocha e Mello desde 1936. Nascido nas Caldas da Rainha, de uma família oriunda de Sabugal. Viveu e constituiu a sua família em Maceira-Liz. Entrevista de Natália Correia Guedes (sua filha) a Isabel Bolas a 4 de maio de 2018.

⁷⁶ Cf. Gastão Benjamim Pinto, *Cadernos I a VI*. AHFML.

(INTP), a União Nacional e o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN). Numa primeira abordagem a estas fontes, o que acabou por me despertar maior interesse foram as relações que se foram estabelecendo entre a Fábrica, a Igreja e o Estado Novo corporativo.

Entretanto, entre dezembro de 2014 e setembro de 2016, a Secil decidiu investir na organização da documentação existente em Maceira-Liz, criando o Arquivo Histórico Fábrica de Maceira Liz (AHFML). Após a primeira fase do tratamento das fontes, em junho de 2016, tive acesso ao AHFML.⁷⁷ Encontrando-se a sua organização ainda numa fase experimental, tive a oportunidade de o testar ainda sem estar terminado, e, constatei de que todo o trabalho realizado, através da análise das fontes documentais não tratadas, me havia permitido organizar a estrutura do Arquivo que ali estava a surgir. Nesse primeiro contacto com o Arquivo já organizado, não só encontrei grande parte da documentação que sabia que poderia existir, mas que não tinha esperança que tivesse sido preservada, como compreendi que uma parte do espólio do arquivo havia desaparecido. Nomeadamente, a documentação da correspondência relativa às primeiras três décadas, a de maior interesse para esta investigação. Nesse dia, em que tive o apoio dos dois técnicos que estavam a tratar o arquivo, das várias caixas de documentação consultadas, encontrei fontes que sugeri que fossem reagrupadas em novos níveis de informação, o que o Arquivo passou a ter. Refiro-me, mais concretamente, à correspondência com entidades estatais, que passou a ter novos níveis, particularmente o da documentação entre a empresa e o INTP. Também algumas dúvidas tidas pelos arquivistas acerca de alguma documentação existente foram dissipadas, face à investigação que, entretanto, já realizara: trabalho que acabou por permitir reagrupar alguns níveis de documentação dispersa de forma mais consequente. Em contrapartida, encontrei documentação que foi fundamental para validar as hipóteses que tinha colocado acerca do complexo processo de enquadramento da obra social e de previdência da ECL no Estado Novo. Assim, apesar das aparentes desvantagens, ter entrado em contacto com as fontes do Arquivo não tratadas permitiu-me aperceber-se de relações existentes entre os materiais existentes, e, que poderiam ter-se perdido no processo de tratamento e organização formal do AHFML.

Como tal, o percurso feito no próprio Arquivo da Fábrica, ao longo do tempo que este trabalho decorreu, acabou por ser importante pelas implicações metodológicas de que se revestiu o processo acima descrito de consulta das fontes primárias.

⁷⁷ Em outubro de 2016, o arquivo passou a estar disponibilizado *online*. Nos anos subsequentes, têm vindo a ser tratadas importantes fontes primárias. Refiro-me em particular ao espólio da Casa do Pessoal e à descoberta e subsequente tratamento de grande parte das fontes primárias da Caixa de Previdência da ECL.

Em relação à pesquisa bibliográfica nas fontes secundárias existentes, esta permitiu-me contextualizar historicamente, não só o meu objeto de estudo, e o espaço de produção que investiguei, mas também o modo como foram aplicados os instrumentos de coordenação económica do Estado Novo, nomeadamente o condicionamento industrial e a cartelização da indústria. Mas não foram suficientes para compreender a corporativização dos cimentos. Recorri conseqüentemente à legislação e aos debates parlamentares em torno das políticas económicas e sociais que foram sendo implementadas e reajustadas pelo governo. Também as biografias e textos doutrinários dos atores que participaram nesse processo foram consultados. Mas, ao confrontar as fontes do AHFML sobre o processo de corporativização dos cimentos com as *Memórias*⁷⁸ do principal ator que negociou com a ECL o enquadramento e apropriação das valências sociais da empresa, Nuno Teotónio Pereira, constatei que este não mencionara nem a ECL, nem Maceira-Liz, nem a Casa de Pessoal. Este facto fez-me questionar não só sobre a razão que terá levado este ator a não mencionar o caso dos cimentos de Maceira-Liz no que recordou e quis que ficasse conhecido acerca da sua vida e da sua obra. Fez-me também questionar sobre o tipo de fontes recorrentemente usadas na historiografia do Estado Novo, nomeadamente os discursos de Salazar e a obra escrita acerca dele. Refiro-me em particular à construção da figura do Chefe, do Ditador, por António Ferro, iniciada em 1932, aliás já bem estudada.⁷⁹ Acerca das célebres *Entrevistas* feitas por António Ferro a Salazar em 1932 e 1938, no prefácio, Fernando Rosas sublinha: «o Salazar que emerge das entrevistas e dos comentários de Ferro é uma obra sua na completa aceção do termo. Que ele cria, encena e apresenta com o desvelo e a minúcia do ficcionista ou, se quisermos, do autor teatral que também era».⁸⁰

Estas constatações levaram-me, já no final desta investigação, a interrogar-me acerca do seguinte: até que ponto, o carácter parcial das fontes existentes disponíveis pode ter conduzido a Historiografia do Estado Novo a reproduzir a perspetiva do Estado, ao basear-se principalmente em arquivos estatais e nas palavras dos seus *dirigentes*? Será que o estudo de arquivos privados preservados poderá vir a equilibrar, com a perspetiva dos *dirigidos*, não só a nossa visão do papel do Estado, mas também a identificar melhor as suas fragilidades?

Ao longo desta investigação, fui sentindo necessidade de recorrer a diferentes níveis de análise, relativamente aos eventos e micro-eventos que fui identificando. A minha formação em

⁷⁸ Cf. Pedro Teotónio Pereira, *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, 2 Vol. (Lisboa: Ed. Verbo, 1972).

⁷⁹ Cf. António Ferro, *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Prefácio Fernando Rosas (Lisboa: Ed. Parceria A.M. Pereira, 2ª ed. 2003); Ernesto Castro Leal, *António Ferro. Espaço Político e Imaginário Social (1918-1932)*, (Lisboa: Ed. Cosmos, 1994); Margarida Acciaiuoli, *António Ferro. A vertigem da Palavra, retórica, política e propaganda no Estado Novo*, (Lisboa: Ed. Bizâncio, 2013).

⁸⁰ Cf. António Ferro, *Entrevistas...*, 2003, XIII.

Arquitetura e Planeamento Urbano poderá ter influenciado a necessidade de trabalhar a diferentes escalas. Este tipo de trabalho permite, não só aferir detalhes, mas também, ao inverter a escala de análise, não perder a perspetiva do todo. Método que permite muitas vezes compreender as inter-relações que só são perceptíveis através das mudanças de escala. Necessidade que acabou por vir a contribuir para a metodologia que fui gradualmente construindo, onde a macro e a microanálise se aliaram a todo um conjunto de fontes encontradas e a que recorri, nomeadamente artigos de revistas e jornais, legislação (conteúdos e entidades responsáveis pela sua aprovação – Ministérios e Ministros), debates parlamentares, correspondência oficial e privada, cadernos de memórias, de viagens, regulamentos e ordens de serviço, e ainda registos gráficos.⁸¹

De todo este manancial de fontes consultadas, para além das redes de contactos institucionais identificadas, também as redes familiares, as redes informais de amizade, e as redes de interesses comuns relacionadas com formações, ideias, ideologias, convicções políticas, e convicções religiosas me permitiram equacionar várias hipóteses acerca das relações entre os Cimentos, o Estado e a Igreja. A documentação produzida pela empresa tanto escrita como gráfica, inclui documentação muito heterogénea, possuindo conteúdos relacionados com aspetos laborais, comerciais, jurídicos, técnicos, bancários, familiares, assim como económicos, de regulamentação e controle de produção. A correspondência entre a ECL e os vários ministérios e institutos do Estado Novo foi o conjunto de documentação que permitiu reconstituir micro-eventos acerca de negociações entre a Empresa e o Estado, através de vários atores políticos aquando da emergência do regime corporativo.

3.2. Outras Fontes

O outro grande Arquivo não tratado consultado foi o Arquivo da Administração dos Portos do Douro e Leixões (APDL).⁸² O contacto estabelecido com a APDL foi realizado através da Dr.^a Helena Gomes Fernandes, Diretora Comercial, de Marketing e Cooperação, que me facilitou, disponibilizando com rapidez a consulta deste Arquivo, de todos os meios ali existentes para a pesquisa efetuada. Ali, a pesquisa centrou-se nos *Boletins Anuais de Relatórios e Contas* dos organismos municipais e estatais que, entre 1918-1941, dirigiram as obras do Porto de Leixões, o que permitiu reconstituir o processo evolutivo daquela obra pública.⁸³

⁸¹ Fontes do Arquivo da Antiga Sala de Desenho da Fábrica, não tratadas da Fábrica de Maceira-Liz.

⁸² Arquivo cuja pesquisa foi realizada em 2016. Trata-se de um arquivo não organizado, com um espólio riquíssimo. Fui orientada na consulta deste arquivo pelo Professor Jorge Alves, um dos investigadores que mais o trabalhou.

⁸³ Foram também consultados os Livros de Atas das sessões do Conselho da APDL, relativas aos anos 1934 e 1935.

Também as entrevistas realizadas em 2018 e 2019, a descendentes dos principais atores e a alguns operários e seus descendentes, assim como o acesso ao espólio privado das suas famílias, enriqueceram as fontes primárias desta tese. Refiro-me aos espólios privados das seguintes famílias: Família Rocha e Mello, Família Silva Correia, Família Granger, Família Benjamim Pinto, Família Leal de Faria e, às entrevistas de José Bento Roquette Rocha Mello, Rita Brito Patacho, Maria Teresa de Jesus Santa Marta Granger, Maria João Santa Marta Granger Rodrigues, Luís Pinto Gonçalves, Natália Correia Guedes, Maria de Fátima Ramos, Cónego Luciano Cristino, Joaquim Bernardo de Sousa e Benvindo dos Reis.

Foram consultados no Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (AHMOP) os Processos Individuais dos engenheiros que estiveram envolvidos nos processos de certificação e homologação dos cimentos nos anos trinta.

Foi também consultado em 2013 no Núcleo de Arquivo do Instituto Superior Técnico (NArQ), criado em 2005. O espólio documental e museológico de Charles Lepierre e de Ernest Fleury, não tendo sido encontrada qualquer referência aos pareceres, análises e relatórios encomendados pela ECL ao IST nos anos vinte. Como o IST teve um serviço de laboratório de análises química analítica, física industrial e mineralogia - publicitado no nº 1 da Revista *Técnica Industrial* (1915) - que podia ser utilizado pelo público em geral, terá sido a esse serviço que a ECL recorreu no contacto estabelecido com o IST. Porém, nenhuma documentação sobre esse serviço ali existe.

Também a pesquisa efetuada ao arquivo não tratado do “Departamento de Betões - Secção de Materiais” do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), na tentativa de encontrar o espólio do Arquivo do Laboratório de Ensaios de Materiais foi infrutífera. Ali não existe qualquer documentação acerca do período estudado (1920-1940).⁸⁴ Pude ali consultar toda a documentação, existente sobre normalização de cimentos e betões, *Relatórios de Aglomerantes e Betões*, que incide num período posterior a 1948, ou seja, fora da cronologia estudada.

4. Estrutura da Tese

Na introdução, é feito o estado da arte e apresentada e explicada a importância das fontes documentais existentes no AHFML. Fontes estas que permitiram compreender, sob a perspetiva da Empresa e da sua Fábrica, o modo como os cimentos e o espaço de produção do cimento Liz

⁸⁴ O meu contacto foi o Diretor do Departamento de Materiais do LNEC, o Engenheiro Arlindo Freitas Gonçalves.

evoluíram no período investigado. E que acabaram por ter um papel importante na própria construção da metodologia utilizada nesta investigação.

O corpo central da tese divide-se em quatro partes, correspondendo cada uma a cada capítulo.

Na primeira parte, far-se-á a apresentação dos atores e as redes que os ligam. Redes familiares, económicas, políticas e técnicas, que permitiram a acumulação do capital necessário ao investimento na tecnologia, num contexto de pós Primeira Guerra Mundial, propício ao ressurgimento económico. Assiste-se à transferência da tecnologia, através da rede de engenheiros especialistas de cada uma das áreas da montagem e funcionamento da Fábrica. Será ainda apresentada a rede de laboratórios, estabelecida a partir do Laboratório da Fábrica com o objetivo de estabelecer padrões de qualidade do cimento ali produzido.

Na segunda parte, será particularizada a especificidade assumida pelas políticas laborais sociais e assistenciais implementadas na organização do conjunto fabril e social estudado. Especificidade decorrente da conjugação dos princípios do catolicismo social com os ideais monárquicos perfilados pelos atores - industriais e engenheiros - que se combinaram através da idealização do conjunto fabril e social materializado em Maceira-Liz. Assume particular importância a doutrina social da Igreja na organização deste espaço de produção, uma vez que os atores recorreram às suas diretrizes com o objetivo de inibir potenciais conflitos, procurando a conciliação entre capital e trabalho.

Na terceira parte, será analisado, através do caso estudado, o papel do condicionamento industrial na regulação da produção da indústria do cimento na década de trinta do século XX, a partir da reconstituição dos primeiros acordos firmados entre a indústria dos cimentos e o novo Estado corporativo. Será ainda analisada a relação que existiu entre a aplicação do condicionamento aos cimentos e as políticas sociais implementadas na unidade de produção investigada. Através do processo negocial do enquadramento das políticas sociais e assistenciais desenvolvidas e implementadas por aquela empresa na arquitetura do regime corporativo, compreender-se-á o processo de cartelização dos cimentos, assim como a sua corporativização.

Na quarta parte, será demonstrado, através da trajetória temporal do projeto do Porto de Leixões, e das soluções técnicas estudadas para a sua construção, situada entre o final da monarquia e a primeira década do Estado Novo, a importância que o cimento, enquanto material de construção, desempenhou na emergência e afirmação do Estado Novo. Através do caso escolhido, pode compreender-se a especificidade, no caso português e no período temporal focado, a evolução das

políticas de fomento e obras públicas, que em qualquer país estão indissociavelmente associadas à regulamentação do uso do betão armado e da homologação da produção de cimento. Evolução que, no caso português, assumiu um carácter distinto, permitindo a emergência de um novo tipo de regime político.

Nas conclusões, são analisados os temas transversais à construção, organização e evolução da Fábrica, das relações com a Igreja e com o Estado Novo.

CAPÍTULO 1. Projeto e Construção da Fábrica de Cimento de Maceira-Liz (1918-1923)

«A fabricação de cimento *Portland* só tomou em Portugal a feição característica de indústria moderna quando a Empresa de Cimentos de Leiria (ECL), fundada em 1920 pela arrojada iniciativa de Henrique de Sommer, organizou e dotou os seus estabelecimentos fabris com maquinaria e aparelhagem apropriada, adotando os princípios científicos de que a técnica moderna dispõe. Antes de 1923, a importação de cimento orçava por 45000 toneladas; a indústria nacional contribuía com 15000 toneladas de um produto inferior. O programa da ECL tinha por objetivo fabricar no país um produto que rivalizasse com qualquer bom cimento estrangeiro e de princípio em quantidade que estancasse a importação (...). A primeira linha fabril entrou em laboração em 1923; em 1928 fez a primeira ampliação e em 1937 a segunda.

A antiga Sociedade das Nações considerava a produção de cimento como um dos índices económicos de maior importância, dedicando especial interesse ao seu desenvolvimento; no estudo de um dos seus pactos de não agressão económica de carácter internacional, adotou a produção de cimento como índice do grau de prosperidade económica de diferentes países. Há, pois, motivo para se afirmar que a indústria do cimento marca na evolução da vida dos povos uma época tão nitidamente caracterizada como marcaram em outras idades a pedra, o ferro e o aço.»

Publicação da ECL destinada a divulgar as Instalações Fabris e Sociais de Maceira-Liz, 1948.⁸⁵

1.1. Introdução

Ao descrever a emergência do ideal burguês de família na Revolução Industrial, Martine Segalen salienta, não só a importância dos princípios morais e ideológicos subjacentes a este novo ideal, mas também a do contexto social em que se constituem as redes familiares, redes essas que assumem uma clara função económica:

No cerne do dispositivo burguês, a família define-se como o local da ordem, como o detentor de um poderoso modelo normativo em que toda e qualquer divergência é considerada um perigoso desvio social. (...) Se nem todas as famílias burguesas são famílias de industriais, oferecem-nos, em contrapartida, uma imagem arquetípica desta nova classe, que precisamente pretende ser um modelo para os seus operários. (...) A expressão «negócio de família» é eloquente: a parentela fornece o saber técnico, os recursos comerciais, os capitais. (...) na família burguesa, o casamento representa

⁸⁵ Cf. ECL, *Breve descrição das Instalações Fabris e Sociais da Empresa de Cimentos de Leiria*, Maceira-Liz, 1948, s.p. AHFML.

uma instituição; é objeto de estratégias patrimoniais complexas, as quais se assemelham às dos camponeses ricos que põem em comum os seus patrimónios graças à união dos filhos.⁸⁶

Estas redes destinam-se, não só a conjugar patrimónios de diferentes origens – tanto industrial, como financeiro ou agrícola – como também a manter a continuidade da proeminência das famílias qua as constituem no panorama económico e social onde estão inseridas.

Segundo Michelle Perrot, a família constitui-se como o modo prevalecente de acumulação inicial e de gestão para o capitalismo do século XIX, afirmando que, «a história das empresas é antes de mais uma “história familiar”». ⁸⁷ Segundo esta autora, era comum nas empresas e fábricas as famílias ligarem-se através de casamentos, criando alianças entre ramos industriais, com o objetivo de os fortalecer. Em muitos casos, o arranque de uma indústria assentava numa família nuclear, que apoiava o membro da família que a ia dirigir: assim os sistemas familiares ofereciam aos futuros industriais as bases económicas, e muitas vezes os princípios do funcionamento das empresas, que estes passariam a dirigir, e a expandir, introduzindo novas tecnologias. Ao longo deste tipo de processo evolutivo, o nome da respetiva família ia ganhando importância.

Como veremos ao longo deste capítulo, foi exatamente o que aconteceu em relação à Família Sommer e à indústria do cimento no caso português ao longo das décadas de vinte, trinta e quarenta do século XX.

No caso português, Jorge Costa, Luís Fazenda, Cecília Honório, Francisco Louçã e Fernando Rosas, no seu estudo de 2010, propuseram-se fazer a história da formação do capital e dos seus processos de acumulação em Portugal ao longo do século XX. Uma das suas principais conclusões a que chegaram é a de que as empresas dominantes nos últimos cem anos são propriedade de algumas famílias que são, segundo os autores, a mesma família:

O universo da família portuguesa é endogâmico: as linhagens dos Lima Mayer, Mello, Ulrich, Orey, Espírito Santo, Roquette, Pinto Basto, Bensaúde e Champalimaud cruzaram-se com as de Burnay e Van Zeller. São todos aparentados por descendência e casamento, para não tratar de outras formas de aliança. Este mundo é muito pequeno. Numa palavra, a burguesia é uma família de famílias, com os Mello no centro.⁸⁸

⁸⁶ Cf. Martine Segalen, «A revolução industrial: do proletário ao burguês», em *História da Família. O Ocidente: industrialização e urbanização*, Vol. 4 (Lisboa: Ed. Terramar, 1999) 18-19.

⁸⁷ Cf. Michelle Perrot, «Funções da Família», em *História da Vida Privada. Da Revolução à Grande Guerra*, Vol. 4, dir. Philippe Ariès e Georges Duby, (Porto: Edições Afrontamento, 1990), 112.

⁸⁸ Jorge Costa et al, *Os donos de Portugal – cem anos de poder económico (1910-2010)* (Porto: Ed. Afrontamento, 2010), 15.

Apesar da importância dada à família, os autores não exploram em detalhe em que consiste a vida familiar e de que forma esta contribuiu para a história do capitalismo português, insistindo antes numa crítica genérica às relações de compadrio e cumplicidade de interesses do meio empresarial nacional. O papel das redes familiares no processo industrial português do séc. XX é um campo ainda por desenvolver na historiografia portuguesa.⁸⁹ As famílias do meio empresarial e industrial português formaram um mundo próprio, acabando na maior parte dos casos por casar os filhos entre si.⁹⁰

A Colónia Balnear da Granja revelou-se como local privilegiado para entender a história da fábrica de cimento de Maceira-Liz. A investigação da sociabilidade daquela elegante estância de veraneio do Norte do país, permite perceber o papel fundamental das redes familiares na construção da fábrica. Foi na Granja que se reuniram as visões políticas e sociais, o conhecimento tecnológico e os capitais que sustentaram aquela empresa. Para além dos laços familiares entre os vários ramos da família Sommer, cujos patrimónios agrícola, comercial, industrial e financeiro constituíram a base dos investimentos na indústria do cimento. São também importantes as relações de amizade com outras famílias que passavam os seus verões na Granja. Na verdade, a tecnologia fazia parte da sociabilidade, já que, membros das diferentes famílias partilhavam formações técnicas comuns que possibilitavam conversas sobre a importância crescente do betão armado no mundo moderno. Era o caso da família Benjamim Pinto, Rocha e Mello e Granger, com quem os Sommer partilhavam ainda entre si fortes ideais nacionalistas e uma identidade vincadamente monárquica e católica. As relações entre estas quatro famílias são essenciais para entender a combinação entre tecnologia, ideologia e capital materializada em Maceira-Liz, o maior projeto industrial português do período de entre guerras.

1.2. Os Atores: Engenheiros, Capitalistas e a “Monarquia da Martingança”

Nos primeiros anos de funcionamento da Fábrica de Maceira-Liz (1923-1926) circulou um panfleto não datado, assinado por um «Grupo de Republicanos Radicais», cujo conteúdo denunciava o projeto político dos seus proprietários. Alude-se aí ao que fora dito por um deputado numa sessão dos Paços do Concelho de Leiria: a Empresa de Cimentos de Leiria (ECL) não era

⁸⁹ Dos autores que fizeram incursões neste campo veja-se: Maria Filomena Mónica, *Os grandes patrões da indústria portuguesa* (Lisboa: Publicações D. Quixote, 1990); Miguel Figueira de Faria e José Amado Mendes, «Grupos Económicos Portugueses, da República ao Estado Novo (1910-1974). Balanço historiográfico e novos dados.» Comunicação apresentada no *X Congresso Internacional da AEHE* (Sevilla: Ed. Universidad Pablo de Olavide Carmona, 2011).

⁹⁰ No caso dos cimentos «Liz», foi precisamente através do casamento que os Sommer se ligaram aos Champalimaud, que por sua vez se ligaram aos Mello da Companhia União Fabril (CUF).

uma empresa industrial, era simplesmente uma empresa política destinada a combater as instituições republicanas. Era ainda ali escrito que a ECL deveria chamar-se antes «Azilo Rainha D. Amélia». (Cf. Anexo1. Fig.1) Não há dúvidas quanto ao acerto em relação às afinidades políticas de acionistas e diretores da ECL. Estes eram na sua maioria monárquicos, estando intimamente ligados à Causa Monárquica.⁹¹ Mas o que o grupo de republicanos radicais não compreendeu foi que não havia contradição entre projeto político e industrial. Um e outro, como veremos, alimentaram-se mutuamente.

O dia 5 de outubro de 1910, em que foi deposta a Monarquia e instaurado um regime republicano em Portugal, foi uma data crucial na biografia de Gastão Benjamim Pinto, um dos cinco principais atores históricos que idealizaram Maceira-Liz, e cujas ligações familiares tanto à Monarquia como à modernização da indústria cimenteira aqui se destacam. (Cf. Anexo1. Fig.2). A proclamação do novo regime levou ao exílio da sua família em Nápoles, acompanhando a Rainha D. Maria Pia.⁹²

O pai de Gastão, João Benjamim Pinto, era à data nada menos que Oficial-mor da Casa Real e vedor da Fazenda da Rainha.⁹³ Foi na sua estadia no exílio em Itália de 1910 a 1911 que

⁹¹ A Causa Monárquica constitui-se de modo difuso imediatamente após a proclamação da República. Esta organização começou por ser um imediato desfecho da auto-dissolução das antigas formações partidárias, começando por ser a expressão política do desejo de restaurar a ordem constitucional monárquica. Inicialmente, o seu principal objetivo era o de restituir e apoiar o rei D. Manuel II, exilado em Londres, funcionando como veículo das opiniões e diretivas da atuação política do último monarca português. Apesar de o pacto de Dover, documento redigido por Paiva Couceiro (janeiro 1912) ter estabelecido uma plataforma entre legitimistas e constitucionais, esta organização não unificava as várias fações monárquicas, já que inicialmente se identificava apenas com a facção de D. Manuel e dos seus partidários mais diretos. Foi em 1914 durante o Ministério de Bernardino Machado que foi legalmente constituída a Causa Monárquica, tendo sido reconhecida um ano depois pela Ditadura de Pimenta de Castro (19 de junho a 1915 a 29 de novembro de 1915). Só em 1915 foi constituída a sua Direção que passou a ser presidida pelo seu lugar-tenente Aires Ornelas, integrando João Azevedo Castelo Branco, João Ulrich, Sousa Rodrigues, e os ex-titulares Conde de Sobral e Solla, D. Luís de Castro, e em Londres, Visconde de Asseca e Marquês de Soveral. Com a sua constituição oficial, ainda em 1914, agravou-se a divisão entre fações monárquicas, passando os mais radicais a agruparem-se em torno do Integralismo Lusitano. Após a queda da Monarquia do Norte, em 1920 o Integralismo Lusitano passou a apoiar o ramo legitimista de D. Duarte Nuno, filho de D. Miguel Januário de Bragança, residente em Seebenstein na Áustria contra o legítimo herdeiro de D. Pedro IV. A partir desse ano, reemerge a profunda divisão entre monárquicos - miguelistas e liberais - que não terminara aquando da Convenção de Évora-Monte (1834), cruzando todo o século XX. Ao longo da Primeira República, esta organização teve muito pouco impacto político já que não confederava as diversas fações políticas monárquicas. Segundo Paulo Archer de Carvalho, só a partir da súbita morte de D. Manuel em 1932 sem descendência foi superada a questão dinástica. A Causa Monárquica afirmar-se-á como organização política unificada relativamente autónoma, confluyente e tolerada pelo Estado Novo, regime de partido único - a União Nacional - que muitos monárquicos integraram. Cf. Paulo Archer de Carvalho, «Causa Monárquica», em *Dicionário Histórico da I República e do Republicanismo*, Vol. 1 Coord. Geral, M. Fernanda Rollo (Lisboa: Ed. Assembleia da República, 2013), 600-603.

⁹² Gastão Benjamim Pinto (1886-1976) nascera numa família ligada à Casa Real portuguesa, identificava-se com os ideais monárquicos que defendeu até ao fim da vida. Era Capitão do Exército e Engenheiro Civil e de Minas de formação, tendo a sua educação passado pelo Colégio Militar. Foi um membro ativo da Causa Monárquica, desde a sua formação e acionista da ECL desde a sua fundação até à sua morte.

⁹³ João Benjamim Pinto (1851-1914) foi General e Oficial-Mor da Casa Real, oficial de D. Luís e de D. Carlos, tendo ainda desempenhado as funções de vedor da rainha D. Maria Pia. Foi-lhe atribuído o título de 1º Conde de Vialonga.

Gastão Benjamim Pinto, formado em Engenharia Civil e de Minas pela Escola do Exército, se apercebeu da importância que o cimento começava a ter nos novos sistemas construtivos. Tendo vivido no Palácio Real de Nápoles, na proximidade da região de Pozzuoli, teve aí acesso a informação privilegiada acerca da produção de cimento. Pozzuoli é uma localidade italiana situada nas imediações do Vesúvio, onde se encontram cinzas vulcânicas conhecidas por cinzas pozolânicas; foi este topónimo que deu origem à palavra Pozzolana, componente fundamental na produção de cimentos com maior capacidade hidrófuga, essencial à construção de obras marítimas.⁹⁴ Como se verá ao longo desta investigação, o cimento destinado às obras marítimas terá lugar de destaque para estabelecer relações estreitas entre Indústria e Estado.

Para além de Gastão, referir-se-ão neste capítulo os outros quatro homens envolvidos no projeto de Maceira-Liz: Henrique de Araújo Sommer, José Sommer Ribeiro, José Osório da Rocha e Mello e Amável Jardim Granger. Veja-se o que faziam estes atores por alturas do 5 de outubro, de 1910 nove anos antes da formação da ECL. (Cf. Anexo 1. Fig. 3)

Henrique Sommer integrava a empresa paterna, a Casa Sommer & C^a, que se dedicava em especial à importação de aço.⁹⁵ De José Sommer Ribeiro, pouca informação existe nas fontes consultadas, para além de referências à sua formação pela Escola do Exército e de deter a patente

Foi agraciado com distinção de Comendador da Ordem de Cristo e com a Grã-Cruz das Ordens de S. Maurício e S. Lázaro, Francisco José e Isabel a Católica. Do casamento com Sofia Anaiz Gomes (1860-1925), Gastão foi o filho mais velho e o único varão dos três filhos nascidos. Cf. Dados cedidos pela Família Pinto Gonçalves.

⁹⁴ Pozzolana é um material silicoso ou sílico-aluminoso que, quando finamente moído e na presença de água, reage com hidróxido de cálcio, formando compostos com propriedades cimentícias. Originalmente, as pozolanas são rochas de origem vulcânica, embora, o termo também englobe os materiais produzidos industrialmente, ou derivados de cinzas volantes de processos de queima industrial. As principais vantagens resultantes da adição de pozolana ao cimento comum é a hidratação lenta com baixa libertação de calor e aumento da resistência do betão aos sulfatos e a outros agentes agressivos ácidos. «As pozolanas devem ser aplicadas em todos os betões sujeitos à corrosão e às variações de temperatura devidas ao calor de hidratação do cimento: betões de obras hidráulicas – quer marítimas quer fluviais – e betões em fundações sujeitas à ação de águas agressivas, em especial contendo sulfatos. A sua aplicação em barragens é recomendável por baixarem os calores de hidratação do betão, diminuindo as tensões de tração e portando o perigo de fissuração na ocasião em que a temperatura do betão baixa, e aumentando a sua resistência à ação agressiva das águas da albufeira. A aplicação das pozolanas nas obras marítimas é das mais importantes, pois a resistência do cimento *Portland* à ação agressiva da água do mar é então muito aumentada. As pozolanas devem ser aplicadas de preferência na fabricação do betão, juntando-as no próprio estaleiro aos demais componentes do betão». Cf. LNEC, «Nota sobre a utilização de pozolanas», *II Serviço – Secção de Materiais de Construção*, Proc. 133 – II, Lisboa, julho de 1954, Ministério das Obras Públicas – Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Cota 133, doc. A4 dactilografado, 1.

⁹⁵ Henrique de Araújo Sommer (1886-1944) era filho de Henrique José de Oliveira de Sommer (1852- 1926) e de Ana Luísa de Araújo. Henrique foi o quarto dos seus seis filhos, Maria Luísa de Araújo de Sommer (n. 1882), Albana de Araújo de Sommer (n.1883), Ana de Araújo de Sommer (n. 1885), Fernando de Araújo de Sommer (n. 1887) e Afonso de Araújo de Sommer (n. 1891). Embora se tenha destacado como o grande industrial dos cimentos do século XX, dedicou-se também a outras áreas industriais, que, tal como nos cimentos, implicaram a introdução de novas tecnologias no país. Nos últimos anos de vida, Sommer fundou com um grupo de amigos, tal como fizera com a sua fábrica de Maceira-Liz, a Sociedade Industrial de Máquinas Térmicas, empresa cujo principal objetivo era o aproveitamento de novas patentes estrangeiras, que contribuíssem para a evolução técnica dos motores. Cf. Filipe S. Fernandes, *Fortunas e Negócios. Empresários Portugueses do Século XX* (Lisboa: Oficina do Livro, 2003), 61-80.

de capitão de artilharia.⁹⁶ Rocha e Mello frequentava o terceiro ano do Curso Geral de Engenharia Civil e Minas na Escola Politécnica de Lisboa.⁹⁷ Amável Granger, filho de um engenheiro de origem francesa, integrava o Exército onde progredia na carreira de oficial de Cavalaria.⁹⁸ Formações técnicas comuns, laços familiares e amizade entre famílias uniam os cinco. Henrique era amigo de infância de Gastão, havendo estreita proximidade entre as respectivas famílias. José era primo direito de Henrique e fora colega de Gastão na Escola do Exército, a principal escola de engenharia do país até à formação do Instituto Superior Técnico (IST) em 1911. Por sua vez, Henrique, José, Gastão e Amável haviam sido alunos no Colégio de Campolide em Lisboa e, exceto Henrique, haviam todos frequentado em simultâneo o Colégio Militar.⁹⁹ Note-se que até à implantação da República aquela instituição de ensino pré-universitário criada e dirigida pela

⁹⁶ José de Sommer Ribeiro (1886-1963) era filho de Maria Carolina de Oliveira Sommer (1857- 1944) e de José Aleixo Ribeiro (1856-1938), era primo direito de Henrique Sommer pelo lado materno. Foi Capitão de Artilharia, tendo combatido na Primeira Grande Guerra Mundial. Do casamento com Maria Rosa Peixoto da Silva de Carvalho e Bourbon (n.1885), nasceram três filhos. Pelo trabalho como administrador desenvolvido em Maceira-Liz, durante o Estado Novo, foi-lhe atribuído o grau de Comendador da Ordem de Mérito Agrícola e Industrial (Classe de Mérito Industrial). Foi ainda agraciado com distinção de Comendador da Ordem de Cristo e com a Grã-Cruz das Ordens de S. Maurício e S. Lázaro, Francisco José e Isabel a Católica.

⁹⁷ José Osório da Rocha e Mello (1891-1967) nasceu em Vouzela, distrito de Viseu. Seu pai era José Bento da Rocha e Mello formado em Direito e sua mãe Maria Benedita de Brito e Cunha de Aires Gouveia, era neta do fundador da Praia da Granja. Do casamento com Alcina Maria Pereira Coutinho de Vilhena Osório n.1898, em 1922, nasceram cinco filhos, três rapazes e duas raparigas. Somente dois dos filhos casaram, e apenas um deixou descendência, foi João Maria de Vilhena Rocha e Mello (1925-1979), falecido prematuramente; do seu casamento com Maria Teresa Corrêa Ferreira Roquette, nasceram sete filhos que deram continuidade à família do engenheiro que criou e dirigiu Maceira-Liz. O nascimento e crescimento num ambiente profundamente religioso, levou a que os outros dois rapazes ingressassem ambos na Companhia de Jesus. Porém, o primogénito José Manuel de Vilhena Rocha e Mello (1924-1983) estudou primeiro engenharia civil no IST, e só depois ingressou na Companhia de Jesus, tendo fundado no início da década de 60 numa das zonas mais pobres de Lisboa, o Centro Social da Musgueira. O mais novo, Luís de Vilhena Rocha e Mello (1937-2009), foi Superior dos Jesuítas. Das raparigas apenas a mais nova Maria Filomena de Vilhena Rocha e Mello (1931-2009) casou sem deixar descendência. A mais velha Maria do Rosário de Vilhena Rocha e Mello (1926-2008) também dedicou a sua vida a apoiar causas sociais; integrou o grupo de católicos progressistas da Capela do Rato, tendo sido vigiada e perseguida pela PIDE; foi uma das fundadoras da Centro Social do Sagrado Coração de Jesus, na Lapa. Dados cedidos pela Família Rocha e Mello.

⁹⁸ Amável Jardim Granger (1888-1957) tinha ascendência francesa pelo lado paterno. O seu pai, Amável Granger, (n. 1860) era também engenheiro, o nome de sua mãe Cecília Jardim. O seu avô paterno era oriundo de França, Perpignan. Chamava-se Joseph Bernard Granger (n.1830), tendo vindo para Portugal e casado com Emília Romana da Conceição. Amável Granger casou duas vezes. Teve um primeiro casamento com Maria Júlia Braamcamp de Matos Vilardebó (1892- 1912), que faleceria ainda jovem. Deste matrimónio nasceu uma filha. Em 1923, casou pela segunda vez com Maria José do Padre de Santa Marta de Mesquita e Melo (n.1889). Deste segundo casamento nasceram cinco filhos já em Maceira-Liz e ali cresceram. Dados cedidos pela Família Granger.

⁹⁹ Entrevista de Luís Pinto Gonçalves a Isabel Bolas, realizada a 1 de maio 2019. Esta instituição de ensino foi criada e organizada aquando da restauração da Companhia de Jesus em Portugal, após a expulsão no século XVIII pelo Marquês de Pombal. Foi sob a orientação do padre de ascendência holandesa, Carlos Rademaker (1828-1885), que em 1858, foi inaugurado o Colégio de Maria Santíssima Imaculada, conhecido como Colégio de Campolide, dada a sua localização. Sendo destinado às elites, esse foi um dos argumentos utilizados pelos republicanos, opositores da Companhia de Jesus para o encerram no final de 1910. Cf. Francisco Malta Romeiras, *Ciência, Prestígio e Devoção. Os Jesuítas e a Ciência em Portugal século XIX e XX* (Cascais, Ed. Lucerna, 2015).

Companhia de Jesus era frequentada essencialmente pelos jovens das famílias da elite portuguesa.¹⁰⁰

Embora só se viessem a encontrar em 1919, Henrique Sommer e José Rocha e Mello tinham em comum a educação e formação, com forte influência germânica. Já Rocha e Mello e Granger conhecer-se-ão em 1915, ano em que ambos frequentam a *École d'Ingénieurs de l'Université de Lausanne*, na Suíça. Por fim, Rocha e Mello e Gastão tinham em comum uma forte ligação à praia da Granja, estância de veraneio que congregava a elite aristocrática do norte, centro e sul do país.

1.2.1. Engenharia: José Osório da Rocha e Mello

Estabelecidos os laços entre os diferentes atores e considerando o papel de destaque que, como se verá, Rocha e Mello assumiria no projeto de Maceira Liz, é necessário aprofundar a sua trajetória biográfica para entender a importância da já referida Praia da Granja. José Osório da Rocha e Mello, nasceu em Vouzela, no distrito de Viseu. Oriundo, da parte da mãe, de uma família da alta burguesia do Porto, a família desde cedo confiou a sua educação a uma ama alemã, sendo que a língua e cultura alemãs se mantiveram uma referência na sua formação.¹⁰¹ Foi no Porto que fez os estudos liceais. O seu bisavô materno foi José Frutuoso da Silva Aires, negociante e exportador de vinhos, que fundaria a Praia da Granja como colónia balnear.¹⁰² Tendo comprado a Quinta da Granja em 1861, Frutuoso Aires, iniciou a sua urbanização, construindo sete *chalets* para os seus filhos. Em simultâneo, iniciou ali o desenvolvimento de todo um conjunto de equipamentos sociais e recreativos, que transformariam o lugar na mais bem equipada e aristocrática estância de veraneio do Norte do País. Esta obra social e recreativa seria desenvolvida nas décadas seguintes pelos seus filhos e respetiva descendência.¹⁰³

¹⁰⁰ Entre 1912-1914, este colégio funcionou provisoriamente na Bélgica; com o início da Primeira Guerra, os Jesuítas que o dirigiram fixaram-se em La Guardia (Pontevedra), tendo-se, entretanto, deslocado para Tui; em 1932 na sequência da Proclamação da República em Espanha (maio 1931) o Colégio voltou para Portugal, tendo sido agora instalado nas Caldas da Saúde em Santo Tirso onde passou a designar-se Colégio Nun'Álvares. Para além dos atores já mencionados, também Carlos Pinto Barros Montez Champalimaud ali foi educado, assim como os dois filhos mais velhos, António e Henrique. Cf. José Freire Antunes, *Champalimaud* (s. l.: Temas e Debates, 1997), 15, 25-28.

¹⁰¹ Entrevista de José Bento de Rocha e Melo e Rita Patacho a Isabel Bolas, realizada a 1 de maio de 2018.

¹⁰² Frutuoso José da Silva Aires (1804-1881), nasceu em Vouzela onde casou com Maria Máxima de Gouveia Osório Braga. Bacharel em Direito, foi negociante e exportador de vinhos, tendo sido conselheiro da Santa Casa da Misericórdia. Foi o fundador da Praia da Granja, tendo adquirido a Quinta da Granja que pertencera aos frades cruzados de Grijó, e, que fora integrada nos bens do Estado após a expulsão das Ordens Religiosas. Foi Ana Joaquina Gertrudes de Sousa e Cunha quem por sua vez arrematou aquela propriedade em hasta pública, tendo-a vendido a José António Alves Viana, que em 1861 a vendeu a Frutuoso Aires, bisavô de Rocha e Mello. A escritura foi feita a 31 de dezembro de 1860. Cf. António Paes de Sande Castro, *A Granja de todos os tempos* (Gaia: Ed. Câmara Municipal de Gaia, 1973), 64.

¹⁰³ Significativamente, mais tarde em Maceira-Liz, ao longo da evolução do espaço urbanizado, pode observar-se a implementação e a dinamização de medidas sociais e de entretenimento, concentradas a partir de 1934 na Casa do

Desde o final do século XIX até às primeiras décadas do século XX, importantes decisões políticas e económicas terão sido tomadas na Praia da Granja, uma vez que esta ganhou o estatuto de lugar de veraneio de muitas ilustres famílias, não só de capitalistas, comerciantes, proprietários, industriais e engenheiros, mas também de políticos, magistrados, médicos, escritores, artistas e académicos provenientes não só do Norte, mas também do Centro e Sul do país.¹⁰⁴ Um dos primeiros membros da elite industrial a frequentar a Granja foi Domingos Pereira Pinto Basto, sétimo filho do fundador da Fábrica Vista Alegre, seguindo-se-lhe os restantes membros da família. Quando em 1876 foi feita a escritura dos Estatutos da Companhia da Assembleia da Granja, SARL, foi a vez de Anselmo Braancamp se inscrever como acionista. O objetivo desta Companhia era a edificação de um prédio na Praia da Granja para nele se estabelecer uma Assembleia com o objetivo de desenvolver diversas atividades recreativas.¹⁰⁵ Foi também nesse ano que ali foi firmado o Pacto da Granja que esteve na origem do partido Progressista.¹⁰⁶ Dez anos depois, os espaços que a constituíam incluíam já um salão de baile, um teatro, uma sala de leitura, e duas salas dedicadas a jogos, assim como vários espaços de apoio, copa, toilette e uma sala da direção.¹⁰⁷ Ao longo dos anos, ali se realizaram numerosas festas que incluíam concertos, récitas de amadores de comédia, teatro de revista, zarzuelas, quadros vivos, bailados e também palestras.¹⁰⁸ Note-se que os intervenientes nestas atividades eram os próprios sócios da Assembleia. Posteriormente, esta viria a ser designada como “o Clube da Granja”. Mas, para além dos aspetos lúdicos e culturais, a Assembleia criaria ao longo dos anos novas valências na área urbanizada da Granja. Logo em 1891, os seus diretores criariam com grande entusiasmo uma cooperativa de consumo.¹⁰⁹

Pessoal, que na sua essência são uma clara transposição das valências recreativas e culturais do Club da Granja, dinamizados pela Assembleia criada pelo bisavô de Rocha e Mello. É importante assinalar que as valências recreativas proporcionadas à elite aristocrática no Norte do País, na Praia da Granja viessem a ser idênticas às que, como se verá, foram implementadas para fixar, educar e incutir hábitos culturais ao operariado de Maceira-Liz a partir de meados dos anos vinte do século XX.

¹⁰⁴ É de referir que também um grande grupo de famílias espanholas foi gradualmente afluindo à Granja para ali passar o Verão, tendo estabelecido laços familiares com famílias portuguesas através do casamento.

¹⁰⁵ Os Estatutos da Companhia da Assembleia da Granja, SARL viriam a ser publicados no Diário do Governo a 1 de novembro de 1876. Cf. Castro, *A Granja* ...117-127.

¹⁰⁶ Foi a 9 de setembro de 1876 que se reuniram na Granja na casa de José Ribeiro da Cunha os mais importantes membros de dois dos partidos políticos existentes - o Histórico e o Reformista. Deste encontro foi deliberado fazer uma fusão entre estes dois partidos num único que seria denominado Progressista. As bases deste novo partido seriam estudadas por uma comissão ali eleita composta por D. António Alves Martins, Bispo de Viseu, que chefiava os Reformistas; Anselmo Braancamp, que sucedera ao Duque de Loulé à frente dos Históricos, e ainda José Luciano de Castro, Mariano Cyrilo de Carvalho, Adriano Machado e Tomás Lobo d'Ávila. Para além destes outros importantes políticos, ali estiveram reunidos nesse dia. Este ato ficou conhecido como Pacto da Granja. Cf. Castro, *A Granja*..., 127-129.

¹⁰⁷ Idem, 210-213.

¹⁰⁸ Idem, 144.

¹⁰⁹ Idem, 240.

Quanto aos acionistas que se foram gradualmente juntando a este projeto, no ano de 1879, seria a vez de Henri Burnay de integrar a estrutura acionista da Companhia, à qual se juntou também, dois anos depois João Henrique Ulrich.¹¹⁰ Todos eles são nomes de destaque na história do capitalismo português.¹¹¹

As relações da Casa Real com a Granja estreitaram-se desde cedo. No ano em que foi construída a futura Casa da Assembleia, 1869, D. Luís e D. Maria Pia foram nela recebidos por Frutuoso Aires, aquando da visita da família real à cidade do Porto. Oito anos depois em 1877, D. Luís, acompanhado pelo Duque de Loulé esteve de novo na Granja, aquando da inauguração da ponte D. Maria Pia. Após o falecimento do Rei em 1889, D. Maria Pia elegeu a Granja como destino de veraneio, fazendo desta praia um dos locais preferidos das famílias aristocráticas portuguesas. A 15 de setembro de 1891, D. Maria Pia ficaria alojada no *chalet* de Henri Burnay, que passou a ser conhecido como *Paço da Granja*.¹¹² Vinha acompanhada do Infante D. Afonso e do seu ajudante, Major João Benjamim Pinto, pai de Gastão. Nesse mesmo ano nascera José Osório Rocha e Mello, existindo um registo fotográfico da sua presença na Granja nos primeiros meses de vida, ao colo da sua avó e rodeado da família e amigos na casa construída pelo seu bisavô.

A lista de nomes dos sócios da Assembleia da Granja é extensa e digna de atenção, não só pelo amplo leque de pessoas de destaque das mais variadas áreas, mas principalmente pela evolução cronológica da adesão de novos membros. Muitos deles teriam papel bem importante na história do cimento nacional. Em 1913, torna-se sócio o engenheiro Afonso Zuzarte de Mendonça, tendo sido apresentado por José Rocha e Mello.¹¹³ Como veremos mais adiante, este engenheiro será em 1930 o presidente da Comissão que aprovará o primeiro regulamento português de produção de cimento, integrada também por José Osório Rocha e Mello.

Três anos depois, em 1916, surge a inscrição de Gastão Benjamim Pinto, a título individual, uma vez que já com os seus pais frequentava aquela estância balnear desde o final do século XIX. (Cf. Anexo1. Fig.4) Para além de Gastão, inscreve-se também Martinho de Nobre Mello, que viria

¹¹⁰ Idem, 155 e 167.

¹¹¹ A lista é longa e merece alguma reflexão. Na década de 90 do século XIX, tornaram-se acionistas por exemplo, o Conde de Vila Real, o Conde de Rezende, o Conde de Lumbrals, o Conde de Moser, o Visconde de Ermida, membros das famílias Pinto Basto, Brito e Cunha, Van Zeller, Andresen, Viterbo, Calheiros, Pinto Leite, Faria de Mesquita por exemplo. Francisco Manuel Pereira Caldas, António Ramos Pinto, Francisco Salgado Zenha, Bernardino Machado, Conselheiro Manuel Afonso de Espregueira entre muitos outros. Cf. Castro, *A Granja...*

¹¹² A receção à Rainha revestiu-se de algum aparato, tendo sido montado um abarracamento de tropas que veio fazer guarda de honra à família, tendo chegado a 13 de setembro o Tenente de Engenharia Francisco de Paula Azeredo para superintender aos trabalhos do destacamento militar de Infantaria, que incluía 4 oficiais, 10 sargentos e cabos, 50 soldados e ainda uma banda de música. Cf. Castro, *A Granja...*, 249-250.

¹¹³ Ibidem, 443.

a ser um dos mais fervorosos adeptos da Causa Monárquica, e daria um importante contributo teórico para o corporativismo português (autor do *Manifesto* de 1926).¹¹⁴ No ano seguinte, surge o nome de Ricardo R. do Espírito Santo Silva.¹¹⁵ Em 1918, foi ali que Paiva Couceiro passou o Verão acompanhado da sua família, uns meses antes de liderar as incursões monárquicas do início de 1919.¹¹⁶

Na família Rocha e Mello existia uma forte ligação à Igreja, tendo José Osório tido uma educação católica que se manifestou ao longo da sua vida numa profunda fé pessoal. Segundo João Leal de Faria,¹¹⁷ engenheiro formado pelo IST que com ele estagiou na Fábrica de Maceira-Liz e que escreveu a primeira biografia (não publicada) de Rocha e Mello, aquele era um homem profundamente religioso, católico de alma e coração, e que não o proclamava nem o escondia.¹¹⁸ O tio-avô materno de Rocha e Mello foi D. António Frutuoso Aires de Gouveia Osório, católico liberal e figura controversa nos meios eclesiásticos, que entre outros cargos viria a ser nomeado em 1884 Bispo de Betsaida por Leão XIII, sendo posteriormente nomeado Arcebispo de Calcedónia.¹¹⁹ Para além do percurso eclesiástico trilhado, este seu tio avô foi também deputado, tendo tido um papel determinante na abolição da pena de morte.

Quanto ao avô materno de Rocha e Mello, este nascera no Porto, era o filho mais velho de Frutuoso José da Silva Aires e chamava-se, como já referido, José Frutuoso Aires de Gouveia Osório.¹²⁰ Foi Par do Reino, fidalgo da Casa Real e da Legião de Honra de França, tendo sido

¹¹⁴ Cf. Ernesto de Castro Leal, «A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)», *Análise Social*, XXXIII nº148 (1998), 832.

¹¹⁵ Idem, 469 e 471.

¹¹⁶ Idem, 485.

¹¹⁷ João Luís Ribeiro Leal de Faria (1920-2014) era formado pelo IST em Engenharia Mecânica, parte do seu estágio final foi realizado na Fábrica de Maceira-Liz. Estágio iniciado a 12 de julho de 1942 num período em que se iniciou a revisão geral dos 3 grandes motores da Central Diesel, existentes desde 1923. Conta que sorteados os motores coube a ele estudar um motor cuja marca era *Burmeister & Wein*. No período do seu estágio ficou instalado na «Caserna dos Solteiros», em pleno Bairro da Fábrica. O pai de João Leal de Faria era o engenheiro Teófilo Leal de Faria (1888-1952), que a partir do ano em que a ECL se tornou sócia maioritária, em 1935 passou a ser o Diretor da Companhia de Cimento Tejo. Cf. Gastão Benjamim Pinto, *Caderno III*, documento em formato A5, manuscrito a caneta, (1938-1944). AHFML; Oliveira, *A Indústria Portuguesa ...* Vol. 1, 174.

¹¹⁸ Cf. João Leal de Faria, *Ao Recordar o Mestre (o Engº Rocha e Mello dos Cimentos)*, Doc. não publicado, cedido pela Família Leal de Faria, (1992), s.p.

¹¹⁹ D. António Frutuoso Aires de Gouveia Osório (1828-1916) ingressou na Universidade de Coimbra em 1851 onde se Doutorou em Direito e Teologia, e foi Lente de Direito. Foi Deputado, Par do Reino, Ministro da Justiça em 1865 e 1892. Foi ainda Ministro dos Negócios Eclesiásticos, além de mais tarde sido Ministro dos Negócios Estrangeiros num governo dirigido por José Dias Ferreira. Cf. Victor Neto, “A. Aires Gouveia: da ideologia Humanitária ao Regalismo Liberal”, *Revista de História das Ideias*, nº11, Inst. De História das Ideias, Faculdade de Letras Coimbra, (1989), 373-443.

¹²⁰ José Frutuoso Aires de Gouveia Osório (1827-1887), formou-se como bacharel em Filosofia e Medicina em Coimbra, tendo-se doutorado em Edimburgo. Exerceu clínica na Hospital da Misericórdia do Porto, e foi lente na Escola Médico-cirúrgica do Porto. Casou a 16 de julho de 1866 com Virgínia de Brito e Cunha, união da qual apenas nasceu uma filha, Maria Benedita de Brito e Cunha Aires de Gouveia Osório, a mãe de Rocha e Mello. Cf. Castro, *A Granja...*, 188; U. do Porto «Docentes e Estudantes da Real Escola de Cirurgia e da Escola Médico-Cirúrgica do

vereador e Presidente da Câmara Municipal do Porto em 1886-8. Fundou o Club Portuense (1857) e foi o primeiro lente da disciplina Higiene Pública e Medicina Legal (1863), tendo ainda sido redator de reconhecidos periódicos médicos (*Gazeta Médica*, *Saúde Pública*), e criado em 1880 a Sociedade de Instrução do Porto (SIP).¹²¹ Este avô de Rocha e Mello esteve envolvido na exposição de 1857 nessa cidade, reflexo do novo impulso agrícola e industrial despoletado pela criação do Ministério das Obras Públicas no período da Regeneração.¹²² Quatro anos depois, na Exposição Industrial do Porto de 1861, foi ele que apresentou o auto a assinar por D. Pedro V na cerimónia do lançamento da primeira pedra do edifício do Palácio de Cristal.

A ascendência de Rocha e Mello revela várias influências essenciais à compreensão dos seus projetos futuros. Nomeadamente, o interesse pela educação, o higienismo e a promoção de iniciativas recreativas de que o seu avô materno fora pioneiro. Veja-se em 1880 como Frutuoso Aires de Gouveia Osório descrevia o principal objetivo da SIP a que presidia, assente no positivismo, no culto da experiência e no desenvolvimento do saber técnico:

Crear indivíduos que se governem bem, e que obrem acções uteis ao Estado é fim da educação. Para conseguir este resultado é indispensável não poupar nenhum dos meios que a experiencia reconhece eficazes. É preciso dar ao individuo recursos novos d'observação e de raciocínio, por meio dos quais possa apreciar os factos que vê, achar a sua razão e calcular o seu alcance. É este o caminho da sciencia; e somente ella pode tornar o trabalho da educação preciosa e fecunda para as descobertas, que constituem o progresso.¹²³

Ao longo desta investigação, ficará patente como estes princípios norteadores da SIP estariam presentes, mais tarde, na manifesta preocupação com a educação e o ensino de princípios básicos, assim como na formação técnica dos trabalhadores da ECL.

Porto», https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20rec/emc%20-%20jos%c3%a9%20frutuoso%20aires%20de%20gouveia%20os%c3%b3rio

¹²¹ Os estatutos da SIP aprovados a 19 de maio de 1880, eram constituídos por uma agremiação de indivíduos de ambos os sexos, podendo ser nacionais ou estrangeiros. O seu objetivo era contribuir para o progresso do país e os interesses principais relacionavam-se com a história das ciências, das artes e das indústrias portuguesas. Cf. *Estatutos da Sociedade de Instrução do Porto*. Porto. Typographia Elzeviriana, 1883, 5. Citado por Duarte N. Barros Cardoso, «Sociedade de Instrução do Porto», *Douro: Estudos & Documentos*, Revista da FLUP, Vol. 8, nº16 (2003), 126.

¹²² Foi ele que secretariou a Grande Exposição Agrícola do Porto, inaugurada a 12 de julho. Exposição organizada por Alfredo Allen e Roberto Van-Zeller da Sociedade Agrícola do Porto. O objetivo desta exposição era, não só incentivar aos agricultores à produção, mas também a utilização de novas tecnologias (Viana 1970, 70), citado por Carlos Loureiro, «O Museu Industrial do Porto (1883-1899)», em *Coleções de ciências físicas e tecnológicas em museus universitários: homenagem a Fernando Bragança Gil*, coord. Alice Semedo e Armando C. Ferreira da Silva, (Porto: U. Porto. Fac. Letras. Depart. de Ciências e Técnicas de Património. Secção de Museologia, 2005), 91.

¹²³ Cf. *Sociedade de Instrução do Porto*, Porto, 1º Ano, nº7, 1 de julho de 1881, Revista, 217r. Citado por, Cardoso, «Sociedade de Instrução...», 2003, 129.

Quando ao pai de Rocha e Mello, chamavam-se José Bento da Rocha e Mello, e, sendo frequentador da Granja desde finais da década de 1880, foi aí que conheceu a neta do seu fundador Maria Benedita de Brito e Cunha Aires Gouveia com quem viria a casar.¹²⁴

Foi no final da Monarquia, em 1908, que Rocha e Mello iniciou a sua formação superior, ingressando na Escola Politécnica de Lisboa, onde, segundo Gil Brás de Oliveira, frequentou durante três anos as cadeiras do curso geral de Engenharia Civil e Minas.¹²⁵ Em 1911, apercebendo-se que o curso que frequentava não lhe iria satisfazer as expectativas que tinha na profissão que queria desempenhar - a de engenheiro civil - decidiu prosseguir a sua formação académica na Alemanha, país cuja língua dominava e onde esperava encontrar um curso de engenharia que lhe permitisse colmatar as lacunas que afirmava sentir no ensino técnico português. Nesse ano, matriculou-se na *Königliche Technische Hochschule* em Charlottenburg - Berlim. Foi nesta Escola que serviria de modelo para o IST, que frequentou o curso até 1914.¹²⁶ Em 1914, com o início da Primeira Guerra Mundial, Rocha e Mello foi obrigado a interromper os estudos na Alemanha. No ano seguinte, ingressou nos anos mais avançados da *École d' Ingénieurs da Université de Lausanne*, na Suíça, tendo concluído o curso de «engenheiro construtor» em 1917, regressando nesse ano a Portugal (Cf. Anexo1. Fig.5).

O percurso académico de José Osório da Rocha e Mello denota bem o clima de instabilidade que se vivia nestes primeiros anos do século XX, tanto em Portugal, com a reformulação da estrutura do ensino de engenharia levada a cabo por Brito Camacho, como na Europa. Em 1918, Rocha e Mello voltava a partir para a Suíça onde fez um estágio de um ano e meio como voluntário

¹²⁴ José Bento da Rocha e Mello (1859-1938) nasceu em Vouzela. Era formado em Direito pela universidade de Coimbra. Foi Conservador do Registo Civil em Lisboa, Governador Civil de Santarém (1897-1900) e Deputado nas legislaturas de 1906 e 1908. Do casamento com Maria Benedita de Brito e Cunha Aires Gouveia (1869-1927) nasceram sete filhos, tendo José Osório sido o primogénito. A mãe de Rocha e Mello foi durante toda a vida grande entusiasta da animação da Praia da Granja, quer auxiliando a preparação das festas religiosas na capela da Granja, quer organizando «quermesses» com o intuito de auxiliar os pobres de Arcozelo e São Félix. Era ainda uma entusiasta jogadora de ténis. Cf. António Paes de Sande Castro, *A Granja...*, 76, 189.

¹²⁵ Cf. Gil Braz de Oliveira, *Evocação de José Osório da Rocha e Mello* (Lisboa: CIMPOR Cimentos de Portugal, 1991), 11.

¹²⁶ Refira-se que fora nesta Escola que Walter Gropius estudara entre 1905 e 1907. Embora não seja provável que se tenham aí cruzado, Gropius e Rocha e Mello tiveram em parte a mesma formação e as mesmas influências académicas enquanto jovens estudantes. No mesmo ano em que Rocha e Mello iniciava o processo de construção da Fábrica de Cimento de Maceira-Liz, Gropius estaria à frente de um grupo de arquitetos, artistas e artesãos modernistas, dirigindo a primeira Escola de Artes e Ofícios que viria a difundir os ideais do movimento moderno nas artes e na arquitetura: a Bauhaus, inaugurada em 1919. No conjunto edificado do Bairro da Fábrica de Cimento que seria construído em Maceira, bem como em alguns edifícios fabris, detetam-se algumas influências que a arquitetura e urbanismo alemão tiveram na formação do jovem engenheiro, influências que se refletiram em algumas opções de organização do espaço edificado, assim como na arquitetura de alguns edifícios.

na Fábrica de Cimento Roche em Vaud. O relatório *Notas Industriais - Anteprojecto de uma Empresa*,¹²⁷ elaborado entre 1918 e 1919, feito com base na experiência adquirida no estágio realizado naquela fábrica suíça, veio a revelar-se como um documento fundamental para justificar perante o investidor Henrique Sommer a construção da futura fábrica de cimento de Maceira-Liz. Rocha e Mello dirigiu e foi responsável pela montagem da dita fábrica a partir de 1919, ano em que a ECL foi constituída, mantendo a Direção Técnica até fevereiro de 1952.¹²⁸ Foi membro permanente da *Comissão de Estudo dos Regulamentos Oficiais de Cimentos e Betões* desde que esta foi criada em 1930, tendo ainda sido procurador à Câmara Corporativa, pela 9ª Secção, a da Construção e de Materiais de Construção na 1ª legislatura.¹²⁹

1.2.2. Química: Amável Jardim Granger

Amável Jardim Granger nasceu em Elvas e, tal como Gastão Benjamim Pinto e José Sommer Ribeiro, começou a sua formação no Colégio Militar, tendo iniciado uma carreira no exército. Carreira que foi interrompida quando ocupava o posto de tenente por se encontrar envolvido no incidente político militar de 14 de maio de 1915 “o Golpe das Espadas”. Após este incidente, a sua vida mudou completamente de rumo. Nesta data, Granger, viúvo e pai de uma menina de três anos, saiu do exército e decidiu partir para a Suíça, onde frequentou o curso de Engenharia Química na *Ecole de Ingénieurs de Lausanne*. Foi neste período que conheceu Rocha e Mello, que já ali estudava desde o ano anterior. Em maio de 1919, concluiu o curso (Cf. Anexo1. Fig.6).

Em 1951, num artigo em memória de Henrique Sommer publicado na revista da empresa, Granger deu conta das conversas tidas com Rocha e Mello enquanto estudantes em Lausanne. Relembra terem começado a germinar ideias de juntos virem a contribuir, com a formação que ali

¹²⁷ Cf. José Osório da Rocha e Mello, *Notas Industriais. Ante Projecto de Empresa*, (1918- 1919). Documento em formato A5, manuscrito a caneta, paginado. AHFML.

¹²⁸ Em 1952, por ordem direta de António Champalimaud, passou a trabalhar em Lisboa na sede da ECL, tendo integrado a equipa que viria a criar a Siderurgia Nacional. Fez parte da Administração da Siderurgia tendo sido um dos fundadores desta empresa. Durante as décadas de 30, 40, 50 e 60, foi Diretor Técnico de todas as empresas do Grupo da ECL, tanto na metrópole como nas então designadas colónias ultramarinas. Cf. Ordem da Administração nº 2/52 citado por, Oliveira, *Evocação de...*, 35-36.

¹²⁹ O irmão mais novo de Rocha e Mello foi João Osório da Rocha e Melo (n. 1901). Era licenciado em engenharia química industrial pelo IST, e foi diretor da CUF de 1930 a 1943. Nos anos 40, passou a ser administrador da Empresa de Cobre de Angola. Foi procurador à Câmara Corporativa na IV Legislatura em representação das indústrias metalúrgicas e na VI Legislatura, representando a indústria dos azotados. Parece-me interessante e merecedor de alguma atenção que, no início da década de trinta, os dois mais importantes conjuntos fabris portugueses tivessem na sua direção técnica dois irmãos Rocha e Mello. No início dos anos trinta, ambos pertenciam à elite técnica que dirigia o destino da indústria portuguesa. Cf. Paula Borges Santos, «João Osório da Rocha e Melo», Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto (Dir.), *Dicionário Bibliográfico Parlamentar 1935-1974*, Vol. 2 (Lisboa: Ed. ICS, Assembleia da República, 2005), 108.

realizavam, para o progresso do país. Explica que se lembra de naquele período se terem apercebido da enorme quantidade de cimento que era importado por Portugal. Foi nesse tempo vivido em Lausanne que fizeram um pacto: caso o projeto que começavam a idealizar – construir uma moderna fábrica de cimento em Portugal - viesse a ganhar forma, trabalhariam juntos e Granger seria o engenheiro químico do projeto.¹³⁰

Efetivamente, Granger e Rocha e Mello trabalhariam toda a vida juntos. Granger começou por dirigir o Laboratório da Fábrica de Maceira-Liz, e a partir de 1927, tornou-se seu Sub-Director, cargo que manteve até outubro de 1950. Como diretor do laboratório, teve um papel importante no estabelecimento da rede de contactos com outros laboratórios e com o Estado. A partir de 1927, passou a ter um papel destacado também na implementação das políticas sociais desenvolvidas pela ECL. Quando em outubro de 1934 foi inaugurada a Casa de Pessoal da empresa, foi ele quem a passou a dirigir. Em 1950, com as reestruturações realizadas por António Champalimaud nas Empresas do Grupo ECL, passou a ocupar funções na sede da Direção em Lisboa, onde permaneceu até ao fim da vida.

1.2.3. O capital: a Família Sommer

A família Sommer da Quinta da Cardiga teve um papel fundamental no capital inicial aplicado na construção da fábrica de cimentos de Maceira-Liz, assim como na sua política social. Os Sommer eram oriundos da Alemanha. O avô paterno de Henrique Sommer chamava-se Heirinch Franz Ludwig von Sommer e fez parte do designado Batalhão Alemão (1832-1834), que integrou o Regimento de Lanceiros da Rainha D. Maria II. Este Batalhão teria um papel determinante na vitória das tropas liberais de D. Pedro IV, sobretudo durante o cerco do Porto. Sendo descrito como pessoa de trato difícil e génio turbulento, aportuguesou o seu nome para Luíz de Sommer, acabando por ficar a residir em Portugal.¹³¹ Estabeleceu-se em Lisboa, fundando uma empresa importadora de ferro que posteriormente daria origem à Sommer & C^a. Viria a casar em 1840 com Rita Marcolina Garcês de Oliveira, de quem teve sete filhos.

A sua descendência viria a ligar-se às várias atividades industriais, mas sobretudo à atividade agrícola e à indústria moageira. A Quinta da Cardiga, situada na lezíria junto ao Tejo, entre o

¹³⁰ Cf. Amável Granger, «Presença de Henrique Sommer», *Cimento* nº1, 3 janeiro 1951, 3. AHFML.

¹³¹ Luiz de Sommer era natural do ducado de Brunswick onde foi alferes desde 21 de abril de 1931 a 6 de setembro de 1932. A sua vinda para Portugal foi a suas expensas, tendo vindo com Sir John Doyle. Entrou para o Regimento de Lanceiros da Rainha D. Maria II, por decreto de 29 de novembro de 1832, passou, entretanto, ao 2º Regimento de Infantaria Ligeira da Rainha em 15 de fevereiro de 1833. A 22 de abril de 1833 foi promovido a Tenente. Cf. Henrique de Campos Ferreira Lima, «Os alemães no Exército Libertador (1832-1834)», em *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, Vol. 8 (1938), 7.

Entroncamento e a Golegã, para além da produção agrícola, integrou ainda a Moagem Luís Sommer & C^a.¹³² Segundo António José Telo, em 1925, no final da Primeira República, os Sommer eram uma das mais influentes famílias da alta burguesia portuguesa. Para além de dominar a indústria do cimento, esta família estava ainda representada no Banco Nacional Ultramarino (BNU), na Companhia Agrícola da Beira, no Calçado Elite, na Sociedade Comercial Financeira e nos Tecidos de Torres Novas.¹³³

Quanto à proveniência do capital inicial investido na ECL, saliente-se que 43% era detido pela família Sommer. Henrique Sommer aplicou 10% do capital e os restantes 33% foram investidos por familiares próximos, entre os quais se destacavam os Sommer da Quinta da Cardiga.¹³⁴ (Cf. Anexo1. Fig.7) O peso desta rede familiar subjacente ao conjunto dos acionistas da nova empresa torna-se evidente quando se atenta na sua extensão. A seguir, apresenta-se uma lista destes acionistas iniciais pertencentes a este ramo da família Sommer, e os graus de parentesco com Henrique de Araújo Sommer. (Cf. Quadro I)

Através das notas de Gastão Benjamim Pinto, aquando de uma visita de vários acionistas ao local da construção da fábrica, em 26 de abril de 1922, fica a conhecer-se melhor a estrutura acionista da empresa. Para além daqueles ligados à família Sommer, são ainda mencionados Tomás António de Paiva Raposo, (amigo da família Gastão Benjamim Pinto),¹³⁵ A. Ribeiro, e Pedro M. da Silva.¹³⁶ Outro acionista mencionado por Gastão era Henrique José Monteiro de Mendonça, monárquico e católico de convicção, que fizera fortuna com as suas plantações de cacau na Roça Boa Entrada em São Tomé e Príncipe. Regressado à metrópole, fora eleito em 1911 Presidente da Associação Comercial Portuguesa, cargo que ocuparia até 1913. Entre 1913 e 1925 exerceu o cargo de Vice-Governador do BNU.

A relação entre redes familiares e constituição de empresas é bem patente no caso dos Sommer. Em março de 1918, no ano anterior à criação da ECL, Henrique Sommer, seu pai Henrique de Oliveira Sommer e mais quatro sócios haviam fundado a - Sociedade Comercial Financeira. Esta empresa tinha como objeto social «todo e qualquer ramo de comércio, exceto bancário».¹³⁷

¹³² Esta exploração agrícola seria considerada pelo Estado Novo uma propriedade modelar a nível nacional e tida como exemplo de boa organização e gestão produtiva agrícola.

¹³³ Cf. António J. Telo, *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, Vol. 2, (Lisboa: A Regra e o Jogo, 1984), 57.

¹³⁴ Cf. Fernandes, *Fortunas e...* 2003, 67.

¹³⁵ Entrevista de Luís Pinto Gonçalves a Isabel Bolas, realizada a 1 de maio 2019.

¹³⁶ Cf. Pinto, *Caderno III...*, 112.

¹³⁷ Cf. Isabel Canha e Filipe, S. Fernandes, *António Champalimaud. Construtor de Impérios*, (Lisboa: Ed. Esfera dos Livros, 2011), 46.

Quadro I Grau de parentesco de acionistas principais da ECL com Henrique Sommer	
Acionistas ECL	Grau de parentesco com Henrique de Araújo Sommer
Manuel Carlos de Freitas Alzina, vice-governador do BNU ¹³⁸	Tio por afinidade de Henrique
Artur de Menezes Correia de Sá (2º Visconde de Merceana), engenheiro ¹³⁹	Casado com Carolina de Sommer Alzina, prima direita
José de Sommer Ribeiro ¹⁴⁰	Primo direito
Luís de Sommer Ribeiro ¹⁴¹	Primo direito
Carlos Montez Champalimaud, médico ¹⁴²	Cunhado
Luís Adolfo de Oliveira de Sommer, Vice-presidente da Assembleia Geral da ECL em 1920 ¹⁴³	Tio paterno
Ruy Brocchi d'Andrade	Casado com uma prima direita, Branca Falcão de Sommer ¹⁴⁴
Jorge Maria de Melo (5º Conde de Murça) ¹⁴⁵	Casado com uma prima direita, Fernanda Falcão de Sommer
Luís Falcão de Sommer ¹⁴⁶	Primo direito
Vicente Themudo de Castro ¹⁴⁷	Primo por afinidade, sobrinho de um tio paterno

Os restantes sócios estavam quase todos ligados aos Sommer por laços familiares: Carlos Montez Champalimaud; Ruy de Andrade; Gil de Andrade (irmão de Ruy de Andrade) e Francisco

¹³⁸ Manuel Carlos de Freitas Alzina (n.1850) casara em 1877 com uma das irmãs do pai de Henrique Sommer, Maria Luísa de Oliveira Sommer. Fora administrador da Companhia Aliança Fabril (que deu origem à Companhia União Fabril - CUF), e foi vice-governador do BNU de 1903 a 1929 (desde 1918 o administrador deste banco era João Ulrich). Cf. Governadores e Presidentes do BNU. Consultado a 02-04-2018 em:

<http://banconacionalultramarino.blogspot.com/2013/01/manuel-carlos-de-freitas-alzina.html>

¹³⁹ Artur de Menezes Correia de Sá (2º Visconde de Merceana) (1881-1978), era genro Manuel Carlos de Freitas Alzina, tendo casado com Carolina de Sommer Alzina, prima de Henrique. Era engenheiro, e em 1921 elaborara um projeto de aproveitamento do Alto Zêzere, com o objetivo de produzir eletricidade.

¹⁴⁰ José de Sommer Ribeiro (1886-1963) filho de uma das tias paternas de Henrique, Maria Carolina de Oliveira Sommer (1857-1944).

¹⁴¹ Luís de Sommer Ribeiro (1884-1964) irmão de José de Sommer Ribeiro, filho de uma das tias paternas de Henrique, Maria Carolina de Oliveira Sommer (1857-1944).

¹⁴² Carlos Montez Champalimaud (1877-1937). Casara em 1917 com Maria Ana de Araújo Sommer, uma das irmãs de Henrique.

¹⁴³ Luís Adolfo de Oliveira de Sommer (1853-1929) irmão do pai de Henrique Sommer.

¹⁴⁴ Branca Falcão de Sommer (n.1889) filha de Luís Adolfo de Oliveira Sommer (1853-1929), irmão de Henrique José de Oliveira Sommer (n.1852), filha do seu segundo casamento. Luís Adolfo era o quinto e Henrique José o quarto filho de Henrich Franz Ludwig, barão de Sommer (1810-1884) e de Rita Marcolina Fontes Garcez de Oliveira (n.1815). Henrique José de Oliveira Sommer e Ana Luísa de Araújo eram pais de Henrique de Araújo Sommer.

¹⁴⁵ Jorge Maria de Melo, casado com Fernanda Falcão de Sommer (1896-1949), filha do segundo casamento de Luís Adolfo de Oliveira de Sommer.

¹⁴⁶ Luís Falcão de Sommer (m. 1943), filho do segundo casamento de Luís Adolfo de Oliveira de Sommer.

¹⁴⁷ Vicente Themudo de Castro (1903-1955) era filho de Maria Isabel Falcão Themudo (1880- 1944), irmã de Adelaide Falcão Themudo, casada com Afonso de Araújo Sommer (n.1891), tio paterno mais novo de Henrique.

Libório da Silva.¹⁴⁸ Em 1917, pelo seu casamento com Branca Sommer, Ruy de Andrade tornou-se proprietário da Quinta da Cardiga, conjuntamente com o seu cunhado, Jorge Maria de Melo (5º Conde de Murça) casado com Fernanda Falcão de Sommer.

É de referir ainda a estreita relação da família Sommer à Causa Monárquica, como fica patente pelas suas ligações de parentesco com vários detentores de título nobiliárquicos. Essa relação de proximidade é também patente no posterior apoio financeiro que a família Sommer dará ao pretendente ao trono de Portugal, D. Duarte Nuno, e à respetiva família.¹⁴⁹

Segundo Ana de Stop:

vivia-se à larga em casa dos Sommer nesse princípio de século, que permitia todas as esperanças. Várias dezenas de pessoas habitavam permanentemente o palácio, onde conviviam príncipes e grandes deste mundo. Sucediavam-se as festas no grande salão de baile, valsava-se sob lustres de cristal.¹⁵⁰

Em 1902, ainda bastante jovem, Henrique Araújo de Sommer, com apenas 16 anos, partiu para Inglaterra onde completou a sua educação. (Cf. Anexo1. Fig.8) Com a ajuda do pai, conseguiu integrar uma conhecida casa comercial inglesa, onde permaneceu dois anos. Apesar de ter feito alguns estudos em Londres, acabou por não concluir nenhum; tinha, no entanto, a vantagem de falar fluentemente várias línguas. Nesse período passado na capital inglesa, terá adquirido experiência e conhecimentos sobre o mundo dos negócios. Em 1904, regressava a Portugal, juntando-se ao pai na Casa Sommer & C^a, tendo-se tornado Diretor-Gerente em 1914.¹⁵¹ Esta empresa era uma das mais importantes daquela época no sector da metalurgia, dedicando-se ao comércio de ferro e aço. A entrada de Henrique para a empresa paterna coincidiu com o início da expansão do volume de negócios da firma. No cargo que passou a ocupar, apercebeu-se das potencialidades que o investimento na produção de cimento poderia ter na economia nacional. Percebeu também que a fraca produção nacional não conseguia dar resposta às necessidades

¹⁴⁸ Cerca de dois meses depois, mais cinco sócios se juntaram aos seis iniciais. A 13 de agosto, também com quotas de 100 contos juntaram-se Luís de Oliveira Sommer, Luís Falcão Sommer, Manuel Braamcamp Sobral (irmão do conde de Sobral) e José Street Arriaga (conde de Carnide). O objeto social da empresa passou a incluir a aquisição e alienação de bens imobiliários. Cf. Canha e Fernandes, *António Champalimaud...*, 46-47

¹⁴⁹ Em 1942, aquando da vinda de D. Duarte a Portugal, foi recebido na fronteira espanhola por Luís Falcão de Sommer e Rui de Andrade, tendo ficado instalado em Lisboa em casa deste. Cf. Paulo Drumond Braga, *Nas teias de Salazar. D. Duarte Nuno de Bragança (1907-1976) entre a esperança e a desilusão* (Lisboa: Ed. Objetiva, 2017), 119, 194-195. Para além dos ideais monárquicos, parte dos Sommer terá simpatizado com o nacional socialismo de Adolf Hitler durante a década de trinta. Segundo António Champalimaud, nos anos em que decorreu a Segunda Guerra Mundial, as opiniões dentro da família dividiram-se quanto aos ideais e ações do ditador. Cf. Antunes, *Champalimaud...*, 1997, 52-53.

¹⁵⁰ Cf. Ana de Stop citada por Fernandes, *Fortunas e ...* 2003, 69.

¹⁵¹ A Sommer & C^a fora fundada em 1858 como Sociedade Comercial. Em 1919, tinha sede em Lisboa, na Rua Cais de Santarém, 64, 1º andar.

crescentes deste produto no mercado português, estando por isso este sector dependente da importação. Foi neste período que o ainda jovem Henrique Sommer e alguns amigos, como Gastão Benjamim Pinto e o seu primo José de Sommer Ribeiro, começaram a equacionar a viabilidade económica da produção de cimento em Portugal.

Apesar de vir a acumular o maior volume de capital através da produção e expansão da indústria do cimento, Henrique Sommer continuou ao longo da sua vida a desenvolver o ramo industrial da família paterna, a metalurgia. O seu pai idealizara um complexo siderúrgico em Alcochete, relativamente perto do Seixal, local onde o seu neto, António de Sommer Champalimaud viria a impulsionar a construção da Siderurgia Nacional. Henrique Sommer, tal como o pai, fez várias tentativas para organizar um complexo metalúrgico e metalomecânico. Planeou a instalação de uma laminagem de aço em Paço de Arcos, recorrendo à importação de lingotes, mas o projeto não chegou a ser concretizado. Em maio de 1937, tentou começar a produção de gusa. Se o tivesse conseguido, passaria a produzir os dois produtos indispensáveis à produção de betão armado: o ferro e o cimento.

Para além dos cimentos e da metalurgia, Sommer expandiu a sua atividade a outros sectores económicos, nomeadamente à produção de máquinas. Tornou-se um dos principais acionistas da Vulcano & Colares, que fabricava alfaías e máquinas agrícolas e foi uma das empresas que beneficiou da política de proteção à agricultura pelo Estado Novo, nomeadamente através da “Campanha do Trigo”.¹⁵² Politicamente, a ação de Henrique Sommer foi discreta, tendo aderido à Legião Portuguesa, tornando-se comandante de Lança no Batalhão de Infantaria nº4. Em 1934, o Estado Novo concedeu-lhe o grau oficial da Ordem de Mérito Agrícola e Industrial.

Embora na historiografia o capital investido na Fábrica de Cimento de Maceira-Liz tenha sido sempre associado apenas à família Sommer, também a família da esposa de Henrique Sommer teve um peso significativo como acionista da ECL. Palmira Diogo da Silva Sommer,¹⁵³ era filha de Luís Diogo da Silva e de Maria Nazaré Diogo da Silva, ambos acionistas da ECL.¹⁵⁴ Laura

¹⁵² A Vulcano & Colares, fora fundada no final do século XIX por Pedro Collares Pereira. Até ao final dos anos vinte, a grande concorrente da *Vulcano & Colares*, fora a Firma Duarte Ferreira sedeada em Tramagal. Nos anos trinta, a Vulcano & Collares tinha a seu cargo cerca de 700 trabalhadores. Ao longo do tempo, a empresa diversificou as suas áreas de produção, que se estenderam ao fabrico de componentes para a construção de navios e de condutas para empresas hidroelétricas. Em 1943, Sommer criou novas instalações industriais para esta empresa situada na Amadora. Também para ali deslocou a grande fábrica mecânica de parafusos, da Empresa Progresso Industrial, tendo vindo a dar um novo impulso económico a esta zona da periferia da capital. Cf. Fernandes, *Fortunas & Negócios...*, 76-77.

¹⁵³ Palmira Diogo da Silva (n.1885) casou com Henrique de Araújo Sommer a 30 de março de 1911, não tendo havido descendentes deste casamento.

¹⁵⁴ Luís Diogo da Silva (n. 1831) foi um prestigiado capitalista e proprietário, oriundo do interior do País, de Cernache do Bonjardim. Desempenhou vários cargos ao longo da sua vida. Foi tesoureiro da Comissão Portuguesa da Exposição Universal de Paris; dirigiu a Associação Comercial de Lisboa; foi Presidente da Junta dos Repartidores; dirigiu a

Cardoso Diogo da Silva, irmã de Palmira casaria com Artur Porto de Melo e Faro, 1º Conde de Monte Real, e um dos principais acionistas da ECL que desde o início se associou ao cunhado ¹⁵⁵. O sogro de Henrique Sommer, foi um influente capitalista e proprietário, cuja influência, quer política, quer pela sua ligação à banca e aos seguros terá certamente facilitado o percurso trilhado pelo genro. Luís Diogo da Silva estivera desde 1891 até 1917 ligado a Direção do BNU, foi nomeado vice-governador daquela instituição bancária em 1891, cargo que manteve até 1911. Nesse ano, a Assembleia Geral do Banco elegeu-o Governador, tendo-se mantido até 1917.

1.2.4. A Administração: Gastão Benjamim Pinto

Para além das ações que detinha na ECL, Gastão Benjamim Pinto era o representante dos interesses do grupo acionista dos Sommer da Quinta da Cardiga. O seu avô paterno foi D. João de Deus Antunes Pinto. O pai, João Benjamim Pinto, nasceu da relação tida por este prelado com a sua prima Carolina de Benjamim Pinto.¹⁵⁶ D. João de Deus Antunes Pinto, não só reconheceu como legitimou o filho. Este avô de Gastão foi uma figura extremamente controversa, com uma atribulada carreira eclesiástica em que chegou a ocupar temporariamente o cargo de Bispo de Leiria. Para além da carreira eclesiástica foi ainda deputado e grão-mestre da maçonaria. O pai de Gastão, João Benjamim Pinto, foi General e Oficial-Mor do rei D. Luís e de D. Carlos, tendo vindo a ser vedor da Fazenda da Rainha D. Maria Pia.

O seu filho Gastão, como já foi referido, esteve exilado em Itália entre 1910 e 1911 pelas suas convicções monárquicas. (Cf. Anexo1. Fig.9) É de salientar a experiência adquirida no tempo que viveu nesse país sobre os vários tipos de cimento e das possíveis aplicações que já aí se faziam na altura. Os conhecimentos adquiridos e os contactos estabelecidos em Itália terão certamente contribuído de forma decisiva na tomada de decisão de, junto de Henrique Sommer, fundamentar a ideia de colocar em prática o grande empreendimento da montagem em Portugal de uma fábrica produtora de cimento. Regressado de Itália, existem registos de ter trabalhado nas duas fábricas de cimento existentes então em Portugal. Através de João Soares Branco, esteve na Fábrica Tejo de

Companhia Nacional de Fiação e Tecidos de Torres Novas; dirigiu também a Companhia da Zambézia; foi Governador do BNU (1911-1917). Cf. Governadores e Presidentes do BNU, <http://banconacionalultramarino.blogspot.com/2013/01/luis-diogo-da-silva.html>

¹⁵⁵ Artur Porto de Melo e Faro, 1º Conde de Monte Real (n. m.) era cunhado de Henrique Sommer e desde o início esteve ao seu lado como acionista da ECL.

¹⁵⁶ D. João de Deus Antunes Pinto (1803-1864) formou-se como Bacharel em Direito e Cânones na Universidade de Coimbra. Foi Advogado da Casa Real, Deputado, Grão-mestre da Maçonaria (Grau 33 da Maçonaria), Cónego da Sé de Lisboa, Juiz Desembargador da Relação e Cúria Patriarcal, Vigário Geral, Vigário Capitular e Cónego da Sé Patriarcal de Lisboa e Governador temporal do bispado de Leiria. Dados cedidos pela Família Pinto Gonçalves.

dezembro de 1911 a maio de 1912. Quanto à sua permanência da Fábrica do Rasca esta terá ocorrido de 15 de outubro de 1912 a 8 de outubro de 1913.¹⁵⁷ Segundo Pedro Pombo, neste período terá mesmo dirigido aquela Fábrica.¹⁵⁸

Gastão foi o representante do título nobiliárquico de 2º Conde de Vialonga, tendo optado por nunca o usar. Teve um papel importante na Causa Monárquica, sendo visita regular à residência do pretendente ao trono D. Duarte Nuno, em Seebenstein (Áustria). Quando este veio viver para Portugal, Gastão fez parte, tal como a família Sommer, do núcleo de Monárquicos, contribuindo para o fundo que proporcionava uma pensão a D. Duarte e sua família.¹⁵⁹ Em 1934, foi agraciado pelo Estado Novo com a Ordem de Comendador da Ordem Civil de Mérito Agrícola e Industrial. Do núcleo inicial de fundadores da ECL, foi quem viveu mais anos, tendo falecido em 1976, solteiro, e sem descendência. Gastão Benjamim Pinto e José Sommer Ribeiro foram os dois principais administradores da empresa, ao longo de quase quatro décadas.

1.3. Projeto: Visão, Financiamento e Aprovação da Fábrica de Cimento de Maceira-Liz

1.3.1. Relatório «Notas Industriais. Anteprojeto de uma Empresa (1918-1919)»

Henrique Sommer, Gastão Benjamim Pinto e o seu primo José Sommer Ribeiro vinham assim equacionando desde 1916, a hipótese de construir uma nova fábrica de cimento em Portugal. Ao dirigir a empresa paterna, Sommer & C^a, que se dedicava sobretudo à importação de aço, Henrique Sommer ter-se-á também apercebido da importância que o cimento iria ter para a nova técnica construtiva que vinha tendo cada vez mais adesão em Portugal - o betão armado - à qual é essencial tanto o cimento como o ferro. A estadia de Gastão Pinto em Nápoles, entre 1910 e 1911, e a subsequente e já mencionada ligação às Fábricas Tejo e Rasca terá ajudado a consolidar esta ideia, que viria efetivamente a concretizar-se.

A 18 de outubro de 1918, poucos dias antes do fim da Primeira Guerra Mundial, Henrique Sommer, apoiado por Gastão Benjamim Pinto e por José Sommer Ribeiro, mandava analisar no Laboratório de Química Analítica do recém-formado IST, amostras de matérias-primas recolhidas em sondagens realizadas em Maceira, no local da Gândara, distrito de Leiria.¹⁶⁰ Sendo aquela uma

¹⁵⁷ Cf. Gastão Benjamim Pinto, *Caderno I*, documento em formato A5, manuscrito a caneta, Folha de rosto, (1921-1932). AHFML.

¹⁵⁸ Cf. Pombo, *A «Indústria Social» ...*, 22.

¹⁵⁹ Cf. Braga, *Nas teias...*, 2017, 195.

¹⁶⁰ Curiosamente, os pedidos das análises ao Laboratório de Química Analítica em 1918 e 1919, foram enviados da parte de Ch. Philibert. Nas fontes consultadas, não foi encontrada nenhuma referência a este ator, apenas se pode conjecturar que ele terá sido um intermediário entre Sommer e Benjamim Pinto e o IST nos anos de 1918 e 1919. Cf.

área rica em calcários e margas (calcários argilosos) essenciais ao fabrico de cimento, importava saber se seriam apropriadas para a produção de cimento de boa qualidade. As análises realizadas pelo químico Charles Lepierre revelaram a existência de matérias-primas de ótima qualidade para esse fim. A 23 de novembro, Sommer e Benjamim Pinto reuniram-se para discutir estas análises. Entretanto, Sommer adquiriu naquela zona alguns terrenos, no sítio onde viria a ser aberta a galeria de extração d'Alvora, a primeira obra realizada no local, situada relativamente perto da Fábrica de Cimento já ali existente, pertencente a João Henriques Teixeira Guedes, que se dedicava à produção de cimento natural.¹⁶¹

Em fevereiro do ano seguinte, foi dado mais um importante passo que conduziria à concretização deste empreendimento. Tratou-se do estudo da viabilidade geológica do projeto, uma vez que as análises sucessivas que Lepierre ia realizando apontavam para a existência de matérias-primas de boa qualidade para a produção de cimento *Portland*. Para aferir a existência destas matérias-primas em quantidade suficiente, foi necessário recorrer a um engenheiro especializado. A rede de contactos entre famílias que frequentavam a praia da Granja revelou-se mais uma vez essencial. O primeiro engenheiro contactado foi Carlos Van Zeller, formado em engenharia de Minas.¹⁶² O contacto foi estabelecido a 18 de fevereiro de 1919, tendo Van Zeller ficado encarregue do estudo de viabilidade do projeto, começando por realizar estudos geológicos de vários terrenos que contribuiriam para a escolha do lugar onde se construiria a fábrica.¹⁶³ Existe um relatório dactilografado, datado de 9 de outubro de 1919, que menciona a visita de Carlos van Zeller, José Sommer Ribeiro, Gastão Benjamim Pinto, José Osório da Rocha e Mello e Amável Granger ao

ECL, *Estudos Preliminares. Trabalhos anteriores à constituição da ECL que se prendem com o Estudo preliminar da Fabricação*. Livro A4 manuscrito a Caneta. AHFML. Este volume manuscrito inicia-se com os primeiros ensaios efetuados por Charles Lepierre, datados de 1918.

¹⁶¹ A Fábrica de Cimentos de Maceira, existente no lugar da Gândara desde 1891, fora fundada por João Teixeira Guedes. Em 1900, esta fábrica produzia cerca de 3 000 t. de cimento natural, que designava cal-cimento uma vez que o material ali produzido era superior em qualidade à cal hidráulica. Este cimento tinha tido boa aceitação em Portugal, sendo ainda exportado para África, Brasil e Ilhas Adjacentes. Em junho de 1920, a ECL viria a adquirir os terrenos desta fábrica. Cf. Isabel Bolas, «A “Monarquia de Maceira-Liz”: entre o II Reich, a República de Weimar, e o Estado Novo. A Empresa de Cimentos de Leiria – a Fábrica e o Bairro do Pessoal de Maceira-Liz_ 1918-1944», (Tese de Mestrado, Porto, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2009).

¹⁶² Carlos van Zeller (1872-1930) nascera numa destacada família da alta burguesia do Porto, o pai Cristiano van Zeller era Senhor da Casa de Vilar e das Quintas de Fiães e de Roriz, foi Vereador da Câmara do Porto e Vice-Cônsul da Turquia no Porto. Carlos era formado em engenharia de Minas, tendo casado em 1898 com Maria do Carmo Henriques Pereira de Faria Saldanha e Lancastre, não deixando descendência. O avô paterno de Carlos foi Roberto van Zeller (1815-1868) amigo do avô paterno de Rocha e Mello. Os Van Zeller eram frequentadores da Granja, e muito próximos dos Rocha e Mello.

¹⁶³ Existem apontamentos das datas e da quantia recebida por estes trabalhos, assim como a oferta de um jantar oferecido por Henrique Sommer. Cf. D. António de Castello Branco e Luiz de Castro Solla, «Fantasias e factos nas referências antigas às minas portuguesas e Carlos van Zeller», *Boletim de Minas*, Vol.8, nº3 (Jul./Set. 1971), 170.

local onde, após as análises do IST, se decidira a construção da fábrica.¹⁶⁴ Neste relatório é apresentada a opinião de Van Zeller quanto à possibilidade da tonelagem de abastecimento mensal de carvão necessário ao funcionamento da futura fábrica de cimento, caso fosse decidido que fossem as Minas da Batalha e de Porto de Mós a abastecer a nova fábrica. Porém, no início dos anos vinte, as relações entre a ECL e Carlos Van Zeller ter-se-ão complicado, uma vez que foi contratado o tenente do exército Raul Crespo para o substituir.¹⁶⁵ Raul Crespo acabaria por ficar responsável até ao fim da vida por toda a parte dos empréstimos financeiros, assim como pela parte administrativa da ECL.

Quando no final de 1918 Rocha e Mello regressara a Portugal e iniciara contactos com empresários e industriais que pudessem estar interessados na construção de uma moderna Fábrica de Cimento, fora precisamente este amigo comum, Carlos Van Zeller, que o apresenta a Henrique Sommer. Segundo Pedro Pombo, até essa data Rocha e Mello procurara apoios financeiros junto da Banca, inclusivamente junto do seu familiar Burnay, sempre sem sucesso.¹⁶⁶ Gil Brás de Oliveira cita o próprio Rocha e Mello na descrição desse primeiro encontro em 1919:

Ao fim de cerca de seis meses de insucessos e profundamente desanimado, encontrei um dia e por mero acaso pessoa amiga (Van Zeller) a quem contei a minha odisséia. Providencialmente tinha esse amigo falado com alguém que parecia interessar-se por cimento e desejava que lhe aconselhassem um técnico estrangeiro para estudar o assunto. Consentiu, no entanto, apresentar-me a esse alguém numa tarde para mim memorável, o dia 5 de maio de 1919. Era Henrique de Sommer, que veio a ser o criador desta indústria a sério no nosso país. Recordo-me que a conversa dessa tarde durou umas quatro horas, durante as quais lhe apresentei documentação numerosa (...) ¹⁶⁷

Foi nessa tarde de 5 de maio de 1919 que Rocha e Mello apresentou a sua proposta de construção de uma Fábrica de Cimento a Henrique Sommer. Rocha e Mello fez para isso uso do relatório redigido entre 1918 e 1919, *Notas Industriais. Anteprojecto de uma Empresa*.¹⁶⁸ Neste documento, Rocha e Mello defende de forma exaustiva a viabilidade da construção de uma nova Fábrica de Cimento em Portugal. Da sua leitura fica a saber-se logo nas primeiras páginas que quando em 1916 terminara a sua formação académica na Suíça, Rocha e Mello estivera indeciso sobre que especialização seguir. O engenheiro relata então, de forma sucinta, as razões que o levaram a achar pertinente a construção de uma moderna fábrica de cimento em Portugal:

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ Cf. Entrevista de Joaquim Bernardo de Sousa a Isabel Bolas, realizada a 8 de junho 2018.

¹⁶⁶ Cf. Pombo, *A «Indústria Social»...*, 23.

¹⁶⁷ Cf. Oliveira, *Evocação de...*, 22.

¹⁶⁸ Cf. Mello, *Notas Industriais...*, 1918-1919.

Quando em 1916 terminávamos o nosso curso de engenharia na Suíça e que estávamos hesitantes em que género de especialização pratica nos lançar para conjugar a aprendizagem theorica com a aprendizagem pratica, vem-nos à mão a *Estatistica de Commercio e Navegação*, publicada pelo Ministério das Finanças. N’ella podemos ver o algarismo das nossas importações. Por outro lado, tendo-nos dedicado muito durante o curso universitário às construções em cimento armado e vendo bem o grande futuro que terá este género de construção quasi desconhecido em Portugal, começamos a pensar na forma de desenvolver em Portugal o «Béton Armé». Para isso é preciso ter ferro, mas sobretudo cimento de boa qualidade e barato.

Ora, precisamente, a estatística mostrou-nos que a importação de cimento era considerável; em consequência disto, resolvemo-nos a estudar a fundo a fabricação d’este tão importante material de construção.

Para isso não bastava comprar todos os livros que tratam da fabricação do cimento, era preciso entrar para uma fabrica e praticar. Depois de grandes dificuldades (por sermos estrangeiros) conseguimos ser admitidos como voluntario n’uma das maiores e mais modernas fabricas suissas a «Usine de Roche» onde estivemos 6 mezes e onde pudemos vêr, observar, estudar todas as secções, consultar engenheiros, chimicos, contramestres e operários e aprender a organizar uma fabrica de cimento moderna em toda a extensão da palavra, assim como conhecer quaes os bons fabricantes d’este machinismo. Alem d’isso por termos vivido 7 anos no meio industrial alemão e suíço sabemos onde ir procurar o que nos faltar, e se alguma dificuldade aparecer, sabemos imediatamente a quem nos dirigir.¹⁶⁹

O primeiro argumento apontado por Rocha e Mello prende-se com os elevados números de importação de cimento. Segundo os valores publicados pelo Ministério das Finanças, Portugal importava então cerca de 30 000t por ano. O segundo argumento apresentado prende-se com o contacto tido com a técnica construtiva do betão armado durante a sua formação académica, tanto na Alemanha como na Suíça. Naqueles países, o desenvolvimento técnico da construção concebida em betão armado era bem mais avançado que em Portugal. Era um tipo de construção, que segundo Rocha e Mello, certamente viria a ser adotado de forma generalizada no contexto português. Como tal, era necessário o ferro, mas acima de tudo, era fundamental a produção de cimento de boa qualidade e a preços mais acessíveis. A combinação de substituição de importações e introdução de tecnologia alemã estava assim na origem do projeto de Rocha e Mello.

Estes dois argumentos acabaram por levá-lo, no final da sua formação técnica prática, a estudar pormenorizadamente os métodos de fabrico do novo material construtivo. Através do estágio na Fábrica de Cimento Roche em Vaud,¹⁷⁰ pôde observar todas as fases do processo de

¹⁶⁹ Idem, 1-2.

¹⁷⁰ Esta fábrica fora construída em 1896 pela *Société des Usines de Grandchamp et de Roche (SUGR)*, tendo iniciada a produção de cimento *Portland* no ano seguinte. Porém, as exigências progressivas do mercado de cimento de primeira qualidade terão levado a SUGR a construir uma “nova fábrica”, onde foi instalado um forno do tipo rotativo. Iniciada esta construção no início de 1913, foi inaugurado o novo forno a 5 de fevereiro de 1914. Para além do forno, todas as instalações mecânicas da “nova fábrica” foram fornecidas pela Casa Polysius de Dessau. Quantos aos motores

fabrico, aproveitando ainda para estabelecer os contactos essenciais à produção de cimento. O jovem engenheiro afirmava que a fábrica na Suíça onde estagiara era a mais moderna que ali existia. Dos contactos estabelecidos, explicava ter facilidade em contratar contramestres e outro pessoal habilitado, que estariam disponíveis para, no período inicial de funcionamento da fábrica, se deslocarem a Portugal e aí formarem técnicos e operários portugueses.

Um outro aspeto que também merece destaque, foi Rocha e Mello ter decidido conhecer a realidade da indústria do cimento já existente em Portugal. Assim, em 1919, visitou as duas fábricas existentes no país, Tejo e Rasca. Escreveu no relatório que as considerava mal apetrechadas para o fabrico de cimento de qualidade. Refere-se à obsolescência do tipo de fornos ali existentes, aos métodos arcaicos utilizados no transporte de matérias-primas das pedreiras para os fornos, ao deficiente funcionamento dos laboratórios, e ainda ao modo de armazenar o cimento produzido. A opinião que transmite e que partilha com Henrique Sommer é a de que estas duas unidades fabris produziam cimento de fraca qualidade, em condições arcaicas, face ao conjunto industrial onde estagiara na Suíça.¹⁷¹

Rocha e Mello salientava que tanto as instalações como os processos de fabrico antiquados daquelas duas fábricas reduziam a qualidade do cimento ali produzido, que, como tal, não competiria com o que se propunha produzir na fábrica a montar. Explicava ainda que o sistema que iria usar permitiria reduzir a quantidade de carvão necessária à produção de cimento. Quanto ao sistema de produção a montar, frisava que este reduziria seis vezes o número de pessoal necessário à linha de fabrico, reduzindo o custo final do produto. A esta redução dos custos do material produzido em relação ao cimento nacional, acrescentava ainda a vantagem de se reduzirem os custos em relação ao cimento importado que circulava no mercado português, por não se terem de pagar os elevados direitos alfandegários. Para finalizar, propunha a hipótese de lançar o cimento nacional nos mercados internacionais, sobretudo em África e na América do Sul.

Rocha e Mello argumentava que, apesar de ser embrionário o uso do cimento armado na construção em Portugal, este viria inevitavelmente a aumentar a curto prazo, seguindo o exemplo do resto da Europa. Para reforçar o argumento, comparava a superfície da Suíça, inferior a metade da de Portugal e o número de fábricas de cimentos que possuía, trinta e três, enquanto em Portugal existiam apenas duas. Lembrava ainda a vantagem que Portugal tinha sobre os restantes países da

eléctricos ali instalados, foram fornecidos pela empresa de Baden *Brown, Boveri & C^a*. Cf. L. Rham, «La fabrication du ciment Portland dans la nouvelle usine de Roche», *Bulletin Technique de la Suisse Romande*, 41^{me} Année, n^o 16, 25 Août (1915), 179-185. Consultado em: <http://doi.org/10.5169/seals-31623>

¹⁷¹ Cf. Mello, *Notas Industriais...*, 51-61.

Europa, já que, segundo ele, no solo português se encontravam as melhores matérias-primas para o fabrico do cimento (calcários e margas argilosas). Juntava-se assim à substituição de importações e à introdução de novas tecnologias, o importante argumento do aproveitamento de matérias primas nacionais.

O relatório estendia-se em descrições de orçamentos, calculando o capital necessário para avançar com o projeto e enumerando as restantes necessidades a suprir para que se pudesse concretizar. Por exemplo, para além do investimento na Fábrica seria ainda necessário construir uma Central Elétrica e prever os custos no transporte da energia para o local. Referia também a necessidade de construir uma fábrica para produzir barricas de madeira para armazenagem e transporte do cimento. Explicava que todo o processo seria mecanizado, poupando imensa mão-de-obra. Fazia também uma lista dos cálculos detalhados de todos os gastos a ter em conta para a produção que seria de 35 000 t por ano.

Quanto à escolha do local, enumerava uma lista de prioridades a ter em conta. Reforçava em primeiro lugar, a proximidade da existência de carvão de boa qualidade, já que este se gastava, não só como força motriz como também nos fornos, e o seu transporte encarecia todo o processo. Sugeria por isso que o local fosse próximo das Minas de S. Pedro da Cova, situadas no concelho de Gondomar, onde existia o carvão nacional de melhor qualidade para este propósito. A seguir, referia a existência na proximidade desse local de matérias-primas de boa qualidade e em quantidade suficiente. Outro fator que considerava importante para a redução dos custos era a proximidade do caminho-de-ferro e a existência de uma estação. Por último, realçava a necessidade de haver água em abundância no local a escolher.

Rocha e Mello terminava, abordando as preocupações com a questão do operariado e com as revoltas e greves que pudessem ocorrer. Explicava que, tendo a fábrica de se situar necessariamente junto ao local onde existissem matérias-primas, este seria sempre um sítio isolado; logo, o perigo de ocorrerem revoltas e greves seria sempre menor do que se situasse nas imediações de uma cidade. Saliente-se que, desde o início do projeto, argumentos de ordem técnica se aliavam assim a considerações de ordem social e política.

Este documento tem ainda em anexo um conjunto de recortes de jornais com publicidade das principais marcas de cimento importadas em Portugal neste período, assim com das que existiam então no país. Também aqui figuram recortes de notícias sobre as grandes obras a decorrer no país, em que poderia ser usado em grande escala o material que se propunham fabricar. Refira-se a título de exemplo uma notícia recortada sobre “As Obras do Porto de Lisboa”, de 12 de abril

de 1919. Como veremos mais adiante, as obras portuárias seriam fundamentais para o sucesso do projeto fabril.

1.3.2. O processo de financiamento da construção da Fábrica de Maceira-Liz

Após a reunião de 5 de maio de 1919 de Rocha e Mello com Henrique Sommer, foi decidido avançar com o projeto de construção da nova fábrica de cimento. Foi novamente contactado o IST, sendo requerida a prospeção geológica e hidrológica do lugar escolhido para a construção. Um relatório assinado pelo colega de Charles Lepierre, Ernest Fleury, datado de julho de 1919, concluía que existiam calcários e margas de boa qualidade e em quantidade suficiente nos terrenos da Gândara adquiridos por Sommer para que a Fábrica pudesse produzir por largos anos.¹⁷² Quanto à existência de água, esta era de boa qualidade e em quantidade suficiente para o funcionamento do futuro empreendimento. Foi Ernest Fleury, também professor daquele Instituto, quem realizou as análises e prospeções encomendadas pela Empresa. Um outro relatório, datado de 9 de outubro de 1919, menciona a visita de Carlos van Zeller, José Sommer Ribeiro, Gastão Benjamim Pinto, José Osório da Rocha e Mello e Amável Granger ao local onde viria a ser construída a Fábrica. Neste relatório, é apresentada a opinião de Van Zeller quanto à possibilidade da tonelagem de abastecimento mensal de carvão necessário ao funcionamento da futura fábrica de cimento, caso se optasse pelas Minas da Batalha e de Porto de Mós.¹⁷³ Três dias depois, foi realizada a primeira obra no local onde viria a ser construída a Fábrica. Foi a 12 de outubro, na presença de Henrique Sommer, de Sommer Ribeiro, Benjamim Pinto, Rocha e Mello e Carlos Champalimaud que foi aberto o primeiro local de extração de matérias-primas, a denominada Galeria d'Álvora.¹⁷⁴

Uma semana depois, a 19 de outubro de 1919, e apesar do difícil contexto político económico e social, foi num clima de otimismo que se reuniu em casa de Henrique Sommer, no Monte Estoril, o grupo de acionistas da futura empresa para organizar a sua concretização. A 30 de outubro, constituiu-se oficialmente a ECL, Lda. Dois dias depois, a 1 de novembro, foi feita a escritura desta sociedade por quotas, no Cartório de A. Tavares de Carvalho, com um crédito inicial de 1 000 000\$00 concedido pelo BNU.¹⁷⁵

¹⁷² Cf. Ernest Fleury, «Rapport Géologique et Hydrologique sur un project d'installation d'une usine de ciment das la zone Liasique de Maceira 14 Juillet 1919», Cópia do Documento original, 12 páginas, dactilografadas tendo assinatura a tinta, ECL, *Análises Anteriores à Constituição da Empresa de Cimentos de Leiria que se prendem com o Estudo Preliminar da Fabricação*, ECL. Documento encadernado A4, manuscrito a caneta, não paginado. AHFML.

¹⁷³ Cf. D. António de Castello Branco e Luiz de Castro Solla, «Fantasias e factos ...», 170.

¹⁷⁴ Cf. Gastão Benjamim Pinto, *Caderno IIA*, documento em formato A5, manuscrito a caneta, não paginado, (1918-1927). AHFML.

¹⁷⁵ Cf. Oliveira, *A Indústria Portuguesa...*, Vol.1, 195.

Nos cinco meses que decorreram entre a primeira reunião de José Osório Rocha e Mello e Henrique Araújo Sommer e a constituição da ECL, não só se delineou uma estratégia de produção, como se analisou o contexto industrial português; fizeram-se novas análises e prospeções e encomendou-se a maquinaria, contratando-se também as empresas que viriam a construir as instalações da futura fábrica. Tal rapidez de operacionalização do projeto da fábrica ficou a dever-se em muito à evidente sinergia criada entre os dois atores históricos acima referidos, o engenheiro e o capitalista. Este especial entendimento entre Rocha e Mello e Sommer está patente no caráter inovador em termos tecnológicos e ambicioso, do ponto de vista industrial e económico, do projeto que resultou do encontro dos dois em 5 de maio daquele ano. Ao idealizarem este projeto fabril, tiveram a intenção de que ele viesse a funcionar como um exemplo, um *modelo*, de como deveria ser uma indústria que desse um contributo significativo para a melhoria da economia nacional.

Quando em 1919 se iniciou o processo de construção da fábrica, passara apenas um ano do fim da Primeira Grande Guerra Mundial. Portugal fazia parte do grupo de países que saíram deste confronto como vencedores. Após três anos de conflito bélico, Portugal era na realidade um país de certo modo vencido, pelo menos sob o ponto de vista económico.¹⁷⁶ Em 1919, a situação financeira do país era difícil. Portugal dependia de economias externas, tanto do ouro e divisas trazidos das colónias africanas, como do capital obtido por emigrantes, oriundo principalmente do Brasil. Quando tais recursos não eram suficientes, o Estado recorria a empréstimos externos. Com o começo da guerra, começara também a faltar todo o tipo de bens em Portugal, o que levou a um forte aumento dos preços. Porém, a indústria mostrava-se otimista, vendo no pós-guerra a sua grande oportunidade, desde que desaparecessem os entraves à subida dos preços e às importações. Também em termos políticos, era grande o interesse dos vários partidos num rápido surto industrial que fizesse crescer a sua base de apoio urbano.¹⁷⁷

O início do ano de 1919 ficou marcado pelo fim do regime presidencialista de Sidónio Pais e pela derrota da Monarquia do Norte. A cotação da libra manteve-se relativamente estável, beneficiando da indefinição da situação e da assistência financeira inglesa que ainda se mantinha. Surgiram novas fábricas e indústrias que produziam o que anteriormente se importava por preços mais baratos. A desvalorização do escudo funcionou de forma mais eficaz que uma feroz pauta

¹⁷⁶ Cf. António José Telo, *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, Vol. (Lisboa: A Regra e o Jogo, 1980); Pedro Lains, *Os progressos do atraso. Uma nova História Económica de Portugal* (Lisboa: Imprensa Ciências Sociais, 2003), 156-167; Pedro Lains e Silva, Álvaro Ferreira da Silva, (Org.), *História Económica de Portugal 1700-2000. O Século XX*, Vol. 3, (Lisboa: Imprensa Ciências Sociais, 2005).

¹⁷⁷ Cf. Telo, *Decadência e Queda...*, vol.1, 16.

protecionista.¹⁷⁸ Por outro lado, muitas das fortunas obtidas no período da guerra através da especulação foram investidas na indústria, importando-se aparelhos, instrumentos e máquinas.¹⁷⁹

Apesar do otimismo em alguns sectores da economia nacional, tratou-se de um período de profunda instabilidade política e social. Esta instabilidade provinha em grande parte do interior do próprio regime republicano, dividido entre fações antagónicas. Note-se que entre a data em que foi fundada a empresa, 30 de outubro de 1919 e a inauguração da Fábrica a 5 de maio de 1923, o país teve dezassete governos, dos quais boa parte durou apenas alguns dias.¹⁸⁰ A instabilidade política do país provinha ainda dos movimentos que procuravam restaurar a monarquia.¹⁸¹ Como exemplos, considerem-se a ascensão e queda violenta do Sidonismo, regime apoiado por muitos monárquicos, a que se seguiu a breve restauração da Monarquia do Norte, através das campanhas de Paiva Couceiro – o designado “Reino da Traulitânia”.

É interessante salientar as ligações existentes entre o grupo de monárquicos revoltosos que, embora de forma breve, restaurou a monarquia no Norte e os atores que estavam a iniciar o projeto da Fábrica de Maceira-Liz. Ligações essas, que passavam pela Granja onde Rocha e Mello e Benjamim Pinto se cruzaram com Paiva Couceiro. Recorde-se aliás que na Granja, em setembro de 1918, se reuniram alguns dos elementos que viriam a constituir a futura Junta Governativa do Reino que a 19 de janeiro de 1919, restauraria a Monarquia na cidade do Porto por apenas 25 dias.¹⁸²

¹⁷⁸ Idem, 17.

¹⁷⁹ Por exemplo os valores investidos passaram de 7 197 contos em 1918 para 16 282 contos em 1919. Cf. Telo, *Decadência e ...*, vol.1, 29.

¹⁸⁰ 1º Alfredo de Sá Cardoso (29 de junho de 1919 a 15 de janeiro de 1920) – 200 dias. 2º Francisco Fernandes Costa (15 de janeiro de 1920; não tomou posse) – menos de 1 dia. 3º Alfredo de Sá Cardoso (15 a 21 de janeiro de 1920; reconduzido) – 5 dias. 4º Domingos Pereira (21 de janeiro a 8 de março de 1920) – 47 dias. 5º António Maria Baptista (8 de março a 6 de junho de 1920) – 90 dias. 6º José Ramos Preto (6 a 26 de junho de 1920) – 20 dias. 7º António Maria da Silva (26 de junho a 19 de julho de 1920) – 23 dias. 8º António Granjo (19 de julho a 20 de novembro de 1920) – 124 dias. 9º Álvaro de Castro (20 a 30 de novembro de 1920) – 10 dias. 10º Liberato Pinto (30 de novembro de 1920 a 2 de março de 1921) – 273 dias. 11º Bernardino Machado (2 de março a 23 de maio de 1921) – 82 dias. 12º Tomé de Barros Queirós (23 de maio a 30 de agosto de 1921) – 99 dias. 13º António Granjo (30 de agosto a 19 de outubro de 1921) – 50 dias. 14º Manuel Maria Coelho (19 de outubro a 5 de novembro de 1921) – 17 dias. 15º Carlos Maia Pinto (5 de novembro a 16 de dezembro de 1921) – 41 dias. 16º Francisco Cunha Leal (16 de dezembro de 1921 a 6 de fevereiro de 1922) – 52 dias. 17º António Maria da Silva (6 de fevereiro de 1922 a 15 de novembro de 1923) – 1 ano e 282 dias. Cf. Fernando T. Rosa Gouveia (Coord), *Orgânica Governamental, sua evolução, e elencos ministeriais desde 5 de outubro de 1910 a 31 de março 1972* (Lisboa: Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1972).

¹⁸¹ Neste período temporal, dois dos presidentes do ministério morreram em circunstâncias trágicas. A 6 de junho de 1920, em pleno Conselho de ministros, faleceu fulminado por um ataque cardíaco o Coronel António Maria Baptista, após ter recebido uma carta insultuosa. No ano seguinte, na noite de 19 de outubro de 1921, António Granjo que nessa manhã pedira demissão do cargo que ocupava, foi brutalmente assassinado no mais terrível episódio da Primeira República, que ficou conhecido como “noite sangrenta”. António Granjo, foi o único político de um governo republicano a visitar oficialmente Maceira-Liz. Foi a 4 de junho de 1921, enquanto Ministro do Comércio que ali se deslocou acompanhado pelo engenheiro Fernando de Sousa.

¹⁸² Cf. Helena Moreira Silva, *Monarquia do Norte 1919* (Lisboa: Ed. Quidnovi, 2008).

Embora a monarquia tenha perdido no terreno militar, não deixa de ser significativo que alguns dos seus simpatizantes estivessem a iniciar um novo projeto noutra área: o industrial. Entre maio e outubro de 1919, era constituída a ECL, tendo arrancado a construção da nova fábrica em janeiro de 1920. Fábrica, cujo impacto tecnológico e económico aliado a um projeto social exemplar, virá de novo a dar aos monárquicos um papel preponderante no rumo que o país tomou. Simbolicamente, a bandeira azul e branca da Monarquia esteve exposta na Casa de Pessoal de Maceira-Liz até à Revolução de 1974.¹⁸³

A instabilidade financeira que se fazia sentir no plano económico nacional, estendia-se por toda a Europa. Como tal, a crise económica da Alemanha, que acabara de perder a Guerra, afetou todo o processo de operacionalização do projeto da ECL. Muitas foram as dificuldades que surgiram no fornecimento dos maquinismos e equipamentos encomendados para esta inovadora instalação fabril.¹⁸⁴ Foi mesmo necessário instaurar processos judiciais junto de algumas empresas alemãs fornecedoras, processos que envolveram o Estado Alemão, para que se cumprisse a execução integral dos contratos estipulados.¹⁸⁵

Mais importante, face ao contexto de desvalorização da moeda, foi ainda necessário recorrer a sucessivas aprovações de empréstimos. Empréstimos que viriam a ser amortizados ao longo dos primeiros anos de produção da fábrica. O BNU foi a primeira instituição bancária a conceder crédito à ECL. Como já foi referido, dois dos principais acionistas da ECL ocupavam ali altos cargos, o que certamente terá tido peso nesta decisão. Refiro-me a Manuel Carlos de Freitas Alzina, tio por afinidade de Henrique Sommer, e Luís Diogo da Silva, seu sogro. Mais uma vez, importa destacar a importância destas ligações familiares para perceber como funcionava o financiamento da economia portuguesa. O BNU foi uma das instituições bancárias que nos anos vinte fez empréstimos mais significativos para o arranque da ECL.

Em 1920, a 22 de abril, decorreu uma reunião de Conselho Fiscal cujo objetivo foi a elevação do capital inicial para 5000 contos. Ainda nesse ano, são várias as soluções procuradas para resolver os problemas financeiros da ECL: na reunião de 1 junho, foi requerido o aumento de mais 1000 contos no crédito aberto junto do BNU a favor da ECL;¹⁸⁶ A 12 de novembro, a

¹⁸³ Tratava-se da bandeira trazida pelo Capitão Protes da Fonseca, que participara nas incursões da Monarquia do Norte. Tendo sido ferido numa das batalhas, caiu sob a bandeira, salvando-se assim a sua vida. Foi quando ali iniciou funções, nos anos vinte, que a trouxe para Maceira-Liz. Entrevista de Maria Teresa de Jesus Santa Marta Granger e Maria João Santa Marta Granger Rodrigues a Isabel Bolas, realizada a 25 de junho 2018.

¹⁸⁴ Cf. Gastão Benjamim Pinto, «Como nasceu Maceira», in *Cimento*, nº1, 3 janeiro 1951, 2. AHFML

¹⁸⁵ Idem.

¹⁸⁶ Cf. Pinto, *Caderno IIA*... s.p.

Assembleia Geral da empresa autorizou a emissão de obrigações até ao valor de 2000 contos.¹⁸⁷ No final do ano, a situação da empresa era ainda difícil e a 20 dezembro, a Fábrica foi visitada pelo engenheiro Vicente Ferreira na qualidade de avaliador da Caixa geral de Depósitos (CGD).¹⁸⁸ O envolvimento da CGD na ECL confirma o crescente papel deste banco no financiamento da economia nacional, usando a sua grande massa de recursos financeiros, proveniente sobretudo de depósitos de aforro, para além do financiamento da dívida pública. O crédito concedido à ECL em 1920 foi assim uma espécie de teste para a função que a CGD assumiria de forma oficial a partir de 1929 como principal instituição financeira na política de substituição de importações.¹⁸⁹ Até 1923, ano de inauguração da fábrica, a CGD constituiu-se como a principal financiadora da ECL.¹⁹⁰

No ano de 1923, cerca de três semanas após a inauguração da Fábrica, realizou-se a 24 de maio uma Assembleia geral extraordinária. Foi feito um voto de agradecimento ao BNU, à CGD e Casa Bancária Fonseca Santos & Viana pelo «(...) auxílio prestado à empresa e também aos acionistas que prestaram colaboração».¹⁹¹ Foi ainda determinando contrair um empréstimo com o Crédito

¹⁸⁷ No final de 1920 a 6 de novembro, foi eleita a primeira Assembleia Geral da ECL. Era presidida por Freitas Alzina. O Vice-Presidente era Luís Adolfo Oliveira Sommer e os Secretários, João Sommer Ribeiro e António Carlos Araújo Sommer. Os Diretores da ECL eram José Sommer Ribeiro e Gastão Benjamim Pinto. O Conselho Fiscal ficava a cargo de J.A Ribeiro, de Carlos Montez Champalimaud e de Artur Menezes Correia de Sá. Cf. Pinto, *Caderno IIA...*, s.p.

¹⁸⁸ Idem.

¹⁸⁹ Cf. Pedro Lains, *História da Caixa Geral de Depósitos: 1876-1910. Política e Finanças no Liberalismo Português*, (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002); Pedro Lains, «Caixa Geral de Depósitos», *Dicionário de História Empresarial Portuguesa. Séculos XIX e XX, Instituições Bancárias*, Vol. 1, coord. Miguel Figueira de Faria e José Amado Mendes, (Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2013), 506-511.

¹⁹⁰ Entre final do ano de 1920 e meados de 1923, a ECL recorreu a sucessivos empréstimos junto da CGD. Numa Assembleia Geral extraordinária datada de 23 dezembro de 1920, foi decidido autorizar a ECL a contrair junto da CGD ou de outra entidade bancária um empréstimo até 3000 contos, assim como hipotecar ou penhorar edifícios e terrenos da empresa. A Direção contrairia junto da CGD o empréstimo de 3000 contos. No ano seguinte, a 10 março de 1921, novo contrato de empréstimo foi contraído junto da CGD, no valor de 2000 contos. Foi nesse ano que decorreu a primeira reunião da Direção com o Conselho Fiscal da empresa a 22 abril 1921, tendo sido decidido aumentar o capital da empresa para 5000 contos, tal como ficou registado na Ata nº1 deste órgão da ECL. Entretanto, no mês seguinte a 18 de maio, a Câmara dos Corretores enviou uma notificação jurídica à ECL, comunicando a admissão de 4000 ações da empresa na Bolsa de Lisboa. A 17 junho e a 2 de julho de 1921, visitou novamente a Fábrica o representante da CGD, menos de um mês mais tarde, a ECL volta a pedir à CGD a elevação para 4000 contos do empréstimo de 2000 contos pedido a 10 de março desse ano. No final de 1921, a 23 de dezembro realizou-se nova Assembleia Geral Extraordinária na qual foi decidido requerer-se junto da CGD um empréstimo de apenas 2000 contos, foi ainda autorizada a empresa a contrair um outro empréstimo de 2000 contos e a regularizar a situação com o BNU. Embora o BNU tenha aberto um crédito de 2000 contos sem garantias, a ECL deu como garantia em 2ª hipoteca, os terrenos (remanescentes), e os edifícios e máquinas julgados necessários. No ano seguinte, a 4 de maio de 1922, novo empréstimo foi requerido à CGD de 2000 contos, foi estipulado o prazo de um ano para o seu pagamento, em prestações máximas de 500 contos, (justificadas para pagamento das obras de construção e maquinismos), com juros 7,5%. Cf. Pinto, *Caderno IIA...*s.p.; ECL, *Conjunto de folhas A5 manuscritas com dados sistematizados por ordem cronológica sobre a evolução ECL*, sem paginação: (1919-1945). AHFML.

¹⁹¹ Cf. ECL, *Conjunto de folhas...*, s. p.

Predial Português (CPP)¹⁹² de 12 000 contos, pelo prazo de 15 a 20 anos.¹⁹³ A partir desta data, o CPP passaria a fazer o pagamento dos anteriores empréstimos feitos à ECL pela CGD. Foi ainda autorizada uma nova emissão de 1000 contos ao BNU como parte do pagamento parcial do seu crédito.¹⁹⁴

Foi a partir de maio de 1924 que o CPP passou oficialmente a integrar a Direção da ECL, devido a um empréstimo feito por esta entidade.¹⁹⁵ A 17 de maio desse ano, o empréstimo do CPP à ECL foi de 1 408 410\$00, pelo prazo de 10 anos.¹⁹⁶ Note-se que neste ano se assistiu à derrocada financeira do BNU.¹⁹⁷ No ano seguinte, a 18 de agosto 1925, por indicação do CPP, ocupou o lugar de Diretor da Empresa Ricardo Torlades O'Neill, governador daquela entidade bancária.¹⁹⁸ Note-se que também Ricardo O'Neill estava ligado à família Sommer por afinidade, já que era primo direito de Ruy de Andrade (a mãe de Ricardo era irmã do pai de Ruy), que, como já foi referido,

¹⁹² O CCP havia sido criado em 1864, em pleno período da regeneração. Entre 1919, e 1929 ocorreu um período de expansão, tendo-se envolvido a Companhia na política de fomento do País. Segundo os estatutos de 1922, no ano seguinte o capital social aumentou para 9000 contos. Nesse período, sobem os empréstimos prediais e municipais que passam a abranger o campo industrial e comercial. Entre 1926-1927, esta entidade bancária entra em acordos com o governo de realizar estudos de aproveitamento hídrico não só para irrigação, mas também para a produção de energia elétrica. Este foi um período em que aumentaram a emissão de obrigações assim como os lucros. Até à crise mundial de 1929, o excesso de confiança levou a Companhia a distribuir dividendos de 30%, o que a levará ao colapso em 1930-1931. Cf. Clarisse Mendes «Companhia Geral De Crédito Predial Português», em *Dicionário de História Empresarial Portuguesa, séculos XIX e XX. Instituições Bancárias*, Vol.1, coord. Miguel Figueira de Faria e José Amado Mendes, (Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2013), 563-570.

¹⁹³ Cf. ECL, *Conjunto de folhas...*s.p.

¹⁹⁴ Idem.

¹⁹⁵ A 14 de abril de 1924, foi aprovada a alteração dos Estatutos da empresa. Ainda nesse mês, após eleições para a Assembleia Geral, Freitas Alzina manteve-se na sua presidência, os secretários passaram a ser João Sommer Ribeiro e João A. Costa Garcia. Quanto à direção, para além de José Sommer Ribeiro e Gastão Benjamim Pinto, passou a integrar representantes do CPP, nomeadamente o seu vice-governador Júlio de Faria Machado Vieira e Ricardo O'Neill. In Acta nº 21 da Assembleia Geral da ECL de 12 de maio de 1924. Cf. Gastão Benjamim Pinto, *Caderno IV*, documento em formato A5, manuscrito a caneta, paginado, 1944-1956 (7), 942. AHFML.

¹⁹⁶ Dois anos mais tarde, em 1927, um novo empréstimo hipotecário foi assinado pela ECL com o CPP. Foi a 12 de maio e o seu valor era 35 000 obrigações de 10% ou 3 150 000\$00 por 15 anos. A sua liquidação ficaria ao cargo de vários acionistas entre os quais Luís Sommer. Cf. Pinto, *Caderno IIA...*, s.p.

¹⁹⁷ Cf. Paulo J. Fernandes «Banco Nacional Ultramarino (1864-2001)», em *Dicionário de História Empresarial Portuguesa. Séculos XIX e XX, Instituições Bancárias*, Vol. 1, coord. Miguel Figueira de Faria, Mendes, José Amado Mendes (Coord), (Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2013), 312-18.

¹⁹⁸ Ricardo Andrade O'Neill n. 1869, era primo direito de Ruy Brochi de Andrade, casado com Branca Falcão de Sommer. Branca (n. 1889) era prima em segundo grau de Henrique Sommer, e muito próxima de Gastão Benjamim Pinto. A família O'Neill também veraneava na Granja, e eram amigos dos Benjamim Pinto há várias gerações. Ricardo O'Neill era o quinto filho de João Torlades O'Neill e de Emília Cristina de Andrade, a qual era irmã de Alfredo César Reis Andrade, pai de Ruy Brocchi d' Andrade. Dirigiui a Companhia Geral de Crédito Predial Português de 1931 a 1952. A partir de 1925, tornara-se governador desta entidade Bancária. Ricardo O'Neill e Júlio Faria Machado Vieira foram diretores da ECL por indicação do CPP, tendo saído ambos da ECL em março de 1936. Os seus nomes já não constam na Acta nº 607, de 25 de março de 1936. A 30 de março de 1936 a ECL realizou uma festa de homenagem a ambos. Cf. Pinto, Gastão Benjamim, *Caderno II – 1931-1938*, documento em formato A5, manuscrito a caneta, p. 413. AHFML. Através da Acta nº 105 de 1925, Ricardo O'Neill tomou posse como diretor da ECL 21 de dezembro de 1925, Cf. Gastão Benjamim Pinto, *Caderno V*, documento em formato A5, manuscrito a caneta, paginado, (1956-1964), 942. AHFML.

casara em 1917 com Branca Falcão de Sommer. Refira-se que também a família O'Neill era frequentadora da praia da Granja.

1.3.3. Patentes, Estado e Concorrência

Desde o início do empreendimento, a ECL procurou formas através das quais o Estado facilitasse o investimento que estava a ser feito, argumentando que este viria a beneficiar a economia do país. Dito de outra forma, a ECL não se limitou a reagir ao contexto político e institucional em que estava inserida, intervindo de forma ativa para moldar o estado português aos seus interesses.

Foi a 13 de novembro de 1919 que decorreu uma reunião marcada pela ECL com o Presidente do Ministério, Sá Cardoso, na qual participaram o Ministro do Comércio, o engenheiro civil Ernesto Júlio Navarro, e, representando a ECL, Henrique Sommer, José Sommer Ribeiro e Gastão Benjamim Pinto.¹⁹⁹ O objetivo daquela reunião era procurar que o governo concedesse a isenção de pagamento de direitos alfandegários sobre os maquinismos que era necessário importar da Alemanha para a montagem da fábrica. As alegações feitas pela ECL eram de que se tratava do investimento na instalação de um novo processo industrial, que traria benefícios ao país. Nessa reunião, ficou decidido apresentar ao Parlamento uma nova lei geral para as indústrias, que minorasse esta agravante ao desenvolvimento industrial no momento de crise que o país atravessava. Fazia-se assim coincidir interesse da fábrica e interesse nacional.

A proposta do novo Projeto-lei foi apresentada pelo próprio Ministro do Comércio com carácter de urgência, à Câmara dos Deputados a 20 de novembro de 1919, isto é, seis dias depois da reunião.²⁰⁰ Ernesto Navarro explica que a proposta diz respeito a um assunto do interesse geral, uma vez que estava ligada ao desenvolvimento económico do País, já que iria fomentar a indústria sob todos os aspetos, «pois estabelece a isenção temporária de direitos para todos os maquinismos e acessórios para trabalhos fabris e agrícolas, a importar para o continente, ilhas e colónias».²⁰¹ A decisão foi rápida: a 22 de novembro de 1919, foi publicado no *Diário do Governo* a Proposta de Lei sobre Isenção de Direitos Alfandegários para Maquinismos. Este Proposta de Lei foi emitido 9 dias

¹⁹⁹ Ernesto Júlio Navarro (1876-1938) era filho de Emídio Júlio Navarro, e formara-se em Paris em engenharia civil, fora monárquico, tendo, entretanto, aderido aos democráticos. O Coronel Alfredo Ernesto de Sá Cardoso foi Presidente do Ministério de 29 de junho de 1919 a 15 de janeiro de 1920, sendo naquele período Presidente da República António José de Almeida.

²⁰⁰ Cf. Sessão nº 85, *Diário da Câmara dos Deputados*, de 20 de novembro de 1919. Presidência de Domingos Leite Pereira.

²⁰¹ Idem.

apenas após a reunião tida com a ECL.²⁰² Mas, segundo as fontes consultadas, apesar de em 1920 ter sido dado parecer favorável por várias comissões, esta Proposta de Lei não viria a ser aprovada, uma vez que, em maio de 1924 a Alfândega continuava a requerer à ECL o pagamento dos direitos sobre os maquinismos oriundos da Alemanha cujo valor era de 400 contos.²⁰³

Um ano antes, em maio de 1923, havia-se inaugurado o primeiro forno rotativo instalado em Portugal para produção de cimento. Foi a empresa alemã *G. Polysius* de Dessau que forneceu este forno à fábrica de Maceira-Liz, bem como todo o material de montagem que lhe estava associado. O tipo de forno encomendado foi um forno rotativo de produção por via seca.²⁰⁴ A invenção deste tipo de forno, nos finais do século XIX, permitira melhorar a qualidade do cimento, garantindo maior homogeneidade, um passo decisivo no sucesso da indústria cimenteira mundial. Em 1892, existiam apenas dois fornos rotativos a funcionar nos EUA, mas, a partir de 1895, o seu uso generalizou-se rapidamente naquele país. Na Europa, foram os alemães os primeiros a adotar definitivamente este tipo de forno, tendo sido a Empresa alemã *G. Polysius* que mais contribuiu para o seu aperfeiçoamento. As inovações técnicas introduzidas aumentaram não só a qualidade como a capacidade de produção de cimento. A partir de então, generalizou-se o uso deste tipo de forno nas fábricas de cimento europeias.²⁰⁵

Até então, os fornos utilizados na produção de cimento eram de tipo vertical, que apresentavam algumas desvantagens, nomeadamente o número de operários necessários para os

²⁰² O pedido de 5 de julho de 1920 foi aceite por estar pendente a Proposta de Lei de 22 de novembro de 1919, publicado no *Diário do Governo*, 273 2ª série. Esta proposta dizia respeito à isenção de direitos alfandegários dos maquinismos a importar para o continente, ilhas adjacentes e colónias, e obteve parecer favorável de várias comissões.

²⁰³ A 26 de novembro 1921 – requerimento ao Ministério das Finanças para prorrogar por um ano o prazo de adiamento do pagamento de direitos alfandegários (400 contos) referentes a maquinismos importados do estrangeiro. A 24 de fevereiro 1922 – requerimento ao Ministério das Finanças pedindo a prorrogação de mais um ano de adiamento do pagamento de direitos alfandegários sobre os maquinismos importados do estrangeiro, até ser aprovado o respetivo decreto-lei. A 26 de maio de 1924, a ECL recebeu nova ordem da alfândega para pagamento dos direitos dos maquinismos vindos do estrangeiro. Cf. ECL, *Conjunto de folhas...*s.p.

²⁰⁴ O Forno Rotativo fora patenteado em Inglaterra por Frederick Ransome (1813-1893) em 2 de maio de 1885. Cinco anos depois, esta patente foi comprada nos EUA pelo espanhol José Francisco de Navarro (1823-1909), que em 1890 patenteou uma nova versão deste tipo de forno, na qual foram introduzidas inovações técnicas significativas que melhoraram o seu desempenho, nomeadamente a recuperação do calor dos gases à saída do forno e o calor do *clínquer*. O seu uso generalizou-se então nos EUA. Cf. Oliveira, *A Indústria Portuguesa...*, vol.1, 29.

²⁰⁵ Na europa, para além de na Alemanha a *Polysius* ter adotado e introduzido aperfeiçoamentos no forno rotativo, também na Dinamarca as firmas Aalborg e L. F. Smidth o fizeram. O uso deste tipo de forno, que começara por ser usado de forma generalizada nos EUA, passou a ser também o mais usado nas fábricas europeias, tendo permitido produzir um tipo de cimento com um nível de qualidade e regularidade que até então não existia. Foi assegurado que a fabricação de cimento saísse da fase do empirismo e avançasse para a fase da «normalização» deste material construtivo, com padrões de exigência de qualidade cada vez mais elevados. Cf. Oliveira, *A Indústria Portuguesa ...*, Vol. 1, 29; Manuel J. Moreira dos Santos, «Os Laboratórios no contexto do conhecimento e da evolução dos ligantes hidráulicos», em *A Indústria Portuguesa do Cimento. Um Século de História 1890-1990*, vol. 2 (Lisboa: CIMPOR Cimentos de Portugal, S.A. 1999), 75-76.

fazer funcionar. Além disso, produziam um cimento de qualidade bastante inferior ao de um forno rotativo. O método de cozedura das matérias-primas a altas temperaturas em contínua rotação dos fornos horizontais permitia obter um produto muito mais homogêneo, com qualidades de resistência muito superiores ao que até então se produzia nos fornos verticais – como era o caso das duas unidades industriais que existiam em Portugal.

Aquando da operacionalização do projeto da fábrica da ECL, os seus promotores procuraram minimizar os custos de instalação, fazendo uso da legislação protecionista vigente. Esta determinava o direito exclusivo de instalação de novos processos industriais que não fossem executados no país.²⁰⁶ Designava ainda o prazo de exclusividade máximo de dez anos, a partir do registo de introdução da patente de uma nova indústria. Tendo sido tomada a opção técnica de recorrer à instalação de um forno rotativo para produção de cimento, a sua instalação foi requerida junto do Estado como um novo processo industrial. Este pedido foi requerido ao Estado Português pelos engenheiros Rocha e Mello e Joaquim José de Barros Salgado, que o apresentaram dia 22 do mês de junho de 1919. Este requerimento pedia a patente de indústria de um novo processo industrial, pelo prazo de 10 anos, para fabricação de cimento *Portland* artificial por meio de fornos rotativos metálicos.²⁰⁷ A urgência na concretização do projeto está patente na rapidez com que as primeiras decisões foram tomadas.²⁰⁸ O pedido ao Estado acima referido foi feito apenas cerca de um mês após a reunião em que Rocha e Mello e Henrique Sommer se conheceram. Segundo Gil Brás de Oliveira, como o tempo urgia, e não estando ainda formalizada a empresa, o pedido foi

²⁰⁶ Tratava-se da Lei nº 805, *Diário do Governo*, nº151, 1ª série, 5 de setembro de 1917, que fora emitida pelo Ministério de Afonso Costa, sendo Presidente da República Bernardino Machado e Ministro do Fomento Herculano Galhardo. Refira-se que Herculano Galhardo era engenheiro e estivera ligado aos cimentos, tendo sido o primeiro Diretor Técnico da primeira fábrica de cimento nacional, a Fábrica Tejo.

²⁰⁷ Este pedido foi publicado no *Diário do Governo* nº 143, 2ª série, 23 de junho de 1919. Tratando-se da instalação de um novo processo de produção de cimento, o pedido foi realizado de acordo com a Lei nº 805, de 5 de setembro de 1917 e com o Decreto Regulamentar nº 3734, de 12 de janeiro de 1918. O Decreto Regulamentar nº 3734 era complementar da Lei nº 805, tendo sido publicado quatro meses após a sua publicação. Este Decreto foi aprovado precisamente no início da Ditadura Sidonista, sendo o Ministério presidido por Sidónio Pais, não havendo Presidente da República, já que Bernardino Machado havia sido deposto, tendo sido Francisco Xavier Esteves, que neste período era diretor da Fábrica Tejo o Ministro do Comércio, sido o responsável pela sua aprovação. Cf. Decreto Regulamentar nº 3734, de 2 janeiro 1918, *Diário do Governo* nº 6/1918, 1ª Série, 8 de janeiro de 1918. Ministro do Comércio, Francisco Xavier Esteves; Retificação do Decreto Regulamentar nº 3734, *Diário do Governo*, nº8/1918 1ª série, 10 de janeiro de 1918. Ministro do Comércio, Francisco Xavier Esteves. É curioso referir um dos lapsos premonitórios a retificar, a palavra “navios”, devia ser “novos”, já que a aprovação deste decreto viria a permitir a realização das obras portuárias.

²⁰⁸ Quanto ao processo relativo a este pedido, viria a ser publicado no Boletim da Propriedade Industrial nº5, com a data de 6 de novembro de 1919. Tratava-se do Processo nº 411, processo cuja aprovação cabia ao Conselho Superior de Comércio e Indústria. Uma nota de Gastão Benjamin Pinto intitulada, “Patente do Forno - elenca o Conselho Superior de Comércio e Indústria que o avaliou: Conselheiro José Maria de Oliveira Simões; Eng. Raul Mendonça; Conselheiro Achilles Machado; Eng. Augusto Vieira da Silva; Eng. Xavier Esteves (da Tejo); Guilherme Ivens Ferraz; Eng. Manuel José Pinto Osório; Prof. Aureliano Mira Fernandes; Eng. João Perpétuo da Cruz; Eng. Frederico d’Orey; Eng. Artur Saldanha; Eng. Almeida Lima da Repartição de Propriedade Industrial”. Cf. Pinto, *Caderno I...*, 117.

feito em nome individual. Entretanto, o engenheiro Barros Salgado viria a desistir do projeto pouco tempo depois e Rocha e Mello viria a transferir o seu direito para a ECL, entretanto criada.²⁰⁹

O direito de reclamar a concessão do pedido requerido por Rocha e Melo e Barros Salgado foi exercido por quatro empresas, que se opuseram, contestando e alegando a intenção de também tencionarem instalar tal tipo de forno para o mesmo fim no prazo de dez anos. As empresas que interpuseram reclamação contra essa exclusividade a conceder à ECL foram as duas outras fábricas de cimento existentes no país, a CCT e a *C^a des Ciments du Portugal*; a Empresa Exploradora das Minas e Indústrias do Cabo Mondego; e a Casa Bancária Pinto & Sotto Mayor.²¹⁰ A última invocava a sua participação social na Empresa União Elétrica Portuguesa.²¹¹ Note-se que nesta data, o então Diretor da Fábrica Tejo, Francisco Xavier Esteves integrava simultaneamente o Conselho Superior de Comércio e Indústria, o que aparentemente configuraria um conflito de interesses.

Todo este processo de reclamações acabou por fazer com que a ECL perdesse a oportunidade da exclusividade de introdução do forno rotativo durante dez anos, uma vez que o Estado acabou por não o conceder.²¹² Contudo, nenhuma das empresas reclamantes viria a introduzir um forno rotativo nos dez anos seguintes.²¹³

²⁰⁹ Cf. Gil Braz de Oliveira, «Regulamentação Industrial», em *A Indústria Portuguesa do Cimento. Um Século de História 1890-1990*, Vol. 2, (Lisboa, CIMPOR Cimentos de Portugal, S.A. 1999), 184-185.

²¹⁰ Idem, 185.

²¹¹ A Casa Bancária Pinto & Sotto Mayor fora registada a 30 de junho de 1914. Estabeleceu a sua sede em Lisboa, na Rua do Comércio. Os dois sócios eram Cândido Sotto Mayor Júnior que tinha apenas 23 anos e António Vieira Pinto que contava apenas 26 anos. Refira-se que parte do capital vinha do pai de Cândido Sotto Mayor que fizera fortuna no Brasil em finais do século XIX. Em 1926, passou a designar-se Banco Pinto & Sotto Mayor. Esta Casa Bancária tinha presença na fundação e administração de diferentes ramos de atividade: Companhia de Seguros Sagres (1917); União Elétrica Portuguesa (1919); Companhia de Fornos Elétricos (1922) entre muitas outras. Quanto à União Elétrica Portuguesa, constituiu-se no Porto em 1919 a partir da Associação Comercial da Electro del Lima que tinha sede em Madrid e explorava a Central do Lindoso. Refira-se ainda que a Casa Bancária Pinto & Sotto Mayor, desde 1920, procurou alargar a sua rede de fornecimento de eletricidade a várias regiões do país. Cf. Duarte Manuel Freitas, «Banco Pinto & Sotto Mayor (1925-2000)», em *Dicionário de História Empresarial Portuguesa. Séculos XIX e XX. Instituições Bancárias*, Vol. 1, coord. Miguel Figueira de Faria e José Amado Mendes, (Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2013), 321-328.

²¹² Idem, 185.

²¹³ Das quatro empresas reclamantes, a primeira a montar um forno rotativo foi a Fábrica de Alhandra, mas fê-lo somente treze anos mais tarde, em 1931. A segunda foi a Secil, também em 1931. Quanto ao Cabo Mondego, só entre 1948 e 1951 foi ali montado este tipo de forno, mas pela ECL, que, entretanto, adquiriria aquele conjunto fabril Cf. Oliveira, «Regulamentação Industrial...», Vol. 1, 185.

Foi Arthur de Mello Quintela Saldanha,²¹⁴ o engenheiro Chefe da Repartição da Propriedade Industrial, quem certificou a reclamação apresentada pela Empresa Exploradora das Minas e Indústrias do Cabo Mondego Lda.²¹⁵ e que se inicia nos seguintes termos:

A corrente de opinião alarmada com o atentado em perspectiva, veio pôr todos os industriais interessados, no alarme justificado contra aquela pretensão absurda, extemporânea, contrária ao interesse público e cujo indeferimento se impõe.²¹⁶

Os reclamantes apresentavam em cinco pontos as razões que consideravam válidas para impedir a concessão do pedido acima referido. No primeiro ponto, defendiam ser um absurdo conceder o monopólio da indústria dos cimentos a duas pessoas (Rocha e Mello e Barros Salgado). Argumentam que desde 1914 que a Empresa Exploradora das Minas e Indústrias do Cabo Mondego Lda., possuía um projeto para montar o forno rotativo no seu conjunto fabril. Projeto que não havia avançado dado o início da Guerra, e o «estado caótico» em que o país se encontrava. No segundo ponto, é reforçada a ideia de que o Estado não devia impedir às outras indústrias o «legítimo direito» de introduzir condições modernas de produção de cimento, isto é, de eliminar a concorrência na indústria do cimento. Neste ponto, é novamente reforçado todo o investimento feito em vão nos estudos para introduzir tal tipo de forno na sua Empresa. Num terceiro ponto, afirmavam ser ilegal a pretensão de obter a patente de exclusividade por dez anos deste tipo de maquinismo, já que alegadamente este já existia em Portugal aplicado a outras indústrias nacionais. No entanto, não são especificadas pelos reclamantes quais eram essas indústrias. No quarto ponto, defendiam uma vez mais ser contra o interesse público o pedido dos requerentes, já que iria ser concedido o monopólio da produção de cimento deste novo processo industrial a uma empresa já constituída, empresa:

que se organizou para a *indústria livre* e que vem disfarçadamente, sob nome individual, requerer uma patente que sabe não lhe dever ser concedida sem que isso represente um atentado contra os interesses gerais do país. A interessada no pedido é a *Companhia de Cimentos de Leiria*?! Ou não. No momento em que Portugal regista o esforço máximo de produzir, em que tem de satisfazer a todas as exigências modernas de progresso com as próprias forças nacionais, não se podem conceder patentes de novos processos industriais, com a mesma facilidade com que se dariam há apenas dois

²¹⁴ Arthur de Mello Quintela Saldanha (n. 1891), tinha o título de 4.º conde de Farrobo e era engenheiro Civil de segunda Classe do quadro Técnico das Obras Públicas. Nesta data, era Chefe da Repartição da Propriedade Industrial.

²¹⁵ Esta era a designação daquele couro mineiro no ano de 1913, ano em que foi formada a Empresa Exploradora das Minas e Indústrias do Cabo Mondego Limitada, que em 1917 viu os seus bens penhorados. Naquele ano, foi formada a *Companhia Industrial e Mineira de Portugal* que em 1922 adquiriu a *Companhia Mineira e Industrial do Cabo Mondego*. A reclamação foi assinada pelos gerentes daquela empresa, João Pires Correia e Manuel Agro Ferreira. A escolha da reclamação, aqui descrita, tem a ver com as fontes existentes. Este documento é o único relatório completo deste processo encontrado. Cf. Oliveira, «Regulamentação Industrial...», Vol. 2, 220-222.

²¹⁶ Idem, 221.

ou três anos ou anteriormente. E muito menos a indústria dos cimentos pode ser restringida ao monopólio de uma só fábrica. Todas as fábricas de cimento portuguesas estão a ser instaladas pelas novas Empresas Hidro-eléctricas para intensificar e aperfeiçoar a sua indústria, a fim de poderem ocorrer às exigências que as suas instalações vão impor à produção de cimento. Com ser grande a abundância de matéria-prima, nem todas as fábricas a laborar intensamente, serão bastante para ocorrer ao consumo previsto. Novas empresas se projetam, montadas pelos processos, mais modernos em que a base é os fornos giratórios, _ empresas exclusivamente montadas para satisfazer, sem recorrer à importação, as necessidades de aplicação para as suas próprias obras hidráulicas, construções de portos, etc.²¹⁷

Desta reclamação, fica bem patente a relação estreita feita pelos industriais portugueses entre investimento em produção de cimento e projetos de eletrificação do país. A eminência da aprovação de um Plano Estatal de construção de obras hidroelétricas tornava apeteçível a produção de cimento, já que este material construtivo viria a ser ali utilizado em grande escala. Além disso, a própria indústria cimenteira tiraria partido desta nova disponibilidade energética para abastecer os seus próprios processos. Compreende-se assim melhor porque é que a ECL viria entretanto a tornar-se acionista da Hidroelétrica do Alto Alentejo (HEAA).²¹⁸

Veja-se ainda relativamente a este assunto, a opinião de Ezequiel de Campos, que cedo se apercebeu da premência de desenvolver a produção de cimento nacional para concretizar os seus projetos de reorganização do país. Considerava-a mesmo uma das condições indispensáveis à concretização efetiva de um plano de desenvolvimento da produção de energia elétrica no contexto nacional.²¹⁹ Na obra *A Crise Portuguesa _ Subsídios para a Política de Reorganização Nacional* redigida em 1923 em parceria com Quirino de Jesus, a necessidade de produção de cimento aparece claramente explanada. Na abordagem que faz acerca da valorização da indústria, Ezequiel de Campos dá particular ênfase à necessidade de resolver o problema da eletricidade. Problema cuja resolução passaria pela produção de cimento de boa qualidade e barato, defendendo a interferência do governo na gestão do desenvolvimento desta indústria:

²¹⁷ Idem, 221.

²¹⁸ No período inicial do sector hidroelétrico nacional, investiu na HEAA, constituída em 1925 com o capital de 4 000 contos, tendo sido seu impulsionador o engenheiro José Custódio Nunes. As obras começaram nesse ano e consistiram na construção da barragem junto ao lugar de Póvoa, no concelho de Niza. Em 1927, apenas dois anos depois, foi ali inaugurada a primeira central elétrica. Até 1935, as centrais construídas neste período situavam-se junto à Barragem da Póvoa, em Niza, distrito de Portalegre. As três centrais eram alimentadas pela ribeira de Niza. A primeira construída foi a da Póvoa, tendo iniciado a sua produção em 1927, a segunda a Bruceira inaugurada em 1929 e a terceira a de Velada, só em 1935 viria a produzir eletricidade. Cf. Rui Candeias Jacinto, «As barragens em Portugal: de finais do Oitocentos ao limiar do século XXI», em *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no Século XX*. Vol. 2 coord. Manuel Heitor, José Maria Brandão de Brito e Rollo, M^a Fernanda Rollo (s. l: Ed. Dom Quixote /Instituto Superior Técnico, 2004), 807.

²¹⁹ Cf. Ezequiel de Campos (org. e intr. Fernando Rosas), *Textos de Economia e Política Agrária e Industrial, 1918-1944*, (Lisboa: Banco de Portugal, 1998), XI.

(...) na indústria do cimento, e da cal hidráulica, tão necessários para as obras da hidráulica, em geral, e para a agricultura, continua como fator importante do custo mínimo da eletricidade.²²⁰

Ezequiel de Campos faz ainda referência direta à polémica que envolvia a ECL e os restantes industriais em torno da concessão do forno rotativo:

Ainda bem que o governo não concedeu ultimamente o exclusivo do uso do forno rotativo para fabrico de cimento. É muito natural que, ao formular-se o conjunto dos melhores planos hidroeléctricos da primeira realização, se atenta ao problema das alvenarias hidráulicas, e se formulem as providências governativas para o êxito da barateza do cimento e da cal hidráulica. Será pois necessário modificar muito o estado económico, e até a distribuição pelo país, das fábricas de cimento, para a máxima economia das obras hidroeléctricas. _ Cumpre ao governo favorecer o melhor sistema económico relacionado com a provisão do cimento e da cal hidráulica; mas é obrigação, especialmente das empresas hidroeléctricas e minerais de carvão, organizar o fabrico nos melhores termos do êxito.²²¹

É, no entanto, importante referir que, o interesse acerca da produção de cimento que este engenheiro demonstrava ter, não seria alheio às ligações pessoais a um dos principais atores da indústria nacional de cimento. Com efeito, quando a 21 de janeiro de 1918, Ezequiel de Campos fora transferido de Chefe de Secção dos Engenheiros de Conservação de Obras Públicas de Évora para a Direcção dos Serviços Fluviais e Marítimos, foi a convite do seu conterrâneo, diretor da Fábrica Tejo e então Ministro do Comércio e Comunicações, Francisco Xavier Esteves.

1.4. Indústria Alemã na Gândara

1.4.1. A Gândara

Foi no lugar na Gândara, na freguesia de Maceira, em Leiria, que foi decidido construir a fábrica. O sítio era inóspito, os terrenos comprados por Henrique Sommer possuíam alguns pinheiros, mas predominava a charneca. Quando ali começaram os trabalhos, apenas existia uma construção, uma casa «abarracada».²²² As conotações associadas ao topónimo “Gândara” não eram auspiciosas em termos de acolhimento a quem ali iria viver. (Cf. Anexo1. Fig. 10) Segundo Amorim Girão, na toponímia portuguesa a designação de Gândara aplica-se a:

qualquer porção de terreno areento, inculto, e geralmente plano ou de relevo pouco acentuado. Na composição do solo, predominam as areias pliocénicas, o que faz com que estes terrenos sejam pobres, quando ali se pratica a produção agrícola.

²²⁰ Idem, 135-136.

²²¹ Idem, 135-136.

²²² Cf. Pedro Muralha, coord., «Uma grande Obra Social na Fábrica de Maceira Lis», em *Roteiro Turístico do Distrito de Leiria*, (Leiria: Tipografia Leiriense Lda., 1946), 175.

Encontram-se revestidos de pinhal, apenas interrompido por magros campos de cultura de milho, feijão e batatas, para servir as necessidades de uma população que nesta zona se distribui, com fraca densidade, em raros centros isolados.²²³

Apesar da riqueza do solo em calcários e da existência de água de boa qualidade para a produção de cimento, ali faltava praticamente tudo, desde materiais de construção a vias de comunicação, transportes, habitações, e ainda mão-de-obra.²²⁴ As estradas e caminhos de acesso ao local eram escassos e os que existiam encontravam-se em muito mau estado. Como se tratava de um lugar isolado, era necessário transportar para ali tudo o que era necessário para a construção e montagem da Fábrica.

A escolha do lugar foi determinada por quatro fatores. O primeiro e o mais determinante foi a existência de calcários e margas de boa qualidade e em quantidade suficiente que garantissem o funcionamento da fábrica por muito tempo. O segundo, a existência de água de boa qualidade e em quantidade. O terceiro foi a proximidade do caminho-de-ferro, sendo que a linha do oeste passava a cerca de 5 km do local escolhido. Por último, o isolamento, adequado à experiência de cariz social, imaginada pelos seus promotores. Segundo Rocha e Mello, o isolamento do lugar, apesar das dificuldades aparentes em termos de comunicações com o exterior, acabava por ser vantajoso, uma vez que os operários que ali se instalassem estariam afastados das ideias subversivas que circulavam nos conjuntos industriais desenvolvidos nas periferias urbanas. O engenheiro defendia que ali haveria menos probabilidade de se organizarem greves e de ocorrerem movimentos revoltosos.²²⁵

Num período em que engenheiros destacados como Ezequiel de Campos discutiam a colonização interna do país, a Gândara não parecia possuir as características de uma área territorial apetecível de vir a ser colonizada. A aparente pobreza dos solos fazia daquela paisagem algo desoladora um lugar pouco aprazível, sem perspectivas de vir a ser produtivo. Porém, a construção naquele território de uma moderna fábrica de cimento, virá impulsionar uma profunda transformação daquela paisagem. Apesar do sítio ser agreste, o fervilhar de vida que ali começou a surgir iria alterar profundamente todo o habitat existente. A este lugar isolado, onde até então apenas existia pinhal, alguns vinhedos e vegetação rasteira, começaram a chegar de Lisboa engenheiros, topógrafos, alguns operários especializados e, a partir de 1920, técnicos alemães

²²³ Cf. Amorim Girão (1ª Ed. 1940), *Guia de Portugal. Beira I – Beira Litoral*, (Coord.) Proença, Raul, *Guia de Portugal*. Vol. III, Tomo 1º, (Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 3ª ed. 1993), 115-117.

²²⁴ Cf. José O. Rocha Mello, «Evocando Henrique de Sommer», *Cimento*, nº1, 3 janeiro 1951, 1. AHFML.

²²⁵ Cf. Mello, *Notas Industriais...*, 16-17.

especializados nas diversas áreas da montagem de uma fábrica de cimento. (Cf. Anexo1. Fig. 11) Além de homens, chegaram também máquinas de uma escala pouco conhecida até então não apenas na Gândara, mas em todo o país. (Cf. Anexo1. Fig.12)

1.4.2. Viagens de Rocha e Mello à Suíça e Alemanha; Viagens de técnicos alemães a Portugal

A reconstituição da viagem realizada por Rocha e Mello à Suíça e à Alemanha, que decorreu entre meados de agosto e meados de setembro de 1919, permite compreender, não só a rapidez com que decorreu todo o processo da encomenda dos maquinismos para a montagem da primeira linha de fabrico de cimento na Gândara, mas também a importância dos contactos de Henrique Sommer, que permitiram ao engenheiro ter acesso privilegiado junto do representante do Estado português na Suíça.

Um pequeno caderno de apontamentos de Rocha e Mello, que contém as anotações das despesas diárias realizadas, permitiu fazer a reconstituição de todo este processo.²²⁶ O jovem engenheiro começou por anotar as principais tarefas que fora incumbido de realizar por Sommer.²²⁷ Partiu de Portugal a 17 de agosto, e o itinerário que seguiu foi por Estremoz, Elvas, Badajoz, Madrid, Barcelona, Lyon, Genève, Lausanne, Vaud e Berna. Chegado a Barcelona, atravessou a Catalunha para visitar a Fábrica de Cimento Asland, situada em Clot del Moro junto ao rio Llobregat, onde deveria obter informações sobre o sistema construtivo ali instalado.²²⁸ De seguida, viajou até Lausanne, onde se encontrou com um conhecido de Henrique Sommer. Ali chegado, escreveu ao Ministro de Portugal naquele país (refere-se ao embaixador português), dizendo-lhe que iria a Berna para que este «lhe desse um conjunto de livros».²²⁹ Sommer indicara que estes livros deveriam ser enviados para Portugal através do consulado português naquele país. De seguida, foi à Embaixada dos Negócios Estrangeiros, tratar da sua permanência no país, deslocando-se a Vaud onde visitou a Fábrica de Cimento Roche, na qual antes estagiara. Ainda em Berna, dirigiu-se ao consulado alemão e obteve um visto para se deslocar àquele país.

²²⁶ Cf. José Osório da Rocha e Mello, *Notas Diárias e Despesa*. Caderno A5 de capa preta, redigido a caneta. Contém as anotações das despesas diárias a apresentar a Henrique Sommer relativas ao período situado entre de 14 agosto e 16 de setembro de 1919, s.p. Espólio Família Rocha e Mello.

²²⁷ Rocha e Mello anotou a quantia recebida de Sommer para esta viagem: 20 escudos em dinheiro português; 200\$00 em pesetas; 400 francos franceses; e carta de crédito de 10 000 francos suíços.

²²⁸ A Fábrica de Cimento Asland foi construída na Catalunha em Clot del Moro entre 1901 e 1904. Foi Eusébio Güell, destacada figura da burguesia catalã vinculado a quase todos los sectores da economia (bancos, companhias ferroviárias, de aço e de tabaco, e ainda indústrias mogareiras, têxteis, vinicultura, transportes marítimos, e explorações mineiras), que fundou com outros sócios em Barcelona a sociedade cimenteira *Compañía General de Asfaltos y Portland*, SA Asland. Cf. Museu del Ciment Asland: <https://museuciment.cat/es/historia-2/>

²²⁹ Não existe qualquer referência a que tipo de livros seriam, mas muito provavelmente seriam livros técnicos sobre produção de cimento, e a montagem de uma fábrica de cimento.

A 10 de setembro entra na Alemanha, e chegando a Leipzig desloca-se a Dessau, onde se encontra com os representantes da *Polysius* (fornecedora de fornos rotativos), tendo jantado com estes. A 12 de setembro, vai de Dessau a Berlim, onde pernoita duas noites. Dois dias depois, regressa a Dessau, onde terá concretizado as encomendas à *G. Polysius*, já que nessa noite faz referência ao jantar oferecido aos engenheiros daquela empresa alemã.

As empresas contratadas para fornecimento de maquinismos, montagem e construção foram para além da *G. Polysius* de Dessau, a *Maschinenfabrik Augsburg-Nürnberg* (MAN) de Augsburg, a *Allgemeine Elektrizitäts-Gesellschaft* (AEG), a *Cementbau – Actiengesellschaft* (CAG) de Hannover, a *Casa Ad. Bleichert* de Leipzig e a *Casa Böttcher & Gessner* de Hamburgo. Foram os técnicos alemães destas empresas que seriam os responsáveis por construir e montar toda a primeira linha fabril de Maceira-Liz. Montada a Fábrica, grande parte dos técnicos regressaria à Alemanha, mas um pequeno grupo essencial à produção manteve-se a residir nas suas imediações.

Em 1920, técnicos alemães especializados nas diversas áreas da montagem de uma fábrica de cimento começaram a chegar ao lugar da Gândara, onde iria ser construída a Fábrica.²³⁰ Os primeiros desembarcaram em Lisboa a 2 de fevereiro. (Cf. Anexo1. Fig. 13) Tratava-se dos engenheiros da CAG, e Schröter, o Chefe da empresa. A primeira reunião entre a ECL e esta empresa, responsável pela construção dos primeiros edifícios da Fábrica, decorreu em Lisboa cinco dias depois. A 26 de abril de 1920, chegaram à Maceira Liz os outros engenheiros e os primeiros mestres daquela empresa.²³¹ Numa lista elaborada por Gastão Benjamim Pinto, é discriminado todo o «pessoal superior» da CAG, composto por: três engenheiros, um mestre-geral, um guarda-livros, um mestre pedreiro, um mestre mecânico, um mestre carpinteiro, um mestre de cimento armado e ainda um chefe de escritório daquela empresa.²³² É interessante notar a diversidade de técnicos que transpõem, para o contexto português, a organização daquela empresa de construção alemã. Como todos os maquinismos viriam por mar da Alemanha até Lisboa, onde seriam desembarcados e posteriormente transportados para o local de construção da fábrica, a ECL decidiu construir ainda em abril de 1920 um armazém num terreno arrendado ao Porto de Lisboa ²³³.

No início de 1921, começaram a chegar de Augsburg os técnicos da MAN, contratados para montar todos os maquinismos. Foi esta empresa que forneceu e montou os três motores *diesel*, motores cuja capacidade de produção era de 800 HP cada um, e que começaram por fazer funcionar

²³⁰ Cf. Pinto, *Caderno IIA...*, s.p.

²³¹ Idem.

²³² Cf. Pinto, *Caderno I...*, 108.

²³³ Idem.

toda a primeira linha de fabrico. A 20 de março, chegaria à Gândara o montador desta empresa especialista em tubagens. A 13 de maio, chegaram a Leixões, e dois dias depois à Maceira, seis montadores da *Polysius* vindos de Dessau. A estes, seguiram-se os responsáveis por toda a parte elétrica que pertenciam à empresa AEG. Os últimos a chegar foram os responsáveis pela instalação do sistema de guindastes e funicular para transporte das matérias-primas das pedreiras para o britador, da *Casa Ad. Bleichert* de Leipzig. Como nos primeiros anos de fabrico o cimento era transportado em barricas de madeira, foi necessário montar também uma linha de fabrico de barricas. As instalações mecânicas para a sua produção foram fornecidas pela *Casa Böttcher&Gessner*, de Altona (Hamburgo). A 31 de julho 1922, chegou a Lisboa o primeiro montador desta firma.²³⁴

1.4.3. Fornos e Central Termoeleétrica

A enumeração de técnicos alemães a partir das notas do administrador Gastão Pinto não revela as muitas dificuldades em transportar máquinas e saberes desde grandes centros industriais na Alemanha para a Gândara. Já a correspondência entre o engenheiro Rocha e Mello, que supervisionava o andamento da construção e os administradores da empresa em Lisboa, permite explorar em detalhe as diferentes dimensões do processo de transferência de tecnologia.

A 26 de fevereiro de 1923, Rocha e Mello escreve a Sommer Ribeiro a propósito da contratação de forneiros. Explica que fora colocado um anúncio por Albert Wienands, o mestre-geral da fábrica, no jornal alemão *Werkmeister-Zeitung*, tendo obtido oito respostas. Seis dos forneiros tinham mais de quinze anos de prática, e um deles estivera dezasseis anos na mesma fábrica, a célebre *Silesia*, que também fora instalada pela *Polysius*. Apenas um dia antes da inauguração da Fábrica, a 2 de maio de 1923, chegou à Gândara o forneiro alemão entretanto contratado: chamava-se Hake e a sua integração e permanência não foi pacífica.²³⁵ No seguimento dos vários problemas ocorridos entre as chefias, vários técnicos e o forneiro-chefe Hake durante o ano de 1925, a 18 de fevereiro de 1926 a Direção decidiu rescindir o seu contrato, em vigor desde o início do funcionamento do forno. A 10 de maio de 1926, Hake regressaria à Alemanha. A responsabilidade de acender e fazer a manutenção do forno a partir desta data foi assumida pelos engenheiros Granger e Fiúza Cabral.²³⁶

²³⁴ Cf. Pinto, *Caderno IIA...*, s.p.

²³⁵ Sobre dados acerca dos primeiros técnicos alemães a deslocarem-se para Maceira; Cf. Pinto, *Caderno I...*, 19-22; e Pinto, *Caderno IIA...*, s.p.

²³⁶ Cf. Pinto, *Caderno I...*, 156.

É assim patente que, inaugurado o forno em maio de 1923, os problemas não pararam, agravaram-se. (Cf. Anexo1. Fig. 14) Em carta enviada a 3 de julho de 1923 por Rocha e Melo a Benjamim Pinto, o tom da escrita do engenheiro não podia ser mais pessimista. Relatava o problema de uma avaria elétrica no terceiro alternador de corrente. Explicava que há já três dias que dois técnicos alemães «pesquisavam o problema», e que este fora finalmente detetado naquele dia, parecendo-lhe que em poucos dias seria resolvido. Dizia que vinham sendo feitos todos os esforços por manter o forno a funcionar, mas tal não era possível, uma vez que apenas um dos três motores funcionava. Entretanto, para que na semana seguinte fosse possível continuar a produzir cimento, iam, apesar das enormes dificuldades continuar a proceder à secagem e moagem de carvão; terminava desabafando:

Deus permita que não haja alteração ao programa agora: eu estou com o sistema nervoso na última!...²³⁷

O que parece apenas um desabafo inocente por parte de Rocha e Mello numa situação de tensão ganha tons mais dramáticos com o episódio trágico ocorrido neste período, mais precisamente a 19 de maio de 1922. Tratou-se do suicídio de Fritz Deistler, um dos técnicos da *Polysius*.²³⁸ Logo após a morte do colega, dois dos seis técnicos desta empresa despediram-se e regressaram à Alemanha. Quanto aos motivos que provocaram esta tragédia não foram encontradas quaisquer fontes escritas que a clarificassem. Mas o episódio permaneceu na memória coletiva da Fábrica. Conta-se que a morte do técnico alemão se terá ficado a dever à montagem do forno rotativo e que antes de morrer Deistler terá mesmo dito que «o forno teria sido montado ao contrário», contra a sua vontade. Terá afirmado também «o que um alemão faz, um português não desfaz».²³⁹ É óbvio que especular sobre os motivos de um suicídio está bem além do objeto de esta tese. Mas importa sublinhar como esta morte invoca o ambiente de grande tensão existente na fábrica em volta da instalação do primeiro forno.

No inverno de 1926, detetou-se que o forno não funcionava de forma regular.²⁴⁰ Para tentar identificar as causas das irregularidades do seu funcionamento foi consultado o engenheiro químico

²³⁷ Cf. Carta de Rocha e Mello a Gastão Benjamim Pinto, de 3 de julho de 1923, em *Memorial*, Doc. nº 179. AHFML.

²³⁸ Tendo sido sepultado em Maceira, existe uma nota sobre a trasladação do corpo pela família para a Alemanha apenas depois da 2ª Guerra Mundial.

²³⁹ A descrição deste evento foi-me transmitida por um dos mais antigos operários da Fábrica em 2008. Cf. Entrevista de Benvindo dos Reis a Isabel Bolas, realizada a 27 de novembro de 2008.

²⁴⁰ O governo da Ditadura estabeleceu a obrigatoriedade de consumo de uma percentagem de carvão mineral português, uma vez que naquele período era prioritariamente usado na indústria portuguesa o carvão inglês, Cf. Decreto nº14 009 de 30 de julho de 1927. Esta medida teve repercussões negativas na manutenção do primeiro forno instalado em 1923, uma vez que o grau de pureza dos carvões nacionais não era suficiente para que a sua aplicação na pulverização do

belga Jean Hendrickx, diretor da Fábrica *Polliet & Chausson*, assim como a equipa técnica da *Polysius*. Mas o problema do forno persistiu. A 1 de junho, chegou o engenheiro da *Polysius*, tendo regressado à Alemanha duas semanas depois, o que pode indicar ter sido resolvido o problema do forno.

Entretanto, apenas três anos após a inauguração do primeiro forno, em 1926 foi decidido montar um segundo forno.²⁴¹ Não encontramos fontes que permitam compreender esta tomada de decisão, mas parece que os problemas constantes com o funcionamento do primeiro forno possam ter estado na origem da mesma. No início da Primavera de 1927, recomeçaram assim a chegar à Maceira novos técnicos alemães para a montagem do segundo forno. Em março, chegou o primeiro montador da *Polysius*. E no final do ano, foram chegando vários montadores da MAN da AEG e da *Polysius*.²⁴² Este segundo forno introduzia uma inovação tecnológica importante: foi instalada uma caldeira de recuperação de calor dos gases saídos do forno, produzindo vapor que iria ser aproveitado para acionar um grupo de turbina-alternador da AEG de 1500 KW.²⁴³ Este novo processo tecnológico teria de ser instalado num edifício próprio, contíguo ao do Forno – designado Central Turbo.²⁴⁴ A 27 de abril de 1927, começou a ser construído este edifício. No início de outubro, chegou um montador da MAN para instalar a caldeira tubular, tendo sido concluída a obra no ano seguinte.²⁴⁵ Segundo a *Estatística de Instalações Eléctricas de 1928*, com a Central Turbo já a funcionar, a ECL passou a ser a empresa nacional com maior capacidade de auto-produção de termoelectricidade, atingindo o valor de 3194 kW.²⁴⁶

Para minorar os problemas ocorridos com o funcionamento do primeiro forno, aquando do início do funcionamento do segundo forno, foi contratado pela ECL um intérprete. Foi a 13 de maio de 1929, que Augusto Guilherme Margenstern iniciou o seu trabalho como tradutor entre os

interior do forno - esta era uma das principais funções do carvão na produção de cimento através de fornos rotativos - permitisse que o forno funcionasse nas melhores condições. Não se sabe até que ponto esta medida não terá contribuído para os problemas do funcionamento do primeiro forno. Mas, ainda antes de esta medida ter sido regulamentada pelo Estado, já a ECL a promovia, uma vez que a 18 de abril de 1927 a Direção da empresa premiou aos engenheiros Granger e Fiúza Cabral com «uma gratificação especial pelo esforço realizado por estes no uso de carvões nacionais na cozedura do cimento produzido». Cf. ECL., *Conjunto de folhas...*, s.p.

²⁴¹ Foi na reunião da Direção datada de 30 de julho de 1926, que foi decidido comprar um segundo forno. Cf. Pinto, *Caderno IIA...*, s.p.

²⁴² Idem.

²⁴³ Idem.

²⁴⁴ Cf. Oliveira, *A Indústria...* Vol.1, 202.

²⁴⁵ Cf. Pinto, *Caderno IIA...*, s.p.

²⁴⁶ Em segundo lugar estava a Fábrica de Fiação e Tecidos de Vizela, Lda., em Santo Tirso e em terceiro a Companhia Industrial Portugal e Colónias, em Lisboa e Loures, que no total produzi 2495 kW. Das indústrias pesadas a CUF no Barreiro ocupava o quarto lugar, produzindo 2 100 kW. Cf. Fernando Faria, Luís Cruz e Sofia Teives, «Energia e Indústria», em *A História da Energia. Portugal 1890-1980*, coord. Nuno Luís Madureira (Lisboa, Ed. Livros Horizonte, 2005), 89.

montadores alemães e os técnicos e operários portugueses. Este manteve-se ao serviço da ECL por mais de um ano.²⁴⁷ A sua presença confirma a importância da comunicação e do conhecimento da língua em processos de transferência de tecnologia.

O forno não era a única tecnologia fonte de preocupações de Rocha e Mello. Na já referida carta de 1923, em que comentava a necessidade de contratar forneiros, referia também que fora colocado um anúncio pela ECL para contratar um maquinista chefe para a central elétrica a Diesel, já que o que fora contratado só ali se manteria até arranjassem outro. Rocha e Mello explica que o técnico alemão, de nome Betl, que ocupava este cargo, exigia uma disciplina exagerada, tendo havido múltiplas queixas por parte dos trabalhadores. Betl apenas regressaria à Alemanha a 1 de agosto de 1926, ficando no seu cargo mais três anos apesar das queixas. Três meses depois da sua partida, no início de novembro de 1926, ocorreu uma avaria nos motores nº1 e 3 da Central Diesel. Os registos existentes não permitem esclarecer se esta avaria se terá ficado a dever à substituição daquele técnico alemão, mas a proximidade dos dois eventos leva a considerar essa hipótese. No mês seguinte, seria enviado pela MAN o engenheiro Wolff para estudar aquelas avarias.

O problema da Central Diesel acabou por arrastar-se por quase todo o ano de 1927. Foram várias as tentativas para eparar os motores, com avarias constantes desde o ano anterior. Assim, em janeiro, voltou a estar na Fábrica um montador da MAN, Gottlieb Stingel. Um outro montador, Hans Leykauf, tentou fazer a mesma reparação a partir de 22 de abril, o que é sinal da persistência das dificuldades. Entretanto, foi contratado em agosto o maquinista português Arthur Ribeiro de Mello com o objetivo de ser formado por Wolff na sua função. Quanto à avaria do motor, a 1 de setembro, Leykauf partia sem ter resolvido o problema, que só ficou parcialmente resolvido com o recomeço do funcionamento do motor nº 1, a 23 de setembro. Após esta data, Wolff cessou funções de chefia na Central Diesel e, curiosamente, foi substituído pelo seu compatriota Gottlieb Stingel que já ali estivera no início do ano e que, a 11 de novembro, seria contratado pela ECL para aquela função pelo período de um ano.²⁴⁸

Os problemas com a central Diesel revelam bem a necessidade de manter a presença de técnicos alemães, bem depois de montado o primeiro forno em 1923. Estes foram essenciais para construir todo o circuito de produção, desde a extração das matérias-primas das pedreiras, passando pelo seu transporte até ao local de fabrico, e ainda os restantes edifícios de apoio, o edifício da fábrica, o edifício do Laboratório e as primeiras casas. Em 1924, surgiram graves problemas

²⁴⁷ Cf. Pinto, *Caderno I...*, 249, 265.

²⁴⁸ Cf. Pinto, *Caderno IIA...*, s.p.

construtivos nas obras realizadas pela CAG e pela AEG.²⁴⁹ Foi no final do ano, em novembro, que foram detetadas anomalias no edifício principal da Fábrica. Para além de várias asnas partidas, foram identificados outros problemas construtivos. A 3 de dezembro de 1924, após uma reunião da Direção com os técnicos da CAG e o perito da ECL, reunião em que foram analisados os despectivos relatórios, os resultados foram inconclusivos. A CAG não admitiu ser responsável por qualquer problema. A 4 de fevereiro de 1925, uma nova reunião foi marcada com a CAG para apurar as responsabilidades na construção das asnas. Finda aquela reunião, terminaram as relações cordiais entre a ECL e a CAG. Em agosto de 1925, Henrique Sommer decidiu deslocar-se à Alemanha, com o objetivo de resolver o problema junto da Direção da Empresa em Hannover. Foi, entretanto, colocado pela ECL um processo judicial à CAG, processo que se arrastou até ao final desse ano.²⁵⁰

Também na instalação elétrica do conjunto fabril montado pela AEG, surgiram problemas no ano de 1925. A 9 de março, numa reunião entre a Direção da ECL e os representantes da AEG em Portugal, foi feita uma reclamação relativa aos maus acabamentos e à qualidade dos materiais fornecidos por aquela empresa alemã, relatando os prejuízos que daí resultaram. A AEG comprometeu-se enviar um engenheiro a visitar a Fábrica e a verificar toda a sua instalação elétrica, o que ocorreu em julho desse ano.²⁵¹ Os problemas com a AEG ter-se-ão resolvido pacificamente, já que não existe mais referência a quaisquer problemas com esta empresa.

1.4.4. Operários portugueses e técnicos alemães

Como se constata, a deslocação e apropriação da tecnologia alemã para a Gândara não foi um processo pacífico. Os técnicos alemães queixaram-se repetidamente das condições de alojamento e alimentação existentes, como das múltiplas dificuldades ocorridas na relação de trabalho com os operários portugueses. Problemas relacionados com a comunicação, como revela a contratação de um intérprete aquando da montagem do segundo forno, mas acima de tudo, com diferenças resultantes dos modelos culturais de formação e de educação: o principal problema mencionado pelos técnicos alemães é a falta de disciplina dos trabalhadores portugueses. Quanto aos trabalhadores portugueses, queixavam-se sobretudo da dureza do trabalho. E tanto uns como outros se queixavam da inexistência de quaisquer infraestruturas de apoio. Os primeiros operários

²⁴⁹ Cf. Pinto, *Caderno I...*, 111-112-185; ECL, *Conjunto de folhas...*, s. p.

²⁵⁰ Os problemas construtivos das obras feitas pela CAG continuaram a surgir nos anos seguintes. Em abril de 1926, começou a ser reparado pela CP, custeado pela ECL, o ramal de caminho-de-ferro que ligava a Fábrica à linha do Oeste, e que fora construída pela CAG entre 1920 e 1921. Cf. Pinto, *Caderno IIA...*, s.p.

²⁵¹ Cf. ECL, *Conjunto de folhas...*, s.p.; Pinto, *Caderno I...*, 185; *Caderno IIA...*, s.p.

não especializados recrutados para ali trabalhar eram da região, mas rapidamente o volume de trabalho justificou que se comesse a recrutar trabalhadores noutros pontos do país, vindo estes principalmente do Norte. A instabilidade política e económica, que caracterizou o período do início do funcionamento da fábrica, fez com que ali acessem pessoas de vários pontos do país, procurando trabalho e estabilidade. As relações que se estabeleceram entre os operários especializados alemães, com uma formação e experiência técnica sólida, oriundos de grandes cidades, e os primeiros trabalhadores portugueses, que eram sobretudo de origem rural e sem qualquer tipo de instrução, não terá sido certamente fácil.

Apesar de todas as dificuldades com os técnicos e operários especializados alemães, a correspondência de Rocha e Mello com a Administração da ECL durante os primeiros tempos de funcionamento da fábrica revela mesmo que a mão-de-obra portuguesa era um dos focos de preocupação do engenheiro. Este apontava em 1923 o clima de grande descontentamento que ameaçava o tecido social da Fábrica:

Muito peor do que isso é a falta de pagamento; isto está como nunca esteve. Nós já em tempos tínhamos atrasado duas semanas, mas depois pagou-se tudo e agora só metade. Eu estou na contingência de não poder sair para a rua. (...) É o diabo esta situação, mas o pessoal não quer saber de nada. Sinto-me lixado até à última sobretudo com o perigo das sabotagens.²⁵²

No final desta carta, pedia que algum dos membros da direção se deslocasse à Maceira para discutir uma série de decisões que urgia tomar, relativamente às várias pequenas obras a concluir. Referia ainda ser necessário começar a preparar a fábrica para se conseguir produzir no Inverno que se avizinhava. Sobre estes incidentes, Benjamim Pinto escreveu a seguinte nota: «Atraso dos pagamentos, sabotagens constantes. Atos violentos contra Wienands, o mestre-geral, e Hake, o forneiro».²⁵³

Durante esse ano de 1923, Rocha e Mello não se cansaria de descrever as dificuldades que os trabalhadores tinham em subsistir com os ordenados que ali recebiam e com a falta de sítios que servissem refeições:

(...) o Mansilha e o Almeida vieram ter comigo por causa do ordenado. O Mansilha diz que desde que está só não pode ter creada que é muito cara e rouba-o e foi ter com o Perdigão para lhe dar de comer; pediu-lhe 11\$00 reis por dia. Foi depois a uma taberna ao lado e ficou comensal por 8\$00 por dia, de modo que são 240\$00; como ele ganha 230\$00 veio ter comigo! Veja lá se atalha isto, que os rapazes não se aguentam por forma alguma.²⁵⁴

²⁵² Cf. Carta de Rocha e Mello a Gastão Benjamim Pinto, de 15 de agosto de 1923, em *Memorial*, Doc. nº 184. AHFML.

²⁵³ Cf. *Caderno IIA...*, s.p.

²⁵⁴ Cf. Carta de Rocha e Mello dirigida a Gastão Benjamim Pinto, de 3 de julho de 1923.

Explicava ainda que o Mansilha era um dos melhores serralheiros que tinham e que trabalhava 12 horas por dia, domingos incluídos ²⁵⁵.

Entretanto no Verão de 1923, começaram a regressar à Alemanha grande parte dos técnicos da CAG, da AEG e da *Polysius*, que ali tinham começado a chegar em 1920.²⁵⁶ A 26 abril de 1927, partiu de Maceira-Liz um dos primeiros alemães a vir para a Fábrica e a ali permanecera por mais tempo. Tratava-se do Mestre-Geral Albert Wienands, que terá sido provavelmente o único técnico alemão que ali viveu com a família.²⁵⁷ Para substituir Wienands como mestre-geral da fábrica, foi contratado à experiência, no final de maio de 1927, Álvaro Rodrigues de Carvalho, mas dois meses depois foi despedido por «ter faltado ao respeito ao engenheiro Granger.»²⁵⁸

Nesta fase de transição, a Direção da ECL sentiu necessidade de exercer um maior controlo sobre os operários. A primeira medida tomada, no sentido de resolver os problemas disciplinares dos operários, foi, logo em 1925, a criação do primeiro *Regulamento Interno da Fábrica*, documento que regulava detalhadamente as funções de cada serviço, de modo que as indefinições de funções de trabalhadores e chefias deixavam de existir.²⁵⁹ Definida a estrutura hierárquica da fábrica, era fomentado o controlo, a vigilância e a fiscalização. Ao longo deste documento, é feita alusão a repreensões, a penas disciplinares, e a castigos a aplicar aos trabalhadores. Os diversos tipos de sanções eram aplicados de diversas formas e pelos mais diversos motivos.²⁶⁰ Dois anos depois, em junho de 1927 seria mesmo criado o cargo de Fiscal do Pessoal da Fábrica.²⁶¹

No ano de 1928, continuavam a procurar-se formas de resolver o problema da substituição definitiva dos técnicos alemães, ainda responsáveis pelas áreas fundamentais do funcionamento da fábrica. A 24 de fevereiro, começou a trabalhar na fábrica o engenheiro António Santos Silva,

²⁵⁵ Idem.

²⁵⁶ Cf. Pinto, *Caderno IIA...*, s.p.

²⁵⁷ Idem.

²⁵⁸ Cf. Pinto, *Caderno I...*, 207, 211.

²⁵⁹ Este documento permite compreender o elevado grau de organização que a Fábrica passou a ter apenas dois anos após a sua inauguração. Os principais Serviços da Fábrica eram: os Serviços Técnicos, o Serviço Comercial e os Serviços de Armazéns. Os três dependiam diretamente da Direção Técnica. Cf. ECL, *Regulamento Interno da Fábrica*, 1925. AHFML

²⁶⁰ Cabia ao Diretor Técnico: admitir e/ou despedir o pessoal operário em função das propostas dos chefes de serviço, assim como definir os salários e gratificações, propostas que eram submetidas à Direção; reunir diariamente com os chefes de serviço a fim de em conjunto tratar dos assuntos técnicos, administrativos e disciplinares; conceder licenças e aplicar castigos ao pessoal, informando a Direção da sua duração e ainda do começo e fim dos mesmos. Quanto às penas disciplinares tanto aos empregados como aos operários deviam ser aplicadas por ordem de gravidade e reincidência de faltas, pela seguinte ordem: repreensão, multa cujo produto revertia a favor do pessoal, suspensão de exercício e vencimento e por último, demissão. Cf. ECL, *Regulamento Interno...*, 1925.

²⁶¹ A 1 de junho de 1927 António Simões Bispo, capataz da Fábrica de Barricas foi nomeado para aquele cargo. Cf. Idem, 211.

formado no IST.²⁶² O cargo que passou a desempenhar foi o de Chefe de Serviço de Máquinas e Eletricidade. Esta parece ter sido a primeira substituição bem-sucedida, já que este engenheiro ter-se-á mantido ao serviço da ECL nas três décadas seguintes.

Como vimos, entre 1927 e 1928, foi comprado e montado o segundo forno. Entre 1937 e 1938, com a montagem do terceiro forno, voltaram a residir em Maceira-Liz técnicos alemães que ali permaneceram durante a montagem daquela linha fabril. Entretanto, esporadicamente, deslocavam-se da Alemanha técnicos, sempre que surgiam avarias ou problemas de manutenção dos diversos maquinismos. Só terminada a Segunda Guerra Mundial a ECL deixaria de ter contactos com a Alemanha, passando a estabelecer contratos para fornecimento de tecnologia com os EUA.²⁶³

A 3 de maio de 1938, foi inaugurado o novo forno, iniciando-se a produção da terceira linha da instalação fabril: as inovações tecnológicas deste novo tipo de forno fizeram com que a esta terceira linha de fabrico fosse dado o nome de «Nova Fábrica». Neste período, deslocaram-se novamente técnicos alemães a Maceira-Liz e ali permaneceram durante a sua montagem. As condições de acolhimento aos técnicos haviam melhorado significativamente. Anexo à Fábrica, crescia desde 1926 o Bairro de Pessoal, onde foi construído propositadamente um edifício para instalar os técnicos alemães.

É importante notar que, durante a construção deste terceiro forno, não terão existido tantas dificuldades técnicas e relacionais, como as descritas acerca da construção dos primeiros dois fornos. Aparentemente, a ECL encontrou soluções para os problemas com que se debatera anteriormente e a contratação de um intérprete terá sido uma delas. Também a construção do Bairro, a partir de 1925, que viria a proporcionar melhores condições de vida aos operários, bem como a construção de uma tipologia de edifício específica para alojar os técnicos alemães (os Pavilhões nº1 e nº2), terão contribuído para a pacificação de algumas das tensões existentes aquando da montagem do primeiro forno. No período da montagem do terceiro forno, entre 1937 e 1938, a fábrica possuía já melhores condições a nível de equipamentos sociais, como se verá à frente. O processo de construção do Bairro do Pessoal será aprofundado no capítulo seguinte.

²⁶² António Santos Silva Pinto, era formado em engenharia eletrotécnica pelo IST, e foi o quarto engenheiro contratado pela ECL a 31 de junho de 1928, com o ordenado de 2 000\$00. Cf. Pinto, *Caderno I...*, 223-224.

²⁶³ Segundo Gil Brás de Oliveira, por razões conjunturais do pós-guerra, a primeira encomenda de instalação de um novo forno pela ECL e C^{as} Associadas foi à empresa americana *Kennedy-Van-Saun Mfg. & Eng. Corporation* a 30 de janeiro de 1947. Tratou-se da montagem da Fábrica da Beira em Moçambique. Cf. Oliveira, *A indústria...*, vol. 1º, 394.

1.5. Laboratórios e ECL

Quando em 1923 foi inaugurado pela ECL o primeiro forno rotativo para produção de cimento em Portugal, existia já montado no espaço fabril de Maceira-Liz, um Laboratório que lhe permitia monitorizar diariamente a qualidade do cimento produzido. Não por acaso, o Laboratório da Fábrica de Maceira-Liz foi o primeiro edifício a ser construído no conjunto fabril e social que esta empresa edificou entre 1920 e 1948. A sua construção foi iniciada logo em 1921, tendo sido concluído no ano seguinte. (Cf. Anexo1. Fig. 15) A preocupação, logo desde o início da construção da fábrica, com a existência de instalações laboratoriais em funcionamento, exprime a importância que o Laboratório tinha para os fundadores desta fábrica. Sugere mesmo que este espaço era tido como um pré-requisito para a produção do cimento.

Com efeito, é de notar que a transferência de uma tecnologia nunca é um processo linear ou automático: a forma como ela é apropriada e difundida depende em grande parte do contexto, não só geográfico como social e cultural, e é nesse sentido que importa conhecer como se deu essa transferência. Os Laboratórios são locais essenciais para compreender o processo de transferência de uma tecnologia, tendo levado a que a ECL estabelecesse uma rede de contactos com vários Laboratórios nacionais e europeus. Estes laboratórios tiveram um papel fundamental no processo da certificação e homologação dos cimentos no contexto industrial português. Foram os engenheiros Rocha e Mello, Diretor Técnico de Maceira-Liz, e Amável Granger, responsável pelo Laboratório da Fábrica, que estabeleceram estes contactos nos anos vinte e trinta.

Num relatório de 1923, que será estudado com mais detalhe mais abaixo, Amável Granger defendia a importância, muitas vezes desvalorizada nas complexas linhas de produção industrial, dos laboratórios fabris.²⁶⁴ Faz notar que embora sejam mais visíveis ao observador as grandes construções industriais, as maquinarias complexas e as imponentes centrais elétricas, é o trabalho desenvolvido no modesto laboratório que as permite guiar na criação e fabrico dos materiais desejados. Refere-se de forma geral ao trabalho do engenheiro químico na produção industrial, dando o exemplo de vários países ainda antes da Primeira Guerra, que em muito se ficou a dever à engenharia química, referindo o trabalho desenvolvido pelo investigador e engenheiro Floris Osmond na indústria metalúrgica de *Le Creusot*:

Porque assim foi reconhecido, as grandes organizações industriais, confiaram aos seus laboratorios os estudos do seu fabrico, e se necessárias fossem citações, bastava falar do que a metalurgia deve à análise-thermica e microscópica, notavelmente enriquecida por Osmond, quando dirigia o laboratorio das fábricas de Creusot. E assim também nesta fabrica em que servimos foi julgado

²⁶⁴ Cf. Amável Jardim Granger, *Relatório do Laboratório de 1920-1923*, Documento encadernado em formato A4, manuscrito a caneta, paginado, (1923). AHFML.

conveniente apetrechar um laboratório, confiando-o a pessoa que embora não pretenda descobrir novas formulas ou processos, está convencida da sua utilidade, e deseja afirma-la.²⁶⁵

Granger justificava o investimento na criação de um laboratório em Maceira-Liz, não para fazer descobertas científicas, mas pelo reconhecimento do papel da ciência, e em particular da química, em ramos industriais como a metalurgia ou os cimentos. Ainda nesta primeira parte deste documento, e como introdução ao trabalho efetuado no laboratório da fábrica, Granger não deixa de fazer referência à importância do ensino e de uma sólida formação não só teórica, mas sobretudo prática, na área da química, referindo-se certamente à sua formação académica na *École d'Ingénieurs* da *Université de Lausanne*. Afirmava mesmo que, no ensino da engenharia, só os engenheiros químicos têm a oportunidade de desenvolver intensivamente a prática laboratorial ainda durante o seu período formativo. Defende que a longa e persistente prática da engenharia química, com as suas «prescrições, as suas regras, os seus métodos e uma soma colossal de observações que demandam longo estudo, que exigem na prática aprendizagem demorada», constituem os verdadeiros guias da produção industrial de qualquer material, estando, no caso de Maceira-Liz, presentes em todas as fases de produção do cimento.²⁶⁶

É particularmente útil para a presente investigação uma passagem desta introdução ao laboratório em que Granger se detém na definição mais precisa do material que ali se começara a produzir. Este explica que o cimento «Liz» é um cimento *Portland* artificial, e:

por Cimento *Portland* Artificial entende-se um aglomerante hidráulico (capaz de fazer presa debaixo de água) que se obtém a partir de matérias primas misturadas artificialmente e em determinadas proporções até começo de vitrificação (Clinkerização).²⁶⁷

Esta preocupação com a definição precisa do material ali produzido é compreensível: o autor do relatório frisa que o cimento produzido pela ECL, precisamente pelas suas características hidrófugas, obedece à definição estrita de cimento *Portland* artificial, constituindo assim um ligante hidráulico - ao contrário do que era comum observar naquele período em que outros cimentos sem estas características eram apresentados com essa designação. Esta preocupação de Granger antecipa já todo o difícil processo de homologação do cimento *Portland* artificial em Portugal, que como se verá no último capítulo desta tese, dedicado ao porto de Leixões, será desencadeado pela ECL em 1929 e que só terminará em 1932. Note-se que em 1923, quando este

²⁶⁵ Idem, IV-V.

²⁶⁶ Idem, V

²⁶⁷ Idem, VI

relatório é escrito, não existiam normas para a certificação da produção de cimento *Portland* em Portugal, embora, como já foi referido, a utilização do betão como técnica construtiva já tivesse sido regulamentada em 1918.²⁶⁸

Para confirmar a relevância dos laboratórios na história da ECL sugerida por Granger, basta perceber como estes foram determinantes no próprio processo de tomada de decisão da construção da fábrica na Gândara. Como já foi referido, foi a 23 de novembro de 1918 que Henrique Sommer se reuniu com o seu amigo, o engenheiro Gastão Benjamim Pinto com alguma experiência no fabrico de cimento, para discutir o primeiro conjunto de análises realizadas por Charles Lepierre no IST. Recorde-se que, no ano seguinte, e já com mais análises realizadas por Lepierre, José Sommer Ribeiro juntou-se a Sommer e Benjamim Pinto, e juntos começaram a ponderar a decisão de construir uma moderna fábrica de cimento no lugar da Gândara. A contratação de Carlos van Zeller no início de 1919 para dar andamento à prospeção geológica do lugar foi o passo seguinte, ao qual se seguiu a reunião tida entre Sommer e Rocha e Mello em maio de 1919. Este terá sido o momento em que foi decidido avançar com o projeto, introduzindo em Portugal o inovador processo de fabrico através de forno rotativo para produção de cimento.

Tanto a qualidade das matérias-primas existentes, testemunhada pelas análises realizadas por Lepierre (1918-1919) e também, como veremos mais adiante, por Hans Kühl (1919) na Universidade de Berlim, assim como as prospeções hidrológicas efetuadas por Fleury (1919) também no IST permitiram a Henrique Sommer, Sommer Ribeiro, Benjamim Pinto, Carlos van Zeller e Rocha e Mello, tomar a decisão de avançar com a construção da fábrica no local da Gândara. Esta decisão foi concretizada, após várias visitas ao local ao longo de 1919, com a constituição formal da ECL a 30 de outubro. Desde os seus momentos iniciais, a ECL dependeu de relações estreitas com laboratórios nacionais e internacionais, tendo vindo mesmo a estabelecer em 1920 o seu próprio laboratório dirigido por Granger. Nas páginas seguintes dá-se conta de como laboratórios químicos e de ensaio de materiais se revelaram essenciais para as atividades da ECL.

²⁶⁸ Cf. Decreto nº 4 036, *Diário do Governo*, nº67, 1ª série, 3 de abril de 1918. Presidente Sidónio Pais. Ministério do Comércio. Ministro Manuel José Pinto Osório. Promulga o primeiro «Regulamento para o Emprego de Beton Armado» em Portugal.

1.5.1. Laboratórios portugueses

1.5.1.1. Análises químicas no laboratório do IST (1918-1926)

A princípio, o IST ficou instalado na Rua da Boavista, ao Conde Barão, tendo ocupado as instalações do extinto Instituto Industrial. Estas primeiras instalações do IST eram na época conhecidas como “o Barracão da Boavista”, expressão pejorativa que descrevia as condições do local. As condições das salas de aulas (teóricas e práticas) e Laboratórios não eram as melhores. Assim, as salas de aula teóricas eram minúsculas e as salas de aulas práticas não haviam sido construídas para desempenhar tal função, não tendo as características de verdadeiros Laboratórios. Também a iluminação era escassa e o aquecimento não existia, as infiltrações de água eram permanentes, o que colocava em risco a segurança dos alunos, professores e do próprio edifício.²⁶⁹

Inicialmente, os cursos de engenharia ali ministrados foram os de minas, civil, mecânica, eletrotécnica e química-industrial. O ensino deveria ser complementado «por visitas de estudo, excursões, missões e tirocínios em estabelecimentos fabris, minas, obras públicas, etc».²⁷⁰ Estavam previstos dois Chefes de Laboratórios, um seria responsável por todos os trabalhos práticos das cadeiras de Química Analítica e Tecnológica, e o outro pela Oficina de Eletrotecnia. O Laboratório de Química Analítica foi chefiado por Charles Lepierre, professor do IST.

Como já foi referido, foi ainda em 1918 que foram estabelecidos os primeiros contactos por Henrique Sommer e Gastão Benjamim Pinto com o IST, através do seu Laboratório de Química Analítica.²⁷¹ O objetivo era analisar as matérias-primas existentes no local da Gândara, calcários e margas, de modo a compreender se seria viável a produção de cimento, através da prospeção realizada no local. Foi o químico Charles Lepierre, professor daquele Instituto desde a sua fundação, o responsável pela análise das matérias-primas recolhidas nos locais onde passaria a ser feita a exploração para a produção de cimento da Fábrica.²⁷²

²⁶⁹ Cf. Alfredo Bensaúde, (Ed. original 1922), *Notas Histórico-Pedagógicas sobre o Instituto Superior Técnico por Alfredo Bensaúde*, (Lisboa: IST Press, 2003).

²⁷⁰ Cf. Bases Regulamentares do IST, *Diário do Governo*, nº 163, 15 de julho de 1911, 2 982. Ministério do Fomento. Ministro Brito Camacho.

²⁷¹ Cf. ECL, *Análises Anteriores...* s.d.

²⁷² Charles Lepierre (1867-1945) químico francês, formara-se em engenharia química em 1887 pela *École de Physique et de Chimie Industrielles*. No ano seguinte, veio para Portugal, por sugestão do seu professor Roberto Duarte Silva. Começou por trabalhar como chefe de trabalhos de química da Escola Politécnica de Lisboa e como preparador do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, mas esteve pouco tempo em Lisboa, fixando-se em Coimbra onde trabalhou cerca de vinte anos na Universidade de Coimbra. Ali desenvolveu o Laboratório de Microbiologia. Em 1911, com a grande reforma do ensino universitário em Portugal, foi convidado a integrar o corpo docente do IST de Lisboa, entretanto criado, onde lecionou durante 26 anos como professor. Dirigiu igualmente o Instituto de Hidrologia e o Laboratório do Instituto Português de Conservas de Peixe. A análise química foi uma das suas principais áreas de atividade, tendo ficado particularmente conhecido pelo importante trabalho analítico sobre águas minero-medicinais

A cópia do registo manuscrito, existente no AHFML, da primeira análise laboratorial oficial encomendada ao IST, permite obter um conjunto de informações sobre este importante passo na certificação da qualidade das matérias-primas para produção de cimento existentes no local. Curiosamente, os pedidos das análises ao Laboratório de Química Analítica do IST enviados em 1918 foram da parte de Ch. Philibert.²⁷³ O primeiro pedido de um conjunto de amostras de calcários deu entrada no Laboratório a 1 de outubro de 1918.²⁷⁴ Os registos deste primeiro relatório foram assinados por Charles Lepierre, a 10 outubro desse ano. Os resultados obtidos registados informam sobre três aspetos de cada amostra: a composição química do mineral, o seu índice de hidraulicidade e a informação sobre o seu desempenho no hipotético uso no fabrico de cimento.²⁷⁵

Entre 1 de outubro de 1918 e 10 de julho de 1919, foram sistematicamente encomendadas pela ECL ao Laboratório de Química Analítica do IST, através de Philibert, análises de matérias-primas existentes na Gândara assim como da composição do cimento obtido com a sua conjugação. Charles Lepierre analisou e fez sucintos relatórios sobre amostras de: argila, nove tipos de calcários, misturas de calcários, e ainda mistura de calcários e argilas.²⁷⁶ Mas, apesar da boa qualidade das matérias-primas analisadas, subsistia a dúvida quanto à existência no local de reservas suficientes para o futuro investimento. Era também necessário conhecer melhor as capacidades hidrológicas do local onde se pretendia erigir a Fábrica. Em 1919, dois meses após a reunião de Rocha e Mello e Sommer, estes voltam a encomendar ao IST um ensaio que viria a ser realizado pelo Professor Ernest Fleury.²⁷⁷ Fleury foi um dos colaboradores mais próximos de

portuguesas. Realizou também importantes estudos sobre o volfrâmio e na área da indústria das conservas de peixe, domínios de especial relevância para a economia portuguesa da primeira metade do século XX. Consultado em: <https://narq.tecnico.ulisboa.pt/narq-on-line/acervo-documental/paul-charles-lepierre-pcl/>

²⁷³ Nas fontes consultadas, não foi encontrada nenhuma referência a Ch. Philibert, da cópia dos do IST apenas se pode depreender que este foi o intermediário entre Sommer, Benjamim Pinto e o IST nos anos de 1918 e 1919.

²⁷⁴ No ano letivo de 1919-1920, o Charles Lepierre lecionava no IST as disciplinas de Química Orgânica, Química Analítica e Química Tecnológica.

²⁷⁵ O índice de hidraulicidade é «a maior ou menor quantidade dos dois elementos ativos: o silicato e o aluminato de cálcio, determina naturalmente nos produtos hidráulicos uma velocidade de presa diferente. Foi o que deu a Vicat a ideia de estabelecer uma classificação baseada, por um lado, sobre o índice de hidraulicidade, quer dizer sobre a relação da sílica e da alumina para a cal anidra, e por outro lado, sobre a duração da presa. (...) O índice de hidraulicidade do cimento *Portland* é geralmente vizinho de 0,50, devendo estar compreendido entre 0,44 e 0,60». Cf. a definição de Victor Duro Sequeira que consta do Relatório apresentado à Direção Geral de Obras Públicas de 1920, publicado no nº de janeiro/junho de 1920 na *Revista de Obras Públicas e Minas*, (1920). 26.

²⁷⁶ As restantes análises e ensaios pedidos pela ECL ao Laboratório de Química Analítica do IST e assinados pelo seu Diretor, Charles Lepierre têm as seguintes datas: pedido 1-10-1918, resposta 10-10-1918; pedido 12-10-1918, resposta 18-10-1918; pedido 20-10-1918, resposta 1-11-1918; pedido 17-03-1919, resposta sem data; pedido 19-05-1919, resposta sem data; pedido 10-07-1919, resposta 16-07-1919. Cf. ECL, *Análises Anteriores...*, s. d.

²⁷⁷ Ernest Fleury (1878-1958), nasceu em Vermes, na Suíça, estudar Geologia, Geografia e Química, primeiro na Universidade de Basileia e depois em Friburgo. Em 1913, veio para Portugal a convite Léon Paul de Choffa, com o objetivo de lecionar as cadeiras de Geologia e Paleontologia no Instituto Superior Técnico (IST), lugar cujo convite Choffat tinha declinado. Foi o responsável pelos trabalhos práticos, pela direção do laboratório de Geologia e pela organização das coleções de Geologia e Paleontologia portuguesas necessárias ao ensino daquele Instituto. Fleury foi

Charles Lepierre no Laboratório de Química Analítica, tendo sido professor deste instituto de 1913 a 1948.

Nos documentos existentes no AHFML, que incluem análises feitas anteriormente à construção da Fábrica, destaca-se o relatório encomendado a Ernest Fleury. Trata-se do *Rapport Géologique et Hydrologique sur un project d'installation d'une usine de ciment dans la zone liasique de Maceira*.²⁷⁸ Fleury começa por explicar que o relatório que apresenta é o resultado das amostras recolhidas aquando da sua estadia em Maceira entre 5 e 6 de julho de 1919 aonde se deslocou acompanhado dos engenheiros C. Van Zeller e J. O. Rocha e Mello «(...) que mon guide sur le terrain me fournit des indications précieuses et me facilitant très aimablement ma tâche».²⁷⁹ Este é um relatório bastante detalhado, que começa por fazer considerações sobre os aspetos geológicos do lugar.²⁸⁰ Numa segunda parte, é exposto um conjunto de considerações sobre as características hidrológicas do lugar da Maceira onde virá efetivamente a ser construída a Fábrica. Conclui que existem calcários e margas de boa qualidade e em quantidade suficiente para que a Fábrica possa produzir por largos anos. Quanto à existência de água, proveniente de dois períodos geológicos diferentes, constata que é de boa qualidade e em quantidade suficiente para o funcionamento do futuro empreendimento que ali se pretende construir. No ano seguinte, após nova visita à Maceira a 23 de outubro de 1920, Fleury fará um relatório complementar do primeiro.²⁸¹ Fleury redige ainda um terceiro relatório acerca da qualidade e capacidade hidrológica dos poços situados em novos terrenos adquiridos nas imediações do lugar da Gândara (Vale da Gunha); este é datado de 27 de agosto, 1921, «Rapport sur les Nouveaux Puits de Vale da Gunha».²⁸² Ao longo dos anos, vão surgindo nas anotações de Benjamim Pinto contatos estabelecidos com Ernest Fleury sempre que foi necessário resolver algum problema relacionado com o abastecimento de água, tanto à Fábrica

professor do IST até à sua jubilação, em 1948. Cf. Teresa Salomé Mota, *Ernest Joseph Xavier Fleury (1878-1958)*, Consultado em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p65.html>.

²⁷⁸ Cf. ECL, *Análises Anteriores...*, s.d.

²⁷⁹ Cf. Ernest Fleury, «Rapport Géologique et Hydrologique sur un project d'installation d'une usine de ciment dans la zone liasique de Maceira», Cópia do Documento original, folheto de 12 páginas, dactilografadas tendo assinatura a tinta (1919), em ECL, *Análises Anteriores...*

²⁸⁰ Fleury começa por elencar as publicações consultadas para o seu trabalho que mencionam a região da Maceira. Os autores que cita são Paul Choffat (1906), (1907), Nery Delgado e, Paul Choffat (1899), J.P. Castanheira das Neves (1891), L. Pereira de Sousa (1906).

²⁸¹ Cf. Ernest Fleury, «Rapport Complémentaire sur les Conditions d'Alimentation en eau de l'Usine à Ciment de Vale da Gunha (Maceira de Leiria)», assinado a 29 de outubro de 1920, Cópia do documento original, folheto de 18 páginas dactilografadas tendo assinatura a tinta, (1920), em ECL, *Boletim de Ensaios de Cimento «LIZ» ...*

²⁸² Cf. Ernest Fleury, «Rapport sur les Nouveaux Puits de Vale da Gunha», Cópia do documento original, folheto de 10 páginas dactilografadas tendo assinatura a tinta (1921), em ECL, *Boletim de Ensaios de Cimento «LIZ» feitos em Laboratórios Oficiais*, Documento encadernado A4, manuscrito a caneta, não paginado. AHFML.

como aos bairros para trabalhadores, entretanto construídos nos anos 30 e 40, o que testemunha a continuidade da relação entre Fábrica e o laboratório do IST nas décadas seguintes.²⁸³

Para terminar, refiro a cópia do último relatório registado no volume existente no AHFML intitulado *Boletim de Ensaios de Cimento «LIZ» feitos em Laboratórios Oficiais*. Trata-se de um relatório de análise ao cimento «Liz», requerido ao IST pela firma Aguiar & Mello Lda., Rua do Ouro, 87, 2ª de Lisboa. Este pedido de ensaio destinava-se a que a Administração Geral do Porto de Lisboa pudesse dar parecer positivo ao uso daquele cimento nas obras que decorriam. Datado de 17 de novembro de 1927, foi assinado pelo Diretor do Laboratório de Química Analítica concluindo que se tratava de «Cimento tipo *Portland*, de excelente qualidade, e de composição normal».²⁸⁴

1.5.1.2. Laboratório de Ensaio e Estudo de Materiais

Considerando a relação entre a institucionalização de laboratórios de ensaios de materiais e a história do cimento, justifica-se neste caso recuar a datas anteriores à criação da ECL. Foi no contexto das obras do Porto de Lisboa que, a 28 de junho de 1886, o estado português criou uma Secção de Resistência dos Materiais, por iniciativa do engenheiro João Veríssimo Mendes Guerreiro, diretor daquelas obras. Esta secção passou a ser chefiada pelo engenheiro José da Paixão Castanheira das Neves. Dois anos após a criação desta Secção, a 29 de outubro de 1888, a Direção das Obras do Porto de Lisboa foi suprimida, passando este serviço a integrar a 3ª Circunscrição Hidráulica, ficando o Laboratório recém-criado sob a alçada da 10ª Circunscrição, continuando Castanheira das Neves. Apesar de muitas dificuldades, começou gradualmente a montar-se o equipamento essencial ao estudo e ensaio de materiais hidráulicos. Salientam-se os trabalhos de pesquisa sobre os ensaios realizados até então em Portugal e os trabalhos que o próprio Castanheira das Neves realizou enquanto responsável por aquele Laboratório governamental. Foi ali executado um grande número de ensaios sobre pedras calcárias, graníticas, tijolos, cais aéreas e hidráulicas, cimentos nacionais e estrangeiros (naturais e artificiais) e pozolanas.²⁸⁵

O resultado deste trabalho sistemático de investigação encontra-se sintetizado no «Relatório de Estudos sobre Cimentos Nacionais», apresentado à 3ª Circunscrição Hidráulica a 21 de abril de

²⁸³ Cf. Bolas, «A “Monarquia de...», 2009.

²⁸⁴ Cf. Charles Lepierre, «Ensaio de Cimento “Liz” a usar nas obras do porto de Lisboa, pedida pela Firma Aguiar & Mello, Lda.», Cópia de cópia em papel amarelo, tendo ao alto e à esquerda o timbre da firma Aguiar & Mello, Lda. todo o restante é dactilografado (1927), em ECL, *Boletim de Ensaios de Cimento «LIZ»...*

²⁸⁵ Cf. Santos, «Os Laboratórios no...», 1999, Vol. 2, 102; Ana Cardoso de Matos, «A utilização de novos materiais...», 109-127.

1890.²⁸⁶ Castanheira das Neves explica que, apesar das tentativas de fabricação que existiram, até aquele ano, a indústria dos cimentos em Portugal tinha pouquíssimo desenvolvimento. Segundo este engenheiro, as tentativas falhadas de produção de cimento ficavam a dever-se sobretudo ao processo de fabrico não ter em conta princípios científicos básicos. Os produtos fabricados em Portugal até 1890 comparavam-se, e em desvantagem, aos piores produtos oriundos do estrangeiro. Salientava que esta indústria tinha vindo nos anos antecedentes a evoluir bastante graças à investigação laboratorial realizada em países como França, Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos.²⁸⁷

A 24 de novembro de 1898, o Governo criaria oficialmente um Laboratório de Ensaio de Materiais. Nesta data, foi criada a Direção dos Estudos e Ensaios de Materiais de Construção, que passou a ser dirigida por Castanheira das Neves aquando da reorganização do Ministério das Obras Públicas.²⁸⁸ O Laboratório, transferido no ano seguinte para o Edifício da Bolsa Agrícola, manter-se-ia naquelas instalações até à inauguração do Edifício do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) já na década de cinquenta do século XX.

Foi precisamente no mês em que foi fundada a ECL que José Victor Duro Sequeira tomou posse do cargo de diretor do Laboratório de Ensaios de Materiais, a 1 de outubro de 1919.²⁸⁹ No último trimestre desse ano, afirmava acreditar que as indústrias idóneas de materiais de construção tinham no laboratório Estatal «(...) um poderoso auxílio na autenticação dos seus produtos, de modo a que estes sejam distinguidos daqueles adulterados por indústrias de má-fé».²⁹⁰

Este engenheiro defendia que um Laboratório de ensaio de materiais, bem concebido e organizado, podia contribuir de forma notável para o progresso do país. Segundo ele, cabia ao seu laboratório ter em conta as necessidades dos consumidores e produtores de materiais, conservando-se completamente independente de interesses particulares, devendo ter como objetivo efetuar com toda a independência os ensaios que lhe fossem requisitados quer pelo Estado, quer por qualquer particular.²⁹¹

²⁸⁶ Cf. Joaquim da P. Castanheira das Neves, «Estudos sobre Cimentos nacionais», *Revista das Obras Públicas e Minas*. Tomo XXII, nº 259-261, junho a setembro (1891), 181-239.

²⁸⁷ Idem, 181.

²⁸⁸ Nomeação através do Despacho de 14 de dez. de 1898, lugar que seria confirmado por Decreto a 7 de nov. de 1901.

²⁸⁹ José Victor Duro Sequeira (1873-1931), foi diretor do Laboratório e Ensaios e Estudos de Materiais, de 11 de novembro de 1919 até maio 1929.

²⁹⁰ Cf. José V. Duro Sequeira, «O Laboratório Português de Ensaios dos Materiais de Construção», em Separata da *Revista de Obras Públicas e Minas*, nº 595 a 600, julho/dez. (1919), 97-98.

²⁹¹ Idem.

Num relatório exaustivo que Duro Sequeira apresentou à Direção Geral de Obras Públicas em 1920 sobre a produção de cimentos nacionais, é feita na introdução uma referência à ainda inexistente Fábrica de Cimentos de Maceira-Liz.²⁹² Após apresentar as duas Fábricas existentes no país, a Tejo em Alhandra e a do Rasca, no Outão, numa nota de rodapé anuncia que «Segundo nos consta, a Empresa de Cimentos de Leiria Lda. está instalando uma importante fábrica com todos os aperfeiçoamentos modernos, e, entre eles, o forno rotativo».²⁹³ A avaliar por este breve comentário à margem, a expectativa no empreendimento que estava a iniciar-se na Maceira parecia ser considerável. Note-se a referência à introdução do forno rotativo na produção de cimento nacional.

O primeiro contacto de que há registo entre a ECL e o Laboratório de Ensaio e Estudo de Materiais, data de 10 de setembro de 1923. Trata-se do importante pedido de análise requerida pela ECL da primeira amostra de cimento produzido pela Fábrica de Maceira-Liz cerca de quatro meses após a sua inauguração.²⁹⁴ O relatório de duas páginas atesta que foram realizados um conjunto de ensaios físicos e mecânicos. Após a descrição sucinta dos ensaios realizados, Duro Sequeira observa que a densidade do cimento foi calculada pelo «volúmetro» Candelot, e a baridade (peso de um litro de pó natural) foi medida com recurso ao «funil do tipo usado pela Comissão Francesa». Quanto aos resíduos, foram analisados num «peneiro mecânico modelo de Escola de Pontes e Calçadas de Paris». A partir destas observações, pode constatar-se a grande influência dos laboratórios franceses na análise dos cimentos nacionais.²⁹⁵

Relembre-se que o primeiro forno instalado em Maceira-Liz produzira cimento pela primeira vez a 22 de maio desse ano.²⁹⁶ O primeiro «Certificado de ensaio de material» que atesta a qualidade do cimento «Liz» passado pelo Laboratório Estatal, foi assinado a 6 de dezembro de 1923 pelo Chefe de Secção Sebastião Drago d’Azevedo Lobo e pelo Diretor do Laboratório naquele período, o engenheiro Duro Sequeira.²⁹⁷ Entretanto, o pedido de registo da marca «Liz»

²⁹² Cf. José V. Duro Sequeira, «Estudo sobre Cimentos Nacionais», em *Revista de Obras Públicas e Minas*, jan./junho (1920), 19-49.

²⁹³ Idem, 20

²⁹⁴ Cf. ECL, *Boletim de Ensaios de Cimento «LIZ» ...*

²⁹⁵ Sobre a presença francesa na história da engenharia portuguesa, ver: Ana M. Cardoso de Matos, *Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Industrial no Portugal Oitocentista. O caso dos Lanifícios do Alentejo*, (Lisboa: Ed. Estampa, 1998); Marta Macedo e Tiago Saraiva, *Capital Científica: Práticas da Ciência em Lisboa e a História Contemporânea de Portugal*, (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2019).

²⁹⁶ Cf. Pinto, *Caderno I*, 61.

²⁹⁷ Cf. José V. Duro Sequeira, «Certificado de Ensaio do Material», Cópia do Documento Original apresentada numa folha de papel selado escrito à mão. Tem selo em branco da Direção de Estudos e Ensaio de Materiais de Construção (1923), em *Boletim de Ensaios de Cimento «LIZ» ...*

foi feito a 10 de janeiro de 1923, e a sua concessão foi dada a 3 de julho desse ano, tendo-lhe sido atribuído o título nº 30 758 da 29ª Classe.²⁹⁸

Dois anos depois, novo pedido de ensaios ao cimento «Liz» é feito pela ECL ao Laboratório estatal, a 29 de abril de 1925, tendo a amostra dado entrada a 9 de maio.²⁹⁹ É especificado que o trabalho a realizar deveria obedecer ao ensaio de cimento segundo o nº19 da Tabela existente no Decreto de 24 de novembro de 1898.³⁰⁰ Note-se que este decreto fora o que criara o Laboratório Estatal, que, como já referido, passou a ser dirigido por Castanheira das Neves, o que implica que desde 1898, ou seja, nos últimos vinte e sete anos, se mantinham as normas então estabelecidas para definir cimento *Portland*.³⁰¹ Os ensaios foram novamente realizados por Drago d’Azevedo Lobo e verificados por Duro Sequeira, tratando-se de um relatório sucinto. Quanto aos ensaios mecânicos de tração e compressão, foram realizados tanto em cimento simples como em argamassa plástica (cimento e areia normal composta, lavada traço 1:3 em peso), ambos sujeitos quer à imersão em água doce, quer em água do mar. Refira-se que no início da cópia deste documento foi anotado a lápis o seguinte: “Porto de Leixões”. Esta anotação poderá indicar que em 1925 a ECL envidava esforços para fornecer cimento para as obras daquele porto, uma vez que precisamente nesse ano o Porto de Lisboa proibiu o uso de cimento «Liz» nas suas obras. Mas, como se verá no capítulo 4 dedicado a Leixões, só em 1932 foi assinado o primeiro contrato com a ECL para fornecimento de cimento para as obras daquele porto.

Com a reorganização do Ministério do Comércio, legislada a 17 de outubro de 1920, o Laboratório passou a constituir uma Direção da Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.³⁰² Durante os anos vinte, o Laboratório Estatal, debatia-se com falta de verbas que lhe permitissem reequipar-se com aparelhos modernos, essenciais aos ensaios que ali deviam ser realizados. Duro Sequeira, o seu diretor neste período, defendia que um Laboratório de Ensaio de Materiais, bem concebido e organizado, podia contribuir de forma notável para o progresso de um

²⁹⁸ Cf. Pinto, *Caderno I*, 9.

²⁹⁹ Cf. José V. Duro Sequeira, «Certificado de Ensaio de Material – Cimento «Liz» - Laboratório de Ensaio e Estudo de Materiais. Cópia do documento apresentado em folha de papel selado manuscrito (1925), em *Boletim de Ensaios de Cimento «LIZ»* ...

³⁰⁰ Foi o Decreto orgânico de 24 de novembro 1898, do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, que criou a Direção de Estudos e Ensaios de Materiais de Construção, no qual passou oficialmente a existir o Laboratório Estatal, tendo sido nomeado o engenheiro J.P. Castanheira como seu Diretor.

³⁰¹ Como será visto no capítulo 4, as normas para a produção de cimento nos restantes países da Europa, nomeadamente em França, haviam evoluído significativamente neste período de tempo. O engenheiro que dirigia o Laboratório tinha plena consciência deste atraso, porém a conjuntura política deste período não lhe permitiu modernizar este organismo estatal.

³⁰² Cf. Decreto nº 7 036, *Diário do Governo*, nº 209, 1ª série, 17 de outubro 1920. Ministério do Comércio. Presidente do Ministério António Joaquim Granjo. Ministro Francisco Gonçalves Velhinho Correia.

país. Segundo ele, cabia ao Laboratório Estatal ter em conta as necessidades dos consumidores e produtores de materiais, conservando-se completamente independente de interesses particulares, devendo ter como único objetivo efetuar com toda a independência os ensaios que lhe fossem requisitados quer pelo Estado, quer por qualquer particular.³⁰³ Porém, segundo o diretor do Laboratório Estatal, o número de funcionários que ali trabalhavam neste período não era suficiente para dar uma resposta eficaz ao trabalho que ali era necessário desenvolver. Note-se que, aquele organismo estatal viu o número de funcionários diminuir de 11 em 1919 para 6 em 1929. Durante este período, apenas dois engenheiros civis ali trabalharam, Duro Sequeira e Drago d'Azevedo Lobo, sendo o restante pessoal administrativo e auxiliar.³⁰⁴

1.5.1.3. Ensaio no Laboratório da Faculdade Técnica da Universidade do Porto (1923-1924)

Foi em novembro de 1915 que foi criado o Laboratório de Ensaio de Materiais de Construção da Universidade do Porto, aquando da criação da Faculdade Técnica de Engenharia do Porto (FTEP).³⁰⁵ Esta nova instituição académica deveria integrar um conjunto de Laboratórios Académicos que se tornariam unidades fundamentais do ensino prático dos cinco cursos de engenharia ali ministrados.³⁰⁶ As duas primeiras disciplinas, que constavam no plano destes cursos, relacionadas com o uso de cimento e betão eram: Materiais e Processos de Construção; e Resistência de Materiais de Estabilidade de Construções.

Em 1918, três dias antes do assassinato de Sidónio Pais, foi publicada nova legislação que ampliava e modificava o plano de organização da FTEP.³⁰⁷ O ensino experimental ministrado naquela Faculdade passava a contar com um conjunto de Laboratórios, nomeadamente um Laboratório de Ensaio e Resistência de Materiais, um Laboratório de Química Analítica, um Laboratório de Química Tecnológica e um Laboratório de Hidráulica, entre outros.³⁰⁸ Segundo as condições estabelecidas no regulamento desta Faculdade, aquele Laboratório poderia prestar

³⁰³ Cf. Sequeira, «O Laboratório Português...», 97-98.

³⁰⁴ Cf. MOPC, *Boletim do Laboratório de Ensaio e Estudo de Materiais*, Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, (1946), 25.

³⁰⁵ Cf. Decreto nº 2 103 de 25 de novembro, *Diário do Governo*, nº 244, 1ª série, 27 de novembro de 1915. Ministério da Instrução Pública. Repartição de Instrução Universitária. Presidente da República Bernardino Machado. Ministro da Instrução Pública João Lopes da Silva Martins.

³⁰⁶ Engenharias: civil, de minas, mecânica, eletrotécnica e química-industrial os restantes Laboratórios e Museus eram: Laboratório e Museu de Química; Laboratório de Docimasia de Metalurgia; Laboratório de Máquinas; Laboratório Eletrotécnico; Museu de Construções; e Museu de Arte e Minas.

³⁰⁷ Cf. Decreto nº 5 047 de 30 de novembro, *Diário do Governo*, nº 268, 1ª série, 11 de dezembro de 1918. Secretaria de Estado da Instrução Pública. Repartição de Instrução Universitária. Presidente da República Bernardino Machado. Secretário de Estado da Instrução Pública José Alfredo Mendes de Magalhães.

³⁰⁸ Os restantes Laboratórios eram: Laboratório de Docimasia, Laboratório de Metalurgia, Laboratório de Máquinas, e ainda Laboratório de Eletrotecnia.

serviço ao público. Cada um destes Laboratórios passaria a ter um conservador e preparador, e um servente. No quadro de professores e assistentes que renovou o plano de estudos, estava previsto que os primeiros assistentes poderiam vir a ser promovidos a chefes de laboratório ou de trabalho prático, caso o ensino o exigisse. Os chefes de laboratório poderiam ser escolhidos entre indivíduos com longa prática de trabalhos técnicos ou das investigações a que se destinavam os respetivos laboratórios, ainda que não tivessem exercido o cargo de assistente naquela Faculdade.³⁰⁹ Note-se que esta reestruturação ocorreu exatamente no ano em que fora promulgado o primeiro regulamento para o uso de Betão Armado português, abril de 1918, fazendo Francisco Xavier Esteves parte do Governo. Com este novo programa, a Faculdade Técnica do Porto ficava assim equipada para intervir no desenvolvimento desta inovadora técnica construtiva.³¹⁰

Foi dois anos depois, em 1920, que o engenheiro Teotónio dos Santos Rodrigues passou a trabalhar no Laboratório de Ensaios de Materiais de Construção da Universidade do Porto.³¹¹ Dois anos depois, seria criada a primeira disciplina de «Cimento Armado» na Universidade do Porto e em Portugal. Foi Teotónio Rodrigues quem assumiu a responsabilidade de lecionar pela primeira vez sobre esta inovadora técnica construtiva no contexto português. Como veremos no capítulo 4, este engenheiro, virá a ter um papel importante nas relações entre a ECL e as obras do porto de Leixões. Quanto ao primeiro contacto da ECL com o Laboratório de Ensaio de Materiais da Faculdade Técnica da Universidade do Porto, data do ano de 1923. Foi também nesse ano que a ECL requereu a este Laboratório a realização de uma análise ao seu cimento. Esta amostra foi recebida a 16 de outubro. Foram efetuados ensaios de tipo semelhante aos do Laboratório Estatal, nomeadamente físicos e mecânicos. É de notar, porém, que as observações são bastante mais detalhadas que as do Laboratório Estatal. A densidade fora calculada em três ensaios através «dos

³⁰⁹ Cf. Artº 17 do Decreto nº 5 047 de 30 de novembro, *Diário do Governo*, nº 268, 1ª série, 11 de dezembro de 1918.

³¹⁰ Logo no início do período da Ditadura Militar, em novembro de 1926, nova legislação foi promulgada relativamente à organização das Faculdades de Engenharia. Foi através desta legislação que a Faculdade Técnica criada em 1915 passaria a denominar-se Faculdade de Engenharia do Porto. Cf. Decreto nº 12 696 de 17 de novembro 1926, *Diário do Governo*, nº 259, 1ª série, 19 de novembro de 1926. Presidente do Ministério A. Óscar de F. Carmona. Ministério da Instrução Pública. Direção Geral de Ensino Superior. Ministro Artur Ricardo Jorge.

³¹¹ Teotónio dos Santos Rodrigues (1891-1955), nascido no Porto, concluiu a licenciatura em engenharia de Obras Publicas em 1915 na Escola de Engenharia anexa à Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, com a classificação de 16 valores. Ainda enquanto estudante em 1910, fundara a revista académica quinzenal, *Luz: Ciência Literatura e Arte*, e o periódico quinzenal *O Lusitano*, tendo sido seu diretor e proprietário. A 31 de Maio de 1919, foi nomeado 2º assistente da 1ª secção de engenharia civil da Faculdade Técnica da Universidade do Porto. Tendo sido nomeado 1º assistente da mesma secção a 20 de Agosto de 1926. Em 1930, foi-lhe conferido pelo Conselho Escolar Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, o grau de Doutor em Engenharia Civil. Seis anos depois, tomaria posse como Vice-reitor da Universidade do Porto a 11 de março de 1936. Para além de ter sido diretor do Laboratório de Ensaios de Materiais, Teotónio Rodrigues foi também Diretor da Faculdade de Engenharia do Porto entre 1947 e 1950. A partir de 1952 passou a ser vogal do Conselho Superior de Obras Públicas. Cf. Processo Individual de Teotónio dos Santos Rodrigues. AHMOP. Consultado a 23 abril 2014.

volúmetros de Chatelier e Candelot». Quanto à baridade, foi registada a média de cinco ensaios através de um «funil de peneiro do tipo Tetmajer». Já os resíduos foram achados através de peneiros manuais, obtendo a média a partir de vinte operações. Para a elaboração dos provetes foi utilizado o modelo francês e para os ensaios de tração uma «Máquina Michaëlis». Para o ensaio de esmagamento foi usada uma «máquina Amsler Laffon». O método estatístico, utilizado para calcular os resultados das resistências médias, foi o cálculo a partir da média dos quatro maiores resultados em cada série de seis ensaios, tendo-se excluído «qualquer anomalia notável». Este certificado foi passado a 14 de novembro de 1923 e assinado pelo Diretor do Laboratório, engenheiro assistente Teotónio dos Santos Rodrigues.³¹²

Quanto ao segundo e terceiro pedidos de análise do cimento marca «Liz», deram entrada neste Laboratório a 13 de agosto de 1924 e a 23 de outubro do mesmo ano. O parecer relativo ao segundo pedido foi dado a 7 de fevereiro de 1925, contendo informações sobre os vários aspetos da produção, sendo considerado de boa qualidade o cimento enviado. No final do relatório, são anotadas um conjunto de observações acerca dos testes realizados. Uma semana depois, a 14 de fevereiro, é emitido o relatório relativo ao terceiro pedido, em que se refere que todas as argamassas analisadas foram constituídas com areia normal simples nº2 e submetidas à ação da «água salgada (do mar)». Estes relatórios foram ambos assinados também por Teotónio dos Santos Rodrigues.³¹³

O contacto com este Laboratório irá ter um papel bastante importante para o uso de cimento «Liz» a usar nas obras portuárias, mais concretamente na construção de um porto em Leixões. Processo que será aprofundado no último capítulo.

1.5.2. Contactos estabelecidos entre o Laboratório de Maceira-Lis e Laboratórios Europeus (1919-1926)

Foi ainda antes da constituição da ECL em setembro de 1919 que foram estabelecidos os primeiros contactos com um Laboratório estrangeiro para avaliar a qualidade das matérias-primas para a produção de cimento. No início de 1920 foi pedida a análise do cimento que se poderia produzir com tais matérias-primas pelo primeiro forno a instalar na Fábrica. Como já foi referido, o tipo de forno encomendado à empresa alemã *Polysius* foi um forno rotativo de produção por via

³¹² Cf. Teotónio dos Santos Rodrigues, «Boletim de Ensaios nº62. Resultado dos Ensaios feitos no Laboratório de Resistência de Materiais com cimento de Marca “Liz”», Cópia do Documento Original apresentada em folha impressa e preenchida à mão. Tem selo em branco da Faculdade Técnica da Universidade do Porto, (1923), em *ECL, Boletim de Ensaios de Cimento «LIZ»* ...

³¹³ Cf. Teotónio dos Santos Rodrigues, «Ensaio de Cimentos. Boletim nº102», Cópia do documento original apresentados em folhas soltas impressas e preenchidas à mão. Cada uma tem em selo branco da Faculdade Técnica da Universidade do Porto, (1923), *ECL, Boletim de Ensaios de Cimento «LIZ»*...

seca – o primeiro forno rotativo a ser instalado em Portugal. A introdução desta nova tecnologia na nova Fábrica exigiu a monitorização da qualidade do novo tipo de produto, o que implicou o contacto com novos laboratórios, quer em Portugal quer no estrangeiro.

Nos anos vinte, o estudo e investigação em torno do cimento ainda era incipiente em Portugal, tanto nos meios académicos como no organismo estatal, que tutelava o estudo dos materiais de construção. Nesse sentido, estabelecer contacto com Laboratórios europeus com mais experiência sobre esta matéria foi essencial para a Empresa, no autêntico processo de aprendizagem que foram os primeiros anos de produção de cimento nesta Fábrica.

1.5.2.1. Laboratórios alemães

O primeiro registo encontrado acerca do contacto estabelecido com um Laboratório estrangeiro data de setembro de 1919. Tratava-se do conhecido Laboratório Técnico de Cimentos do Dr. Wilhelm Michaëlis de Berlim, dirigido pelo especialista Químico Técnico de Cimentos Hans Kühn. Importa salientar que este contacto fora estabelecido pela ECL através da empresa alemã *Polysius*, a empresa fornecedora do forno rotativo entretanto encomendado por Rocha e Mello apenas um mês antes, em agosto desse ano. Atente-se na celeridade deste processo de transferência de conhecimento científico associado à introdução de uma nova tecnologia. O pedido de análises foi enviado a 15 de setembro de 1919, tendo a encomenda sido recebida por correio e dado entrada no laboratório, três dias depois. Tratavam-se de amostras de três materiais pétreos recolhidos na região da Maceira, margas, calcários e gesso. O parecer emitido sobre os materiais analisados é de que estes constituíam excelentes matérias-primas para a preparação de cimento *Portland*, não existindo substâncias nocivas em nenhuma das amostras analisadas. Este relatório é assinado pelo «químico e técnico de cimentos» Hans Kühn, cerca de um mês após a entrada no laboratório, a 22 de setembro de 1919.³¹⁴

No início do ano seguinte, a 14 de janeiro de 1920, a ECL pediu novamente ao Laboratório dirigido por Hans Kühn, e uma vez mais através da *Polysius*, que analisasse um conjunto de amostras que deram entrada naquele Laboratório dez dias depois, a 24 desse mês. Tratava-se de seis caixas numeradas de 638 a 643. Quatro continham amostras de margas e duas de calcários. Foi com base nestas amostras que foi realizado um conjunto de ensaios laboratoriais nos quais foi produzido cimento. Os ensaios a que foram submetidos os materiais fabricados em contexto

³¹⁴ Cf. Kühn, Hans, «Relatório sobre 3 amostras de pedra feito pela firma G. Polysius de Dessau, fundição e fábrica de máquinas». Laboratório Técnico de Cimentos Dr. Wilhelm Michaëlis, Berlim – Lichterfelde, 1919, em ECL, *Análises anteriores* ...

laboratorial a partir das matérias-primas enviadas de Portugal foram os que eram definidos àquela data pelo regulamento alemão para a produção de cimento *Portland*. O parecer final do Relatório é o seguinte:

Com as duas matérias primas enviadas, marga e calcário poderá ser fabricado um cimento Portland da melhor qualidade. (...) Ficou provado que é conveniente conservar alto o índice de hidraulicidade e que neste caso se obtém (como no caso do ensaio 3º) um cimento satisfazendo o melhor possível aos ensaios de constância de volume e dando resistências que ultrapassam de muito as exigências do regulamento alemão. Os resultados obtidos num pequeno forno de laboratório são sempre inferiores aos que pode fornecer um forno rotativo, de modo a que no caso presente podem os resultados ser considerados excelentes... O *clinker* é estável e não tem tendência a pulverizar-se espontaneamente. Numa palavra, pode dizer-se que as análises da matéria prima e os ensaios do cimento resultante são o suficiente para justificar a fundação de uma fábrica de cimento, que pela qualidade das suas matérias primas deverá produzir um cimento de muito boa qualidade.³¹⁵

Este relatório relata os tipos de cimento obtidos a partir da conjugação das várias amostras recebidas. É detalhadamente explicado que percentagens devem ser combinadas e que corretivos e aditivos podem/devem ser adicionados para melhorar a qualidade do cimento a produzir.

Em 1924 a ECL voltou a contactar em Berlim o Laboratório Técnico de Cimentos do Dr. Wilhelm Michaëlis, dirigido por Hans Kühl. Através de uma carta datada de 13 de agosto, a ECL requereu novamente a este Laboratório que o cimento que produzia fosse submetido a ensaios.³¹⁶ Os resultados destes ensaios são uma vez mais auspiciosos. Hans Kühl conclui que a composição química é perfeitamente normal; as percentagens de magnésio e sulfatos estão dentro dos limites admissíveis; quanto ao índice de hidraulicidade, correspondia aos parâmetros aceites naquele período. Em relação ao módulo silicioso, estava também dentro dos limites dos cimentos alemães comercializáveis. Mais uma vez, os ensaios técnicos foram «feitos segundo as prescrições das normas alemãs para fornecimentos e ensaios de cimentos».³¹⁷ É ainda referido que os ensaios foram efetuados, conservando os provetes ao ar húmido, em água doce e em água do mar. Os resultados são apresentados numa tabela anexa e, segundo este especialista em cimentos alemão, mostravam que se tratava «(...) de um produto excelente que pelo conjunto das suas propriedades poderá satisfazer às mais rigorosas exigências».³¹⁸ Este relatório termina, informando que os resultados dos ensaios a 84 dias

³¹⁵ Cf. Hans Kühl. «Relatório sobre 3 amostras de pedra feito pela firma G. Polysius de Dessau, fundição e fábrica de máquinas». Laboratório Técnico de Cimentos Dr. Wilhelm Michaëlis, Berlim – Lichterfelde, 1919. Em ECL, *Análises Anteriores...*

³¹⁶ Cf. Hans Kühl, «Relatório sobre ensaios do Cimento *Portland* “Liz”. Executado para a ECL, Lisboa», (1924), em ECL, *Boletim de Ensaio de Cimento «LIZ»...*

³¹⁷ Idem.

³¹⁸ Idem.

seriam enviados proximamente. O documento é assinado por Hans Kühl a 13 de novembro de 1924, tendo os resultados complementares sido recebidos a 10 de janeiro do ano seguinte.

O segundo contacto da ECL com um Laboratório alemão ocorreu em 1924. Foi a 29 de setembro desse ano que deu entrada uma amostra de cimento «Liz» no Laboratório do químico alemão Richard Grün, de Dusseldorf. Os resultados foram enviados à ECL 25 de junho de 1925. Trata-se de um relatório sintético que atesta a boa qualidade do cimento «Liz».³¹⁹ Saliente-se que o químico alemão refere que os ensaios foram feitos segundo as normas alemãs.

1.5.2.2. Laboratórios belgas

Ainda em 1924 a ECL fez um novo contacto com um laboratório estrangeiro, mas desta vez um Laboratório Estatal na Bélgica. O contacto foi estabelecido com o Serviço de Ensaio da Estação Experimental do Estado, pertencente ao Ministério dos Caminhos de Ferro, Marinha, Correios e Telégrafos belga. A amostra de cimento deu entrada neste Laboratório a 10 de setembro, tendo o pedido sido feito pelos Srs. *Mahler, C^a Limitée* de Bruxelas.³²⁰ Note-se que este Laboratório funcionava em Malines, uma cidade situada 30 km a sul de Antuérpia. Embora o contacto tenha sido feito através desta empresa belga, no relatório refere-se que a amostra de cimento sujeita a ensaios tinha a seguinte etiqueta: “Empresa de Cimentos de Leiria – Maceira – Martingança – Portugal – Cimento «Liz»”. Os ensaios realizados foram os habituais de tração e compressão.

Este relatório foi assinado a 17 de outubro de 1924 pelo Diretor Adjunto daquele organismo estatal belga, Weerkunad. Este é o primeiro testemunho encontrado no AHFML do contacto oficial estabelecido entre a ECL e a entidade laboratorial estatal que certificava o cimento a usar em obras portuárias de outro país.³²¹

Em 1926 a ECL contactou novamente um Laboratório belga. Tratava-se do *Laboratoire de Chimie* da *Société Financière de Transports d’Enterprises Industrielles*, de Bruxelas. O primeiro relatório enviado por este Laboratório dizia respeito à análise de cimento de Leiria (Portugal) e trata-se de um documento sucinto, datado de 18 de janeiro de 1927, que descreve apenas a

³¹⁹ Cf. Richard Grün, «Boletim de Ensaio. Resultado de Ensaio de Cimento “Liz”». Tradução do Documento Original, (1925), em ECL, *Boletim de Ensaio de Cimento «LIZ»* ...

³²⁰ Cf. Weerkunad, «Boletim de Ensaio. Serviço de Ensaio da Estação Experimental do Estado Belga». Cópia do Documento Original. Apresentado em folha solta impressa e escrita à mão com as armas reais belgas impressas no topo da folha. Tem carimbo do *Service des Essais du Ministère des Chemins de Fer*, (1924), em ECL, *Boletim de Ensaio de Cimento «LIZ»* ...

³²¹ No capítulo 3, ver-se-á como era precisamente em Malines que se situava a sede da «União Internacional de Estudos Sociais de Malines», congregada em torno do Cardeal Mercier e fundada quatro anos antes com o objetivo de divulgar o pensamento social da Igreja no difícil contexto da indústria e dos movimentos operários.

composição química, o tempo de presa e a descrição dos resíduos.³²² O segundo relatório complementa o primeiro e é datado de 25 de janeiro de 1927, e diz respeito à resistência à tração e compressão, apresentada aos 7 dias por amostras de pasta pura e plástica.³²³ O terceiro relatório, dá seguimento aos dois primeiros, data de 15 de fevereiro e diz respeito à resistência à tração e compressão apresentada aos 28 dias por amostras de pasta pura e plástica.³²⁴

1.5.2.3. “Portland” Cement Testing and Chemical Laboratoires - firma Henry Faija & C^a, Londres

Logo no início de 1925, os Laboratórios “Portland” Cement Testing and Chemical Laboratoires da firma Henry Faija & C^a, de Londres enviam à ECL um relatório datado de 30 de janeiro, relativo à amostra recebida a 20 de setembro do ano anterior. Trata-se de um relatório extremamente detalhado de 6 páginas.³²⁵ Os ensaios de tração e de compressão foram feitos em três situações: provetes, cujo endurecimento foi sujeito ao ar saturado de humidade, à água doce e à água do mar. Quanto aos ensaios, foram realizados a 3, 7, 28 e 84 dias. Da detalhada análise química, é destacado no relatório o módulo de hidraulicidade. O autor do relatório, B. Butler, explica que se utilizaram as normas britânicas em todos os ensaios ali realizados, tratando-se de um cimento de boa qualidade.³²⁶

1.5.2.4. Laboratórios franceses

Em 1926, foi a vez da ECL estabelecer contacto com um Laboratório francês. Tratava-se do *Établissements Poliet & Chausson* em Paris, cujo *Laboratoire du Siège Social* realizou a análise de uma amostra de «farine brute après monture», enviada pela ECL; esta amostra deu entrada neste Laboratório a 29 de abril de 1926. Após serem analisadas todas as componentes do fabrico, desde as matérias-primas, incluindo o tipo de combustível utilizado (carvão), os resultados eram promissores, já que a mistura para o fabrico de cimento era de ótima qualidade. O Laboratório advertia, no entanto, a Fábrica no sentido de deixar de utilizar na composição dos combustíveis o

³²²Cf. Assinatura ilegível. «Relatório sobre ensaios do Cimento Leiria (Portugal) 18 de jan. 1927», (1927), em *Boletim de Ensaios de Cimento «LIZ»* ...

³²³ Cf. Assinatura ilegível, «Relatório sobre ensaios do Cimento Leiria (Portugal) 25 de jan. 1927», (1927), em *Boletim de Ensaios de Cimento «LIZ»* ...

³²⁴ Cf. Assinatura ilegível, «Relatório sobre ensaios do Cimento Leiria (Portugal) 15 fev. 1927», (1927) em *Boletim de Ensaios de Cimento «LIZ»* ...

³²⁵ Cf. B. Butler, 1925, «Relatório sobre ensaios do Cimento “Liz”. Executado para a ECL, Lisboa», (1925), em *Boletim de Ensaios de Cimento «LIZ»* ...

³²⁶ Idem.

carvão inglês. A resposta foi enviada dois meses depois, a 24 de junho desse ano. Os responsáveis por esta análise foram o Chefe do Laboratório G. Aubi e o Diretor Técnico, o engenheiro Jean Hendrickx.³²⁷ O contacto com este Laboratório manteve-se durante os anos vinte, e, são vários os relatórios sobre a qualidade dos cimentos produzidos em Maceira ali analisados.³²⁸

No final do ano de 1926, Henrique Sommer, como administrador da ECL, contactou em França um Laboratório Estatal para avaliar o cimento que a sua Fábrica produzia. Este pedido foi enviado a 15 de novembro de 1926, através de Jean Hendrickx. Tratava-se do *Laboratoire d'Essais Mécaniques, Physiques, Chimiques et de Machines*, em Paris, do *Conservatoire National des Arts et Métiers du Ministère de L'Instruction Publique et des Beaux-Arts*.³²⁹ Este é um relatório detalhado que diz respeito a ensaios físicos e químicos executados a partir de uma amostra de cimento. É explicado que foram utilizados os métodos franceses adaptados da *Comission Permanent de Standardisation* para os ensaios normais de ligantes hidráulicos, sendo pormenorizadamente descritos ao longo de seis páginas. O Relatório é assinado pelo Diretor do Laboratório e T. Cellerier, e pelo Chefe de Serviço, cuja assinatura é ilegível. Foram realizados ensaios de tração e de compressão em pasta pura e plástica, sendo descritos os métodos utilizados; ensaios de deformação ao calor (expansão); determinação do tempo de presa. Existe um segundo e um terceiro relatórios deste Laboratório estatal francês datados de 10 e 18 de dezembro de 1926 respetivamente, que completam o primeiro.

Em todos estes contactos com laboratórios estrangeiros saliente-se como a rede de contactos iniciada logo em 1919 pela ECL através de empresas, a *Polysius*, por exemplo (que iniciou o contacto com Hans Küll) e através de engenheiros, como no caso de Jean Hendricks (que facilitou o contacto com um Laboratório estatal francês), abriram caminhos ao percurso dos engenheiros de Maceira-Liz. São ainda de salientar os contactos estabelecidos com Laboratórios nacionais e estrangeiros encetados pela ECL através da sua rede de contactos pessoais. Refiro-me, por exemplo, ao contacto inicial com o IST, através de Ch. Philibert; assim como ao contacto estabelecido pela ECL através de um membro da família Katzenstein. Dos vários contactos

³²⁷ Cf. G. Aubi e G. J Hendrickx. «Análise Cimento Liz, 24-06-1926», *Etabl.ts Poliet & Chausson, Laboratoire de Siège Social*, Paris, 1926, em ECL, *Boletim de Ensaios de Cimento «LIZ»*...

³²⁸ Cf. G. Aubi e G. J Hendrickx. «Boletim de Ensaios Físicos, 13-12-1926», *Laboratoire du Siège Social*, Chefe do Laboratório. Paris, 1926, em ECL, *Boletim de Ensaios de Cimento «LIZ»* ...; G. Aubi e G. J Hendrickx, «Boletim de Ensaios Físicos, 14-03-1927», *Laboratoire du Siège Social*, Paris, 1927, em ECL, *Boletim de Ensaios de Cimento «LIZ»*...

³²⁹ Cf. T. Cellerier, «Procès – Verbal n° de l'Éssai n° 51 240. Demandé par monsieur de Sommer, Administ. de la S^{té} ECL». Cópia do documento original impresso em três bandas de papel, tendo assinatura do Diretor do Laboratório de Ensaios, autenticado por carimbo com efígie da República Francesa, com o dístico seguinte: *Conservatoire Natinal des Arts et Métieres RFRF Laboratoire d'Essais*, 1926; em ECL, *Boletim de Ensaios de Cimento «LIZ»* ...

laboratoriais estabelecidos neste período, o engenheiro belga Jean Hendrickx foi o que ficou ligado à Fábrica por mais anos.³³⁰ A primeira visita à Fábrica de Maceira Liz, feita por este engenheiro, decorreu entre 22 e 23 novembro 1940. No ano seguinte, este será contratado pela ECL, tendo vindo com a família para Portugal trabalhar na Fábrica de Maceira-Lis por um período de dez anos, período em que a empresa irá investir na investigação e estudo de cimento a usar nas grandes barragens que se iniciam.³³¹

1.5.3. O Laboratório de Maceira-Liz (1920-1923)

O início do funcionamento do Laboratório da ECL é minuciosamente descrito por Amável Granger, o engenheiro químico que o chefiou de 1920 a 1927. Num relatório que redigiu para a direção e acionistas da empresa, assinado pelo próprio em 6 de julho de 1923, isto é, dois meses após a inauguração oficial da fábrica, Granger explica detalhadamente todos os trabalhos e análises ali desenvolvidos no período entre 1920 e 1923.³³² Este documento revela a importância do laboratório na instalação industrial construída na Gândara, dando conta da novidade que a ECL representava a nível nacional.

Granger explica que, no período preliminar à laboração da fábrica, o laboratório começou por funcionar em instalações provisórias, até ser construído o edifício projetado para o instalar. Foi no final de maio de 1920 que Granger iniciara as suas funções de diretor de laboratório e, embora não estivesse ainda concluído o edifício provisório, uns dias depois, chegou a primeira remessa de aparelhos destinados e equipar o mesmo. Ao longo do ano seguinte, foi chegando o restante equipamento existente à data do relatório. Nesta primeira fase, começaram por prestar serviços no laboratório um preparador, um servente e um escriturário, sendo que segundo Granger, nenhum

³³⁰ Nos documentos analisados existentes AHFML, existem os volumes encadernados da revista francesa *Le Ciment* de 1919 até 1936. Esta revista, redigida por um comité de Engenheiros daquele país, era o Órgão Técnico e Comercial dos cimentos franceses. No volume encadernado A4, que contém a Revista *Le Ciment. Revue Générale des Industries de la Construction. Traitant de la Fabrication et de l'emploi des Ciment, Béton Armé, Céramique Industrielle et autres matériaux*, desde o 1º nº de novembro de 1919 até dezembro de 1920, existe um conjunto de artigos escritos por Jean Hendrickx. Estes artigos eram publicados no início da revista na chamada parte, técnica, na sua 1ª secção, intitulada «Cimento e betão armado». A publicação destes artigos é feita em cinco números da revista. É de notar que os vários artigos contêm anotações a lápis sobre questões técnicas, que poderão ter sido anotadas por Rocha e Mello e/ou por Amável Granger. É provável que este tenha sido o meio através do qual os dirigentes da ECL conheceram este engenheiro belga, que manteve um estreito contacto com a ECL ao longo dos anos. Ver: Jean Heindrickx, «Notes sur la Fabrication du Ciment Portland artificiel (a suivre)», em *Le Ciment*, Mars, Vingt- Cinquième Année, nº 3, (1920), 86-87; Avril, Vingt- Cinquième Année, nº 4, (1920), 116-126; Mai 1920, Vingt- Cinquième Année, nº 5, (1920), 150-158; Juin 1920, Vingt- Cinquième Année, nº 6, (1920), 184-188; (fin) à Juillet, Vingt- Cinquième Année, nº 7, (1920), 218-220. AHFL.

³³¹ Cf. Pinto, *Caderno III*, 575.

³³² Cf. Amável Granger, *Relatório do Laboratório de 1920-1923*, Documento encadernado em formato A4, manuscrito a caneta, paginado (1923). AHFML.

deles estava familiarizado com as funções laboratoriais a desempenhar. Entretanto, a partir de maio de 1922, foi contratado outro engenheiro químico e um novo preparador.³³³

Vale a pena referir que entre as dez pessoas que em 1923 trabalhavam no Laboratório de Ensaios de Materiais do Estado, constavam do quadro apenas dois técnicos superiores, os engenheiros civis Duro Sequeira e Drago d’Azevedo Lobo - mas nenhum engenheiro químico. Tanto nas Secções de Química como Físico-mecânicas não trabalhava nenhum técnico experimentador.³³⁴ Em 1923, não havia assim naquele Laboratório nenhum responsável por desenvolver de forma sistemática estudos sobre a qualidade e resistência dos materiais de construção técnicos especializados numa componente essencial à compreensão da produção de cimento – a química. Só em 1934 passou a constar do quadro deste Laboratório um engenheiro químico e no ano seguinte um técnico na Secção de Química.³³⁵

Voltando ao relatório acima citado de Granger, este começa por fazer uma descrição minuciosa do seu trabalho enquanto diretor, demonstrando à direção e acionistas a importância da existência de um laboratório numa fábrica de cimento projetada para produzir cimento de primeira qualidade com recurso a tecnologias inovadoras. O relatório divide-se em duas partes. A primeira parte descreve detalhadamente as atividades de ensaios físicos e químicos no estudo preliminar da produção e durante o fabrico do cimento. A segunda parte foca questões diversas como a viabilidade económica do laboratório; a sua relação com as restantes secções da fábrica e a gestão do pessoal, quer a nível de remuneração, disciplina e hierarquia no local de trabalho, quer a nível da sua colaboração com o pessoal das outras secções.

Constituído o laboratório em Maceira-Liz, Granger elucida que o primeiro estudo realizado incidiu sobre as matérias-primas (margas e calcários) dos locais onde mais tarde seriam as explorações. Concluiu-se que as suas composições químicas satisfaziam plenamente os fins a que se destinavam. Em simultâneo, analisaram-se os diferentes cimentos usados na construção dos edifícios da fábrica, o que permitiu elaborar um quadro comparativo, que demonstrava a grande diversidade das características apresentadas pelos cimentos utilizados.³³⁶ Este quadro foi posteriormente sendo completado e compilado num volume que continha também análises a cimentos nacionais e estrangeiros (belgas e dinamarqueses, por exemplo) para comparação com o

³³³ Idem, XIX.

³³⁴ Sobre a «Estatística do Pessoal em serviço no Laboratório, desde janeiro 1899 a dezembro 1945». Ver: MOPC, *Boletim do Laboratório de Ensaio...*, 1946, 25.

³³⁵ Idem.

³³⁶ Cf. Amável Granger, «Ensaios de Cimentos e Betões», em *Relatório do Laboratório em 1920-1923*. XVII e XVIII, Vol. encadernado, manuscrito a caneta, tamanho A4, 6 de julho (1923). AHFML.

que era produzido em Maceira.³³⁷ Para além destas análises, foram também analisadas as águas da região e os carvões da zona do Cabo Mondego. Com base nestas primeiras análises às matérias-primas, realizaram-se os primeiros ensaios de cozedura de cimento, tendo sido obtido um material de características regulares. Recorde-se que a homogeneidade do material produzido era o fator diferenciador do cimento de Maceira-Liz no contexto nacional.

Foi em janeiro de 1922 que, concluído o seu novo e definitivo edifício, ali foi instalado o laboratório. Quatro meses depois, em maio, foi contratado o primeiro engenheiro químico ajudante. Tratava-se de Raul Fiúza de Albuquerque Cabral, natural de Évora e recém-formado no IST. Foi ainda contratado um novo preparador.³³⁸ Neste período, prosseguiram as análises às matérias-primas, assim como às areias locais, aos carvões utilizados nas locomóveis da forja e a algumas lenhites da região. Dada a inexistência ainda de gesso necessária à regulação do tempo de presa do cimento, foram colhidas amostras em Monte Real e na Barosa. Foram ainda feitas análises a sal (de cozinha) encomendado a diferentes produtores, uma vez que este viria a ser útil na laboração da fábrica. Também os óleos combustíveis e a gasolina foram submetidos a análises.

É também particularmente interessante notar como, num relatório eminentemente técnico escrito pelo diretor do laboratório da fábrica, e ainda num momento inicial da sua produção, as páginas finais são inteiramente dedicadas à importância das condições a assegurar aos trabalhadores que aí se viessem a fixar.

A nível das condições de trabalho, Amável Granger tece algumas considerações sobre a dificuldade em calcular de forma justa a remuneração dos assalariados a partir da sua produtividade. Segundo aquele, esta é mais fácil de quantificar numa máquina, onde o dispêndio de energia e a sua relação com a produtividade se pode objetivar facilmente. No que diz respeito à “Máquina-Homem”, expressão do próprio Granger, esta objetivação da produtividade e consequente compensação pelo trabalho despendido é mais complexa, dado que existem múltiplos fatores a considerar. De entre estes fatores, perante a direção da fábrica e os acionistas, Granger destaca a importância da questão da habitação e, já neste relatório de 1923, sublinha a importância capital das condições de habitação para que os trabalhadores melhorem o seu rendimento e se

³³⁷ Cf. ECL, *Ensaio especiais de cimentos estranhos*, Vol. encadernado, manuscrito a caneta, tamanho A4, s/d. AHFML.

³³⁸ Cf. Granger, *Relatório do Laboratório...*, 1923, XIX. Segundo Benjamim Pinto, o preparador chamava-se Guilherme Rodrigues Mansilha e manteve-se ao serviço da ECL até à idade da reforma em 1 de novembro de 1951. Sobre esta matéria ver: Pinto, *Caderno IV*, 965.

fidelizem à empresa. Acrescenta ainda que, com a melhoria das suas condições de vida, se minoraria a possibilidade de ocorrerem tensões e lutas sociais.³³⁹

O edifício do laboratório da fábrica foi construído pela empresa alemã CAG, que realizou, como vimos, as primeiras obras do conjunto fabril. Segundo Granger, a colaboração do engenheiro químico Mayor, da *Polysius*, contribuíra significativamente nestes primeiros anos para a organização daquele espaço. Tratava-se de um edifício de dois pisos. No piso térreo foi instalado o Laboratório, Escritórios e a Sala de Desenho, e no primeiro piso, a casa do diretor da fábrica. Rocha e Mello viveu ali temporariamente até ao período em que o capital da ECL permitiu a construção de uma habitação própria para si e a sua família, o que viria a acontecer somente em 1932. Na construção deste primeiro edifício foi utilizada uma linguagem arquitetónica tipicamente vernácula alemã. Nos registos pesquisados, pouco consta sobre o processo de construção, sabe-se apenas que terá sido construído em 1921. E, embora tenha, entretanto, começado a funcionar ali o Laboratório fabril, só viria a funcionar em pleno a partir de dezembro de 1922, quando foi devidamente equipado.³⁴⁰

1.5.3.1. Trabalhos do Laboratório de Maceira Liz

Durante o período estudado neste capítulo, constata-se que alguns aspetos condicionantes da produção de cimento foram determinantes para o desenvolvimento de determinadas soluções técnicas implementadas em Maceira-Liz. A nova tecnologia de produção de cimento implementada – o forno rotativo – implicou todo um conjunto de análises e ensaios laboratoriais. Por exemplo, a análise da qualidade do carvão a utilizar era imprescindível, uma vez que a produção de cimento por forno rotativo implicava a pulverização do interior do forno com este material. O seguinte quadro elaborado por Granger testemunha a importância e diversidade de análises efetuadas no Laboratório Fabril. (Cf. Quadro II)

Em Maceira-Liz, o Laboratório terá tido um papel fundamental na monitorização dos diversos componentes indispensáveis à produção de cimento de qualidade. No AHFML existe um conjunto de volumes encadernados com os registos das análises laboratoriais, não só das matérias-primas utilizadas no processo de fabrico de cimento, mas também dos combustíveis utilizados na cozedura das mesmas. Os volumes existentes reportam ao período situado entre 1923 e 1966, existem dois volumes por cada ano. Em cada conjunto de livros sobre determinada matéria-prima

³³⁹Cf. Granger, *Relatório do Laboratório...*, 1923, XIX, LII a LIII.

³⁴⁰ Cf. Pinto, *Caderno I*, 83.

podem observar-se as anotações acerca de um vasto conjunto de propriedades químicas e físicas, que terão permitido aos técnicos do laboratório ir ao longo do tempo aferindo a sua qualidade, bem como a dosagem necessária de cada componente a utilizar em cada lote de cozedura de *clínquer*, por exemplo.³⁴¹

Quadro II	
Trabalhos Executados no Laboratório (1920-1923)	
Análises de Óleos	22
Ensaaios de Gessos	11
Ensaaios de Diversos	5
Análises de Águas	19
Ensaaios de Areias	13
Análises de Argilas	11
Ensaaios de Sais de Cozinha	7
Análises de Carvões	56
Análises de Margas	70
Análises de Calcários	39
Análises de Cimentos	66
Ensaaios de Cozeduras	9
Ensaaios de Moagem de Matérias-Primas	6

Fonte: Granger, *Relatório do Laboratório...*, 1923, s. p. AHFML

Recorde-se aqui a distinção entre betão e cimento, uma vez que é comum a confusão entre estes dois termos bem distintos. O cimento é um material construtivo inorgânico; já o betão é uma técnica construtiva em cuja composição o cimento é o material essencial. Sempre que ao longo desta investigação é usada a palavra cimento, refere-se a Cimento *Portland* Artificial.³⁴² Cimento é a moagem fina de uma rocha artificial muito dura - o *clínquer*- à qual se adiciona uma percentagem de gesso. O *clínquer*, por sua vez resulta da cozedura a alta temperatura de uma mistura de marga e de calcário.

O primeiro ensaio de cozedura de *clínquer*, realizado no laboratório da fábrica foi feito a 15 de junho de 1921. Dois dias depois, a 17 de junho, foi feito o segundo ensaio.³⁴³ Quanto ao

³⁴¹ Este conjunto de registos arquivados contém informações acerca de: *Registos de Cozedura de 1924 a 1966*, *Registos do Cimento, de 1927 a 1966*, *Registo do Cru de 1923 a 1966*, *Análises de Óleos de 1923-1959*, *Análises de Carvões de 1923 a 1955*, *Análises de Gesso de 1923 a 1959*, *Ensaaios de Cimento, de 1923 a 1968*, *Ensaaios de Expeditos de Cimento de 1924 a 1926*, *Análises de Humidade de 1924 a 1965*, *Ensaaios de Betões de 1923* até à década de 60. Existem muitos outros que não foram consultados.

³⁴² Nesta investigação o termo cimento refere-se ao material patenteado em 1824 em Inglaterra por Joseph Aspdin: ou seja, o cimento *Portland* artificial. Sublinhado meu.

³⁴³ Nos ensaios de resistência de argamassas, no Laboratório da Fábrica foram adotadas as normas suíças. Cf. Bolas, « “A Monarquia de..., 2009, 210.

terceiro ensaio de cozedura registado, ocorreu quase um ano depois a 1 de abril de 1922, tendo sido feito o seguinte a 3 de abril do mesmo ano.³⁴⁴ Como a humidade existente no ar é um dos fatores determinantes a ter em conta e cuja alteração se repercute nos resultados obtidos na produção deste material, os registos das condições higrométricas de Maceira-Liz foram feitos ao longo dos anos num observatório meteorológico construído pela ECL. Começou por se situar no jardim, junto ao edifício do laboratório da fábrica. Gastão B. Pinto anota que a 4 de dezembro 1922 foi estabelecido contacto com o Observatório D. Luís em Lisboa. Provavelmente, este contacto terá sido no sentido de articular os trabalhos de recolha do observatório da fábrica com o observatório oficial português.³⁴⁵ A informação ali recolhida era fundamental, uma vez que a humidade do ar era um dos fatores a ponderar aquando do fabrico deste material construtivo. Gastão B. Pinto alude que no mapa da *Gazeta do Laboratório* foram registados os dados sobre a chuva recolhidos no Observatório Meteorológico da Fábrica no período entre 1924-1932.³⁴⁶ Na década seguinte, em janeiro de 1933, o observatório da fábrica terá sido deslocado de sítio, tendo passado a situar-se entre as vias férreas 2 e 3 em frente à Central Diesel. Este espaço de recolha e monitorização de dados foi ainda reformulado.³⁴⁷ No ano seguinte, as observações ali recolhidas entre 1924 e 1934 foram publicadas no anuário dos Serviços Hidráulicos relativo a 1934.³⁴⁸

1.5.3.2 Divulgação do Laboratório de Maceira-Liz em publicações académicas

A demonstrar o reconhecimento que o Laboratório da Fábrica de Maceira-Liz granjeava nos meios académicos, apenas três anos após a sua inauguração, refiro aqui um artigo publicado em julho de 1926 no nº 5 da revista *Técnica. Revista de Cultura Técnica e Económica.*, a revista dos estudantes do Instituto Superior Técnico. Este é o primeiro artigo publicado sobre uma unidade industrial portuguesa, num número especialmente dedicado à indústria dos cimentos em Portugal e que apresenta o caso da ECL.³⁴⁹ Neste artigo, escrito por um estudante do IST, é descrita a inovação tecnológica que a Fábrica de Maceira-Liz representava para o país, através de uma visita ali realizada por este aluno. A escrita deste artigo seguiu-se a um período de tirocínio realizado na Fábrica da ECL por um grupo de estudantes do IST no Verão de 1925. Entretanto a revista *Técnica*

³⁴⁴ Cf. ECL, *Análises Anteriores...*

³⁴⁵ Para além desta nota, nas fontes consultadas no AHFML, não encontrei mais nenhuma referência ao tipo de contactos estabelecidos. Cf. Pinto, *Caderno I*, 215.

³⁴⁶ Idem.

³⁴⁷ Idem.

³⁴⁸ C. Pinto, *Caderno II*, 441.

³⁴⁹ Cf. Henrique F.C. Alves de Souza, «A indústria dos Cimentos de Portugal. Uma visita à Empresa de Cimentos de Leiria», *Técnica. Revista de Cultura Técnica e Económica*, nº 5, julho (1926), 13-22.

pediu a um desses alunos, Henrique Alves de Souza que escrevesse um artigo que descrevesse a fábrica. Este fez uma nova visita ao local, tendo aí sido acompanhado pelo diretor técnico, engenheiro Rocha e Mello, e pelos engenheiros Amável Granger e Raúl Fiúza Cabral. Este terá sido o primeiro ano em que a fábrica recebeu estagiários de instituições académicas.

A Empresa de Cimentos de Leiria produz por via seca, cimento Portland artificial, isto é, um cimento tipo Portland, empregando matérias-primas de várias origens, em proporções convenientes. O produto tem composição definida, cuja constância se consegue pela concomitante e metódica fiscalização do Laboratório [da Fábrica]. É portanto ele que constitui o verdadeiro centro directivo: dá a directriz a seguir; analisa a matéria-prima; fiscaliza o andamento dos moinhos e do forno; verifica a qualidade do *clínquer* e do cimento: numa palavra, acompanha a evolução gradual da matéria-prima até ao *clínquer* e ao cimento, traçando um verdadeiro diagrama de fabricação.³⁵⁰

Que a fábrica de cimento da ECL e o seu laboratório tenham sido alvo do interesse dos alunos e professores do IST, tomando a indústria dos cimentos como a primeira de cariz inovador a servir de tema para a escrita de um artigo da publicação deste Instituto, é um ponto significativo.³⁵¹ Mas mais revelador ainda é o papel atribuído ao Laboratório descrito como «centro directivo» de todo o processo industrial.

Dois meses depois, em setembro de 1926, a revista do Instituto Industrial de Lisboa, *Sciencia e Industria*, publica um novo artigo sobre a Fábrica de Cimento «Liz», redigido por Rocha e Mello. Neste artigo é explicado todo o processo de funcionamento da fábrica, descrevendo-se todos os maquinismos ali montados, mas com destaque, mais uma vez, para o papel do laboratório:

Como indústria química que é, exige a fabricação do Cimento Portland uma fiscalização científica rigorosa que o Laboratório assegura. (...) Laboratório de ensaios químicos, o de ensaios físicos, de ensaio de resistência, o gabinete de preparação de argamassas e o de ensaios de cozedura. Além dos ensaios constantes de matérias-primas, durante as diferentes fases de fabrico, e do cimento, depois de acabado, tem o laboratório a seu cargo as análises e dosagens dos carvões, que bem como os ensaios de óleos combustíveis e de lubrificação. A actividade de laboratório não se limita aos trabalhos de fiscalização, tendo sempre entre mãos trabalhos tendentes ao seu constante aperfeiçoamento por forma à obtenção de cimentos de altas resistências, que possam satisfazer as mais rigorosas exigências da prática.³⁵²

³⁵⁰ Idem, 13.

³⁵¹ Os registos sistemáticos destes estágios apenas surgem nas anotações de Benjamim Pinto a partir de 1933, mais uma vez com um grupo de alunos do IST. No ano seguinte, aparecem registos também de alunos da Faculdade Engenharia do Porto. Os cursos que recorriam à Fábrica de Maceira-Liz para realizar estágios académicos eram os de Engenharia Civil, Química, e de Máquinas e Eletricidade. A partir de 1936 passam também a fazer estágios alunos do Instituto Industrial de Lisboa. Em 1939 foram formalmente fixados por Rocha e Mello normas para o «Programa dos Estágios a realizar na Fábrica». Cf. Pinto, *Caderno II*, 351, 352, 413, 499.

³⁵² Cf. José Osório da Rocha e Mello, «As Indústrias Portuguesas. A Fábrica de Cimento “Liz”», *Sciencia e Industria*, setembro, (1926), 209-210, em *Memorial*, Doc. nº 113. AHFML.

Em 1925, um ano antes da publicação do artigo acima citado, e apenas dois anos após a inauguração da fábrica de cimento de Maceira-Liz, o uso do cimento «Liz» foi interdito nas obras do porto de Lisboa. A partir desse ano a ECL iniciou todo um conjunto de ações com o objetivo de vir a conseguir fornecer cimento aos dois principais portos nacionais cujas obras decorriam, Lisboa e Leixões. A empresa começará, logo nesse ano, por requerer autorização da Administração do Porto de Lisboa, para que, sob sua supervisão, fossem realizados uma série de ensaios a longo prazo com cubos de betão mergulhados nas águas daquele porto.

A partir de 1925, todos os contactos estabelecidos com os vários Laboratórios privados e estatais europeus, terão tido como objetivo compreender as razões que haviam levado a Administração do Porto de Lisboa a tomar tal decisão. Estes contactos permitiram à ECL documentar-se acerca da qualidade e características do cimento que produzia. Em 1929 a ECL requererá ao Estado que avalie a qualidade do cimento que produz, com vista à utilização nas obras portuárias. Este será o início de um difícil processo que se estenderá até fevereiro de 1932. Mas, a este complexo processo só voltaremos no capítulo 4, no qual seguiremos a atribulada trajetória da construção de um porto em Leixões.

Entretanto, no próximo capítulo será aprofundada a construção da fábrica, do alojamento operário, dos equipamentos, assim como do tipo de práticas sociais que permitiram transformar o território da Gândara em torno da Fábrica num espaço urbano - Maceira-Liz

CAPÍTULO 2. O conjunto fabril e social de Maceira-Liz: um projeto católico (1920-1934)

«Em nome de Deus e em nome de Portugal, ande, marche!»³⁵³

Bispo de Leira, inauguração da Fábrica de Maceira-Liz 3 de maio de 1923

2.1. Introdução

Entre os historiadores da religião em Portugal, parece ser consensual a importância atribuída ao anticlericalismo radical da República para explicar a nova dinâmica religiosa, vivida no país a partir da segunda década do século XX.³⁵⁴ A perseguição dos jesuítas como degenerados, a legalização do divórcio, a proibição do ensino religioso nas escolas oficiais, a abolição de feriados nos dias santos e, sobretudo, a separação entre Estado e Igreja levada a cabo na primeira fase do regime – a República Velha –, suscitaram uma forte militância católica, que se propôs recristianizar Portugal. A formação da União Católica em 1913, promovida pelo episcopado, prometia mesmo *Instaurare Lusitanum in Christo*. Embora as aparições de Fátima de 1917 tenham a sua origem em formas de religiosidade de cariz popular, o que justificou que apenas tenham sido reconhecidas pelas autoridades eclesiásticas em 1930, foram essenciais para o renovado dinamismo da Igreja na vida social portuguesa.³⁵⁵ A fundação em 1933, o mesmo ano da institucionalização do Estado Novo, da Ação Católica Portuguesa (ACP) vocacionada para o apostolado dos leigos e pretendendo

³⁵³ Palavras proferidas aquando da bênção dos maquinismos na cerimónia da inauguração da Fábrica da ECL. Cf. «A cerimónia de inauguração da Fábrica de Cimentos de Maceira», *Diário de Lisboa*, 5 de maio de 1923. AHFML.

³⁵⁴ Sobre esta matéria ver: Manuel Braga da Cruz, *O Estado Novo e Igreja Católica* (Lisboa: Editorial Bizâncio, 1998); António Matos Ferreira, «A Ação Católica: questões em torno da organização e da autonomia da ação da Igreja Católica (1933-1958)» em *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia (1926-1959) Vol.2*, (Lisboa: Fragmentos, 1987); António Matos Ferreira e Paulo Fontes, «Ação Católica Portuguesa», em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo (Lisboa: Círculo de Leitores, 2001) 9-19; Paulo Fontes, «A Ação Católica Portuguesa (1933-1974) e a presença da Igreja na Sociedade», *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 6 (1994), 61-100; José Barreto, *Religião e Sociedade* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002); Manuel Clemente, «A vitalidade religiosa do catolicismo português. Do Liberalismo à República», em *História Religiosa de Portugal. Vol. III*, Dir. Carlos Moreira Azevedo (Lisboa: Círculo de Leitores, 2001) 65-127; Fernando Catroga, *Entre Deuses e Césares. Secularização, Laicidade e Religião Civil* (Coimbra: Edições Almedina, 2006); Luís Reis Torgal, «Igreja e Estado no regime de Salazar entre a Separação, a Concordata e a Polémica» em *A Igreja e o Estado em Portugal. Da primeira República ao limiar do Século XXI. Encontros de Outono 21-22 de novembro de 2003*, org. Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, (Vila Nova de Famalicão: Editora Ausência, 2004) 97-129.

³⁵⁵ José Barreto demonstrou já como o suposto reconhecimento tardio dos milagres por parte da Igreja fez parte de uma estratégia de divulgação do fenómeno, assinalando que, desde o início dos anos vinte, figuras destacadas da Igreja teriam já aceite Fátima. Cf. Barreto, *Religião e...*, 2002.

fazer chegar a mensagem católica a todas as esferas da sociedade, teria sido assim o culminar dessa “reconquista cristã” de Portugal.

Esses mesmos historiadores referem o papel dos processos de industrialização nessa intensificação do fenómeno religioso, pois parte fundamental dessa nova presença social da Igreja baseava-se na aplicação da encíclica *Rerum Novarum* do papa Leão XIII, de 1891. Esta encíclica é descrita como a resposta do catolicismo à denominada ‘questão social’ produzida pela industrialização, exigindo uma atenção às condições de vida dos operários, classe social em grande medida ignorada até então pela Igreja. Veja-se a este propósito a formação dos círculos de operários católicos em Portugal no final do século XIX.³⁵⁶ Nesta interpretação, indústria e religião são vistas como fenómenos históricos relacionados, adaptando-se a segunda às dinâmicas impostas pela primeira. Ou, como afirmava Manuel Braga da Cruz, o movimento social católico «vai a reboque das respostas políticas e sociais que, ao desenvolvimento das relações sociais e das forças produtivas capitalistas, outros vão elaborando e concretizando». Mas após esse momento inicial de pura reação, o movimento «passará progressivamente à alternativa».³⁵⁷

Neste capítulo descreve-se a nova fábrica de cimento de Maceira-Liz como parte dessa alternativa. A história de Maceira-Liz é a de uma indústria que nasceu com o propósito de materializar uma nova vida cristã, participando daquele projeto mais vasto de *Instaurare Lusitanum in Christo*. Mais do que adaptar a religião “às forças produtivas”, tratava-se agora de inventar uma nova forma de indústria adaptada às práticas católicas. No capítulo anterior analisaram-se os laços familiares e de amizade dos principais promotores de Maceira-Liz, referindo-se também a religiosidade partilhada por todos eles. Nas páginas seguintes, dá-se conta da importância dessa religiosidade para compreender a história da fábrica. A doutrina social da Igreja expressa na encíclica papal *Rerum Novarum* (1891) e as aparições de Fátima (1917) revelaram-se, ao longo

³⁵⁶ Foi durante o pontificado de Leão XIII que foram criados os primeiros Círculos Católicos em Portugal. O primeiro Círculo Católico Operário (CCO) português foi criado por iniciativa de Manuel Francisco da Fonseca na cidade do Porto a 9 de junho de 1898, tendo como principais objetivos para além da cristianização da sociedade, a defesa da justiça social e a proteção dos operários pobres. A base dos CCO era interclassista, sendo a sua composição mista de operários e patrões. Procuravam ser uma força organizada no movimento operário português, tendo desenvolvido a sua ação numa perspetiva de reformismo social anti-socialista. Este movimento foi-se expandido de Norte para o Centro e o Sul do país, mas também nas regiões de pequena e média propriedade rústica, onde a influência eleitoral era maior. Surgiram CCO nos principais centros industriais (exceto na Marinha Grande) A expansão deste movimento em Portugal ficou a dever-se à ação dos padres João Maciel e Benevenuto de Sousa. No início da Primeira República praticamente todos os CCO foram encerrados, e nalguns casos as suas sedes foram destruídas pelo fogo, nomeadamente o do Porto e os de Braga. Cf. Paulo Fontes, «Catolicismo Social»..., 315-316.

³⁵⁷ Cf. Cruz, *O Estado Novo*...

desta investigação, elementos essenciais para entender a natureza de um dos mais importantes projetos industriais do Séc. XX português.

2.2. Sob o lema corporativo da *Rerum Novarum*

As alusões às influências da doutrina social da igreja e ao ideário expresso na encíclica papal *Rerum Novarum*, aquando da idealização do projeto industrial de Maceira-Liz, surgem documentadas com abundância em diversas fontes primárias. A síntese mais completa destas influências pode ler-se numa carta redigida por Rocha e Mello, datada de 5 de maio 1949 e dirigida à Direção da Liga Independente Católica. O Diretor Técnico de Maceira Liz responde a este organismo católico sobre a hipótese da criação de uma *Associação dos Industriais Católicos*.³⁵⁸ Rocha e Mello afirma que se esta se viesse a concretizar, Maceira-Liz iria certamente aderir, já que, como explica, todos ali são católicos e regem as suas vidas pelos princípios da religião católica, tanto dentro da Empresa como na orientação da vida dos seus operários. Em seguida, enumera uma lista de argumentos demonstrativos dos princípios católicos daquele conjunto fabril e social:

- A obra social iniciada por Henrique Sommer é baseada na encíclica “*De Rerum Novarum*”;
- A ECL possui um assistente espiritual privativo, que a benemérita Ordem Franciscana lhe dispensa e que vive no Bairro do Pessoal perto da capela;
- Além da missa diária, procura-se multiplicar e dar solenidade a todos os actos de culto;
- A frequência é assídua, por exemplo no mês de Maria, em maio todas as noites a capela está cheia;
- Aos Domingos e Dias Santos, há duas missas, sendo uma dialogada;
- O assistente espiritual dá especial atenção à catequese das crianças, cerca de 300, que é ministrada na Escola e na capela;
- A fábrica guarda sempre os dias Santos de Preceito, embora não sejam feriados oficiais, nesses dias existe o mesmo regime de Domingo, visto tratar-se de uma indústria de laboração continua;
- Dia de desobriga colectiva para o pessoal, o dia de S. José;
- Em 1927, foi feito pelo Sr. Bispo da Diocese a Consagração da Fábrica e do Pessoal ao Coração de Jesus, cuja imagem foi entronizada dentro da Fábrica no Refeitório do Pessoal;
- Todos os anos se faz a “Renovação dessa Consagração”, com uma Procissão Eucarística, através das instalações fabris, da Capela ao Refeitório;
- O assistente espiritual procura o contacto com empregados e operários, reunindo-se com eles à noite na Casa do Pessoal, comparecendo nos treinos de foot-ball, basket e outras modalidades desportivas, organizando e regendo o *orfeon* do pessoal, etc;
- No cinema privativo da casa do Pessoal, não exibimos filmes classificados desfavoravelmente pelo Secretariado do Cinema e da Rádio, constando sempre nos programas a classificação do filme;
- Na Quaresma, é uso o assistente espiritual fazer conferências sobre assuntos morais e espirituais no Salão da Casa do Pessoal. Preside também às reuniões das Conferências de S. Vicente de Paula, tanto masculinas como femininas, constituídas por empregados e operários e suas famílias;

³⁵⁸ A Liga Independente Católica foi criada em 1936. Cf. Fontes, «A Ação Católica...», 1994, 83.

- As regalias que a Empresa concede sob a forma de habitação e outras, são dadas apenas a casais cujo lar seja catolicamente constituído.³⁵⁹

Esta carta é um importante documento que resume a visão de Rocha e Mello da Fábrica de Maceira-Liz como parte de ação social católica. Através do testemunho deixado pelo engenheiro João Leal de Faria, fica a saber-se que a missa em Maceira-Liz era disciplinada a rigor e totalmente celebrada em latim, com exceção da homilia e das orações finais de Leão XIII, sendo Rocha e Mello o sacristão.³⁶⁰

A visão de Rocha e Mello era também partilhada por Gastão Benjamim Pinto. Recorde-se que o seu avô paterno havia sido, embora temporariamente, bispo de Leiria. Em 1951, recordando o tempo em que fora idealizado aquele conjunto fabril e social, Gastão Pinto escrevia:

A Maceira nasceu também sob as bênçãos de Deus e da inspiração nos textos das encíclicas pontifícias que encerram os ensinamentos e directrizes da protecção ao trabalhador e das boas relações destes com os seus chefes e com o capital.³⁶¹

Difícilmente podiam os promotores de Maceira Liz ser mais explícitos quanto à importância da *Rerum Novarum* no seu projeto.

Quando no final do século XIX, a 15 de maio de 1891, foi publicada a encíclica papal de Leão XIII *Rerum Novarum* (*Das Coisas Novas*) - fixando a posição oficial da Igreja em relação à então chamada «Questão Social» - a opinião dentro da própria Igreja era de que urgia há muito a sua escrita.³⁶² Segundo João Policarpo, esta encíclica vinha sobretudo esclarecer a posição da Igreja sobre a «condição dos operários». Logo no início deste texto, são evocadas as causas do conflito entre operários e patrões, sendo proposta uma solução para este problema, face à subversiva proposta do socialismo.³⁶³

³⁵⁹ Cf. Carta da Direção Técnica da Fábrica de Maceira-Liz à Direção Geral da Liga Independente Católica, 5 de maio de 1949. *Memorial*. Doc. nº 297. AHFML.

³⁶⁰ Cf. Faria, *Ao recordar um...*, 1992, s. p.

³⁶¹ Cf. Pinto, «Como nasceu...», 1951, 7.

³⁶² Esta encíclica fora publicada num período em que já não era possível a Igreja continuar a ignorar as “muitas coisas novas” que há muito vinham a pôr em causa a sua eficácia na contenção dos movimentos revolucionários, que desde a Revolução Francesa e da Revolução Industrial, destabilizavam a paz social por toda a Europa. As lutas e reivindicações dos diversos movimentos operários por condições de vida digna repetiam-se sem respostas por parte de uma Igreja cada vez mais fechada sobre si própria. Depois da sua publicação, o papel do padre passou a ser mais interventivo na sociedade, isto é, passou a ir muito para além da sua igreja e da sacristia onde durante séculos permanecera escudado. Vai procurar aproximar-se da população, recorrendo a diversos meios, nomeadamente através da publicação de artigos de opinião na imprensa, participando e debatendo as ideias da Igreja em congressos, conferências, assembleias políticas e ainda em Centros de Estudos Universitários. Também os católicos iniciaram uma revisão e reexame dos problemas sociais em relação ao mundo operário. Cf. Policarpo, *O Pensamento Social...*, Vol. 1, 1977.

³⁶³ Idem.

Segundo Paulo Fontes, a *Rerum Novarum* deve ser entendida em função do contexto da sua produção, assim como da receção que esta encíclica terá tido, uma vez que sua publicação permitiu difundir tanto o pensamento de Leão XIII como a ação da Igreja Católica.³⁶⁴ O autor defende ainda que as propostas deste texto só ganham relevo no contexto do Movimento Social Católico e no debate existente no interior da própria Igreja no período em que foi escrito. Cita como exemplo, «(...) o sindicalismo cristão, *versus* corporações e “patronatos”».³⁶⁵ Numa perspetiva de longa duração, a Doutrina Social da Igreja faz parte do modelo global da relação da Igreja com a Sociedade Moderna, o designado «catolicismo integral», definido no quadro do conflito entre Catolicismo-Liberalismo-Socialismo.³⁶⁶

Dentro deste modelo global de relação, é de destacar a emergência dos movimentos sociais da Igreja ao longo do século XIX. Segundo João Policarpo, apesar da existência de movimentos sociais católicos um pouco por toda a Europa ainda antes de 1891, terá sido na Alemanha que se iniciou o plano doutrinal do movimento social católico, apoiado nos nomes de Wilhelm Ketteler e Hitze. Na prática, as primeiras realizações no domínio social haviam sido realizadas pelo padre Adolpf Kolping, que a partir de 1850 criara os primeiros Círculos de Trabalhadores Artesãos.³⁶⁷

Dada a ascendência alemã da Família Sommer, vivendo em Portugal desde as guerras liberais, mas cultivando as suas raízes culturais germânicas, e dadas também as fortes ligações de Rocha e Mello àquele país e o profundo catolicismo em que todos haviam sido educados, em nada lhes seria estranha a ação dos movimentos católicos existentes na Alemanha durante o século XIX. Também não lhes eram estranhos os preceitos da encíclica *Rerum Novarum*, cuja leitura permite compreender melhor até que ponto os promotores da ECL se inspiraram nesta encíclica papal aquando da organização do conjunto fabril e social de Maceira-Liz.

Leão XIII defendia o direito de associações de classe, só de operários ou de patrões ou ainda mistas. Considerava caber ao Estado impedir que se organizassem greves, preconizando a concórdia entre as classes e não a luta, apelando assim ao conformismo entre os operários:

³⁶⁴ Embora a publicação desta encíclica tenha sido marcante por aprofundar a compreensão da Igreja sobre a nova sociedade industrial, muitos dos aspetos do pensamento de Leão XIII inscrevem-se na continuidade de papados anteriores. Cf. Fontes, «A Ação Católica...», 1994.

³⁶⁵ *Idem*, 69.

³⁶⁶ Cf. Fontes, «A Ação Católica...», 1994.

³⁶⁷ Os Círculos de Trabalhadores Artesãos eram organismos apolíticos, dirigidos por eclesiásticos, cujo objetivo era incentivar ao aperfeiçoamento moral, intelectual e profissional dos trabalhadores, que deveriam por princípio professar a religião católica. Outra iniciativa que importa referir do panorama social católico alemão do século XIX foi a criação das Caixas Rurais fundadas por Friedrich W. Raiffeisen em 1849. Caixas que passaram a ser conhecidas pelo nome do seu fundador. Tratava-se de institutos de crédito e economia, constituídos como uma cooperativa de responsabilidade ilimitada e em nome coletivo. Cf. Policarpo, *O Pensamento Social...*, Vol.1, 36.

o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível. É, sem dúvida, isto o que desejam os Socialistas; mas contra a natureza todos os esforços são vãos. Foi ela, realmente, que estabeleceu diferenças tão múltiplas como profundas; diferenças de inteligência, de talento, de habilidade, de saúde, de força; diferenças necessárias, de onde nasce espontaneamente desigualdade das condições.”(...) “Na sociedade, as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio. Elas têm imperiosa necessidade uma da outra: não pode haver capital sem trabalho, nem trabalho sem capital.³⁶⁸

Relativamente às «Obrigações dos operários e dos patrões», Leão XIII escrevia que:

Entre os deveres, eis os que dizem respeito ao pobre e ao operário: deve fornecer integral e fielmente todo o trabalho a que se comprometeu por contrato livre e conforme à equidade; não deve lesar o seu patrão, nem nos seus bens, nem na sua pessoa; as suas reivindicações devem ser isentas de violências e nunca revestirem a forma de sedições, deve fugir dos homens perversos que, nos seus discursos artificiosos, lhe sugerem esperanças exageradas e lhe fazem grandes promessas, as quais só conduzem a estéreis pesares e à ruína das fortunas. Quanto aos ricos e aos patrões, não devem tratar o operário como escravo, mas respeitar nele a dignidade, realçada pela do Cristão. (...) O que é vergonhoso e desumano é usar dos homens como de vis instrumentos de lucro, e não os estimar senão na proporção do vigor dos seus braços. O cristianismo, além disso, prescreve que se tenham em consideração os interesses espirituais do operário e o bem da sua alma. Aos patrões compete velar para que a isto seja dada plena satisfação, para que o operário não seja entregue à sedução e às solicitações corruptoras, que nada venha enfraquecer o espírito da família nem os hábitos de economia. Proíbe também aos patrões que imponham aos seus subordinados um trabalho superior às suas forças ou em desarmonia com a sua idade ou o seu sexo.³⁶⁹

Segundo esta encíclica, a Igreja propunha-se colocar em prática um conjunto de preceitos permitindo «(...) estreitar a união das duas classes até as unir uma à outra por laços de verdadeira amizade».³⁷⁰ Defendia assim a formação de «corporações», nas quais patrões e operários encontrassem formas de aproximar os seus interesses e benefícios. Referia em particular a criação de associações de socorros mútuos, e as iniciativas de carácter particular promovidas pelo patronato.³⁷¹ Explicava ainda que, para que nestas «corporações» houvesse acordo de vontades, teria de ser exercida uma «sábia e prudente disciplina», sendo imprescindível a existência de estatutos e regulamentos apropriados. Apesar de não propor estatutos e regulamentos rígidos, as associações deviam ter como principal objetivo o «aperfeiçoamento moral e religioso».³⁷²

³⁶⁸ Cf. Leão XIII, Papa. Carta Encíclica «Rerum Novarum», 1891. http://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html.

³⁶⁹ Idem. Sublinhado meu.

³⁷⁰ Idem.

³⁷¹ Idem.

³⁷² Idem. Sublinhado meu.

2.3. A Fábrica: uma Obra Católica

2.3.1. Início da construção (1920) e inauguração da Fábrica (1923)

Quando a 4 de julho de 1920 se organizou uma cerimónia para celebrar o início da construção do edifício principal da Fábrica de Maceira-Liz, coube ao prior de Maceira a bênção da primeira pedra. Logo naquele primeiro momento de apresentação pública do empreendimento industrial se afirmava a estreita relação entre a Fábrica e a Igreja Católica. Várias centenas de pessoas assistiram ao evento. De Lisboa, deslocaram-se familiares, amigos e colegas dos sócios e fundadores da ECL, que naquele dia se juntaram aos trabalhadores envolvidos nas obras, assim como a curiosos que viviam nas imediações. A Empresa convidou também os vários representantes institucionais de Leiria, mas esta participação não foi pacífica.³⁷³ Gastão B. Pinto explica que:

as principais autoridades do Distrito que, movidas pelo espírito demagógico que então assolava o País, pretenderam que se separasse a cerimónia religiosa da oficial; certamente para que o Estado e a Igreja se não encontrassem no mesmo campo; mas perante a recusa firme da Empresa em satisfazer tão inadmissível desejo, acabaram por comparecer quando já não eram esperadas.³⁷⁴

A ECL fez assim questão de, desde o início, negar na prática a separação entre Estado e Igreja decretada pela República em 1911, demanda de todos aqueles que se propunham recristianizar o país.

Três anos mais tarde, a 3 maio de 1923, foi inaugurada a nova Fábrica de Cimento, tendo o impacto provocado por este acontecimento ecoado pelo país através da imprensa que efusivamente o divulgou. Refira-se, apenas a título de exemplo, alguns dos títulos mais sugestivos, todos eles associados à fábrica e às suas máquinas a um momento de exaltação nacional: «Um patriótico empreendimento. A Empresa de Cimentos de Leiria, a melhor fábrica de cimentos da Europa, sob o ponto de vista dos maquinismos, encontra-se em laboração na Maceira»³⁷⁵; «Um empreendimento industrial que honra o nome português. A grande fábrica de cimentos de Leiria. Rivaliza com as melhores da Europa na grandeza das instalações, na perfeição dos maquinismos e na qualidade dos produtos obtidos. Uma formidável obra de patriotismo e de valorização económica»³⁷⁶; «As grandes iniciativas. A Empresa de Cimentos de Leiria. Foi ontem inaugurada a importantíssima fábrica da Maceira. A bênção solene do estabelecimento e das máquinas»³⁷⁷; «A

³⁷³ Cf. Pinto, *Caderno IIA*, s.p.

³⁷⁴ Cf. Pinto, «Como nasceu...», 1951, 7.

³⁷⁵ Cf. *Diário de Notícias* de 5 de maio 1923. AHFML.

³⁷⁶ Cf. *A Época*, 4 de maio 1923, 1. AHFML.

³⁷⁷ Cf. *O Mensageiro*, 19 de maio de 1923, nº142, Ano IX, 1. AHFML.

indústria em Portugal. A cerimónia da inauguração da Fábrica de Cimentos da Maceira»³⁷⁸; e «Empresa de Cimentos de Leiria. A solene inauguração da grandiosa Fábrica de Maceira».

Para que não restassem dúvidas sobre qual a política subjacente à inauguração, refira-se que, entre os vários convidados presentes é noticiada a opinião do conhecido publicista católico e monárquico Fernando de Sousa, que em nome da imprensa agradeceu o convite da Direção da ECL.³⁷⁹ Segundo o artigo publicado no *Mensageiro* este tecia

rasgado elogio pelo esforço colossal que representa a realização dum tão grande empreendimento e rejubila por ver que a Empresa, seguindo as velhas tradições do Portugal Grande ia fazer proceder a inauguração³⁸⁰

Ainda segundo *O Mensageiro*, vindos de Leiria estiveram presentes as autoridades eclesiásticas, civis, militares, judiciais «e representantes de todas as forças vivas».³⁸¹ De Lisboa, haviam-se deslocado cerca de duzentos convidados, entre os quais estiveram alguns representantes do Governo, do Parlamento, as Associações Comercial e Industrial Portuguesas, e dos Arquitetos, assim como do Jornalismo, e da Banca.³⁸²

O Diário de Notícias explicava minuciosamente todo o funcionamento e capacidade de produção da fábrica, a que se refere de forma elogiosa:

Este acontecimento de excepcional importância para a economia nacional, merece destaque e que ponhamos em relevo a grande influência que tal empreendimento vai exercer, na obra de ressurgimento do país.³⁸³

Embora todas as notícias dos vários periódicos nacionais sejam unânimes em relação à importância económica que a nova fábrica representa para a indústria nacional, a forma como o periódico regional de Leiria *O Mensageiro* noticia este evento, merece particular atenção pela

³⁷⁸ Cf. *Diário de Lisboa*, 5 de maio de 1923. AHFML.

³⁷⁹ José Fernando de Sousa (1855-1942) foi um engenheiro, oficial, político, escritor e jornalista português. Defensor da restauração da monarquia, foi membro do Conselho da Causa Monárquica do Conselho e um dos vice-lugar-tenente de D. Manuel após o exílio. Apesar das várias polémicas públicas em que esteve envolvido com vários dirigentes do Centro Católico Português, foi um acérrimo defensor do catolicismo, e um adversário intransigente da Primeira República. De 1916 a 1919 dirigiu o diário católico *A Ordem*, e em 1919 fundou e foi diretor do jornal monárquico *A Época*. Enquanto jornalista, escreveu sob o pseudónimo «Nemo» (ninguém). Cf. José Miguel de Almeida, «José Fernando de Sousa (Nemo)» em *Dicionário de História da I República e do Republicanismo. Vol. III: N-Z*, coord. Maria Fernanda Rollo, (Lisboa: Ed. Assembleia da República, 2014), 918-919.

³⁸⁰ Cf. *O Mensageiro*, 19 de maio de 1923...

³⁸¹ Idem, 1.

³⁸² Para além do discurso de Fernando de Sousa, são ainda referidos os de: o deputado Carlos Pereira; o de Levy Marques da Costa, que representando a Associação Industrial Portuguesa; o do Presidente da Câmara de Leiria; e o de João Ulrich representando o BNU. Cf. *Diário de Lisboa*, 5 de maio de 1923...

³⁸³ Cf. *Diário de Notícias* de 5 de maio 1923..., 4.

incorporação da dimensão religiosa.³⁸⁴ A 19 de maio de 1923, a primeira página deste jornal é totalmente preenchida com dois temas em paralelo: o culto de Fátima e a inauguração da nova fábrica de cimento. (Cf. Anexo 1. Fig. 16) A primeira notícia que encabeça a página e envolve a segunda notícia é sobre o fenómeno de Fátima e intitula-se - «Imponente Manifestação de fé! Mais de 80 000 pessoas na Cova de Iria! A atitude das autoridades e os católicos! Soberbo e impressionante espectáculo! O que vimos».³⁸⁵ A segunda notícia que se situa na parte inferior da página, envolvida pela primeira, é sobre a inauguração da Fábrica da ECL em Maceira-Liz e tem como título, «Empresa de Cimentos de Leiria. A solene inauguração da grandiosa Fábrica de Maceira».³⁸⁶

Note-se que *O Mensageiro* havia sido fundado em 1914 pelo Padre José Ferreira de Lacerda com a intenção declarada de refundar a diocese de Leiria, extinta desde o século XVI. Este objetivo seria conseguido em 1918 em grande parte pela propaganda levada a cabo no jornal, o qual se assumia também como a expressão local da União Católica. José Ferreira de Lacerda era um acérrimo defensor da causa monárquica, tendo sido mesmo detido pelo seu alegado envolvimento na Revolta de Paiva Couceiro. Mais importante foi o seu papel na popularização de Fátima através das notícias publicadas em *O Mensageiro*, um interesse a que não terá sido alheio a sua participação em 1913 nas celebrações em Lourdes.³⁸⁷ As suas publicações no *Mensageiro* parecem confirmar a sugestão de José Barreto de que as autoridades eclesiásticas locais abraçaram o fenómeno de Fátima desde a primeira hora, ao contrário da tese difundida mais tarde do prolongado processo de reconhecimento.³⁸⁸

A Diocese de Leiria³⁸⁹ havia sido restaurada muito recentemente, tendo sido nomeado bispo D. José Alves Correia da Silva, a 15 de junho de 1920.³⁹⁰ Este prelado, escolhido pela Igreja para

³⁸⁴Cf. *O Mensageiro*, 19 de maio de 1923..., 1.

³⁸⁵ Cf. «Imponente Manifestação de fé! Mais de 80 000 pessoas na Cova de Iria! A atitude das autoridades e os católicos! Soberbo e impressionante espectáculo! O que vimos», *O Mensageiro*, 19 de maio de 1923...

³⁸⁶ Cf. «Empresa de Cimentos de Leiria. A solene inauguração da grandiosa Fábrica de Maceira», *O Mensageiro*, 19 de maio de 1923...

³⁸⁷ Cf. Luís M. Ribeiro Ferraz, «As aparições de Fátima e o seu impacto local: 1917-1927: leitura histórico-teológica: a partir do semanário *O Mensageiro*», (tese de mestrado, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2012).

³⁸⁸ Cf. Barreto, *Religião e...*, 2002.

³⁸⁹ A Diocese de Leiria havia sido inicialmente criada pelo Papa Paulo III a 22 de maio de 1545, e extinta em setembro de 1882 por execução da Bula de Leão XIII de 1881. Na sequência das aparições de Fátima seria restabelecida pela Bula emitida pelo Papa Bento XV de 17 de janeiro de 1918.

³⁹⁰ D. José Alves Correia (1872-1957) formara-se em teologia em Coimbra, em 1897 foi nomeado professor de Ciência Eclesiástica no Seminário maior do Porto e algum tempo depois Cônego da Sé do Porto. Foi considerado um notável orador sagrado, tendo dado um novo impulso à Associação Católica do Porto, e participado em atividades do Círculo Católico de Operários daquela cidade. Em 1900 participou no Congresso das Agremiações Católicas, tendo colaborado em diversas publicações católicas, foi colaborador, de *A Palavra*, e de *A Liberdade*. Cf. Ferreira, *Um católico militante...*, 128-129.

dirigir e orientar o destino daquela diocese, cujo principal projeto era o de gerir o fenómeno das aparições de Fátima, terá uma presença constante na evolução e no destino da Fábrica, como se verá ao longo desta investigação.³⁹¹ Segundo António Matos Ferreira, D. José Alves Correia fez parte da geração que vivenciou a cidade do Porto na transição do século XIX para o século XX. Geração que seria influenciada pelo designado catolicismo integral, que o autor define do seguinte modo:

Este catolicismo integral visava essencialmente alcançar uma base popular, disputando o terreno da sociedade civil a autonomia e a autoridade da Igreja Católica em relação ao Estado e às forças políticas consideradas anti-religiosas e laicizadoras. Este ambiente católico articulava-se com um programa devocional, que procurava para além das elites eclesiásticas e laicais, o enraizamento popular, gerador de um universo religioso e espiritual, potenciado não só pela piedade no sentido individual, mas também social. Tratava-se de um programa devocional potenciador da mobilização católica abrangendo para além da devoção popular, os vários estratos sociais, sendo composto por três núcleos fundamentais: a devoção ao papa, o culto mariano e o culto eucarístico.³⁹²

A geração de D. José Alves Correia fora também aquela com a qual José Osório Rocha Mello cresceu, foi educado e desenvolveu a sua fé católica, precisamente na cidade do Porto.

Atentemos no discurso reproduzido em *O Mensageiro*, proferido por D. José, aquando da cerimónia de inauguração de maio de 1923, discurso no qual aquele aludia à coincidência da data da descoberta do Brasil se celebrar no mesmo dia em que a Fábrica era inaugurada. E evocando também a figura do Infante D. Henrique, associada ao progresso que os descobrimentos proporcionaram. Explicando que, com o apoio de sábios como Pedro Nunes, os descobridores não iam ao acaso, mas com rumo certo e determinado. Fazia ainda alusão ao Pinhal de Leiria, semeado por D. Dinis, de onde saiu a madeira para construir as caravelas, continuando:

Vão longe os tempos em que os nossos navegadores descobriram o mundo. Hoje é necessário descobrir na nossa Terra o que nela há que nos há de fazer grande. E assim como outrora foi D. Henrique que deu o grande impulso para a nossa expansão, apoiado na Ciência dos mestres que o rodeavam, hoje é a Ciência ainda, que aliada à Indústria, nos há de guiar.³⁹³

É de destacar a descrição do momento simbólico da bênção e início de funcionamento da Fábrica intimamente associado à Igreja através da presença do Bispo. É da seguinte forma que aquele momento é descrito por este periódico:

³⁹¹ D. José Alves Correia foi Bispo de Leiria durante 37 anos (1920 a 1957), e para além de ter instaurado e aprovado o processo canónico das aparições, acompanhou desde o início o crescimento da Fábrica de Maceira Liz, tendo sido o responsável pelos fortes laços estabelecidos entre a ECL e a Igreja Católica.

³⁹² Cf. Ferreira, *Um católico militante...*, 118-119.

³⁹³ Cf. *O Mensageiro*, 19 de maio de 1923..., 1

E tomando o hissopo, sua Ex^a Rvma. aspergiu os motores recitando as orações do Ritual, no fim dos quais, levantando a voz e enfrentando bem os três monstros, disse intimativamente, gravemente: «Em nome de Deus e em nome de Portugal, andem, marchem!»

Toda a assistência fitou os motores com ansiedade, como a esperar que a força invisível que acabava de ser invocada, fizesse girar os volantes colossais. Nesta altura o moço engenheiro José de Osório Rocha e Melo, a alta inteligência que criou o grande projecto, e que com tão alta competência dirigiu todos os serviços técnicos da grande fábrica, abriu as válvulas de ar comprimido, que chicoteando os êmbolos lhes imprimiu o movimento, que de vagaroso se acelerou progressivamente. E o sussurro e o galope desordenado daqueles monstros arrebatou a multidão que aclamou delirantemente o jovem engenheiro. Rocha e Mello, transportado aos ombros pelos seus amigos, foi por largo tempo alvo de grandes ovações. E a apoteose de que foi alvo este nosso querido amigo, redobrou quando o senhor Henrique Sommer veio ao seu encontro e o abraçou visivelmente comovido. Todos compreenderam o significado daquele abraço que unia os recursos incalculáveis, o trabalho incansável de Henrique Sommer, director da Empresa, com a inteligência colossal de Rocha e Mello que, pela meticulosidade com que estudou o seu projecto em todos os detalhes e pela competência com dirigiu todos os trabalhos, é credor dos mais rasgados elogios, das mais profundas homenagens.³⁹⁴

Embora longa, esta transcrição reflete bem a comunhão ideológica existente entre Igreja e a ECL. Religiosidade e tecnologia surgem no discurso do Bispo de Leiria intimamente ligadas. Num período em que ainda não se haviam restabelecido os laços entre Igreja e Estado, a ordem dada pelo Bispo aos motores da Fábrica para que funcionassem «em nome de Deus e de Portugal», reflete bem a visão do prelado do moderno empreendimento tecnológico, como parte da missão de *Instaurare Lusitanum in Christo*.

Importa referir ainda a notícia do *Diário de Lisboa*, uma vez que a par do destaque dado à bênção dos motores pelo Bispo de Leiria, se salienta a qualidade do cimento que ali irá ser produzido recorrendo à transcrição do parecer dado pelo «eminente analista» Hans Kühl. Este é descrito como uma celebridade mundial na matéria que terá dado o veredito decisivo, citado na própria notícia:

Com as matérias primas enviadas, marga e calcário poderá ser fabricado um cimento *Portland* da melhor qualidade. satisfazendo amplamente a todas as exigências pelo facto da marna já por si só ser matéria prima suficiente para a fabricação dum bom cimento nacional. (...) As resistências que ultrapassam de muito as exigências do regulamento alemão. Os resultados obtidos num pequeno forno de Laboratório são sempre inferiores aos que pode fornecer um forno rotativo, de modo a que no caso presente podem os resultados ser considerados excelentes. (...) Numa palavra pode dizer-se que as análises e os ensaios são o suficiente para justificar a fundação da fábrica de cimentos, que pela qualidade das suas matérias primas deverá produzir um cimento de muito boa qualidade.³⁹⁵

³⁹⁴ Idem.

³⁹⁵ Cf. *Diário de Lisboa*, 5 de maio de 1923..., 5.

Relembro a importância deste relatório já referido no capítulo anterior, o segundo requerido ao Laboratório de Berlim dirigido por Hans Küll, essencial na tomada de decisão de construir a Fábrica naquele local. Uma vez, mais nesta notícia é destacada a importância desta nova fábrica para o ressurgimento da economia nacional.

Ironicamente, a inauguração foi apenas do funcionamento de todos os maquinismos no vazio. Naquele dia, não se produziu efetivamente cimento. Só cinco dias depois, a 8 de maio o engenheiro químico da *Polysius*, Mayor, chegou a Lisboa para orientar o acendimento do forno, tendo partido dois dias depois para Maceira.³⁹⁶ E só a 22 de maio de 1923, começou efetivamente a ser produzido cimento «Liz».³⁹⁷

2.3.2. Papa Pio XI autoriza «laboração contínua» da Fábrica (1924)

Em 1924, no ano seguinte à inauguração da fábrica, a ECL dirigiu um pedido à Igreja para autorizar a laboração aos Domingos e Dias Santificados. A exposição sobre o trabalho aos Domingos foi enviada ao Bispo de Leiria pelo próprio engenheiro Rocha e Mello.³⁹⁸ Refira-se que este não era um tema menor, pois a imposição da restrição era referida de forma explícita na *Rerum Novarum* de Leão XIII. Neste exaustivo requerimento, Rocha e Mello descreve que o tipo de tecnologia moderna utilizada naquela indústria implicava a laboração contínua para produção de cimento. Esta exigia a presença de um mínimo de dez operários, trabalhando aos Domingos e Dias Santificados. Como esta questão suscitava «dúvidas no espírito dos católicos praticantes sobre a sua legalidade», Rocha e Mello submeteu esta questão à apreciação do Bispo de Leiria.³⁹⁹ Questão que foi ainda acompanhada de uma pormenorizada descrição das nove secções da Fábrica, incluindo o tipo de serviços desempenhados por todos os seus trabalhadores. Por sua vez, o Bispo de Leiria expôs o pedido da ECL à apreciação do Papa Pio XI, que assumira o papado apenas dois anos antes. A exposição foi recebida em Roma a 19 de julho desse ano.⁴⁰⁰ Apenas seis dias depois, o Bispo de Leiria recebeu a resposta da Santa Sé, através do Cardeal Bisleti, sobre o requerimento da Fábrica de Cimentos de Maceira. O Papa Pio XI autorizava a Fábrica a organizar-se de modo a manter a laboração contínua. Como tal, «aos domingos e dias santos apenas 10 operários trabalhariam,

³⁹⁶ Cf. Pinto, *Caderno IIA*, s.p.

³⁹⁷ Cf. Pinto, *Caderno I*, 61.

³⁹⁸ Cf. «Exposição sobre o trabalho aos Domingos na Fábrica da Empresa de Cimentos de Leiria», em *Boletim da Diocese de Leiria*, nº 9, setembro 1924, Ano I, 230-234.

³⁹⁹ Idem, 233.

⁴⁰⁰ Idem, 233.

mantendo os maquinismos a funcionar». Fazia notar que estes funcionários «deveriam ir alternando de modo a poderem cumprir os seus deveres religiosos».⁴⁰¹

2.3.3. Entronização da Fábrica ao Sagrado Coração de Jesus (1927)

Quatro anos após a inauguração, reafirmou-se a forte ligação da Fábrica à Igreja Católica. Tratou-se de uma cerimónia religiosa com um forte significado simbólico: a “Entronização da Fábrica ao Sagrado Coração de Jesus”. Refira-se que a promoção do culto do Sagrado Coração de Jesus fazia parte do projeto de “restauração da ordem social cristã”, que teve redobrado impulso no papado de Pio XI, reconhecido pela sua insistência na “ação católica”.⁴⁰² A cerimónia, presidida mais uma vez pelo Bispo de Leiria, realizou-se a 19 de junho de 1927. Este foi o primeiro grande evento festivo oficial da Fábrica. Numa aparatosa cerimónia religiosa, foi rezado «O Acto da Consagração», oração que passou a ser proferida todos os anos no dia em que se comemorava aquela data - na realidade, tratava-se quase de um dia santificado, assinalado por uma cerimónia religiosa:

Acto da Consagração da Fábrica ao Sagrado Coração de Jesus (1927).

Sagrado Coração de Jesus e nosso divino salvador, a vossos pés prostrados, aqui vimos mais uma vez todos nós, operários, empregados, mestres, engenheiros e dirigentes desta empresa, renovar a consagração anual da fábrica e todo o seu pessoal ao vosso divino coração.

Vimos também agradecer-vos de uma maneira muito especial todos os benefícios que a vossa bondade nos tem dispensado e à empresa que servimos e pedir-vos que vos digneis continuar a abençoar toda esta família e a fábrica onde ganhamos o nosso pão.

Consagramos-vos também o nosso trabalho, as nossas alegrias e esperanças, bem como as tristezas e sofrimentos, pomos em vós também toda a nossa confiança, todos os nossos cuidados, principalmente os da nossa eterna salvação.

Prometeste senhor a Santa Margarida Maria, bênçãos especiais àqueles que venerassem a bendita imagem do vosso sagrado coração e as casas e famílias onde ela estivesse exposta desde que a vossa imagem entronizada nesta fábrica temos sentido bem os efeitos dessa bênção. Dignai-vos senhor continuar a derramar sobre esta empresa e sobre todas as suas empresas associadas e filiadas as vossas graças e permiti que todos aqui reunidos para vos honrar, possam um dia também, todos juntos louvar o vosso santo nome por toda a eternidade e cantar as infinitas misericórdias do vosso sacratíssimo coração. Assim seja.⁴⁰³

Para assistir aos festejos organizados pela ECL, amplamente difundidos através de um programa impresso, começaram a chegar à Gândara, às primeiras horas da manhã desse dia,

⁴⁰¹ Cf. «Inauguração da Capela da Fábrica de Cimentos-Liz – na Maceira», em *Boletim da Diocese de Leiria*, Ano VII, novembro-dezembro de 1930, nº 11 e 12, 313.

⁴⁰² Cf. Fontes, «Ação Católica...», 1994, 63.

⁴⁰³ *Acto da Consagração da Fábrica ao Sagrado Coração de Jesus em 1927*. Transcrição da cópia atualizada desta Oração, cedida em 2008, por Ana Lúcia Santos funcionária da Cimento Maceira e Pataias (CMP).

peessoas vindas nos mais diversos transportes. (Cf. Anexo 1. Fig. 17) Um comboio especial oriundo da capital transportou um grande número de convidados. Uma reportagem do jornal monárquico *Correio da Manhã*⁴⁰⁴ permitiu reconstituir aquele dia.⁴⁰⁵ A ECL organizou um cortejo de quase dois quilómetros integrado pelas entidades religiosas, militares e civis locais. Cortejo a que se juntaram os convidados vindos da capital. O cortejo foi recebido à entrada da Fábrica pela direção, trabalhadores e Orfeão da Fábrica. O Orfeão era regido naquele dia pelo padre Casimiro, assistente espiritual dos trabalhadores. Após o cortejo, iniciou-se uma Missa Campal a que assistiram cerca de seis milhares de pessoas, tendo sido celebrada junto ao morro de uma das pedreiras sob um sol fortíssimo.⁴⁰⁶ Note-se que nesta cerimónia religiosa, o Orfeão da Fábrica terá cantado a “Missa de Lourdes”.⁴⁰⁷

Neste dia da Entronização, a Fábrica, e a sua prometedora prosperidade, terá tido nas pessoas que ali acorreram um impacto simbólico semelhante ao do fenómeno de Fátima, ocorrido dez anos antes naquela diocese. A Fábrica era anunciada como um milagre, um milagre da técnica baseado em estudos científicos, é certo, mas dedicada ao Sagrado Coração de Jesus, como se os seus motores funcionassem para glória do divino e do transcendente. A celebração religiosa foi acolitada pelo engenheiro Rocha e Mello. No sermão proferido, foi dado relevo ao papel da Fábrica como elemento propulsor da economia nacional. Foi também mais uma vez realçada a união entre - o Capital, o Trabalho e a Ciência - que permitira o seu arranque apenas quatro anos antes. A representar o capital, estavam presentes, para além de Henrique Sommer, João Sommer Ribeiro, presidente da Assembleia Geral da ECL, e representaram o CPP Amadeu Mesquita e o engenheiro Jorge Simões.⁴⁰⁸

O altar para a missa elevava-se num pequeno montículo num largo espaço encerrado pelos guindastes das duas grandes pedreiras de calcário e margas. Vale a pena descrever a composição do cortejo que para lá se dirigiu a partir da Fábrica. À frente, iam cerca de trezentas e cinquenta

⁴⁰⁴ O *Correio da Manhã*, fora fundado em 1885 por Manuel Pinheiro Chagas. Em 1911 este órgão da imprensa monárquica foi extinto. Reaparecendo em 1921, dirigido por Aníbal Soares como uma das folhas oficiosas da Causa Monárquica. Em 1925, após a morte do seu diretor, o *Correio da Manhã* passaria a contar com a direção de Lopo Vaz de Sampaio e Melo. Apesar do apoio deste periódico à Ditadura Militar, viria a ser encerrado em agosto de 1928.

⁴⁰⁵ Cf. «Na Maceira Empresa de Cimentos de Leiria. Imponentes Festejos», *Correio da Manhã*, 23 de junho, 1927, em *Memorial*, Doc. nº119. AHFML.

⁴⁰⁶ Segundo a reportagem do *Correio da Manhã*, foi o Padre Augusto do Seminário de Leiria, quem celebrou esta cerimónia religiosa a 19 de junho de 1924.

⁴⁰⁷ Cf. ECL, *Programa dos Festejos da Entronização do Sagrado Coração de Jesus*, 19 de junho 1927, em *Memorial*, Doc. nº 76. AHFML. A evocação ao culto mariano de Lourdes foi desencadeada pelas aparições ocorridas a 11 de fevereiro de 1858, que por sua vez terá tido influência no processo de acreditação das aparições de Fátima.

⁴⁰⁸ Cf. «Consagração ao Sagrado Coração de Jesus da Fábrica de Operários da Empresa de Cimentos Liz, da Maceira, no dia 19 de junho de 1927», em *Boletim da Diocese de Leiria*, Ano IV, julho 1927, nº 7, 164.

crianças filhas dos operários, seguidas pelos operários e engenheiros, e, sob o pátio, o bispo D. José Alves Correia. Seguiam-nos os convidados vindos de Lisboa e a população das freguesias vizinhas. Destaque-se que quem segurava as varas do pátio eram os representantes da ECL, do CPP e do BNU. A Igreja conduzia simbolicamente os operários e funcionários, seguindo sustentada pela Indústria, pelo Capital e pela Ciência. Uma interpretação apressada do acontecimento poderá concluir que se tratava apenas de inserir a nova realidade industrial nas tradições religiosas características de um país conservador e católico. Mas importa lembrar o diagnóstico negativo, feito pelas autoridades religiosas das práticas dos portugueses, considerados como católicos nas estatísticas, mas com uma vivência que pouco tinha a ver com uma autêntica vida cristã, exigindo por isso a reconquista espiritual de Portugal. O cortejo não se destinava a demonstrar somente como a religião domesticava a modernidade dos maquinismos e capitais. Proclamava antes a chegada de uma nova vida cristã proporcionada pela tecnologia.

Após a bênção dos maquinismos, seguiu-se nova procissão com as trezentas e cinquenta crianças que durante a missa haviam feito a sua primeira comunhão.⁴⁰⁹ Este grande grupo de crianças de Maceira-Liz, deu, neste dia simbólico, o primeiro passo da preparação da sua educação religiosa. Elas seriam a segunda geração de operários que daria continuidade a uma vida católica organizada em torno da Fábrica.

De tarde, após uma minuciosa visita à Fábrica, realizou-se a cerimónia propriamente dita de “Entronização do Sagrado Coração de Jesus”, dirigida pelo Bispo. Segundo o jornalista do *Correio da Manhã*, um dos momentos mais significativos foi o gesto que exprimia o ideal de relação próxima entre o patrão e os operários. Henrique Sommer chamou Rocha e Mello, o Diretor Técnico, e Manuel Silva, o operário mais velho, abraçando-os, ao que se seguiu uma prolongada ovação. A cerimónia continuou com uma série de discursos, de Henrique Sommer, de Rocha e Mello, de Granger, de alguns operários, e ainda de várias figuras públicas da cidade de Leiria. Um operário da ECL falou em nome de todos os seus colegas do trabalho, agradecendo a festa organizada pela Direção, assegurando a «cooperação leal e disciplinada de todo o operariado da Fábrica».⁴¹⁰ O roteiro da cerimónia seguia assim à letra o guião ditado pela *Rerum Novarum*. A confirmá-lo, Rocha e Mello teceu um elogio ao trabalho, enaltecendo

as qualidades do saber e da disciplina do pessoal seu subordinado exortando-o ao cumprimento das suas obrigações, aconselha-o a não dar ouvido àqueles que numa propaganda deletéria e subversiva andam a falar ao operariado nos seus direitos, passando em silêncio os seus deveres.⁴¹¹

⁴⁰⁹ Idem.

⁴¹⁰ Cf. «Na Maceira Empresa de Cimentos de Leiria. Imponentes Festejos...», 1927.

⁴¹¹ Idem

O Diretor Técnico da Fábrica terminou a sua intervenção com uma sessão solene de distribuição de prémios aos alunos que se distinguiram nesse primeiro ano na “Escola Nocturna”. Os prémios entregues foram livros, um incentivo à frequência das aulas no ano letivo seguinte.

A Cerimónia prosseguiu com vários discursos e palestras, de entre os quais vale a pena destacar a intervenção de Maria Rita Antunes Guimarães,⁴¹² expondo um trabalho por si elaborado sobre o tema “O Coração de Jesus amigo dos operários.”⁴¹³ A presença de Maria Rita Antunes Guimarães nesta cerimónia parece confirmar a sua proximidade da ECL. Note-se que era a filha mais velha de João Antunes Guimarães, o médico católico do Porto que no ano seguinte integraria a Junta do Porto de Leixões, e que, dois anos depois, se tornaria Ministro do Comércio e Comunicações, funções fundamentais no sucesso futuro da fábrica como veremos no capítulo 4 desta tese dedicado à construção do porto de Leixões.

Também o Círculo Católico de Operários do Porto esteve presente, tendo um operário apresentado um exaustivo estudo, analisando detalhadamente o contexto político e social nacional.⁴¹⁴ Segundo o *Correio da Manhã*, terá aconselhado os colegas de Maceira-Liz a integrarem a religião cristã, demonstrando quão erradas eram as teorias bolchevistas, uma vez que haviam transformado uma Rússia opulenta e rica numa Rússia pobre e desmantelada, rematando com a ideia de que naquele período os operários russos morriam de fome.⁴¹⁵ Todos os oradores seguintes foram unânimes em reconhecer a necessidade de substituir a «falsa teoria de se fazer guerra ao capital», por uma outra que representasse a sua união em relação ao trabalho.

A presença de um operário do Círculo Católico do Porto, o primeiro a ser constituído em Portugal, em 1898, sete anos após a publicação da *Rerum Novarum*, demonstra bem a proximidade dos mentores da ECL da realidade desenvolvida pelo operariado católico. Durante os anos vinte, este organismo católico foi, não só o mais diligente, mas também o mais influente e com uma ação mais visível a nível nacional.⁴¹⁶

⁴¹² Maria Rita Miranda de Castro Antunes Guimarães (n. 1901) nascera no Porto, e era a filha mais velha de João Antunes Guimarães e de Cecília Rios de Miranda e Castro.

⁴¹³ Cf. «Consagração ao Sagrado Coração de Jesus...», 1927, 168.

⁴¹⁴ Tratou-se de José Teixeira Vilhena. Cf. «Consagração ao Sagrado Coração de Jesus...», 1927, 170.

⁴¹⁵ As referências à situação vivida na Rússia após a Revolução de 1917, na sequência da qual foi a fundada em Moscovo em março de 1919 da Internacional Comunista, a que foram aderindo gradualmente pequenos partidos operários por toda a Europa, era aqui dada como um exemplo do que não poderia acontecer em Portugal.

⁴¹⁶ Sobre esta matéria ver: Manuel Braga da Cruz, *As origens...*, 37. Citado por Paulo Fontes, «Catolicismo Social»..., 315. Segundo Braga da Cruz o movimento dos Círculos Católicos Operários em Portugal, esteve na origem de uma nova fase do movimento católico, assim como do entendimento da democracia cristã no país foi «a fase do “sindicalismo católico” anti-socialista e de intervenção especificamente social, não indo, porém, nesse âmbito além do assistencialismo e do mutualismo fundamentalmente reativas e premonitórias».

A sessão foi encerrada pelo Bispo de Leiria, dando vivas à pátria, à ECL, ao operariado e ao povo da região. Nesse mesmo dia, no lugar mais alto da Fábrica - o depósito de água - foi simbolicamente colocada uma enorme cruz em betão, profusamente iluminada com eletricidade, que à noite iluminou todo o recinto. Uma semana após esta cerimónia, a 26 de junho de 1927, realizou-se a primeira celebração oficial em Fátima, e, tal como a organizada pela ECL, foi celebrada pelo Bispo de Leiria.

Note-se que, segundo José Barreto, D. José Alves Correia assim como os restantes atores envolvidos no processo de acreditação das aparições, havia sido fervoroso monárquico, este era um dos pontos de proximidade com os atores que dirigiam Maceira-Liz. Este autor defende mesmo que, durante a Primeira República terá existido uma apropriação de Fátima pela facção monárquica legitimista e nacionalista.⁴¹⁷

O carácter isolado e inóspito do local geográfico onde foi construído este conjunto fabril e social - a Gândara - reforça a narrativa da construção da fábrica como um acontecimento milagroso. Ali foram implementados de raiz não só um conjunto fabril, mas toda uma micro-sociedade com os seus habitantes, infraestruturas, códigos de conduta, hierarquias e discursos simbólicos, que legitimavam e conferiram significado à apropriação do espaço que estava em curso. Para os atores que idealizaram este conjunto fabril, o lugar escolhido para a construção desta moderna Fábrica de Cimento era encarado como uma “ilha”, onde as grandes dificuldades enfrentadas apenas realçavam a grandiosidade da obra. Este espaço surge quase como um lugar mítico, de exceção, milagroso. Um lugar alternativo de ordem, harmonia e religiosidade, inserido num território português que era percebido pelos promotores da fábrica como caótico e necessitado de ser recristianizado. Este aspeto exemplar que a Fábrica irá transmitir das mais diversas formas ao longo do tempo, traduz um carácter utópico subjacente ao planeamento desta comunidade, que cresceu em torno de uma Fábrica de Cimento.

2.4. A Obra Social da Fábrica: Paternalismo, higienismo e catolicismo social (1920-1934)

O plano de Maceira-Liz foi concebido de modo faseado, não tendo sido desenhado num único gesto. A partir de alguns desenhos existentes datados do início dos anos trinta, pode compreender-se o processo de planeamento do bairro, construído como prolongamento da fábrica. Estes desenhos permitem entender duas coisas; primeiro, que tanto Rocha e Mello como Gastão Benjamim Pinto fizeram estudos sobre a sua organização e desenho; e segundo, que o Bairro foi

⁴¹⁷ Cf. Barreto, *Religião e...*, 42.

sendo desenhado em fases sucessivas, aproveitando por vezes caminhos já existentes, que acabaram por se tornar eixos estruturantes do plano final.⁴¹⁸

Face ao contexto nacional vivido em 1919, ano em que foi constituída a ECL, compreende-se a forma que a empresa encontrou para fidelizar e fixar os trabalhadores contratados que ali se iriam especializar. Para além da grave crise provocada pela Primeira Guerra Mundial, o espectro do comunismo pairava sobre a Europa. Após a Revolução Russa de 1917, em março de 1919, sete meses antes da constituição da ECL, fora fundada a Internacional Comunista, cuja ação mobilizadora do operariado inquietava o patronato. No estudo pioneiro realizado por César Oliveira acerca do impacto desta Revolução na imprensa portuguesa, o autor defende que a postura da burguesia capitalista face a esta insurreição proletária que viria a assombrar os anos vinte do século XX, foi apostar na «propaganda anticomunista contra-revolucionária».⁴¹⁹ Ao longo desta investigação, verificou-se que esse foi precisamente um dos pontos constantes dos discursos proferidos pela Direção da ECL ao operariado nas celebrações e festejos ao longo dos anos vinte e trinta.

No ano em que se constituiu a ECL, verificaram-se sucessivas greves gerais na CUF, no Barreiro, e no ano seguinte, a Confederação Geral do Trabalho convocaria todo o operariado nacional a uma greve geral de 24 horas, dia 30 de agosto, na sequência do assalto ao jornal *A Batalha* e à Federação da Construção Civil.⁴²⁰ Perante esta instabilidade no mundo do trabalho, em Maceira, a ECL propunha uma alternativa a estes conflitos, seguindo os preceitos da *Rerum Novarum*: foi gradualmente criando todo um conjunto de benefícios de apoio ao operariado, que, por seu lado, teria de se comprometer a cumprir a regulamentação, que gradualmente ia sendo imposta pela empresa.

Note-se que foi exatamente em 1920 que ocorreu a única greve mencionada nos cadernos do administrador Gastão B. Pinto. Deu-se a 15 de novembro e o motivo foi o não pagamento das horas extraordinárias.⁴²¹ Embora a greve só tenha durado um dia, este aviso terá sido suficiente para a Direção equacionar formas alternativas de evitar futuros confrontos ou revoltas. Constatou-se que, ao longo dos anos seguintes, a empresa vai organizar-se de modo a controlar todo e qualquer ímpeto de contestação por parte dos seus operários, usando para tal as mais diversas medidas. Para além de serem criados postos de trabalho, a empresa disponibilizava a cada operário e respetiva

⁴¹⁸ Cf. Bolas, «A “Monarquia...”, 138.

⁴¹⁹ Cf. César Oliveira, «A Revolução Russa na imprensa portuguesa da época», *Análise Social*, X, nº4 (1973), 796.

⁴²⁰ Cf. Maria Filomena Mónica, *Artesãos e Operários. Indústria, Capitalismo e Classe Operária em Portugal (1870-1934)*, (Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986), 112.

⁴²¹ Cf. Pinto, *Caderno IIA*, s.p.

família um espaço para habitar e ainda uma área de terreno destinada a cultivar uma pequena horta individual. Estas eram medidas de carácter vincadamente paternalista.⁴²² A ECL foi gradualmente implementando todo um conjunto de medidas sociais de enquadramento do operariado.

Num primeiro momento, as várias medidas assistenciais, religiosas e recreativas foram sendo implementadas em edifícios de carácter provisório ou em espaços polivalentes, todos eles dentro do recinto da Fábrica. Num segundo momento, a seguir ao início da construção do alojamento operários em 1925, começaram gradualmente a ser construídos equipamentos definitivos integrados na malha urbana do bairro que ia crescendo a partir da fábrica. O primeiro foi a Escola em 1928, a seguir, a Cantina de Consumo em 1929, em 1930, foi a Capela, em 1931, o Restaurante, em 1932, o Balneário, a Barbearia, pistas de atletismo e campos de jogos, e em 1934, a Casa de Pessoal. Em 1936, a Colónia de Férias em S. Marinho do Porto. E em 1939, um segundo Edifício Escolar, um Posto Médico e um Parque Urbano com um Coreto.

2.4.1. Planeamento: o modelo da Colónia Alemã

Na construção do conjunto fabril e social de Maceira Liz não foram apenas máquinas e tecnologia a ser importadas da Alemanha para a Gândara. As influências de modelos industrialistas alemães, que preconizavam a integração harmoniosa da dimensão social na ordem produtiva industrial, dotando a unidade produtiva de um Bairro Operário (*Colónia*, no caso alemão), são notórias em Maceira Liz. No planeamento do Bairro, o programa é idêntico ao das colónias alemãs tanto na tipologia das habitações como nos equipamentos construídos. As colónias construídas pelos Krupp foram um dos modelos paternalistas mais copiados e amplamente difundidos na indústria europeia do final do século XIX. As colónias operárias funcionavam como pequenos «Estados» dentro do Estado.⁴²³

Segundo o professor de engenharia civil de Darmstadt Karl Esselborn,⁴²⁴ cuja obra Rocha e Mello lera com atenção, sublinhando várias passagens, a construção de habitação individual na Alemanha do imediato pós-guerra e durante os anos vinte inspirou-se no modelo da «colónia

⁴²² O paternalismo foi amplamente estudado no contexto da proto-industrialização e consequente transformação das estruturas familiares, por diversos autores. Cf. Segalen, «A revolução industrial...», Vol. 4, 1999.

⁴²³ Cf. Julián Sobrino Simal, «Sesenta y cinco años que suman dos siglos (1900-1965): la arquitectura industrial en la construcción de la ciudad», em *Arquitectura e Indústria Modernas 1900-1965*, Segundo Seminário DOCOMOMO Ibérico (Sevilla del 11 al 13 de noviembre 1999), 75.

⁴²⁴ Karl Esselborn (1879-1940) foi um engenheiro civil, mestre e professor alemão.

operária».⁴²⁵ Este autor explica que haviam sido as grandes empresas industriais privadas a reconhecer nas últimas décadas do século XIX a necessidade de resolver as difíceis condições de vida das populações que afluíam às zonas industriais recém-formadas. Segundo Esselborn, e num discurso que nos é agora familiar, tanto o patrão como os operários tinham interesses que convergiam. O primeiro pretendia encontrar estabilidade, fidelizando os seus trabalhadores à Fábrica; os segundos, queriam encontrar segurança económica e obter melhores condições de vida.⁴²⁶ Os modelos de alojamento operário mais copiados teriam sido as colónias da Empresa Krupp, em Essen, que já desde os anos 70 do século XIX investira na construção de pequenas habitações para os seus operários, fixando-os em colónias próprias. Em 1892, viviam 90 000 pessoas que trabalhavam nas Fábricas do Grupo, 15 000 em casas próprias e 20 000 em casas dos Krupp.

O modelo de planificação de Maceira-Liz apresenta nítidas semelhanças com o protótipo da colónia alemã descrito na obra de Esselborn. No segundo volume do seu *Tratado Geral da Construção*, este autor descreve minuciosamente o processo de planeamento de uma colónia.⁴²⁷ Este devia obedecer a um esquema de criação de tipos de habitação, os quais, por sua vez, deviam corresponder a diferentes necessidades, por exemplo, o número de filhos por casal a que se destinavam. Também os critérios estéticos deviam prever a criação de diferentes estilos de casas, de modo a quebrar a monotonia dos conjuntos edificados. Os diferentes estilos tinham ainda a função de hierarquizar a habitação. Apesar das vantagens da casa individual, era aconselhável que cada casa fizesse parte de um conjunto, que podia ser de duas, seis ou oito casas, conservando sempre o princípio da casa unifamiliar. São também explicadas as vantagens das casas construídas em banda: conservavam melhor o calor através de paredes comuns e a sua manutenção era mais fácil que a de casas isoladas. Além disso, a sua construção era mais barata. Era ainda aconselhado a construção de um edifício tipo dormitório para os operários solteiros e os pupilos ou aprendizes, provido de uma cozinha comunitária. Cada casa teria apenas uma retrete, já que o banho seria tomado num edifício comum, o Balneário, que devia ser associado a uma piscina e ainda um a espaço público para a prática de desportos e ginástica. O conjunto devia ainda ser dotado de uma Igreja, e de uma Casa Social da Administração - com sala de reunião e biblioteca. Estes dois edifícios constituíam o centro cultural da colónia. Devia ainda ser construída uma Escola, algumas

⁴²⁵ Refira-se que existe um exemplar desta obra no AHFML, com várias passagens sublinhadas, que terá pertencido ao engenheiro Rocha e Mello. Cf. Carlos Esselborn, *Tratado General de Construcción*, Vol. II, (Buenos Aires: Ed. Gustavo Gili, 1928), 574-583

⁴²⁶ Cf. Esselborn, *Tratado General...*

⁴²⁷ Idem

lojas de comércio para os bens essenciais, um Sanatório e um Cemitério. Era imprescindível que o colono pudesse criar animais domésticos e cultivar uma pequena horta, para que pudesse melhorar a sua alimentação.⁴²⁸ Com exceção do Cemitério e do Sanatório, Maceira-Liz foi dotada de todos os equipamentos, serviços e práticas previstos por Esselborn para as colônias alemãs.⁴²⁹

Quanto ao traçado do plano da colônia, Esselborn descreve um conjunto de regras a seguir aquando do seu desenho. Em relação às ruas que deveriam ser numeradas, estas deviam incluir todas as infraestruturas básicas, nomeadamente os traçados da instalação das canalizações de água e gás e ainda dos cabos elétricos. Em relação aos passeios, era indicada a sua largura, que variava em função da inclusão ou não de árvores. Em relação ao desenho e dimensão do lote de cada habitação, era dada importância à existência de um jardim individual. Era ainda indicada a orientação solar mais aconselhável das habitações.⁴³⁰

Embora na documentação consultada não exista nenhuma referência inequívoca em relação à utilização da obra de Esselborn como base para o planeamento do Bairro da Fábrica de Maceira-Liz, não deixa de haver semelhanças notáveis entre os princípios defendidos por este autor e os que nortearam o planeamento do Bairro da Fábrica. Refira-se sobretudo a organização da habitação com pequenos jardins individuais, a numeração das ruas, os passeios arborizados e o tipo de equipamentos sociais que, a partir de 1928, começaram ali a ser construídos. Faz-se em seguida uma descrição detalhada desses equipamentos, destacando como estes sustentaram o modelo social de Maceira Liz, destinado a reproduzir na Gândara uma comunidade católica exemplar.

2.4.1.1. Alojamento: Família

A questão do alojamento foi um dos principais problemas a resolver logo que a fábrica começou a ser construída. As primeiras formas de alojamento para acomodar os trabalhadores que iam chegando ao local começaram a ser construídas pela empresa a partir de 1920, nas imediações do sítio onde se iria erigir a fábrica. Tal como aconteceu em muitas empresas europeias no final do século XIX, eram casas de madeira, construídas pela fábrica. Esta foi a primeira resposta ao alojamento operário, precária, é certo, mas gratuita; para além do alojamento, a empresa atribuía a cada trabalhador um talhão de terreno, no qual podiam cultivar bens essenciais ao seu sustento,

⁴²⁸ Idem.

⁴²⁹ Tendo o Bairro sido construído próximo da povoação de Maceira onde existia um cemitério, tal equipamento não foi construído. Também um sanatório não foi ali construído, mas existem várias referências nas fontes consultadas a idas de operários para o Sanatório do Caramulo. Em relação à piscina, esta viria a ser construída no bairro, mas já na década de sessenta, tendo sido inaugurada a 3 de maio de 1965. Cf. Pinto, *Caderno V*, 1158.

⁴³⁰ Cf. Esselborn, *Tratado General...*

prática comum ao tipo de medidas paternalistas do século XIX. Este conjunto, que foi o primeiro “bairro” da fábrica, foi chamado “A Ilha da Madeira” e existiu pelo menos até aos anos 40.⁴³¹

Quanto ao alojamento dos primeiros engenheiros, a empresa proporcionou apoio no aluguer de casas já existentes nas várias povoações contíguas à fábrica, até estes e as respetivas famílias irem sendo definitivamente alojados no Bairro que foi sendo construído.

Quanto aos primeiros alojamentos construídos com carácter permanente no Bairro, tratava-se de um conjunto de seis habitações geminadas, destinado aos engenheiros e técnicos que estiveram envolvidos no início da construção da fábrica, as chamadas “Casas dos Mestres”. A sua construção é imediatamente contígua ao conjunto fabril. Embora não se consiga perceber a data de construção, o mais provável é que tenham sido edificadas aquando do Laboratório (entre 1922 e 1923), ainda pela empresa alemã CAG. As semelhanças da linguagem arquitetónica destas habitações, de nítida influência alemã, com as do edifício do Laboratório são notórias.⁴³²

As primeiras casas do bairro para operários, denominado Bairro do Pessoal, foram iniciadas pela ECL em agosto de 1925 e concluídas em fevereiro de 1926. Tratava-se de um conjunto de seis habitações em banda, possuindo um pequeno jardim na parte da frente e um logradouro murado na parte posterior. Construtivamente, estas primeiras habitações introduziram duas inovações: eram construídas com blocos de betão (não armado),⁴³³ e tinham cobertura plana. Face aos problemas da execução deste tipo de cobertura, num período em que os betuminosos e impermeabilizações estavam ainda numa fase experimental, recorreu-se posteriormente, nas habitações executadas, à tradicional cobertura inclinada revestida a telha.

Estas primeiras casas foram implantadas na continuidade das Casas dos Mestres. Para marcar a clara distinção entre elas, já evidenciada pela diferença significativa de área que cada uma das duas tipologias de alojamento ocupava, as Casas dos Mestres eram envolvidas por um vasto jardim vedado, e a separá-las das primeiras casas destinadas aos operários existia um considerável

⁴³¹ A leitura do nome de «ilha» sugere duas hipóteses. A primeira poderá estar associada ao isolamento do local em relação ao território envolvente. A segunda hipótese poderá ter a ver com a origem dos trabalhadores na sua maioria oriundos do Norte do país, já que “Ilha” no Porto era o nome que se dava nesta altura aos conjuntos de alojamento operário, e este bairro poderá ter sido assim denominado pela população do norte que ali se instalou. Cf. Bolas, «A “Monarquia...”, 42-43.

⁴³² Existem desenhos, fornecidos pela CAG, de dois projetos tipo destinados às chamadas “Casas dos Mestres”, das quais restam apenas os alçados. Estes desenhos-tipo, datados de 1890, embora não correspondam exatamente ao projeto das primeiras casas que foram construídas, têm uma linguagem semelhante, e são nítidas as influências exercidas nos projetos das casas, que foram efetivamente concebidas para os engenheiros de Maceira-Liz. Estes desenhos em papel opaco consultados encontram-se em bastante mau estado no AHFML. Cf. Bolas, *A “Monarquia...”, 46-47.*

⁴³³ Cf. «Construção Civil e Trabalhos de *beton armado*. A Sociedade de Engenharia ERG Limitada», *Indústria Portuguesa*, nº4, junho, (1928), 34.

espaço ajardinado.⁴³⁴ Este espaço era cortado por uma barreira física, uma das linhas de caminho-de-ferro do serviço interno da fábrica. Logo neste primeiro momento, é transposta a bem marcada hierarquia existente na fábrica para a organização espacial do alojamento dos seus funcionários.

Quanto à decisão tomada pela ECL de construir o Bairro na área imediatamente contígua à fábrica, esta enquadra-se num tipo de gestão paternalista.⁴³⁵ A própria decisão de construir o bairro atenuou um conjunto de fatores que poderiam ter colocado em perigo a desejada estabilidade das relações entre chefias e operariado. Um dos principais benefícios que a empresa via nesta medida era que, dada a proximidade entre a casa e o trabalho, seria minorado o tempo gasto naquela deslocação. Este posicionamento do alojamento relativamente à fábrica permitia ainda uma melhor vigilância do comportamento dos operários. Por último, o vínculo criado com a ECL através da cedência gratuita de uma casa garantia a fidelização dos trabalhadores à empresa.⁴³⁶ No início da década de trinta Gastão B. Pinto citaria, o Decreto-Lei de 1927, cujos princípios coincidiam com os do Bairro já iniciado:

Considerando em muitas empresas agrícolas e industriais, individuais ou colectivas, se procura melhorar o bem-estar do pessoal nelas empregado, concede-lhe, como regalia, casa de habitação; considerando que esta regalia, fazendo parte do contrato de trabalho, apenas pode ser usufruída enquanto dure aquele contrato. (...) Não considera abrangidas pelas disposições de quaisquer diplomas que regulam o contrato de arrendamento de prédios urbanos as concessões de habitação feitas pelas empresas agrícolas e industriais individuais ou colectivas, ao pessoal nelas empregado.⁴³⁷

Ainda em relação ao tipo de alojamento construído pela ECL, numa primeira fase, este assumiu formas de organização, que condicionavam o comportamento dos seus habitantes, nomeadamente através do incentivo à vigilância a exercer entre os próprios trabalhadores de escalões diferentes. Foi ali feita a transposição da hierarquia da linha de fabrico para a própria

⁴³⁴ Estas casas que ainda existem e são habitadas, passaram, entretanto, a ser designadas: Casas dos Engenheiros.

⁴³⁵ Segundo Michelle Perrot, o paternalismo terá sido o primeiro sistema de relações industriais a estabilizar o núcleo operário. Supunha «pelo menos, três elementos, residência no local, linguagem e práticas do tipo familiar (o patrão é o pai dos operários e a empresa é uma grande família cuja falência seria a morte), e aceitação operária. Quebrado este consenso o sistema desabaria. Quanto à família, ela terá sido o sistema económico de gestão que a revolução industrial utilizou, reforçando o seu papel. Instalada a Fábrica, o mais perto possível de mão de obra, era utilizada e remunerada toda a família, o que resolvia os problemas de disciplina. O patrão e a esposa davam o exemplo, associavam-se ao pessoal através das festas de família que organizavam. A cedência de uma horta era um recurso utilizado que funcionava como complemento ao salário do operário. A função primordial da mulher era a maternidade, cuidar das crianças e o trabalho doméstico. Cf. Michelle Perrot, «Funções da Família...», 108-111.

⁴³⁶ Segundo Martine Segalen, na industrialização dos meios rurais, o patronato fomentava o prolongamento das estruturas familiares tradicionais, conseguindo assim conservar a interdependência entre gerações. O que se irá verificar em Maceira-Liz, atualmente ainda existem na Fábrica trabalhadores que pertencem à quarta geração. Cf. Segalen, «A revolução industrial...», Vol. 4, 17-23

⁴³⁷ Cf. Decreto-Lei, nº 13 980, *Diário do Governo*, nº 157, 1ª série, 25 de julho de 1927. Presidente do Ministério A. Óscar de F. Carmona. Ministério da Justiça e Cultos. Ministro António Maria de Bettencourt Rodrigues.

relação entre as habitações. Assim, os capatazes que eram responsáveis pela coordenação dos trabalhos de um determinado sector na fábrica viviam nas duas casas maiores dos conjuntos construídos em banda, assumindo o mesmo tipo de papel controlador em relação à vida doméstica dos operários que viviam nas casas mais pequenas: estas ficavam encaixadas entre as duas extremidades onde aqueles habitavam.⁴³⁸ Esta hierarquia da habitação no Bairro de Maceira-Liz, passou ainda pela construção de um conjunto de casas geminadas de dois pisos, destinadas aos capatazes.

Neste tipo de conjunto vincadamente paternalista, a casa do Diretor assumia a importância simbólica da afirmação do poder hierárquico. Normalmente, surgia isolada relativamente ao bairro e de preferência num lugar de destaque, que permitisse reconhecer a sua supremacia em relação à estrutura hierárquica do conjunto. Em Maceira-Liz, como o terreno onde se situa o Bairro e a Fábrica é plano, esta habitação foi construída a alguns metros de distância do conjunto, envolvida por um vasto jardim.⁴³⁹ Entre a casa do Diretor Técnico e o Bairro, fora construída a Capela e o respetivo adro: note-se que a Capela remata o eixo estruturante do Bairro, ao longo do qual foram construídos os principais equipamentos.

Até ao ano de 1929 existiam 17 casas no bairro. No ano seguinte, foi decidido construir mais 17 casas, um edifício para os técnicos qualificados solteiros, designado “Pavilhão I”; e um outro edifício para os operários solteiros, cuja designação foi “Caserna I”. Em 1931, foi criado e aprovado um Regulamento para o Bairro.⁴⁴⁰ Em 1934, existiam já 47 casas no bairro (231 pessoas), e viviam nas imediações da fábrica cerca de 100 famílias de trabalhadores, num total de 503 moradores dispersos por diversos tipos de alojamento.⁴⁴¹ Destes números conclui-se que, apesar do planeamento cuidado do alojamento dos trabalhadores, a empresa não conseguia cobrir todas as necessidades.

Cinco anos depois, em 1939 foram inaugurados dois novos bairros nas imediações da Fábrica. Um na Pocariça e outro em Maceirinha. Tanto a tipologia das habitações como a organização do espaço onde viriam a ser construídas implicou um escalonamento que mais uma

⁴³⁸ Cf. Pombo, *A “Indústria Social”*..., 75.

⁴³⁹ A casa do Diretor Técnico da Fábrica, Rocha e Mello foi concluída em 1932. Nesse ano, a sua família passou a ocupar esta casa que foi designada Casa nº 1. Cf. Bolas, «A “Monarquia...”, 126-127.

⁴⁴⁰ Ao longo da pesquisa do AHFML, não encontrei este documento, apenas encontrei um registo de Gastão B. Pinto que menciona a sua criação e aprovação a 30 de junho de 1931. Cf. Pinto, *Caderno II*..., 295. Acerca das normas do Bairro, Pedro Pombo menciona a existência de um regulamento disciplinar que teria de ser assinado pelos operários que viessem a residir nas habitações construídas pela empresa. Porém, ao longo da pesquisa do AHFML, não encontrei este documento. Cf. Pombo, *A “Indústria Social”*..., 70.

⁴⁴¹ Fora do Bairro, haviam sido construídas 17 casas e uma outra Caserna. O número de barracas de madeira era de 32 e as casas alugadas pela empresa 4. Cf. Pinto, *Caderno II*..., 363.

vez diferenciava o tipo de trabalhador a que cada Bairro se destinava. Em Maceirinha as habitações eram organizadas em “U” e destinavam-se a operários menos qualificados e supostamente mais indisciplinados. Na Pocariça as habitações eram individuais com tipologias com maior número de quartos que em Maceirinha, e destinavam-se a quadros intermédios da fábrica. Mas como a construção destes bairros não fora suficiente para alojar todos os trabalhadores, continuando alguns a ter de continuar a viver nas barracas de madeira iniciais, a Direção decidiu, em março de 1939, passar a pagar subsídios de aluguer de rendas de casa. No ano seguinte, a empresa iniciou a concessão de empréstimos caucionados aos trabalhadores para a construção de casa própria. Eram ainda cedidos pela empresa, gratuitamente, projetos-tipo.⁴⁴²

2.4.1.2. Infraestruturas de apoio: Bairro

Como referido no capítulo 2, em agosto de 1921, o professor do IST Ernest Fleury voltou a ser contactado pela ECL para analisar a água de um poço existente no sítio da Pocariça para consumo da população já ali instalada. Foi entretanto encomendado um projeto de um Depósito de Água para abastecer a população e a Fábrica, obra que foi concluída a 16 de dezembro de 1924.⁴⁴³ Para iniciar a construção das primeiras obras após o período em que a CAG colaborou com a ECL, foram consultadas cinco empresas portuguesas.⁴⁴⁴ A empresa escolhida para realizar esta obra foi a Sociedade de Engenharia ERG Lda. (SEE).⁴⁴⁵ Um artigo na revista *Indústria Portuguesa*, datado de junho de 1928, descreve esta obra de engenharia, uma das primeiras obras construída por aquela empresa a pedido da ECL em Maceira-Liz, e concluída em apenas 15 semanas. Este reservatório sobrelevado, sobre torre de cimento armado, tinha capacidade total de 160 m³ e, com 33 metros de altura, tratava-se do reservatório de água mais alto existente em Portugal até então. Segundo o artigo, seria em altura aproximadamente igual ao elevador de Santa Justa.⁴⁴⁶

⁴⁴² Cf. Bolas, «A “Monarquia de ...”, 2009.

⁴⁴³ Cf. Pinto, *Caderno II A*, s.p.

⁴⁴⁴ O concurso para a construção do depósito de água foi lançado a 12 de maio de 1924, após a apreciação das propostas a 9 de junho foi escolhida a SEE. As outras quatro empresas foram: a Empresa gerida pelo engenheiro Vergílio Preto especialista em obras de betão armado, a Empresa Lusa de Comercio e Indústria, a Companhia Geral de Construções, e a Empresa Construtora Portuguesa. A obra começou a 7 de agosto desse ano.

⁴⁴⁵ A Sociedade de Engenharia ERG (SEE) fora fundada em 1920 com o objetivo de dedicar-se a trabalhos de construção civil. Os escritórios da empresa eram na Rua da Boa Vista, 152, 1º em Lisboa, e os seus armazéns em Alcântara. Segundo o artigo «Construção Civil e Trabalhos de *beton* armado...», 1928, 32, «(...) é principalmente pelas obras em *beton* e *beton armado* que tem construído, que esta firma tem conquistado renome». Esta empresa encontrava-se já apetrechada com máquinas e ferramentas modernas, destacando-se a realização mecânica de todo o trabalho de preparação do ferro para armaduras. Possuía ainda uma máquina para fabrico de blocos de betão, uma máquina para fabrico de placas para tabiques e vedações e uma máquina que fabricava tubos de betão, para canalizações de água e esgotos. O pessoal com quem trabalhava era especializado nas diferentes operações, como carpinteiros de cofragens, operários “cimenteiros”, preparadores de armaduras, etc.

⁴⁴⁶ Cf. «Construção Civil...», 1928, 34.

Em relação ao fornecimento de energia elétrica, a primeira resposta foi obtida através de geradores. Quanto à instalação da rede elétrica, foi através da empresa local de Manuel da Silva Lebre que aquela terá começado a ser instalada, em junho de 1924.⁴⁴⁷ A partir de 1929, a empresa passou a ceder energia elétrica às habitações dos trabalhadores.⁴⁴⁸

Em 1925, foi construída a primeira fossa biológica na fábrica, assim como canalizações e esgotos para as retretes dos trabalhadores no recinto da fábrica. Seis anos depois, em abril de 1931, foi decidido construir os esgotos e a respetiva fossa biológica do Bairro. Três anos depois, foi realizado o Estudo Geral do Saneamento Básico do conjunto de Maceira-Liz. Apesar de se terem vindo a fazer ao longo do tempo fossas biológicas para os vários conjuntos de casas e para os edifícios da Fábrica, era necessário fazer um estudo global que criasse uma rede geral de saneamento do conjunto construído. A 26 de junho, visitou a fábrica um representante da Direção Geral de Saúde,⁴⁴⁹ sendo o objetivo da visita conhecer o tipo de saneamento da rede de esgotos ali existente, assim como verificar se ali existia um sistema de purificação da água para consumo. Em outubro de 1934, foi realizado um «Estudo de Trabalho de Saneamento», com o intuito de melhorar as condições de salubridade da região em torno da fábrica.⁴⁵⁰

Os sistemas de comunicação com o exterior foram outra das prioridades da empresa. Em abril de 1922, já existia um posto de correios da Fábrica, e dois anos depois, passou a existir uma Caixa Postal na entrada principal da Fábrica.⁴⁵¹ Em 1929, foi construído um edifício para uma Estação Telefone-Postal, o que melhorou significativamente a comunicação daquele lugar com o exterior.⁴⁵² Esta Estação foi classificada, no novo Plano da Administração Geral dos Correios e Telégrafos, que, entretanto, fora instituído pelo Estado, como de 4ª classe. Foi com a inauguração deste equipamento que a designação oficial daquele espaço urbanizado, que começava a crescer em torno da fábrica, passou a ser «Maceira-Liz».⁴⁵³ Em julho de 1932, este serviço que até então

⁴⁴⁷ Cf. Pinto, *Caderno I*, 115.

⁴⁴⁸ Desde agosto de 1929, que a energia elétrica cedida ao pessoal dividia-se em dois períodos distintos e duas tipologias. De outubro a março, as casas com 4 divisões, tinham direito a 12 kW; e de abril a setembro a 7 kW. De outubro a março as casas com mais de 4 divisões, tinham direito 14 kW; e de abril a setembro a 9 kW. Cf. Pinto, *Caderno I*, 249.

⁴⁴⁹ Tratou-se do Dr. Bernardino Pinho.

⁴⁵⁰ Cf. Pinto, *Caderno II*, 424.

⁴⁵¹ Cf. Pinto, *Caderno I*, 83.

⁴⁵² A instalação deste edifício e da linha de Leiria até Maceira-Liz, custou à ECL 31 243\$39. Cf. ECL *Conjunto de folhas...*, s.p.

⁴⁵³ Maceira-Liz passou a ser a designação oficial do lugar conhecido como Gândara, onde fora construído a Fábrica e o Bairro do Pessoal da ECL. Esta designação foi adotada pela Administração Geral dos Correios e telégrafos, ao criar a estação Telefone-Postal de «Maceira-Liz», que viria a ser instalada num edifício que incluía a casa de habitação do Chefe da Estação e sua família, entretanto construídos pela empresa Cf. Oliveira, *A indústria...*, Vol.1, 202

apenas existia na Fábrica, foi disponibilizado à comunidade local, deixando de ser exclusivamente usado por trabalhadores da ECL.⁴⁵⁴ Nesse ano, a fábrica foi assim responsável pela instituição de um serviço ao público, que até então era apenas prestado aos seus trabalhadores. Entretanto, em 1932, as casas do bairro passaram a ter ligação telefónica entre si, através da rede telefónica da fábrica.⁴⁵⁵

Para além da água, esgotos, eletricidade e acesso à rede telefónica, os trabalhadores que habitavam o bairro, usufruíam de um amplo parque verde com um coreto.

2.4.1.3. Infraestruturas de Apoio: Freguesia e Distrito

Logo que começaram as obras da construção da fábrica em 1920, as primeiras infraestruturas realizadas, para além da abertura do ramal de caminho de ferro que ligava a Fábrica à linha do Oeste em Martingança, foram precisamente as estradas e caminhos de acesso à rede viária existente. Ainda em 1924, foi fornecido pela ECL à Câmara de Leiria brita e saibro suficientes para a reparação da estrada Leiria-Maceira, dado o seu mau estado.⁴⁵⁶ Há várias referências, ao longo dos anos, às relações estabelecidas entre a fábrica, a Câmara de Leiria e o Estado relativamente à infraestruturização do território envolvente. Veja-se a título de exemplo que, em janeiro de 1927, a Direção da fábrica enviou um requerimento ao Ministro do Comércio e Comunicações, Júlio César de Carvalho Teixeira, com um Plano de Acabamento e Reparações das Estradas da Região da Leiria, elaborado por Rocha e Mello.⁴⁵⁷

A ação filantrópica da Fábrica para com o município de Leiria inicia-se cedo. Segundo Gastão B. Pinto, em agosto de 1926 foi estabelecido pela empresa o pagamento de uma taxa de 1\$00 por cada pessoa que visitasse a Fábrica, «revertendo esse valor a favor do Hospital de Leiria».⁴⁵⁸

Em 1933, a ECL construiu o edifício de uma escola primária no lugar do Arnal, situado muito próximo de Maceira-Liz. Escola que há muito era pedida pela população da Freguesia de Maceira ao Estado. A 12 de novembro de 1933, foi inaugurada com grande aparato oficial pelo Governador Civil de Leiria. Na notícia publicada pelo *Diário da Manhã* esta é designada como uma “obra do Estado Novo”, apesar de o edifício ter sido financiado por Henrique Sommer.⁴⁵⁹

⁴⁵⁴ Cf. Pinto, *Caderno I*, 213-214.

⁴⁵⁵ Cf. ECL, Ordem de Serviço nº61 de 6 de outubro de 1932. AHFML; Pinto, *Caderno I*, 287.

⁴⁵⁶ Cf. Gastão B. Pinto, *Relatório da Gerência de 1924*, 1924. AHFML.

⁴⁵⁷ Cf. Pinto, *Caderno II A*, s.p.

⁴⁵⁸ Idem.

⁴⁵⁹ Cf. «A obra do Estado Novo. O Governador Civil de Leiria preside à inauguração de um edifício escolar», *Diário da Manhã*, 17 de novembro de 1933, em *Memorial*, Doc. nº299. AHFML.

Nesta cerimónia pública, segundo o Presidente da Câmara Municipal de Leiria, o Capitão Pereira Pascoal, desde que a Fábrica de Maceira-Liz fora inaugurada que Henrique Sommer contribuía anualmente com o valor de 120 contos para o orçamento do município, o que permitia que a sua gestão fosse muito mais confortável.⁴⁶⁰

No ano seguinte, uma portaria do Ministério da Instrução, datada de 23 de janeiro, louvava a ECL pelo «muito interesse que lhe merecia a instrução pública». Era destacado o desconto de 50% no cimento «Liz» feito pela empresa em favor do Estado nas obras da construção do Liceu Rodrigues Lobo de Leiria.⁴⁶¹

Quanto ao traçado e construção da estrada projetada para ligar Maceira-Liz à Marinha Grande ao longo dos anos, este foi sendo adiado ao longo do tempo. A partir de 1938, foram realizados projetos assinados pela Câmara de Leiria, e contra-projetos por Rocha e Mello, com novos traçados alternativos, que afastavam esta ligação viária o mais possível do Bairro da Fábrica.⁴⁶² A estrada acabou por ser contruída já nos anos sessenta, quando Rocha e Mello já saíra de Maceira-Liz.⁴⁶³

2.4.2. Ensino: O modelo das *Écoles Gardiennes* belgas em Maceira-Liz (1928)

Para além da habitação dos trabalhadores, uma das principais preocupações da Direção da ECL foi, logo desde o início, a instrução do operariado.

Segundo Gastão B. Pinto, o modelo do sistema de ensino adotado pela ECL terá sido inspirado em informações recolhidas por Henrique Sommer aquando de uma viagem à Bélgica⁴⁶⁴ – país de referência também para a produção de cimento e onde decorreu em 1930 o I Congresso Internacional de Betão Armado.

A partir de uma análise historiográfica dos modelos educativos na Bélgica desde a Revolução Industrial, é possível constatar que o modelo implementado em Maceira-Liz se inspira claramente nas *Écoles Gardiennes* Belgas.⁴⁶⁵ Toda a descrição encontrada nas fontes consultadas aponta para este modelo belga, nomeadamente a inovadora introdução de ensino pré-primário. O movimento das *Écoles Gardiennes* foi suportado sobretudo pela beneficência de particulares, nomeadamente pastores protestantes, padres católicos, damas da aristocracia, industriais e

⁴⁶⁰ Idem.

⁴⁶¹ Cf. Cópia do Diário do Governo nº 23, 2ª série, de 27 de janeiro de 1934, em *Memorial*, Doc. nº256. AHFML.

⁴⁶² Cf. Bolas, «A “Monarquia...”, 2009, 212.

⁴⁶³ Idem,

⁴⁶⁴ Cf. «A ‘Casa do Pessoal’ da Empresa de Cimentos de Leiria», *Indústria Portuguesa*, out. 1938, 38.

⁴⁶⁵ Cf. Marc Depaepe e Frank Simon, «Les Écoles Gardiennes en Belgique. Histoire et Historiographie» em *Histoire de L'Éducation*, nº82, Mai (1999), 73-99.

associações.⁴⁶⁶ Este modelo belga de ensino surgiu em 1827 como resposta à negligência a que ficavam entregues os filhos dos operários.⁴⁶⁷ Este tipo de escolas começou por ser associado ao conceito de *asilo de caridade paroquial católico*. A partir de 1850, o conceito inicial, de que estas se destinavam apenas a crianças oriundas de famílias operárias, estender-se-ia às restantes classes populares.⁴⁶⁸ O modelo de ensino destas escolas assentava em três planos: moral, físico e intelectual. No plano moral, eram iniciados os ensinamentos de boas maneiras; no plano físico, aliavam-se ao ensino de exercício físico, ensinamentos básicos de higiene; e por último, no plano intelectual, era incutido às crianças, através de lições de observação, o conhecimento de palavras proporcionando-lhes a aprendizagem de rudimentos de leitura e de escrita.⁴⁶⁹ Para além do ensino às crianças, a legislação da educação belga, viria a aprovar ainda no século XIX a criação, no contexto do mundo do trabalho, de *Écoles Gardiennes* para adultos.

As principais vantagens apontadas a este tipo de ensino incidiam na possibilidade de «influenciar diretamente a classe operária tanto no plano moral como higiénico».⁴⁷⁰ No Caso de Maceira-Liz, ver-se-á como estão presentes estas preocupações pedagógicas, seguindo-se os três níveis preconizados pelas *Écoles Gardiennes* – moral, físico e intelectual – tendo o ensino sido planeado tanto para os filhos dos trabalhadores como para os adultos, e incluído não só a aprendizagem básica como a pré-primária, sem descurar ainda o desenvolvimento de novos hábitos de higiene, a educação física e a prática de desportos individuais e coletivos. Todo este investimento pedagógico era enformado nos valores da religião cristã, segundo os princípios da Doutrina Social da Igreja.

Foi apenas três meses após o começo da Ditadura Militar, a 20 de agosto de 1926, e com o objetivo de «reduzir os graves problemas de alfabetização dos seus operários, que a Direção da ECL decidiu criar uma aula noturna de primeiras letras para o pessoal da Fábrica», a iniciar no ano seguinte.⁴⁷¹ A 10 de janeiro de 1927, iniciou-se efetivamente «uma aula noturna para os operários». As aulas começaram por ser dadas dentro do recinto da fábrica no edifício já construído do Refeitório, todos os dias úteis das 20 às 23h. Segundo Gastão B. Pinto, fora contratado um professor devidamente certificado que se deslocava diariamente à fábrica. Os alunos pagavam 5\$00 por mês, ficando a

⁴⁶⁶ Idem, 76.

⁴⁶⁷ A primeira *Ecole Gardienne* foi fundada em Bruxelas no ano de 1827, que não era propriamente uma cidade industrial, mas onde predominavam antes atividades de pequenos ofícios. Veio, entretanto, a estender-se a Liège, e a Verviers. E, em 1847 a Gant com uma vertente mais católica. Cf. Depaepe e Simon, «Les Écoles...», 79-80.

⁴⁶⁸ Para M. De Vrode, a escola guardiã belga permanece fiel ao inicial espírito benemérito, que implicava a distribuição de sopa às crianças, estando abertas de manhã até à noite, o que permitia aos pais trabalhar. Citado por Depaepe e Simon, «Les Écoles...», 78.

⁴⁶⁹ Idem, 78-79.

⁴⁷⁰ Idem, 85. Sublinhado meu.

⁴⁷¹ Cf. Pinto, *Caderno II A*, s.p.

manutenção da aula a expensas da Empresa. Em 1927, o número de operários que iniciaram o primeiro curso da “Escola Nocturna” era de 68.⁴⁷²

Incutir nos operários a importância do ensino no seu desempenho futuro não terá sido pacífico. Os primeiros resultados destes primeiros meses de ensino também não devem ter sido muito proveitosos, já que Gastão B. Pinto anotou que este primeiro professor contratado «(...) deixou voluntariamente o seu serviço em 2 de julho de 1927».⁴⁷³ Mas a ECL persistiu e investiu mesmo numa nova valência: o ensino dos filhos dos trabalhadores. A 23 de janeiro de 1928, foi autorizada pela Direção a construção de um edifício para a Escola Primária, assim como uma casa de habitação para o professor.⁴⁷⁴ O edifício da primeira Escola Primária foi inaugurado no final desse ano. Através da Ordem de Serviço nº9, é relatado que:

Por iniciativa e expensas do n/ Exmº Director Delegado Sr. Henrique Araújo de Sommer, a ECL e todo o seu pessoal fica devendo mais, um inestimável serviço foi hoje inaugurada a Escola Primária para crianças de ambos os sexos, filhas dos nossos empregados e operários.⁴⁷⁵

A Direção da fábrica agradece a Henrique Sommer «este benefício que lhe era proporcionado» dirigindo-se aos trabalhadores do seguinte modo:

A Direcção da Fábrica vem junto dos seus empregados e operários, fazer-lhes sentir quanto o nosso Director Delegado se interessa pelo seu Pessoal, e incita-los a significar-lhe o seu reconhecimento, contribuindo com o seu trabalho pertinaz e honesto para engrandecimento da nossa Empresa, e da família operária que a constitui, e todas as circunstâncias pautarem o seu procedimento de molde a cumprir com os seus deveres de bons portugueses, de bons chefes de família, de bons servidores da ECL.⁴⁷⁶

Amável Granger termina esta Ordem de Serviço explicando aos operários que o principal objetivo daquele investimento era «(...) melhorar pela instrução as condições de vida e de trabalho dos vossos filhos».⁴⁷⁷

No novo edifício, para além da escola destinada às crianças filhas dos empregados e operários, passaria também a ser ministrada a «aula nocturna dos trabalhadores», dividida em dois turnos. Também as aulas das crianças, durante o dia, eram separadas em dois turnos. O da manhã destinava-se às crianças do sexo masculino e o da tarde às do sexo feminino. Aos Sábados, era ali

⁴⁷² Cf. ECL, *Conjunto de folhas...*, s.p.

⁴⁷³ Idem.

⁴⁷⁴ Cf. Carta da Direção da ECL ao Diretor Técnico da Fábrica, 23 de janeiro de 1928, em *Memorial*. Doc. nº 224. AHFML.

⁴⁷⁵ Cf. ECL, Ordem de Serviço nº 9, Assunto: Inauguração da Escola Primária. Assinado por Amável Granger (Data impercetível), em *Memorial*, Doc. nº 225. AHFML.

⁴⁷⁶ Idem.

⁴⁷⁷ Idem

ministrada pelo pároco de Maceira entre a 15 e as 16h uma «aula de moral e doutrina cristã». Entretanto, em dezembro de 1928, um novo professor foi contratado.⁴⁷⁸

No ano seguinte, a Escola Primária começou a funcionar a 14 de fevereiro, estando inscritos 30 alunos de ambos os sexos. Quanto ao funcionamento deste novo equipamento, no início de junho de 1929, foram redefinidas as regras de frequência da aula noturna para os trabalhadores. A Direção decidiu passar a pagar as horas gastas tanto pelos capatazes como pelos operários obrigados a frequentar a escola periodicamente. Frequência que seria avaliada regularmente e que só seria aprovada caso os alunos fossem aplicados e obtivessem aproveitamento. Ainda naquele ano a formação das raparigas também começou a ser pensada. A 18 de junho, foi contratada uma professora de costura.⁴⁷⁹ No final de 1929, concluiu-se junto à Escola a casa destinada ao professor.

Em 1930, existia já uma biblioteca na Escola Primária e, em fevereiro haviam sido doados 34 livros.⁴⁸⁰ A 31 de dezembro, a empresa adquiriu tecidos para confeccionar bibes para as crianças e materiais para fazer trabalhos manuais.⁴⁸¹

Em 1931, a afluência à escola aumentou significativamente. O número cada vez maior de alunos implicou a necessidade de contratar em maio desse ano um professor auxiliar. Os exames que decorreram a 17 de julho, tinham de ser realizados numa Escola Oficial do Estado. Quanto aos 4 alunos que os realizaram nesse ano, foram todos aprovados. Porém, devido às frequentes faltas dos operários à aula noturna, nestes primeiros anos o funcionamento do ensino para adultos terá sido pouco regular. Atesta-o o registo do recomeço do seu funcionamento apenas a 15 de maio de 1931.⁴⁸²

A par da educação, a 16 de maio de 1931, foi dado um importante passo na implementação de medidas higienistas aos filhos dos trabalhadores, tal como era defendido no modelo das *Écoles Gardiennes*. No seguimento do ensino de normas higiénicas iniciado pelos Serviços Médicos da Fábrica - sob a orientação do médico da ECL, Cortez Pinto - foi tomada a decisão de construir um Balneário no Bairro do Pessoal para os trabalhadores e suas famílias.

Construído em 1932, o Balneário foi inaugurado a 4 de agosto. Inicialmente, a utilização deste novo equipamento era determinada por um conjunto de regras rígidas, que também reproduziam hierarquicamente as diferentes funções profissionais e níveis salariais existentes na

⁴⁷⁸ Cf. Pinto, *Caderno I*, 241.

⁴⁷⁹ Idem, 241 e 249.

⁴⁸⁰ Cf. Pinto, *Caderno II*, 325.

⁴⁸¹ Cf. Pinto, *Caderno I*, 242.

⁴⁸² Idem, 241- 242 e 265.

Fábrica.⁴⁸³ Algumas dessas regras tiveram de ser gradualmente revistas, de forma a motivar os operários para novos hábitos de higiene. No início, o uso do Balneário era gratuito apenas para as crianças. Como a adesão foi muito pouca, em 1933 foi reformulado o regulamento. Passaram a existir descontos para os trabalhadores e para as suas famílias, mas tal não foi suficiente para desenvolver o hábito do banho.⁴⁸⁴ Através da Ordem de Serviço nº5, emitida a 20 de abril de 1933, fica-se com uma ideia muito clara de como era importante para a empresa incutir hábitos de higiene aos seus trabalhadores. Esta Ordem de Serviço decretava que os pais das crianças que faltassem ao banho e à ginástica, após três advertências consecutivas e caso estes não dessem qualquer justificação, seriam despedidos da empresa.⁴⁸⁵ Como, entretanto, a adesão aos cuidados de higiene não terá aumentado, a 5 de abril de 1934 o uso do Balneário «(...) passou a ser gratuito para todo o pessoal e família».⁴⁸⁶

A partir de 2 de janeiro de 1932 iniciara-se a instrução de ginástica para crianças junto ao edifício da Escola Primária. Entretanto, segundo Gastão B. Pinto, nesse ano fora construída uma área coberta adjacente à Escola onde passaram a ser ministradas as aulas de ginástica, por um militar de Leiria.⁴⁸⁷ Em junho desse ano, as aulas de ginástica estenderam-se também aos adultos empregados na Fábrica.⁴⁸⁸ No final do ano, a 2 de novembro, mais uma inovação foi introduzida na educação dos filhos dos operários: iniciou-se o Ensino Pré-Escolar em Maceira-Liz, com a instituição de uma Aula Infantil na Escola Primária para crianças com idade inferior a 7 anos.⁴⁸⁹

Ainda em 1932, foram construídas as primeiras instalações desportivas. Até então a prática de desportos era feita em espaços improvisados para esse fim. Estas primeiras instalações desportivas incluíam pistas de atletismo e campos de jogos. Às normas de higiene e à defesa dos

⁴⁸³ A Ordem de Serviço emitida a 4 de agosto de 1932, definia as regras da sua utilização. Os banhos eram de três tipos e os preços de dois escalões, um para os empregados e outro para os operários. Existiam banhos de chuveiro: que custavam \$50 para os empregados, e \$20 para os operários; de tina que custava 1\$0 para os empregados, e \$50 aos operários; e de ampulheta que custava 1\$50 para os empregados, e 1\$00 aos operários. Era necessário comprar uma senha para poder tomar banho neste edifício. A senha era vendida avulso ou em série no Serviço Central da Fábrica. Também os horários de admissão das diferentes classes de utentes eram diferentes, assim como os de homens, mulheres ou crianças. O encarregado do Balneário era Joaquim Vieira, um operário dos cabos aéreos, e a sua mulher. Cf. ECL, Ordem de Serviço nº50 de 4 de agosto de 1932. AHFML.

⁴⁸⁴ No final do ano de 1932, a 1 de dezembro, começou a funcionar no edifício do Balneário uma Barbearia com serviço de Cabeleireiro. Tal como o Balneário, o horário era diferente para as diferentes categorias de trabalhadores, assim como os preços, que implicavam também uma estratificação social bem definida. Era ainda prestado o serviço de corte de cabelo e de barba ao domicílio. Toda a informação sobre o início do funcionamento do Balneário e da Barbearia da ECL encontra-se condensada em; Cf. Pinto *Caderno II*, 1931-1938, 321, 322, 325, 337 e 338. AHFML

⁴⁸⁵ Toda a informação sobre o início do funcionamento do Balneário e da Barbearia da ECL encontra-se condensada em; Cf. Pinto, *Caderno II*..., 321, 322, 325, 337 e 338.

⁴⁸⁶ Idem.

⁴⁸⁷ Cf. Pinto, *Caderno I*, 325.

⁴⁸⁸ Idem, 258.

⁴⁸⁹ Idem, 242.

valores morais assentes na religião cristã e nos ideais nacionalistas, vinha juntar-se neste ano o culto da ordem e da disciplina através da educação física, ministrada em moldes militaristas.

Entretanto, a partir de 1933, a fábrica passou a proporcionar aos filhos dos trabalhadores uma atividade complementar à escola, que consistia em férias numa Colónia Balnear junto ao mar.⁴⁹⁰ Em 1936 foi inaugurada o edifício onde passaria a funcionar a Colónia de Férias da ECL, na abrigada praia de São Martinho do Porto.⁴⁹¹

O ensino implementado em Maceira-Liz foi uma das principais áreas de investimento social da ECL desde a inauguração da Fábrica. Após a inauguração, em 1928, do primeiro edifício escolar, o significativo aumento da população levou a empresa contribuir para a construção de um edifício escolar no lugar no Arnal, como já foi referido, e justificaria ainda a construção de um segundo edifício escolar de dois pisos, inaugurado em 1939.

2.4.3. Cuidados Médicos e Higienismo - Previdência e Assistência

Logo a seguir à construção dos primeiros alojamentos provisórios, a primeira medida social tomada pela ECL foi a prestação de cuidados médicos aos trabalhadores. Em março de 1921 começou a ser prestada assistência em caso de acidentes de trabalho.⁴⁹² Os restantes tipos de cuidados médicos viriam a ser implementados progressivamente ao longo das duas décadas seguintes.

Para além de todos os meios assistenciais que vieram a ser desenvolvidos e implementados em Maceira-Liz, todos os trabalhadores da empresa eram abrangidos por Seguros Sociais, a medida de previdência implementada no pacote de legislação de 1919. Até 1928, os Seguros dos trabalhadores eram feitos pela Seguradora *Lex*. A partir desse ano, tendo esta seguradora sido adquirida pela Mundial, passou a ser essa a entidade responsável pelos seguros dos trabalhadores da ECL.

A partir de 1924, passaram a ser prestados cuidados de saúde, não só aos operários, como às suas famílias. O improvisado Posto Médico começou por funcionar numa barraca à entrada da Fábrica e o serviço de transporte de doentes ficava a cargo de uma ambulância da Seguradora *Lex*. A 20 de maio desse ano, foi contratado o médico de Leiria, Américo Cortez Pinto.⁴⁹³ Dois anos

⁴⁹⁰ Nos primeiros anos, as crianças ficaram instaladas em espaços alugados pela empresa, no primeiro ano na praia da Nazaré e no segundo na baía de S. Martinho do Porto.

⁴⁹¹ As colónias de férias passaram a ser divulgadas pelo regime através da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT) criada pelo Decreto-lei nº 25 495, *Diário do Governo* nº134, 1ª série, 13 de junho de 1935.

⁴⁹² Cf. Pinto, *Caderno I*, 83.

⁴⁹³ Cf. Pinto, *Caderno I*, 141-142.

depois, no início de 1926, a empresa construiu um edifício para o Posto de Socorros, com o objetivo de dar resposta aos cuidados de saúde e a hipotéticos acidentes de trabalho.⁴⁹⁴ No ano seguinte, passaram a ser vendidos medicamentos aos trabalhadores pelo enfermeiro da empresa.⁴⁹⁵

Com uma população já bastante numerosa a habitar nas imediações da Fábrica, a 23 de junho de 1928, foi realizada uma primeira visita sanitária às instalações pelo Delegado de Saúde de Leiria.⁴⁹⁶ Na sequência dessa vistoria, entre essa data e janeiro de 1929 o médico da Fábrica, Rocha e Mello e Granger passaram a reunir-se periodicamente para debater os problemas de saúde dos empregados doentes, e organizar os cuidados e precauções a ter com os perigos de contágio das doenças ali detetadas. Foi, entretanto, feita uma inspeção aos trabalhadores, tratadas as doenças diagnosticadas e fixados os Regulamentos do Serviço Médico.⁴⁹⁷ Em janeiro de 1929, já organizados os Serviços Médicos da Empresa, foi contratada uma parteira diplomada que se deslocava à Fábrica, sempre que os seus serviços eram necessários.⁴⁹⁸

Américo Cortez Pinto manteve-se como médico da Fábrica até 1 de outubro de 1931, tendo sido substituído pelo médico da Nazaré, Hermínio Laborinho.⁴⁹⁹ Em janeiro de 1932, foi aprovado um novo Regulamento para o Posto Médico, passando a existir um serviço de farmácia e a possibilidade de passagem de receitas médicas. A 27 de junho, o novo médico organizou várias conferências destinadas às mulheres dos operários, nas quais foram abordados temas relacionados com higiene, alimentação e doenças das crianças e das mães.⁵⁰⁰ O aumento significativo do nascimento de crianças filhas de trabalhadores da ECL em 1932, justificou que em agosto desse ano fosse criado na fábrica o lugar de enfermeira-parteira permanente, tendo aquela passado a residir junto à fábrica. Em outubro, estes serviços passaram a ser gratuitos. Nesse ano, passou ainda a ser fornecido gratuitamente às crianças filhas dos operários leite em pó e farinhas lácteas como complementos alimentares. Foi ainda fixado o horário das consultas no Posto Médico, tendo ali sido instalado um aparelho de diatermia e outro de raios ultravioleta.⁵⁰¹ No ano seguinte, foi adquirido um primeiro aparelho de raio X, e criada a Junta de Assistência Médica, dirigida por

⁴⁹⁴ Idem, 141 e 177.

⁴⁹⁵ Idem, 141.

⁴⁹⁶ Idem, 142.

⁴⁹⁷ Idem, 142.

⁴⁹⁸ Idem, 142 e 239.

⁴⁹⁹ Idem, 257.

⁵⁰⁰ Idem, 257.

⁵⁰¹ Idem, 258; Pinto, *Caderno II*, 335.

Rocha e Mello, Granger e pelo médico Hermínio Laborinho. Um dos principais objetivos deste serviço prendia-se com o tratamento antissifilítico.⁵⁰²

No ano seguinte, em abril de 1934 a ECL contratou uma enfermeira visitadora, cuja função era vigiar e orientar os comportamentos das famílias dos operários, tanto em termos de higiene e cuidados do lar e das crianças, como em relação aos aspetos morais e cívicos dos membros da família. A enfermeira visitadora da ECL trabalhava sob a orientação do médico da fábrica e do Diretor da Casa de Pessoal.⁵⁰³ Em julho de 1934, foi elaborado o primeiro relatório com base nas informações recolhidas aquando das visitas sanitárias realizadas por esta nova funcionária. Este relatório foi redigido por esta, pelo médico, e pelo Diretor do Serviço Central, Capitão Protes da Fonseca.⁵⁰⁴

Um mês após a contratação da enfermeira visitadora da ECL, em maio de 1934, iniciou-se a discussão acerca do papel do Estado Novo na assistência pública no I Congresso da União Nacional.⁵⁰⁵ Embora já desde 1900 o movimento da medicina social viesse a desenvolver ações para formar técnicos na área da assistência social em Portugal, foi no início dos anos trinta que surgiram integradas na medicina preventiva as designadas enfermeiras visitadoras.⁵⁰⁶ Como já foi referido, a partir de 1933 na sequência do movimento dirigido pela ACP cujo objetivo para além da evangelização da sociedade, e sobretudo do operariado, era a sua *recristianização*, como alternativa ao laicismo da Primeira República, a medicina social passou a ter um papel de destaque. Neste contexto, é de salientar o grupo de monárquicos, integrado pela Condessa de Rilvas que, em 1934, participou no I Congresso da União Nacional, apresentando uma comunicação intitulada

⁵⁰² Cf. Pinto, *Caderno II*, 336.

⁵⁰³ Quando em 2008 iniciei a investigação do Arquivo não organizado da Fábrica de Maceira-Liz, ainda conheci a última visitadora do Bairro de Maceira-Liz, Zaida Lopes, já mencionada na Introdução. Embora já reformada, ainda vivia no Bairro de Maceira-Liz.

⁵⁰⁴ Cf. ECL, *Conjunto de folhas...*, s.p.

⁵⁰⁵ Um mês após a contratação da enfermeira visitadora da ECL, foi em maio de 1934 no I Congresso da União Nacional, aquando da discussão acerca do papel do Estado sobre a assistência pública, a Condessa de Rilvas, propôs a criação de uma Escola de Serviço Social, e destacou a importância que as enfermeiras visitadoras teriam em relação à assistência. Sobre esta matéria ver: Anabela Carvalho; Helena Mouro, *Serviço Social no Estado Novo*, (Coimbra: Ed. Centelha, 1987); Irene Flunser Pimentel, «A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40», *Análise Social*, Vol. XXXIV, nº151-152, (2º - 3º), (1999), 477-508.

⁵⁰⁶ De 1900 a 1924, o Movimento da Medicina Social integrou Sousa Martins, Alfredo da Costa, Ricardo Jorge, Miguel Bombarda, Filomeno da Câmara, Faria de Vasconcelos, Costa Sacadura entre outros. Em 1907, seguindo os princípios da *Rerum Novarum*, foi criada a Liga da Ação Social Cristã, que se propunha promover a aproximação das classes segundo normas de justiça e caridade. Em 1911, Costa Sacadura propõe a criação de enfermeiras escolares, dez anos depois, em 1921 Faria de Vasconcelos propõe a formação de enfermeiras visitadoras. Cf. Carvalho, Mouro, *Serviço Social...*, 1987, 69.

«Assistência Técnica».⁵⁰⁷ No ano seguinte, a ACP criou o Instituto de Serviço Social em Lisboa e, dois anos depois, o médico e amigo de Salazar Bissaya Barreto fundaria em Coimbra, através da Junta da Beira Litoral, a Escola Normal Social. A Direção de ambas as escolas, foi confiada a ordens religiosas femininas de origem francesa.⁵⁰⁸ A ação das enfermeiras-visitadoras virá a ser promovida pela Estado Novo no campo da assistência social. A título de exemplo, em 1935 era determinado que as instituições que se encarregassem da «defesa da família» passassem a integrar enfermeiras visitadoras, nomeadamente o designado “Lar Português”, tema que será abordado no capítulo seguinte.⁵⁰⁹

Em agosto de 1937, os cuidados médicos da Fábrica passaram a contar com uma nova especialidade: a estomatologia. Foi contratado nesse ano o médico Luís Bandeira, que passou a residir com a família no Bairro.⁵¹⁰ Inicialmente, estes serviços clínicos começaram por ser dirigidos principalmente às crianças e aos operários, com o objetivo de lhes inculcar hábitos de higiene oral e cuidados preventivos.

O progressivo aumento da população levou a empresa a construir em 1939 um novo edifício para o Posto Médico já fora do espaço fabril, inserido na malha do Bairro, com uma enfermaria e sala de operações. Era considerado o “melhor hospital” de Leiria e, curiosamente, os filhos das famílias mais preponderantes de Leiria era ali que nasciam até à década de oitenta do século XX.

2.4.4. Abastecimento de Bens: a Cooperativa de Consumo (1929)

Cerca de um ano após a inauguração da Fábrica, em 1924, a Direção da ECL iniciou o estudo da organização de uma “Cantina de Consumo para o Pessoal”.⁵¹¹ O projeto, entretanto avançou, já que a 27 de junho de 1925, numa carta da Direção da empresa para o Diretor Técnico da Fábrica é transcrita a Ata nº 80 da Direção, que se reuniu para apresentar um projeto de estatutos para uma «(...) Cooperativa de Consumo que o Pessoal da fábrica pretende organizar». O objetivo deste organismo era o de reduzir o custo de vida dos operários, manifestando a empresa vontade de prestar todo o auxílio que possibilitasse minorar as dificuldades com que o seu pessoal se vinha

⁵⁰⁷ Idem.

⁵⁰⁸ Idem.

⁵⁰⁹ Cf. Decreto nº 25 936, *Diário do Governo*, nº 237, 1ª série, 12 de outubro de 1935. Ministério do Interior. Este tema será abordado novamente no capítulo 3.

⁵¹⁰ Cf. Pinto, *Caderno II*, 384.

⁵¹¹ Nas fontes consultadas no AHFML os termos “Cooperativa de Consumo” e “Cantina de Consumo” surgem alternadamente ao longo do tempo, referindo-se ao mesmo espaço de abastecimento de bens.

debatendo.⁵¹² Descreviam-se três tipos de medidas a implementar. O primeiro ponto determinava, para constituir este organismo, uma quantia até 12 000\$00 à taxa em vigor no Banco de Portugal. O segundo ponto previa o auxílio à cooperativa, sempre que os recursos próprios fossem insuficientes. O terceiro ponto previa a construção de edifícios destinados a casa de venda, armazém e padaria. Referia-se ainda a construção de habitação para o pessoal, assim como quaisquer outras necessidades que surgissem, entretanto.⁵¹³

Também em 1925 foi decidido construir no recinto da Fábrica o edifício para Refeitório do Pessoal, inaugurado no ano seguinte. Como já foi referido, este acabou por ser um espaço polivalente, onde era celebrado o serviço religioso e ministradas aulas noturnas aos trabalhadores. Só em 1929 foi inaugurado o edifício próprio da Cooperativa de Consumo, uma vez que foi dada prioridade à construção de habitação (a partir de 1925) com vista a fixar os funcionários essenciais ao funcionamento do conjunto fabril.⁵¹⁴ Através deste equipamento, a ECL passou a instituir uma prática comum neste tipo de equipamento proporcionado aos operários pelos industriais, ou seja, os abonos mensais concedidos pela empresa aos operários eram pagos «em vales de caixa tendo em conta os créditos estabelecidos pela Cantina».⁵¹⁵ No ano de 1932, esta era constituída por: uma padaria, um talho, uma casa de venda e um armazém. Nesse ano, foi ainda construído um conjunto de pocilgas para criação de porcos, com o objetivo de abastecer o talho.⁵¹⁶ Na década de trinta, este equipamento da ECL foi sendo dotado de todo um conjunto de variedades de bens, tais como calçado, vestuário e loiças, o que tornava o Bairro praticamente autossuficiente.⁵¹⁷

Entretanto, novos equipamentos de apoio relacionados com alimentação e higiene foram construídos, como um Restaurante em 1931.⁵¹⁸ Como ficou visto atrás, os aspetos higienistas

⁵¹² Cf. Carta da Direção da ECL ao Diretor Técnico da Fábrica, 27 de junho de 1925, em *Memorial*, Doc. nº 252. AHFML.

⁵¹³ *Idem*.

⁵¹⁴ Cf. Carta da Direção da ECL ao Diretor Técnico da Fábrica, 25 de abril de 1929, em *Memorial*, Doc. nº 251. AHFML. Esta carta explica em sete pontos o modo de funcionamento da cooperativa de consumo, que muitas vezes é designada como cantina. Era explicado que dependia diretamente da Direção da ECL, sendo determinado o modo como o preço dos artigos devia ser calculado. Autorizava a compra de géneros na região, estipulava regras para a compra de tabaco em dias determinados. Quanto às compras para a Casa da Direção, podiam ser realizadas em qualquer dia. É ainda explicado num item a forma como aos montadores e operários das empresas com empreitadas a prestar serviços na Fábrica, podiam adquirir ali bens, devendo os respetivos talões de compra ser entregues na Caixa da Fábrica para serem liquidados em conta corrente com as respetivas empresas a que pertencessem.

⁵¹⁵ *Idem*.

⁵¹⁶ Cf. ECL, *Conjunto de folhas...*, s.p.

⁵¹⁷ Em 1936 a Cantina de Consumo tinha as seguintes doze seções: 1. mercearias; 2. fazendas, roupas e miudezas; 3. azeites, vinhos, derivados; 4. carnes; 5. pão; 6. louças; 7. calçado; 8. tabacos; 9. drogas; 10. leite; 11. peixe; 12. taras. Cf. ECL, *Subsídios para o Relatório da Direção e Relatório da Direção relativos ao ano de 1936*, Casa do Pessoal da ECL (Casa do Povo Decreto nº 23051), Lisboa, Tip. Rosa Lda., 1937. AHFML.

⁵¹⁸ O edifício do Restaurante do Bairro foi inaugurado a 8 de novembro 1931. As refeições eram servidas em três salas distintas, distinção que surge uma vez mais associada à hierarquização do trabalho, transposta para este espaço

também não foram descurados, tendo sido construído o Balneário e a Barbearia - em 1932. Ambos os equipamentos tinham as já referidas normas rigorosas de utilização, que traspunham a hierarquia laboral para a apropriação dos espaços: normas que eram bem definidas e diferenciadas em cada um dos equipamentos.

2.4.5. Regulação, Vigilância e Controlo Social: Penalização, Recompensa e “Caridade”

Foi cerca de dois anos após a inauguração da fábrica que, a partir de janeiro de 1925, começaram a ser distribuídas roupas e brinquedos às crianças filhas dos trabalhadores, prática que se manteria por largos anos. Também, em abril desse ano, começou a ser-lhes distribuída lenha. Este foi um dos primeiros bens cedidos aos trabalhadores, sendo a sua distribuição ponderada em função do seu rendimento e comportamento.⁵¹⁹ Esta foi uma das várias medidas que a empresa utilizou para premiar ou penalizar o operariado, com o objetivo de condicionar o seu desempenho laboral e garantir a sua obediência.

Em 1927, foi criado um sistema de segurança local que incluía o Corpo de Bombeiros da ECL.⁵²⁰ No ano seguinte, face à onda de revoltas que deflagraram por todo o país no contexto do “Revirinho”, não por acaso a empresa criou também uma Polícia Privativa. A criação desta força policial, que começou por ser constituída por um subchefe e oito guardas. Foi a resposta encontrada para os vários problemas relacionados com a segurança do local e que comprometiam a suposta harmonia da comunidade exemplar.⁵²¹ Em 1931, a Intendência Geral de Segurança Pública dissolveu o corpo policial da ECL. Mas, terá continuado a existir um corpo privativo de Guardas da Fábrica: a 10 de abril de 1934, foi emitido o seu regulamento em 46 pontos, assinado por Rocha e Mello.⁵²² Em 1938, a força policial da empresa foi reorganizada, passando a estar integrada no Comando Geral de Segurança Pública de Leiria, embora fosse a ECL a ter de assegurar os custos.

destinado aos trabalhadores. A Sala nº1 destinava-se às chefias, aos engenheiros, aos técnicos superiores e aos visitantes e convidados. A Sala nº2 devia ser ocupada pelos empregados. A Sala nº3 destinava-se aos operários. Apenas encontrei registos das descrições das normas das Salas nº2 e 3, depreendendo-se que a primeira teria um carácter privado e o seu uso seria mais restrito. O uso da Sala nº 3 deste novo equipamento não foi pacífico. Cf. Bolas, «A “Monarquia...”, 2009, 122-123.

⁵¹⁹ Cf. Pinto, *Caderno I*, 83.

⁵²⁰ Uma das últimas decisões tomadas em 1927 foi a da formação de um Corpo de Bombeiros Privativo da ECL. Este corpo foi formado a 30 de novembro, e era constituído por operários da Fábrica, treinados e devidamente certificados para desempenhar essas funções. A formação e avaliação deste grupo foram feitas em Leiria. O trabalho dos operários que formavam o Corpo de Bombeiros, era pago e era feito em horário pós-laboral.

⁵²¹ Segundo Benjamim Pinto, a criação da Polícia da Fábrica foi constituída ao abrigo do Decreto nº 16 206, publicado no *Diário do Governo* nº263, 1ª série, de 26 de novembro de 1928. Este documento legal, assinado por Vicente de Freitas, autorizava as empresas mineiras ou quaisquer outras indústrias situadas em lugares afastados das sedes do concelho a que pertencessem, e, cuja população fosse não inferior a 500 pessoas. A polícia privativa criada seria mantida exclusivamente à custa da empresa que a constituísse. Cf. Pinto, *Caderno I*, 217-218.

⁵²² Cf. ECL, *Regulamento para os Guardas da Fábrica*, em *Memorial*, 1927, em *Memorial*, Doc. 290. AHFML.

Foi no ano de 1928 que maior número de castigos foi aplicado aos trabalhadores.⁵²³ No final desse ano, foram registados vários «roubos e desacatos», tendo sido realizadas rusgas e buscas sob a Intendência Geral da Polícia e Comissariado de Leiria, às quais se seguiram repreensões, castigos e despedimentos.⁵²⁴ Na sequência desta instabilidade, por um lado vão ser repensadas várias medidas de controlo laboral, e por outro, reforçam-se as valências de previdência social. No final desse ano, foi feito um balanço do comportamento do operariado. É anotado que face aos «abusos de confiança do pessoal» passariam a ser tomados dois tipos de medidas: por um lado suspensões, despedimentos, castigos e admoestações «por diversas faltas de respeito; por outro lado recompensas». No ano anterior, a Direção Técnica tinha tido autorização para iniciar o processo de «Classificações de Desempenho dos Trabalhadores».⁵²⁵

Em 1927, foi conferido pela Direção da ECL à Direção Técnica da Fábrica pleno poder para reavaliar os ordenados dos trabalhadores.⁵²⁶ Em relação aos menores que já ali trabalhavam, era ordenado que estes fossem transferidos para serviços considerados «não perigosos compatíveis com a idade»; deveriam ser:

Entregues à vigilância de Mestres ou Chefes de reconhecida probidade a quem será recomendada a educação operária dos menores, procurando-se tanto quanto possível incutir-lhes bons princípios morais, e de assiduidade e amor ao trabalho.⁵²⁷

Foi ainda decidido que, dada a suposta propensão à promiscuidade entre homens e mulheres a trabalhar no mesmo espaço, as mulheres não poderiam trabalhar na fábrica.⁵²⁸ A partir desta data, as mulheres deixaram de poder trabalhar na fábrica e o seu papel passou a ser exclusivamente remetido aos cuidados da família, ao arranjo do lar, e ainda a ajudar os maridos a cuidar do terreno de cultivo que a Fábrica lhes cedia.

No ano seguinte, logo em janeiro, a Direção da ECL comunicou ao Diretor Técnico concordar com a apreciação da proposta deste sobre os

⁵²³ Através de um gráfico datado de 1938, que regista os castigos atribuídos ao pessoal ao longo dos anos, constata-se que 1928 foi o ano em que foram aplicados maior número de castigos. Num outro gráfico datado de 1942, encontra-se registado a aplicação de 120 castigos em 1928. Este gráfico abrange o período de 1924 a 1946, os primeiros castigos ali registados são de 1927 e o ano com menos castigos ali apontado foi o de 1940, com apenas cinco castigos. Os dois gráficos foram realizados na Sala de Desenho da Fábrica. Neste período a Sala de Desenho era já dirigida por Joaquim Manuel da Silva Correia (1910-1979). Cf. Desenho ECL - 642 _ 9-2-1942 - Gráfico dos Castigos do Pessoal. AHFML

⁵²⁴ Cf. Pinto, *Caderno I*, 217-218.

⁵²⁵ Cf. Carta da Direção da ECL ao Diretor Técnico da Fábrica, 21 de outubro de 1927, em *Memorial*, Doc. nº300. AHFML.

⁵²⁶ *Idem*.

⁵²⁷ *Idem*.

⁵²⁸ *Idem*. Refira-se que nesta carta é reconhecido pela Direção não ser aconselhável a promiscuidade do pessoal fabril, masculino e feminino, é ordenando que se deixe de contratar mulheres ou raparigas e ainda menores de 16 anos.

(...) ordenados do pessoal da Fábrica, passarem a ser baseados em equivalências de categoria de harmonia não só com o rendimento profissional de cada um no serviço que presta, mas ainda com o estado social e condições de família.⁵²⁹

Porém, a Direção acrescentava uma condição: que o aumento dos ordenados só deveria ser concedido no final de cada ano, após a análise da informação anual do Diretor Técnico. Ficariam implicitamente excluídos destes benefícios os operários castigados; veja-se a explicação apontada para esta medida:

A Direção deseja que V. Ex^a reunindo o pessoal lhes faça conhecer estas resoluções e quanto lhe é agradável saber que os mesmos pela sua conduta e aperfeiçoamento dos processos de trabalho, são dignos de recompensa. E ainda que a Direção, tendo em vista a melhoria das condições de vida do pessoal e no intuito de os ligar mais intimamente à Fábrica, assegurar-lhes um auxílio na doença e invalidez, está estudando a organização de uma Caixa de Socorros, independentemente do seguro contra acidentes de trabalho, que conforme já informamos V. Ex^a, está em vigor desde o primeiro dia do corrente ano.⁵³⁰

Foi ainda decidido atribuir diuturnidades de 10% sobre os salários aos operários com mais de 5 anos de serviço efetivo e comportamento exemplar. Por cada período de 3 anos, para além deste ponto era ainda tido em conta o operário ter família «regularmente» constituída e habitando na região da fábrica.⁵³¹ Constata-se que o papel de Diretor Técnico assumido por Rocha e Mello incluía tanto a responsabilidade sobre o bom funcionamento das máquinas, como sobre o bom comportamento dos operários que deveriam observar a moral cristã.

2.4.6. «Entretenimento» e ações recreativas

Logo a partir de 1924, é mencionada a existência de um espaço improvisado onde se fazia teatro e outro tipo de «entretenimentos», de modo a fomentar espaços e momentos de sociabilidade. Existem registos da encenação de uma peça de teatro, protagonizada pelos trabalhadores em 1927.⁵³² Em julho de 1929, foi instalada luz elétrica no espaço do Teatro, e, em setembro, foi fundado o “Grupo de Recreio e Desportos do Operariado da ECL”.⁵³³ Este organismo tinha como

⁵²⁹ Cf. Carta da Direção da ECL ao Diretor Técnico da Fábrica, 10 de janeiro de 1928, em *Memorial*, Doc. sem numeração. AHFML

⁵³⁰ Idem

⁵³¹ Por «regularmente» entenda-se que o casal se unira através de um matrimónio católico. Cf. ECL, *Conjunto de folhas...*, s.p.

⁵³² A obra escolhida foi o popular romance “A Rosa do Adro” de Manuel Maria Rodrigues (1870). Com argumento datado de 4 de setembro de 1927 foi adaptado da obra original por Feliciano Rodrigues Rato. Em 2008, as partituras das músicas tocadas nesta peça, encontravam-se expostas no Museu da Fábrica.

⁵³³ Cf. ECL, *Grupo de Recreio e Desportos do Operariado da ECL. Regulamento Provisório*, 9 de setembro de 1929, em *Memorial*, Doc. n.º 247. AHFML.

objetivo «desenvolver entre o operariado da fábrica o gosto pela cultura física, e proporcionar-lhes diversões, dentro das boas normas da moral e do civismo», dependendo a admissão dos operários do seu comportamento moral e disciplinar, assim como da robustez física que teria de ser atestada pelo médico da empresa.⁵³⁴ Estavam previstas três seções: a primeira animatográfica, a segunda dramática e a terceira desportiva. Cada seção teria dois delegados, um elemento da direção da empresa e um operário nomeado pela direção. A empresa era responsável por todas as despesas a realizar com a organização deste grupo recreativo (cedia o espaço e a eletricidade), que deveria organizar «diversões e espetáculos».⁵³⁵ Em relação à seção desportiva, era cedido o campo de jogos pela empresa, e esta propunha-se construir e adquirir aparelhos e artigos destinados à prática de diversos desportos, desde que estes lhe fossem requeridos, e que os operários se viessem a comprometer que seriam «utilizados com manifesto aproveitamento dos elementos da seção».⁵³⁶ Todas as receitas obtidas com os espetáculos e atividades desportivas que fossem realizadas deveriam reverter para obras de beneficência. Três anos depois, este grupo viria a ser transformado no “Grupo Recreativo do Pessoal da ECL”, instituído a 1 de outubro de 1932.⁵³⁷

No ano seguinte, a 3 de maio de 1933, data do 10º aniversário da inauguração da Fábrica, foi iniciada a construção do edifício destinado à sede deste organismo da empresa que virá a tornar-se o centro cívico do conjunto fabril e social de Maceira-Liz. Iniciado como Casa Sindical dos Trabalhadores da ECL, no ano seguinte, será denominado – por imposição do Estado Novo – Casa do Pessoal da ECL. Esta foi a primeira Casa do Povo do Regime Corporativo construída de raiz. A importância deste equipamento será aprofundada no próximo capítulo.

Quanto à primeira referência à existência de um Orfeão da Fábrica, ela remonta a 1927, já que terá sido este a cantar na Missa da “Entronização da Fábrica ao Sagrado Coração de Jesus”. Três anos depois, em abril de 1930, Rocha e Mello impulsionou a criação de uma Tuna a organizar pelos trabalhadores da Fábrica. Este novo grupo apresentou os primeiros resultados do seu trabalho nos festejos, que se realizaram em agosto desse ano.⁵³⁸ (Cf. Anexo 1. Fig. 18) A partir do programa existente, é-nos relatado todo o conjunto de atividades lúdicas e diversões proporcionadas aos visitantes nestes festejos. Além da apresentação da Tuna, foi passado num animatógrafo ao ar livre um «atraente programa», e ainda junto a uma barraca de chá pôde ser ouvido um «esplêndido aparelho

⁵³⁴ Idem.

⁵³⁵ Idem.

⁵³⁶ Idem.

⁵³⁷ Cf. Ordem de Serviço nº 68. *Grupo de Recreativo da ECL*. 1 de outubro 1932, em *Memorial*, Doc. nº 249. AHFML.

⁵³⁸ Cf. ECL. *Programa dos Festejos da primeira apresentação da Tuna dos empregados da ECL em 1930*, em *Memorial*, Doc. nº 248. AHFML.

de telefonia sem fios». ⁵³⁹ Este é um dos múltiplos exemplos de iniciativas com clara influência das atividades participadas por Rocha e Mello no Club da Granja, atividades que foram referidas no capítulo anterior, e que terão sido transpostas para o contexto fabril de Maceira-Liz. Mas, uma Tuna não se deve ter coadunado com o projeto social em curso naquela comunidade operária, já que em junho de 1932, foi elaborado um estudo para a modificar, transformando-a numa Banda Filarmónica. No final de dezembro, Sommer ofereceu vinte e quatro instrumentos musicais para este novo grupo. ⁵⁴⁰

A partir de agosto de 1931, passaram a ser organizados «passeios de camioneta com os trabalhadores». O primeiro foi relativamente próximo da Fábrica, para ir ver o mar na praia da Nazaré. ⁵⁴¹ Essa foi a primeira das muitas excursões organizadas pelo Grupo Recreativo do Pessoal, criado no ano seguinte - viagens essas organizadas pelo engenheiro Granger, que nelas participava sempre. Dois anos depois, em dezembro de 1933, a ECL adquiriu uma camioneta para o Grupo Recreativo do Pessoal, que passou a ter um meio de transporte próprio. ⁵⁴²

O primeiro feriado oficial da fábrica foi decretado em agosto de 1928 – passou a ser o dia 3 de maio, dia de inauguração da Fábrica. Nesse ano, foi organizada uma lista onde são descritas as datas dos dias de festas fixas e móveis, que passaram a ser celebradas - todas elas tinham carácter religioso. ⁵⁴³

Após a descrição do modelo social implementado em Maceira-Liz, constata-se que, entre 1920 e 1934, foi aqui organizada uma micro-sociedade, segundo o modelo corporativo cristão. Tanto a influência das encíclicas sociais de Leão XIII, *Rerum Novarum* (1891), e de Pio XI, *Quadragesimo Anno* (1931), como as repercussões do movimento social católico, que no final do século XIX orientara a criação e dinamização dos Círculos Católicos Operários, aqui se encontram. ⁵⁴⁴

⁵³⁹ Idem

⁵⁴⁰ Cf. Pinto, *Caderno I*, 267-268.

⁵⁴¹ Idem, 242.

⁵⁴² Cf. Pinto, *Caderno II*, 317.

⁵⁴³ Cf. Pinto, *Caderno I*, 227-228.

⁵⁴⁴ Braga da Cruz descreve o tipo de valências e políticas sociais católicas existentes nos círculos operários católicos. Nomeadamente, a assistência médica gratuita, as aulas noturnas de instrução elementar para operários, assim como a realização periódica de conferências sobre temas da doutrina religiosa e da doutrina social da Igreja, aplicadas às questões operárias. Na dimensão mais lúdica, organizavam-se periodicamente bazares, saraus, festas e passeios, e não eram esquecidas as salas de jogos “lícitos” e “honestos”, onde podiam atuar também grupos dramáticos, bandas musicais e orquestras. Promoviam-se os rituais religiosos através da convocação de atos piedosos de culto, nomeadamente, missas, cerimónias litúrgicas e peregrinações. Promovia-se também a Cultura, através da disponibilização de jornais, livros e pequenas bibliotecas devidamente selecionadas, de modo a não permitir que ideias subversivas viessem a surgir. O incentivo à dinamização de atividades dramáticas com fins “recreativos” e

2.5. O culto de Fátima em Maceira-Liz: 23 novembro 1930

Após a primeira fase de construção do Bairro da Fábrica, iniciado em 1925, no ano de 1930, a ECL decidiu construir vários equipamentos projetados para os seus funcionários. Não terá sido por acaso que, nesta segunda fase, o primeiro edifício a ser construído tenha sido a Capela.⁵⁴⁵ (Cf. Anexo 1. Fig. 19) Esta passou a ter um pároco, que não só oficiava as cerimónias religiosas, como era responsável pela educação moral dos filhos dos trabalhadores. Cabia ainda ao pároco a orientação das famílias, transmitindo-lhes a importância dos valores cristãos na constituição do núcleo familiar. Este apoio à instituição da família começou pelo incentivo aos primeiros operários a efetuarem um casamento católico. A empresa valorizou, desde o início dos anos vinte, a célula da família como fonte de estabilidade social, estabelecendo uma relação estreita entre expansão da fábrica e reprodução familiar.⁵⁴⁶

A construção da capela foi iniciada a 17 de fevereiro 1930, tendo sido concluída a 11 de novembro desse ano.⁵⁴⁷ No mês anterior, numa carta pastoral datada de 13 de outubro, o Bispo de Leiria, D. José Alves Correia, declarava «como dignas de crédito as visões das crianças na Cova de Iria», o que permitiu reconhecer «oficialmente o culto de Nossa Senhora de Fátima».⁵⁴⁸ A 23 de novembro, feita a bênção e a inauguração da Capela da Fábrica, esta foi dedicada a Nossa Senhora de Fátima pelo Bispo de Leiria, passando a estar aberta ao culto.⁵⁴⁹ Este equipamento do Bairro foi oferecido à ECL por Palmira Diogo da Silva Sommer, esposa de Henrique Sommer. A imagem da padroeira foi oferecida pela mãe de Palmira e acionista da ECL, Maria Nazaré Diogo da Silva. Dada a cronologia da sua inauguração, é provável que a Capela da Fábrica de Maceira-Liz tenha

“distrativos”, com o pretexto de desenvolver a instrução dos operários, permitia ainda afastá-los de lugares de encontro onde estes pudessem ficar expostos à discussão e às influências das ideias da propaganda socialista. Cf. Manuel Braga da Cruz, «As origens da... (II), (1978b), 536.

⁵⁴⁵ Através dos dados anotados por Gastão B. Pinto nos seus Cadernos, percebe-se que até então a missa fora celebrada no edifício do Refeitório dos trabalhadores, situado no interior do recinto da Fábrica.

⁵⁴⁶ No contexto territorial de Maceira-Liz, o papel da religião terá tido ainda a função de promover a coesão social e de combater ideologicamente as ideias subversivas associadas ao socialismo e ao radicalismo comunista. A proximidade do conjunto fabril e social de um dos mais ativos focos de revolta contra o regime do Estado Novo, a Marinha Grande, foi desde o início motivo de preocupação para a ECL.

⁵⁴⁷ Cf. Pinto, *Caderno I*, 241. Com o contínuo aumento da população local, a Capela viria a ser ampliada no final dos anos 50.

⁵⁴⁸ Embora segundo José Barreto o culto de Fátima tenha vindo a ser gradualmente assumido pela Igreja a partir de 1920 e pelo Estado a partir de 1928. Cf. Barreto, *Religião e...*, 2002, 44-45. Também a análise de Bruno Cardoso Reis, ao fenómeno de Fátima através da imprensa diária católica no período (1917-1930) é de que a hierarquia católica escolheu logo no início não se opor a Fátima de forma taxativa. Cf. Bruno Cardoso Reis, «Fátima: a receção nos diários católicos (1917-1930)», *Análise Social*, XXXII, nº158-159 (2001), 297. Mas efetivamente, segundo Luciano Cristino foi a 12 de outubro de 1930, que o culto de Fátima terá sido oficialmente permitido pela Igreja Católica. Cf. Luciano Coelho Cristino, «Fátima», em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo (Lisboa: Círculo de Leitores, 2000), 247.

⁵⁴⁹ Cf. «Inauguração da Capela da Fábrica de Cimentos-Liz – na Maceira», em *Boletim da Diocese de Leiria*, Ano VII, novembro-dezembro de 1930, nº 11 e 12, 313.

sido o primeiro espaço religioso oficialmente consagrado ao culto de Fátima, elemento essencial do projeto de recristianização de Portugal.

Segundo o relato do *Boletim da Diocese de Leiria*, naquele dia estiveram presentes a Direção e os acionistas da ECL, os membros da Família Sommer, os trabalhadores e a população da freguesia de Maceira. A cerimónia dirigida pelo Bispo de Leiria incluiu uma procissão, na qual desfilaram as imagens que viriam a ser colocadas na capela. O prelado seguia sob um pálio conduzido por elementos da Direção e engenheiros, e as várias imagens desfilaram até à casa de Rocha e Mello, tendo aí sido benzidas. Em seguida, D. José Alves Correia anunciou à multidão que quem rezasse as orações à imagem da padroeira teria direito a 50 dias de indulgência. Regressados à capela, a cerimónia religiosa continuou sendo acompanhada pela orquestra e coro da Fábrica. Após o evangelho, o Bispo explicou a razão de aquela Capela ser dedicada a Nossa Senhora de Fátima:

A Virgem Santíssima aparecendo na Fátima a uns pequenos pastores, evento que levantou a alma portuguesa, que parecia ter esquecido a sua missão gloriosa; aquela Fábrica que é um modelo de iniciativa, tenacidade e patriotismo, é um poderoso elemento de regeneração económica da nossa pátria. Deu os parabéns aos ilustres directores, engenheiros e operários, recomendou-lhes a união que faz a força, e o amor para com Jesus Sacramentado que de ora avante ficava naquele Sacrário para ser o companheiro de todos os que trabalhavam, quer nas alegrias quer nas tristezas da vida.⁵⁵⁰

Naquele dia, foi ainda criado um núcleo das Conferências de S. Vicente de Paula da responsabilidade da ECL.⁵⁵¹ Em 1920, fora D. José Alves Correia, aquando do processo de restauração da diocese de Leiria, que havia instituído aquele movimento católico de leigos na nova diocese. O núcleo de Maceira-Liz, que passou a funcionar junto à Cooperativa de Consumo, era presidido pelas esposas do Diretor da ECL e do Diretor Técnico, respetivamente Palmira Sommer e Alcina Rocha e Mello.⁵⁵²

2.6. A Fábrica como Missão

No ano de 1931, são várias as referências às estreitas relações de Rocha e Mello com a Diocese de Leiria e com Fátima. Veja-se a título de exemplo algumas entradas da sua agenda pessoal desse ano. A 12 de janeiro de 1931, Rocha e Mello escreve: «Acabei o projeto do depósito

⁵⁵⁰ Idem, 312.

⁵⁵¹ Cf. Fontes, «Catolicismo Social...», 312. Segundo Paulo Fontes, as Conferências de S. Vicente de Paula, haviam sido fundadas em Portugal em 1859, precisamente no período identificado pelo autor como o primeiro surto do catolicismo social no país.

⁵⁵² Nos anos quarenta, viria a ser criada e organizada por Rocha e Mello uma “Sopa dos Pobres” em Maceira. A Fábrica contribuía com os bens necessários ao seu funcionamento.

d'água para Fátima».⁵⁵³ No dia seguinte, anota: «Fui a Fátima no Lância. Entreguei o projeto ao padre Manuel. Cheguei à Fábrica às 4h».⁵⁵⁴ Desde logo, fica claro que a ECL estava empenhada na infraestruturação de um espaço religioso no qual, no final dessa década, se começaria a erigir a Basílica de Fátima - e em cujo projeto o próprio Engenheiro Rocha e Mello viria a ter um papel decisivo.

É também particularmente interessante a entrada de 26 de abril 1931: «De manhã missa na Capela. Às 15.30h fui a Leiria ouvir a 2ª Conferencia do Padre Mateo, de que gostei muito.»⁵⁵⁵ Tratar-se-ia do padre Mateo Crawley-Boevey que se deslocara pela primeira vez a Portugal em dezembro de 1927 enviado pelo papa Pio XI, com o objetivo de difundir a Entronização do Sagrado Coração de Jesus a todos os lares católicos.⁵⁵⁶ Saliente-se que esta decisão papal ocorrera meio ano após a ECL ter já tomado a iniciativa de entronizar a Fábrica de Maceira-Liz ao Sagrado Coração de Jesus, como já foi referido. (Cf. Anexo 1. Fig. 20)

Eleito Papa em 1922, Pio XI definira a Ação Católica como a participação dos leigos no apostolado hierárquico, ou seja, seria um movimento de leigos em dependência direta da hierarquia com o objetivo de cristianizar as massas.⁵⁵⁷ A Ação Católica foi a nova proposta do seu pontificado, tendo vindo desde logo a institucionalizar progressivamente medidas como a Entronização do Sagrado Coração de Jesus como forma de difundir a política religiosa do Vaticano em países de tradição católica. Mateo Crawley-Boevey, um apóstolo do Sagrado Coração de Jesus, estivera em 1923 em Itália, em 1925 na Polónia, em 1926 em Espanha, em 1927 na Jugoslávia e Checoslováquia.⁵⁵⁸ Chegado a Portugal pela primeira vez em meados de 1927, começou, segundo Filipe R. Meneses, por falar com os bispos de Évora e de Braga, deslocando-se em seguida a Coimbra, onde após alguns retiros com padres da diocese, acabou por ser alojado por Cerejeira, no Convento dos Grilos. Cerejeira conhecera-o aquando da sua estadia em Évora. Veio, entretanto, a tornar-se confidente deste e de Salazar.⁵⁵⁹ Tanto Franco Nogueira, como Filipe Meneses relatam

⁵⁵³ Cf. Mello, *Agenda Pessoal*..., 1931.

⁵⁵⁴ Idem.

⁵⁵⁵ Idem.

⁵⁵⁶ O Padre Mateo Crawley-Boevey (1875-1960) foi um dos mais íntimos confidentes do Papa Pio XI, tendo sido enviado por este como apóstolo e pregador do culto do Sagrado Coração de Jesus pela Europa. Cf. Franco Nogueira, Salazar. *A Mocidade e os Princípios*. Vol. I (Coimbra: Atlântida Editora, 1977), 328-329. Em 1927, quando se deslocou pela primeira vez a Portugal a convite de D. Manuel da Conceição Santos, Arcebispo de Évora, terá chegado àquela diocese a 5 de dezembro de 1927. Cf. Nelson da Costa Fernandes, *D. Manuel Mendes da Conceição Santos, missionário da planície (1920-1955): o culto mariano na Arquidiocese de Évora*, (Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa, 2017), 47 e 54.

⁵⁵⁷ Cf. Maria Inácia Rezola, *O Sindicalismo Católico no Estado Novo 1931-1948*. Lisboa: Ed. Estampa, 1999.

⁵⁵⁸ Cf. Ferreira, «A Ação Católica...», 2001, 9-19.

⁵⁵⁹ Cf. Filipe R. Meneses, Salazar. *Uma biografia política*, Vol. 1 (Alfragide: D. Quixote, 2009), 71.

as relações que se terão, entretanto, estreitado entre os três.⁵⁶⁰ Franco Nogueira alude a um episódio no início de 1928 em que os três amigos conversavam:

(...) debruçados à varanda dos Grilos, Mateo volta-se para Salazar, passa-lhe brandamente a mão pelo rosto em jeito de festa carinhosa. E diz-lhe: «*A mim não enganas. Por detrás desta frieza, há uma ambição insaciável. És um vulcão de ambições.*» Salazar não reagiu.⁵⁶¹

A leitura que Crawley-Boevey fizera de Salazar terá sido certa. Ainda em 1928, Salazar aceitou o convite de José Vicente de Freitas, aquando da sua tomada de posse da presidência do ministério, assumindo em abril a pasta das Finanças. Por seu lado, a 13 de março desse ano, Cerejeira foi nomeado Arcebispo de Mitilene por Pio XI, coadjuvando o Cardeal Patriarca de Lisboa, D. António Mendes Belo.⁵⁶² Segundo Irene Pimentel, no final do ano seguinte, a 16 de dezembro de 1929, Cerejeira tornou-se cardeal com apenas 41 anos, sendo apelidado em Roma como o “Cardinale Bambino”.⁵⁶³

É neste contexto religioso e político que se enquadram as frequentes idas de Rocha e Mello de Maceira-Liz a Fátima, bem como a devoção pessoal que tinha por aquele espaço do culto mariano, bem documentadas por João Leal de Faria.⁵⁶⁴ São de destacar a visitas a Fátima no mês de maio de 1931. Rocha e Mello anota que no dia 11 chegara a Maceira, para irem a Fátima, a sua irmã Jack acompanhada de José Sommer Ribeiro.⁵⁶⁵ Vinham assistir às cerimónias religiosas que ocorreriam nos dois dias seguintes: a Consagração de Portugal ao Imaculado Coração de Maria. No dia seguinte, Rocha e Mello, a esposa Alcina, José Sommer Ribeiro e Jack deslocam-se a Fátima, onde, segundo o engenheiro, se assistiu a: «Manifestação colossal de fé».⁵⁶⁶ A 13 de maio escreve: «Cerimónias em Fátima muito impressionantes pela sua extraordinária imponência».⁵⁶⁷ Foi neste dia que o Cardeal Cerejeira, acompanhado dos bispos portugueses, consagrou Portugal ao Imaculado Coração de Maria, agradecendo à Virgem ter conseguido que a nação portuguesa voltasse a ver «a aurora da luz e da esperança depois da cerração da noite».

⁵⁶⁰ Cf. Franco Nogueira, *Salazar. A mocidade e os Princípios*, Vol. 1, (Coimbra: Atlântida Editora, 1977); Meneses, *Salazar. Uma...*, Vol. 1, 2009.

⁵⁶¹ Cf. Nogueira, *Salazar. A mocidade...*, Vol. 1, 1977, 330.

⁵⁶² Cf. Irene Flunser Pimentel, *Fotobiografias do século XX - Cardeal Cerejeira*, dir. Joaquim Vieira, (Lisboa: Temas & Debates, 2008). Após a morte do cardeal Mendes Belo a 5 de agosto de 1929, Cerejeira foi eleito, por unanimidade, pelo Cabido da Sé de Lisboa, vigário capitular até que o Vaticano nomeasse novo patriarca. A 18 de novembro o Vaticano elegeu-o cardeal-patriarca de Lisboa, o que implicava que o bispo de Lisboa fosse elevado ao cardinalato.

⁵⁶³ Idem, 43.

⁵⁶⁴ Cf. Faria, *Ao recordar ...*, 1992, s.p.

⁵⁶⁵ Jack era a mais velha das cinco irmãs de Rocha e Mello. Tratava-se de Maria João Osório Rocha e Melo nascida dois anos depois deste em 1893. Entrevista de José Bento Roquette Rocha e Mello e Rita Brito Patacho de Matos a Isabel Bolas, realizada a 1 de maio de 2018.

⁵⁶⁶ Cf. Mello, *Agenda Pessoal...*, 1931.

⁵⁶⁷ Idem.

Para confirmar de forma definitiva a íntima relação entre o projeto industrial de Maceira-Liz e a devoção da Virgem em Fátima, foi o engenheiro Rocha e Mello o responsável pelo projeto e execução da cobertura da Basílica de Fátima. O projeto original do edifício fora executado pelo arquiteto holandês Gerardus van Krieken, prevendo para o corpo principal da igreja uma abóbada construída em madeira. Mas D. José Alves de Correia nunca gostara daquela solução. Preferia que ali fosse utilizado um material mais nobre e definitivo, como a pedra. Segundo Gil Brás de Oliveira, o pedido de repensar uma solução construtiva para a cobertura da Basílica terá sido feito ao engenheiro Rocha e Mello aquando da peregrinação que este ali fez a 13 de maio de 1940.⁵⁶⁸ Porém, a descoberta no AHFML de um desenho assinado por Rocha e Mello datado de 4 de outubro de 1939 indica que o pedido da Diocese de Leiria terá sido anterior a 1940. (Cf. Anexo 1. Fig. 21)

O devoto engenheiro estudou, pesquisou e encontrou uma solução construtiva que permitia vencer o vão do edifício, cujas paredes exteriores projetadas atingiam os 18m de altura. A solução escolhida era duradoura e recorria ao material nobre e resistente que melhor conhecia – o cimento. Entre a literatura científica desta especialidade publicada na Alemanha da época, Rocha e Mello descobriu um sistema que conseguiu adaptar ao projeto da Basílica. Tratava-se de uma solução patenteada pelas casas *Dyckerhoff & Widman* e *Zeiss*, a chamada abóbada de betão armado do tipo “Casca de Ovo”, cuja solução construtiva fora já experimentada com êxito no edifício do mercado de Frankfurt. Consultados os autores da patente, estes confirmaram a exequibilidade da aplicação do seu método ao edifício da Basílica de Fátima. Em novembro de 1940, foram recebidos em Portugal os cálculos da abóbada, que foram traduzidos e interpretados por Rocha e Mello, seguindo o respetivo processo de cálculo. A abóbada não ficou em betão aparente, ela foi revestida por uma placagem de pedra. A obra acabou por ser executada e concluída sob a direção e responsabilidade de Rocha e Mello. Concluída a obra, o Papa Pio XII conferiu ao engenheiro da ECL a insígnia da Ordem de S. Silvestre como reconhecimento serviço prestado à Igreja.⁵⁶⁹

Esta revisão da relação existente entre o desenvolvimento da Fábrica de Maceira, o ideário católico dos seus atores, a própria Igreja Católica e o culto de Fátima logo desde a sua oficialização, relação esta que se exprimiu, quer periodicamente pelos momentos de legitimação simbólica atrás descritos, quer continuamente pelas fortes relações pessoais e institucionais do seu principal ator

⁵⁶⁸ Cf. Gil Braz de Oliveira, «Abóbada da Basílica de Fátima», em *Evocação de José Osório da Rocha e Mello*, (Lisboa: CIMPOR Cimentos de Portugal, 1991), 105.

⁵⁶⁹ Sobre a participação e envolvimento da ECL e de Rocha e Mello no projeto e obra da Basílica de Fátima ver: Oliveira, «Abóbada da Basílica de Fátima»..., 1991, 105-107, 159-165.

com o culto de Fátima e as autoridades religiosas de Leiria, quer pela própria construção da Basílica, permite contextualizar de uma outra forma a construção desta Fábrica e a introdução das inovações tecnológicas a ela associadas.

Para além de todo o significado científico, tecnológico e económico da construção de uma moderna e produtiva fábrica de cimento, esta revestia-se, para os seus dirigentes e proprietários, de significado mais profundo do ponto de vista ideológico: era também a oportunidade de concretizarem os seus ideais católicos, de acordo com a Doutrina Social da Igreja, assumindo todo este processo de desenvolvimento do conjunto fabril e social o carácter de uma autêntica “Missão”. Missão essa, que, baseando-se nas encíclicas papais sobre a Questão Social, se materializou na forma como foi projetado e desenhado o complexo fabril no seu todo. (Anexo 1. Fig. 22)

Foi precisamente no ano de 1931, em que decorreram as cerimónias em Fátima presididas por Cerejeira, acima descritas, que ocorreu o maior número de revoltas e greves do período da Ditadura Militar. A 4 de abril, eclodiu uma revolta na Madeira, e, ainda nesse mês, onze dias após a proclamação da República em Espanha, a 14 de abril, ocorreu uma greve dos estudantes das Faculdades de Medicina de Lisboa, que se estendeu às restantes faculdades da capital e às da cidade do Porto. Quatro meses depois, a 25 de agosto, a revolta da Madeira repercutiu-se no Continente. Segundo Fernando Rosas, a derrota e a pacificação, conseguida a 26 de agosto de 1931, terá reforçado ainda mais a corrente que já apoiava Salazar.⁵⁷⁰

Ao assumir a pasta das Finanças em 1928, Salazar efetuara com sucesso a reforma orçamental. Dois anos depois, aquando da criação da União Nacional propusera uma nova solução de regime. Consolidada a sua posição no Ministério das Finanças, propusera um Estado Novo, um Estado que reduzisse a insegurança e integrasse os grupos socioeconómicos na tomada de decisões. Esta ideia do Ministro das Finanças tinha já bastantes defensores e assentava numa base programática que se estendia dos defensores do corporativismo social de finais do século XIX, ao corporativismo monárquico integralista e ainda ao corporativismo político europeu do século XX.⁵⁷¹

No início dos anos trinta, as estratégias das relações entre a Igreja e Estado serão ambas de aproximação à sociedade. A Igreja irá, não só empenhar-se em divulgar os resultados do Concílio Plenário (1926) e a Pastoral Coletiva do Episcopado Português (1930), como fará um apelo à

⁵⁷⁰ Cf. Rosas, «O Estado Novo...», Vol.7, 1994, 224-226.

⁵⁷¹ Mas, segundo Nuno Madureira, apesar das teorias em que se propusera assentar, nomeadamente na Doutrina Social da Igreja, a solução corporativa do Estado Novo virá a ser aplicada de forma estritamente programática, limitando-se a dar resposta aos setores económicos onde existiam problemas. Cf. Madureira, *A economia dos interesses...*, 12.

unidade e à disciplina, traduzido num espírito de cruzada que nas décadas seguintes se irá ampliar nas mais diversas manifestações.⁵⁷² Em 1930 aquando da criação da União Nacional (UN), a solução política do futuro regime inicia-se com Salazar a afirmar a necessidade de se lançarem as bases de um modelo diferente de organização da sociedade, de um Novo tipo de Estado.

No próximo capítulo, veremos como a ECL irá responder ao apelo feito tanto pela Igreja como pelo Estado de um duplo ressurgimento nacional. O conjunto fabril e social de Maceira -Liz acabará por se tornar um modelo, uma âncora, tanto para o projeto da Igreja Católica de recrestianizar Portugal, como para a Nova Ordem Corporativa.

⁵⁷² Cf. Rezola, «A Igreja Católica...», 245-277.

CAPÍTULO 3. Condicionamento Industrial e Política Social do Estado Novo. O papel de Maceira-Liz na institucionalização do Corporativismo Português (1931-1939)

«Quero dizer à ECL e em especial ao Sr. Henrique Sommer, que vim cá, expressamente para confundir a minha voz com os elogios aqui dirigidos e dizer-lhe da minha muita admiração pela obra realizada. Esta obra é grande em Portugal e em qualquer parte do Mundo. E, nesta hora em que alevanta o país do caos, o Governo não pode ter melhores auxiliares do que os homens como V. Ex. as. Por isso, lhes dirijo os aplausos do Governo Português. Quanto à obra realizada há apenas que *compreende-la*, e saber corresponder aos vastos horizontes que se abrem».⁵⁷³

Discurso de Teotónio Pereira na inauguração da Casa de Pessoal da ECL, 28 de outubro 1934

3.1. Introdução

Neste capítulo começarei por analisar o papel do condicionamento industrial na regulação da produção da indústria do cimento, entre 1932 e 1938, reconstituindo os primeiros acordos firmados entre a indústria dos cimentos e o Estado Novo através da Fábrica de Maceira-Liz.

Como vimos no capítulo anterior, a especificidade da organização social daquela Fábrica consistia na conjugação dos princípios do corporativismo católico com os ideais monárquicos perfilados pelos seus atores (industriais e engenheiros) que se combinaram, na idealização, e implementação de todo um conjunto de políticas sociais e assistenciais, consistentemente aplicadas naquele conjunto fabril e social. As negociações iniciadas em 1934 entre a ECL e o Estado viriam a permitir enquadrar as políticas sociais e assistenciais desenvolvidas e implementadas por aquela empresa na arquitetura do regime corporativo. Deste processo é particularmente interessante o conjunto de questões que a ECL coloca, em janeiro de 1934, ao INTP, em relação ao conceito de *Sindicato Nacional* instituído pelo Estado Novo em setembro do ano anterior. Refiro-me, por um lado, à apropriação, como caso exemplar de um organismo corporativo primário, de um equipamento programado e construído pela ECL – a primeira Casa do Povo, das cinco enunciadas, nas palavras do próprio Salazar «(...) que podem servir de modelo a esse ideal, a essa próxima realidade».⁵⁷⁴ E por outro, à criação pelos cimentos de um organismo corporativo intermédio, a primeira Federação das Caixas de Previdência – a «Cimentos».

⁵⁷³ Cf. «Uma grande obra a Casa de Pessoal da Fábrica de Cimentos de Leiria foi ontem inaugurada com a assistência do Sub-Secretário das Corporações», *Diário da Manhã*, 29 de outubro 1934, em *Memorial*, Doc. nº 213. AHFML.

⁵⁷⁴ Cf. António Ferro, Prefácio de Fernando Rosas, *Entrevistas de António Ferro a Salazar* (Lisboa: Ed. Parceria A.M. Pereira, 2ª ed., 2003), 153. Em 1938, Salazar dá uma série de entrevistas a António Ferro, nas quais faz uma síntese

Embora no início de 1934 o Estado tenha impedido a ECL de tomar posição dominante na indústria do cimento nacional, no final do ano não só permitirá que a empresa possa aumentar a capacidade produtiva, ao conceder a montagem de um terceiro forno, como não a impedirá de dirigir o processo de cartelização da indústria dos cimentos no ano de 1935. Após tornar-se sócia maioritária da Fábrica Tejo pertencente à CCT, a ECL dirigirá, a partir de março desse ano, o processo de cartelização dos cimentos, passando esta indústria a funcionar em duopólio e a autorregular-se. Até ao final dos anos trinta as políticas sociais da ECL acabarão por se estender às outras duas fábricas de cimento nacionais.

Como veremos, neste período, engenheiros e industriais tiveram papéis decisivos no rumo que o novo regime tomou e são determinantes para compreender a dimensão tecnológica do corporativismo português.

3.2. O alargamento do Condicionamento Industrial a todas indústrias (1931)

A partir de 1931, a produção de cimento em Portugal passou a ser regulada pelo que a historiografia considera ser o principal instrumento de regulação económica do Estado Novo - o Condicionamento Industrial.⁵⁷⁵ Sempre que o Estado considerasse a capacidade de produção de determinada indústria excessiva em relação às dimensões do mercado eram aplicadas restrições aos pedidos de instalações de novas unidades industriais, ou à introdução de novos maquinismos nas já existentes. Qualquer pedido de licenciamento de novas indústrias ou de ampliação e modernização de conjuntos industriais, teria de ser submetido para aprovação ao Ministério do Comércio e Comunicações, que ouviria previamente o Conselho Superior Técnico das Indústrias.

Já no início da Ditadura Militar, o condicionamento industrial fora utilizado com o objetivo de reorganizar pontualmente algumas indústrias.⁵⁷⁶ A 3 de janeiro de 1931, este instrumento de regulação passou a ser aplicado a um conjunto alargado de indústrias através do diploma legal que o promulgou, assinado pelo Ministro do Comércio e Comunicações, João Antunes Guimarães.⁵⁷⁷ Neste diploma, o condicionamento industrial é apontado como uma das respostas do Estado à

das mais importantes medidas tomadas pelo novo estado que dirige. Nos diversos temas abordados são sintetizadas as principais ideias do ditador, nomeadamente acerca do Corporativismo e das Casas do Povo. Esta série de entrevistas foi publicada pelo *Diário de Notícias* em 1938. Na entrevista de setembro de 1938, Salazar elenca cinco Casas dos Povo, para além de Maceira, refere Golegã, Vila Boim, Campo maior e Monforte da Beira. Cf. *infra* Capítulo 4, 4.1.

⁵⁷⁵ Segundo Fernando Rosas, os principais eixos da institucionalização económica do Estado Novo foram o protecionismo pautal, a cartelização corporativa e o condicionamento industrial. Cf. Rosas, *O Estado Novo...*, 1996.

⁵⁷⁶ O Condicionamento Industrial começou por ser aplicado à moagem em 1926, aos resinosos em 1927, e às conservas de peixe em 1928.

⁵⁷⁷ Cf. Decreto nº 19 354, de 3 de janeiro 1931, *Diário do Governo*, nº 38, 14 de fevereiro de 1931. Presidente do Ministério Domingos Oliveira. Ministério da Comércio e Comunicações, Ministro João Antunes Guimarães.

pressão da crise económica mundial desencadeada em 1929, assim como às repercussões que esta poderia vir a ter na indústria nacional. As medidas eram descritas como urgentes, estabelecidas transitoriamente, sem intuítos de ingerência na vida privada das atividades nacionais e solicitadas pelos industriais.⁵⁷⁸ Seis anos mais tarde, a 17 de maio de 1937, foi publicada a lei que institucionalizou o regime do condicionamento industrial, sem o subordinar ao carácter de transitoriedade.⁵⁷⁹

Segundo Nuno Madureira, o condicionamento industrial traduziu-se essencialmente em três tipos de medidas destinadas a moderar a oferta e garantir os preços da produção: limitou-se o uso da capacidade instalada, mediante quotas fixas de rateio atribuídas a cada fábrica, geralmente baseadas na média aritmética da produção nos anos de 1929-1930 a 1932; regulou-se a renovação e modernização dos equipamentos industriais; promoveu-se «o desvio da procura de bens importados para bens fabricados no mercado interno» – isto é, seria concedido preferencialmente o licenciamento – «de unidades industriais capazes de valorizarem consumos intermédios de matérias-primas nacionais, do tipo dos Carvões de S. Pedro da Cova e do Pejão».⁵⁸⁰ Como veremos ao longo deste capítulo, no caso da indústria dos cimentos, estes três tipos de medidas estatais irão regular o seu crescimento até ao final de 1934.⁵⁸¹

Segundo Brandão de Brito, o condicionamento industrial foi o instrumento que o Estado Novo utilizou para consumir a corporativização da indústria. Corporativização da indústria que acabou por se realizar, não tanto na arquitetura institucional corporativa (*Grémios, Sindicatos, Comissões Reguladoras*), mas antes pela intervenção do Estado, arrogando-se este o direito de

⁵⁷⁸ Este decreto viria a ser regulamentado por outros dois, emitidos ainda em 1931. Trata-se do Decreto nº 19 409, *Diário do Governo*, nº52, 1ª série, 4 de março de 1931; e do Decreto nº 20 521, *Diário do Governo*, nº 265, 1ª série, 17 de novembro de 1931, Ministério do Comércio e Comunicações. Direção Geral das Indústrias. Ministro João Antunes Guimarães. No Decreto nº 19 409 de 4 de março de 1931 eram apenas onze as indústrias abrangidas pelo Condicionamento Industrial (1ª Cortiça e seus derivados; 2ª Tecelagem e lãs; 3ª Fiação e tecelagem de algodões; 4ª Chocolates e Cacau; 5ª Vidros de uso doméstico e iluminação; 6ª Papel; 7ª Fundição de ferro e aço; 8ª Alpercatas e solas de borracha; 9ª Serração e madeira; 10ª Pelaria e curtumes; 11ª Fermentos e leveduras selecionadas). Quanto ao Decreto nº 20 521 de 17 de novembro de 1931, determinava que todas as indústrias passassem a ser abrangidas pelo Condicionamento Industrial. Estes dois decretos acabam por ser complementares um do outro, já que no segundo decreto a intervenção do Estado foi alargada a todas as indústrias que dependiam de licenciamento ou de fiscalização da Direcção-Geral dos Serviços Industriais, ou seja, praticamente todas.

⁵⁷⁹ Cf. Lei nº 1956, *Diário do Governo*, nº 113, 1ª série, de 17 de maio de 1937. Ministério do Comércio e Indústria, Ministro Pedro Teotónio Pereira.

⁵⁸⁰ Cf. Madureira, «O Estado, o patronato...», 1998, 784.

⁵⁸¹ Idem, 781-782. Segundo Nuno Madureira, este instrumento de regulação económica surgiu a par de um conjunto de medidas tomadas pelo então ministro das Finanças, Oliveira Salazar, que vieram credibilizar o governo da Ditadura Militar. O autor refere-se à reforma dos impostos concluída em 1929, à promulgação de uma nova pauta alfandegária, e à estabilização da taxa de câmbio com o objetivo de combater a desvalorização do escudo, apontando no sentido de reintroduzir a moeda portuguesa no sistema do padrão-ouro.

disciplinar a produção de diversos sectores industriais.⁵⁸² Este autor defende que o condicionamento industrial, não só constituiu um dos mais importantes instrumentos de política económica do Estado Novo, como também representou uma espécie de recurso da concorrência no contexto do corporativismo português, tendo contribuído de forma decisiva para a prossecução de alguns dos seus pressupostos - nacionalismo e intervencionismo - e objetivos - disciplina dos mercados e arbitragem de interesses potencialmente conflituais.⁵⁸³

Parece-me particularmente interessante analisar as reflexões finais da investigação de Brandão de Brito sobre o papel do condicionamento industrial na industrialização portuguesa no pós-guerra entre 1948 e 1965.⁵⁸⁴ As conclusões a que chega incluem um conjunto de dúvidas a que me parece ser pertinente atentar, uma vez que coincidem com a hipótese que coloco do que terá ocorrido na aplicação do condicionamento industrial à indústria dos cimentos a partir de 1934, através do papel desempenhado pela ECL.

Brandão de Brito começa por questionar a longevidade deste instrumento de regulamentação económica já que, tinha sido «concebido como um instrumento de política vocacionado para constituir uma medida de emergência de aplicação restrita e carácter excecional, como se explica que o condicionamento tenha acabado por durar o tempo que durou o regime?».⁵⁸⁵ Continua, questionando que aliada à longevidade ocorreram vários desvios à sua aplicação, assim como decisões tomadas cujo carácter por vezes foi contraditório, o que poderia levar à conclusão apressada e incorreta, segundo o autor, de que «a política industrial se baseou, em grande parte, num equívoco». Consta que a «falta de critérios» na aplicação da avaliação do condicionamento foi sendo realizada a cada momento face ao que os responsáveis pela decisão final decidiam «o que consideravam ser o interesse nacional».⁵⁸⁶ O autor explica que, dada a fragilidade técnica da maioria dos processos industriais submetidos às regras impostas pelo Condicionamento, naturalmente os empreendimentos mais significativos acabavam por ser aprovados mesmo que para tal fossem contornadas, regra geral, as imposições deste instrumento regulador estatal. O que efetivamente acabou por acontecer no período estudado pelo autor foi a decisão final não ser fundamentada em função dos fatores de ponderação deste instrumento de regulação económica, mas sim do entendimento que o Estado fazia, face ao momento vivido, do chamado «interesse nacional». Brandão de Brito conclui que,

⁵⁸² Cf. José Maria Brandão de Brito, *A industrialização portuguesa no pós-guerra (1948-1965). O Condicionamento Industrial*, (Lisboa: Publicações D. Quixote, 1989).

⁵⁸³ Cf. José Maria Brandão de Brito, «Condicionamento Industrial», em *Dicionário de História do Estado Novo*. Vol. 1, dir. Fernando Rosas, José M. Brandão de Brito, (Lisboa: Bertrand Editora, 1996), 184.

⁵⁸⁴ Cf. Brito, *A industrialização...*, 321-326

⁵⁸⁵ Idem, 323.

⁵⁸⁶ Idem.

apesar das vulnerabilidades identificadas ao longo da sua investigação do condicionamento industrial, não lhe parece que este tenha sido comprometido no essencial já que:

o cumprimento dos objetivos centrais da política industrial (disciplinar e amortecer os efeitos da concorrência, evitar a proliferação de muitas pequenas unidades marginais e permitir ao Estado manter o controlo sobre o que de mais relevante se passava no domínio da industrialização), como se conseguiu assim preservar a eficácia do condicionamento.⁵⁸⁷

A indústria dos cimentos é também um caso exemplar - para além dos casos referidos por Brandão de Brito no período do pós-guerra – para demonstrar as várias dúvidas que este autor levanta acerca da eficácia do condicionamento. Como veremos, o condicionamento foi sistematicamente “contornado” pela ECL a partir do final de 1934. A principal vantagem da ECL em todo este processo foi a sua supremacia técnica no contexto nacional, vantagem que permitiu a esta empresa contrariar aquilo que Brandão de Brito descreve como «a fragilidade técnica», o que, nos cimentos, acabou por ter um peso significativo na tomada de decisão do Estado, aquando da aplicação do condicionamento.⁵⁸⁸ A outra grande vantagem da ECL neste processo foi a obra social de assistência e previdência proporcionada aos seus trabalhadores, que defendo ter tido, no ano de 1934, um papel determinante na tomada de decisão final acerca do pedido de instalação de maior capacidade de produção em Maceira-Liz em relação às duas outras fábricas existentes. Com efeito, parafraseando a expressão de Brandão de Brito, os responsáveis estatais terão tido em conta o «interesse nacional» que Maceira-Liz representava para o Estado no ano de 1934. A história da Maceira-Liz confirma a efetiva corporativização de um dos mais importantes setores da indústria portuguesa. Mas, ao contrário do que propõe Brandão de Brito e a maioria dos autores que se debruçou sobre este tema, uma das chaves deste importante fenómeno de corporativização da indústria foi, não só a superioridade tecnológica da ECL, como a experiência social católica associada à regulação da produção.⁵⁸⁹

3.2.1. Aplicação do Condicionamento Industrial aos Cimentos: 1931-1932

Embora o fomento não constituísse a prioridade do Ministro das Finanças António de Oliveira Salazar ao iniciar a sua “ditadura financeira” (1928-1932), a austeridade prometia dar lugar a médio prazo a um forte investimento em infraestruturas. No orçamento de 1929, centrado em acabar com o défice, estabilizar a moeda e reorganizar o crédito, portos e estradas eram já

⁵⁸⁷ Idem, 324

⁵⁸⁸ Cf. Brito, *A industrialização...*, 323.

⁵⁸⁹ Sobre a análise económica à aplicação do condicionamento à indústria dos cimentos em Portugal no período temporal estudado neste capítulo, ver: João Confraria, *Condicionamento Industrial...*

considerados investimentos fundamentais para consolidar o mercado interno, promover trocas com as colónias e aumentar exportações. A indústria de cimento parecia assim ter à sua frente um futuro promissor que justificava novos investimentos. Não só poderia aumentar a sua capacidade produtiva para abastecer os materiais de construção para as novas obras públicas, como beneficiaria ainda das medidas protecionistas que prometiam promover a produção nacional.⁵⁹⁰ Tais perspetivas não se realizaram de forma automática, exigindo a participação ativa dos engenheiros e industriais da ECL, os principais atores históricos desta tese. No capítulo seguinte descreve-se em detalhe o processo pelo qual a ECL garantiu que fosse usado cimento produzido em Portugal nas principais obras do Estado Novo, com especial atenção ao porto de Leixões. Neste capítulo, discute-se a forma como a ECL negociou e concretizou o aumento da sua capacidade produtiva em Maceira-Liz no contexto de condicionamento industrial e formação de um estado corporativo.

Em 1931, existiam apenas três fábricas de cimento Portland em Portugal. A Fábrica de Maceira-Liz, a Fábrica Tejo e a Fábrica Secil.⁵⁹¹ As capacidades instaladas e a qualidade do cimento produzido pelas três unidades fabris eram bastante diferentes. Tanto a Tejo como a Secil produziam até então um cimento de menor qualidade tanto em relação ao de Maceira-Liz como ao que era importado e que circulava no mercado português. A tecnologia existente naquelas duas unidades industriais, nomeadamente a ausência de fornos rotativos, era em grande parte responsável pela sua situação precária no início dos anos trinta.⁵⁹² Como já vimos, fora a Fábrica de Maceira-Liz, inaugurada em 1923, que instalara o primeiro forno rotativo para produção de cimento em Portugal, cuja capacidade anual prevista era de 50 000t. Entre 1927 e 1929, foi instalado um segundo forno rotativo com capacidade produtiva de 70 000t e foram ali introduzidas inovações tecnológicas que permitiram aumentar a capacidade de produção para um total de 120 000t.⁵⁹³

⁵⁹⁰ Este tópico será aprofundado no capítulo 4.

⁵⁹¹ É ao ano de 1918 que remonta o complexo processo liderado por Baltazar Freire Cabral, da criação da Secil. Nesse ano, foram criadas duas empresas, que viriam a adquirir, e gerir o património da *Compagnie des Ciments du Portugal*, formada com capitais belgas que se encontrava em processo de insolvência. A Companhia Geral de Cal e Cimento, SARL, liderada por Baltazar Freire Cabral, que adquire e gere o património do conjunto industrial até 1925. Ainda em 1918, foi criada uma sociedade por quotas, por Freire Cabral e Manuel Vicente Ribeiro, a Sociedade de Empreendimentos Comerciais e Industriais Lda., que, a partir de 1925, passa a gerir a produção do conjunto industrial, ao arrendar o património da empresa. Foi nesse ano que a marca do cimento ali produzido passou a ser comercializado com um novo nome, SECIL (as iniciais da sociedade que passa a dirigir a produção). Porém, só em 1930, segundo a vontade de Baltazar Freire Cabral, a empresa é formalmente reformulada, através da fusão das duas empresas por si criadas em 1918, e passa a ter uma nova designação, ou seja, a contração dos seus nomes, Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, SARL. Cf. Oliveira, *A Indústria Portuguesa...*, Vol.1, 178-179.

⁵⁹² Cf. João Confraria, «Política industrial ...», 796.

⁵⁹³ Cf. Amável Granger, «A indústria do cimento em Portugal», em *I Congresso da União Nacional. Discursos, Teses e Comunicação*. Vol. VI, (Lisboa: Edição da União Nacional, 1935), 110-128.

A Secil e a Tejo, animadas pela conjuntura favorável, seguiriam o exemplo de Maceira-Liz e em 1931, instalaram também novos fornos rotativos. A Fábrica Tejo, instalou um forno encomendado à empresa alemã *Miag*, cuja capacidade de produção anual era de 30 000t.⁵⁹⁴ Esta fábrica iniciaria os seus primeiros ensaios de produção de cimento por esta via em novembro desse ano, sob a orientação de técnicos alemães da empresa que vendera o forno e que se mantiveram em Alhandra a dar formação, e a fazer funcionar o forno cerca de um ano. A Secil, após um período de profunda reestruturação de todo o seu conjunto industrial, viria a iniciar a montagem do primeiro forno rotativo em outubro desse mesmo ano, respondendo assim ao aumento da procura ditado pelas obras de expansão do porto de Setúbal. Refira-se que em 1931 passaram a ser acionistas maioritários da Secil duas empresas dinamarquesas: a *Empresa de Construção Civil Hojgaard & Schultz* (responsável por parte das obras do Porto de Setúbal) e a *Firma F.L. Smidth & C^a*, que juntamente com a empresa alemã *Polysius*, eram consideradas entre os melhores fabricantes de equipamentos para a produção de cimento da Europa.⁵⁹⁵ O processo de fabrico de cimento da Secil foi completamente modificado, tendo ali sido instalado um forno rotativo tipo *Unax*, cuja capacidade era de 46 000t.⁵⁹⁶

O quadro seguinte faz um ponto da situação da evolução da produção de cimento nacional em fornos rotativos entre 1923 e 1931. (Cf. Quadro III) Assim, em 1931 a produção era liderada pela ECL, que aumentou a sua capacidade de 50 000t em 1923 para 120 000t em 1929. Em segundo lugar, estava a Secil com a capacidade de produção de 46 000t e, por último, a Tejo com 30 000t, capacidades de produção alcançadas por ambas apenas no final de 1931.

A partir de 17 de novembro de 1931, data da regulamentação alargada do condicionamento industrial, o Estado intervém de forma mais direta na evolução dos três núcleos industriais de produção de cimento nacional.⁵⁹⁷

Ou seja, a renovação e modernização dos equipamentos e maquinismos industriais das três fábricas passará a depender da autorização estatal, que deveria ser feita segundo o novo decreto, em função da capacidade de produção existente em cada uma e do que se considerasse à altura ser

⁵⁹⁴ Cf. Oliveira, *A Indústria Portuguesa...*, Vol.1, 158-159

⁵⁹⁵ A empresa de construção civil *Hojgaard & Schultz* passou a ser representada na Secil por Knud Hojgaard e a *Firma F.L. Smidth & C^a* por Hans Cristhian Bechgaard. Segundo João Leal de Faria, a partir de 1931 apenas um terço do capital acionista de Secil era português, os outros dois terços eram equitativamente detidos pelas duas empresas dinamarquesas já referidas. Cf. Faria, *Ao recordar o mestre...*, 1992, s.p.; Oliveira, *A Indústria...*, Vol.1, 180.

⁵⁹⁶ Cf. Oliveira, *A Indústria ...*, Vol.1, 179-182.

⁵⁹⁷ Cf. Decreto nº 20 521, *Diário do Governo* nº 265, 1ª série, 17 de novembro de 1931. Ministério do Comércio e Comunicações. Direção Geral das Indústrias, Ministro João Antunes Guimarães. Determinou que o Condicionamento Industrial fosse alargado a todas as indústrias que dependiam de licenciamento ou de fiscalização da Direção-Geral dos Serviços Industriais.

o «interesse nacional».⁵⁹⁸ Como a capacidade de produção de Maceira-Liz era muito superior à de cada uma das duas outras fábricas, e em fevereiro de 1932 tinha sido aprovada legislação que implicava a possibilidade do uso de cimentos nacionais nas obras do Plano Portuário Nacional entretanto aprovado, não é de estranhar que tanto a Tejo como a Secil tenham requerido nesse mesmo ano a instalação de um segundo forno rotativo para responder à crescente procura interna.

Quadro III Evolução da capacidade de produção da indústria nacional de cimento com fornos rotativos até 1931			
Anos	Fábricas	Fornos Rotativos	Capacidade de produção/Anual em toneladas
1923	Maceira-Liz	1º Forno Rotativo <i>Polysius</i> – tecnologia alemã	50 000 t
1927	Maceira-Liz	2º Forno Rotativo <i>Polysius</i> – tecnologia alemã	70 000 t
1928-1929	Maceira-Liz	Ampliação dos fornos existentes Tecnologia alemã	120 000 t
1931	Tejo	1º Forno Rotativo MIAG – tecnologia alemã	30 000 t
1931	Secil	1º Forno Rotativo UNAX (<i>F.L. Smidth & C^o</i>) - tecnologia dinamarquesa	46 000 t

Gastão B. Pinto, registou nas suas notas pessoais que, a 14 de dezembro de 1932, a Fábrica de Maceira-Liz fora visitada pelo engenheiro Canto e Castro da Direção Geral das Indústrias, o órgão estatal central no processo do condicionamento industrial.⁵⁹⁹ Eram os serviços desta Direção-Geral que recolhiam todos os elementos necessários para a produção dos despachos governamentais que decidiam a sorte dos diferentes requerimentos feitos pelos industriais.⁶⁰⁰ Nesta visita, Canto e Castro recolheu ali informações para o relatório sobre o pedido de instalação de um segundo forno rotativo na fábrica da Secil, no Outão.⁶⁰¹

Na sequência deste pedido da Secil para instalar um segundo forno, ocorreu uma primeira tentativa de impedir o crescimento daquela empresa. Em dezembro de 1932, a Direção da ECL apresentou uma reclamação contra o pedido de um segundo forno rotativo requerido por aquela Fábrica.⁶⁰² Esta reclamação não terá sido aceite já que, a 8 de junho de 1933, foi concedida a autorização para a instalação de um segundo forno rotativo nas Fábricas Tejo e Secil.⁶⁰³

⁵⁹⁸ Cf. Idem.

⁵⁹⁹ Cf. Pinto, *Caderno I*, 290.

⁶⁰⁰ Cf. Brito, *A Industrialização...*, 187-88.

⁶⁰¹ Cf. Pinto, *Caderno I*, 290.

⁶⁰² Cf. ECL, *Conjunto de folhas...*, s.p.

⁶⁰³ Idem.

A partir do Quadro IV, pode constatar-se que, a partir de 1932, tendo a produção nacional atingindo as 120 900t, o valor das importações nesse ano caiu para menos de metade do ano anterior e reduziu-se quase quatro vezes no ano seguinte. Nesses dois anos, Maceira-Liz continuava a ser a Fábrica com maior capacidade de produção.⁶⁰⁴ Amável Granger, o Sub-Diretor Técnico, refere que nos anos de 1928, 1929 e 1930, se notou um grande aumento da importação de cimentos estrangeiros, especificamente para as obras marítimas.⁶⁰⁵ (Cf. Quadro IV)

Quadro IV Importação / Produção Nacional de Cimento <i>Portland</i> 1929 – 1933		
Anos	Importação de cimento em toneladas	Produção de Cimento Liz, Tejo e Rasca em toneladas
1924	5 982	—
1925	11 514	—
1926	10 639	—
1927	12 836	—
1928	14 817	—
1929	14 062	88 100
1930	16 529	98 700
1931	10 799	94 800
1932	5 322	120 900
1933	1 364	163 000

Fonte: Amável Granger, «A indústria do cimento em Portugal», em *I Congresso da União Nacional. Discursos, Teses e Comunicação*, Vol. VI (Lisboa: Edição da União Nacional, 1935), 126.

A partir do momento em que se aprovou o uso de cimentos nacionais nas obras portuárias, processo discutido em pormenor no capítulo seguinte, o «interesse nacional» referido na legislação do condicionamento industrial ditava a expansão da capacidade produtiva, e, por isso, o Estado autorizou a instalação dos segundos fornos na Secil e na Tejo. A reclamação da ECL, que tentou fazer uso do condicionamento industrial para manter a sua posição de liderança do mercado nacional, não resultou. Ter-se-á certamente considerando que a elevada procura não provocaria os efeitos nefastos da concorrência desenfreada tão temida pelos ideólogos do corporativismo.

3.2.2. A primeira tentativa gorada de expansão da ECL (1932-1934)

No mesmo ano de 1932 em que a Secil e a Tejo pedem autorização ao Estado para aumentar a sua capacidade de produção, a ECL ensaia também a sua expansão. O objetivo seria, não só conseguir aumentar a produção de cimento, mas também investir no sector da mineração, mais

⁶⁰⁴ Cf. Granger, «A indústria...1935, 125-126. Neste quadro, a produção nacional de cimento *Portland*, só passa a ser mencionada a partir de 1929, porque, segundo Amável Granger, até àquele ano a qualidade do cimento *Portland* produzido nas Fábricas Tejo e Rasca, era muito díspar.

⁶⁰⁵ Idem, 126.

concretamente na extração de carvão, matéria prima essencial ao fabrico de cimento.⁶⁰⁶ Já desde julho de 1927, durante a Ditadura Militar, passara a ser obrigatório o consumo de uma percentagem de carvões nacionais pela indústria, considerando-se que a dependência excessiva relativamente ao carvão inglês poderia constituir um obstáculo à modernização do país.⁶⁰⁷ Note-se ainda que o condicionamento industrial privilegiava o crescimento das fábricas que utilizassem maior quantidade de matérias-primas nacionais, nomeadamente o carvão.⁶⁰⁸

No final de 1931, a empresa que geria o Couto Mineiro do Cabo Mondego (CMCM), a Companhia Industrial Mineira de Portugal (CIMP), abriu falência, tendo os seus bens sido hipotecados pela CGD. No ano seguinte, a ECL mostra interesse em adquirir ações daquele conjunto mineiro e industrial com o objetivo de vir a explorá-lo.⁶⁰⁹ Para além dos calcários e margas ali existentes, também a possibilidade de extração de carvão interessava à empresa, que poderia assim avançar com o processo de integração vertical da sua unidade industrial.

Porém, a baixa qualidade do carvão betuminoso ali extraído fizera com que já desde os inícios do século XIX se considerasse o seu uso industrial no local, à boca da mina, em vez de o enviar por via-férrea ou navio para os centros industriais de Lisboa e do Porto.⁶¹⁰ A viabilidade do Cabo Mondego passara por procurar rentabilizar aquele conjunto de outras formas. Ao longo dos anos, haviam-se por isso ali instalado, fábricas de tijolo, garrafas e vidraças, cal hidráulica e «cimento natural».⁶¹¹ Como vimos no capítulo 2, a empresa, que geria o Cabo Mondego em 1922, havia interposto recurso ao pedido de exclusividade de introdução de um novo tipo de processo industrial pelo prazo de dez anos, requerido pela ECL aquando da instalação do primeiro forno rotativo para produção de cimento *Portland* artificial. A justificação dada fora também ali pretender

⁶⁰⁶ No processo da produção do cimento, a fase de clinquerização dos calcários e das margas no interior do forno é obtido através da sua pulverização por pó de carvão.

⁶⁰⁷ Cf. Decreto n.º 14 009, *Diário do Governo*, n.º 162, 1.ª Série, de 30 de julho de 1927. Ministério do Comércio e Comunicações - Direção Geral de Minas e Serviços Geológicos - Repartição de Minas. Presidente do Ministério A. Óscar de Fragoso Carmona. Ministro do Comércio e Comunicações Júlio César de Carvalho Teixeira. Este decreto estabelecia a obrigatoriedade do consumo de uma percentagem de carvão mineral português nas indústrias nacionais e no caminho-de-ferro. A percentagem era variável e fixada trimestralmente. Esta medida estatal foi desencadeada pela longa greve dos mineiros ingleses em 1926.

⁶⁰⁸ A 25 de março de 1931, em entrevista concedida ao jornal *O Século*, Vicente de Freitas fala da necessidade de se realizar um estudo consciencioso de todas as matérias-primas nacionais. O objetivo era o de diminuir a importação de matérias-primas, nomeadamente o carvão.

⁶⁰⁹ Dado o interesse da ECL em adquirir ações da empresa que geria o cabo Mondego que lhe permitisse vir explorá-lo, em fevereiro 1932 Rocha e Mello e a Direção da ECL visitaram o conjunto do Cabo Mondego. Para além das pedreiras de calcário ali existentes, também a possibilidade de extração de carvão interessava à ECL.

⁶¹⁰ Cf. José M. Brandão, Pedro M. Callapez e José M. Soares, «O Couto Mineiro do Cabo Mondego e o contributo técnico de Ernest Fleury (1878-1958) na indústria extrativa e cimenteira locais: um relatório geológico inédito de 1923», *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 16, (2016), 343-367.

⁶¹¹ Cf. Manuel Joaquim Moreira dos Santos, *O Complexo Industrial do cabo Mondego, sua origem e evolução através dos tempos*, (Figueira da Foz: Ed. Câmara Municipal da Figueira da Foz, 1982).

instalar esse tipo de forno para a produção de cimento. Porém, tal acabou por não acontecer até ter entrado em processo de insolvência em 1930.

Apesar de até ao final dos anos quarenta se ter continuado a apostar na rentabilização da extração de carvão no Cabo Mondego, o *Relatório Andrieux* de 1913 deixava bem claro que, a único solução de rentabilizar aquele conjunto industrial passava inevitavelmente pela instalação de moderna tecnologia destinada à produção de cimento *Portland* artificial.⁶¹² Note-se que no período em que foi encomendado este relatório, quem estava à frente da Companhia e dirigia aquele conjunto industrial era o sogro de Henrique Sommer, Luís da Silva Diogo.⁶¹³ Seria portanto natural que Sommer estivesse ao corrente desta informação. Como tal, no início de 1932, a posse do Couto Mineiro significava a possibilidade de num futuro próximo ali instalar também uma nova unidade de cimento *Portland* que fizesse uso dos carvões betuminosos ali existentes.

Foi numa Assembleia Geral da ECL, realizada a 30 de março de 1932, que foi decidido que a Direção da Fábrica de Maceira-Liz seria autorizada a investir na reabilitação do CMCM.⁶¹⁴ A estratégia definida implicava a negociação em duas frentes distintas. A primeira, seria negociar a transação com as casas bancárias que detinham ações da CIMP, o Banco Burnay e o Banco Português do Continente e Ilhas. A segunda, implicava a negociação direta com o Estado no sentido de este ceder à ECL a concessão daquele Couto Mineiro. Nesta assembleia foi ainda decidido que a ECL formaria uma nova sociedade que pudesse gerir aquele conjunto industrial.⁶¹⁵

Ao longo de 1933, o Estado abriu três concursos públicos para a concessão daquele conjunto mineiro e fabril.⁶¹⁶ Através de um artigo publicado a 20 de setembro num jornal da Figueira da Foz, *A Voz da Justiça*, fica-se a saber que existiam várias empresas e industriais interessados em adquirir a concessão daquele complexo industrial ao Estado. Nomeadamente, a

⁶¹² Cf. Oliveira, *A indústria...*, Vol.1, 228-229 e 232. Segundo Gil Brás de Oliveira, a partir de 1913, era claro que o destino incerto daquele conjunto industrial se resolveria através da produção de cimento *Portland*. Tratava-se do relatório encomendado pela Companhia Mineira e Industrial do Cabo Mondego encomendado à *Compagnie Parisienne des ciments artificiels*, E. Candlot & C^a. O relatório, datado de 20 de setembro de 1913, foi escrito pelo especialista J. Andrieux, e assinado por Edouard Candlot, fundador desta firma cimenteira francesa. Estes atestam não só a fraca qualidade do carvão daquele local, como reconhecem em contrapartida a existência de boas jazidas de matérias primas para a produção de cal hidráulica, e para a montagem de uma fábrica de cimento *Portland* artificial, com viabilidade para produção de 30 000t/ano por via semi-seca, com forno rotativo. Também um relatório do geólogo Ernest Fleury datado de 1923 corrobora o anterior relatório de 1913.

⁶¹³ Cf. Santos, *O Complexo...* 1982. Luís Diogo da Silva esteve à frente da empresa que geria o Cabo Mondego de 1875 a 1917. Nos últimos anos manteve-se naquele cargo como representante do BNU.

⁶¹⁴ Cf. ECL, *Conjunto de folhas...*, s.p.

⁶¹⁵ Idem.

⁶¹⁶ Cf. Santos, *O Complexo...*, 81-82. Foi através do Decreto nº 22 480 de 25 de abril de 1933 que foi determinada a abertura de um primeiro Concurso Público para a adjudicação da Concessão do Couto Mineiro do Cabo Mondego e Indústrias Anexas. Mas ninguém concorreu. Novo concurso público foi aberto cinco meses depois, pelo Decreto nº 23 035 de 15 de setembro de 1933.

Hidroelétrica do Lindoso, que tinha na época um forte predomínio de capitais espanhóis; o industrial Alfredo da Silva, líder do grupo CUF; e a ECL. Segundo este artigo, a empresa que traria mais benefícios ao Cabo Mondego e aos seus operários seria a ECL, sendo ali explicados e enumerados os benefícios sociais existentes na sua Fábrica de Cimento de Maceira.⁶¹⁷ Acerca do Cabo Mondego neste período, Fátima Patriarca faz notar que, em 1932, os trabalhadores que ainda ali se mantinham, não só tinham salários em atraso, como lhes haviam sido reduzidos os dias de trabalho, o que os fazia passar por grandes dificuldades.⁶¹⁸

Apesar de existir muito pouca documentação no AHFML sobre todo o processo, é possível afirmar que no final de setembro de 1933 a direção da ECL acreditava que as negociações estariam bem encaminhadas para vir a obter a concessão. Num documento existente neste arquivo pode ler-se que:

A 30 de setembro de 1933 no notário António Tavares Carvalho, foi lavrada a escritura de constituição da Empresa do Cabo Mondego, Lda. organizada pela ECL com o objetivo de Exploração do Couto Mineiro do Cabo Mondego, se este for concedido pelo Estado.⁶¹⁹

Entretanto, os dois primeiros concursos foram anulados. Por fim, foi aberto um terceiro concurso público em novembro de 1933, tendo concorrido apenas a ECL e a Companhia das Minas de Carvão de S. Pedro da Cova (CMCSPC)⁶²⁰ Da escassa informação existente nas fontes consultadas sobre a forma como decorreram as negociações, é também numa nota deste documento que existe a seguinte informação: «Foi proposto um preço para arrematação. A ECL concorreu, mas o representante do Estado cobriu o lance».⁶²¹ Embora não seja referido quem seria o representante do Estado, numa nota posterior fica claro que

A 13 de janeiro de 1934 o Governo concedeu a exploração do Couto Mineiro do Cabo Mondego à Companhia das Minas de Carvão de S. Pedro da Cova em detrimento da ECL.⁶²²

A 5 de março de 1934, a concessão do CMCM e as indústrias anexas viriam a ser entregues à CMCSPC por tempo indeterminado.⁶²³ Da lista de deveres a honrar para com o Estado, era permitido à Companhia:

⁶¹⁷ Cf. «Cabo Mondego», *A Voz da Justiça*, 20 setembro 1933, em Memorial, Doc. nº 267. AHFML.

⁶¹⁸ Cf. Fátima Patriarca, *A questão social no Salazarismo 1930-1974*, Vol.1, (Lisboa: Imprensa Nacional casa da Moeda, 1995) 155-156.

⁶¹⁹ Cf. ECL, *Conjunto de folhas...*, s.p.

⁶²⁰ O último concurso público foi publicado através do Decreto nº 23 227 de 15 de novembro de 1933.

⁶²¹ Idem.

⁶²² Idem.

⁶²³ Cf. Oliveira, *A Indústria ...* Vol.1, 233; Santos, *O Complexo...*, 83.

O Direito de vir a exercer as indústrias de «cimento», «vidro» e «cerâmica», quando oficialmente se reconhecer, de acordo com a legislação do Condicionamento, que a montagem dessas indústrias é conveniente para a valorização da Concessão adjudicada.⁶²⁴

Ao conceder o CMCM à CMCSPC, o Estado conseguiu atingir dois objetivos distintos relativamente a duas indústrias fundamentais à economia e industrialização do país - os carvões⁶²⁵ e os cimentos. Consolidava o monopólio da produção de carvão no país por esta empresa, uma vez que segundo o Boletim de Minas do ano de 1934 publicado pela Direção dos Serviços Geológicos e Mineiros, as Minas de S. Pedro da Cova passaram a ser então responsáveis por 90% da produção de carvão nacional.⁶²⁶ E tornava a nova concessionária sobre a qual tinha ascendente numa potencial concorrente da ECL e das outras duas fábricas nacionais no mercado nacional de cimento.

Recorde-se que o condicionamento industrial se destinava, antes de mais, a evitar os supostos excessos provocados pela concorrência entre empresas, que segundo Salazar, «por eliminações sucessivas dos mais fracos», levaria ao desperdício de capitais e a ignorar os interesses dos trabalhadores.⁶²⁷

No início de 1934, findo o processo da primeira tentativa de assumir o monopólio dos cimentos, a suposta conciliação dos interesses, promovida pelo condicionamento, traduziu-se assim numa posição mais frágil da ECL. Depois de ignorar a reclamação desta contra a expansão da capacidade produtiva das suas concorrentes, Tejo e Secil, o Estado colocava também a CMCSPC no mercado de cimento *Portland* artificial.⁶²⁸ Com esta decisão tomada, no início de janeiro de 1934, o Estado procurava, não só impedir a ECL de tornar-se detentora do monopólio da indústria cimenteira, mas também, dada a nota acima citada, que fosse uma empresa sobre a qual tinha ascendente a entrar na fileira dos cimentos. Esta foi a primeira tentativa do Estado em impedir que a ECL dirigisse o monopólio dos cimentos.

⁶²⁴ Cf. Santos, *O Complexo...*, 83.

⁶²⁵ Segundo Maria Fernanda Rollo, um dos sectores sobre o qual o Estado Novo atuou segundo os princípios estabelecidos para a condução da economia nacional, foi o da indústria mineira nacional. Através de um conjunto de legislação destinada a regular e a proteger este sector essencial à industrialização do país. Dos diplomas legais emitidos nos anos trinta com o objetivo de regular esta indústria destacam-se os seguintes: Decreto Lei nº 18713 de 1 de agosto de 1930 - estabeleceu as disposições fundamentais sobre as minas na metrópole. O Decreto-lei nº 22788 de junho de 1933 - que criou o Instituto Português de Combustíveis. E, já no final dos anos trinta, com o Decreto-lei nº 29725 de 28 de junho de 1939, conhecido como Lei de Fomento Mineiro, será criado o Fundo de Fomento Mineiro. Cf. Maria Fernanda Rollo, «Engenharia e História...», 2002, 15-16.

⁶²⁶ Cf. *Boletim de Minas*: Livro III, (1934), 5.

⁶²⁷ Cf. Citado por Brito, *A Industrialização...*, 1989, 119.

⁶²⁸ Sobre esta matéria ver: Paulo Eduardo Guimarães, «A intervenção do Estado Novo na indústria mineira: a criação do Serviço de Fomento Mineiro», em *Boletim de Minas*, Vol. 32, nº13, Lisboa, julho Set (1995), 206-215; Confraria, *Condicionamento Industrial...*, 1992.

Em 1934, a ECL irá requerer ao Estado a montagem de um terceiro forno, e, paralelamente continuará a procurar soluções para obter a concessão de lenhites,⁶²⁹ essenciais à produção de cimento.⁶³⁰ Porém, desta vez e como veremos à frente, em finais de 1934, a ECL será beneficiada pela aplicação do regime de condicionamento industrial. E, em 1935, esta empresa, juntamente com a Secil, assume a posição de duopólio no setor dos cimentos, com predomínio claro da primeira sobre a segunda e por isso com poder suficiente para estabelecer preços e quotas de produção. Quanto ao Estado, apesar das várias tentativas que fará ao longo da década de trinta, acabará por ficar sem capacidade de negociação com o sector dos cimentos. Para perceber como é que o Estado não só apoiou, como acabou por permitir esta ascensão da ECL, é necessário ir mais além de considerações sobre quotas de produção e garantias de retorno do capital investido. Perceber a dinâmica de corporativização do setor dos cimentos implica relacionar a política industrial e económica do Estado Novo com a sua política social.

3.3. Os primeiros contactos oficiais do Estado Novo com a obra social da ECL (1932-1934)

A primeira visita oficial a Maceira-Liz de representantes do Estado Novo foi realizada pelo General Daniel Rodrigues de Sousa, Ministro da Guerra, acompanhado por um grupo de oficiais. Visitou a 21 novembro 1932 a Fábrica e o seu Bairro que começava já a tomar forma. O Ministro foi recebido por Henrique Sommer, José Sommer Ribeiro, e pelos engenheiros Rocha e Mello e Granger. Finda a visita, como vinha sendo habitual, foi-lhes servido um almoço no Restaurante do Bairro, inaugurado no ano anterior.⁶³¹

Note-se que esta primeira visita se realizou duas semanas após Salazar ter proferido o discurso aquando a tomada de posse dos corpos diretivos da UN, a 23 de novembro de 1932.⁶³² O Presidente do Conselho apelava às várias forças políticas existentes no país, começando pelos monárquicos, em seguida, dirige-se aos católicos, segue-se o apelo ao grupo que ele designa como o «mais delicado» - os antigos partidos - e termina dirigindo-se às organizações operárias». ⁶³³

Sendo monárquicos e católicos, o perfil dos dirigentes da ECL correspondia ao das forças políticas que Salazar pretendia ter do seu lado, na demanda que iniciara em abril daquele ano à frente de um governo como Presidente do Conselho, e Ministro das Finanças. Além disso, apesar

⁶²⁹ Carvão fóssil com elevado teor de carbono.

⁶³⁰ Em março de 1934, a ECL obtém autorização da Confederação Industrial Portuguesa a estudar as suas jazidas de lenhites de Óbidos, com o objetivo de as vir a explorar. Cf. ECL, *Conjunto de...*, s.p.

⁶³¹ Cf. Pinto, *Caderno I*, 289.

⁶³² Cf. António Oliveira Salazar, «As diferentes Forças Políticas em face da Revolução Nacional (23 de novembro 1932)», *Discursos, 1928-1934*, Vol.1, (Coimbra. Coimbra Editora, 1961), 161-184.

⁶³³ Idem.

da instabilidade política, económica e social, os atores que dirigiam a Fábrica de Maceira-Liz vinham a implementar junto do operariado todo um conjunto de políticas sociais que prometia manter a paz social do conjunto fabril que dirigiam, políticas sociais que materializavam os princípios doutrinários do corporativismo católico. Ali contrariavam-se as “ideologias bolchevistas” tão temidas pelo novo regime que se encontrava ainda em processo de legitimação.

3.3.1. Primeiros contactos do Estado Novo com o Modelo Educacional da ECL 1932

Cerca de duas semanas depois, seria a vez de Gustavo Cordeiro Ramos, Ministro da Instrução, visitar Maceira-Liz. Foi a 7 de dezembro de 1932 que ali se deslocou, levando consigo os principais responsáveis do seu ministério: o Chefe de Gabinete Armando Cordeiro Ramos e a esposa; o Diretor Geral da Instrução Secundária, António Pestana e esposa; representando a Direção Geral da Instrução Primária, Braga Paixão; e da Direção Geral da Instrução Técnica, o Engenheiro Francisco Nobre Guedes. Estiveram também presentes o professor universitário Matos Pomar e o Governador Civil de Setúbal, Joaquim Lança. Merece ainda especial destaque a presença neste grupo do Secretário-Geral da União Nacional, cargo que fora criado apenas cerca de um mês antes, a 12 de novembro de 1932.⁶³⁴ Foram recebidos por Henrique Sommer e Gastão Benjamim Pinto, bem como pelos engenheiros Rocha e Mello e Granger, tendo-lhes sido servido um almoço na Casa da Direção.⁶³⁵

Gustavo Cordeiro Ramos como ministro da educação entre 1928 e 1933 foi um dos principais ideólogos na formatação da política educativa do Estado Novo. Para este declarado germanófilo, acérrimo defensor do conceito de Estado nacional vincadamente cristão, o ensino deveria ser subordinado a valores morais, religiosos e políticos.⁶³⁶ Cordeiro Ramos estaria por isso certamente interessado em inteirar-se da organização educativa em Maceira-Liz. A 21 de dezembro de 1932, o ministro manifestava a sua gratidão junto dos Gerentes da ECL e a todos os seus

⁶³⁴ Segundo Arlindo Caldeira, embora a intervenção de Salazar tenha sido decisiva na fundação oficial da União Nacional em julho de 1930, só após a sua tomada de posse como presidente do Conselho, foram aprovados os seus estatutos, a 20 de agosto de 1932. Estatutos que viriam a ser modificados pelo Decreto nº 21859 de 12 de novembro de 1932: a União Nacional passava a ser «(...) superiormente dirigida por uma comissão central, com sede em Lisboa, constituída por um presidente, um vice-presidente, um número de vogais não superior a seis e um secretário geral sem voto». Cf. Arlindo Caldeira, «O Partido de Salazar: antecedentes, organização e funções da União Nacional (1926-1934)», *Análise Social*, XXII (94), 1986, 943-977.

⁶³⁵ Cf. Pinto, *Caderno I*, 289.

⁶³⁶ Gustavo Cordeiro Ramos (1888-1974) era licenciado em filologia germânica pela Universidade de Lisboa. Fez um estágio em Leipzig. Foi ministro da Instrução Pública de 1928 a 1933. Em 1929 fundou a Junta de Educação Nacional que passou a presidir (Decreto nº 16381 de 16 de janeiro de 1929). Em 1932 aprovou legislação que tornou obrigatória e regulamentou a educação física nos liceus (Decreto nº 21110 de 16 de abril de 1932). Cf. Ana Paula Rias, «Gustavo Cordeiro Ramos», em *Dicionário Bibliográfico Parlamentar 1935-1974*. Vol. I. dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, (Lisboa: Ed. ICS, Assembleia da República, 2005), 422-424.

colaboradores, após a visita ali realizada. Começa por se congratular por ter podido apreciar a grande obra ali realizada a qual, «documenta de maneira bem expressiva como o esforço português, orientado num sentido altamente patriótico, é capaz de valorizar as riquezas deste belo país, que são muitas e tão desaproveitadas têm estado».⁶³⁷

Na sua qualidade de ministro, reforça o trabalho ali desenvolvido em termos de instrução, enaltece a escola modelar ali existente, onde os filhos dos operários têm acesso ao «ensino e a princípios de iniciação cultural - a arma que, porventura, lhes permitirá enfrentar as inclemências da sorte».⁶³⁸ Exalta ainda a importância que a ECL dá ao operário, que afirma não ser apenas um trabalhador que a empresa explora, já que lhe proporciona em troca assistência intelectual, moral e física. Cordeiro Ramos insiste aqui no ponto central do corporativismo como terceira via, garante dos interesses tanto de operários como de patrões. Termina dizendo que face à admirável obra ali realizada, antevê o que será o «Mundo Novo» que o Estado Novo preconiza. «Mundo Novo» corporativo em que se «estabelecerá aliança íntima do capital, dos técnicos e dos operários, aos quais deve ser assegurado o alimento, não só do corpo mas do espírito».⁶³⁹

Também o engenheiro Nobre Guedes, Diretor Geral da Instrução Técnica e, tal como Cordeiro Ramos, declarado germanófilo que, em 1936, assumiria o cargo de comissário nacional da Mocidade Portuguesa, se manifestou acerca desta visita. Começa por explicar que, tendo visitado a Fábrica há nove anos pela primeira vez, constataria com prazer a evolução que ali se realizara. Frisa a particular simpatia que nutre pela ECL, reconhecendo-lhe face ao contexto nacional raros valores industriais. Segundo o seu relato, uma vez montada com capital e técnicos portugueses, a ECL conseguira progredir «à margem de outras proteções», o que considerava «exemplar». A obra ficava-se a dever à «sua orgânica particularmente feliz», à «aliança duma administração inteligente e confiante, com uma direção técnica competente e tenaz». Termina, destacando a importância das instalações ali realizadas, já que, segundo ele, eram as de uma «indústria no significado mais elevado do termo».⁶⁴⁰ Nesta avaliação de Nobre Guedes é importante destacar a combinação de nacionalismo, capital e engenharia, materializada na ECL.

Em novembro de 1932, a ECL iniciara a sua própria propaganda ao contratar Manuel Vieira para realizar um filme de divulgação do cimento que produzia na sua Fábrica de Maceira-Liz. A

⁶³⁷ Cf. Oliveira, *Evocação de José...*, 44.

⁶³⁸ Idem, 45.

⁶³⁹ Idem.

⁶⁴⁰ Idem.

visita de Cordeiro Ramos e Nobre Guedes está documentada nesta película de divulgação da ECL.⁶⁴¹

Desta visita dos representantes do ensino nacional à ECL, poderá ter ficado a promessa e compromisso da empresa em contribuir para os planos educativos do regime, nomeadamente para a construção de edifícios escolares que começava a ser implementada. Como vimos, a ECL havia já, em 1928, inaugurado a sua própria escola primária no bairro da fábrica, servindo esta de modelo à iniciativa do Estado Novo, e no ano seguinte a esta visita viria a ser construída e inaugurada em novembro de 1933 no lugar do Arnal, junto a Maceira-Liz, uma Escola Primária há muito pedida pela população local ao Estado. A sua construção só foi possível graças aos donativos oferecidos por Henrique Sommer.

A relação estreita entre iniciativas levadas a cabo no espaço da fábrica e a política educativa do Estado Novo corporativo torna-se mais evidente se atentarmos na comunicação que o médico Américo Cortez Pinto apresentou no I Congresso da União Nacional de 1934, importante marco na consolidação do novo regime. A comunicação intitulava-se «Os médicos escolares e o ensino disciplinar da higiene e da tecnologia mental nos cursos de instrução primária e secundária».⁶⁴²

Como vimos no capítulo 2, Cortez Pinto fora o primeiro médico contratado pela ECL para prestar cuidados médicos aos trabalhadores da Fábrica de Maceira-Liz em 1925. Fora ele quem iniciara a implementação das primeiras medidas assistenciais e higienistas, não apenas no contexto laboral, mas também no das famílias dos operários da Fábrica que ali se fixaram.

Na comunicação apresentada no I Congresso da União Nacional, Cortez Pinto defendia que nos cursos de instrução primária e secundária devia ser ministrado «o ensino disciplinar da higiene e o ensino da tecnologia mental». Parece-me particularmente interessante este conceito de «ensino da tecnologia mental» que se referia à aprendizagem «de aprender», de acordo com os preceitos da psicologia e da pedagogia:

As noções de Higiene e de Tecnologia Mental, irão desde a higiene do quarto e da alimentação, à escolha das horas de estudo e dos métodos de trabalho ao ensinamento dos métodos de organização de processos mnemónicos, constituição de sinopses, mapas, gráficos, esquemas, anotações, sua técnica, fichas, classificações, etc.⁶⁴³

⁶⁴¹ Cf. ECL, *Pedras de Portugal*. Documentário de divulgação da Fábrica de Maceira-Liz, realizado por Manuel Vieira, aquando da visita do Ministro Gustavo Cordeiro Ramos a Maceira-Liz. 21 dezembro 1932. Disponível na página do AHFML desde 12-01-2019: <https://www.youtube.com/watch?v=8Kegd3cISRg>.

⁶⁴² Cf. Américo Cortez Pinto, «Os Médicos Escolares e o Ensino Disciplinar da Higiene e da Tecnologia Mental nos cursos de Instrução Primária e Secundária», em *I Congresso da União Nacional*, Vol. VI, 1935, 239-266. A sua comunicação estava integrada na 15ª Sub-secção, dedicada à Instrução, tendo estado presente na qualidade de Médico Inspetor da Saúde Escolar.

⁶⁴³ Idem, 257.

Em relação aos programas que estabelece para o ensino, Cortez Pinto defende que o ensino profissional, entre quatro a cinco anos, deveria incutir princípios higienistas a vários níveis. Nos dois últimos anos, propõe que seja estudada a «Higiene da Habitação, Higiene Social e Moral e Higiene do Trabalho». Dá particular ênfase à Higiene Social e Moral cujos tópicos apontados são a moral individual e social; noções básicas de epidemiologia e profilaxia; higiene e prevenção face às doenças transmissíveis e da hereditariedade; vícios intoxicantes; e termina, evocando a importância a dar ao «patriotismo espiritual e económico; e ainda ao culto da vontade, do dever e da responsabilidade». Quanto à higiene no trabalho elenca os seguintes temas a abordar: higiene profissional; visitas de médico às oficinas de trabalho; correções de atitudes e hábitos; elucidações sobre os inconvenientes inerentes a certos desleixos; instrução de higiene profissional *«in loco»*, segundo a natureza das diversas profissões.⁶⁴⁴

É significativo um último tópico que Cortez Pinto desenvolve a propósito do ensino liceal. Diz respeito à Higiene Moral e divide-se em quatro itens. O primeiro, apela à leitura e comentários de trechos de história, a biografias, e episódios de vidas de heróis, sábios e santos, leituras que reflitam qualidades primordiais do carácter. Isto é, «à vontade forte; à inibição da impulsividade; à fiscalização e domínio da sensibilidade; à firmeza, tenacidade e independência, devidamente equilibrados com condescendência justa, e reconhecimento de errar assim como o brio em confessá-lo; justiça; solidariedade e espírito de sacrifício». O segundo - lições de patriotismo - apela ao seu valor moral e económico, nomeadamente, ao elogio da «indústria portuguesa» e ao «significado moral, económico e de assistência social», lembrando a preferência que deve ser dada à compra de produtos produzidos por mão-de-obra nacional. O terceiro - Ensino dos Métodos de Treinagem da Vontade e da Dignidade - «implica, resistência à dor, privação dos pequenos desejos, respeito amorável aos pais, desprezo pela mentira mesmo inocente, orgulho de sofrer as responsabilidades dos seus atos, brio na pontualidade». O último item é designado por «Aproveitamento do ‘caso do dia’» no noticiário nacional e internacional para inquirição dos alunos sobre o comentário moral. Deveria ser feita uma crítica da apreciação do aluno, quer pelo professor como por outro aluno. Cortez Pinto termina a sua comunicação com as seguintes palavras:

Considero este processo de Educação Moral como da maior importância social, pois dali sairá para a conversação exterior, da casa, da rua e dos centros de reunião, uma opinião crítica orientada, destinada a exercer a sua influência sobre a opinião pública, corrigindo os sentimentos tantas vezes pervertidamente e até tendenciosamente despertados pelo noticiário dos jornais.⁶⁴⁵

⁶⁴⁴ Idem, 261-262.

⁶⁴⁵ Idem, 265-266.

A intervenção de Cortez Pinto perante a elite política do novo regime reunida no I Congresso da União Nacional é reveladora dos princípios ideológicos – entre os quais a “Higiene Moral” - que se pretendiam alargar desde o contexto da fábrica ao conjunto da Educação Nacional. Cortez Pinto, tendo sido o primeiro médico da Fábrica de Maceira Liz, implementara aí toda uma série de medidas assistenciais, higienistas e pedagógicas, inspiradas já nesses princípios ideológicos que partilhava com os demais líderes da ECL.

3.3.2. A Nova Ordem Corporativa (1933)

A 2 de fevereiro de 1933, publicava-se no *Diário do Governo* o texto final da nova Constituição Política da República Portuguesa, seguindo-se no mês seguinte, a 19 de março, o seu Plebiscito. Segundo o artigo 5º do texto final publicado e plebiscitado, a Constituição definia o Estado Português como «uma República unitária e corporativa».

O modelo corporativo que vai procurar impor-se será uma espécie de “terceira via” entre o capitalismo liberal e o socialismo estatizante e contrário à propriedade privada. Tratou-se de um corporativismo concebido inicialmente como uma nova visão da ordem económica e social, com corporações desenhadas como instituições, adequadas à colaboração e harmonia entre capital e trabalho, e em que os direitos de propriedade e iniciativa privada deveriam respeitar os objetivos e propósitos nacionais, devendo proprietários e empresários assegurar os interesses nacionais. As suas linhas programáticas inspiravam-se claramente no pensamento social católico preconizado nas encíclicas papais.⁶⁴⁶

Sete anos antes, havia sido instituída a Ditadura Militar, tendo Salazar estado cinco anos à frente da pasta das Finanças, posto que nos dois últimos anos acumulara com o de Presidente do Conselho. Segundo Manuel Lucena, Salazar não admitia «acordo nem transação nem transigência» com as ideias, as forças, e os costumes políticos que até então haviam dominado.⁶⁴⁷ Salazar - «tinha uma doutrina e o Estado ia pautar-se por ela».⁶⁴⁸

Foi a 11 de abril de 1933 que tomou posse o novo governo com Salazar como Presidente do Conselho de Ministros. Um novo cargo foi criado adjunto da presidência - o de Sub-Secretário

⁶⁴⁶ Cf. Cardoso, «Corporativismo, instituições...», 2012, 105.

⁶⁴⁷ Cf. António Oliveira Salazar, «As diferentes forças políticas em face da Revolução Nacional», *Discursos*, Vol.1 (Coimbra: Coimbra Ed., 1961), 178. Citado por Manuel Lucena, *A Evolução do Sistema Corporativo Português. O Salazarismo*, Vol. 1 (Lisboa: Ed. Perspectiva:1976), 116.

⁶⁴⁸ Cf. Lucena, *A Evolução...*, Vol. 1, 1976, 116.

de Estado das Corporações e Previdência Social.⁶⁴⁹ Pedro Teotónio Pereira foi o primeiro a assumir este lugar.⁶⁵⁰ Iniciava-se oficialmente o regime do Estado Novo, que iria liderar o país ao longo de quatro décadas.

De abril de 1933 a janeiro de 1936, Teotónio Pereira dirigiu a Subsecretaria de Estado das Corporações e Previdência Social (SSECPS). Nas suas *Memórias* destaca a primeira grande tarefa levada a cabo durante o Verão de 1933 - a preparação do conjunto de diplomas publicados a 23 de setembro.⁶⁵¹ Diplomas que instituíram o *Estatuto do Trabalho Nacional* (ETN); o estabelecimento das bases a que deveriam obedecer os *Grémios* - organismos corporativos e entidades patronais; reorganizavam os *Sindicatos Nacionais*; davam autorização a todas as freguesias rurais do país a criarem *Casas do Povo*; que autorizavam o governo a promover a construção de *Casas Económicas* em colaboração com câmaras municipais, corporações administrativas e organismos do Estado; e que criavam o Instituto do Trabalho e Previdência (INTP) dentro do Sub-Secretariado das Corporações e Previdência Social do Instituto Nacional.

Aquando da preparação deste conjunto de diplomas legais que lançaram as bases da organização corporativa, Teotónio Pereira destaca o precioso apoio de Marcelo Caetano, enumerando uma vasta lista de dedicados colaboradores, entre os quais constam Augusto da Costa, Higino de Queirós, Pedro Botelho das Neves, e Manuel Rebelo de Andrade, entre outros.⁶⁵² Atores que, como se verá ao longo deste capítulo, não só visitaram Maceira-Liz no período estudado, como se constatará estarem envolvidos no processo de corporativização dos cimentos.

Como Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social, Pedro Teotónio Pereira foi também o primeiro presidente do INTP. Considerado um dos principais ideólogos e doutrinadores do regime corporativo, com apenas 31 anos, teve um papel destacado na sua definição programática, assim como no início da construção da estrutura do sistema corporativo.

⁶⁴⁹ Cf. Decreto nº 22 428, *Diário do Governo*, nº82, 1ª série, 10 de abril de 1933. Presidência do Ministério. O segundo governo, liderado por A. Oliveira Salazar, iniciou-se a 11 de abril de 1933 e manteve-se até 18 de janeiro de 1936.

⁶⁵⁰ Pedro Teotónio Pereira (1902-1972) era oriundo de uma família da grande burguesia associada à vitivinicultura e à atividade seguradora, licenciou-se em Matemática pela Universidade de Lisboa, tendo-se especializado na Suíça no ramo do atuariado. Regressado a Portugal, o destino que lhe havia sido traçado pela família era dirigir a empresa paterna - a Companhia de Seguros Fidelidade. Influenciado na sua juventude por António Sardinha, viria a ser um dos mais destacados elementos da designada segunda geração do Integralismo Lusitano. Ao contrário dos seus mentores ideológicos viria a seguir e a apoiar Salazar, tendo através dele entrado na vida política. Em 1928, Salazar chamou-o, uma vez que era especializado na técnica atuária, a colaborar na reforma do sistema tributário. Tornou-se seu discípulo e um ativo e fervoroso doutrinador do corporativismo. Foi o primeiro Sub-secretário de Estado das Corporações e Previdência Social Ministro de 1933 a janeiro de 1936, e Ministro da Indústria de 1936 a 1937. Cf. Manuel Lucena, *Os Lugares Tenentes de Salazar*, (Lisboa: Aletheia Ed., 2015), 61-135.

⁶⁵¹ Cf. Pereira, *Memórias*, Vol.1, 119-120.

⁶⁵² Idem.

Segundo Marcelo Caetano, a partir de 1933 Pedro Teotónio Pereira formara ao «redor dele» a «falange monárquica» do regime.⁶⁵³ Como veremos, Teotónio Pereira vai ter um papel fundamental no estreitamento e consolidação definitiva das relações entre a ECL (monárquicos), e o novo Estado Corporativo.⁶⁵⁴ Em maio de 1933, um mês apenas após a sua tomada de posse, e antes ainda da publicação do quadro jurídico que enquadrava o regime corporativo, a ECL iniciava a construção de uma - Casa Sindical - que estaria no centro dessas relações.

3.3.3. Lançamento da primeira pedra da Casa Sindical da ECL: 3 de maio 1933

Este equipamento já vinha a ser planeado pela empresa desde 1929 e o seu projeto fora concluído em janeiro de 1933. O projeto é atribuído ao professor da Escola Industrial e Comercial de Leiria, arquiteto Narciso Costa.⁶⁵⁵ (Cf. Anexo 1. Figs. 23, 24, 25) Este edifício cujo programa incluía um vasto conjunto de funções associadas à sociabilidade dos trabalhadores, facultava inicialmente apenas atividades recreativas, culturais e desportivas, alargando-se progressivamente o seu âmbito social. Como já referimos no capítulo 2, fora programado como sede do “Grupo Recreativo do Pessoal da ECL”, instituído a 1 de outubro de 1932, que resultara do “Grupo de Recreio e Desportos do Operariado da ECL”, fundado em 1929. Este organismo tinha como objetivo declarado desenvolver entre o operariado da fábrica o gosto pela cultura física, proporcionando-lhes diversões dentro das boas normas da moral e do civismo, dependendo a admissão dos operários do seu comportamento moral e disciplinar.

O edifício da Casa Sindical começou a ser construído a 3 de maio de 1933, o dia da comemoração do X aniversário da Fábrica. Nessa data simbólica a ECL festejou este marco importante da vida da empresa, organizando uma cerimónia solene na qual estiveram presentes a Direção e acionistas da empresa, e uma vasta lista de ilustres convidados, entre os quais se destacava o Bispo de Leiria, D. José Alves Correia. Nesse dia, Benjamim Pinto refere ter a direção da ECL oferecido aos seus operários um almoço como sinal do agradecimento pela dedicação e o árduo trabalho que nos últimos dez anos ali vinham realizando.

⁶⁵³ Cf. Marcelo Caetano, *Minhas Memórias*, (Lisboa: Ed. Verbo, 1977), 108; Citado por Lucena, *Os Lugares...*, 78.

⁶⁵⁴ Pedro Teotónio Pereira tomou posse como Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social a 12 de abril de 1933 e manteve-se neste cargo até 3 de janeiro de 1936. Neste período, o seu cargo foi ocupado interinamente em dois períodos por João Pinto da Costa Leite. O primeiro período entre 14-03-1935 a 03-04-1935 e o segundo entre 03-01-1936 a 18-01-1936.

⁶⁵⁵ Cf. «A Casa do Pessoal da ECL é inaugurada com pompa e circunstância, em 28 de outubro de 1934, pelo Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência, Teotónio Pereira», *Ecos do Século XX*, 78. AHFML. Narciso Costa (1890-1969) nascera em Braga, mas após a sua formação na Suíça fixou-se em Leiria onde foi professor na Escola Domingos Sequeira, tendo-a dirigido durante 42 anos. Foi bolseiro por cinco anos numa Escola de Artes e Ofícios na Suíça.

Significativamente, virá a ser no palco deste edifício que, a partir de 1934, passaram a realizar-se as cerimónias oficiais da ECL e a ser recebida a elite do Estado Novo.

Através do jornal católico *Novidades*, podemos reconstituir em parte a importância ideológica destas comemorações. Sendo enaltecida a forma como a empresa se relacionava com os seus operários, é dado especial destaque à «Ação Social Católica» que ali se vinha a desenvolver:

A ECL é hoje a primeira empresa industrial de todo o país, se quisermos ter em linha de conta a sua grande obra social. Não há ali nada que denote essa má vontade que infelizmente e tanta vez ainda em nossos dias se sente entre operários e patrões. Não há ali aquilo que num chavão clamoroso e odioso epitetou de luta entre o capital e o trabalho. Não há ali olhar vesgo do que é mandado para o que manda. Não há também a indisciplina que, num esquecimento lamentável de deveres a todos igualasse. Pelo contrário. Na boa ordem e regularidade com que o trabalho se desenvolve há uma paz harmoniosa que a todos une, que a todos encaminha no mesmo interesse: o progresso da Empresa que todos servem. O patrão sabe reconhecer que tem no operário o seu mais íntimo e prestimoso colaborador. O operário estima o patrão, porque vê como é compensado o seu esforço. Mas porque esta paz, por que esta ordem, onde está o segredo maravilhosos desta harmonia? Na Fé e na Religião Cristã, que a todos irmanando, a todos dando a noção perfeita e inteira dos seus deveres, a todos encaminha no bom trilhar.⁶⁵⁶

Atente-se também neste excerto do discurso proferido por Amável Granger:

(...) à grande disciplina, à grande harmonia que existe entre patrões e operários» e «essa harmonia verdadeira solidariedade só a uma coisa é devida: à Fé que a todos acalenta, à acção religiosa em que todos se esforçam.⁶⁵⁷

A oração proferida naquela celebração pelo Bispo de Leiria mantinha o mesmo tom, relembrando que ali estivera há dez anos atrás quando se iniciara a laboração daquela Fábrica sob a bênção de Deus:

congratulo-me com a sua direção pelos benefícios caídos sobre esta terra e sobre o nosso Portugal. Antigamente os nossos guerreiros e descobridores partiam para a conquista de novos mundos em frágeis caravelas, feitas com madeiras do Pinhal de Leiria e esmaltadas com a Cruz de Cristo. Talvez pegada esta velha tradição, também esta fábrica veio descobrir não novos mundos, mas novos processos de trabalho. (...)

A ECL querendo nascer, viver e trabalhar sempre à sombra da cruz, pôde e soube realizar o milagre da sua prosperidade porque, patrões e operários, formando um só bloco, uns com o seu dinheiro, com o seu esforço e com a sua inteligência, outros com o seu trabalho, souberam realizar esta obra admirável, digna do elogio de quantos a conhecem.⁶⁵⁸

⁶⁵⁶ Cf. «Um grande exemplo. A Empresa de Cimentos de Leiria comemorou festivamente a passagem do seu 10º Aniversário», *Novidades*, 5 de maio de 1933, em *Memorial*, Doc. nº 135. AHFML.

⁶⁵⁷ Idem.

⁶⁵⁸ Idem

Ao longo de toda a homilia, D. José vai reforçando a ideia de que o sucesso da empresa se deve à grande disciplina e à grande harmonia que existe entre patrões e operários. Harmonia que é devida só e apenas à «Fé que a todos acalenta» e à «Ação Católica que se desenvolve a dentro da ECL».⁶⁵⁹

Neste evento fica uma vez mais bem patente a solidez dos laços entre a Igreja Católica e a ECL que se mantinha desde o início da construção da Fábrica. Mais importante para o tema deste capítulo, é de realçar a obsessão com o tema da harmonia de interesses entre patrões e operários, cerne da ideologia do corporativismo. De realçar também a resposta que a Ação Católica Portuguesa (ACP) aconselhará os católicos portugueses a aceitar, quando os sindicatos católicos forem extintos pelo regime com a criação dos Sindicatos Nacionais, a partir de setembro desse ano.⁶⁶⁰

3.3.4. Inauguração da Casa do Povo de Barbacena, a primeira do regime corporativo: 6 de janeiro 1934

Um evento de cariz semelhante à inauguração da Casa Sindical ocorreu a 6 de janeiro de 1934. Foi com grande aparato que nesse dia foi inaugurada em Barbacena, no Alentejo, a primeira Casa do Povo do Estado Novo, apenas quatro meses após a legislação dos estatutos que as instituíra. Destinadas ao «enquadramento orgânico da vida rural», as *Casas do Povo*, como foi dito, atuavam nas áreas de previdência e assistência, instrução e lazer, e melhoramentos locais (saneamento e comunicações).⁶⁶¹ A autorização da instalação destas instituições em todas as freguesias rurais, permitiria incorporar a larga maioria da população de um país ainda essencialmente agrícola na esfera do Estado. Não admira por isso que tenham estado presentes naquela cerimónia alguns dos

⁶⁵⁹ Idem. Sublinhado meu. O movimento da Ação Católica Portuguesa (ACP) virá a ser constituído cerca de seis meses após esta cerimónia, a 16 de novembro de 1933. Cf. nota seguinte.

⁶⁶⁰ Segundo António Matos Ferreira, a ACP, criada a 16 novembro de 1933, foi uma das principais formas da presença da Igreja Católica na sociedade portuguesa durante o Estado Novo. Ao ser instituída no início dos anos trinta pelo episcopado português, a ACP funcionou como uma estrutura orgânica dinamizada pelos católicos portugueses com significativo impacto na vida cívica, social e cultural do país até dezembro de 1974. A sua estrutura era bastante complexa, funcionando a diversos níveis da hierarquia católica: paroquial, diocesano e nacional. Era composta por cerca de 20 organismos especializados em obras de auxílio aos diversos universos sociais (agrário, escolar, operário, universitário, independente, etc.), trabalhando a vários níveis. O autor defende que esta organização católica surgiu na continuidade da laicização e da socialização ocorridas ao longo do século XX dentro da Igreja Católica. Processo através do qual a Igreja procurou mostrar o valor social que possuía, reivindicando uma nova condição dentro da sociedade, através do denominado catolicismo social. Foi apoiada pelo Papa Pio XI, que enviou ao cardeal patriarca de Lisboa uma carta na qual era reforçado junto da Igreja Católica Portuguesa, o seu apoio à restauração da ordem social cristã. Sobre esta matéria ver: António Matos Ferreira, «A Ação católica questões em torno da organização e da autonomia da ação da Igreja Católica (1933-1958)», em *O Estado Novo. Das Origens ao fim da autarquia 1926-1959*. Vol. II. (Lisboa: Ed. Fragmentos, 1987), 281-302.

⁶⁶¹ Cf. Dulce Freire, «O Estado Corporativo em Ação: sociedade rural e construção da rede de Casas do Povo», em *Corporativismo. Fascismos. Estado Novo*, coord. Fernando Rosas e Álvaro Garrido, (Coimbra: Ed. Almedina, 2012) 273-302.

homens fortes do novo regime. A presidir a inauguração esteve António de Oliveira Salazar, acompanhado por António Ferro e por Pedro Teotónio Pereira. Através das memórias deste, pode compreender-se melhor o modo como surgiu esta primeira Casa do Povo:

O distinto lavrador Ruy de Andrade propusera-se antes de mais ninguém para presidente da assembleia geral da primeira Casa do Povo que pedira alvará. Era na pequena aldeia de Barbacena, no Alto Alentejo, muito perto da raia de Espanha. O Dr. Salazar mencionou-me o seu especial empenho em estar presente, dando medida do interesse que sentia pela missão atribuída às Casas do Povo.⁶⁶²

O patrono desta *Casa do Povo*, Ruy de Andrade, era um prestigiado proprietário agrícola que se dedicava à criação de cavalos, estando entre principais apoiantes da Causa Monárquica.⁶⁶³ Como já foi referido, casara em 1917 com Branca Falcão de Sommer, prima de Henrique Sommer, passando a ser um dos proprietários da Quinta da Cardiga, na Golegã. Em 1919, Ruy de Andrade tornara-se um dos acionistas principais da ECL aquando da sua criação. Capital e laços familiares estabeleciam assim uma ligação direta entre os eventos em Barbacena e Maceira-Liz.

A comunicação de Ruy de Andrade ao I Congresso da União Nacional em 1934 ajuda a elucidar como a ênfase inicial da Casa Sindical da ECL no tema do desporto se relacionava com a política social do Estado Novo. Andrade apresentou no congresso uma comunicação intitulada «Em defesa da difusão dos exercícios físicos e do desporto».⁶⁶⁴ Começou por sublinhar que tendo sido educado em Itália e em França, onde o exercício físico não era encarado com desconfiança, aversão e desprezo, ao contrário de Portugal, onde esperava que essa atitude viesse a mudar. Além disso,

⁶⁶² Cf. Pereira, *Memórias*, Vol. 1, 136.

⁶⁶³ Rui de Andrade (1880-1967) era monárquico e católico, foi um dos dirigentes da Causa Monárquica, e um dinâmico acionista e fundador da ECL. Nasceu em Génova, Itália, e fez os seus estudos em Florença, Peruggia e Pisa, tendo-se doutorado em Ciências Agronómicas pela Universidade de Pisa. Em 1902, após a conclusão dos seus estudos, veio residir em Portugal, tendo iniciado a remodelação e passado a administrar a sua Herdade de Font' Alva em Barbacena, Elvas no Alentejo. Em 1917, ao casar com Branca Falcão de Sommer, prima direita de Henrique Sommer, passa a estar ligado aos Sommer da Quinta da Cardiga, na Golegã. A sua principal atividade esteve sempre ligada à agricultura, para além de ser um grande proprietário agrícola, dedicou-se sobretudo à criação de cavalos. Foi um dos notáveis pioneiros da inovação agrária. Era monárquico, como tal, no período da implantação da República, tomou parte em todas as conspirações e revoltas monárquicas, o que levou a que tenha sido condenado à revelia em 1914, exilando-se em Itália onde permaneceu até 1915. Aderiu ao sidonismo, e esteve envolvido na preparação do golpe de 28 de maio, tendo aderido ao novo regime. Foi deputado em 1906, 1918, 1921, 1923, 1925. No Estado Novo foi procurador à Câmara Corporativa em algumas legislaturas (I, IV e VI). Foi ainda vogal e presidente da Câmara de Elvas (1909-1910). E vogal do Conselho Superior de Pecuária no Ministério da Agricultura. Das várias atividades políticas em que esteve envolvido, destaca-se ter sido dirigente da Causa Monárquica. A pedido de Salazar, viria a presidir à Fundação da Casa de Bragança. Deve-se-lhe também o reconhecimento de D. Duarte como pretendente legítimo, a abolição das leis de exceção dos descendentes de D. Miguel e vinda para Portugal com a garantia de poder viver no país e de educação dos príncipes. Cf. Susana Martins, «Rui de Andrade», em *Dicionário Biográfico Parlamentar*. Vol. 1, dir. Manuel Braga da Cruz e Pinto, António Costa Pinto (Lisboa: Ed. ICS, Assembleia da República, 2005), 181-183; Revista, *Hora*, nº 55-56, jan.-fev. (1968).

⁶⁶⁴ A comunicação de Ruy de Andrade estava integrada na 16ª Sub-secção, dedicada à *Educação Física*.

muitos na sua família haviam sido campeões internacionais em vários desportos e por isso durante toda sua vida se dedicara ao desporto de forma constante.⁶⁶⁵ Na comunicação que apresenta defende a educação física e o movimento desportivo:

dessas actividades surgirá seguramente o melhoramento da raça, tanto do lado físico, como da formação moral, aumentando a actividade e a perfeição cívica com muito ganho da nação. O exercício desportivo tem uma atracção para a juventude; interessa-a, prende-a e ocupa o seu espírito de forma tal que a leva a esquecer as paixões políticas e é um facto que os países onde o desporto tomou um grande incremento as juventudes não se ocupam de política e deixam em paz os dirigentes.(...) Mas para que este desenvolvimento do interesse desportivo alcance importância e a generalidade que é necessário, é preciso que na grande massa da população, no seio das famílias, donde surgem os desportivos, acabe aquela surda hostilidade tão frequente no meio da nossa gente, aquela relutância a deixar os hábitos caseiros, e que se abra nessas mentes o desejo do movimento, do ar, do exercício.⁶⁶⁶

O desporto, segundo Ruy de Andrade, levaria, não apenas à paz política e social, como teria ainda efeitos eugénicos na raça portuguesa. Mas para que mentalidade nacional se modificasse era necessário que o Estado fizesse uma cuidada ação de publicidade desportiva por todo o País. Defende que cabe ao Estado tomar energicamente medidas que possibilitem a instrução física na educação das crianças e jovens do país. Era preciso formar academias de ensino, dar formação a professores, construir campos de jogos e de preparação física, não só a uma grande escala central- como um Estádio em Lisboa- mas investindo também em pequenos campos desportivos nas células primárias das freguesias a exemplo do que se fizera na ECL. A intervenção de Ruy de Andrade assume particular significado, sendo ele dos principais acionistas de uma empresa que, nesta data, implementara já um sistema de educação física na sua escola Primária e que possuía infraestruturas desportivas que incluíam campos de jogos, pista de atletismo, e campos de ténis.

Foi na Herdade de Font' Alva de Ruy de Andrade, perto de Elvas, que foram recebidos e alojados os membros do governo que ali se deslocaram para a inauguração da Casa do Povo de Barbacena. Teotónio Pereira descreve terem chegado ao monte de Ruy de Andrade numa tarde de janeiro «carregada de frio por um vento nordeste que descia, às rajadas, das montanhas de Castela».⁶⁶⁷ Ainda, segundo Teotónio Pereira, Salazar ao inaugurar esta primeira *Casa do Povo* fez um elogio às coisas simples e quase eternas que constituíam o património espiritual das gentes das aldeias.

⁶⁶⁵ Ruy de Andrade foi um desportista convicto, tendo-se distinguido na esgrima. Foi ainda ciclista de longo curso, alpinista, halterofilista, tenista, caçador e cavaleiro

⁶⁶⁶ Cf. Ruy de Andrade, «Em defesa da difusão dos exercícios físicos e do desporto», em *I Congresso da União Nacional*, Vol. VII, 1935, 403-414.

⁶⁶⁷ Cf. Pereira, *Memórias*, Vol. I, 136.

Conclui recordando como, de volta a Lisboa, o carro onde seguiam era esperado pelos habitantes das aldeias por onde passaram, que desejavam ver e aplaudir Salazar.

No final da cerimónia, o patrono da primeira *Casa do Povo* do regime havia oferecido «um budo aos pobres pago com mil escudos».⁶⁶⁸ Porém, o edifício onde foi instalada já existia, tratando-se da antiga Capela da Sr.^a da Luz.⁶⁶⁹ Ali ficaria provisoriamente, até ser construído um edifício que desse a resposta ao programa que uma *Casa do Povo* implicava, segundo o Decreto que as instituía.⁶⁷⁰

A partir deste importante ato oficial do Estado Novo, que contou com o apoio direto de Ruy de Andrade, membro por afinidade da família Sommer e acionista da ECL, não é arriscado conjecturar-se que seria já do conhecimento de três dos mais importantes membros do governo - o Presidente do Conselho, o Presidente do SPN e o Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social - a obra social desenvolvida em Maceira-Liz desde meados dos anos vinte. Tratava-se agora de encontrar forma de se enquadrar esta na nova ordem corporativa do Estado Novo.

3.3.5. O primeiro contacto oficial da ECL com o INTP: 15 de janeiro de 1934

A 15 de janeiro de 1934, uma semana depois da inauguração em Barbacena, o Delegado do INTP de Leiria, Bento Caldas,⁶⁷¹ visitaria «oficialmente e por determinação expressa de sua excelência o Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social a importante obra da ECL», em resposta ao convite da direção da empresa.⁶⁷² A visita deu-se apenas cerca de três semanas depois de Salazar

⁶⁶⁸ Cf. «O Sr. Presidente do Conselho inaugurou em Barbacena - a primeira ‘Casa do Povo’», *O Século*, 7 janeiro 1934, 6-7.

⁶⁶⁹ Idem, 6.

⁶⁷⁰ O que nunca chegou a acontecer, já que me tendo ali deslocado em 2012, constatei que na memória dos locais de Barbacena a ‘Casa do Povo’ fora sempre no espaço que ainda ocupa atualmente (o da dita Capela).

⁶⁷¹ Cf. António Costa Pinto, *Os Camisas Azuis*, (Lisboa: Ed. Estampa, 1994); Citado por: José Carlos Valente, «Instituto Nacional do Trabalho e Previdência», em *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol.1, dir. Fernando Rosas e José M. Brandão de Brito, (Venda Nova: Bertrand Ed. 1996), 487. Bento da Costa Caldas, foi um dos vinte delegados do INTP nomeados em dezembro de 1933. Note-se que o Delegado do INTP fazia parte do pequeno conjunto de ex-dirigentes do Movimento Nacional Sindicalista, que segundo Costa Pinto havia sido persuadido por Teotónio Pereira a aderir à nova ordem corporativa.

⁶⁷² A 15 de janeiro de 1934, deu-se a primeira visita oficial à Fábrica de Bento Caldas, Delegado do Sub-Secretariado de Estado das Corporações no distrito de Leiria. Este visitou a Fábrica, representando Pedro Teotónio Pereira a quem tinha sido dirigido um convite oficial pela ECL. O convite terá ocorrido antes de 11 de janeiro de 1934, já que existe uma Carta datada desse dia, dactilografada e assinada por Bento Caldas -dirigida ao Engenheiro Diretor da ECL. Esta carta é a resposta de Bento Caldas «ao amável convite hoje recebido», convite que lhe fora dirigido para visitar o conjunto fabril e social de Maceira-Liz. Este responde que na segunda-feira seguinte, pelas 14h, efetuará a visita. Cf. ECL, *Conjunto de folhas...*, s.p.; Carta do Delegado do INTP de Leiria, Bento Caldas, ao Engenheiro Diretor da ECL, Rocha e Mello, 11 de janeiro de 1934. AHFML.

se dirigir aos Delegados do INTP que a partir de 20 de dezembro de 1933 ocupariam os seus postos por todo o país. Nesse dia, este dirigiu-se-lhes nos seguintes termos:

Tenho de agradecer ao Sr. Subsecretário das Corporações e Previdência Social a oportunidade de conhecer pessoalmente os delegados do INTP. Agradeço também a VV Ex^a os cumprimentos de despedida, visto ser chegado o momento de partirem do centro de ação nacional a ocupar os vossos postos em todo o País.⁶⁷³

Salazar explica que se espera dos delegados a concretização de uma tríplice função: «a função de propaganda e doutrinação corporativa; a função de defender os trabalhadores; e a função de organização da obra política, económica e social» em que assentava o pensamento que regia os novos princípios corporativos do regime.⁶⁷⁴

Este convite de Henrique Sommer a Pedro Teotónio Pereira para visitar Maceira-Liz não seria alheio ao desânimo sentido pela ECL por ter sido impedida de adquirir direitos sobre a exploração do Cabo Mondego. Terá sido também uma tentativa de encontrar uma base de negociação com o Estado de se enquadrar na “Nova Ordem Corporativa”.

O encontro entre Bento Caldas e a Direção da ECL a 15 de janeiro de 1934 parece ter sido decisivo na aproximação entre a ECL e o novo regime corporativo, como se pode compreender melhor através de uma fonte consultada no AHFML.⁶⁷⁵ Na descrição deste primeiro contacto do Delegado Distrital do INTP com a Direção da ECL, surgem os primeiros contornos da definição dos papéis que tanto o Estado como a ECL vão assumir entre si nos anos seguintes. Neste primeiro contacto, ressalve-se que Bento Caldas não foi oficialmente recebido por Henrique Sommer, presidente da ECL, mas sim por um dos administradores da empresa, o seu primo José Sommer Ribeiro. O facto de o representante do INTP não ter sido recebido por Henrique Sommer poderá indicar algum desagrado por parte daquele, já que não foi o próprio Pedro Teotónio Pereira a estar presente.

José Sommer Ribeiro começa por fazer uma breve apresentação das dificuldades com que a empresa se defrontou para conseguir afirmar-se no mercado nacional, lamentando a indiferença sentida pela ECL desde a sua fundação por parte do Estado:

Muito penhorante distinção, devidamente apreciada, que vem quebrar, seja-nos permitido relembrar com amarga franqueza, aquele sentimento de indiferença, umas vezes, outras de desconfiança hostil, que pressentimos em determinados sectores da administração pública. (...) Houve uns tempos, se

⁶⁷³ Cf. António Oliveira Salazar, «Os Delegados do INTP, e a Reforma Social (20 dezembro de 1933)», *Discursos (1928-1934)*, Vol. I, (Coimbra: Coimbra Editora Lda., 1961), 279-283.

⁶⁷⁴ Idem.

⁶⁷⁵ Cf. «Em Leiria o Delegado do Instituto Nacional do Trabalho Sr. Dr. Bento Caldas visitou as instalações do ECL», em *Memorial*, Doc. nº106. AHFML.

bem nos recorda, que a nossa empresa quasi foi considerada indesejável, pelo carácter de ganância que a sua administração imprimia aos seus negócios... parasitando à custa de protecção pautal... Porém a defesa pautal da indústria dos cimentos é a que estava antes da guerra, sem tirar nem pôr; nunca foi integralmente aproveitada; e a ganância serviu, não para distribuir dividendos chorudos, pois durante oito anos os accionistas não receberam um vintém de dividendo, nem os corpos gerentes receberam quaisquer gratificações. Os ganhos foram integralmente empregados no aperfeiçoamento técnico da indústria e na obra de assistência que com aquele tem corrido paralela e no saneamento financeiro da empresa.⁶⁷⁶

No discurso que profere, dá particular ênfase às realizações assistenciais que têm vindo a ser implementadas junto dos trabalhadores:

Esta realização possível pelo esforço colectivo e inteligente dos servidores da empresa, superiormente dirigido pelo seu organizador, alma de herói, é bem a demonstração do que podem a fé e a vontade unidas pela inteligência e pelo saber (...). A nossa obra social está patente e a V. Ex^a compete apreciar-la. (...) Cumpre-nos declarar que, congratulando-nos com a orientação que o Estado entendeu formar matéria de ordem social, estamos na disposição sincera de trabalhar em leal colaboração com V. Ex^a, continuando fiéis à divisa: a bem da nação.⁶⁷⁷

Quanto ao engenheiro Amável Granger, Sub-Diretor da ECL, clarificou que o convite endereçado por Henrique Sommer ao INTP para visitar as instalações fabris tinha como objetivo que aquele organismo corporativo reconhecesse que a ECL estava organizada de acordo com as «iniciativas e propósitos» estatais, uma vez que por iniciativa própria vinha, desde a sua formação, a colocar em prática a obra que este Instituto se propunha agora implementar no país. Reforçou que todas as medidas assistenciais de apoio social aos trabalhadores haviam sido ali realizadas sem qualquer apoio estatal.

Granger exprimiu também a vontade da Empresa em organizar um “sindicato”, interrogando-se sobre a forma de o criar face «à luz da nova legislação». Terminou manifestando a sua compreensão em relação ao vasto programa que o Estado através do INTP se propunha implementar, já que a ECL tinha a experiência própria e difícil de implementar medidas assentes em princípios similares aos que o Estado Novo vinha agora propor para o resto do país.

Por experiência própria, dolorosa mas pertinaz experiência, a ECL sabe como é difícil e vasto, o programa do INTP, por razão de mais para o apreciar e no seu âmbito se propor devotamente não digo só colaborar, mas até pugnar pelos princípios que aquele Instituto magistralmente define. Disse pelos princípios, porque quanto à efectivação da doutrina, é de temer que os embaraços que venham a surgir, não o oculto, nos coloquem por vezes em aparente ou momentânea divergência de processos.⁶⁷⁸

⁶⁷⁶ Idem.

⁶⁷⁷ Idem.

⁶⁷⁸ Idem.

Apesar de toda a retórica grandiloquente por ocasião da inauguração da Casa Sindical e constantes referências à harmonia social, eram também patentes as dificuldades na regulação dos conflitos e o descontentamento do operariado. Através de duas ordens de serviço emitidas e assinadas pelo engenheiro Rocha e Mello em setembro e dezembro de 1933, percebe-se bem que os benefícios concedidos, assim como os equipamentos construídos até àquela data, não impediam a conflitualidade entre trabalhadores e direção da fábrica. Trata-se da Ordem de Serviço nº23, na qual se aconselhava os operários a pensarem bem antes de tomarem a decisão de se despedirem da empresa, já que, argumentava-se, fora dali, não iriam encontrar condições de vida melhores que aquelas proporcionadas pela ECL.⁶⁷⁹ Na Ordem de Serviço nº43 a Empresa constata

a má vontade manifestada pelo pessoal em utilizar os benefícios sociais que põe à sua disposição. É triste mas é assim. Todos estes benefícios são altamente apreciados por pessoas de fora que têm ocasião de os verificar. É portanto, com desgosto, que a Direção da Empresa os vê incompreendidos, justamente pelo pessoal a que a eles aproveitam. (...) Em todos os ramos da obra de assistência prestada pela Empresa fez-se notar a falta de preparação do pessoal para aproveitar os seus benefícios. Porém, como não pode nem deve a Empresa inutilizar aquilo que com grande despesa edificou, e que com tanto carinho mantém, entende do seu dever insistir na educação do pessoal, no sentido de elevar o seu nível social, de forma a poder compreender e aproveitar o que se põe ao seu alcance. N'esta ordem de ideias, irá substituindo todos aqueles insusceptíveis de educar e, portanto, prejudiciais à colectividade.⁶⁸⁰

Através do discurso vincadamente paternalista de Rocha e Mello patente nesta Ordem de Serviço, fica-se a saber que este atribui as dificuldades existentes, à falta de «um nível de educação suficientemente elevado» que permitisse aos operários compreender os benefícios proporcionados.⁶⁸¹

Quanto a Bento Caldas, agradeceu a forma como foi recebido, reconhecendo, em nome do Estado, a obra social desenvolvida pela ECL em Maceira-Liz e apresentando os decretos da nova organização corporativa. Esclareceu também várias questões de âmbito laboral relacionadas com o salário mínimo e com as caixas de previdência, e terminou a sua exposição dizendo:

Como disse o Sr. Doutor Oliveira Salazar nós não somos ideólogos, somos realizadores. Vamos portanto, realizar com segurança e com firmeza. Não tenhamos pressa. As obras sólidas e duradouras levam tempo a construir. (...) V. Ex^{as} realizaram aqui grande obra. Vou transmitir ao Sub-Secretário de Estado das C. e P. Social a maravilhosa impressão que daqui levo e dizer-lhe que venha ver com os seus próprios olhos.⁶⁸²

⁶⁷⁹ Cf. PT AHFML FML-P02-SA04-0634 Maço 0939. Assunto: Ordens de Serviço. dezembro 1922 - dezembro 1959 (Produção). Ordem de Serviço nº 23, setembro de 1933. Assinado, José O. Rocha e Mello. AHFML.

⁶⁸⁰ Cf. Ordem de Serviço nº 43, 29 dezembro de 1933. Assinado, José O. Rocha e Mello. AHFML.

⁶⁸¹ Idem

⁶⁸² Cf. «Em Leiria o Delegado...em *Memorial*, Doc. nº106.

Terá sido assim esta visita de 15 de janeiro de 1934 a desencadear o processo de negociação entre Estado e ECL de enquadrar a Casa Sindical, quase terminada, nos *Estatutos das Casas do Povo*. Ao constatar a forma como a ECL organizara o conjunto fabril e social, Bento Caldas terá certamente constatando a possibilidade de materialização das funções de que fora incumbido por Salazar em dezembro de 1933: «propaganda e doutrinação corporativa, mediação dos conflitos entre patronato e operariado e implementação da obra política, económica e social corporativa».⁶⁸³ No entanto, a persistente conflitualidade assinalada por Amável Granger e Rocha e Mello ganharia novas proporções na consciência de todos os intervenientes. Três dias depois da visita de Bento Caldas, desencadeou-se uma das mais ameaçadoras revoltas contra o novo regime: o 18 de janeiro de 1934. Planeada para eclodir em simultâneo em vários pontos do país, foi na vila operária da Marinha Grande, a escassos quilómetros de Maceira-Liz, que esta primeira grande revolta operária contra a imposição do regime corporativo e dos seus sindicatos nacionais teve maior impacto. Dada a proximidade de Maceira-Liz do epicentro desta revolta, terá sido grande a sua repercussão tanto na direção como nos operários da ECL. Coloco a hipótese de que a ocorrência deste evento, organizado pelos trabalhadores descontentes com a nova organização do mundo do trabalho imposta pelo regime corporativo, tenha contribuído significativamente para que ao longo do ano de 1934 se tenham estreitado os laços entre a ECL e o Estado Novo.

3.3.6. Após o 18 de janeiro 1934 as relações Estado / ECL: a proposta de criação de «Sindicato Nacional dos Empregados e Operários da Indústria do Cimento do Distrito de Leiria»

Foi a 18 de janeiro de 1934, pelas 3 horas da madrugada, que a Marinha Grande foi tomada pelos operários das muitas Fábricas de vidro ali existentes, que ocuparam a Estação Telégrafo-postal e atacaram com uma bomba o quartel da GNR e a central elétrica que lhe ficava contígua. Foram cortadas as estradas da Marinha Grande para Leiria e de Pataias para Vieira de Leiria, e derrubados vários postes telefónicos e telegráficos. Os operários atacaram também a residência do industrial Emílio Galo e tomaram efetivamente a vila durante pouco mais de uma hora. Entretanto, várias forças militares cercaram a pequena vila, retomando o seu controlo. Segundo Fátima Patriarca, o comandante das forças militares enviou às 11.20h um telegrama ao Ministro do Interior a garantir «estar a ordem restabelecida». Tendo sido, entretanto, declarado o estado de sítio, o «comando militar» da Marinha Grande ordenou a «suspensão das garantias», o que envolvia buscas e prisões arbitrárias, o encerramento das fábricas e o uso obrigatório de um «salvo-conduto» para

⁶⁸³ Cf. Salazar, «Os delgados...», Vol.1, 279-283.

transitar na vila e arredores.⁶⁸⁴ Registou-se também a explosão de uma bomba na Estação de Martingança, que ligava o ramal ferroviário da Fábrica de Maceira-Liz à linha do Oeste. A vila operária contígua a Maceira-Liz viria também a ficar, entretanto, sob comando militar durante um longo período.

Para Fátima Patriarca, a autora que com mais profundidade se debruçou sobre a questão do fim do sindicalismo livre e das lutas operárias neste período de afirmação do Estado Novo,⁶⁸⁵ o 18 de janeiro de 1934 foi «uma tentativa de greve geral revolucionária contra os decretos que, publicados a 23 de setembro de 1933, vieram pôr termo à liberdade sindical e submeter o sindicalismo ao princípio nacionalista a ao da colaboração com patrões e Estado».⁶⁸⁶

Também Maria Filomena Mónica investigou o 18 de janeiro de 1934, tendo o seu estudo incidido na indústria vidreira da Marinha Grande. Para a autora, esta foi uma revolta que fez parte de uma «estratégia nacional de defesa do sindicalismo autónomo e de derrube do Estado Novo».⁶⁸⁷ O 18 de janeiro não terá sido apenas uma insurreição local centrada na Marinha Grande, fez antes parte de um plano de luta nacional elaborado por uma Frente Única, composta pela Comissão Intersindical (CIS), pela Confederação Geral do Trabalho (CGT), pela Federação das Associações Operárias (FAO), pela Comissão dos Sindicatos Autónomos e pela Comissão dos Trabalhadores do Estado; esta organização tinha sido especificamente criada para fazer oposição ao conjunto de legislação laboral que estaria para ser aprovada.⁶⁸⁸ Efetivamente, no verão de 1934, um conjunto significativo de legislação laboral será finalmente aprovado.

Sobre os vidros, Maria Filomena Mónica conclui que o poder operário que permitira a revolta de 18 de janeiro vai acabar por contribuir para que esta indústria se dispersasse pelo País:

A deslocação espacial da indústria ficava-se em parte, a dever à procura de mão-de-obra barata e dócil, adequada à mecanização. A este desejo juntava-se a vontade patronal de quebrar a força desta comunidade incómoda.

No fim dos anos 30, a Marinha Grande era apenas um entre os vários locais onde se produzia vidro. Os gloriosos anos do monopólio haviam desaparecido para sempre. E, com eles, o raro privilégio do controlo operário.⁶⁸⁹

⁶⁸⁴ Cf. Fátima Patriarca, «O ‘18 de janeiro’: uma proposta de releitura», *Análise Social*, Vol. XXVIII nº123-124 (1993), 1137-1139.

⁶⁸⁵ Idem, 1137-1152.

⁶⁸⁶ Cf. Fátima Patriarca, «O 18 de janeiro de 1934: uma ‘anarqueirada’? Inversão de papéis entre comunistas e anarquistas», em *Os anos de Salazar. 1934-1935 O fracasso da greve geral de 18 de janeiro de 1934*, Vol. 3, António Simões do Paço (s. l.: Centro Editor PDA, 2008), 201

⁶⁸⁷ Cf. Maria Filomena Mónica, «Poder e saber: os vidreiros da Marinha Grande», *Análise Social*, Vol. XVII nº67-68, (1981), 558.

⁶⁸⁸ Cf. Mónica, *Artesãos e Operários...*, 1986, 99-101.

⁶⁸⁹ Cf. Mónica, «Poder e saber...», 1981, 561.

Já quanto aos cimentos, o efeito, como veremos, será o contrário. A aproximação entre ECL e Estado na conjuntura da revolta da Marinha Grande irá contribuir para a centralização da produção de cimento em Maceira-Liz.

Neste clima de revoltas operárias, as medidas adotadas pelos dirigentes da ECL ao longo dos anos vinte ganham ainda mais relevância. Com efeito, todo o investimento em equipamentos sociais e medidas assistenciais destinadas ao operariado, que haviam sido realizadas até então em Maceira-Liz, tinham como principal objetivo a manutenção da coesão do tecido social da fábrica, contra a ameaça de um tipo de sindicalismo mais radical.

Apesar da escassa documentação encontrada no AHFML, existe um pequeno conjunto de correspondência de janeiro de 1934, que permite reconstituir o início deste processo negocial entre o Estado e a ECL, decorrido no seguimento da visita do Delegado Distrital do INTP.

A 22 de janeiro, o Diretor da ECL respondia ao Delegado do INTP de Leiria, informando-o do desejo da Direção da Empresa patrocinar a forma de se organizar, nos termos do *Estatuto do Trabalho Nacional*, proporcionando aos seus trabalhadores o que este documento legal prevê. Questiona-o ainda acerca do que deverá a empresa fazer para dar andamento ao processo de enquadramento nos *Sindicatos Nacionais*, colocando um conjunto de dúvidas que sistematizam as incongruências detetadas na legislação dos dois decretos que os instituíram.⁶⁹⁰ Na exposição feita nesta carta é constatado que:

Usufrue o pessoal da Empresa de Cimentos de Leiria desde a fundação d'esta empresa, grande numero de regalias (assistência, instrução, recreio), que sucessivamente teem augmentado e teem sido aperfeiçoadas, regalias estas creadas pela Direcção d'esta Empresa, expontaneamente, como V. Exa. Teve ocasião de constatar na sua recente visita.

Os decretos acima referidos, e os restantes que constituem a base da “Organização Corporativa” vieram ao encontro das aspirações da Empresa de Cimentos de Leiria: integrar nas disposições legais, os seus organismos de character social, de Assistencia e Previdencia, e crear outros de forma a que, sob o ponto de vista técnico, económico, social, e politico, a Empresa de Cimentos de Leiria ocupe na Organização Corporativa o logar que deve, e a que tem direito.⁶⁹¹

Em seguida, porém, a ECL coloca um conjunto de dúvidas ao Estado sobre as contradições que lhes parecem existir na legislação de 23 de setembro de 1933, e que se referem ao *Estatuto do Trabalho Nacional* e aos *Sindicatos Nacionais*. Vejamos com mais detalhe as questões colocadas pela ECL ao Estado:

a) No artº 1 do Decreto-Lei nº 23 050 – Sindicatos Nacionais – diz-se que os Sindicatos Nacionais... «são agrupamentos de mais de 100 individuos, que exercem a mesma profissão...»

⁶⁹⁰ Cf. Carta da ECL ao Delegado do INTP de Leiria, de 22 de janeiro de 1934. AHFML.

⁶⁹¹ Idem, 1.

Por outro lado o artº nº 42 Título III do Decreto-Lei nº 23 048 - Estatuto do Trabalho Nacional – diz: «Os Sindicatos Nacionais e os Grêmios têm personalidade jurídica; representam legalmente toda a categoria de patrões, empregados ou assalariados, do mesmo Comércio, Indústria ou profissão...»

Na letra da lei há contradição: o Decreto – Lei nº 23 050 define Sindicato Nacional como agrupamento de indivíduos que exercem a mesma profissão; porém, o Decreto-Lei nº 23 048 que estabelece os princípios basilares, admite para a formação dos Sindicatos Nacionais, agrupamentos de indivíduos do mesmo Comércio, Indústria ou profissão.

Esta última disposição é, como julgamos, a que encerra o espírito da Lei, e portanto, a que prevalece?

b) Dado que se constitua o «Sindicato Nacional dos empregados e operários da Indústria do Cimento do distrito de Leiria», podem os seus associados que exercem profissões extremamente variadas (engenheiros, médico, empregados de escritório, chefes de máquinas, maquinistas, serralheiros, ferreiros, latoeiros, cabouqueiros, pedreiros, carpinteiros, serradores, caixeiros, parteira, enfermeiro, etc; etc.) fazer também parte dos diferentes sindicatos das suas categorias profissionais?

Esta dúvida que apresentamos, carece, a nosso ver, de grande ponderação.⁶⁹²

Agora vejamos o que é determinado pelos artigos 1 e 3 capítulo I, e artigo 12 do capítulo II, do Decreto-Lei nº 23050 que define os *Sindicatos Nacionais*, capítulos que correspondem «à constituição e fins dos sindicatos nacionais e deveres e direitos dos sindicatos nacionais», respetivamente:

Artigo 1º - Os sindicatos nacionais são agrupamentos de mais de cem indivíduos que exercem a mesma profissão, e têm por fim o estudo e a defesa dos interesses profissionais nos seus aspectos moral, económico e social. São formados por indivíduos que trabalham por conta de outrem ou exercem profissões livres, e constituir-se-ão de harmonia com os princípios estabelecidos neste decreto-lei. (...)

Art.3º A organização de sindicatos nacionais de empregados ou de operários é feita por distritos, em cada um dos quais o Estado só reconhece como entidade de direito público um sindicato nacional por categoria profissional. A sede dos sindicatos será por via da regra a capital de distrito, mas pode ser autorizada a sua organização ou funcionamento em outra localidade onde o justifiquem o número e a importância dos elementos profissionais da respectiva categoria. Os sindicatos nacionais usarão a seguinte denominação: Sindicato Nacional dos (*profissão*) do distrito ... (...)

Art.12º O estudo e a defesa dos interesses indicados no artigo 1º obrigam os sindicatos nacionais de empregados, operários ou assalariados, sempre com a aprovação do Governo:

a) À organização das instituições sindicais de previdência, compatíveis com as possibilidades económicas e cujas contas serão inteiramente separadas das contas gerais do sindicato;⁶⁹³

Atentemos também na definição de *Grêmios*, aos artigos 6, 7 e 8:

Artº 6 – Os Grêmios têm personalidade jurídica; representam legalmente todos os elementos do mesmo ramo de comércio, indústria ou agricultura, estejam ou não neles inscritos; tutelam os seus

⁶⁹² Idem, 1-2.

⁶⁹³ Cf. Decreto nº 23 050, *Diário do Governo*, nº 217, 1ª série, 23 de setembro de 1933. Presidência do Conselho. A.O. Salazar. Reorganização dos Sindicatos Nacionais.

interesses perante o Estado e os seus organismos corporativos; ajustam com os sindicatos nacionais contractos colectivos de trabalho, obrigatórios para todos os que pertencem à mesma actividade; cobram aos associados as cotas necessárias à sua manutenção como organismos representativos e exercem, nos termos das leis, funções de interesse público. (...)

Artº 7 - Os Grémios agrupam-se em Federações e Uniões, como organismos intermédios da respectiva corporação, que constitui a unidade económica totalitária em cada uma das actividades nacionais, pela comparticipação de todos os elementos da produção.

Art.8º ponto 4. Cooperar com os Sindicatos Nacionais na fundação progressiva de instituições sindicais de previdência destinadas a proteger os trabalhadores na doença, na invalidez e no desemprego involuntário, e também a garantir-lhes pensões de reforma.⁶⁹⁴

Atentando nas partes acima citadas da legislação de setembro de 1933, compreende-se melhor a questão colocada pela ECL ao órgão dirigido por Teotónio Pereira:

Perguntamos: Admitindo que se faça um acordo entre a ECL e o futuro sindicato nacional para, em determinadas condições, permitir aos sócios n' aquele Sindicato nacional, que sejam empregados e operários da ECL, continuar a usufruir as regalias que já hoje disfrutam, ou outras que aquela entidade venha a criar, podem os estatutos do Sindicato Nacional consignar disposições que permitam salvaguardar os interesses moraes e materiais da ECL, e dos seus empregados e operários?

Dentro das disposições legais encontra-se formula conciliatória? Ter-se-há que desdobrar, ficando a organização social da ECL a funcionar fora do Sindicato Nacional, e havendo concomitantemente dispersão de energias?

Muito gratos ficamos pela atenção dispensada por V. Exa. Ao assunto que submetemos à sua esclarecida inteligência, e ficamos à sua inteira disposição para prestarmos quaisquer informação que V. Exa. Desejar.⁶⁹⁵

3.3.7. A proposta da ECL ao INTP da criação de um Sindicato «Católico»: 22 de jan. de 1934

A proposta apresentada pela ECL ao INTP de criação de um «Sindicato Nacional dos Empregados e Operários da Indústria do Cimento do distrito de Leiria» era claramente influenciada pelo conceito de Sindicato estabelecido inicialmente pela encíclica *Rerum Novarum*, conceito esse que foi evoluindo e sendo revisto pelos católicos. Em 1931, o Papa Pio XI celebrara a comemoração da *Rerum Novarum*, com a edição a 15 de maio da encíclica *Quadragesimo Anno*. Este texto procurou dar resposta ao período da grande depressão iniciado em 1929. Note-se que nesta encíclica papal se mantêm as teses corporativistas iniciais, diferindo num ponto crucial: é permitido o direito à greve.

No mês seguinte à publicação da *Quadragesimo Anno*, em junho de 1931, o *Boletim da Diocese de Leiria* iniciava a publicação de uma rubrica intitulada - «Código Social. Esboço duma

⁶⁹⁴ Cf. Decreto nº 23 049, *Diário do Governo*, nº 217, 1ª série, 23 de setembro de 1933. Presidência do Conselho. A. O. Salazar. Estabelecimento das bases a que deveriam obedecer os Grémios, Organismos Corporativos e Entidades Patronais.

⁶⁹⁵ Cf. Carta da ECL ao Delegado do INTP de Leiria, de 22 de janeiro de 1934. AHFML.

síntese social católica» - em comemoração da encíclica *Rerum Novarum*. Esta publicação continuaria até junho de 1932. Na nota introdutória, é explicado que se trata de um estudo sociológico publicado em 1927 em França e na Bélgica, entretanto já traduzido em várias línguas. Este estudo resultara das investigações de um grupo de estudiosos dos assuntos sociais, que se haviam congregado em torno do Cardial Mercier numa organização fundada em 1920 que ficou conhecida como União Internacional de Estudos Sociais de Malines.⁶⁹⁶ Os seus autores propunham que este documento se viesse a converter num programa de estudo das escolas de propaganda e círculos de estudos; que este viesse a contribuir para fomentar e organizar a divulgação do pensamento social da Igreja.⁶⁹⁷

Defendo aqui que a proposta feita pela ECL ao Estado no sentido de formar um «Sindicato dos empregados e operários da indústria do cimento do Distrito de Leiria» foi diretamente influenciada pelos ideais católicos compilados neste documento, publicado no *Boletim da Diocese de Leiria*. Relembro uma vez mais a estreita relação existente entre a ECL e a Igreja, nomeadamente a relação de proximidade entre Rocha e Mello e D. José Alves Correia, Bispo de Leiria, desde a inauguração da fábrica. Este prelado foi uma presença constante ao longo dos anos ao lado de Henrique Sommer e de Rocha e Mello, em todas as cerimónias oficiais da empresa. Justifica-se por isso explorar em detalhe as influências que este documento terá tido nas políticas económicas e sociais da ECL em Maceira-Liz.⁶⁹⁸ Merece particular atenção a definição aí dada de trabalho:

a parte do homem na obra da produção: - é o esforço intelectual ou manual que dispense para ordenar os recursos que Deus lhe oferece segundo as necessidades da sua natureza e o desenvolvimento da sua vida.⁶⁹⁹

Quanto à obrigação e ao direito ao trabalho, é-nos descrito da seguinte forma:

A obrigação de trabalhar, que, desde o princípio do mundo, Deus impôs ao homem, dá origem ao direito de trabalhar. (...) O «direito ao trabalho» consiste no pretense direito de o individuo sem

⁶⁹⁶ Cf. «Código Social. Esboço duma síntese social católica», *Boletim da Diocese de Leiria*, junho de 1931, nº6, Ano VIII, 154-155. O propósito da *União de Malines* congregada em torno do Cardial Mercier (1851-1926) fora dar continuidade, aprofundando o pensamento e a obra da *União de Friburgo*. *União* que entre 1884 e 1891, apoiada pelo Cardial Mermillod (1824-1892) propiciara a atmosfera para a elaboração dos princípios da encíclica *Rerum Novarum* no ano de 1891. No texto introdutório a esta publicação, é ressaltado que a palavra código utilizada, não deve originar a confusão de este ser considerado um código legal, já que a *União* não tem competência jurídica para tal. Segundo o Padre Monetti, sociólogo, este é antes «um ‘manual de normas’ inspiradas na doutrina cristã, segundo o sufrágio que lhes concede a razão e a experiência, bem como o consenso comum ou específico das autoridades eclesásticas». É sugerido que este documento possa ser usado como índice das questões mais importantes dos sociólogos e «do estudo do homem de ação ou publicista».

⁶⁹⁷ Cf. «Código Social...», junho de 1931, 154-155.

⁶⁹⁸ Cf. «Código Social. Esboço duma síntese social católica (continuação)», *Boletim da Diocese de Leiria*, março de 1932, nº3, Ano IX, 57-65. Veja-se no cap. III são abordados os fatores da produção - Natureza, Trabalho, Capital – em vários pontos (68, 69, 70, 71, 72, 73).

⁶⁹⁹ Idem, 58.

trabalho se dirigir ao Estado a reclamar dele uma ocupação remuneradora e um salário. Sobre o poder público impede o dever de se ocupar em remediar, por todos os meios ao seu alcance, a falta de trabalho e suas consequências. Não se segue daí que todo o indivíduo sem trabalho tenha direito a um emprego.⁷⁰⁰

Esta parte é concluída, defendendo que o salário recebido pelo trabalhador no decorrer dos períodos de atividade deve ser suficiente para durante os períodos em que não puder trabalhar possa subsistir através da criação de «caixas profissionais de previdência», que podiam ser eventualmente auxiliadas pelo Estado.⁷⁰¹

Quanto ao modo como se devia processar a organização profissional e os sindicatos, estes deviam ser organizados não só pela profissão, mas «pelo mesmo centro geográfico». Associada a cada profissão deveria existir todo um conjunto de interdependências. O que implicava que cada profissão não se devia abandonar a si mesma, uma vez que as atividades individuais que nela pudessem vir a desenvolver-se poderiam implicar o risco de se cair na anarquia:

O cumprimento dos deveres e o exercício dos direitos recíprocos requerem uma autoridade, gerente do bem comum da profissão, encarregada, principalmente, de regular os conflitos internos que sobrevierem, de estabelecer os regulamentos convenientes, de administrar os serviços da profissão e de a representar junto dos poderes públicos, a que, por natureza, está subordinada a autoridade profissional.⁷⁰²

Competiria à «autoridade profissional» (subsidiariamente ao poder público) o dever de educar os futuros membros de cada profissão. Competia-lhe ainda organizar e administrar os serviços de orientação profissional.

É dado particular ênfase a que não se confundisse «autoridade profissional» e «sindicatos», apesar das estreitas relações entre aquela e estes. Na maioria dos casos, os «sindicatos» seriam compostos só por patrões (sindicatos patronais), ou só por empregados (sindicatos de empregados e operários). Admitia-se a existência em paralelo de sindicatos de patrões e de empregados, o que não impediria a legitimidade da existência de cada um deles, devendo ambos ser lícitos e reconhecidos pelo «direito natural às associações».⁷⁰³

Defendia ainda que houvesse acordos conhecidos como «convenções coletivas de trabalhos» entre os sindicatos dos patrões e os dos empregados para que a união entre ambos fosse estreita. Estes contratos tinham como objetivo assegurar aos dois elementos da profissão a estabilidade da

⁷⁰⁰ Idem, 58.

⁷⁰¹ Idem, 62.

⁷⁰² Idem, 63.

⁷⁰³ Idem, 63-64.

sua colaboração, para que a regularização da vida profissional fosse o mais pacífica possível. Em relação aos «sindicatos profissionais», esclarecia-se que estes teriam um fim temporal, mas não poderiam ser neutros em relação à moral e à religião, sendo obrigatório que os seus atos estivessem em conformidade com «a justiça e a caridade». Cada «sindicato» (tanto patrões como empregados) deveria subordinar-se aos princípios do catolicismo e às direções da Igreja em tudo tivesse a ver com a moral.⁷⁰⁴

Quanto à «administração das empresas», esta deveria pertencer aos possuidores do capital ou capitalistas. Estava, porém, previsto dar-se o caso de os trabalhadores virem a tornar-se «coproprietários» de uma parte do capital da empresa, originado o que era denominado como: «co-administração». Esta «co-administração» consistia na aquisição de ações da empresa pelos trabalhadores. O que poderia ocorrer de formas diferentes: quer através da atribuição gratuita de ações da empresa aos trabalhadores, individualmente ou coletivamente, sem que eles tivessem de as subscrever; quer através da conversão em ações da empresa das partes beneficiárias ou dos prémios atribuídos a título individual obtidos pelos trabalhadores; quer ainda através da aquisição na Bolsa de ações da empresa pelos trabalhadores que individualmente ou coletivamente destinassem todas as suas economias ou parte delas para esse fim. Por último, sempre que o sindicato recolhesse para este fim as economias dos seus membros, este seria designado «accionariado sindical». Face a todas as hipóteses descritas, era aconselhada atenção à evolução destas várias possibilidades de negociação, cujo objetivo seria «conduzir à administração combinando do capital e do trabalho».⁷⁰⁵

No período em que a ECL passou pela maior crise económica (1929 e 1932), que veremos detalhadamente no capítulo seguinte, existiram grandes dificuldades face à já mencionada campanha de descrédito da qualidade do cimento «Liz». Uma das formas de ultrapassar essa profunda crise financeira foi exatamente a aplicação de uma das propostas do *Código Social*. Nesse período, a direção da ECL propôs aos seus trabalhadores tornarem-se acionistas da empresa. Apenas os que tinham mais bens e poupanças conseguiram investi-los em ações. Aos restantes operários foi pedido pela direção que trabalhassem aos sábados e domingos (uma vez que a fábrica tinha o estatuto de laboração contínua), mas não auferissem dos seus salários nesses dias. O capital assim acumulado reverteria em ações que contribuiriam para equilibrar as finanças da ECL.⁷⁰⁶

⁷⁰⁴ Idem, 64

⁷⁰⁵ Idem, 65.

⁷⁰⁶ Entrevista de Joaquim Bernardo de Sousa a Isabel Bolas, realizada a 8 de junho de 2018.

A proposta de criação de um Sindicato acima descrita, apresentada pela ECL ao Estado, parece assim inscrever-se no movimento operário católico associado à criação de sindicatos católicos,⁷⁰⁷ que no início dos anos trinta surgiram em Portugal como alternativa ao sindicalismo revolucionário.

A historiografia sobre o sindicalismo católico durante o Estado Novo é unânime em considerar que este não viria a ter expressão neste período em Portugal, sendo a própria Igreja Católica a dissuadir os católicos de se organizarem, orientando-os a integrarem-se nos Sindicatos Nacionais, seguindo assim a ordem corporativa.⁷⁰⁸ Veja-se, por exemplo, a citação que José Barreto faz de Frei Bento Domingues, segundo o qual, embora os operários católicos se tenham tentado organizar sindicalmente, tiveram de desistir rendendo-se à evidência de que «era o Estado Novo que mandava nas expressões da dimensão social do catolicismo» já que no episcopado não se fez eco do protesto dos operários.⁷⁰⁹ A 28 de dezembro de 1933, fora enviada uma circular pela União Popular Católica à hierarquia eclesiástica, publicada no primeiro número do órgão oficial da ACP onde se podia ler:

Os operários católicos de Portugal não podem propor-se hoje fazer uma organização sindical própria. Veda-lho a recente organização corporativa do Estado, que não permite senão sindicatos nacionais.⁷¹⁰

Cerca de um mês depois da publicação desta diretiva do primeiro organismo oficial da Igreja Católica do Estado Novo, a ECL, não só colocava em causa o conceito de *Sindicato Nacional*, como propunha ao Estado a organização de um Sindicato com características idênticas às propostas pelos católicos sociais belgas, fixadas na obra acima citada de 1927. Isto é, a ECL propunha a criação de um sindicato que seria organizado não só «pela profissão», mas, «pelo mesmo centro geográfico» - o «Sindicato Nacional dos empregados e operários da Indústria do Cimento do distrito de Leiria». A empresa propunha ainda que esse sindicato fosse misto e associaria as profissões

⁷⁰⁷ Segundo Maria Inácia Rezola, embora o sindicalismo alemão tenha tido um peso esmagador no contexto europeu, a principal fonte de inspiração dos católicos portugueses defensores dos sindicatos católicos no início dos anos 30 foi o exemplo belga. Esta autora defende que aqueles haviam ficado impressionados com a força, a dimensão e a organização da Confederação dos Sindicatos Cristãos da Bélgica, e terão procurado compreender «aquelas normas e princípios que são a razão de ser – e o “segredo” – dos triunfos da Bélgica», tendo estudado o modo como «os cristãos sociais lutam pela conquista das justas reivindicações das classes trabalhadoras e por tantas necessárias reformas sociais, baseadas na maior justiça. Cf. Rezola, *O Sindicalismo...*, 26.

⁷⁰⁸ Sobre esta matéria ver: José Barreto, «Comunistas e católicos e os sindicatos sob o Salazar», *Análise Social*, Vol. XXIX, nº125-126 (1994), 287-317; Rezola, *O Sindicalismo...*; Rezola, «A Igreja Católica Portuguesa...», 2008; Duncan Simpson, *A Igreja Católica e o Estado Novo Salazarista*, (Lisboa: Ed. 70, 2014).

⁷⁰⁹ Cf. Frei Bento Domingues, «Artes de ser católico português», *Reflexão Cristã*, nº 46-47 (1985), 6-43, citado por Barreto, «Comunistas e católicos...», 1994, 304.

⁷¹⁰ Cf. Frei Bento Domingues (op. cit.), «Boletim da Ação Católica», nº 1, maio 1934, 62-65, citado por Barreto, «Comunistas e católicos...», 1994, 304.

existentes na sua fábrica (engenheiros, médico, empregados de escritório, chefes de máquinas, maquinistas, serralheiros, ferreiros, latoeiros, cabouqueiros, pedreiros, carpinteiros, serradores, caixeiros, parteira, enfermeiro, etc.). É, pois, natural que esta proposta não tenha agradado ao Estado, já que alterava o conceito de *Sindicato Nacional* da nova ordem corporativa do Estado Novo.

É certo que nunca foi criado nenhum *Sindicato* nem *Grémio* relacionado com a indústria dos cimentos, mas, no entanto, as valências de assistência e previdência desenvolvidas pela ECL acabarão por ser aproveitadas pelo próprio Estado. Em outubro de 1934, o enquadramento da Casa Sindical, em construção desde maio de 1933, nos estatutos das Casas do Povo de setembro 1933 (passando a designar-se Casa do Pessoal da ECL), permitirá ao Estado aproveitar toda a obra social já desenvolvida pela ECL. Obra social assente nos princípios da *Rerum Novarum* e que passará a estar concentrada num dos mais importantes organismos corporativos primários de divulgação da obra do novo regime – uma *Casa do Povo*.⁷¹¹ Provavelmente, a substituição da palavra *Sindical* por *Pessoal*, terá sido feita com o intuito de evitar conotações ambíguas associadas ao sindicalismo cristão, que teriam sido encaradas pelo Estado Novo como pouco desejáveis no momento ainda incipiente do seu carácter corporativo, no ano de 1934.

Entretanto, no dia seguinte a receber a carta da Direção da ECL de 22 de janeiro com a exposição acerca das dúvidas acerca da formação de um *Sindicato*, Bento Caldas respondeu, comunicando que tinha já na sua posse a exposição enviada pela Empresa, indo apresentá-la ao senhor Sub-secretário de Estado das Corporações e Previdência Social, Pedro Teotónio Pereira. Diz ainda que lhes transmitirá o parecer deste, assim que lhe fosse comunicado, e que a acompanhar a exposição da ECL enviaria também um «desenvolvido relatório com a descrição da visita que fizera ao conjunto fabril e social de Maceira-Liz».⁷¹² No final de janeiro, Teotónio Pereira ter-se-á inteirado da obra e social realizada no contexto fabril em Maceira-Liz.⁷¹³

3.3.8. Alterações à legislação sobre Sindicatos Nacionais, Casas do Povo e o início da definição das Caixas de Previdência: fevereiro – junho de 1934

Dois decretos emitidos nos meses de fevereiro e de março de 1934 parecem constituir a resposta do Estado às perguntas e dúvidas colocadas pela ECL a 22 de janeiro. Refiro-me, antes de

⁷¹¹ Cf. Decreto nº 23 051, *Diário do Governo* nº 217, 1ª série, 23 de setembro de 1933. Presidência do Conselho. A. O. Salazar. Autorizava que em todas as freguesias rurais do país fossem criadas Casas do Povo, organismos de cooperação social, com fins de previdência, assistência, instrução e progressos locais.

⁷¹² Cf. Carta do Delegado do INTP de Leiria, Bento Caldas, ao Diretor da ECL, 23 de janeiro de 1934. AHFML

⁷¹³ Cf. Carta do Delegado do INTP de Leiria, Bento Caldas, à ECL, manuscrita, 27 de janeiro de 1934. AHFML.

mais, ao ajustamento feito pelo Decreto de 6 de fevereiro de 1934, assinado pelo Presidente do Conselho no qual é determinado que «as importâncias provenientes da liquidação das associações de classe, que não possam ser aplicadas conforme as disposições do decreto nº 23 050 (sindicatos nacionais) sejam destinadas a subsídios às mutualidades das Casas do Povo, nos termos do decreto-lei nº 23 551 (Casas do Povo)». ⁷¹⁴

Não estando o Estado interessado em criar um «Sindicato Nacional dos empregados e operários da Indústria do Cimento do distrito de Leiria», como era proposto pela ECL, este decreto poderá ter sido emitido com o intuito de permitir que Estado e ECL encontrassem um acordo que a ambos beneficiaria. Este terá sido o primeiro passo para que a Casa Sindical da ECL pudesse vir a ser enquadrada nos *Estatutos das Casas do Povo*. Refiro-me ainda à primeira alteração ao conceito de *Casa do Povo* – um dos organismos primários do sistema corporativo – se ter relacionado diretamente com o caso do conjunto fabril e social de Maceira-Liz. A 1 de março de 1934, Salazar autoriza o Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social a aprovar a criação das Casas do Povo previstas pelo Decreto nº 23 051, «em localidades que não sendo freguesias rurais, reúnam, todavia, condições que tornem recomendável a existência daquelas instituições». ⁷¹⁵

É importante notar que este decreto foi aprovado apenas um mês e meio depois da visita do Delegado do INTP a Maceira-Liz. Aquando desta visita as obras da Casa Sindical estavam já bastante avançadas, porém, o edifício estava inserido num espaço industrial, e os seus sócios não eram trabalhadores rurais, mas sim operários da indústria dos cimentos. É bastante provável que o conhecimento da realidade da ECL tenha tido influência na tomada de decisão de aprovar esta nova legislação.

Três meses depois, em junho, nova alteração aos *Estatutos das Casas do Povo* é aprovada por Salazar. Segundo o Decreto nº 23 951 de 2 de junho de 1934 passam a ser:

abrangidas pelo preceituado no artigo 25º do decreto nº 23 051 as instituições ou caixas de previdência criadas nas casas do Povo ao abrigo do disposto no único do artigo 5º do mesmo decreto e cujo regulamento tenha sido aprovado pelo Sub-secretário de Estado das Corporações e Previdência Social. ⁷¹⁶

⁷¹⁴ Cf. Decreto-lei nº 23 550, *Diário do Governo*, nº 30, 1ª série, 6 de fevereiro de 1934. Presidência do Conselho. A. O. Salazar. Determina que as importâncias provenientes das liquidações de classe (...) sejam destinadas a subsídios às mutualidades das Casas do Povo, nos termos do decreto-lei nº 23 051.

⁷¹⁵ Cf. Decreto nº 23 618, *Diário do Governo*, nº 49, 1ª série, 1 de março de 1934. Presidência do Conselho. A. O. Salazar. Sublinhado meu. Autoriza a criação de Casas do Povo em localidades que não sejam freguesias rurais.

⁷¹⁶ Cf. Decreto nº 23 951, *Diário do Governo*, nº 128, 1ª série, 2 de junho de 1934. Presidência do Conselho. A. O. Salazar. Sublinhado meu. Alterações às instituições de Caixas de Previdência criadas em Casas do Povo.

Este é o primeiro decreto do Estado Novo em que se esboçam os contornos do que virá a ser uma Caixa de Previdência. A pertinência deste ajuste ao decreto que instituiu as *Casas do Povo*, é explicada logo no seu primeiro parágrafo:

Tendo a prática demonstrado a conveniência de se dar a máxima elasticidade às disposições do decreto-lei nº 23 051, de 23 de setembro de 1933, referentes ao exercício da previdência pelas Casas do Povo, a fim de que estas instituições, sem quebra do respeito devido aos preceitos da ciência actuarial, possam todavia adoptar modalidades mais conformes com as circunstâncias de ordem local.⁷¹⁷

À previdência e assistência já previstas no decreto de 1933, acrescentava-se «a combinação de outras formas de previdência que não tivessem um carácter exclusivamente mutualista». Prevvia que se poderiam criar Caixas de Previdência dentro das *Casas do Povo*, cujo regulamento teria de ser aprovado pelo Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social.

Manuel Lucena estudou em profundidade esta complexa evolução das atribuições da responsabilidade de Previdência pelo Estado Novo.⁷¹⁸ Lucena interroga-se e analisa criticamente o carácter ambíguo da legislação de 1933, que de resto é bem espelhado na carta dirigida ao INTP pela ECL. Ambiguidade que, segundo o autor, acabou em vários casos por abrir vazios legais suscetíveis de dúvidas sobre quais os organismos corporativos que tinham o papel de desenvolver Caixas de Previdência. Por um lado, as *Casas do Povo* e as *Casas dos Pescadores*, por outro, a formação de Caixas Sindicais por profissões, negociadas ou objeto de acordos coletivos entre *Sindicatos* e *Grémios*.⁷¹⁹ Com o novo decreto de junho de 1934, o aproveitamento da obra de previdência e assistência já desenvolvida pela ECL não seria desperdiçado, mesmo não se concretizando o «Sindicato Nacional dos Empregados e Operários dos Trabalhadores da Indústria de Cimento do Distrito de Leiria» proposto pela empresa. Com este decreto, era dada resposta à pergunta já referida, exposição enviada pela ECL ao INTP a 22 de janeiro de 1934. Abria-se assim o caminho para o enquadramento da Casa Sindical da ECL nos *Estatutos das Casas do Povo*, que passariam a poder organizar Caixas de Previdência a partir desta data. Porém, este foi apenas o início do complexo percurso para a concretização definitiva da criação da Caixa de Previdência da ECL como organismo corporativo aprovado pelo Estado Novo. Processo, que como veremos ao longo deste capítulo, só em 1939 será concluído.

⁷¹⁷ Idem, 759-760.

⁷¹⁸ Cf. Lucena, *A Evolução...*, Vol. 1., 381-406.

⁷¹⁹ Idem.

3.3.9. O pedido de instalação de um 3º forno rotativo pela ECL e a visita a Maceira-Liz do Ministro da Indústria e do Subsecretário de Estado das Corporações: abril - julho de 1934

Depois de falhada a tentativa de obter a concessão do CMCM, a ECL decidiu avançar com o pedido de ampliação da sua Fábrica de Maceira-Liz. A 5 de abril de 1934, a empresa requereu a licença para instalar um terceiro forno rotativo, e os respetivos maquinismos, cuja capacidade seria de 170 toneladas diárias.⁷²⁰ Como já foi referido, a necessidade de ampliar a capacidade de produção da fábrica prendia-se com as expectativas de aumento da procura devido às obras públicas que se iniciavam. Em novembro de 1932, a ECL assinara um contrato com a empresa responsável pela construção do Porto de Leixões para lhe fornecer cimento pelo prazo de três anos. Os portos eram no início dos anos trinta as obras que maior quantidade de cimentos absorviam.⁷²¹ A 12 de julho de 1933, saíra da fábrica a primeira remessa de cimento «Liz» para o Porto de Leixões.⁷²² E a 9 setembro de 1933, fora assinado um contrato com a Sociedade Metropolitana de Construção para a construção da - Doca Principal de Leixões.⁷²³

O engenheiro Amável Granger, no já mencionado I Congresso da União Nacional em maio de 1934, insistia na ligação entre consolidação do novo regime e expansão da capacidade produtiva em Maceira-Liz. Na comunicação apresentada, «A indústria do cimento em Portugal»⁷²⁴, para além de fazer uma síntese histórica da evolução da produção do cimento, Granger apresentava também uma síntese da produção nacional de cimento *Portland* artificial naquele ano. Como já foi dito, em 1934, entre as três fábricas nacionais, com as reestruturações da Tejo e da Secil, a capacidade de produção era de 260 000t de cimento. A Tejo e a Secil com as novas instalações podiam produzir até 70 000t e a ECL 120 000t que «logo que seja deferido o pedido oficial para ampliar as suas instalações, elevará a sua capacidade para 170 000t».⁷²⁵

Acerca do progresso da indústria do cimento nacional, Granger considera que, sobre a sua repercussão na vida económica e social do País, se pode afirmar que «O Estado Novo na sua obra de Renovação e de Reconstrução encontra na indústria nacional do cimento um potencial de singular relevo».⁷²⁶ Granger conclui, lembrando que a indústria nacional dos cimentos, em particular a do

⁷²⁰ Cf. ECL, *Conjunto de folhas...*, s.p.

⁷²¹ As obras dos portos serão um assunto de máximo interesse sob o ponto de vista técnico e económico para a empresa no início dos anos trinta. Em 1932, foi publicado pela ECL em parceria com a Coimbra Editora o livro *O Emprego dos Cimentos Nacionais nas Obras dos Portos de Mar. Documentário relativo ao Cimento Liz*. A autoria deste livro ficou a dever-se à Direção Técnica da Fábrica de Maceira-Liz.

⁷²² Cf. ECL, *Conjunto de folhas...*, s.p.

⁷²³ Como este será o foco do próximo capítulo, o 4º desta tese, fica aqui apenas o seu apontamento.

⁷²⁴ Cf. Granger, «A indústria do...», 1935, 110-128.

⁷²⁵ Idem, 120.

⁷²⁶ Idem, 112.

cimento *Portland*, subsidia também outras atividades económicas de «interesse nacional», nomeadamente «as indústrias de transporte, a indústria mineira de carvão e ainda as indústrias produtoras de energia».⁷²⁷

Foi só no final do ano de 1934, num Despacho do Ministério do Comércio e Indústria, que autorizava a CMCSPC a instalar no Cabo Mondego uma linha de produção de cimento Portland artificial, com capacidade de produção de 200t/diárias, que foram enunciados os pedidos para montagem de fornos para a produção de cimento das demais fábricas e os respetivos pareceres do Conselho Superior Técnico das Indústrias.⁷²⁸ Os pedidos foram feitos pela ECL, Companhia Cimento Tejo, Secil e CMCSPC. Dos quatro pedidos, apenas dois foram concedidos: o da CMCSPC, e o da ECL. Apesar da aprovação, a CMCSPC nunca chegou a instalar uma nova unidade no Cabo Mondego, onde só viria a ser construída uma fábrica de cimento no início dos anos 50.⁷²⁹ Em dezembro de 1934, o Estado autorizava assim a montagem em Maceira-Liz de um terceiro forno com capacidade de produção de 170 t/diárias, mas indeferia os outros dois pedidos da Secil e da Tejo.⁷³⁰ Se no início do ano o Estado Novo recusara que a ECL aumentasse a sua capacidade de produção, no final do ano o governo mudara de ideias. A ECL ficava agora com a possibilidade de ultrapassar em muito a produção das outras duas empresas existentes. O setor dos cimentos, com aprovação do Estado, passaria a ter o caminho aberto para funcionar em regime de cartel com a ECL em posição dominante.

Poderá ter sido justamente na sequência do pedido de instalação de um terceiro forno que no mês seguinte, a 11 junho 1934, o Ministro do Comércio e Indústria, o engenheiro Sebastião Ramires⁷³¹ visitou a fábrica de Maceira-Liz. Acompanhou-o o seu chefe de Gabinete, engenheiro

⁷²⁷ Idem, 127.

⁷²⁸ Cf. Oliveira, *A indústria...*, Vol. 1, 293. Despacho do Ministério do Comércio e Indústria, publicado no *Diário do Governo*, nº 292, 2ª série, de 13 de dezembro de 1934.

⁷²⁹ Cf. Santos, *O Complexo...*, 1982. Foi já António de Sommer Champalimaud a montar aquela unidade de produção. Sobrinho de Henrique Sommer sucedeu ao tio na Direção da ECL, após a precoce morte daquele em março de 1944.

⁷³⁰ Cf. Oliveira, *A indústria...*, Vol. 1, 293. Despacho do Ministério do Comércio e Indústria, publicado no *Diário do Governo* nº 292, 2ª série, 13 de dezembro de 1934.

⁷³¹ Sebastião Ramires (1898-1972) formado em engenharia pelo IST, foi um próspero proprietário de uma indústria conserveira de sua família. Entre 1930 e 1932, como diretor da ACP, acompanhou Salazar numa visita ao Algarve da qual resultou um importante relatório sobre a indústria conserveira. Em julho de 1932, Salazar convidou-o a integrar o então criado Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura. Com a entrada em vigor da Constituição de 1933, o governo foi remodelado, sendo autonomizada a pasta da agricultura. Ramires mantém-se à frente do Ministério do Comércio e Indústria até 1936. A ação de Sebastião Ramirez deu um contributo decisivo para o arranque da corporativização da economia portuguesa. Começando precisamente pelo setor do comércio e indústria das conservas de peixe, com a criação do - Consorcio Português de Conserva da Sardinha - em agosto de 1932, período em que esse setor que passava por uma crise significativa. Cf. Manuel Loff, «Sebastião Ramirez», em *Dicionário Bibliográfico Parlamentar 1935-1974, Vol. II (M_Z)*, dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto (Lisboa: Ed. ICS, Assembleia

Cancela de Abreu, e foram recebidos por Henrique Sommer, José Sommer Ribeiro, Machado Vieira e os engenheiros Rocha e Mello e Granger, com quem terão certamente negociado o futuro da Fábrica, enquanto lhes foi servido um almoço pela empresa.⁷³²

No seguimento desta visita, foi recebida uma carta datada de 14 de junho, do Chefe de Gabinete do Ministro, dirigida ao Administrador Delegado da ECL, agradecendo em seu nome as «atenções recebidas aquando da visita às instalações daquela Empresa». (Cf. Anexo 1. Figs. 26) Nesta carta, é destacada não só a importante obra industrial ali implementada, mas também «as realizações de carácter social».⁷³³ Esta referência conjunta às dimensões industrial e social sugerem a possibilidade de a última ter influenciado a decisão Estatal de conceder à ECL, no final desse ano, o terceiro forno requerido em abril, aumentando significativamente a sua capacidade de produção em relação às outras duas fábricas.

A confirmar o crescente interesse pela experiência social levada a cabo em Maceira-Liz, cerca de um mês depois da visita de Sebastião Ramirez, a 5 de julho de 1934, Bento Caldas voltaria à ECL, mas desta vez, acompanhando o próprio Pedro Teotónio Pereira. Desta visita terá resultado a negociação entre o Estado e a ECL de enquadrar a Casa Sindical da ECL, quase terminada, nos *Estatutos das Casas do Povo* do Estado Novo. Terá ficado decidido que este equipamento social da ECL passasse a ter oficialmente a designação de - Casa do Pessoal da ECL.

A única fonte encontrada no AHFML acerca da data em que terá ocorrido a alteração da designação deste equipamento do bairro da fábrica, é-nos dada pela Ordem de Serviço nº24, datada de 31 de julho de 1934, que comunica aos trabalhadores a seguinte diretiva da ECL:

Notifica-se todo o pessoal que é CASA do PESSOAL o nome determinado oficialmente para o edifício que se está concluindo, e pelo qual deve ser sempre designado. Maceira, 31 de julho de 1934. O Engenheiro Sub-Director da Fábrica. (Assinado) Amável Granger.⁷³⁴

No mês seguinte, na carta enviada por Henrique Sommer a Rocha e Mello, em agosto de 1934, é já explicado encontrar-se «em organização a Casa do Pessoal da ECL».⁷³⁵ Este é um dos poucos documentos existentes que permite antever a negociação com o Estado para que este equipamento fosse enquadrado nos *Estatutos das Casas do Povo*. Sommer assinala que todos os

da República, 2005), 418-420; Madureira, «Cartelization and...», 2007, 79-96. Segundo Nuno Madureira até 1936 o genótipo da cartelização foi transmitido pela experiência realizada na indústria das conservas.

⁷³² Cf. Pinto, *Caderno II*, 379.

⁷³³ Cf. Cópia de Carta, do Ministério do Comércio e Indústria, Gabinete do Ministro (o Chefe de Gabinete A. Cancela de Abreu), dirigida ao Sr. Administrador Delegado da ECL, datada de 14 de junho de 1934. AHFML.

⁷³⁴ Cf. Ordem de Serviço nº24, de 31 de julho de 1934. AHFML.

⁷³⁵ Cf. Carta do Diretor da ECL, Henrique Sommer, a Rocha e Mello, 6 de agosto de 1934. Assunto: Organização da futura Casa do Pessoal da ECL. AHFML.

operários da fábrica em serviço permanente deverão pertencer a este organismo, em conformidade com os seus respetivos estatutos. Estatutos que implicam que os operários «beneficiarão de protecção e auxílio em caso de doença, inhabilidade e velhice, e convem portanto, quanto antes, determinar quais os operários em condições de serem inscritos como sócios».⁷³⁶

Sommer explica ainda ser desejo da direcção que a «Junta de Assistência ao Pessoal» ouça os diferentes chefes de serviço, e que pondere quais os operários que devem pertencer ao quadro permanente da empresa. Estabelece que sejam operários que tenham demonstrado ter condições para prestar um «bom serviço à Empresa e não serem antes um enorme encargo improdutivo».⁷³⁷ Ficava assim clara a ligação entre política social da empresa e a condição de operário cumpridor, num contexto marcado ainda pela revolta iniciada na Marinha Grande poucos meses antes.

3.4. Inauguração e enquadramento da «Casa do Pessoal da ECL» nos Estatuto das Casas do Povo: 28 de outubro de 1934

A 28 de outubro de 1934, a «Casa do Pessoal da ECL» foi finalmente inaugurada, com grande solenidade.⁷³⁸ (Cf. Anexo 1. Figs. 27 e 28) Os festejos associados a este importante evento, que veio finalmente consolidar publicamente as relações entre a ECL e o Estado, foram meticulosamente preparados.⁷³⁹ Para as cerimónias, espetáculos e atividades desportivas foram convidados representantes da elite do Estado Novo, dos Organismos Cíveis, Militares e Religiosos de Leiria. Foram também convidados familiares e amigos dos acionistas da empresa, representantes de diversos jornais e revistas nacionais, assim como todos os trabalhadores da fábrica, da sede da ECL em Lisboa, e da sua sucursal no Porto.⁷⁴⁰

Este evento foi amplamente noticiado pela imprensa nacional.⁷⁴¹ Dos muitos jornais e revistas nacionais, o *Diário da Manhã*, órgão oficial da União Nacional, apresenta-o deste modo:

⁷³⁶ Idem.

⁷³⁷ Idem.

⁷³⁸ Através de Ordens de Serviço (OS) da ECL assinadas por Rocha e Mello no ano de 1934, fica-se a saber que: OS nº40, de 12 de outubro de 1934: «Convida os moradores do Bairro do Pessoal a terem os seus jardins no melhor estado de tratamento possível, por motivo das visitas esperadas no próximo dia 21 designado para inauguração oficial da “Casa do Pessoal”»; OS nº41, de 19 de outubro de 1934: «Adia, para a data que será oportunamente indicada, a inauguração da “Casa do Pessoal”».

⁷³⁹ Cf. Ordem de Serviço nº42, de 26 de outubro de 1934 de 1934: «Programa das Festas promovidas solenizando a inauguração da “Casa do Pessoal”, em 28 de outubro». Este programa destinado aos operários, incluía várias considerações acerca do comportamento que era esperado deles terem naquele dia.

⁷⁴⁰ Cf. Pinto, *Caderno II*, 348.

⁷⁴¹ Cf. «Uma grande obra a Casa de Pessoal da Fábrica de Cimentos de Leiria foi ontem inaugurada com a assistência do Sub-Secretário das Corporações», *Diário da Manhã*, 29 de outubro 1934, em *Memorial*, Doc. nº 213. AHFML; «Na cidade do Cimento. Impressões de uma visita a Maceira», *Diário de Notícias*, 29 de outubro 1934, em *Memorial* Doc. nº 137. AHFML; «Uma bela iniciativa. Inaugurou-se uma Casa para o Pessoal da Empresa de Cimentos de Leiria», *Diário de Lisboa*, 28 de outubro 1934, em *Memorial*, Doc. nº 211. AHFML; «A “Casa do Pessoal” da Empresa

A ECL organismo industrial que honra o país, já pela sua extensão, já pela compreensão do momento que atravessamos revelado pelos seus corpos gerentes, à frente dos quais ocupa especial relevo o Sr. Henrique Sommer, inaugurou hoje com solenidade a «Casa do Pessoal», instituição que substitui a Casa do Povo, destinada, o nome o diz, a recreio espiritual e moral do pessoal da referida empresa.⁷⁴²

A ECL organizou a deslocação dos convidados de Lisboa, através de um comboio especial. Henrique Sommer fez-se acompanhar de um conjunto de importantes figuras do regime, entre as quais se destacou a presença do Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social, Pedro Teotónio Pereira, e de dois elementos do INTP, Augusto da Costa e o engenheiro Higinio de Queirós. Quanto ao Ministério das Obras Públicas, fez-se representar pelo engenheiro Carlos Alves. Estiveram também presentes os presidentes da AIP e da Associação Comercial de Lisboa.

743

Através da descrição do correspondente especial do *Diário da Manhã*, fica-se a saber que o comboio chegou à Fábrica cerca do meio-dia, tendo-se ouvido foguetes e morteiros; em seguida, três corneteiros dos Bombeiros da Fábrica tocaram a marcha de continência e a Banda Filarmónica da Fábrica o hino da «Maria da Fonte». Os visitantes foram recebidos na gare pela Direção, José Sommer Ribeiro, Gastão Benjamim Pinto, pelo Corpo Técnico da Fábrica, engenheiros Rocha e Mello, Granger, Santos Silva, Fiúza Cabral, e pelo Delegado do INTP de Leiria, Bento Caldas, que em janeiro daquele ano, havia iniciado os contactos entre a ECL e o Estado. Como habitualmente, a presença da Igreja teve a representação do Bispo de Leiria, D. José Alves Correia.

Foi servido um almoço aos convidados no edifício da Central Diesel, seguido de uma visita guiada a todas as áreas da Fábrica. Ao longo do dia de festejos, decorreram provas desportivas em

de Cimentos de Leiria», *O Século*, 29 de outubro de 1934, em *Memorial*, Doc. n.º 137A. AHFML; «A ‘Casa do Pessoal’ da Empresa de Cimentos de Leiria», *O Jornal do Comércio e das Colónias*, 30 de outubro de 1934, em *Memorial*, Doc. n.º 210. AHFML; «A ‘Casa do Pessoal’ da Empresa de Cimentos de Leiria», *Indústria Portuguesa*, outubro, 1934, 33-39.

⁷⁴² Cf. «Uma grande obra a Casa de Pessoal da Fábrica de Cimentos de Leiria foi ontem inaugurada com a assistência do Sub-Secretário das Corporações», *Diário da Manhã*, 29 de outubro 1934, em *Memorial*, Doc. n.º 213. AHFML.

⁷⁴³ A AIP fez-se representar pelo seu presidente José Maria Alvares e pelos engenheiros Carlos Garcia, Ernesto Bastos, José Custódio Nunes e pelo Dr. Vasco Brandão. A Associação Comercial de Lisboa, pelo seu presidente Álvaro Lacerda. Também o arquiteto Pardal Monteiro, que estivera responsável pelo projeto do IST ali se deslocou. Vieram também de Lisboa, Levy Marques da Costa, Sebastião Silva, Raúl Contreiras e Miguel Trancoso entre muitas outras individualidades apoiantes do novo regime. Viajaram ainda todos os funcionários da ECL do escritório de Sede em Lisboa, num total de 104 passageiros. Quanto às forças civis e militares de Leiria, fizeram-se representar pelo Governador Civil, conselheiro Fernando de Sousa; pelo Tenente Paula Santos, representando o Presidente da Câmara de Leiria; pelo Major Pereira Vale, comandante de Artilharia 4; e por dois oficiais da mesma unidade, os tenentes Fróis de Almeida e Nunes, 1.º e 2.º comandante da PSP de Leiria. Cf. «Uma grande...», *Diário da Manhã*, 29 de outubro, 1934.

que participaram os operários, atuou o Rancho Folclórico de Tricanas da ECL, e a sua Banda Filarmónica. À noite, foi inaugurada a sala de espetáculos, com a primeira sessão de cinema.

Pelas 15h, realizou-se a sessão solene da inauguração da Casa de Pessoal. A mesa de honra, magistralmente colocada no palco, foi presidida pelo Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social, Teotónio Pereira. À sua direita, estavam o Bispo de Leiria, o representante da Câmara Municipal de Leiria e o Delegado do INTP de Leiria; e à sua esquerda, o representante do Ministério das Obras Públicas, o governador Civil de Leiria e Henrique Sommer. A aliança firmada nesta cerimónia - entre Estado Corporativo, Igreja Católica e Cimentos – viria a trazer benefícios às respetivas demandas que moviam os interesses dos atores de cada uma das entidades representantes do poder público, e eclesiástico, que naquele dia se juntaram à ECL em Maceira-Liz.

Das várias alocuções proferidas naquela tarde, vale a pena abordar em particular a de Pedro Teotónio Pereira. Quando este se levantou para falar, foi saudado com uma vibrante salva de palmas, fez-se, entretanto, silêncio, tendo este começado por dizer «Os homens que têm coração bem formado e nobre, com consciência do dever cumprido, não precisam de louvores».⁷⁴⁴

Prosseguiu, dizendo que compreendia estes terem tido o prémio do seu esforço na satisfação da obra realizada; as suas palavras seguintes foram:

Quero dizer à ECL e em especial ao Sr. Henrique Sommer, que vim cá, expressamente para confundir a minha voz com os elogios aqui dirigidos e dizer-lhe da minha muita admiração pela obra realizada. Esta obra é grande em Portugal e em qualquer parte do Mundo. E, nesta hora em que alevanta o país do caos, o Governo não pode ter melhores auxiliares do que os homens como V. Ex. as. Por isso, lhes dirijo os aplausos do Governo Português.⁷⁴⁵

Continuou o seu discurso, afirmando que o pagamento do trabalho realizado pelos dirigentes daquela empresa se encontrava ali mesmo, na «obra realizada». Ela era «o prémio do seu Diretor, Henrique Sommer e dos homens que o acompanharam na sua realização». Teotónio Pereira dirigiu então a Sommer as seguintes palavras: «V. Ex^a é também justo quando fala nos seus colaboradores e revelou mais uma vez, uma orientação superior, sabendo-os escolher».⁷⁴⁶ Em seguida, dirigiu-se aos trabalhadores, dizendo-lhes:

Ao pessoal só posso dizer que felizes seremos no dia em que houver no nosso país muitas casas como esta. Sente-se aqui dentro que isto é uma obra de consciência dos de baixo e dos de cima, todos a compreendendo.⁷⁴⁷

⁷⁴⁴ Cf. «Uma grande...», *Diário da Manhã*, 29 de outubro, 1934.

⁷⁴⁵ Idem.

⁷⁴⁶ Idem.

⁷⁴⁷ Idem.

Teotónio Pereira continuou desabafando ser «consolador haver já quem reconheça que o espírito não é uma parte humana para desprezar». Prossegue congratulando-se:

que já haja quem se interesse pelo problema da educação entre nós, e afirmou que, responsável pela obra já realizada em matéria de corporativismo, se considera não como fazendo parte do governo, mas como um dos milhões de portugueses, que trabalham em colaboração com Salazar, com os olhos postos no grande português para o bem da Pátria, sentindo a glória de ter nascido em Portugal. Referindo-se novamente à obra da ECL, disse que ali pouco ou nada há já a fazer. Há apenas que compreender a obra, e saber corresponder aos vastos horizontes que se abrem.⁷⁴⁸

O seu discurso foi saudado por uma entusiástica ovação de palmas e de «vivas» pela assistência.⁷⁴⁹

As palavras proferidas naquele dia na Casa de Pessoal da ECL por Teotónio Pereira traduzem o entusiasmo face à obra social e assistencial ali realizada. Palavras que contrastam com o seu sentimento de desânimo em relação à implementação do corporativismo, refletido na correspondência mantida com Salazar neste período. Na biografia que Manuel Lucena faz dos *Lugar-Tenentes de Salazar*, este escreve mesmo que neste período Pedro Teotónio Pereira autodefine-se como «uma espécie de procurador infeliz dos interesses proletários» a quem a confiança falta, uma vez que só havia até então obtido insucessos, face à obra que Salazar o incumbira de realizar.⁷⁵⁰ Em repetidas ocasiões, exprime junto deste a sua infelicidade com a fórmula do Subsecretariado de Estado das Corporações criado junto da Presidência do Conselho, sem qualquer poder decisório sem a intervenção de Salazar e isolado sem ligação aos restantes membros do governo.⁷⁵¹

No discurso proferido na inauguração daquele organismo da ECL, a empresa e a obra fabril e social realizada em Maceira-Liz fora descrita por Teotónio Pereira como um modelo. Modelo que poderia ser apropriado e divulgado pelo regime. A gradual apropriação daquele conjunto modelar pelo Estado Novo começou naquele dia. Ali, Teotónio Pereira terá encontrado nos dirigentes daquela obra já realizada o tipo de experiência corporativa que tanto almejava encontrar no País.

⁷⁴⁸ Idem.

⁷⁴⁹ Idem

⁷⁵⁰ Cf. Lucena, *Os Lugares...*, 2015, 88.

⁷⁵¹ Cf. Nuno Teotónio Pereira, «Documento 11. Lisboa, 12 de fevereiro de 1934», em *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar (1931-1939)*, Vol. 1 (Presidência do Conselho de Ministros. Comissão do Livro Negro sobre o regime fascista, 1987), 27; Pereira, «Documento 13. Lisboa, 3 de abril de 1934», em *Correspondência de...*, Vol. 1, 29; Pereira, «Documento 14. Lisboa, 25 de abril de 1934», em *Correspondência de...*, Vol. 1, 30-31.

Porém, na correspondência publicada entre este e Salazar, não existe qualquer referência a este evento. Em carta datada de 12 de outubro de 1934, Teotónio Pereira explica que no dia seguinte parte para Trás-os-Montes onde irá inaugurar 10 Caixas de Previdência Rural, «levando o dinheiro e bênção apostólica do Chefe». Diz que vai apenas porque se trata de boa gente e diligente e como tal, não tem coragem de não ir. Porém, o tom com que escreve denuncia a pouca crença no que está a ser realizado na implementação da nova ordem corporativa. Sabe-se apenas que após ter regressado do Norte do País, já em Lisboa, terá assinado o alvará da Casa do Pessoal da ECL de acordo com o decreto que institui as *Casas do Povo* (Decreto-lei nº23.051 de 23 de setembro 1933) no dia 24 de outubro de 1934.⁷⁵²

3.4.1. A integração da obra social e assistencial da ECL na Casa de Pessoal: dezembro 1934

Este alvará aprovava os estatutos deste organismo e conferia-lhe o direito de lhes retirar quando aquela Casa do Povo se desviasse do fim para que fora constituída. Isto é, se não cumprisse os seus estatutos, utilizando a sua sede e os seus meios de ação para qualquer espécie de atividade política ou social contrária aos interesses da Nação e à Constituição do Estado e ainda quando infringisse o decreto-lei que as criara em 1933. Veja-se as semelhanças entre os fins a que se destinavam as *Casas do Povo* estipulado no Art. 4 do Decreto que as criou, e o que fora estipulado nos *Estatutos da Casa do Pessoal da ECL* em 1935.⁷⁵³ Os fins a que se destinavam as *Casas do Povo* eram:

- a) Prevenção e Previdência – Obras tendentes a assegurar aos sócios protecção e auxílios nos casos de doença, desemprego, inhabilidade e velhice;
- b) Instrução – Ensino aos adultos e às crianças, desportos, diversões e cinema educativo;
- c) Progressos Locais – Cooperação nas obras de utilização comum, comunicações, serviço de águas, higiene pública.

Paragrafo 2º As Casas do Povo podem promover entre os seus sócios, nos termos da legislação vigente, a organização de sociedades cooperativas de produção de consumo.⁷⁵⁴

Os *Estatutos da Casa do Pessoal da ECL*, como se pode constatar, praticamente não diferem. Os fins a que se destinava este equipamento, já enquadrados na arquitetura do regime corporativo, eram os seguintes:

⁷⁵² Cf. Cópia do Alvará da ECL, que terá sido publicado no «Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência», nº 23 de 31 de outubro de 1934, em *Memorial*, Doc. nº 48. AHFML.

⁷⁵³ Cf. ECL, *Estatutos da Casa do Pessoal da ECL*, 1935. (elaborados com base no Decreto-Lei nº23 051 de 23 de setembro de 1933, criação de Casas do Povo) 3-4. Documento nº 07. AHFML.

⁷⁵⁴ Cf. Decreto nº 23 051, *Diário do Governo*, nº 217, 1ª série, 23 de setembro de 1933. Presidência do Conselho.

1º Criar instituições destinadas a assegurar aos sócios protecção e auxílios em casos de doença, incapacidade e velhice, bem como fomentar a economia e crédito mútuo; orientá-los em assuntos forenses e tributários.

2º Desenvolver a instrução, cultural, moral cívica e condições físicas dos seus associados pelo ensino, palestras e conferências, diversões, desportos, escutismo, etc.

3º A organização de Cooperativas de Consumo.

4º Melhorar as condições higiénicas e de sanidade dos seus sócios, assim como cooperar nas obras de utilidade comum, comunicações, águas, higiene pública e outras.⁷⁵⁵

Analisando melhor os estatutos, pode constatar-se que a «atividade social» que este organismo se propunha desenvolver, assentava em quatro objetivos principais: criar meios que proporcionassem previdência; desenvolver a educação e a cultura; criar uma cooperativa de abastecimento de géneros, vestuário, serviço de restaurante e botequim; e por último colaborar com os organismos competentes no melhoramento da propaganda, e defesa das condições de sanidade pública e de interesse local, divulgando através de palestras e conferências no meio associativo os preceitos de higiene e salubridade, nomeadamente lutando contra as principais doenças que se manifestavam na altura, a tuberculose, a sífilis, e o alcoolismo.⁷⁵⁶

Para concretizar o primeiro objetivo, isto é, «meios de previdência», propunha-se criar a mutualidade entre os sócios; criar uma caixa económica, de crédito mútuo; e ainda a criar uma procuradoria. Para realizar o segundo objetivo, o «desenvolvimento da educação e da cultura», propunha-se a existência de uma Escola Primária com cursos diurnos e noturnos, respetivamente para crianças filhas de sócios em idade escolar e para sócios adultos; a criação de cursos de aperfeiçoamento de carácter profissional; a abertura de uma Biblioteca e de uma Sala de Leitura; a criação de um Teatro e Cinema com fins educativos e culturais; o início de ensino musical, com filarmónica, orquestra e orfeão; a organização de conferência, palestras e excursões; e por último, a prática de educação física, de jogos desportivos, de escutismo e de colónias infantis de férias. Quanto ao terceiro objetivo, que se referia à «criação de uma cooperativa de abastecimento» ele seria concretizado através dos seguintes organismos: uma cantina; um restaurante; um botequim; uma venda de especialidades farmacêuticas, um balneário e uma barbearia.⁷⁵⁷

Do ponto de vista ideológico, todos os artigos relativos à atividade social deste organismo, a instrução, a educação moral, intelectual ou física a ser ministrada aos sócios da Casa do Pessoal,

⁷⁵⁵ Cf. ECL, *Estatutos da Casa...*, 1935.

⁷⁵⁶ Idem, 13-14.

⁷⁵⁷ Idem, 13-14.

tinham imperativamente como objetivo «a formação de caracteres fortes, de trabalhadores ativos e profissionalmente competentes, de cidadãos inteiramente votados ao serviço da Pátria».⁷⁵⁸

A primeira reunião com «os protetores da Casa do Pessoal» para a eleição da mesa da Assembleia-geral, realizou-se a 17 de novembro 1934. Se na casa de Barbacena o patrono era um grande proprietário rural, em Maceira-Liz, esse papel foi assumido pelo empresário e industrial Henrique Sommer, eleito Presidente da Mesa, tendo José Sommer Ribeiro e Rocha e Mello como vogais. A 25 de novembro, na primeira Assembleia-Geral, foi eleita a direção deste novo organismo da ECL: Amável Granger tornou-se Presidente, Protes da Fonseca Secretário e Macedo Basto Tesoureiro.⁷⁵⁹ Convém sublinhar uma vez mais, como engenheiros como Rocha e Mello e Amável Granger se envolveram diretamente nas questões sociais da instalação fabril que haviam projetado.

Apenas dois meses após a inauguração da Casa do Pessoal da ECL, através de uma nota registada por Gastão B. Pinto, a 31 de dezembro de 1934, fica-se a saber que fora decidido pela Direção transferir para a Casa do Pessoal a responsabilidade de gerir todos os serviços médicos e sociais já existentes e criados pela empresa que incluíam: uma Cantina de Consumo, um Posto Médico, uma Escola, um Restaurante, um Balneário, uma Barbearia e ainda a concessão de pensões aos trabalhadores, assim como todos os outros benefícios e auxílios já prestados ao longo dos anos pela ECL ao seu operariado.⁷⁶⁰ Este foi o primeiro passo no sentido de oficializar a criação da Caixa de Previdência da ECL associada à Casa do Pessoal.

Constata-se assim que, quando em 1935 os estatutos da Casa do Pessoal da ECL foram aprovados, todos os objetivos neles descritos haviam já sido realizados pela empresa ao longo da sua ainda curta existência.⁷⁶¹ Como descrito no capítulo anterior, entre 1925 e 1934, a ECL havia já realizado grande parte da sua obra social e assistencial. Pode ainda constatar-se que, praticamente todos os objetivos a atingir por uma *Casa do Povo* do novo regime, haviam já sido materializados em Maceira-Liz antes de o próprio Estado Novo ter sido formalmente instituído em março de 1933 - como aliás fora bem frisado nos discursos de José Sommer Ribeiro e de Amável Granger aquando da visita de Bento Caldas em janeiro de 1934.

Como já foi visto, durante o ano de 1934, o enquadramento da Previdência, que se encontrava dividido entre *Casas do Povo*, *Sindicatos Nacionais* e *Grémios*, estruturado por Pedro

⁷⁵⁸ Idem, 14.

⁷⁵⁹ Cf. ECL, *Conjunto de folhas...*, s.p.

⁷⁶⁰ Cf. Pinto, *Caderno II*, 387.

⁷⁶¹ Cf. ECL, *Estatutos da Casa...*, 1935.

Teotónio Pereira com a aprovação de Salazar em setembro de 1933, havia-se flexibilizado de modo a que em qualquer deles pudessem ser devidamente utilizadas obras assistenciais já existentes promovidas pelo patronato. As ideias iniciais de Teotónio Pereira acerca destes três tipos de organismos corporativos primários foram também sendo adaptadas ao «interesse nacional», tal como, no processo de aplicação do Condicionamento Industrial, o Estado acabou por ir negociando caso a caso. Vejamos o esboço sobre a Previdência que Teotónio Pereira transcreve nas suas memórias, e que está na origem da legislação de setembro de 1933:

- b) Sindicatos Nacionais. Concentração de funções de competência representativa para se tornarem organismos básicos de representação do trabalho. Regras do trabalho e da Previdência social. Contractos Colectivos. Férias pagas. Horários de Trabalho. Salários mínimos.
- c) Grémios. Competência representativa como organismos básicos das empresas. Regras da actividade económica dentro e fora das fronteiras. Contractos colectivos. Política de salários. Previdência social do sector.
- d) Casas do Povo. Organização do trabalho agrícola. Adaptação progressiva do meio rural às normas gerais de previdência social e regras profissionais. Aproveitamento do apego às condições e espírito de tradição.⁷⁶²

Entre a visita de Teotónio Pereira a Maceira-Liz em julho e o mês de dezembro de 1934, foram negociados com o Estado, através do INTP, todos os aspetos do enquadramento legal da obra da ECL na legislação laboral promulgada em agosto desse ano.⁷⁶³

Como veremos à frente, no ano seguinte, a ECL pôde organizar e dirigir a cartelização dos cimentos, que se organizaram de forma a poder materializar a corporativização dos sistemas de previdência e assistência implementados inicialmente em Maceira-Liz.

Quanto a Rocha e Mello, para além de continuar a dirigir a Fábrica de Maceira-Liz, em 1935, passará a ter assento no novo órgão consultivo do regime, a Câmara Corporativa, podendo emitir pareceres e colaborar na política do Estado Novo. Por seu lado, Teotónio Pereira dirige o lançamento das bases do projeto totalitário do regime, ao integrar em junho de 1935 a direção da Fundação da Alegria no Trabalho (FNAT).⁷⁶⁴ Segundo os seus estatutos, o intuito inicial da FNAT

⁷⁶² Cf. Pereira, *Memórias*, Vol. 1, 126.

⁷⁶³ No AHFML existe um conjunto significativo de correspondência da empresa com o INTP sobre vários assuntos, nomeadamente: Carta da ECL ao Delegado do INTP de Leiria, 11 de setembro de 1934. Assunto: Horários de trabalho, adequação ao Decreto-Lei nº 24 402 de 24 de Agosto 1934. AHFML; Carta da ECL ao Delegado de Leiria do INTP, 11 de dezembro de 1934. Assunto: Exposição dos horários de trabalho, necessidade de haver laboração contínua; Carta da Presidência do Conselho do INTP, dirigida à ECL, datada de 21 de dezembro de 1934. Assunto: Em referência à exposição da ECL, acaba de receber um ofício do INTP comunicando que por despacho do corrente mês pode a ECL regular a sua situação nas condições propostas. Nota: a Correspondência entre INTP / ECL ainda não estava tratada aquando da consulta ao AHMFL, em julho 2016.

⁷⁶⁴ Cf. Decreto-lei nº 25 495, *Diário do Governo*, nº134, 1ª série, 13 de junho de 1935. Presidência do Conselho. A. O. Salazar. Cria a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho. Sobre a FNAT ver: José Carlos Valente, «A

era criar um Centro onde pudesse ser formada uma elite de operários, um escol de sindicalistas dedicados.⁷⁶⁵ Foram múltiplas as atividades que emanaram deste organismo de propaganda ideológica do regime, que começou por criar em 1936 o Centro de Cultura Popular em Lisboa.⁷⁶⁶ Nos anos seguintes, foi implementado no território nacional todo um conjunto organismos, onde são congregadas atividades idênticas às que haviam começado a ser implementadas pela ECL desde 1924. Atividades que abrangiam a formação popular, o entretenimento, o lazer, o desporto, a cultura - Centros para a Alegria no Trabalho (CAT) -, e as Colónias de Férias da FNAT, como em Maceira-Liz.⁷⁶⁷

Após o final de 1934, todos os equipamentos e organismos criados pela ECL foram sendo progressivamente enquadrados pelo Estado Novo corporativo. Em grande parte dos casos, já haviam sido criados pela ECL, mas o seu enquadramento legal pelo Estado permitia que se apropriasse deles, usando-os como modelos e símbolos representativos do Corporativismo, que se encontrava ainda em fase de constituição e procurava formas de se legitimar publicamente.⁷⁶⁸ A partir de 1935, e concluído já o processo negocial que levou à aprovação da instalação do terceiro forno, torna-se claro o alinhamento da ECL com o novo Estado Corporativo, quer na sua efetiva institucionalização, quer participando em eventos públicos, promovendo a sua legitimação.

Curiosamente, apesar da omissão do caso de Maceira-Liz nas memórias de Pedro Teotónio Pereira, foi o próprio Salazar a referir a Casa do Pessoal da ECL como uma das mais bem organizadas do seu próprio regime. Esta referência é feita em 1938, numa das entrevistas dadas ao Secretário da Propaganda Nacional, António Ferro.⁷⁶⁹ Nestas entrevistas, publicadas com intuito propagandístico e legitimador da obra do Estado Novo, é feita uma síntese das mais importantes medidas tomadas pelo novo regime. Quando Salazar se refere à importância das *Casas do Povo* enquanto organismos corporativos, argumenta:

corporativização dos tempos livres: A ação da FNAT (1935-1958) em *O Corporativismo em Português: Estado, Política e Sociedade no Salazarismo e no Varguismo*, org. António Costa Pinto e Francisco C. Palomares Martinho (Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, 2008), 231-252; José Carlos Valente, *Para a História dos Tempos livres em Portugal da FNAT à INATEL (1935-2010)* (Lisboa: Ed. Colibri/Fundação INATEL, 2010).

⁷⁶⁵ Cf. Valente, *Para a História...*, 2010, 48.

⁷⁶⁶ Os principais dirigentes do Centro de Cultura Popular da FNAT (1936-1940) foram João Pinto da Costa Leite, Marcelo Caetano, Rodrigues Cavalheiro, Luís Pastor de Macedo, Manuel Múrias, e Luís Chaves.

⁷⁶⁷ A propósito dos Centros de Alegria no Trabalho (CAT), José Carlos Valente, destaca o setor dos cimentos, e a obra social da ECL, divulgada por Amável Granger aquando do I Congresso da União Nacional em 1934, como responsável pela adesão desta indústria à ordem corporativa e às novas estruturas da FNAT. Embora os organismos de Maceira-Liz não tenham sido transformados em nenhum organismo da FNAT, o Grupo Desportivo do Pessoal da Fábrica Tejo viria a ser transformado num CAT a 4 de agosto de 1943. Cf. Valente, *Para a História...*, 2010, 108 e 272.

⁷⁶⁸ Cf. Bolas, «A 'Monarquia...', 2009.

⁷⁶⁹ Cf. António Ferro, *Entrevistas de António Ferro a Salazar...*

- As Casas do Povo, por exemplo, uma das criações originais da nossa legislação corporativa, que Mussolini invejou, numa entrevista que nos concedeu há poucos anos, estão cumprindo o seu dever, a sua função, mas não deram ainda, ao que parece, todos os resultados desejados (...)
- As Casas do Povo, são ótimos elementos de coordenação rural. Mas falta-nos ainda, para sua completa eficácia outro elemento indispensável: os Grémios da Lavoura, organização corporativa dos proprietários e cultivadores.⁷⁷⁰

Por seu lado, António Ferro comenta:

- As Casas do Povo deveriam ser igualmente – julgo que também foi este o seu pensamento criador – grandes centros de educação popular corporativa e o grande lar da aldeia ou da vila. Ali, os camponeses, os trabalhadores rurais, se deveriam reunir, ao fim da labuta quotidiana, em jogos inocentes, em simples representações, em grupos orfeónicos. Úteis seriam igualmente à nossa renascença espiritual se constituíssem centros de folclore – a alma dos povoados – com as suas canções, indumentária, costumes, poéticas tradições, sempre em chama viva...⁷⁷¹

Salazar acrescenta:

- Sem dúvida. Mas lá chegaremos. Algumas há, como as de Maceira, Golegã, Vila Boim, Campo maior, Monforte da Beira e outras que já podem servir de Modelo a esse ideal, a essa próxima realidade.⁷⁷²

Note-se que, ao surgir nesta entrevista a questão das Casas do Povo, não é a de Barbacena que é imediatamente mencionada pelo Presidente do Conselho. Quando questionado acerca da materialização das *Casas do Povo*, a primeira referência que Salazar dá como exemplo de Casa do Povo bem organizada é a de Maceira – ou seja a Casa de Pessoal da ECL em Maceira-Liz.⁷⁷³ É significativa esta referência de Salazar à Casa de Pessoal de Maceira-Liz como o primeiro exemplo de uma Casa do Povo do Estado Novo, a funcionar como fora idealizado pelo regime.

Embora, nesta entrevista a António Ferro, Salazar tenha dado como referência o carácter exemplar da Casa de Pessoal da ECL, as hipóteses equacionadas por si para implementar este tipo de organismo corporativo no território passaram pela aliança com a Igreja Católica. Através das palavras de Rebelo de Andrade, enquanto Sub-secretário de estado das Corporações e previdência social entrevistado por Díez Gutiérrez O’Neil, podemos compreender a importância que o Estado depositava nas ligações estabelecidas com a Igreja para implementar este tipo de organismo corporativo primário: «Para nós, o ideal seria que fossem eleitos para presidentes das Casas do Povo os

⁷⁷⁰ Idem, 152-153.

⁷⁷¹ Idem.153

⁷⁷² Idem, 153. Sublinhado meu.

⁷⁷³ Curiosamente, o segundo exemplo apontado por Salazar é o da Casa do Povo da Golegã, também patrocinada pela Família Sommer da Quinta da Cardiga, cujos membros eram os principais acionistas da ECL. Família que em 1935 criará a *Fundação da Família Sommer* como patrona da Casa de Pessoal de Maceira-Liz.

curas párocos das respetivas freguesias. A sua autoridade e espírito ajudar-nos-iam». Diz terem sido já eleitos por votação alguns sacerdotes como presidentes das *Casas do Povo*. Aponta algumas das razões para que a Igreja tenha visto com prudência esta medida, nomeadamente «o medo de uma viragem da mentalidade corporativa lusitana, a incompreensão de alguns...».⁷⁷⁴ Rebelo de Andrade explica ainda esperar que com tempo as *Casas do Povo* viriam a ser como «pequenas miniaturas rurais das antigas Misericórdias». Elucida que aquando da conceção daqueles novos organismos do regime:

as Misericórdias, instituições tão populares em Portugal, e tão características das antigas povoações portuguesas influenciaram bastante a ideia inicial de Salazar acerca das Casas do Povo.⁷⁷⁵

Ao contrário da ECL, que projetou e construiu um moderno edifício para instalar a sua Casa de Pessoal, a partir de um programa preestabelecido, que dava resposta aos objetivos a que se destinava, com o seu salão de festas e projetor de cinema, a biblioteca, a sala de jogos, o botequim e os campos de jogos, e pistas de atletismo no exterior, a Casa do Povo de Barbacena, a primeira do regime corporativo, foi instalada numa capela e lá se manteve até ser extinta.

3.5. Cartelização dos cimentos e Expansão do Modelo Social da ECL: 1935-1939

Ao problematizar a cartelização enquanto política económica do Estado Novo, Nuno Madureira chama a atenção para o carácter ambíguo do termo cartel.⁷⁷⁶ Sendo «o cartel um acordo celebrado entre várias empresas, tendente à supressão ou limitação da concorrência, tendente à criação de um monopólio de facto»,⁷⁷⁷ até ter sido emitida legislação sobre esta matéria ficara em aberto o caminho para interpretar o termo em vários sentidos, já que muitos aspetos não estavam definidos, nomeadamente: manter ou alterar a estrutura das empresas de cada sector; que papel o Estado exercia sobre cada consórcio; quais as hipotéticas sanções sobre quem não cumprisse os acordos; em que diferiam coligações legais e ilegais, entre outras.⁷⁷⁸ Como só em 1936 foi aprovada legislação sobre esta matéria, até aí o Estado optara por deliberadamente não dirigir a política de cartelização. Mas, entretanto, o tratamento preferencial dado aos cartéis que se foram instituindo

⁷⁷⁴ Cf. J.L. Díez Gutiérrez O'Neill, *Portugal Corporativo*, (Madrid: Editorial Aldecoa, 1940), 96. Tradução do espanhol para português minha.

⁷⁷⁵ Idem, 97-98.

⁷⁷⁶ Sobre esta matéria ver: Madureira, «O Estado, o patronato...», 1998, 804-811; Madureira, *A economia dos...*, 2002.

⁷⁷⁷ Cf. Sessão nº 44, *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, de 8 de abril de 1935. Contém o parecer emitido pela Câmara Corporativa sobre o projeto lei nº 31 do deputado João Garcia Pereira, e, foi elaborado pela 18ª secção – política e administração geral – tendo sido ouvidas as seguintes secções; 1ª (cereais e pecuária), 4ª (agrícola não diferenciada), 6ª (minas, águas minerais, pedreiras e produtos químicos) e 13ª (atividades comerciais não diferenciadas).

⁷⁷⁸ Cf. Madureira, «O Estado, o patronato...», 1998, 804.

começou progressivamente a ser alvo de suspeita e de crítica.⁷⁷⁹ O autor faz referência sem aprofundar, ao confuso debate em torno da Lei nº1936 aprovada a 18 de março de 1936 que passou a autorizar o governo a dissolver coligações e acordos.⁷⁸⁰

Também José Luís Cardoso e Nuno Estevão destacam um parecer da Câmara Corporativa sobre esta matéria, dado o seu contributo para a definição da política económica de Estado Novo. Trata-se do parecer emitido a 8 de abril de 1935, no qual foi enquadrada e discutida a teoria económica dos monopólios e das formas de concentração da atividade económica.⁷⁸¹ Domingos Fezas Vital foi o relator do parecer sobre um projeto lei cujo objetivo era a dissolução de concentrações económicas ou modalidades de coligação de empresas existentes como – trusts, grupos ou cartéis - que pudessem exercer uma atividade considerada contrária aos interesses da economia corporativa.⁷⁸² Segundo os autores, da elaboração deste Projeto-lei e do parecer da Câmara Corporativa sobrava larga margem interpretativa da definição do interesse nacional, que acabaria por determinar se as concentrações económicas eram ou não contrárias ao espírito da economia corporativa ainda em construção. Dão ainda conta do incómodo revelado pelo relator a propósito da proposta de exoneração de cargos diretivos em organismos corporativos, por suposta incompatibilidade do exercício de funções em organismos empresariais competitivos.⁷⁸³

Só a partir de 1936 o Estado Novo começará a ter um papel mais ativo relativamente a esta política económica.⁷⁸⁴ Embora a cartelização não tenha sido impedida, em março de 1936 foram aprovadas medidas acerca das coligações económicas.⁷⁸⁵ Quatro meses depois, foi regulamentada a criação dos organismos de coordenação económica.⁷⁸⁶

Atentando no parecer dado a 8 de abril de 1935, constata-se o desacordo da Câmara Corporativa com o art.º 2º do Projeto-lei, quando este propunha ser: «incompatível o exercício dos

⁷⁷⁹ Cf. Madureira, «Cartelization ...», 92-93.

⁷⁸⁰ Cf. Madureira, «O Estado, o patronato...», 1998, 806.

⁷⁸¹ Cf. José Luís Cardoso e Nuno Estevão Ferreira, «A Câmara Corporativa (1935-1974) e as Políticas Públicas no Estado Novo», *Ler História*, nº64, (2013), 48-54.

⁷⁸² Idem.

⁷⁸³ Idem, 49.

⁷⁸⁴ Sobre esta matéria ver: Madureira, *A economia dos interesses...*; Madureira, «Cartelization...», 79-96; Garrido, «Contexto, fundamentos...», 2012, 143-164; Rosas, *Salazar e o Poder...*, 2013.

⁷⁸⁵ Cf. Lei nº 1936, *Diário do Governo*, 1ª série, 18 de março de 1936. Presidência do Conselho. A. O. Salazar. A aprovação desta lei resultou de um contra-projeto do deputado Águedo de Oliveira, e de uma proposta de substituição relativas ao projeto lei nº 31, (discutido a 8 de abril de 1935). O Parecer da Câmara Corporativa foi apresentado por Fezas Vital, na Sessão nº66 de 20 de janeiro de 1936.

⁷⁸⁶ Cf. Decreto-Lei nº 26 757, *Diário do Governo*, nº 158, 1ª série, 8 de julho de 1936. Ministério do Comércio e Indústria. Ministro Pedro Teotónio Pereira. O Ministério do Comércio e Indústria era autorizado a constituir os organismos destinados a coordenar e regular superiormente a vida económica e social nas atividades ligadas a produtos de importação e exportação. Eram de três tipos de organismos de Coordenação Económica: as Comissões Reguladoras, as Juntas Nacionais e os Institutos.

cargos diretivos das concentrações com o de iguais cargos dos elementos corporativos da mesma atividade».⁷⁸⁷ É feito notar que as elites industriais e comerciais nacionais ainda não eram tão vigorosas que permitissem ao governo:

dispensar o concurso de todos os elementos com responsabilidade na direcção de quaisquer concentrações económicas. Pode até suceder que na direcção destas concentrações se encontrem os mais conscientes defensores do corporativismo e os mais aptos colaboradores da sua realização.⁷⁸⁸

Foi precisamente no período temporal em que começaram a ser postas em causa as coligações económicas, que, entre março e dezembro de 1935, a ECL desencadeou o processo de coligação das empresas produtoras de cimento, tendo estas passado a funcionar em regime de cartel até 1975.

Graças ao «interesse nacional» assumido pela Câmara Corporativa em abril de 1935, não terão sido colocadas dificuldades à ECL para que nesse ano orientasse a cartelização dos cimentos. No final do ano anterior, com o enquadramento da Casa de Pessoal na arquitetura corporativa do regime, a ECL tornara-se oficialmente sua «colaboradora», logo, o Estado esperava poder passar a contar com a empresa na «defesa» e na «realização» do corporativismo.

Efetivamente, a partir de 1935, a ECL passou a participar de forma mais visível e assumida em eventos simbólicos e legitimadores do regime. Quando a 13 de junho de 1935 a AIP, que comemorava o seu 75º aniversário, organizou o Cortejo do Trabalho Nacional, convidou as mais representativas indústrias nacionais para desfilar durante as Festas da Cidade de Lisboa. A ECL foi convidada a participar nesta manifestação de apoio inequívoco da indústria ao Estado Novo.⁷⁸⁹ De todo o país, acorreram industriais, engenheiros, operários e seus filhos, participando nesta significativa manifestação pública da indústria nacional. Entre as empresas mais representativas do panorama industrial deste período, as que proporcionavam ensino gratuito aos filhos dos seus operários levaram também grupos de crianças que, com os pais, integraram o desfile. Entre as crianças que desfilaram, as das escolas da ECL e da CUF de Alfredo da Silva, neste dia como a geração futura que daria continuidade ao regime. A Casa do Pessoal da ECL fez-se representar por elementos das várias secções que a compunham. Através da lista elaborada pela empresa, é descrita a relação do pessoal que participou neste evento: a banda de música; a escola primária; o corpo de bombeiros; o grupo de *foot-ball*; o grupo de *basket-ball*; o grupo de jogo do pau; o grupo de

⁷⁸⁷ Cf. Sessão nº 44, *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, de 8 de abril de 1935. Parecer de Domingos Fezas Vital sobre o Projeto Lei nº31, do deputado João Garcia Pereira, médico veterinário oriundo de Elvas.

⁷⁸⁸ *Idem*, 937.

⁷⁸⁹ Cf. ECL, Ofício da Direção da ECL dirigido à Direção da Casa do Povo de Maceira-Liz, datado de 5 de junho 1935, em *Memorial*, Doc. nº 215. AHFML.

combatentes da grande guerra; o de atletismo; e o de ciclismo.⁷⁹⁰ Nesse dia, o País assistiu ao desfile que representava o mundo do trabalho nacional e onde foram empunhados cartazes com frases como: «O trabalhador português é o mais hábil»; «Preferi o trabalho nacional»; «Protegei as indústrias nacionais, adquirindo os seus produtos».⁷⁹¹

3.5.1. O processo da cartelização dos cimentos (1935-1936)

Para além de obter a autorização para montar um terceiro forno em Maceira-Liz, logo no início de 1935, a ECL iniciará uma nova tentativa de expansão do seu património. Em 1934, a conjuntura em que se movia a Administração da CCT era bastante difícil. A empresa iniciara a sua renovação tecnológica, montando dois fornos rotativos e os respetivos maquinismos num período de tempo manifestamente insuficiente (1932-1934) para obter lucro que permitisse amortizar os empréstimos à banca que, entretanto, acabara por se tornar acionista maioritária da Empresa. Face ao contexto de crise económica mundial que se fazia sentir, era necessário que a sua produção permitisse a realização de uma quantia substancial, de modo a tornar rentável o investimento ali feito pela Banca. Nesse mesmo ano, a instituição bancária que detinha maior percentagem de ações da Tejo era o Banco Aliança, que contava com 25% das ações, o que lhe permitia nomear um administrador.⁷⁹²

Ainda nesse ano, o Banco Aliança manifestara interesse em alienar o capital acionista que detinha na CCT. A ECL apercebe-se da oportunidade de se expandir através de um investimento muito menor do que o que teria sido necessário para viabilizar o empreendimento do Cabo Mondego, e de assumir uma posição preponderante no sector dos cimentos. A compra de ações da CCT à banca parecia agora uma solução viável a Henrique Sommer para expandir a produção da sua empresa. Foi convocada uma Assembleia Geral da ECL, e, na sequência desta, em fevereiro de 1935, a empresa negociava a compra de cerca de 30 000 ações da CCT, oferecendo por elas 9 360 contos aos Bancos Aliança e Borges & Irmão.⁷⁹³ A localização geográfica privilegiada da Fábrica Tejo junto à capital possibilitava à ECL um escoamento da produção muito mais fácil que

⁷⁹⁰ Cf. ECL, Lista do Pessoal da ECL designado a participar no Cortejo do Trabalho Nacional, 9 de junho de 1935, em *Memorial*, Doc. n.º 289. AHFML.

⁷⁹¹ Cf. Helena Matos, *Salazar. A Propaganda*, Vol. 2. (Rio de Mouro: Temas & Debates, 2004), 128.

⁷⁹² Cf. ECL, *Conjunto de folhas...*, s.p.

⁷⁹³ *Idem*.

o da unidade de Maceira-Liz. Ali o transporte tanto podia ser realizado por caminho-de-ferro, como por via fluvial, com acesso ao transporte marítimo.⁷⁹⁴

Todo o processo de aquisição foi extremamente rápido. Assim, a 21 de março de 1935, realizou-se uma Assembleia Geral da CCT, no Porto, tendo sido elaborada a modificação dos Estatutos da Empresa e eleita uma nova Administração.⁷⁹⁵ A sede da Empresa foi transferida para Lisboa, passando a ECL a ser a sua sócia maioritária. A partir de 1935, a ECL passava assim a dominar a indústria do cimento nacional, em regime de duopólio com a SECIL.

Até ao ano de 1935, as três empresas produtoras de cimento nacionais haviam tentado impedir a expansão umas das outras, nomeadamente através da interposição de recursos junto do Estado. Porém, a partir de 1935, ano em que a ECL assumiu a liderança da produção de cimento nacional, a regulação da produção passará a ser negociada entre as direções das três unidades de produção. Esta indústria passará a funcionar em regime de cartel, com as três fábricas nacionais associadas em torno dos interesses comuns que as unem. A 21 de dezembro de 1935, reuniram-se representantes das três fábricas, assinando um acordo entre Maceira-Liz, Tejo e Secil acerca da distribuição das suas produções anuais, baseada nas respetivas capacidades de produção.⁷⁹⁶ A ECL poderia passar a produzir 69% (42 % da Liz + 27% da Tejo) e a Secil 31%. Para regular este acordo, foi criado pelas três empresas um Conselho que mediará os seus interesses.⁷⁹⁷ Foi nomeado seu diretor Nuno Castro Pereira.⁷⁹⁸

Embora o acordo tenha sido estabelecido entre estas três empresas que efetivamente estavam no mercado dos cimentos, através da aplicação do Condicionamento Industrial, o Estado colocara no cartel dos cimentos a empresa que ganhara a concessão do Cabo Mondego em detrimento da ECL no início de 1934. Tratava-se da CMCSPC que, relembramos, não só lhe fora dada permissão estatal para entrar na fileira dos cimentos, como no final de 1934 obtivera a

⁷⁹⁴ Essa dupla facilidade de transporte, um dos fatores que mais condicionavam o preço de custo da produção de cimento, fará com que futuramente, já após a morte de Sommer, sob a Direção do seu sobrinho António de Sommer Champalimaud, se venha a apostar mais naquela unidade de produção.

⁷⁹⁵ A nova Direção da Empresa de Cimento Tejo eleita era constituída pelos engenheiros, Teófilo Leal de Faria, Luís Pinto Basto e por Luís Afonso Vilar. Quanto ao Concelho Fiscal, passou a fazer parte Luís Sommer Ribeiro e Afonso Sommer.

⁷⁹⁶ Cf. ECL, *Conjunto de folhas...*, s.p. Nestes registos, são apontadas duas datas para a reunião em que foi firmado este acordo, 21 de dezembro de 1935 e 1 de janeiro de 1936, optou-se por referir a primeira data.

⁷⁹⁷ Idem.

⁷⁹⁸ Idem. Nuno José Maria van Zeller de Castro Pereira (1907-1986), era pelo seu casamento em 1933 com Maria Isabel de Casal Ribeiro Ulrich (n. 1912) genro de João Henrique Ennes Ulrich, Presidente do BNU entre 1918 e 1931. Nuno de Castro Pereira e Henrique Sommer, eram ambos tios por afinidade de Jorge Cardoso Pereira da Silva de Melo e Faro, 2º Conde de Monte Real. Uma das irmãs de Nuno, Maria Madalena (n. 1896) era mãe de Maria Teresa de Castro Guimarães (1918), havia casado com Jorge Cardoso Pereira da Silva Melo e Faro. Este último, por sua vez, era filho de Laura Cardoso Diogo da Silva (n.1877), irmã de Palmira Sommer, e de Artur Porto de Melo e Faro, 1º Conde de Monte Real (n. 1866).

autorização do Estado para montar um forno rotativo para produção de cimento.⁷⁹⁹ Na sequência do pedido da ECL ao Estado para introduzir o processo *Basset*⁸⁰⁰ na Fábrica Tejo, da resposta dada por Salazar enquanto Ministro das Finanças, compreende-se que para além de conceder esse direito às empresas da ECL - Maceira-Liz e Tejo - também as outras duas empresas do cartel dos cimentos, Secil e CMCSPC obtinham o mesmo privilégio.

Apesar da escassa documentação encontrada sobre este processo, a fonte mais interessante existente no AHFML é um copiadador de cartas dirigidas a Nuno Castro Pereira pela ECL.⁸⁰¹ Periodicamente, era enviada a quantidade de cimento vendido pela empresa, documentação que deveria ser sempre enviada em triplicado. Através desta correspondência, pode compreender-se o tipo de conflitos que Nuno Castro Pereira tinha de gerir, nomeadamente a regulação do preço do cimento, o problema mais recorrente nesta correspondência.⁸⁰² A título de exemplo, a 30 maio 1937, Henrique Sommer envia-lhe a seguinte carta:

Concorrência do cimento Secil está a fazer-se sentir, venda de cimento mais barato do que o que fora estipulado enviados para Albergaria dos Doze e Vermoil. Agradeço que V. Exa. tome as devidas providências, pois não desejo estar fora da concorrência.⁸⁰³

Deste modo, a partir de dezembro de 1935, a regulação dos preços era acordada entre as três empresas, e mediada por Nuno Castro Pereira. A ECL contornava assim a necessidade da aprovação estatal do custo do cimento que produzia. Os cimentos haviam-se cartelizado passando a autodirigirem-se entre si.

3.5.2. Expansão do Modelo Social da ECL no sector dos cimentos (1935–1939)

Como tem vindo a ser explanado ao longo deste capítulo, a relação entre capacidade de produção e a expansão do modelo social do corporativismo foi-se gradualmente estreitando. As

⁷⁹⁹ Embora em 1936 a CMCSPC não tivesse conseguido reunir capital que lhe permitisse montar tecnologia para produção de cimento, fez um pedido de prorrogação do prazo que lhe foi concedido pelo Estado. Através do Despacho Ministerial de 19 de dezembro de 1936, foi concedido à CMCSPC, concessionária do Cabo Mondego e Indústrias Anexas a prorrogação de 24 meses do prazo que, por Despacho Ministerial de 23 de novembro de 1934, lhe foi fixado para instalar um forno rotativo destinado à produção de Cimento. Cf. Santos, *O Complexo...*, 1982, 85.

⁸⁰⁰ Cf. Decreto-Lei nº 28474, *Diário do Governo* nº39, 1ª Série, 17 de fevereiro de 1938. Ministério das Finanças, Ministro A. Pais da Silva Vaz Serra. Em 1937 a CCT adquire à *Société de Metallurgie Basset* o direito exclusivo de explorar no país o processo de fabrico simultâneo de ferro e cimento nos fornos rotativos já existentes para fabrico de cimento. A 17 de fevereiro de 1938, o Estado concedeu autorização à Companhia Cimento Tejo para instalação de tecnologia destinada à produção simultânea de ferro e cimento pelo processo *Basset*. Esta iniciativa de Sommer de tentar a produção de gusa na Fábrica Tejo, documentada por Gil Brás de Oliveira, não teve resultados satisfatórios e acabou por ser abandonada. Sobre esta matéria ver: Oliveira, *A indústria...*, Vol.1, 317-325.

⁸⁰¹ Cf. Copiadador de Cartas Nuno Castro Pereira - janeiro 1936_abril 1946, 4008_Caixa 328. AHFML

⁸⁰² Idem.

⁸⁰³ Idem.

influências da ECL começaram imediatamente a manifestar-se na gestão da Fábrica Tejo, após esta entrar para o grupo, tanto a nível de produção como da implementação de um conjunto de políticas sociais idênticas às que haviam sido realizadas em Maceira-Liz. No final de 1935, a Fábrica Tejo começou a construir um Bairro para os seus trabalhadores, à semelhança do que já estava praticamente construído em Maceira-Liz. Entre 1936 e 1937, concluíram-se as primeiras 35 casas, e passou entretanto a ser fornecida pela empresa água e luz aos trabalhadores.⁸⁰⁴ Ainda no ano de 1937, a 28 de novembro, Pedro Teotónio Pereira e Rebelo de Andrade estiveram na inauguração de uma «Casa de Recreio do Pessoal» para os trabalhadores desta Fábrica - construída e constituída de forma idêntica à que fora inaugurada em Maceira-Liz apenas três anos antes.⁸⁰⁵ Após o alargamento da experiência social de Maceira-Liz à Tejo, a própria Secil seguirá os mesmos passos. Em 1937, a Secil constrói a sua Casa de Pessoal, iniciando assim uma obra social com características semelhantes às da ECL. No ano seguinte, em 1938 é a vez da Secil criar uma Caixa de Previdência própria.⁸⁰⁶

3.6. Enquadramento e apropriação Estatal da Obra Social da ECL (1935-1939)

Entre a data da apropriação da Casa de Pessoal da ECL pelo regime corporativo (28 de outubro de 1934) e a aprovação pelo INTP da Federação das Caixas de Previdência – Cimentos, que incluía a Caixa de Previdência da ECL (1 de maio de 1939), o Estado Novo regulamentou e implementou medidas que permitiram à empresa enquadrar, em matéria de previdência e assistência, os benefícios sociais que vinha a desenvolver e a implementar junto do operariado desde meados da década de vinte.

Através do processo de enquadramento destes benefícios, compreende-se de que modo o Estado se vai apropriando dos meios de Previdência e Assistência que a ECL implementa junto dos trabalhadores neste período temporal. Para melhor perceber este processo, far-se-á um breve resumo da evolução das instituições que vão sendo reconhecidas pelo Estado como sendo de previdência social, assim como as organizações que vai criar com o intuito de promover a educação, a previdência e a assistência social, entre 1935 e 1939.

Passarei a expor a sucessão de eventos que permitiram à ECL obter autorização do Estado Novo para constituir uma Caixa de Previdência para os seus trabalhadores em 1936. Esta primeira

⁸⁰⁴ Cf. «Uma obra meritória. Como se cuida dos operários», *Indústria Portuguesa*, nº118, dezembro 1937, citado por Oliveira, *A Indústria Portuguesa....* Vol. 1, 274-276.

⁸⁰⁵ Idem, 274.

⁸⁰⁶ Cf. SECIL, *SECIL Companhia Geral de Cal e Cimento SARL*, (Lisboa: Ed. SECIL, 1962), 26-27.

Caixa de Previdência da ECL, esteve na origem da criação da primeira Federação das Caixas de Previdência do Estado Novo – a dos Cimentos.⁸⁰⁷

Apesar dos decretos emitidos em 1934 terem contribuído para reajustar o conceito de Previdência do Estado Novo associado às *Casas do Povo*⁸⁰⁸, foi só através do despacho de 4 de maio de 1936, assinado pelo Sub-secretário de Estado das Corporações, que a ECL teve autorização para criar uma Caixa de Previdência. Segundo Irene Flunser Pimentel, a Constituição de 1933 não incluía o «direito» à assistência pública. Ao Estado cabia apenas «coordenar, impulsionar e dirigir todas as atividades sociais» no sentido de «defender a saúde pública». O debate em torno da assistência pública terá sido iniciado em maio de 1934 aquando do I Congresso da União Nacional. Nesse congresso ficou bem claro e definido o papel *supletivo* do Estado em relação às iniciativas particulares, e à Igreja Católica. Só três anos depois, em abril de 1937, o Estado Novo iniciou uma reforma dos serviços de assistência do Estado.⁸⁰⁹

Enquanto a Previdência teve direito à criação de um cargo dentro do primeiro governo constituído para iniciar o vasto programa da Constituição de 1933, a assistência social só sete anos depois, em 1940, teria direito a um Sub-Secretariado (Decreto-Lei nº 27 de agosto de 1940). A assistência social apenas em 1944 verá o seu estatuto aprovado (Lei nº 1 198, 15 de maio 1944).⁸¹⁰ Em relação ao lento e progressivo ajuste da evolução do conceito de Previdência do Estado Novo, a Lei nº 1 884 de 16 de março de 1935⁸¹¹ é considerada o principal marco deste processo.⁸¹² Este diploma legal prevenia apenas, a velhice, a doença, a invalidez, a morte e os encargos familiares para os setores da indústria, comércio e serviços, sendo que o meio rural não era abrangido. Era

⁸⁰⁷ Sublinhado meu.

⁸⁰⁸ Dos decretos emitidos em 1934, o primeiro como já foi visto, determinava que as verbas provenientes das liquidações das associações de classe que não pudessem ser convertidas em sindicatos nacionais, viessem a ser convertidas em subsídios das mutualidades das Casas do Povo (Decreto-Lei nº 23 550 de 6 de fevereiro de 1934). Quanto ao segundo decreto publicado nesse ano sobre esta matéria, ele determinava que as instituições ou Caixas de Previdência criadas nas Casas do Povo teriam de ter o seu regulamento aprovado pelo Sub-Secretário de Estado das Corporações (Decreto nº 23 951 de 2 de junho 1934).

⁸⁰⁹ Através do Decreto-lei nº 27610, de 1 de abril de 1937, os Serviços de Inspeção da Direção Geral de Assistência deveriam organizar comissões cujo objetivo era: colher e organizar todos os elementos necessários ao estudo de uma reforma dos serviços de assistência, para o que aproveitará os dados da experiência e terá em vista que a assistência deve na mais larga medida possível ser exercida por particulares, cabendo ao Estado sobretudo a orientação superior e a coordenação de todas as atividades beneficentes. Cf. Pimentel, «A assistência...», 479-480.

⁸¹⁰ Sobre o Estatuto da Assistência Social ver: Ana Campos e Maria Manuela Rocha, «Corporativismo e assistência social: natureza e produção do “Estatuto Social”», *Ler História*, nº 64, (2013), 11-29.

⁸¹¹ Cf. Lei nº 1 884, *Diário do Governo* nº 61, 1ª série, 16 de março de 1935. Presidência do Conselho. A. O. Salazar.

⁸¹² Sobre esta matéria ver: António Rafael Amaro, «O modelo de previdência social do Estado Novo (1933-1962)» *Estados autoritários e totalitários. Suas representações: propaganda, ideologia, historiografia e memória*, coord. Luís Reis Torgal, e Heloísa Paula, (Coimbra: Ed. Imprensa da Universidade Coimbra, 2008), 65-78; José Luís Cardoso e Maria Manuela Rocha, «Corporativismo e Estado-providência (1933-1962)», *Ler História*, nº45, 2003, 111-135; Garrido, «A institucionalização do...», 2018, 197-218.

ainda omissos em relação aos acidentes de trabalho, às doenças profissionais, à tuberculose e à maternidade.⁸¹³ As instituições reconhecidas pelo Estado como sendo de previdência social eram especificadas nesta lei, estruturando-as em quatro categorias: a primeira categoria incluía Instituições de Previdência dos organismos corporativos, como por exemplo Caixas Sindicais de Previdência, e Caixas de Previdência de Casas do Povo; a segunda categoria - Caixas de Reforma ou de Previdência; a terceira categoria - Associações de Socorros Mútuos, e por último, a quarta categoria - Instituições de Previdência dos Servidores do Estado e dos Corpos Administrativos.⁸¹⁴ A partir de 1935, o Estado irá gradualmente promulgando e regulamentando esses quatro tipos de instituições em função das suas prioridades.

Aquando da discussão da proposta Lei nº 1 884, não foi consensual nem unânime que as Casas do Povo estivessem já preparadas para ser dotadas de Caixas de Previdência. Entre os que não achavam oportuno permitir tão cedo a existência de Caixas de Previdência naqueles organismos, estava o deputado Manuel Rebelo de Andrade, que no ano seguinte viria a suceder a Teotónio Pereira.⁸¹⁵ Era com apreensão que este via que fossem dotadas de Caixas de Previdência aqueles organismos corporativos primários destinados ao mundo rural. Defendia que a legislação já acima citada, de 2 de junho de 1934, ainda era suficiente para o grau de aceitação daquele organismo corporativo a nível nacional. Considerava ser ainda prematuro regulamentar com mais detalhe este tipo de instituição de previdência destinado ao mundo rural.

Só em 1938 as disposições para a criação de Caixas de Previdência viriam a ser alteradas. Nesse ano, passou a ser obrigatório que os proprietários agrícolas fossem sócios «protetores natos», e ainda que os produtores pobres se inscrevessem como sócios «efetivos».⁸¹⁶ Em 1938, para além de ter sido dotado um crédito especial no orçamento para a sua criação, foi devidamente regulamentado o seu funcionamento. Dois anos depois, as *Casas do Povo* passaram a ser elas próprias instituições de previdência, devendo assumir funções de seguro social, e a inscrição dos trabalhadores rurais passou então a ser obrigatória.⁸¹⁷

⁸¹³ Cf. Pimentel, «A assistência...», 482-483.

⁸¹⁴ Cf. Lei nº 1 884 de 16 de março de 1935.

⁸¹⁵ Cf. Sessão nº 10, *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, de 11 de fevereiro de 1935.

⁸¹⁶ Cf. Manuel Lucena, «Casas do Povo», em *Dicionário de História de Portugal – VII, Suplemento*, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica (Lisboa: Figueirinhas, 1999), 247.

⁸¹⁷ Cf. Garrido, «A institucionalização do...», 2018, 211. Segundo A. Garrido, foram os: Decreto-Lei nº 28559, *Diário do Governo*, nº 74, 1ª série, 31 de março de 1938. Ministério das Finanças, Ministro A. Pais da Silva Vaz Serra. O Ministério das Finanças abriu um crédito especial de 985 000\$00, discriminado como “Despesa Extraordinária” do orçamento do ano económico de 1938, destinado à criação de Casas do Povo. E o Decreto-Lei nº 28 859, *Diário do Governo* nº 164, 1ª série, de 18 de julho de 1938. Presidência do Conselho. Regulamenta as Casas do Povo.

Como em 1935 as Caixas de Previdência das Casas do Povo ainda não tinham sido regulamentadas pelo Estado Novo, a ECL negociou uma vez mais com o INTP, - como fizera antes com a sua Casa Sindical, entre janeiro e outubro de 1934 - o enquadramento dos benefícios sociais, assistenciais e a previdência dos seus trabalhadores. Veja-se qual o primeiro passo dado pela empresa.

3.6.1. Criação da Fundação da Família Sommer e Caixa de Previdência da ECL: maio 1936

No final de 1935, a ECL decidiu criar uma Fundação que desse apoio aos meios de previdência e assistência já existentes, constantes do regulamento da Casa de Pessoal. Foi a 9 de novembro numa reunião dos sócios da Casa do Pessoal que foi criada esta Fundação, cujo objetivo era desenvolver e apoiar a obra social que ali vinha a ser implementada, assim como as vertentes assistenciais a todos os níveis. Tratava-se da Fundação da Família Sommer. Este organismo teve um papel decisivo na operacionalização efetiva da Caixa de Previdência da ECL. Segundo os seus Estatutos, o principal objetivo deste organismo era:

prestar homenagem aos sentimentos patrióticos, altruístas e benemerentes da Família Sommer, e em particular de Henrique Araújo de Sommer, Director-Delegado da ECL, manifestados, quer através dos múltiplos aspectos da obra social da ECL, quer pelo impulso moral e material que àquela têm sido comunicado pessoalmente por Henrique de Araújo Sommer e por membros da Família Sommer.⁸¹⁸

Esta Fundação era composta por três tipos de sócios aderentes: os sócios ordinários, os fundadores e os beneméritos.⁸¹⁹ Segundo os seus estatutos, a homenagem que aquela Fundação visava prestar, tornar-se-ia efetiva «através da sua colaboração na obra social da ECL». Era para tal criado um conjunto de prémios pecuniários com o objetivo de «exaltar virtudes cívicas e atividades dignificadoras do cidadão, da Família e da Pátria».⁸²⁰

A partir de 1936, anualmente passaram a ser atribuídos por esta Fundação, um conjunto de prémios aos trabalhadores da fábrica e famílias. Os prémios eram seis e eram constituídos por

⁸¹⁸ Cf. ECL, *Estatutos da «Fundação da Família Sommer»*, 1936, 3, em *Memorial*, Doc. nº 8. AHFML.

⁸¹⁹ Idem, 4-5. Os sócios aderentes ordinários, eram todos os sócios efetivos da Casa do Pessoal, estes deveriam subscrever anualmente uma cota equivalente a um dia de salário calculado da seguinte forma: a) aos aderentes com vencimentos mensais a cota correspondia a 1/30 do vencimento mensal na data da cobrança; b) aos aderentes com salário a jornal, a cota seria igual a 8 horas de salário, na data da cobrança; c) aos aderentes que trabalhem por empreitadas, a cota é igual ao valor recebido nos últimos 6 meses do ano dividido por 156. Quanto aos sócios aderentes fundadores, eram todos os que se tivessem inscrito aquando da data da instituição desta fundação, e pago por uma só vez sete cotas anuais, que lhe caberiam como aderentes ordinários. Por último, os sócios beneméritos eram os que contribuíssem por uma só vez com a quantia mínima de 500\$00, e que fossem considerados pela Comissão Administrativa como amigos e admiradores da Família Sommer.

⁸²⁰ Idem, 4.

determinadas quantias em dinheiro. Através da descrição de cada prémio, consegue compreender-se quais os valores premiados e devidamente julgados pela Fundação. Eram incentivadas, por um lado, aspetos relacionados com a família, sendo dado destaque ao papel da mulher do operário através do incentivo à natalidade, à perfeição das crianças ali nascidas e à higiene e cuidado com a casa; por outro, aspetos ligados, à educação, ao trabalho, e à saúde do operário. Veja-se o que cada prémio premiava, em que quantia consistia, que valor simbólico pretendia enaltecer, e a que membro da «Família Sommer» correspondia.

Dos prémios atribuídos a figuras femininas da «Família», o primeiro era o prémio D. Palmira de Sommer, (esposa de Henrique Sommer), de *Natalidade*. Era atribuído ao operário que tinha o maior número de filhos menores de dezasseis anos, e consistia na quantia de 400\$00. O segundo, o prémio D. Ana de Araújo Sommer, (irmã de Henrique Sommer) de *Beleza Infantil*, era atribuído à criança com menos de quatro anos que fosse julgada perfeita. O prémio era de 150\$00, tendo a criança de ser filha de uma família legal e catolicamente constituída. E o terceiro, o prémio D. Maria Luísa de Araújo Sommer, (mãe de Henrique Sommer) de *Arranjo do Lar*, seria atribuído ao casal que estivesse legalmente e catolicamente constituído, e cujo lar se distinguisse pela limpeza, ordem e bom gosto, sendo o valor de 100\$00.

Quanto aos prémios denominados a partir de figuras masculinas, o primeiro relacionava-se com a *Instrução*, e era subdividido em 3 prémios de 100\$00, A, B e C. O prémio A – Henrique Sommer, era dado a um aluno do curso de adultos; o prémio B – Luís Oliveira de Sommer, a uma criança do sexo masculino; e o prémio C – Manuel Carlos de Freitas Alzina, a uma criança do sexo feminino. O segundo era o prémio Henrique Oliveira de Sommer (pai de Henrique Sommer), de *Trabalho*, era dado ao operário da ECL que mais se tivesse distinguido pela sua assiduidade e competência profissional. O seu valor era de 250\$00. Quanto ao terceiro tratava-se do prémio Comandante Aleixo Ribeiro, de *Vigor Físico*, era atribuído ao trabalhador da ECL que se tivesse distinguido na prática de desportos, para além de se ter evidenciado em assiduidade, correção e resultados. O valor era de 150\$00.⁸²¹

Segundo o Art. 16º do capítulo IV – Ação Social, dos estatutos da Fundação criada pela ECL, o âmbito da atividade social da Casa de Pessoal poderia ser alargado, desde que a aplicação das receitas e do capital da Fundação o permitissem, e desde que a sua aplicação fosse dentro do espírito que presidiu à criação deste organismo, norteador por diretivas de ação nacionalistas. Prevvia-se que se pudesse facilitar a missão da Casa do Pessoal, nos seguintes objetivos:

⁸²¹ Idem, 7-11.

a) fomento e instrução; b) desenvolvimento e cultura física; c) ampliação dos organismos de Previdência e instituições de novas modalidades; d) melhoria de condições higiênicas e sanitárias; e) movimento cooperativo; f) cultura recreativa, colônias de férias e viagens.⁸²²

De acordo com a Lei nº 1 884 que estipulava as Caixas de Previdência das Casas do Povo, estas ainda não haviam sido regulamentadas, encontrando-se, assim, em regime transitório. Como tal, através do artigo da Fundação da Família Sommer acima citado, estavam criadas as condições para que o Estado permitisse à empresa constituir a sua Caixa de Previdência. Refira-se que a vontade da ECL de criar este tipo de organismo, de acordo com a legislação corporativa, fora manifestada por Sommer junto de Teotónio Pereira no dia da inauguração da Casa de Pessoal.⁸²³ Quanto ao processo da sua criação, os dados encontrados foram escassos.⁸²⁴ A única alusão encontrada nos dados anotados por Gastão Benjamim Pinto é alusiva a dezembro de 1935, que se lhe refere nos seguintes termos:

“Caixa de Previdência da Casa do Pessoal da ECL” - a empresa, nos termos da lei, tomou a responsabilidade de pagamento dos serviços clínicos da Caixa de Previdência, assinando um termo de responsabilidade entregue ao INTP a 21 de dezembro de 1935.⁸²⁵

Note-se que a 12 de outubro de 1935, um mês antes da tomada de decisão de criar esta Fundação, haviam sido promulgadas e regulamentadas as primeiras instituições de previdência do Estado Novo - as Caixas Sindicais de Previdência.⁸²⁶ No mesmo dia, foi também criada pela Direção Geral de Saúde do Ministério do Interior uma organização nacional cujo objetivo era promover «a assistência à família, difundir os princípios e preparar os meios e previdências práticas, em ordem à defesa da família» – denominava-se - “Lar Português”.⁸²⁷

Com a criação da Fundação da Família Sommer, a ECL encontrou uma resposta rápida e eficaz a este apelo do Estado à iniciativa privada no sentido de assumir os «cuidados e a defesa da família», inserindo no seu regulamento as cotizações necessárias à criação da Caixa de Previdência.

⁸²² Idem, 11

⁸²³ Cf. «Uma grande...», *Diário da Manhã*, 29 de outubro, 1934, em *Memorial*, Doc. nº119. AHFML.

⁸²⁴ Como vimos no capítulo 2, a iniciativa de implementar uma Caixa de Socorros em Maceira-Liz por Henrique Sommer, remonta ao ano de 1929.

⁸²⁵ Cf. Pinto, *Caderno II*, 387.

⁸²⁶ Cf. Decreto-Lei nº 25 935, *Diário do Governo*, nº 237, 1ª série, 12 de outubro de 1935. Presidência do Conselho. A. O. Salazar. Promulga o Regulamento das Caixas Sindicais de Previdência.

⁸²⁷ Sobre esta organização ver: Pimentel, «A assistência...», 483-484. Os fins a atingir com a criação da organização “Lar Português” eram eminentemente preventivos, propunha-se que fosse desenvolvida atividade de apoio à previdência social, e coordenar a ação das instituições não estatais na assistência às famílias pobres. De entre as várias iniciativas propostas, esta organização promoveu a criação da organização “Defesa da Família”, e a “Jornada das Mães de Família”. Ver: Decreto-lei nº 25 936, *Diário do Governo*, 1ª série, nº237, de 12 de outubro de 1935. Ministério do Interior. Direção Geral de Saúde. Ministro Henrique Linhares de Lima.

Dada a importância da “célula da família” patente na Constituição de 1933, esta forma encontrada pela empresa de criar a sua primeira instituição de previdência será reconhecida com entusiasmo pelo Estado Novo, que não só a aprovou como aplaudiu. Mas, uma vez mais, tal como aquando da proposta feita pela ECL ao Estado de criação de um sindicato misto em janeiro de 1934, proposta que foi contornada pela transformação da Casa Sindical em Casa de Pessoal, a fórmula concebida pela ECL para criar a sua caixa de previdência, enquanto organismo corporativo, teve também o carácter misto patente nas encíclicas papais da doutrina social da Igreja. Em Maceira-Liz, a viabilização deste organismo não partiu da associação entre operários da ECL, mas sim do patronato, com a criação de uma Fundação financiada com as suas doações.⁸²⁸

Os *Estatutos da Fundação da Família Sommer*, assim como a Caixa de Previdência da Casa de Pessoal da ECL foram oficialmente aprovados pelo despacho do Sub-Secretariado de Estado das Corporações de 4 de maio de 1936.⁸²⁹ Seis dias depois, foi formalmente apresentado publicamente este novo organismo de assistência e previdência da empresa.

Para além da Caixa de Previdência, ainda em 1936 a ECL distribuiu aos trabalhadores «Abonos de Família e outros valores em termos de assistência».⁸³⁰ O montante destinado ao abono de família havia sido pago até então pela Caixa da Fábrica já existente, tendo passado nessa data a ser realizado através da Caixa de Previdência da Casa de Pessoal. Para que tal pudesse acontecer, a Casa de Pessoal estabeleceu um crédito de vinte e cinco contos para que a sua Caixa de Previdência tivesse os fundos necessários a este importante meio assistencial aos trabalhadores.⁸³¹ Note-se que só seis anos depois, em 1942, o Estado viria a instituir o regime de Abono de Família (Decreto nº 32192, de 13 de agosto de 1942), considerado a política social estado-novista.

⁸²⁸ Parece-me interessante a chamada de atenção que Manuel Lucena faz a propósito da conceção das Casas do Povo por Marcelo Caetano, já que o professor de direito corporativo considerava que estes organismos corporativos ilustravam bem a colaboração das várias classes existentes no quadro da «vida rural (...) solidária na dependência da terra e dos seus caprichos». Mas, paradoxalmente sustentava que estas teriam «mais o carácter jurídico de fundação que o de associação», podendo por isso ser fundadas por iniciativa de onze pessoas interessadas, «uma das quais possa ser sócio protetor». Após descrever a forma como a ECL usou a figura jurídica de uma Fundação para criar com sucesso a sua Caixa de Previdência na esfera da sua Casa de Pessoal (juridicamente uma Casa do Povo), ainda antes de estas terem sido legisladas, poder-se-á questionar se Caetano não teria em mente o caso exemplar de Maceira-Liz. Esta é uma questão que fica em aberto e que valerá a pena aprofundar futuramente. Cf. Lucena, «Casas do Povo», 1999, 247.

⁸²⁹ Cf. Oliveira, *A indústria...*, 1999, Vol. 1, 285.

⁸³⁰ Cf. ECL, *Conjunto de...*, s.p.

⁸³¹ Idem. Entretanto, ao longo de 1936, a ECL vai acatando a nova legislação relativa à previdência que vai sendo promulgada. A 27 de setembro, a empresa reorganizou os seguros contratualizados com a Seguradora Mundial em função da nova legislação que vinha regular o direito às indemnizações dos trabalhadores sujeitos a acidentes de trabalho ou a doenças profissionais, «Mundial fixou taxa única de 3,5 % em substituição das antigas, de acordo com a nova lei do trabalho». Ver: Lei nº1 942, *Diário do Governo*, 1ª série, de 27 de julho 1936. Presidente do Conselho. A. O. Salazar. Regula o direito às indemnizações por efeito de acidentes de trabalho ou doenças profissionais.

3.6.2. Na inauguração da Fundação da Família Sommer uma antevisão das encenações «fascizantes» do Estado Novo: 10 de maio de 1936

Foi a 10 de maio de 1936 que para além de se comemorar o XIII aniversário da ECL foi oficialmente instituída a Fundação da Família Sommer. O Estado fez-se representar pelo Sub-Secretário de Estado das Corporações nesse ano já Manuel Rebelo de Andrade, capitalizando este importante evento que culminava o processo da criação de uma Caixa de Previdência da ECL. Nesta cerimónia, estiveram presentes para além da Direção, engenheiros, trabalhadores e acionistas da empresa, os seus amigos e familiares.⁸³² Entre os vários membros do governo e do poder local, é referida a presença de Manuel Múrias, o seguidor de António Sardinha no Integralismo Lusitano, agora jornalista do órgão oficial do regime, o *Diário da Manhã*, que, desde o ano anterior, integrava o novo organismo de propaganda do regime, a recém-formada FNAT.

Através da divulgação deste evento pela imprensa, fica a compreender-se não só a sua relevância no estreitamento das relações entre ECL e Estado Novo, como a importância que o Estado depunha na ECL como modelo a seguir das relações entre capital/patronato e trabalho/operariado.⁸³³ Neste evento de expressivo significado simbólico, atentemos em três momentos: a Receção a Rebelo de Andrade, a Missa Campal e a Sessão Solene organizada na Casa de Pessoal.

No início da cerimónia, aquando da chegada do Sub-Secretário de Estado das Corporações, em frente ao edifício da Casa do Pessoal aguardavam em formação 170 crianças das escolas da empresa, prestando guarda de honra, assim como os professores e o instrutor de ginástica. Envergavam as suas fardas azuis, ostentando no respetivo barrete - evocativo do traje típico da região - o símbolo da empresa, a flor-de-lis. (Cf. Anexo 1. Figs. 29 e 30) A Banda da Fábrica tocou o hino da «Maria da Fonte», tendo-se dirigido todo o cortejo para o amplo terreiro exterior onde se realizou uma Missa Campal à qual assistiram centenas de pessoas. (Cf. Anexo 1. Fig. 31) Após a cerimónia religiosa, dirigida pelo capelão da empresa, padre Biu acolitado pelos engenheiros Rocha

⁸³² Estiveram também os membros da Direção da Companhia de Cimentos Tejo, que no ano anterior passara a ter como acionista maioritária a ECL. A representar o poder local, esteve presente, o Governador Civil de Leiria, Mário de Vasconcelos; o Presidente da Câmara Municipal de Leiria, Coronel Sampaio Rio; e o Delegado do INTP de Leiria, Afonso Aragão.

⁸³³ Cf. «Fundação Família Sommer», *Indústria Portuguesa*, nº99, maio, 1936, 2; «Em Maceira uma interessante festa corporativa», *Diário da Manhã*, 11 de maio, 1936, em *Memorial*, Doc. nº 220. AHFML; «“Fundação da Família Sommer”», *O Século*, 11 de maio de 1936, em *Memorial*, Doc. nº 219. AHFML; «Na cidade do Cimento. O Acto inaugural da “Fundação da Família Sommer” decorreu com grande brilhantismo», *Diário de Notícias*, 11 de maio de 1936, em *Memorial*, Doc. nº 221. AHFML.

e Mello e Fiúza Cabral, e, em que foram exaltadas as virtudes e os valores cristãos da Família Sommer, desfilaram ao som da Banda as crianças da escola fardadas ostentando:

estandartes marcando as diferentes etapas da evolução da nossa bandeira, desde Afonso Henriques até aos nossos dias, um corpo de bombeiros, e vários atletas – ciclistas, cultores de football, basketball e o portuguêsíssimo jogo do pau – desfilaram, em saudação olímpica, perante os convidados, entre entusiásticas salvas de palmas.⁸³⁴

Esta encenação da ECL para a cerimónia da apresentação da Fundação da Família Sommer, com o seu desfile de estandartes, evocando a História de Portugal, os operários-atletas marchando em saudação olímpica e as crianças, envergando fardas de cariz militarista, ostentando o símbolo da flor-de-lis, mas sem esquecer o barrete rústico das tradições locais, parece-me ser premonitória das futuras encenações de cariz fascizante que o regime organizaria, após a constituição da Mocidade e Legião portuguesas, que até ao final do ano seriam fundadas.⁸³⁵

À tarde, após o almoço servido no espaço da Central Diesel, no átrio da Casa do Pessoal foi descerrada uma lápide comemorativa deste evento. De entre as várias atividades planeadas, a sessão solene decorreu no teatro deste edifício. Atentando na composição da mesa de oradores desta cerimónia, ela é representativa tanto dos objetivos que a ECL pretende alcançar, como do corporativismo que o Estado Novo continua a procurar formas de implementar. Presidida pelo Sub-secretário de Estado das Corporações, era composta pelos responsáveis do poder local e regional de Leiria; pelo Presidente da AIP José Maria Alvares; pelo capelão da Fábrica; pela direção técnica da fábrica, Rocha e Mello e Granger; e pelo operariado, representado por um empregado, Guilherme Mansilha e um operário, Luís Bartolomeu. Sentados em lugares de destaque estavam os representantes da Família Sommer, entre os quais Henrique Sommer e a esposa.

Uma vez mais, Estado, Igreja e Indústria se uniam, nesta cerimónia em que era homenageado um conceito fundamental para todos - a “Família”.⁸³⁶ Naquele dia, juntos

⁸³⁴ Idem.

⁸³⁵ Acerca da descrição desta encenação, realizada com as crianças da Escola da ECL e com óbvias influências militaristas, lembro que a ginástica era ministrada por um militar, parece-me haver claras semelhanças com a organização criada por Mussolini em 1926 *Opera Nazionale Balilla* (ONB). Sobre esta matéria ver: Cristina Sousa Rosa, «Pequenos soldados do Fascismo: a educação militar durante o governo de Mussolini», *Antíteses*, vol. 2, nº 4 jul.- dez. (2009), 621-648. Consultado online.

⁸³⁶ Segundo Michelle Perrot, a família é não só a gestora dos interesses “privados”, cujo bom funcionamento é essencial à força do Estado e ao progresso da humanidade. Ela é a pedra angular da produção, assegura o funcionamento económico e a transmissão de património. Célula de reprodução, garante a preservação da raça, cuida da saúde e da pureza da natureza humana. Garante de transmissão de valores simbólicos, preserva a consciência e perpetua a memória fundadora nacionais. A “boa família” é o fundamento do Estado, existe uma continuidade entre o amor pela família e pela Pátria. Daí o interesse crescente do Estado em torno da família, primeiro as famílias pobres ponto frágil do sistema, e as outras todas a seguir. Cf. Perrot, «Funções da Família...», 1990, Vol. 4, 105.

procuravam integrar os diferentes objetivos numa demanda comum: um triplo ressurgimento nacional assente no Corporativismo, na recristianização das almas e no fortalecimento da Economia através de Indústria, assente nos valores da Família.

Os discursos proferidos neste evento pelos diferentes atores traduziram essa comunhão de interesses. Em comum tiveram o enaltecimento da obra e dos valores cristãos da Família Sommer. A representar a força do trabalho o operário Luís Bartolomeu que falou em nome dos colegas, elogiou a figura de Henrique Sommer e a sua obra social, focada não apenas no presente, mas também no futuro dos operários e respetivas famílias. Terminou o seu testemunho afirmando o quão gratos lhe estavam os operários por tudo o que Sommer havia realizado até então. Rocha e Mello transmitiu também a Sommer os agradecimentos de todos os empregados e operários que sob as suas ordens trabalhavam. Relatou toda a história da vida da Fábrica desde o início, explicando como a obra social ali realizada fora inspirada nos princípios cristãos. Após criticar as doutrinas comunistas, citou as encíclicas papais relativas à organização social que regiam a fábrica. Explicou que somente dentro da Doutrina Cristã e de um tipo de regime corporativo se conseguiria encontrar solução para a chamada “questão social”. Terminou, com as seguintes palavras, saudando o Chefe de Estado e o Presidente do Conselho: «Fora da doutrina Cristã e do Estado Corporativo nada existe de estável».⁸³⁷

Como porta-voz dos industriais portugueses, o presidente da AIP demonstrou a admiração de todos pela obra assistencial ali realizada. Não deixando, porém, de advertir que embora muitos industriais gostassem de poder realizar obra semelhante, não tinham possibilidades económicas para o fazer.⁸³⁸

Em seguida, Rebelo de Andrade começou por apresentar os cumprimentos do Ministro da Indústria e Comunicações, Teotónio Pereira, lamentando a sua ausência. Lembra que ele fora o primeiro e notável colaborador de Salazar no cargo agora ocupado por si, e, que aquele o encarregara de dizer o quanto admirava a obra ali realizada por Henrique Sommer no campo social.⁸³⁹ Após afirmar o prazer sentido pela homenagem feita pelos técnicos e trabalhadores a Henrique Sommer, Rebelo de Andrade salientou a recente distinção atribuída pelo governo belga, através das Comissões Permanentes dos Trabalhadores Católicos daquele país, a Salazar, tendo-o condecorado com a “Grande Coroa Olímpica Internacional do Trabalho”.⁸⁴⁰

⁸³⁷ Cf. «Em Maceira uma interessante...*Diário da Manhã*, 11 de maio 1935.

⁸³⁸ Idem.

⁸³⁹ Idem.

⁸⁴⁰ Desde o ano anterior que fora eleito primeiro ministro da Bélgica um representante do Partido Católico. Tratava-se de Paul van Zeeland, que, tal como Salazar, era economista, tendo sido vice-governador do Banco Nacional. Procurou

Atento às influências do movimento corporativo católico e ao sindicalismo católico belgas, Reis Torgal faz notar que, das poucas viagens realizadas por Salazar para fora do país, uma delas foi precisamente à Bélgica, já na primeira metade dos anos vinte, período em que fora deputado pelo Centro Católico Português (CCP).⁸⁴¹ Naquele país, Salazar pôde assistir ao processo de edificação das novas associações e do sindicalismo católico, que congregavam o já bem sólido movimento operário cristão belga. Este, no entanto, não se encontrava ainda unificado sob um único partido político católico.⁸⁴²

Como já foi referido, no início dos anos trinta, a Igreja Católica estabelecera contactos com o movimento corporativista católico belga. O mentor da Juventude Operária Católica na Bélgica (1925), Monsenhor Joseph Cardijn,⁸⁴³ teve um papel ativo na organização da ACP, e na orientação da criação da Juventude Operária Católica (JOC) Portuguesa. Cardijn deslocou-se diversas vezes a Portugal na primeira metade dos anos trinta.⁸⁴⁴ No ano anterior a este evento, convidara o Cardeal Cerejeira a deslocar-se à Bélgica, tendo este participado no Congresso da Juventudes Católicas que decorreria em Laekens, aquando do X aniversário da JOC e onde se haviam reunido 100 000 jocistas.⁸⁴⁵ A distinção atribuída a Salazar em 1936, terá sido pelo tipo de regime por ele implementado, um regime corporativo inspirado na doutrina social da Igreja.

Mas essa promessa não viria a ser cumprida. Manuel Braga da Cruz faz notar que as deceções, críticas e a progressiva oposição de muitos católicos sociais em relação ao Estado Novo, terão sido consequência da própria conceção do corporativismo que se foi instalando – corporativismo de Estado *versus* corporativismo de associação.⁸⁴⁶

Voltando ao discurso de Rebelo de Andrade, após criticar duramente «as doutrinas democráticas do século XIX e a corrente marxista» atual, o presidente do INTP, fez notar a necessidade de soluções para o problema social e enfatizou a repercussão mundial que aquela distinção dava ao

nesse período implementar políticas de combate à deflação do anterior governo. Sobre a distinção atribuída a Salazar, Cf. *Diário de Notícias*, 11 de maio 1936; *Indústria Portuguesa*, nº99, maio, 1936, 2; *Diário da Manhã*, 11 de maio, 1936.

⁸⁴¹ Cf. Torgal, «Os corporativismos e...», 2012, 49-79.

⁸⁴² Sobre esta matéria ver: Emmanuel Gerard, «Adaptation en temps de crise (1921-1944)», *Histoire du Mouvement Ouvrier Chrétien*, Vol. 1, (Leuven: Katholiek Documentatie, 1994), 174-247.

⁸⁴³ Joseph Cardijn (1882-1967), fizera os seus estudos no seminário de Malines, sob a orientação do Cardeal Mercier, entre 1896 até ser ordenado em 1906, passou a ser considerado um padre “social”. Em 1925 fundou na Bélgica a Juventude Operária Católica. Sobre esta matéria ver: Louis Vos, avec la collaboration de Paul Wynants et André Tihon, «La Jeunesse Ouvrière Chrétienne», *Histoire du Mouvement Ouvrier Chrétien*, Vol. 2, (Leuven: Katholiek Documentatie, 1994), 425-499.

⁸⁴⁴ A primeira vez que Joseph Cardijn veio a Portugal foi em finais de 1932, voltará em janeiro de 1934 e em abril de 1935. Cf. Rezola, *O sindicalismo...*, 1998, 93-95.

⁸⁴⁵ As relações da Igreja e da ACP com o movimento católico belga estão documentadas por Maria Inácia Rezola e Paulo Fontes. Ver: Rezola, *O sindicalismo...*, 1998, 93-95; Fontes, *As elites...* 2012.

⁸⁴⁶ Cf. Manuel Barga da Cruz, «As elites católicas...», 547-574.

chefe do Estado Português - condecoração que demonstrava bem o grande interesse do Estado Novo pela situação dos trabalhadores. Terminou, afirmando ser necessário que todos compreendessem a necessidade imperiosa de implementar a legislação corporativa, como fora o caso da ECL, que a tinha compreendido e com ela resolvido o problema social.

Face ao exposto neste capítulo, acerca do pedido da ECL ao Estado, em janeiro de 1934, para que as suas medidas sociais e regulação laboral já implementadas fossem enquadradas na ordem corporativa, assim como do bem documentado desânimo do antecessor de Rebelo de Andrade, não deixa de ser irónica a forma como este último sugere ter sido a legislação corporativa a resolver o problema social da ECL. (Cf. Anexo 1 Fig. 32)

Relembro que também a ECL se tinha inspirado em modelos belgas tanto para o sistema de ensino que implementou, como para a regulação das relações laborais, passando também pelo tipo de laços vinculativos dos trabalhadores à Fábrica através do co-accionarismo.

Finalmente, de entre os discursos proferidos neste evento, atentemos também nas palavras do Capitão Gomes Pereira, de Leiria:

Neste estabelecimento não se faz cimento apenas. Moldam-se inteligências e educam-se vontades, criam-se cidadãos exemplares.⁸⁴⁷

Através destas palavras, é sintetizada a grande inovação industrial que Maceira-Liz vinha ao longo dos anos a produzir, a par do cimento de excelente qualidade devidamente certificado – tratava-se de um novo tipo de operário.

Se a ECL vinha desde a fundação de Maceira-Liz a cuidar, a educar, e cristianizar, um “Novo Operário”, cuja família estava devidamente enquadrada e fidelizada à Fábrica e à Família Sommer, por seu lado, a partir de 1936, o regime tomaria medidas para realizar um projeto totalizante idêntico ao que a ECL encetara: criar, para o ainda recente Estado Novo, um “Homem Novo”.⁸⁴⁸

No momento em que a ECL comemorava o seu XIII aniversário, a sua obra social permitia-lhe ver aprovada pelo Estado Novo uma Caixa de Previdência. E, neste evento, vemos também desfilar os princípios ideológicos do programa, que ao longo do mesmo ano em que comemorava

⁸⁴⁷ Cf. «Em Maceira uma interessante...*Diário da Manhã*, 11 de maio 1935.

⁸⁴⁸ Segundo Fernando Rosas, a criação do “Homem Novo” do Salazarismo é um projeto totalitário, uma vez que o regime teve uma intervenção autoritária, «unívoca e inculcatória de todos os níveis de sociabilidade, desde a família, à escola, passando pelo lazer e o trabalho». Cf. Fernando Rosas, «O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo», *Análise Social*, Vol. XXXV nº157, (2001), 1031-1054; Rosas, *Salazar e...*2013, 318.

o X ano da Revolução Nacional, o Estado Novo implementará no país, através do Ministério da Educação Nacional,⁸⁴⁹ criado no início de 1936. Refiro-me a movimentos como a Mocidade Portuguesa⁸⁵⁰ (curiosamente, criada nove dias após a cerimónia da inauguração da Fundação da Família Sommer), a Legião Portuguesa⁸⁵¹ e a Obra das Mães para a Educação Nacional.⁸⁵²

Três meses após este evento, foi emitida pelo Estado legislação que possibilitava às entidades patronais realizar o que fora alcançado pela ECL, através da Fundação da Família Sommer. A 14 de agosto de 1936, o Estado autorizava «as direções dos organismos corporativos das entidades patronais a realizar, por conta dos fundos disponíveis, obras de assistência social destinadas a beneficiar as famílias dos trabalhadores das respetivas atividades a que se dedicavam».⁸⁵³ Um dia depois, eram aprovados, através do recém-criado Ministério da Educação Nacional – os Estatutos da “Obra das Mães pela Educação Nacional” (OMEN).⁸⁵⁴ Em comum com a Fundação da Família Sommer, que, como já vimos, premiava um conjunto de valores associados à «Maternidade», à «Assistência à Família» e ao «Arranjo do Lar», a OMEN era constituída e dirigida por esposas e familiares dos principais dirigentes políticos nacionais.⁸⁵⁵

⁸⁴⁹ Cf. Lei nº 1 941, *Diário do Governo*, nº84, 1ª série, 11 de abril de 1936. Ministério da Instrução Pública, Ministro Carneiro Pacheco. Estabelece as bases da organização deste Ministério, que passa a denominar-se Ministério da Educação Nacional. No início de 1936, com a tomada de posse um novo Governo a 18 de janeiro, Carneiro Pacheco passará a ocupar a o cargo de Ministro da Instrução. Dois meses depois, o seu ministério passaria a denominar-se Ministério da Educação Nacional. Gustavo Cordeiro Ramos, simpatizante do nazismo que visitara Maceira-Liz no final de 1932 continuará neste ano a ter um papel importante na reforma do ensino em moldes nacionalistas e católicos.

⁸⁵⁰ Cf. Decreto-Lei nº 26 611, *Diário do Governo*, nº 116, 1ª Série, 19 de maio de 1936. Ministério da Educação Nacional - Secretária-geral, Ministro Carneiro Pacheco. Aprova o regimento da Junta de Educação Nacional. (Mocidade Portuguesa) Sobre a Mocidade Portuguesa. Ver: Simon Kuin, «A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojetos e instauração de uma organização paramilitar da juventude», *Análise Social*, Vol. XXVIII (122), (1993), 555-588.

⁸⁵¹ Cf. Decreto-Lei nº 27 058, *Diário do Governo*, nº230, 1ª série, 30 de setembro de 1936. Presidência do Conselho. A. O. Salazar. Autoriza a constituição da Legião Portuguesa, formação patriótica de voluntários destinada a organizar resistência moral da Nação e cooperar na sua defesa contra os inimigos da Pátria e da ordem social. Sobre a Legião Portuguesa. Ver: Luís Nuno Rodrigues, «“A gravidade da hora que passa!”: a criação da Legião Portuguesa em 1936», *Análise Social*, XXX (130), (1995), 91-119.

⁸⁵² Cf. Irene Flunser Pimentel, *História das Organizações Femininas do Estado Novo*, (Lisboa: Temas & Debates, 2001).

⁸⁵³ Cf. Decreto-lei nº 26 884, *Diário do Governo*, nº 190, 1ª série, 14 de agosto de 1936. Presidência do Conselho. A. O. Salazar. Permite ao Sub-secretário de Estado das Corporações e Previdência Social autorizar as direções dos organismos corporativos das entidades patronais a realizar por conta dos fundos disponíveis obras de assistência social destinadas a beneficiar as famílias dos trabalhadores das respetivas atividades.

⁸⁵⁴ Cf. Decreto nº 26 893, *Diário do Governo*, nº 191, 1ª Série, 15 de agosto de 1936. Ministério da Educação Nacional - Secretaria Geral. Ministro Carneiro Pacheco. Aprova os estatutos da Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN).

⁸⁵⁵ Cf. Pimentel, «A assistência...», 495-496. A direção inicial era ainda constituída por mães da aristocracia e da alta burguesia, que haviam pertencido a associações de assistência e de benemerência existentes antes do Estado Novo, nomeadamente esposas e familiares de figuras do regime como por exemplo: Isabel Teotónio Pereira, Maria Amélia Costa Leite (Lumbrals), Maria Camila Carneiro Pacheco, Maria da Glória Caeiro da Mata e Maria José Nobre Guedes. Esta nova organização incluía ainda como vogais, antigas dirigentes das organizações femininas e juvenis da Ação Católica Portuguesa.

É digna de nota a atribuição dos cargos diretivos desta nova organização do Estado Novo. A presidente de honra da Junta Central da OMEN era a esposa do Presidente da República, Maria do Carmo Fragoso Carmona. Quanto ao cargo de presidente efetiva, este cabia a Laura Diogo da Silva Melo e Faro, Condessa de Monte Real, e cunhada de Henrique Sommer.⁸⁵⁶ A Presidente da OMEN não só era a irmã de Palmira Diogo Sommer, como era casada com Artur de Mello e Faro, 1º Conde de Monte Real, e um dos empenhados acionistas da ECL, desde a sua formação.

3.7. A partir de 1936: A Propaganda do Conjunto Modelar de Maceira-Lis “Num arrabalde da Utopia”

A 14 de abril de 1936, foi a vez do Presidente da República, General Óscar Carmona, visitar Maceira-Liz. (Cf. Anexo 1. Fig. 33) A divulgação pela imprensa desta visita demonstra bem a confiança que o Estado depunha naquele empreendimento. Nesse dia, Carmona fez votos para que a ECL continuasse próspera, congratulando-se por ver ali reunidos patrões e operários confraternizando em harmonia, num período em que «ressuscitavam as lutas de classes». Sublinhou ainda que se podia ali vislumbrar um «reduto das ideias do Estado Novo».⁸⁵⁷

Em novembro, o *Diário da Manhã*, publica a seguinte nota assinada por Henrique Sommer dirigida à Presidência do Conselho:

Maceira, 8 – Ao proceder -se à imposição das insígnias de Ordem de Mérito Industrial com que S. Ex^a. O Presidente da República agraciou alguns operários e empregados desta empresa, em nome do pessoal, engenheiros, e no meu próprio nome saúdo V. Ex^a. e transmito a afirmação entusiástica do nosso incondicional apoio à obra de ressurgimento e engrandecimento da Pátria dirigida a V. Ex^a. e a declaração categórica de que estamos atentos ao sinal do Chefe para servirmos a Pátria onde for necessário.⁸⁵⁸

Após uma visita a Maceira-Liz, também em 1936, Agostinho de Campos redigiu um artigo intitulado “Num arrabalde da Utopia” publicado no *Comércio do Porto*.⁸⁵⁹ O caráter utópico deste conjunto seria devidamente aproveitado pelo regime. A partir desse ano, o designado - Conjunto Modelar Fabril e Social de Maceira-Liz - começou a ser exaustivamente divulgado ao país e a visitantes estrangeiros através do SPN pelo Estado Novo. Maceira-Liz passou a ser visita

⁸⁵⁶ A primeira junta central da OMEN nomeada em junho de 1936, incluía ainda na vice-presidência Eugénia Soares de Oliveira e a Isabel d’Albignac Bandeira de Melo (Condessa de Rivas). A última seria sua presidente efetiva até à sua morte em 1945. Cf. Pimentel, «A assistência...», 495-496.

⁸⁵⁷ Cf. «Na visita à Fábrica de Cimentos da Maceira, fizeram-se afirmações de fé no Estado Novo», *O Século*, 15 de abril 1936, em *Memorial*, Doc. nº 142. AHFML.

⁸⁵⁸ Cf. *Diário da Manhã*, 10 de novembro de 1936, em *Memorial*, Doc. 140. AHFML.

⁸⁵⁹ Cf. Agostinho de Campos, «Num Arrabalde da Utopia», *Comércio do Porto*, 18 de outubro 1938, em *Memorial*, Doc. 222. AHFML.

obrigatória de estudantes, técnicos, políticos industriais, e operários, nacionais e estrangeiros. (Cf. Anexo 1. Fig. 34) Divulgação que se manterá ao longo dos anos trinta, quarenta e cinquenta. Maceira-Liz passou a ser sistematicamente divulgada como um exemplo de uma fábrica e bairro operário, ambos organizados de forma exemplar. A partir deste conjunto fabril e social, a indústria dos cimentos foi, neste período cronológico, apresentada pelo Estado Novo como um caso exemplar de uma indústria nacional bem organizada.

Não por acaso, a primeira referência do interesse do Estado em copiar o conjunto modelar de Maceira-Liz, remonta a outubro de 1936. O Comandante Alexandre Moreira de Carvalho foi enviado pela Intendência Geral da Armada a Maceira-Liz, com a tarefa de recolher informações sobre a forma como estavam organizadas as instalações sociais da ECL, e sobre os equipamentos que, entretanto, ali tinham sido projetados. O objetivo era documentar-se para o planeamento das Instalações Sociais do Arsenal do Alfeite.⁸⁶⁰

No ano seguinte, a 10 de janeiro de 1937, o programa “Terras de Portugal”, emitido para todo o país pela Emissora Nacional, relatou a visita realizada por António Montez ao – “Conjunto da Fábrica e Bairro de Maceira-Liz”.⁸⁶¹ Três dias depois, a 13 de janeiro, dois importantes atores responsáveis pelas políticas patrimoniais do Estado Novo visitaram Maceira-Liz. Tratava-se dos responsáveis pelo património e pela política da habitação do regime, respetivamente o engenheiro Rodrigues de Carvalho da Direção dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o engenheiro Jácome de Castro responsável pela Direção do Programa das Casas Económicas.⁸⁶²

A partir de 1937, o SPN passou a organizar visitas de grupos e individualidades ao conjunto de Maceira-Liz. O número de visitantes nesse ano é extenso. A lista inclui pessoas de todo o País e do estrangeiro, dos mais diversos ramos de atividade, desde operários de outras fábricas, grupos de estudantes universitários, grupos de ordens religiosas, regimentos de militares, Batalhões da Legião Portuguesa, a Delegações de Organismos Corporativos.⁸⁶³ Nesse ano, é particularmente interessante a visita efetuada à Fábrica a 30 de outubro por vinte e seis membros dos Sindicatos

⁸⁶⁰ Cf. Pinto, *Caderno II*, 379.

⁸⁶¹ *Idem*, 467.

⁸⁶² *Idem*, 380.

⁸⁶³ *Idem*. Em setembro visita de um grupo de 25 trabalhadores (operários, bombeiros e famílias) da Fábrica da Vista Alegre.

Nacionais.⁸⁶⁴ Nesse dia, a empresa organizou uma recepção na Casa do Pessoal, os operários foram dispensados do trabalho, para poderem «confraternizar com os visitantes».⁸⁶⁵

Em 1938, Maceira-Liz continuou a ser visitada por inúmeros grupos, nacionais e estrangeiros. Destaca-se nesse ano a visita de um grupo de produtores de cimento franceses a 5 de julho promovida pelo SPN, que ali se deslocaram acompanhados pelo Delegado daquele organismo estatal.⁸⁶⁶ Em 1939, da longa lista de ilustres visitantes, destaco a visita da jornalista norte-americana Eileen M. Egan, enviada pelo SPN que «viera a Portugal expressamente com o fim de estudar as obras sociais do Estado Novo».⁸⁶⁷ No ano seguinte, a 26 de Agosto de 1940, visitou Maceira-Liz o engenheiro Reis da Direcção-Geral da Indústria com o Secretário do *Bureau International du Travail* (Delegação da Organização Internacional do Trabalho) que, face ao início da Segunda Guerra Mundial, deslocara a sua sede para Montreal, Canadá.⁸⁶⁸

É também interessante referir a divulgação da obra de Maceira-Liz entre os monárquicos. Como já foi referido, as relações dos vários atores da ECL com a linha sucessória da monarquia eram de grande proximidade: Gastão B. Pinto visitava a Família no exílio na Áustria, e Ruy Andrade fora um dos tutores de D. Duarte Nuno de Bragança. A 12 de novembro de 1938, visitou as instalações fabris e sociais sua Alteza a Infanta Dona Filipa de Bragança.⁸⁶⁹ Tratava-se da sexta filha do segundo casamento do Príncipe D. Miguel II, Duque de Bragança. Foi organizado pela empresa em sua honra um almoço na Casa da Direcção.⁸⁷⁰ Esta foi uma discreta manifestação de apreço pelos ideais monárquicos que os homens que dirigiam Maceira-Liz organizaram naquele ano.

3.8. Criação da primeira Federação de Caixas de Previdência do Estado Novo – a «Cimentos»: 1 maio 1939

Retomando agora a questão da Previdência, tão importante para a ECL. Quando a 27 de dezembro de 1937 foi finalmente promulgada pelo Estado a regulamentação das Caixas de

⁸⁶⁴ Idem. Entre os operários sindicalizados que visitaram Maceira-Liz, encontravam-se representantes de: operários corticeiros, operários chapeleiros de S. João da Madeira, operários cordoeiros de Cortegaça e trabalhadores dos armazéns dos Vinhos do Porto.

⁸⁶⁵ Idem.

⁸⁶⁶ Cf. Pinto, *Caderno III*, 543.

⁸⁶⁷ Cf. Carta dos serviços de imprensa do SPN, assinado por Silva Dias, à Direcção da ECL, 5 de agosto de 1939. AHFML.

⁸⁶⁸ Cf. Pinto, *Caderno III*, 543.

⁸⁶⁹ Cf. Pinto, *Caderno II*, 380.

⁸⁷⁰ Segundo Braga da Cruz, só em 1940 Dona Filipa de Bragança visitou oficialmente Portugal, a convite do Governo português representou o seu irmão, Dom Duarte Nuno, nas comemorações de 1940. Cf. Cruz, «Os Monárquicos e...», 1985, 61-83.

Reforma ou de Previdência,⁸⁷¹ a ECL decidiu transformar os subsídios de reforma já existentes, atribuídos a três pensionistas pela Caixa na Casa de Pessoal, numa Caixa de Reforma e Previdência.

⁸⁷² Caixa de Reforma e Previdência, que podia finalmente ser constituída uma vez que o regime finalmente as instituíra. Para além desta medida, a empresa proporia às outras duas fábricas implementar a mesma valiosa valência de previdência do mundo do trabalho, uma reforma vitalícia para os trabalhadores dos cimentos. Expandir-se-ia assim a previdência nos cimentos, no sentido de constituir uma Federação de Caixas de Previdência (FCP).⁸⁷³ A cartelização desta indústria, regulamentada no ano anterior, facilitou a criação deste tipo de organismo corporativo intermédio.

Organizar uma FCP significava não só concretizar a medida de previdência mais almejada pelos trabalhadores, como alcançar o maior grau de fidelização possível para os patrões.⁸⁷⁴ As vantagens desta medida traduziam-se em estreitar, reforçando ainda mais, os laços entre Capital e Trabalho. Tendo sido a principal política de fidelização dos trabalhadores desde o início da fundação da empresa, - proporcionar ao longo dos anos cada vez mais benefícios sociais - implementar esta medida de previdência foi naturalmente o passo seguinte a dar pela ECL.

Como já foi referido, no final de 1937, tanto a ECL como a Tejo possuíam Caixas de Previdência; só faltava a Secil constituir a sua, o que, como já foi visto, aconteceu no ano seguinte. Após ter sido negociado e acordado entre as três empresas, a criação deste organismo avançou. Em 1938, cada Fábrica tinha já uma Caixa de Previdência: Maceira em 1936, a Tejo em 1937 e a Secil em 1938.

⁸⁷¹ Cf. Decreto nº 28 321, *Diário do Governo* nº 300, 1ª série, 27 de dezembro de 1937. Presidência do Conselho. A.O. Salazar. Promulga o Regulamento das Caixas de Reforma e Previdência.

⁸⁷² Cf. ECL, *Subsídios para ...*, 1936, 32. No Relatório de Contas do ano de 1936 da Casa de Pessoal, o valor pago a pensões de velhice a operários da ECL é de 3 411\$00. Ver também: ECL, «Subsídios para o Relatório da Direção e Relatório da Direção relativos ao ano de 1937», Casa do Pessoal da ECL (Casa do Povo Decreto nº 23051), Lisboa, Verol & C^a, s. d., 45. No item - Assistência do Relatório de Contas consta o seguinte: «Os subsídios pagos a sócios da Caixa de Previdência antes desta atingir o prazo para o seu funcionamento legal. Pensionistas: José Frade, José Salgueiro e Manuel Ferreira. Total - 4481\$30. Em 1937 eram já 145 os sócios da Caixa de Previdência da ECL que beneficiaram de subsídios para medicamentos, quantia total, 11125\$45.

⁸⁷³ Embora já em março de 1935, a legislação previsse a possibilidade de criar Federações de Caixas de Previdência (Art. 18º da Lei nº 1884, de 16 de março de 1935, 386-387): «Poderá ser ordenada ou permitida a mudança de categoria de qualquer instituição de previdência, ou ainda a sua união ou federação com outras, quando por inquérito realizado pelo INTP, se verificarem vantagens de ordem económica e social». Mas o interesse da ECL estava numa Caixa de Reforma e Previdência. Assim, só quando estas foram regulamentadas pelo Estado (1937), a empresa avançou com a ideia de criar um Federação.

⁸⁷⁴ Cf. Art. 68 do Decreto-Lei nº 25935 de 12 de outubro de 1935, 1474. Idêntico ao Art. 71 do Decreto-Lei nº 28321 de 27 de dezembro de 1937, 1516: «As federações, nos termos do artigo 18º da Lei nº 1184, deverão abranger as caixas, constituídas por pessoas interessadas no mesmo ramo de atividade económica, profissão e serviço especializado, ou pelo pessoal de empresas ou estabelecimentos da mesma natureza e fins, e poderão estender a sua ação a todo o país ou regiões determinadas, mantendo as caixas federadas personalidade jurídica e autonomia administrativa, apenas condicionadas pelo regulamento da federação».

Em 1939, a Caixa de Previdência da Casa de Pessoal da ECL, fundada através da criação da Fundação da Família Sommer em 1936, foi extinta, tendo dado lugar a um novo organismo corporativo de previdência, que assegurava uma nova medida, a «reforma em idade fixa»; tratava-se da Caixa de Previdência do Pessoal da ECL.⁸⁷⁵ O seu regulamento foi publicado conjuntamente com o Regulamento da «Cimentos» - Federação das Caixas de Previdência, tendo entrado em vigor a 1 de maio de 1939.⁸⁷⁶

A primeira reunião realizada para criar um organismo que uniformizasse as Caixas de Previdência das Fábricas de Maceira-Liz, Tejo e Secil, decorreu a 26 de abril de 1939, tendo participado elementos das respetivas Direções. Neste processo, Henrique Sommer, Presidente da ECL, teve um papel preponderante, já que detinha a parte maior do sistema de duopólio em que os cimentos se haviam organizado. Foram Henrique Sommer, Teófilo Leal de Faria da CCT e Hans Crithian Bechgaard (Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento) que firmaram o acordo que daria origem a este organismo corporativo. Apenas três dias depois, a 29 de abril de 1939, saiu um despacho do Sub-Secretariado das Corporações que criou a Federação das Caixas de Previdência, o que dá conta, mais uma vez, da proximidade entre ECL e Estado.

A criação deste novo Organismo Corporativo deu lugar a mais uma celebração em Maceira-Liz. Cerca de dois meses depois, a 25 de junho de 1939, 680 operários e empregados da fábrica, ofereceram a Sommer um almoço, que foi servido no Cais de Carga do recinto da fábrica.⁸⁷⁷ (Cf. Anexo 1. Fig. 35) Quatro dias após esta celebração na Fábrica, a 29 de junho, este Organismo Corporativo iniciou oficialmente funções, ocorrendo então a tomada de posse dos corpos gerentes da primeira FCP do Regime Corporativo – a dos Cimentos. Segundo a imprensa, estiveram presentes a este ato oficial, que decorreu no INTP, os diretores, os empregados e os operários da Liz, da Tejo e da Secil, a Federação seria presidida por Henrique Sommer, sendo vice-presidente

⁸⁷⁵ Sublinhado meu. Embora o nome seja praticamente igual, existiram estes dois organismos de previdência da ECL, tendo o primeiro precedido o segundo.

⁸⁷⁶ Cf. Oliveira, *A indústria...*, Vol.1, 284. A estrutura do regulamento da Caixa de Previdência da ECL obedece ao estipulado no Decreto-Lei nº 28 321 de 27 de dezembro de 1937, que promulgou o Regulamento das Caixas de Reforma ou de Previdência. Constava de onze capítulos e cento e vinte e três artigos; Cf. «Regulamento da Caixa de Previdência do Pessoal da Empresa de Cimentos de Leiria», INTP, 1939, 14. AHFML. Segundo o seu Art. 3 os seus fins eram: «Previdência» e «Assistência». Os seus beneficiários encontravam-se «protegidos contra os riscos de doença, invalidez» sendo-lhes asseguradas uma «reforma em idade fixa» e ainda legavam «subsídio de morte». Em termos de assistência, eram contemplados dois tipos de itens, correspondentes às seguintes valências: «Higiene e profilaxia» e «Assistência médica na doença aos trabalhadores a às respetivas famílias». O novo benefício que os trabalhadores passariam a ter era «o direito a uma pensão vitalícia de reforma, a partir do dia em que atingir os setenta anos de idade, sem necessidade de require-la», sendo esta pensão igual a 80% do seu salário ou ordenado.

⁸⁷⁷ Cf. ECL, *Conjunto de folhas...*, s.p.

Jorge Sequeira. Esta cerimónia foi presidida pelo engenheiro Pedro Botelho das Neves,⁸⁷⁸ Secretário Geral do INTP, em representação do Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social, na cerimónia da tomada de posse dos corpos gerentes, dirigiu-se-lhes congratulando-se por:

naquele momento a organização marcava um passo em frente e da máxima importância. (...) As empresas de cimento *continuando no seu bom entendimento*, permitiram que este facto se desse. Este entendimento era, podia afirmar, o reflexo no campo social da atitude dos dirigentes de tão extraordinária actividade industrial, e o esforço empreendido *contribuiu para melhorar não só a qualidade dos produtos como a situação dos seus cooperadores*.⁸⁷⁹

Depois de Botelho das Neves falar, Henrique Sommer agradeceu as suas palavras e declarou que:

patrões, empregados e operários trabalham no sentido de garantir o futuro na invalidez, velhice e doença aos que exercem a actividade da indústria.⁸⁸⁰

Sommer afirmou que apesar de muitos ainda não compreenderem a importância da finalidade das Caixas de Previdência, aqueles em breve verificariam que os seus objetivos eram de grande alcance social. Aproveitou ainda para realçar que a constituição das referidas Caixas se devia em grande parte à colaboração de todos os acionistas das três empresas ali representadas, ao tornarem possível a criação dos fundos necessários à sua concretização.⁸⁸¹

Por um lado, o objetivo principal da criação desta Federação era a de assegurar uma melhor eficiência na aplicação dos benefícios sociais aos trabalhadores desta indústria, passando a previdência e a segurança social dos trabalhadores das empresas a ser asseguradas por este novo organismo corporativo. Os seus beneficiários passavam a encontrar-se protegidos contra riscos de doença e invalidez, sendo-lhes também assegurada uma reforma em idade fixa de 80% sobre o seu ordenado e concedido um subsídio de morte.

Mas por outro lado, eram francamente assumidos os objetivos económicos deste forte investimento na melhoria das condições de vida dos trabalhadores, como ficava patente no discurso de Botelho das Neves. A nova situação dos trabalhadores era indissociável da melhoria da qualidade produtiva da fábrica. (Anexo 1. Fig. 37)

⁸⁷⁸ Pedro A. Pinto da Fonseca Botelho das Neves (1891-1940) havia sido sidonista, era um nacionalista e corporativista convicto. Era formado em engenharia química e nesta data era um Secretário Geral do INTP. Cf. Marta Carvalho Santos, «Pedro Augusto Pinto da Fonseca Neves» em *Dicionário Biográfico Parlamentar 1935-1974 Vol. II. (M_Z)*, dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto (Lisboa: Ed. ICS, Assembleia da República, 2005), 227-230.

⁸⁷⁹ Cf. «‘Cimentos’ - Federação das Caixas de Previdência. Foi ontem dada posse aos respetivos corpos gerentes», *Diário de Notícias*, 30 de junho 1939, em *Memorial*. Doc. nº 157. AHFML.

⁸⁸⁰ Idem.

⁸⁸¹ Idem.

Note-se que Pedro Botelho das Neves, para além de ter trabalhado em estreita colaboração com Teotónio Pereira desde o início da constituição do INTP, era também seu cunhado. Teotónio Pereira recorda-o nas suas *Memórias* como um dos vários nomes por si escolhidos no Verão de 1933 para intensificar a campanha de implementação no terreno dos textos legislativos emitidos em setembro. Fizera, pois, parte do grupo cuja dedicação e entusiasmo permitiu o arranque do corporativismo em 1933.⁸⁸² Tal como em Maceira-Liz, os laços de família, de amizade, e de proximidade terão sido um dos aspetos importantes, mas ainda pouco estudados, aos quais não tem sido dada a devida atenção na historiografia. Estes laços parecem ter sido também fundamentais na ascensão e consolidação do regime.

As relações estabelecidas entre Estado e ECL frutificavam uma vez mais, permitindo que os benefícios sociais e de previdência da empresa se viessem a traduzir em dois tipos de organismos corporativos - um primário e um intermédio - considerados pelo Estado como exemplares.

Por último, há a referir o *entendimento* entre as três empresas, propagandeado na imprensa e nos discursos oficiais. A articulação reguladora entre as empresas era a componente principal do condicionamento industrial legislado pelo Estado Novo. Assim, acabou por ser o Condicionamento Industrial, que ao longo dos anos trinta determinara a reorganização da indústria dos cimentos, a contribuir de forma indireta para a sua organização social, com a criação de um Organismo Corporativo Intermédio, a Federação das Caixas de Previdência dos Cimentos. (Cf. Anexo 1. Fig. 36)

O impacto do Condicionamento Industrial não se fez sentir apenas em termos económicos, mas também nas políticas sociais, que emergiram aquando do processo de negociação da regulação da produção entre as três fábricas nacionais de cimento. As políticas sociais implementadas pela ECL em Maceira-Liz foram materializadas, no contexto das próprias fábricas, através de organismos corporativos - refiro-me especificamente à construção de Casas de Pessoal nos três conjuntos fabris (regidas segundo os *Estatutos das Casas do Povo* do regime corporativo), e à organização de Caixas de Previdência em cada uma delas - o que permitiu a criação da primeira Federação das Caixas de Previdência do Estado Novo.⁸⁸³

⁸⁸² Cf. Pereira, *Memórias*, Vol. 1, 120-121.

⁸⁸³ A «Cimentos» - Federação de Caixas de Previdência, funcionou durante setenta e três anos, assim como as suas Caixas federadas. Foi extinta a 6 de fevereiro de 2012; Caixa de Previdência da Empresa de Cimentos de Leiria, Caixa de Previdência do Pessoal da Companhia de Cimento Tejo; Caixa de Previdência da Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento S.A, todas elas criadas segundo Alvará datado de 29 de abril de 1939, e regendo-se até à data da sua extinção pelo regulamento aprovado por alvará de 14 de setembro de 1949. Cf. Artº 2º, Decreto-Lei nº 26/2012, *Diário da República*, 1ª série, nº26 de 6 de fevereiro de 2012. Para além do sector dos Cimentos, foram ainda extintas: a Caixa de Previdência e Abono de Família dos Jornalistas (criada 20 janeiro 1943); a Caixa de Previdência dos Trabalhadores

Mas esta iniciativa assumida com entusiasmo pela ECL que se estendeu às restantes empresas dos cimentos não foi vista com entusiasmo pelos patrões das restantes atividades produtivas.⁸⁸⁴ E, acabou por não ser a regra, como o corporativismo pretendia, mas a exceção.⁸⁸⁵ Na indústria nacional, para além dos cimentos, apenas os carvões criaram uma FCP em 1943.⁸⁸⁶

3.9. A instalação do terceiro forno em Maceira-Liz: a visita de Rocha e Mello a Lourdes no prelúdio da construção da basílica de Fátima (1935-1938)

A montagem do terceiro forno rotativo em Maceira-Liz, aprovada pelo Estado no final de 1934, acabou por ter de ser adiada, já que em 1935, a ECL investiu nas ações da Fábrica Tejo. Porém, ainda em 1935 a empresa iniciou a pesquisa para ampliar a produção de Maceira-Liz. No Verão desse ano Rocha e Mello viajou por França, Suíça, Alemanha e Itália, inteirando-se no terreno das inovações tecnológicas que a indústria europeia de cimento, entretanto desenvolvera.⁸⁸⁷ Nesta viagem realizada com o intuito de se documentar acerca das inovações tecnológicas da produção de cimento, e das grandes obras hidráulicas que naquele período se realizavam (pontes, cais, portos) um dos lugares visitados logo no início da viagem por Rocha e Mello foi precisamente o Santuário de Lourdes. Visita que poderá não ter tido apenas a ver com a devoção do engenheiro ao culto mariano daquele lugar consagrado pelo Vaticano, mas também com o seu envolvimento

da Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA (criada a 14 de fevereiro 1940); a Caixa de Previdência do Pessoal das Companhias Reunidas de Gás e Eletricidade (criada em 1957); a Caixa de Previdência do Pessoal dos Telefones de Lisboa e Porto (criada a 18 outubro 1943). Cf. Decreto-Lei nº 26/2012, *Diário da República*, 1ª série, nº26 de 6 de fevereiro de 2012.

⁸⁸⁴ A propósito da fragilidade e vulnerabilidade do modelo de previdência do Estado Novo, Rafael Amaro argumenta que essa fraqueza foi fruto da dependência da previdência em relação à implantação corporativa, acabando por ser vítima do fracasso do próprio corporativismo. Sobre esta matéria ver: Amaro, «O modelo de...», 2008, 73-77.

⁸⁸⁵ Veja-se a título de exemplo, a obra social e assistencial da maior empresa portuguesa do período estudado neste capítulo, a CUF, obra que ficava muito aquém da realizada pela ECL em Maceira-Liz. Entre 1908 e 1939, a obra social da CUF no Barreiro consistia num bairro operário junto ao núcleo fabril inicial, com dispensa e refeitório, padaria e talho. Desde 1908, prestava assistência médica aos trabalhadores. Em 1927, construiu uma escola primária e em 1937, constituiu um grupo desportivo. No ano seguinte à criação da Caixa de Previdência da ECL, em 1940, criaria também uma Caixa de Previdência para os trabalhadores. Após a morte de Alfredo da Silva em 1942, sob a direção do seu genro Manuel de Mello, que por sua vez se tornou sogro de António de Sommer Champalimaud, a CUF desenvolverá a sua obra social. Em 1942 a Caixa de Previdência estende o seu âmbito às famílias dos beneficiários, cria o serviço de medicina do trabalho (1943), constrói um infantário e campos de ténis (1944), inaugura o Hospital da CUF (1945), a Colónia Balnear na Praia das Maças (1950). E já a partir de meados de 50, foram construídos mais bairros com uma zona cívica cujo conteúdo era em tudo semelhante ao da Casa de Pessoal da ECL, incluindo biblioteca, cooperativa, estabelecimentos comerciais, diversões, polícia e bombeiros. Sobre a obra social da CUF ver: «A grande obra de assistência social, cultural e desportiva levada a efeito nas Fábricas da CUF», *Indústria Portuguesa*, nº 300, fev. (1953), 49-54.

⁸⁸⁶ Cf. Guimarães, «A intervenção do ...», 1995, 203-218.

⁸⁸⁷ Cf. «Quatro n'um automóvel», dois álbuns de fotografias, postais e itinerário da viagem, realizada por Rocha e Mello, a esposa Alcina Vilhena Rocha e Mello acompanhadas de duas senhoras não identificadas, início da viagem 13 de junho 1935. Espólio da Família Rocha e Mello.

na construção da Basílica de Fátima documentado a partir de 1939. (Cf. Anexo 1. Figs. 38, 39 e 40)

Na sequência da pesquisa realizada previamente e durante a viagem foi escolhida, para a ampliação da produção de Maceira-Liz, uma inovação concebida pela *Polysius*: tratava-se do forno *Lepol*.⁸⁸⁸ Em janeiro de 1936, a ECL reuniu capacidade financeira para encomendar àquela empresa alemã, que já fornecera os dois primeiros fornos, todo o material necessário para a instalação deste terceiro forno. O forno *Lepol* havia sido patenteado no início dos anos 30 na Alemanha, e permitia uma economia considerável no processo de fabrico de cimento.

Foi a 9 de junho de 1936 que se iniciou a construção de um edifício em betão para instalar o novo forno. Para além da Direção da ECL, esta cerimónia contou com a presença do Prior da Maceira e do Delegado em Leiria do INTP, entre outros convidados.⁸⁸⁹ No ano seguinte, a empresa debateu-se com o problema de conseguir acumular o capital necessário para terminar a montagem deste terceiro forno. Foram, entretanto, sendo construídos os edifícios para a sua instalação, e, iniciou-se a construção de um edifício para instalar uma Central de Compressores.⁸⁹⁰

Foi a 3 de maio de 1938 que decorreu a inauguração do novo forno, iniciando-se a produção da terceira linha da instalação fabril de Maceira-Liz. Duas semanas depois, a 16 de maio, a produção de cimento da Fábrica atingiu 1 000 000t.⁸⁹¹ As características da nova linha fabril, autónoma das outras duas, mereceu a designação de “Nova Fábrica”. Nesse dia, o trabalho desenvolvido por Rocha e Mello foi reconhecido pela Direção da ECL, tendo sido homenageado com o descerrar de uma placa de bronze no edifício da Central dos Compressores.

A ECL ficava assim preparada para abastecer o Plano das Obras Públicas a realizar para comemorar o Duplo Centenário da Fundação de Portugal e da Restauração da Independência, em

⁸⁸⁸ O nome do forno tipo *Lepol* provinha da contração das letras iniciais dos nomes do seu inventor Lellen e da empresa que promoveu a sua realização, a *Polysius*. Tratava-se de um forno curto, com granulação de farinha crua e grelha de pré-calcinação, o que significava uma inovação vantajosa, uma vez que reduzia entre 20% a 25% o consumo de combustível em relação ao forno comprido de via seca, que até então era o que a empresa construía, tendo sido instalados dois em Maceira-Liz. Este tipo de forno introduziu também um conjunto de inovações tecnológicas que vieram melhorar significativamente a qualidade da produção, nomeadamente a homogeneização da farinha, que passava a ser obtida em silos equipados de modo a aumentar a fluidificação por ar comprimido. Quanto ao transporte da farinha e do cimento, passavam a ser transportados através de bombas pneumáticas e de caleiras porosas. Cf. Oliveira, *A indústria...*, Vol.1, 215.

⁸⁸⁹ Idem

⁸⁹⁰ Idem

⁸⁹¹ Idem

1940. O Plano dos Centenários fora anunciado cerca de um mês e meio antes, através da nota oficiosa da Presidência do Conselho de Ministros.⁸⁹² (Cf. Anexo 1. Fig. 41)

Nesta cerimónia de inauguração do terceiro forno, Estado, Igreja e Fábrica celebraram uma vez mais o pacto tácito que se iniciara a 28 de outubro de 1934, aquando da inauguração da Casa do Pessoal.

A importância de que se revestiu este evento para o regime e para a Igreja pode ser medida pela propaganda que o envolveu, uma vez que tanto a cerimónia religiosa como os festejos que se lhe seguiram foram transmitidos para todo o país pela Emissora Nacional. (Cf. Anexo 1. Fig. 42)

O Estado fez-se representar pelo Chefe de Gabinete do Ministro do Comércio e Indústria, o engenheiro Duarte Ferreira. No discurso proferido, aquele enalteceu a orientação da fábrica que:

tão nobremente cuida da vida moral e material dos seus colaboradores, facto que devia ser imitado por todas as organizações congéneres do país, fortalecendo a solidariedade entre patrões e operários.⁸⁹³

O órgão de difusão da AIP noticiou amplamente este acontecimento através de uma longa e detalhada notícia, que para além de enfatizar, explicando detalhadamente, o novo processo produtivo, enumera os benefícios sociais que a ECL proporciona aos trabalhadores em Maceira-Liz.⁸⁹⁴

Uma vez mais, vale a pena atentar na organização e encenação realizadas pela ECL, descritas pela imprensa.⁸⁹⁵ Para a cerimónia religiosa organizada ao ar livre foi propositadamente construída uma grandiosa cruz em betão branco, colocada no altar improvisado onde foi celebrada a missa. Naquele ano, a presença das autoridades eclesiásticas foi reforçada: para além do Bispo de Leiria, presença habitual nas cerimónias da ECL, estiveram presentes os Bispos do Porto e o de Lamego.⁸⁹⁶ Para além das crianças filhas dos operários, desfilaram e prestaram guarda de honra o

⁸⁹² Cf. Sandra Vaz Costa, *O País a régua e esquadro – Urbanismo, Arquitetura e Memória na Obra Pública de Duarte Pacheco* (Lisboa: Ed. IST, 2012) 134-137. Nota oficiosa do Presidente do Conselho 27 de março de 1938.

⁸⁹³ Cf. «Uma modelar organização industrial. Foram inauguradas as novas instalações da Fábrica de Cimentos de Leiria», *Diário da Manhã*, 6 de maio, 1938, em *Memorial*, Doc. nº 152. AHFML.

⁸⁹⁴ Cf. «A Empresa de Cimentos de Leiria festejou de 1 a 4 deste mês, solenemente, o décimo quinto aniversário da sua fundação, à inauguração da nova Fábrica assistiu o representante do Sr. Ministro do Comércio e Indústria», *Indústria Portuguesa*, maio de 1938, 15-24.

⁸⁹⁵ Para além das notícias já citadas, ver também: «A ECL festejou solenemente o décimo quinto aniversário da sua fundação. À inauguração da nova fábrica assistiram os Srs. Bispos de Leiria, Porto e Lamego e o representante do Sr. Ministro do Comércio», *Novidades*, 4 de maio 1938, em *Memorial*, Doc. 148. AHFML; «Na Fábrica de Cimentos de Leiria foi ontem inaugurada uma nova instalação industrial. Às cerimónias revestidas de imponência, assistiram representantes do Governo e da Câmara de Leiria de os ilustres prelados de Leiria, Porto e Lamego», *A Voz*, 4 de maio de 1938, em *Memorial*, Doc. nº 149. AHFML.

⁸⁹⁶ O Bispo do Porto era desde 1929 D. António Augusto de Castro Meireles (1885-1842). Quando, em 1920, D. José Alves Correia foi nomeado Bispo de Leiria, fora este que o substituíra como professor de Ciências Eclesiásticas no Seminário do Porto. Segundo Ana Paula Rias, este simpatizante monárquico, que equacionara ingressar na ordem

Batalhão 33 da Legião Portuguesa, formado no ano anterior por elementos da ECL. A missa a que assistiram cerca de duas mil pessoas foi celebrada pelo pároco da Fábrica, que foi acolitado por dois padres do Seminário de Leiria.⁸⁹⁷

Mas quem proferiu o sermão naquele dia foi o Reverendo Dr. Manuel Trindade Salgueiro.⁸⁹⁸ Tratava-se de uma prestigiada figura da Igreja Católica, ligado ao Centro Académico de Democracia Cristã, muito próxima do Cardeal Cerejeira, conhecido pelos seus dons em oratória e retórica, que, dois anos depois, passou a ser Bispo auxiliar de Lisboa, e Presidente da Junta Central da Ação Católica.

No início do seu sermão, explica que se dirige em primeiro lugar aos trabalhadores já que a festa é deles: «Agora e sempre a Igreja acompanha e exalta os progressos da vida social».⁸⁹⁹ O prelado aplaude a solidariedade existente entre dirigidos e dirigentes, uma família social admirável nos seus fundamentos morais, salientando sobretudo o espírito cristão que inspira essa vida em que é possível harmonia do espírito e do trabalho daquela modelar organização, tanto sob o aspeto técnico, como sob o social, moral e religioso.⁹⁰⁰ No final do sermão, menciona a bênção dada alguns dias antes pelo Cardeal Patriarca ao trabalho nacional realizado pelos pescadores bacalhoeiros, tendo também o Bispo do Porto abençoado os bacalhoeiros naquela cidade. Termina, exortando, «O Trabalho Nacional tão brilhantemente representado nesta organização pode servir de paradigma».⁹⁰¹

Naquele dia, através destas palavras radiodifundidas pela Emissora Nacional para todo o País, a Igreja, aliando-se ao Estado, fazia a sua propaganda, tirando partido de Maceira-Liz como modelo a seguir.

A presença reforçada de eminentes autoridades eclesiásticas naquele dia não terá sido por acaso, uma vez que em março daquele ano os operários católicos, que em 1933 haviam sido

beneditina, foi durante a República uma das figuras da Igreja que, dadas a impossibilidades do nacionalismo católico, protagonizará a renovação política do catolicismo português, integrando o Centro Católico Português. Empenhou-se também na renovação do episcopado católico. Em 1923, foi nomeado Bispo de Angra do Heroísmo, cargo em que se manteve até ser nomeado coadjutor do Bispo do Porto em 1928. Ver: Ana Paula Rias, «Meireles (D.) António Augusto de Castro», em *Dicionário Histórico da I República e do Republicanismo*. Vol. 2, coord. geral, M. Fernanda Rollo (Lisboa: Ed. Assembleia da República, 2013), 812-814. O Bispo de Lamego era desde 1935, D. Agostinho de Jesus Sousa (1877-1952). Fora desde 1921 Bispo Coadjutor de Lamego, e em 1942, após a morte de D. António Augusto de Castro, virá a ser ele o Bispo do Porto.

⁸⁹⁷ Tratavam-se do Arnaldo de Ribeiro Carvalho, e a acolitá-lo, os padres José Francisco Pereira Rino e Manuel Carreira Inácio.

⁸⁹⁸ Cf. «A ECL festejou..., *Novidades*, 4 de maio de 1938.

⁸⁹⁹ Cf. «Na Fábrica de..., *A Voz*, 4 de maio de 1938.

⁹⁰⁰ Idem.

⁹⁰¹ Idem.

incentivados pela Liga Operária Católica (LOC) a integrar o corporativismo estatal, começavam a colocar em causa a natureza do corporativismo que lhes fora imposto pelo regime.⁹⁰²

Por outro lado, há a ter em conta que, dois anos antes, no contexto do início da Guerra Civil Espanhola, o episcopado português havia prometido renovar a consagração de Portugal ao Imaculado Coração de Maria se o País fosse poupado à «praga do Comunismo ateu».⁹⁰³ A cerimónia, realizada naquele dia em Maceira-Liz, decorreu precisamente cerca de uma semana antes da Peregrinação Nacional a Fátima de maio de 1938 onde, quando já era certa a vitória de Franco, foi cumprida a promessa do Episcopado Português. A partir de maio de 1938, os discursos propagandísticos de legitimação da Igreja e do Estado Novo passaram a convergir em torno de Fátima.⁹⁰⁴

Ao longo deste capítulo, fomos constatando que a partir de meados de 1934, Maceira-Liz, que já era para a Igreja Católica um baluarte da sua demanda, se viria a tornar também uma âncora para o Estado Novo. Esta fábrica viria a contribuir para alcançar os seus principais objetivos neste período: implementar o corporativismo e recristianizar Portugal através da Ação Católica. Para todos os atores históricos que intervieram e se deslocaram a Maceira-Liz entre 1934 e 1939 era óbvia não só a relação íntima entre a expansão da capacidade industrial e o projeto social do corporativismo, mas também a concretização da Missão de *Instaurare Lusitanum in Christo*.

⁹⁰² Maria Inácia Rezola aponta o ano de 1938 como o do início da crise nas relações entre movimento operário católico e o Estado Novo. Para além do jornal *O Trabalhador* denunciar junto do Sub-secretário de Estado das Corporações a situação precária dos trabalhadores, o início desta crise é anunciado pelo Relatório emitido pela LOC de 22 de março de 1938. Relatório que demonstrava a falta de confiança no projeto corporativo estatal. Sobre esta matéria ver: Rezola, *O sindicalismo...*, 1999, 153-158.

⁹⁰³ Cf. Simpson, *A Igreja...*, 112-114.

⁹⁰⁴ Idem, 112-116.

CAPÍTULO 4. Leixões, o Cimento e a materialização do Estado Novo por meio das Obras Públicas

«São portos que adquirem esta qualidade pelo trabalho do homem e por meio de obras hidráulicas, algumas das quais constituem verdadeiras maravilhas da construção, e são a mais eloquente demonstração do que pode a perseverança humana e a ciência do engenheiro».⁹⁰⁵

Definição de portos artificiais de Adolfo Loureiro, 1904

4.1. Introdução

Como vimos no capítulo anterior, a partir de meados dos anos trinta, a Fábrica de Maceira-Liz constitui-se como uma âncora do corporativismo português, mas, acima de tudo, produziu o material construtivo que permitiu materializar a obra do novo regime.

Este capítulo centra-se num porto, Leixões. Embora pouco visíveis, os portos foram provavelmente as obras públicas que maior quantidade de cimento utilizaram na primeira metade do século XX, uma vez que os vários elementos construtivos que permitem realizá-los, desde os enrocamentos, os blocos, os caixotões, os taludes, isto é, os diversos tipos de estruturas que constituem cada projeto específico de um porto, são em betão e em betão armado. Porém, estas estruturas não são visíveis. O que os nossos olhos veem são apenas os cais e os paredões, onde muitas vezes o uso da pedra faz com que identifiquemos mais facilmente este material e não o cimento - material construtivo essencial à produção de betão.

O porto de Leixões foi uma obra pública cuja realização transitou da Primeira República para o Estado Novo. Embora tenha sido pensada e projetada já no final da Monarquia, amplamente discutida durante a Primeira República e timidamente iniciada no período da Ditadura Militar, só viria a ser concretizada nos primeiros anos do regime do Estado Novo.

Através da trajetória temporal do projeto, soluções técnicas estudadas e construção deste porto situada entre o final da monarquia e a primeira década do Estado Novo, procurei construir uma exposição na qual se entrecruzam três linhas narrativas distintas. A evolução da administração do porto de Leixões e o modo como esta se foi refletindo na construção deste porto; a evolução da

⁹⁰⁵ Cf. Adolfo Loureiro, 1904, *Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*, Vol. I (Lisboa: Imprensa Nacional, 1904), 9.

política portuária nacional, associada aos orçamentos estatais com maior pendor nas obras portuárias; a evolução da legislação do betão armado e a homologação da produção de cimento, e em particular do cimento a usar em presença de águas salinas. Para a escrita deste capítulo, foi essencial a pesquisa efetuada tanto no AHFML como no Arquivo, não organizado, da Administração do Porto Douro-Leixões (APDL).⁹⁰⁶

Tendo sido o porto tecnicamente mais complexo construído nos anos trinta, Leixões obrigou a uma estreita articulação entre diversos laboratórios nacionais e estrangeiros. O betão e o betão armado utilizados nas soluções construtivas projetadas foram produzidos no seguimento de soluções testadas, tanto em laboratório como através da análise sistemática de cubos de betão hidrófugo sujeitos à ação de águas salinas por períodos temporais variáveis. Algumas das soluções técnicas testadas em Leixões acabariam mesmo por vir a ser pioneiras neste tipo de estrutura marítima.

A construção desta obra pública na capital do norte do País foi particularmente importante na afirmação política do novo regime. Foi estrategicamente usada pelas suas principais figuras: Óscar Carmona, Salazar, Duarte Pacheco, Silva Abranches e Pedro Teotónio Pereira, que ali realizaram visitas oficiais em momentos decisivos da institucionalização do novo Estado corporativo. Visitas marcadas por discursos políticos amplamente difundidos, capitalizando a importância político-económica desta importante infraestrutura que vinha satisfazer os interesses do norte do país, que a reivindicava desde o período final da Monarquia.

Para se compreender a importância de que se revestiam as obras portuárias nacionais, merecerá particular destaque o complexo processo das negociações que se realizaram entre a ECL e o Estado para que o cimento «Liz» pudesse ser utilizado nas obras dos portos, o que acabou por se tornar extensível a todo o cimento nacional. Este conturbado processo, ocorrido entre julho de 1929 e fevereiro de 1932, despoletou a regulamentação estatal do primeiro Caderno de Encargos de produção de Cimento no contexto português (1930), culminando na difícil aprovação de um regulamento do cimento para emprego em presença de águas salinas (1932). Curiosamente, em Portugal, a regulamentação estatal do uso do betão armado de 1918, revista em 1935, foi anterior à regulamentação da produção do próprio cimento.

⁹⁰⁶ A consulta do Arquivo da APDL realizada em 2017, foi-me facilitada pela Professora Inês Amorim (FLUP) que me colocou em contacto com o Professor Jorge Alves (FLUP). Graças ao empenho e simpatia deste, que não só teve a amabilidade de me acompanhar ao Arquivo no primeiro dia de consulta, e de ter explicado sucintamente onde poderia com mais rapidez encontrar as fontes primárias essenciais ao trabalho que me propunha fazer, consegui orientar-me na pesquisa deste valioso arquivo, cujo potencial é riquíssimo para futuras investigações. O meu contacto na APDL foi a Dr.^a Helena Gomes Fernandes Diretora Comercial, de Marketing e Cooperação, que me facilitou com rapidez a consulta deste Arquivo, colocando à minha disposição todos os meios disponíveis para a pesquisa efetuada.

Num período subsequente, entre julho de 1932 e final de 1936, destaco a ação de Duarte Pacheco enquanto Ministro das Obras Públicas e Comunicações, que começará gradualmente a dirigir a Administração das Obras do Porto de Leixões. Neste período, saliento ainda o estudo realizado em meados de 1936, que fixa a solução técnica final para a construção da obra mais complexa de Leixões: o quebra-mar exterior do porto. O projeto original desta estrutura foi elaborado pelo engenheiro Duarte Abecassis, figura histórica essencial no processo, que permitiu a utilização de cimentos nacionais em obras portuárias.

Numa terceira fase, entre 1937 e 1940 é finalmente concretizada grande parte das obras projetadas em 1908. É de salientar que estas obras foram iniciadas na Primeira República, continuadas na Ditadura Militar, e reiniciadas oficialmente em fevereiro de 1932, tendo sido inaugurada com grande aparato estatal em 1940, a Doca nº1 de Leixões. Quanto à parte mais complexa deste porto, o Quebra-Mar exterior, iniciado em 1933, só seria terminado em 1944.

4.2. Evolução das Políticas Portuárias dos portos Douro-Leixões da Monarquia até ao Sidonismo (1882-1918)

Para compreender a forma como evoluiu a construção do porto de Leixões, é fundamental fazer um breve resumo histórico das políticas e projetos realizados para a sua construção, desde o período final da Monarquia. Desde o século XIX que o melhoramento das barras dos portos fora entendido como uma ação determinante na ligação de Portugal ao comércio internacional, tendo exigido que os engenheiros adquirissem conhecimentos de engenharia hidráulica e civil, assim como das características e comportamento dos vários materiais a usar naquelas construções.⁹⁰⁷

A primeira fase da construção do porto artificial de Leixões situou-se entre 1882 e 1892, com projeto de Afonso Nogueira Soares (1888) enquadrado na fase final do projeto da Regeneração de infraestruturação do país. Leixões começara por ser apenas um porto de abrigo, que dava apoio ao porto do Douro que servia então a cidade do Porto. Nesta primeira fase, foram ali construídos dois molhes encaixados na costa, apoiados nas rochas (designadas leixões) que circundavam o estuário do rio Leça. Nessa fase, foi utilizado cimento, que teria sido, segundo Joel Cleto, importado desde França fornecido pela *Société des Ciments Français, de Boulogne-sur-Mer*.⁹⁰⁸

⁹⁰⁷Cf. Ana Cardoso de Matos, Maria Luísa Santos e Maria Paula Diogo, «Obra, Engenho e arte nas raízes da engenharia em Portugal», em *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no Século XX*, Vol.1, coord. Manuel Heitor, José Maria Brandão de Brito e M^a Fernanda Rollo (s. l.: Ed. Dom Quixote/Instituto Superior Técnico, 2004), 29.

⁹⁰⁸ Administração dos Portos do Douro e Leixões, «A História». Consultado em: <https://www.apdl.pt/historia>

Como já foi referido nos capítulos anteriores, a indústria nacional de cimento começou dois anos após a conclusão desta fase da construção de Leixões.

Em 1901, uma portaria ministerial emitida a 5 de julho pelo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria encarregava o engenheiro Adolfo Loureiro de elaborar um estudo que permitisse conhecer a realidade portuária nacional.⁹⁰⁹ Este engenheiro esteve ligado a praticamente todos os projetos, obras e melhoramentos realizados nos portos nacionais no período situado entre 1860 e 1911. Para além dos inúmeros projetos que realizou e acompanhou em Portugal, visitou e estudou dezenas de portos estrangeiros, tanto na Europa, como na Ásia, África e Oceânia. O ministro, Manuel Francisco de Vargas, entendia ser fundamental identificar e analisar as condições técnicas e económicas de cada porto, as obras e melhoramentos em curso, e ainda que portos se encontravam concluídos, e quais os que estavam planeados uma vez que considerava a navegação essencial ao desenvolvimento do comércio e indústrias nacionais.⁹¹⁰

O projeto de transformar Leixões num porto comercial foi encomendado em 1907 ao próprio Adolfo Loureiro pela Companhia das Docas do Porto e Caminhos de Ferro Peninsulares.⁹¹¹ O projeto foi concluído e apresentado em 1908, realizado em parceria com o engenheiro António dos Santos Viegas. (Anexo 1. Fig. 43) Este consistia na construção de um molhe exterior, criando um porto de abrigo artificial através de um sistema de quebra-mar. O porto estaria ligado a um sistema de docas interiores a abrir seguindo o curso do rio Leça. Quanto à companhia que encomendou o projeto, fora contratada pelo governo em 1899 para explorar o porto de Leixões. Porém, nos cerca de vinte anos que durou esta concessão, muito pouco ali foi executado.⁹¹² Segundo Fernando de Sousa e Jorge Alves, embora o projeto fosse tecnicamente uma obra de

⁹⁰⁹ Adolfo Ferreira de Loureiro (1836-1911) nasceu em Coimbra, tendo estudado na Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra, onde em 1856, obteve o grau de Bacharel. Em simultâneo, iniciou uma carreira militar, tendo concluído o Curso de Estado-maior do Exército em 1858. Obteve, entretanto, licença para estudar Engenharia Civil na Escola do Exército. Ao longo da sua vida, foi progredindo na carreira militar, tendo-se reformado como General de Divisão a par da atividade como engenheiro civil. Tendo trabalhado no Ministério das Obras Públicas, especializou-se nas questões portuárias e relativas à orla costeira. A sua opinião técnica foi sistematicamente consultada pelos sucessivos governos da monarquia. A sua carreira no Ministério Obras Públicas foi progredindo desde Diretor-Geral, Inspetor-Geral a Presidente do Conselho Superior deste organismo, tendo sido também Vice-Presidente do Conselho de Administração dos Caminhos-de-Ferro do Estado. Foi ainda Presidente das Associações dos Engenheiros Cíveis Portugueses e dos Arqueólogos Portugueses e vogal da Comissão Superior Técnica de Obras Públicas do Ultramar.

⁹¹⁰ Cf. Ana Prata, «Atlas Portuário Nacional: contributos metodológicos para a sua elaboração», (tese mestrado, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2012), 24.

⁹¹¹ A relação deste engenheiro com Leixões iniciou-se em 1897, quando foi nomeado vogal da Comissão encarregada de estudar o melhoramento da Barra do Douro e a construção de um porto artificial em Leixões.

⁹¹² A Lei de 29 de agosto de 1889 permitiu ao governo contratar uma companhia que explorasse o porto de Leixões. Esta companhia ficava responsável pela construção de um troço de linha de ferro que ligasse a Alfândega do Porto a Leixões, e seria também responsável pelas obras necessárias de adaptação de Leixões a um porto comercial.

engenharia exemplar, acabaria por não ser aceite pela elite política do Porto, tendo sido considerado demasiado ambicioso e impossível de realizar face à difícil conjuntura económica nacional.⁹¹³ Mas o que fora mais criticado na solução apresentada fora o projeto centrar-se em Leixões, receando-se que os negócios e as correntes comerciais fossem para ali canalizados, relegando a cidade do Porto para segundo plano.

Finda a Monarquia, o interesse pela política portuária manter-se-ia, mas as diretrizes em relação às prioridades das obras do Douro e/ou Leixões complicar-se-ão. Neste período a dicotomia entre investir na barra do Douro ou em Leixões viria a ser o principal entrave à evolução das obras portuárias de Leixões. Logo em 1911, foi extinta pelo Ministro do Fomento Brito Camacho a Junta Administrativa das Obras e Melhoramentos da Barra do Douro, e institucionalizada a Junta Autónoma das Obras da Cidade.⁹¹⁴ Passou a caber a este organismo realizar as obras portuárias da cidade, ficando fora do alcance deste novo organismo as obras de Leixões.⁹¹⁵ Em 1912, o Ministério do Fomento do segundo e terceiro governos da República emitiu duas portarias que denotavam o interesse em documentar-se acerca dos portos, vistos como infraestruturas fundamentais ao desenvolvimento do comércio e da indústria. A Portaria de 27 de janeiro de 1912 nomeava um vogal do Conselho Superior do Comércio e Indústria que se deslocaria ao estrangeiro com o objetivo estratégico de estudar o funcionamento dos portos francos.⁹¹⁶ Foi Carlos Alfredo da Silva, quem foi nomeado para desempenhar esta tarefa.⁹¹⁷ Cerca de meio ano depois, a Portaria de 26 de julho de 1912 autorizava um engenheiro civil a deslocar-se ao estrangeiro, com a missão

⁹¹³ Cf. Fernando de Sousa e Jorge F. Alves, *Leixões – Uma história portuária* (Porto: Ed. APDL, 2002).

⁹¹⁴ Cf. Decreto-Lei, *Diário do Governo*, nº31, 8 de fevereiro de 1911. Ministério do Fomento. Ministro do Fomento Brito Camacho.

⁹¹⁵ A constituição deste organismo era decretada segundo o Art. 2º do Decreto-Lei, *Diário do Governo*, nº31, 8 de fevereiro de 1911. Devia ser constituída por onze membros, a saber: o presidente da Câmara Municipal do Porto; o Chefe do Departamento Marítimo do Norte; o Diretor das Obras Públicas do Porto; o Diretor dos Caminhos de Ferro do Minho e Douro; o inspetor dos Serviços Fluviais e Marítimos; um vogal eleito pelos comerciantes ou firmas coletadas nos dois bairros do Porto na classe dos banqueiros ou casas bancárias; um vogal eleito pelas associações de classe dos comerciantes por grosso e a retalho do Porto; um vogal eleito pelas associações de classe dos fabricantes e indústrias do Porto; um vogal eleito pelos cidadãos coletados nos bairros do Porto como proprietários; e um vogal especialmente designado pelo ministério do Fomento do governo vigente.

⁹¹⁶ Cf. Portaria de 27 de janeiro, publicada em *Diário da República*, nº32, 8 de fevereiro 1912. Presidente Manuel de Arriaga, Presidente do Ministério Augusto César de Almeida Vasconcelos Correia. Ministério do Fomento. Ministro José Estevão de Vasconcelos.

⁹¹⁷ Carlos Alfredo da Silva (1880-1916) era formado em ciências económicas e financeiras. Foi Presidente da Associação Industrial Portuguesa (AIP) entre 1910 e 1913 e vogal do Conselho Superior do Comércio e Indústria. Era proprietário e diretor da empresa metalúrgica Carlos Alfredo da Silva, Lda., mais conhecida como Vulcano & Collares. Foi ainda Membro do Conselho Superior das Alfandegas, e professor de matemática.

de estudar diferentes portos .⁹¹⁸ Foi o engenheiro Manuel de Sousa Machado Júnior, Diretor do Porto do Douro quem foi nomeado para esta missão.⁹¹⁹

De entre os atores envolvidos no processo de definição das obras dos portos (Douro-Leixões) durante o período da República merecem particular destaque dois nomes: Ezequiel de Campos⁹²⁰ e Francisco Xavier Esteves.⁹²¹ Eram ambos engenheiros diretamente ligados à cidade do Porto. O primeiro foi, não só, diretor dos Serviços Municipalizados de Gás e Eletricidade, como teve também um papel político importante na fundamentação do uso dos recursos naturais para o desenvolvimento económico do país; o segundo, para além de comerciante e industrial, teve uma longa carreira política, tendo ocupado no governo sidonista as pastas do Comércio e Comunicações e das Finanças, responsável por aprovar o primeiro *Regulamento para o uso de Betão Armado* em Portugal.

Logo no início da sua obra mais importante, *A Conservação da Riqueza Nacional* (1913), Ezequiel de Campos tece severas críticas à entidade responsável pelas obras portuárias, a Direção Geral das Obras Públicas e Minas, pela forma como aquela geriu o orçamento de 1912-1913:

⁹¹⁸ Cf. Portaria de 26 de julho, publicada em *Diário da República*, nº176, 29 de julho 1912. Presidente Manuel de Arriaga, Presidente do Ministério (3º) Duarte Leite Pereira da Silva. Ministro do Fomento, António Aurélio da Costa Ferreira.

⁹¹⁹ Manuel de Sousa Machado Júnior era então engenheiro subalterno de 1ª classe da Secção das Obras Públicas do Corpo de Engenharia Civil.

⁹²⁰ Ezequiel de Campos (1874-1965) nasceu em Santa Eulália de Beiriz, no concelho da Póvoa de Varzim, numa família com convicções políticas republicanas. Estudou Engenharia Civil e de Minas na Academia Politécnica do Porto entre 1892 e 1899 (entre 1896 e 1899 fez em simultâneo o curso de engenharia e o serviço militar). Em 1899, ingressa no quadro das Obras Públicas, na província de S. Tomé e Príncipe, como engenheiro auxiliar. O seu percurso profissional foi bastante atribulado, tendo ecoado na imprensa nacional da época. Com a implantação da República, regressa à metrópole em maio de 1911. Neste período fez parte da Assembleia Nacional Constituinte até 1914. Entre 1916 e 1918, foi Chefe de Secção dos Engenheiros de Conservação das Obras Públicas de Évora. Em janeiro de 1918, a convite de Francisco Xavier Esteves (Ministro de Sidónio Pais), foi transferido para a Direção dos Serviços Fluviais e Marítimos. Em março de 1922, foi nomeado Diretor dos Serviços Municipais de Gás e Eletricidade do Porto, cargo que ocupou até 1939. Cf. Teresa M. de Sousa Nunes, «O ideário republicano de Ezequiel de Campos: (1900-1919)», Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011. Consultado em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/4469>

⁹²¹ Francisco Xavier Esteves (1864-1944) nasceu em Ílhavo, foi engenheiro, professor, político e industrial. Fez o curso de engenharia na Academia Politécnica do Porto. Concluída a licenciatura em 1886, começou, entretanto, a lecionar no Instituto Industrial e Comercial do Porto. Foi membro do Partido Republicano Português, tendo sido eleito deputado a 26 de novembro de 1899 pelo Círculo do Porto. Entre 1911-1913, foi presidente da Câmara Municipal do Porto. Em 1912, criou e liderou a sociedade que assumiu as dívidas da Fábrica de Cimento Moreira Rato em Alhandra. A par da liderança desta fábrica, ocupou também um cargo de gestão na Sociedade de Eletricidade do Norte de Portugal. Entre 1914 e 1917, foi Presidente da Associação Industrial Portuense. Entre 11 de dezembro de 1917 e 7 de março de 1918, integrou o governo ditatorial de Sidónio Pais como Ministro do Comércio e Comunicações e Ministro das Finanças, desempenhando um papel importante na introdução da técnica construtiva do betão em Portugal, como se verá ao longo desta tese. Nos anos vinte, geriu a Casa Comercial Xavier Esteves e Cª, no Porto, empresa que importava maquinaria para a agricultura, e indústria e material circulante para o caminho-de-ferro, e que exportava produtos industriais. Como engenheiro, o seu nome surge associado ao começo do uso do betão armado em Portugal. Dos muitos trabalhos de engenharia, das várias obras construídas no Porto, um dos mais representativos foi a construção em estilo neogótico da Livraria Chardron (hoje conhecida como Lello & Irmão), inaugurada a 13 de janeiro de 1906 no centro da cidade do Porto.

Em Leixões pouco ou nada mais se tem feito do que entreter o apetite do mar e o dos empregados e operários agarrados aos molhes como ostras (...)⁹²²

Relativamente ao Douro, afirma que, há cerca de 80 anos, nada ali era feito para além de planos e pequenos arranjos; quanto a Leixões, comenta ainda que apesar de ter sido elaborado um plano para este porto há cerca de 60 anos, a incompetência e apatia dos dirigentes responsáveis por estes trabalhos não permitira que nada ali tivesse sido realizado até então. Questiona ainda a falta de estudos e projetos para as várias infraestruturas que a Direção previa realizar:

Sabe alguém qual tem sido a marcha do assoreamento dos portos, e qual o volume de dragagem a fazer e demais obras a realizar para adaptar à vida comercial moderna?⁹²³

Ezequiel de Campos terá sido neste período quem melhor defendeu e argumentou, com profusão de dados, a solução de transformar Leixões num porto Comercial. Defendia que os portos de Leixões e do Douro não só não eram incompatíveis, como, pelo contrário, se complementavam. Argumentava que o porto do Douro era essencial a uma escala local, dando apoio à dinâmica fluvial do rio; quanto a Leixões seria, um porto transatlântico, isto é, deveria conseguir dar resposta a uma escala internacional. Segundo este engenheiro, urgia também desenhar o traçado de uma linha de caminho-de-ferro marginal que ligasse os dois portos e uma outra que, para além de servir a cintura industrial da cidade do Porto, permitisse a ligação de Leixões ao resto do país e à Europa através de Espanha. Em relação ao porto de Leixões, defendia ainda que seria necessário dotá-lo de docas interiores, já que apenas com molhes exteriores jamais seria um porto seguro, mesmo sendo feitas dragagens periódicas.

O que é mais interessante na solução apresentada e defendida por Ezequiel de Campos, para além da importância dada à escala local, é a sua dimensão global. Este engenheiro não se limitava a ver apenas o projeto isolado de cada porto, mas, como um técnico de planeamento urbano, regional e nacional, pensava estrategicamente o conjunto, sublinhando as oportunidades que se podiam criar através das ligações e sinergias locais e globais.⁹²⁴

Quanto a Francisco Xavier Esteves, teve um papel bastante diferente do de Ezequiel Campos. Nos primeiros anos da República, os cargos que ocupou na cidade do Porto implicaram

⁹²² Cf. Ezequiel Campos, *A Conservação da Riqueza nacional. A Grei - Os Mineraes -A Terra – As Matas – os Rios*, (Porto: Edição do Autor, 1913), 11.

⁹²³ Idem, 13.

⁹²⁴ Idem, 730. Em relação a uma política portuária para o país, Ezequiel de Campos defendia que se investisse em três grandes rotas marítimas para a dinamização do comércio ultramarino; Europa Ocidental, América do Norte e Brasil. Propunha ainda a revisão da legislação comercial, dos impostos e dos encargos sobre navegação de acordo com os tratados comerciais vigentes.

que a sua intervenção, relativamente à questão portuária, fosse principalmente política, uma vez que foi Presidente da Câmara Municipal da cidade de 1911 a 1913 e em 1915, e presidiu à Associação Industrial do Porto (AIPorto), durante cerca de três décadas entre 1914 e 1937. Xavier Esteves foi um ator histórico com grande influência política na cidade do Porto, no período da República e da Ditadura Militar.⁹²⁵ Apenas deixaria temporariamente o cargo de presidente da AIPorto no período sidonista ao ser convidado a integrar os ministérios do Fomento e das Finanças no final de 1917 até 1918.⁹²⁶ Foi ainda gestor da Sociedade de Eletricidade do Norte de Portugal e da Companhia do Caminho de Ferro da Beira Alta. Durante todo o período republicano e nos primeiros anos da ditadura, fez parte da Junta Autónoma das Instalações Marítimas do Porto (Douro-Leixões) como vogal responsável pelo comércio de exportação.

Xavier Esteves tinha ainda interesses diretos na produção e exportação de cimento (essencial à construção do porto), uma vez que, entre 1912 e 1935, foi administrador da Companhia de Cimento Tejo. No início dos anos vinte, formaria a sua própria firma, a Xavier Esteves & C^a, dedicada à importação de máquinas, peças para máquinas agrícolas e industriais, material circulante para caminhos-de-ferro, e à exportação de produtos industriais. O seu papel relativamente à história dos cimentos que aqui nos ocupa, foi bastante complexo e envolto em alguma controvérsia. Ao longo deste capítulo, vai compreender-se pela ordem cronológica dos acontecimentos a posição que terá tido em relação ao tipo de cimento a utilizar na construção de Leixões. Através das fontes consultadas, no período em que foi vogal da Junta Autónoma das Instalações Marítimas do Porto Douro-Leixões. Esta terá dado preferência à importação de cimentos estrangeiros, em detrimento dos cimentos nacionais. Não terá sido coincidência que o único cimento produzido no país e utilizado neste período pela Junta nas obras de Leixões foi o cimento «Tejo».

Em 1913, um conjunto de pareceres e decretos deixam bem claro o empenho do governo em encontrar uma solução para Leixões, matéria amplamente debatida nesse ano. Em março de 1913, os pareceres da Câmara dos Deputados, cujos relatores foram Ezequiel de Campos pela Comissão das Obras Públicas, e Inocêncio Camacho Rodrigues pela Comissão das Finanças, não deixam dúvidas acerca da importância da construção de um porto comercial em Leixões.⁹²⁷ No

⁹²⁵ Francisco Xavier Esteves foi presidente da AIP num primeiro mandato de 1914 a 1917, e num segundo mandato de 1919 a 1937.

⁹²⁶ Francisco Xavier Esteves teve dois cargos ministeriais no regime presidencialista de Sidónio Pais, foi Ministro do Comércio, de 11-12-1917 a 07-03-1918 e foi Ministro das Finanças, de 7-3-1918 a 15-5-1918, foi ainda Secretário de Estado das Finanças, de 15-5-1918 a 1-6-1918.

⁹²⁷ Cf. Parecer nº73-A, *Câmara dos Deputados*, Sala das Sessões, em 18 de fevereiro de 1913. Afonso Costa, António Maria da Silva (relator). Proposta de Lei para a Junta Autónoma das Obras da Cidade do Porto, passar a denominar-se

mês seguinte, em abril de 1913, o governo decretou que a Junta Autónoma das Obras da Cidade do Porto, organismo que tinha sob a sua tutela a questão dos portos da cidade, passasse a denominar-se Junta Autónoma das Instalações Marítimas do Porto (Douro-Leixões), (JAIMDL).⁹²⁸ Este novo organismo, alargou a jurisdição da anterior Junta passando a incluir a parte do Douro a jusante da Ponte de D. Luís, e a estender-se até ao porto de Leixões.⁹²⁹ Quanto à composição dos seus membros, para além dos que haviam sido definidos pela Lei de 7 de fevereiro de 1911, eram designados mais cinco vogais, permanecendo a sua Direção sob a alçada do Presidente da Câmara do Porto.⁹³⁰

Segundo Ana Prata, as Juntas Portuárias Nacionais criadas neste período obedeciam a um modelo não centralista. A administração de cada porto era entregue a uma corporação constituída por elementos que tinham interesses diretos nos respetivos portos, como acontecia nas Juntas dos Portos de Barcelona e de Bilbao.⁹³¹

A partir de 1913, passou a caber à JAIMDL não só executar no porto de Leixões as obras da sua adaptação ao serviço comercial, mas também consolidar a defesa dos molhes existentes. Nesse ano, tudo levava a crer que as obras para a construção do porto comercial de Leixões iriam finalmente avançar. No ano seguinte, a nova Junta contraiu um empréstimo de 1000 contos, iniciando-se efetivamente as obras de transformação de Leixões num porto comercial.

Junta Autónoma das Instalações Marítimas do Porto (Douro-Leixões). Parecer nº 89, *Câmara dos Deputados*, Sala das Sessões da Comissão de Obras Públicas, de 3 de março 1913. José Botelho das Neves, Jorge Nunes, Joaquim José Cerqueira da Rocha, Álvaro Poppe, João Carlos Nunes da Pália, António Joaquim Granjo e Ezequiel de Campos (relator); Parecer sobre a Proposta de Lei nº 73-A, *Câmara dos Deputados*, Sala das Sessões da Comissão de Finanças, em 6 de março de 1913. Francisco de Sales Ramos da Costa, José Barbosa, Joaquim José de Oliveira, Vitorino Máximo de Carvalho Guimarães, António Joaquim Granjo, Inocêncio Camacho Rodrigues (relator). Defende a construção de um posto comercial em Leixões.

⁹²⁸ Cf. Lei de 23 de abril, *Diário do Governo*, nº95, 1ª série, 24 de abril de 1913. Ministério do Fomento. Ministro António Maria da Silva.

⁹²⁹ Cf. Decreto de 18 de junho de 1913, *Diário do Governo*, nº 142, 1ª série, 26 de junho 1913. Ministério do Fomento. Ministro Brito Camacho. Organiza a Junta Autónoma das Instalações Marítimas do Porto (Douro-Leixões). Em 1913, a Junta foi autorizada a realizar um empréstimo de 3000 contos, destinada às obras do Douro, quantia que pouco significativa face à inflação.

⁹³⁰ Aos membros da Junta definidos pela Lei de 7 de fevereiro de 1911, juntavam-se mais cinco vogais que incluíam: o Diretor da Alfândega do Porto; o Presidente da Câmara Municipal de Gaia; um vogal eleito pelos armadores e agentes das empresas e companhias de navegação; e, os dois restantes seriam escolhidos pelo Ministro do Fomento, entre o comércio de exportação do Porto e de Gaia.

⁹³¹ Cf. Prata, «Atlas Portuário...», 66.

4.3. O relançamento das obras em Leixões: a ação de Francisco Xavier Esteves no governo ditatorial sidonista (1916-1918) e o primeiro “Regulamento para o Emprego de *Beton Armado*” português (1918)

Dois anos depois, a 30 de dezembro de 1916, foi aprovado um segundo projeto para Leixões, baseado no de Adolfo Loureiro e Santos Viegas (1908). Projeto elaborado pelo engenheiro que dirigia os serviços dos portos do Douro e de Leixões, Machado Júnior. No ano seguinte, foi apresentado o programa do concurso público, com a discriminação das obras projetadas. Estava prevista a construção de um molhe exterior, criando um porto de abrigo artificial através de um sistema de quebra-mar. O novo porto estaria ligado a duas docas interiores consecutivas a abrir seguindo o curso do rio Leça.

Segundo Fernando Sousa e Jorge Alves, as obras propostas estavam orçamentadas em verbas muito elevadas. Machado Júnior sugeria a realização do projeto em fases sucessivas, sugerindo o prazo de 30 anos para suavizar os encargos, dando o exemplo do porto de Bilbao. Este plano foi aprovado pela Portaria de 3 de abril de 1918, tendo o conselho Superior de Obras Públicas emitido algumas recomendações suplementares.⁹³² Os projetos e programas de concursos para Leixões foram, entretanto, formalmente apresentados, facto a que não foi alheio o empenho do recém-nomeado ministro do Comércio e Comunicações, o engenheiro Francisco Xavier Esteves, cuja militância pela construção de um porto em Leixões remontava ao período em que fora presidente da Junta Autónoma das Obras da Cidade e vogal da Junta Autónoma das Instalações Portuárias da cidade do Porto. Como Ministro do Governo sidonista, Xavier Esteves estava numa posição privilegiada para tomar decisões neste domínio.⁹³³

A própria Junta Autónoma de Leixões, no seu relatório de contas no final de 1917, exprimira um voto de congratulação pela nomeação de Xavier Esteves como Ministro de Comércio, pelo contributo que poderia dar na facilitação do processo burocrático, assim como na defesa da causa de Leixões junto do Ministério das Finanças. De facto, Xavier Esteves deixou por um breve período a pasta do Comércio, assumindo a das Finanças entre 7 de março e 3 de maio de 1918. Significativamente, dois dias antes, a 5 de março, a Junta Autónoma dirigira um requerimento ao Ministro do Comércio (ainda o próprio Xavier Esteves) expondo a situação financeira que impedia o cumprimento o programa de obras previstas para Leixões. Após 3 de maio, Xavier Esteves passou a acumular as duas pastas. Entretanto, em finais de março foi aprovado, o primeiro “Regulamento

⁹³² Cf. Sousa e Alves, *Leixões – Uma...*, 172-174.

⁹³³ *Idem*, 175.

para o Emprego de *Beton Armado*”.⁹³⁴ Note-se esta coincidência entre a tomada de decisão política de avançar com a construção de um porto em Leixões, e a aprovação do primeiro Regulamento do uso do Betão Armado em Portugal.

No preâmbulo deste documento legal, é assumido que, não existindo em Portugal qualquer diploma oficial que regule o uso betão armado, e, já que as obras em que era usado este novo sistema construtivo betão, vinham progressivamente a ter grande desenvolvimento no país, tornava-se

indispensável sujeitá-las a prescrições de ordem técnica e administrativa. (...) apenas, por vezes, são mandadas observar nas obras dependentes da administração pública as instruções anexas à circular ministerial francesa de 20 de outubro de 1906. Na maioria dos casos, porém, engenheiros e construtores têm absoluta liberdade de adotar as regras que mais convenientes lhes pareçam.⁹³⁵

O regulamento português tem influências dos regulamentos, francês e alemão publicados respetivamente em 1906 e 1907.

No curto período em que Xavier Esteves dirigiu o Ministério do Comércio e Comunicações, de 11 de dezembro de 1917 a 7 de março de 1918, foi ainda promulgada a legislação sobre a introdução de patentes de novos processos industriais.⁹³⁶ Recorde-se que, quando mais tarde a ECL requereu ao Estado a patente da introdução do forno rotativo – uma inovação fundamental no processo industrial de produção de cimento – Xavier Esteves, enquanto Diretor da Fábrica Tejo, interpôs recurso para que tal benefício não fosse concedido à Fábrica de Maceira-Liz, alegando que a empresa que dirigia pretendia introduzir este tipo de forno na sua fábrica. Como já foi referido, em 1918 a Fábrica Tejo encontrava-se em grandes dificuldades financeiras. Xavier Esteves mantinha-se à frente da sua Direção, procurando reunir capital que permitisse a modernização tecnológica do processo de produção, nomeadamente através da introdução do forno rotativo, o que, como já foi referido, só acabou por acontecer nesta fábrica bem mais tarde, em 1931.

⁹³⁴ Cf. Decreto nº 4 036 de 28 de março, *Diário do Governo* nº67, 1ª série, 3 de abril de 1918, 337-342. Presidente Sidónio Pais. Ministério do Comércio. Ministro Manuel José Pinto Osório. Promulga do primeiro «Regulamento para o Emprego de *Beton Armado*» português.

⁹³⁵ *Idem*, 337.

⁹³⁶ Cf. Decreto nº 3 734 de 2 de janeiro, *Diário da República*, nº 6, 1ª série, 8 de janeiro de 1918. Presidente Sidónio Pais. Ministério do Comércio. Repartição de Propriedade Industrial. Ministro Francisco Xavier Esteves. Insere novas disposições sobre patentes de introdução de novos processos industriais.

Entre 7 de março e 3 de maio de 1918, Xavier Esteves interrompeu as suas funções de Ministro desta pasta, passando a ser responsável pela das Finanças.⁹³⁷ Curiosamente, retomou o cargo de Ministro do Comércio e Comunicações dois meses depois, a 3 de maio de 1918. Como já foi referido, foi exatamente neste período em que não estava à frente deste Ministério, que foi promulgado o importante Decreto-Lei, que promulga o “Regulamento para o uso de *Beton Armado*”.⁹³⁸ Durante esses dois meses, a pasta do Comércio e Comunicações foi da responsabilidade do engenheiro Manuel José Pinto Osório.⁹³⁹ Também vindo do Porto, cidade de onde era natural e de que fora Governador Civil entre 29 de janeiro de 1912 e 24 de maio de 1915, Pinto Osório era próximo de Xavier Esteves, o qual nesse período fora presidente da Câmara daquela cidade.

4.4. As obras marítimas em França: motor de desenvolvimento da normalização da produção de ligantes hidráulicos

Como vemos ao longo deste capítulo tal como em Portugal, também em França, os portos foram fundamentais para a regulamentação do uso de cimentos. Desde o século XIX até ao início do século XX, e à criação do IST em 1911, a França foi o país de referência para o ensino da engenharia portuguesa. Segundo Maria Paula Diogo e Tiago Saraiva, o desenvolvimento da componente civil da engenharia em Portugal esteve ligado aos contactos das escolas de engenharia portuguesa (Escola Politécnica e do Exército) com as instituições de ensino francesas.⁹⁴⁰ Entre 1825 e 1851, dezanove engenheiros estudaram na *École des Ponts et Chaussées* de Paris. O contacto com escolas estrangeiras em particular com esta escola traduziu-se numa grande influência dos manuais franceses no ensino da engenharia em Portugal. Em 1859, o Parlamento retomaria um antigo debate sobre a formação dos engenheiros portugueses, pressionando o Ministério das Obras Públicas a enviar anualmente pelo menos três estudantes para estudarem no estrangeiro. A *École des Ponts et Chaussées* era o principal destino destes engenheiros

⁹³⁷ Francisco Xavier Esteves substituiu nas Finanças o engenheiro, oficial do exército e banqueiro António do Santos Viegas (1870-1949), licenciado em filosofia e matemática pela Universidade de Coimbra e em engenharia Civil pela escola do Exército.

⁹³⁸ No decreto que promulga este regulamento, é dito este ter sido elaborado por uma comissão técnica, porém não é especificada a sua composição. Cf. Decreto nº 4 036 de 28 de março, *Diário do Governo* nº67, 1ª série, 3 de abril de 1918, 337.

⁹³⁹ Manuel Pinto Osório (1870-1963), nascera no Porto, e era formado em Engenharia pela Escola do Exército, tendo obtido posteriormente o bacharelato em Direito pela Universidade de Coimbra. Enquanto jurista, defendeu oficiosamente os conspiradores monárquicos em 1914. Prosseguiu a sua carreira de Oficial do Exército, tendo em 1920 atingido a patente de Coronel. Durante a Primeira Guerra Mundial, integrou o Corpo Expedicionário Português enquanto Tenente-Coronel.

⁹⁴⁰ Cf. Diogo e Saraiva, *Inventing a European Nation....*

portugueses.⁹⁴¹ Estes tanto podiam ser recém-formados, como terem já alguma experiência, e tinham em contrapartida de recompensar o investimento que o país fizera neles – sobretudo na concretização das Obras Públicas.⁹⁴²

E, foi precisamente França, o primeiro país a regulamentar o uso do betão armado, documento publicado em 1906, que serviu de base ao primeiro regulamento de betão armado português de 1918. Até 1906, só existiam regulamentos de carácter provisório na Alemanha, Suíça e Áustria. A França foi ainda um dos países que no período entre 1880 e 1918 mais investiu no processo de standardização e homologação do uso do cimento e dos restantes ligantes hidráulicos, assim como na técnica construtiva do betão armado.⁹⁴³ E, foi precisamente para dar resposta às obras portuárias que decorriam, que foram sendo gradualmente definidas normas para a produção de cimento a utilizar neste tipo de construções.

Não por acaso as primeiras fábricas a produzir cimento *Portland* em França foram as de Demarle e Dupont em Boulogne-sur-Mer no ano de 1850. Estes industriais franceses recorreram aos métodos de fabrico então usados em Inglaterra.⁹⁴⁴ Efetivamente, no caso francês foi a construção das obras Estatais, que tiveram um papel determinante na evolução da investigação científica e tecnológica da produção de cimento. Em França, ao contrário de Portugal, as primeiras normas definidas foram no sentido de homologar a produção de cimento, fixando-se em 1881 o primeiro Caderno de Encargos. Quanto ao Betão Armado, só no ano seguinte, em 1882, foi pela primeira vez, patenteando na Bélgica, seguindo-se a França, o segundo país a registar a patente desta inovadora técnica construtiva. Quanto à sua regulamentação, ocorreria 18 anos depois. A França foi o primeiro país a criar um regulamento para esta inovadora técnica construtiva em 1906.

No caso português, como será aprofundado neste capítulo, o Estado começou por regulamentar a construção em betão armado (1918), e, só doze anos mais tarde, foi criado o primeiro Caderno de Encargos para produção de cimento nacional (1930).

O primeiro passo para a uniformização internacional da nomenclatura dos diversos ligantes hidráulicos foi dado em 1881 com a criação em França da Associação Internacional de Ensaio de Materiais (AIEM), que, cinco anos depois, reuniria num Congresso em Dresden, na Alemanha.

⁹⁴¹ Para além da *Ecole des Ponts et Chaussées de Paris*, recomendavam-se a *Ecole des Mines* e escola de engenharia civil de Gand (Bélgica), e as escolas de engenharia de minas em Friburgo (Alemanha) e Liège (Bélgica).

⁹⁴² Cf. Diogo e Saraiva, *Inventing a...*, 49-51

⁹⁴³ Cf. Santos, «Os Laboratórios no...», Vol. 2, 1999.

⁹⁴⁴ Cf. José V. Duro Sequeira, «Estudo sobre Cimentos Estrangeiros», *Revista de Obras Públicas e Minas*, (1920), 140.

Neste congresso, ficaram definidos os diversos tipos de ligantes hidráulicos cujas designações foram: as cais hidráulicas, os cimentos romanos e os cimentos *Portland*. Por cais hidráulicas entendia-se ser as obtidas por calcinação de calcários mais ou menos argilosos, e suscetíveis de extinção. Cimentos romanos eram aqueles obtidos por calcinação de margas argilo-calcárias, não suscetíveis de extinção, tornando-se cimentos de presa rápida. Quanto aos cimentos *Portland*, eram os que se obtinham por calcinação de margas calcárias, naturais ou artificiais, tornando-se necessária a sua moagem.⁹⁴⁵

Até 1880, a França não dispunha de qualquer regulamentação relativa a ligantes hidráulicos. A escolha dos fornecedores para as obras sujeitas a águas salinas era feita com base na boa reputação das fábricas, na sua capacidade produtiva e na facilidade de acesso e distribuição através de vias de comunicação existentes. O primeiro *Caderno de Encargos* definindo regras para a produção de cimento que existiu naquele país foi estabelecido em 1881 e destinou-se a regulamentar o cimento a ser usado nas obras do porto de Boulogne-sur-Mer. Quatro anos depois, em 1885, foi aprovado um segundo *Caderno de Encargos*, que estabelecia o princípio da não designação antecipada das fábricas fornecedoras, podendo estas funcionar em livre concorrência. Porém, foram fixados Métodos de Ensaio, e, estabelecidos valores mínimos a obter em vários parâmetros pré-definidos para os cimentos destinados a águas salinas.⁹⁴⁶

É necessário fazer uma breve síntese da evolução em França da regulamentação dos ligantes hidráulicos e da sua utilização na técnica construtiva do betão armado, para um melhor enquadramento do caso português.

Assim, após a aprovação dos dois referidos *Cadernos de Encargos*, o Ministério das Obras Públicas francês criou em 1891 uma comissão para os métodos de ensaio, incluindo uma secção especializada em materiais, incluindo as cais hidráulicas e os cimentos. Esta comissão apresentou em 1893 as suas conclusões num relatório, descrevendo os ensaios a fazer, os valores fixados e análises químicas necessárias, assim como outras recomendações. Destaca-se aqui uma em particular: a importância de se estabelecer um tipo de areia *standard* para os ensaios de argamassa. Como se verá neste capítulo, foi precisamente o tipo de areia utilizado no fabrico de betão empregado no porto de Vila Real em 1929, que esteve na origem da fragilização do betão aplicado naquele porto e não o tipo de cimento utilizado.

⁹⁴⁵ Cf. Santos, «Os Laboratórios no...», Vol. 2, 1999, 78.

⁹⁴⁶ Idem, 78-79.

Assim, em breve se reconheceu a necessidade de novos cadernos de encargos a utilizar pelo Departamento de Portos Marítimos francês: cria-se em 1894 uma nova Comissão para os elaborar. Comissão que publica o primeiro caderno no ano seguinte, por Despacho Ministerial, seguindo-se os restantes nos anos subsequentes até 1902. Estes eram documentos de carácter genérico, estabelecendo cláusulas aplicáveis aos mercados, tanto relativas à sua apresentação, transporte e armazenamento, como à amostragem e respetivos ensaios de presa e resistência à tração.

No final do século XIX, em França já se compreendia a importância de estabelecer e regulamentar métodos de ensaio que caracterizassem os ligantes hidráulicos; só assim estes se tornariam credíveis e esta indústria poderia evoluir. Também já ali se constataria que a qualidade dos ligantes hidráulicos se alterava substancialmente, face a pequenas variações na sua fabricação. Por exemplo, algumas das suas propriedades, como a resistência à água do mar, apenas se manifestavam anos após a sua aplicação; quanto à sua resistência mecânica só ao fim de um determinado período de tempo, era atingido o seu valor definitivo. Em Portugal, como vemos neste capítulo, só em 1931 se compreenderá a importância dos diversos ligantes na composição do Betão, nomeadamente a importância da qualidade da areia.

Em França, como noutros países, o tipo de obras a realizar foi um fator determinante na evolução da homologação do cimento a produzir. Dada a diversidade de contextos, em diferentes países, diferentes comissões fizeram numerosas tentativas de definir métodos de ensaio para obter uma ideia mais precisa das qualidades a homologar. Assim, ao longo dos anos, tanto em França como noutros países europeus, várias comissões foram-se reunindo em Congressos Nacionais e Internacionais, procurando conjugar esforços e chegar a conclusões, no sentido de se homologar a qualidade dos ligantes hidráulicos. Neste complexo processo, os Laboratórios foram uma entidade fundamental para o progresso industrial da produção de cimento. Na segunda metade do séc. XIX, em França e na Alemanha, tinham ganho grande importância graças ao trabalho de Henri Le Chatelier, Tornebohm e Spencer Newberry. Os laboratórios estavam ligados às grandes obras públicas em curso, como o da *Ecole Nationale des Ponts et Chaussées*, em Paris, que possuía Laboratórios Marítimos anexos, nas obras portuárias de Boulogne-sur-Mer e de La Rochelle. No caso francês, foi nestas obras em particular que se lançou todo um conjunto de ensaios, que viriam a ser utilizados na homologação de outros ligantes hidráulicos.⁹⁴⁷

⁹⁴⁷ Idem, 81.

Todo este contínuo processo de permanente monitorização da qualidade dos materiais existentes na indústria dos cimentos francesa, exigido pela realização de grandes obras marítimas e hidráulicas, e alicerçado numa parceria contínua com Laboratórios Estatais e Privados, implicou também a revisão frequente dos *Cadernos de Encargos*, reguladores da homologação de materiais e técnicas construtivas. Assim, até 1912, os seis diferentes *Cadernos de Encargos-Tipo* publicados em 1902 foram sendo revistos, traduzindo a evolução dos conhecimentos técnico-científicos daquele período. Note-se que nestes *Cadernos de Encargos* se salientava a importância dos ligantes hidráulicos, os primeiros materiais a ver fixada a sua normalização através dos *Cadernos de Encargos*: Tipo nº 1 - Cimento *Portland* destinado a trabalhos marítimos- e nº2 - Cal Hidráulica para os mesmos fins.⁹⁴⁸

Assim se constata, no caso francês, o dinamismo da evolução dos processos de homologação. Este ganhou novo impulso em 1918, com a criação da Comissão Permanente de Estandarização do Ministério do Comércio Francês, cujo objetivo inicial era a unificação dos vários *Cadernos de Encargos* existentes. Esta Comissão criou um regulamento que visava unificar métodos de ensaio, nomenclaturas e as condições de receção dos diversos tipos de ligantes hidráulicos. Convém, porém, sublinhar o seguinte: esta era uma Comissão constituída não só por engenheiros e arquitetos, mas também por empresários representantes da indústria dos cimentos.

O caso francês acaba por ser paradigmático da evolução da regulamentação da produção de cimento, e do investimento na definição de *Cadernos de Encargos* para ligantes hidráulicos, uma vez que foi este o primeiro país a criar um *Regulamento para o Betão Armado* em 1906, e que ainda no século XIX definira *Cadernos de Encargos* tipo para o uso de cimentos destinados a diferentes tipos de utilização. Tal como no caso francês, também no caso português seriam as obras portuárias a desencadear a regulamentação e homologação da produção de cimento nacional (1930) e do cimento nacional para o emprego em águas salinas (1932). Mas, ao contrário de França, em Portugal a regulamentação estatal do uso do betão armado de 1918, revista em 1935, foi anterior à regulamentação da produção do próprio cimento.

4.5. As obras de Leixões de 1919 até à Ditadura Militar

A conjuntura política e económica do pós-guerra e a desvalorização do escudo tornaram, entretanto, inoportáveis os orçamentos existentes para realizar as obras em Leixões. No ano de

⁹⁴⁸ Idem, 81-82. Os restantes *Cadernos de Encargos* eram: Tipo nº3 – cimentos *Portland* para a generalidade dos trabalhos, exceto obras marítimas; Tipo nº4 - cimentos «grappiers»; Tipo nº5 – cimentos para os quais não existiam cadernos de encargos especiais previstos; e Tipo nº6 – cais hidráulicas destinadas a trabalhos marítimos.

1919, as obras projetadas para aquele porto ascendiam a 26 392 contos. Nesse ano, para que as obras se pudessem realizar, foi requerido ao Estado que Leixões passasse a ter o mesmo tipo de dotações atribuídas às obras que decorriam no porto de Lisboa. Um ano depois, o governo aprovou um orçamento mais realista para as obras a realizar em Leixões, cujo montante era de 30 000 contos. Mas, como a verba estatal atribuída era de apenas 750 contos, esta quantia insignificante não permitia de todo implementar a obra projetada.⁹⁴⁹ Para além do novo orçamento, esta legislação permitia que a Junta criasse uma Comissão Executiva cujo objetivo era agilizar a execução dos trabalhos. Eleita a 7 de setembro de 1920, Francisco Xavier Esteves passou a integrá-la, tendo-se mantido neste cargo até 1928.⁹⁵⁰ Durante este período, este engenheiro passou a ter um papel ainda mais ativo nas medidas tomadas, nem sempre consensuais. A partir de 1924, Xavier Esteves passou também a ser vogal da Junta do Comércio de Exportação do Porto, mantendo o cargo de Presidente da AI Porto. Parece-me importante reforçar que o cargo executivo que ocupava nas obras de Leixões implicava certamente conflito de interesses com o cargo que acumulava como Diretor da Fábrica de Cimento Tejo. Naquele período, apenas cimento «Tejo» foi utilizado naquela obra. No ano seguinte, em 1925, Xavier Esteves aparecia associado a um novo organismo sediado em Lisboa, que se autointitulava como de expansão, progresso e defesa das forças económicas - refiro-me à União dos Interesses Económicos (UIE).⁹⁵¹

Apesar das obras em Leixões terem sido praticamente interrompidas no período da Primeira Guerra, entre 1914 e 1923 foi construído um cais, que contribuiu significativamente para a utilização comercial do porto.⁹⁵² Estas obras consistiram na construção de um prisma retangular

⁹⁴⁹ Cf. Lei nº 1 028 de 20 de agosto, *Diário do Governo* nº 163, 1ª Série, 23 de agosto de 1920. Presidente do Ministério António Granjo. Ministério do Comércio e Comunicações. Ministro Francisco Gonçalves Velhinho Correia.

⁹⁵⁰ A Comissão Executiva, eleita a 7 de setembro de 1920, era presidida por José Gonçalves Barbosa de Castro Júnior. Tinha três vogais efetivos e três suplentes. Foram eleitos vogais efetivos Diogo Joaquim de Matos, José Gonçalves Barbosa de Castro Júnior e Francisco Xavier Esteves, quanto aos vogais suplentes, foram eleitos António Alves Calém Júnior, José Ferreira Gonçalves e Ricardo Spratley.

⁹⁵¹ Foi numa reunião de 200 delegados de associações patronais realizada a 28 de setembro 1924, cujo motivo havia sido a organização de um boicote ao pagamento do imposto do selo nas bebidas, que foi criada a União de Interesses Económicos (UIE). Inicialmente, dirigida por Alfredo da Silva e por um grupo de banqueiros, industriais, homens de negócios e grandes proprietários rurais. O objetivo era lutar contra aquilo a que chamavam a “subversão social” e defender os interesses capitalistas. O jornal *O Século* foi o intérprete deste poderoso grupo económico dirigido por Trindade Coelho e José Pereira Rosa. Tratou-se de um organismo com intuítos económicos e um partido político, tendo participado na luta eleitoral, conquistou 6 lugares na Câmara dos Deputados e 3 Senadores nas eleições de novembro de 1925. Segundo Oliveira Marques, parece ter desempenhado um papel relevante na preparação, definição e consolidação do movimento de 28 de maio de 1926 e na ordem militar consequente. Cf. António H. Oliveira Marques, dir., *História da 1ª República Portuguesa. As Estruturas de Base* (Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1978), 409-410, 580; António J. Telo, *Decadência e Queda...*, Vol. 2.

⁹⁵² Para a concretização do projeto foi adaptada a estrutura que já ali existia ao serviço comercial, tendo sido aproveitado o cais interior do molhe sul do porto de abrigo, tornando possível que ali passassem a ser acostáveis navios de alto bordo.

construído com blocos artificiais de betão, que assentavam numa base regularizada com betão em sacos; este era encimado por um maciço de alvenaria hidráulica.

Entretanto, entre 1921 e 1926, o curso das restantes obras ali realizadas teve vários contratempos. Neste período de tempo, para além de ter sido alterada mais que uma vez a prioridade das empreitadas a realizar (Molhe Exterior e Doca nº 1), os fortes temporais provocaram graves danos do que foi sendo construído. Mas o grande problema da Junta de Leixões neste período foi não ter as verbas necessárias à execução das obras programadas.⁹⁵³

No ano de 1921, foi decidido ser prioritária a construção do quebra-mar de 646 metros de comprimento, a construir a partir da curva nº2 do molhe norte existente, para depois avançar com a construção das docas interiores projetadas. Mas, os fortes temporais de 1923 não só danificaram as obras entretanto realizadas, como contribuíram para a acumulação de um banco de areia que impedia o uso do porto com segurança.⁹⁵⁴ Ainda nesse ano, a Junta redefiniu novamente a orientação dos trabalhos a realizar, reiniciando a construção da Doca nº1 no interior do porto. O Molhe Norte, considerado a parte mais difícil e mais dispendiosa, ficaria para uma segunda fase, uma vez que interessava quase exclusivamente à grande navegação transatlântica.

Quando em 1923 as obras da Doca nº1 se reiniciaram, a empresa francesa contratada pertencia a Eugéne Leon Reynaud. Importa sublinhar que o início desta empreitada implicou a aplicação de grandes quantidades de cimento. Para que se pudesse construir a doca a seco, começou por ser construído em betão um aqueduto gémeo. Segundo Fernando Sousa e Jorge Alves, a crise económica de 1925, a descida do câmbio, e os atrasos das obras redundaram num problema com esta empresa que se arrastaria até 1927. Na opinião destes autores, no período republicano muito pouco se avançou nas obras de Leixões.⁹⁵⁵

Para terminar a discussão do período da Primeira República, refiro a opinião de Ana Prata, cuja investigação incidiu particularmente sobre as políticas portuárias neste período. Esta defende que um dos motivos que fragilizaram a política de regulação portuária durante a Primeira República foi o grau de autonomia adquirido por cada Junta Autónoma quando era formada. Cada Junta tinha um prazo para criar o seu próprio regulamento que, embora só entrasse em vigor após a aprovação do governo, era definido pela própria Junta. Na maior parte dos casos, as Juntas davam

⁹⁵³ Cf. Decreto nº 8383, *Diário do Governo* nº200, 1ª série, 25 de setembro de 1922. Presidente de Ministério António Maria da Silva. Ministério do Comércio e Comunicações. Ministro Eduardo Alberto Lima Basto. Este decreto introduz um conjunto de disposições para proteger a Marinha Mercante, determinando que o produto integral deste novo imposto marítimo cobrado nos portos revertesse em receitas a serem atribuídas às respetivas Juntas.

⁹⁵⁴ A Junta apelou ao apoio do Ministro do Comércio e Comunicações, que concedeu 750 contos, que viriam a ser distribuídos pelo desassoreamento do porto e pela reparação dos molhes.

⁹⁵⁵ Cf. Sousa e Alves, *Leixões – Uma...*, 2002.

preponderância aos atores ligados ao comércio e à indústria em detrimento dos atores ligados à parte técnica do projeto de cada porto. Este parece ter sido um dos principais fatores que contribuíram para o atraso da implementação dos projetos definidos para cada porto gerido por uma Junta neste período.⁹⁵⁶ A instabilidade política que caracterizou a Primeira República, o início da Primeira Grande Guerra Mundial, a contestação de várias entidades da cidade do Porto como a Associação Comercial do Porto, que terá sido, segundo Fernando de Sousa e Jorge Alves, a entidade mais contestatária da solução de um porto em Leixões em detrimento do Douro, fez com que este fosse essencialmente um período de discussão e debate, em que muito pouco se realizou efetivamente.⁹⁵⁷

Importa deixar bem claro que, no final da Primeira República, a solução defendida politicamente pelo Governo para este complexo portuário era a de concentrar o investimento no porto comercial em Leixões, em detrimento do porto do Douro, onde apenas estariam previstas obras de manutenção e pequenos melhoramentos.

4.6. Ditadura Militar: enquadramento legal da política portuária nacional e lançamento da *I Fase do Plano Portuário Nacional* (1926-1932)

No período da Ditadura Militar, foi emitido todo um conjunto de legislação que, não só permitiu estabelecer as bases de uma política portuária nacional, como desencadeou a revisão e reformulação dos projetos de vários portos já existentes. O lançamento do conjunto de obras portuárias consideradas prioritárias marcaria o início da *I Fase do Plano Portuário Nacional*. Entre 1926 e 1932, com o enquadramento legal das obras portuárias estabelecido, foram revistos e reformulados os projetos que permitiram o reinício em 1932 das obras, que viriam a transformar Leixões num porto comercial.

Como já vimos no capítulo anterior, a evolução tecnológica desta indústria permitiu que neste período a indústria nacional dos cimentos se modernizasse e desenvolvesse, precisamente para dar resposta à grande quantidade de cimento necessário à construção das obras portuárias. A modernização e afirmação dos cimentos virá a assumir um papel determinante na política das obras públicas do regime que começava a delinear-se.

⁹⁵⁶ Cf. Prata, «Atlas Portuário...», 76-79.

⁹⁵⁷ Cf. Sousa e Alves, *Leixões – Uma...*, 2002.

O conjunto de legislação sobre portos aprovado durante a Ditadura Militar iniciou-se em 1926 com a designada *Lei dos Portos*.⁹⁵⁸ Embora esta tenha sido decretada já em pleno período da Ditadura, ela fora apresentada ao Parlamento como Projeto-Lei ainda no final da Primeira República. Foi aprovada no terceiro governo ditatorial, chefiado por António Óscar de Fragoso Carmona, sendo Ministro do Comércio e Comunicações Abílio A. Valdês de Passos e Sousa. Logo no início do Decreto que a promulgava, era realçada a urgência em dotar o país de uma política portuária que permitisse intensificar o intercâmbio marítimo, uma vez que Portugal era um país que dispunha de uma vasta orla costeira, mas cujos portos comerciais existentes continuavam por apetrechar devidamente.

Era assumido que após terem sido ouvidas as opiniões técnicas competentes, a Lei agora promulgada era baseada no Projeto-Lei apresentado ao parlamento a 21 de abril desse ano, escassos dias antes do golpe que instauraria a Ditadura Militar. Não tendo sido votada, nem sequer discutido pela Câmara dos Deputados do anterior regime, a Ditadura não teria problemas em aprová-la. No início da Ditadura, não houve assim, no sector portuário, um corte radical com o que fora delineado anteriormente:

O bem elaborado relatório com que se fazia a apresentação do projecto definia uma orientação que este Governo aceita e perfilha. Nele se dizia, com justificada razão, que os chamados grandes portos não podem, ao contrário do que muitos supõem, ser em grande número, nem ter uma situação geográfica arbitrária. A sua criação e distribuição obedece a princípios de carácter económico e a razões de ordem financeira que é preciso ter em conta.⁹⁵⁹

Era reconhecida a necessidade de uma intervenção estatal no sector portuário, já que, aparentemente, as Juntas Autónomas criadas durante a República, não haviam conseguido resolver os problemas dos portos que geriram nesse período.

Em função da importância económica e militar, os portos nacionais do continente e ilhas adjacentes foram distribuídos por quatro classes. Os portos de 1ª classe passaram a ser considerados de interesse nacional, uma vez que interessavam ao desenvolvimento económico do País. Tratava-se dos portos de escala das grandes linhas de navegação e de importantes redes de comunicações com elevada afluência de tráfego, de mercadorias ou de passageiros, e constituíam ainda bases navais de importância militar. O Porto (Douro- Leixões) passou a pertencer a esta classe, assim como os portos de Lisboa, Funchal e Ponta Delgada. Os restantes portos distribuíam-se pelas outras

⁹⁵⁸ Cf. Decreto nº 12 757, *Diário do Governo* nº271, 1ª série, 4 de dezembro de 1926. Presidente de Ministério A. O. F. Carmona. Ministério do Comércio e Comunicações. Administração Geral dos Serviços Hidráulicos. Repartição dos Serviços Fluviais e Marítimos. Ministro Abílio A. Valdês de Passos e Sousa.

⁹⁵⁹ Cf. Idem, 2119.

três classes.⁹⁶⁰ Segundo Emílio Brogueiro e Jorge Alves, apenas nestes quatro portos que ficaram exclusivamente ao cargo do Estado se viriam a realizar grandes obras. Nas obras dos restantes portos, a participação do Estado acabou por ser muito limitada.⁹⁶¹

Segundo esta lei, era legalmente salvaguardado que os projetos e planos das obras de todos os portos fossem sujeitos à aprovação de três Ministérios; Comércio e Comunicações, Finanças e Marinha. Como veremos, a ação conjunta de João Antunes Guimarães e de Oliveira Salazar, responsáveis, respetivamente, pelos dois primeiros ministérios, virá a ser determinante durante a Ditadura.

Nos anos seguintes de 1927 e 1928, a legislação promulgada incidiu sobretudo em rever alguns aspetos do quadro legal instituído pela Lei do Portos. Por exemplo, dois importantes decretos de 1927 vieram clarificar o papel da Juntas Autónomas dos Portos, foi promulgada a “Lei Orgânica das Juntas dos Portos” e o seu respetivo “Regulamento Geral”.⁹⁶² O principal contributo deste Regulamento foi a legitimação da importância e a responsabilização dos técnicos. Os engenheiros passaram a ter um papel mais ativo na gestão dos portos, já que, caso dirigissem as obras de um porto ou de um conjunto de portos, passariam a integrar as respetivas Juntas. A valorização do papel dos técnicos permitiu ultrapassar algumas das maiores dificuldades que até então os engenheiros que projetavam e/ou orientavam as obras portuárias enfrentavam. Relembro que, como as Juntas eram eleitas, e como na maior parte dos casos os seus membros não tinham quaisquer conhecimentos técnicos, aqueles organismos, desvalorizavam e esqueciam frequentemente os projetos e propostas que lhes eram apresentados por técnicos qualificados.

⁹⁶⁰ Cf. Idem, 2121. Os portos de 2ª classe eram considerados de interesse regional e deveriam ter um movimento de carga não inferior a 50 000t em cada um dos últimos três anos - Setúbal, Vila-Real de Santo António e Horta. Os portos de 3ª classe foram classificados como de interesse local e deveriam ter uma tonelagem embarcada e desembarcada não inferior a 5 000 toneladas - Angra do Heroísmo, Aveiro, Faro, Figueira da Foz, Lagos, Olhão, Peniche, Portimão, S. Martinho do Porto, Tavira e Viana do Castelo. Os restantes portos eram considerados de 4ª classe e tratava-se daqueles em que fosse feita carga e descarga de alguma relevância ou que servissem de abrigo a embarcações de tonelagem significativa.

⁹⁶¹ Cf. Emílio Brogueiro Dias e Jorge F. Alves, «As transformações portuárias em Portugal – Século XX» em *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no Século XX*, Vol. 2, coord. Manuel Heitor, José Maria Brandão de Brito e Mª Fernanda Rollo (s. l.: Ed. Dom Quixote/Instituto Superior Técnico, 2004), 233-253.

⁹⁶² Cf. Decreto nº 14 718, *Diário do Governo*, nº274. 1ª série, 12 de dezembro de 1927. Presidente do Ministério A. O. F. Carmona. Ministério do Comércio e Comunicações. Administração Geral dos Serviços. Artur Ivens Ferraz. Promulga a «Lei Orgânica das Juntas Autónomas dos Portos»; e Decreto nº 14 782, *Diário do Governo*, nº284, 1ª série, 23 de dezembro de 1927. Presidente do Ministério A. O. F. Carmona. Ministério do Comércio e Comunicações. Administração Geral dos Serviços. Artur Ivens Ferraz. Promulga o «Regulamento Geral das Juntas Autónomas dos Portos». Com estes dois decretos, foram clarificados os deveres, as responsabilidades assim como os poderes destes organismos, uniformizando-os.

Entre 1928 e 1929, o Governo continuou a emitir legislação que contribuiu para clarificar a prioridade das obras portuárias a construir.⁹⁶³

Instaurada a Ditadura Militar, o Presidente da JAIMPDL continuou a ser o Presidente da Câmara Municipal do Porto, que era agora um militar, o Coronel Raúl Peres Andrade.⁹⁶⁴ Entre os restantes catorze vogais deste organismo, continuava a pontificar Francisco Xavier Esteves como representante do Comércio de Exportação do Porto. Como já foi referido, aquele engenheiro assumira em 1923 um papel destacado no processo de tomada de decisão da execução das obras de Leixões, papel que manterá até julho de 1928. Tendo integrado a UIE em 1925, Xavier Esteves assumiu a sua Direção em 1927, mantendo também a direção da AIPorto. A sua posição na UIE a partir de 1927, exprime o papel proeminente que assumia na defesa dos interesses dos industriais portugueses.

Nos dois últimos anos que antecederam a Ditadura Militar, o maior problema de Leixões foi o assoreamento da sua bacia que afetou o movimento marítimo. A primeira grande tarefa assumida pela Direção da Junta no período da Ditadura foi a realização da dragagem daquele porto. Foi porém, o modo como este processo foi orientado por Raul Peres Andrade e por Xavier Esteves, que esteve na origem de graves problemas entre a Junta e o Estado no ano de 1928.

Segundo Fernando de Sousa e Jorge Alves, tudo terá começado pelo requerimento, feito pela Junta em 1926 ao governo da Ditadura, para a dragagem da bacia de Leixões ser realizada por uma empresa alemã, a *Dykerhoff & Widmann*.⁹⁶⁵ Aprovado o pedido, foi aberto um concurso público para realizar estes trabalhos não só em Leixões, mas em mais quatro portos.⁹⁶⁶ No ano

⁹⁶³ Cf. Decreto nº 15 644, *Diário do Governo*, nº146, 1ª série, 27 de junho de 1928. Presidente do Ministério José Vicente de Freitas. Ministério do Comércio e Comunicações. Ministro José Dias de Araújo Correia. Este decreto surge de acordo com o disposto no Art.3º do Decreto de 4 de dezembro de 1926. Foram nomeados para esta Comissão como presidente o engenheiro Manuel Francisco da Costa Serrão, inspetor do quadro técnico das obras públicas do Ministério do Comércio e Comunicações, o vice-almirante Hugo Lacerda Castelo Branco, o engenheiro civil de 1ª classe Francisco Augusto Ramos Coelho de Sá, e os engenheiros civis de 2ª classe Duarte Abecassis, e Afonso de Melo Cid Perestrelo. Cabia a esta Comissão apresentar no prazo de 45 dias os seus trabalhos, e indicar as futuras revisões e alterações a efetuar na classificação dos portos nacionais. O prazo para elaborar este trabalho reflete bem a urgência em definir objetivamente quais as obras portuárias mais prementes. Em 1929 foi revista e reformulada a Lei dos Portos de 1926, pelo Decreto nº 16 728, de 13 de abril de 1929. Para além da reclassificação dos portos pelas quatro classes, este decreto define uma nova categoria, a de porto de pesca. Após a revisão Lisboa e Douro-Leixões continuaram a ser os únicos portos de 1ª Classe do continente.

⁹⁶⁴ O Coronel Raúl Peres de Andrade foi Presidente da Câmara Municipal do Porto de 1926 a 1930. O vice-presidente era o Chefe do Departamento Marítimo do Norte Carlos Frederico Braga, e os dois vogais eram ambos militares e ocupavam as presidências das Comissões Administrativas de Vila Nova de Gaia e de Matosinhos.

⁹⁶⁵ Cf. Sousa e Alves, *Leixões – Uma...*, 2002.

⁹⁶⁶ Cf. Portaria, *Diário do Governo*, nº 155, 2ª série, 5 de julho de 1926. Presidente do Ministério Manuel de Oliveira Gomes da Costa. Ministério do Comércio e Comunicações. Ministro Abílio A. Valdez de Passos e Sousa. Determinava que a Administração Geral dos Serviços Hidráulicos outorgasse, por parte do Ministério, no contrato a celebrar entre o Estado e a firma *Dykerhoff & Widmann*, de Biebrich am Rhein, para dragagem dos portos de Leixões, Portimão, Faro, Olhão e Tavira.

seguinte, novo concurso foi aberto para dar continuidade às dragagens de Leixões.⁹⁶⁷ Das quatro empresas especializadas que apresentaram propostas, foi escolhida pela Administração Geral dos Serviços Hidráulicos, outra firma alemã, a *Grün & Bilfinger A. G.* Em abril de 1928, Raul Peres de Andrade, Presidente da Junta, e Xavier Esteves, Presidente da Comissão Executiva, deslocaram-se a Paris para assinar esse contrato. Porém, um telegrama enviado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, cargo ocupado neste período por António Maria de Bettencourt Rodrigues, determinou a suspensão da assinatura do contrato. Publicamente desautorizados, estes demitiram-se.⁹⁶⁸

Face a esta situação embaraçosa, o Ministério do Comércio e Comunicações suspendeu as funções destes dois membros da Junta, assim como do Administrador Geral dos Serviços Hidráulicos. Em maio de 1928, foi aberto um inquérito sobre o processo do contrato, que se arrastou por cerca de dois anos.⁹⁶⁹ Só a 25 de julho de 1930 foram conhecidos os resultados desta inquirição. Apesar de ilibados os inquiridos, não lhes foi permitido retomar as funções que desempenhavam na Junta. Toda esta situação causou grande controvérsia entre as instituições da cidade do Porto, que acusavam o Governo da Ditadura de ter paralisado as obras de Leixões durante os dois anos que mediarão o processo.⁹⁷⁰

Na sequência deste incidente, as relações entre a JAIMPDL e o governo da Ditadura agravaram-se de tal forma que a 23 de julho de 1928 a atividade daquela foi suspensa. O Estado

⁹⁶⁷ No ano de 1927, o pagamento destes trabalhos foi feito através das reparações de guerra alemãs, tendo ainda sido adquirido pela Junta algum equipamento recorrendo a estes fundos.

⁹⁶⁸ Sobre esta matéria, para além dos dados disponíveis em: Sousa e Alves, *Leixões – Uma...*, 2002, nas fontes consultadas no Arquivo da APDL existe uma referência a este processo no *Relatório e Contas sobre o Exercício do ano económico de 1930-1931*.

⁹⁶⁹ Cf. Portaria, *Diário do Governo* nº 106, 2ª série, 12 de maio de 1928. Presidente do Ministério José Vicente de Freitas. Ministério do Comércio e Comunicações. Ministro José Bacelar Bebião. Nomeia uma Comissão para proceder a um inquérito sobre o contrato celebrado pela JAIMPDL, referente a dragagem e quebramento de rochas no Porto de Leixões. Cf. Portaria, *Diário do Governo* nº 143, 2ª série, 25 de junho de 1928. Presidente do Ministério José Vicente de Freitas. Ministério do Comércio e Comunicações. Ministro José Dias de Araújo Correia. Manda abonar ajudas de custo aos membros da Comissão nomeada para proceder ao inquérito sobre o contrato celebrado pela JAIMPDL. Cf. *Diário do Governo*, nº 170, 2ª série, 25 de julho de 1928. Presidente do Ministério José Vicente de Freitas. Ministério do Comércio e Comunicações. Ministro José Dias de Araújo Correia. Despacho Ministerial relativo ao inquérito acerca de várias formalidades celebradas entre a JAIMPDL e a firma *Grün & Bilfinger A. G.*, de Mannheim, para a dragagem e quebramento das rochas do porto de Leixões.

⁹⁷⁰ Terminada a investigação, foi organizada no Palácio da Bolsa uma cerimónia de desagravo aos inquiridos. Foram aprovadas moções no sentido de requerer a sua reintegração nos cargos que haviam ocupado. Porém apenas o Administrador Geral dos Serviços Hidráulicos foi readmitido. Cf. Sousa e Alves, *Leixões – Uma...*, 2002, 188. Nas restantes fontes consultadas do Arquivo da APDL as referências a este processo são escassas. Por exemplo, o *Relatório e Contas sobre o Exercício do ano económico de 1927 e 1º Semestre de 1928* é omissivo acerca do período temporal, em que ocorreram os acontecimentos protagonizados por Raul Peres de Andrade e Francisco Xavier Esteves nos anos de 1927 e 1928 uma vez que, como explica o Presidente da Comissão Administrativa, «não competia à nova Direção da Junta elaborar um relatório sobre um período em que esta não exercera quaisquer funções».

passou a assumir a sua Direção, nomeando a 30 de julho uma Comissão Administrativa que substituíra todos os direitos e regalias que aquele organismo possuía até então.⁹⁷¹

Note-se que esta decisão foi tomada num momento particularmente difícil do período da Ditadura. Dois dias antes da suspensão da Junta, a 20 de julho, ocorrera um dos golpes do “Revirinho”. Tratou-se da Revolta do Castelo, cujas repercussões causaram grande instabilidade política e subsequente repressão do Governo da Ditadura. Eventualmente, este endurecimento da atuação do Estado, traduzido em medidas mais autoritárias e centralizadoras, poderá ter contribuído para a tomada de decisão de suspender a Junta de Leixões.

Até julho de 1928, era frequentemente apontada pela imprensa regional a incapacidade prática de realização das obras à Direção da Junta, acusações de que este organismo se defendia justificando-se pela falta de capital para as executar. Segundo Fernando de Sousa e Jorge Alves, a opinião pública condenava a atuação da Junta, alegando a falta de poder efetivo daquela e a supremacia de interesses pessoais e de jogos de interesse em detrimento da concretização dos trabalhos a realizar em Leixões.⁹⁷²

4.7. A ação conjunta de João Antunes Guimarães e Oliveira Salazar no lançamento da Política das Obras Públicas (1928-1932)

Após esta grave crise institucional, a 4 de agosto de 1928, tomou posse a Comissão Administrativa para dirigir as obras, composta por elementos alinhados com o programa político da Ditadura.⁹⁷³ Era presidida por Alfredo Guilherme Howell e, contava com um elemento que já foi referido nos capítulos 2 e 3, elemento que assumirá um papel importante no período da Ditadura, refiro-me a João Antunes Guimarães.

Foi também a partir desta data que o poder local perdeu protagonismo político nas decisões a tomar relativamente às obras do porto. O presidente da Câmara do Porto deixou de presidir à

⁹⁷¹ Cf. Decreto de 30 de julho de 1928, *Diário do Governo* nº175, 2ª série, de 2 de agosto de 1928. Nomeava uma Comissão Administrativa para dirigir os serviços e substituir a Administração da Junta Autónoma das Instalações Marítimas do Porto que fora destituída a 28 de julho de 1928. Comissão toma posse a 4 de agosto de 1928.

⁹⁷² Cf. Sousa e Alves, *Leixões – Uma...*, 2002, 185-190.

⁹⁷³ A nova Administração tinha como vice-presidente o engenheiro Estevão Torres e como vogal, para além de Antunes Guimarães, o Capitão-Tenente Augusto de Almeida Teixeira; o Secretário nomeado foi o engenheiro Eduardo de Aguiar Bragança. É de salientar que dois dos membros desta Comissão, Eduardo de Aguiar Bragança e João Antunes Guimarães estariam à frente do Ministério do Comércio e Comunicações entre novembro de 1928 e julho de 1932. Eduardo de Aguiar Bragança, assumiria esta pasta de 19 de novembro de 1928 a 11 de janeiro de 1929, num governo dirigido por Vicente de Freitas. Apesar de ter ocupado o cargo de Ministro do Comércio e Comunicações por apenas cerca de dois meses, no período que ocupa esta posição é emitido pelo seu ministério o Decreto nº 16 312, de 31 de dezembro de 1928, que concedia à JAIMPDL a título de subsídio, a importância de 1 350 000\$00, inscrita no orçamento do Ministério das Finanças para 1927-1928.

Direção da Junta, o que acontecia desse 1913, passando esta a depender diretamente do poder central.⁹⁷⁴ Uma semana após a suspensão da JAIMPDL, a nova Junta assumiu funções a 30 de julho de 1928.⁹⁷⁵ Uma vez que, entretanto, as obras pouco tinham avançado, as suas ações imediatas passaram pela rescisão do contrato negociado entre a Comissão Executiva presidida por Xavier Esteves e o empreiteiro francês que remontava a 1923.⁹⁷⁶

No ano seguinte, foi promulgada legislação que permitiu agilizar as obras de Leixões. Dada a complexidade da construção do porto de abrigo artificial, em abril de 1929, foi criada uma Comissão de Técnicos a quem foi confiado o seu estudo.⁹⁷⁷ O trabalho desta nova Comissão consistia, não só, em rever os estudos e projetos existentes, avaliando se as soluções técnicas projetadas conseguiriam conter as condições naturais existentes, mas propor ainda soluções que tornassem viável o porto artificial a construir em Leixões. Foi, entretanto, determinado que as obras a realizar seriam na sua essência a execução do projeto aprovado a 31 de dezembro de 1916, devidamente reavaliadas pela Comissão Administrativa a 18 de novembro de 1929. Note-se que esta decisão foi tomada vinte e um anos após o projeto ter sido realizado no ano de 1908.

Neste ano de 1929, a Comissão Administrativa decidiu também assumir a gestão direta das obras. Entre junho de 1929 e julho de 1930, foram realizados vários estudos técnicos indispensáveis à sua execução. Refiro-me a sondagens hidrográficas com o objetivo de fazer o levantamento da bacia de Leixões, e, a estudos meteorológicos que permitiriam registar e mapear as velocidades e

⁹⁷⁴ Cf. Decreto nº15 603, *Diário do Governo*, nº141, 21 de junho de 1928. Presidente do Ministro José Vicente de Freitas. Ministério do Interior. Direção Geral de Administração Política e Civil. Ministro José Vicente de Freitas. Este decreto determinava que o ano económico para os corpos e corporações administrativas passasse a ter início em 1 de julho e terminasse a 30 de junho do ano imediato. A partir de 30 de julho de 1928, os procedimentos deste organismo passaram a ser uniformizados tal como os das instituições públicas, começando ainda a ser regulados por anos económicos. Tendo a comissão tomado posse a 4 de agosto, em outubro de 1928, é assinado o primeiro Relatório e Contas segundo a nova diretiva governamental: trata-se do *Relatório e Contas sobre o Exercício do ano económico de 1927 e 1º Semestre de 1928*.

⁹⁷⁵ Esta breve nota é assinada pelo Presidente da Comissão Administrativa, Alfredo Guilherme Howell a 30 de outubro de 1928. Nas fontes primárias consultadas no Arquivo da APDL sobre esse período apenas são publicados os mapas de movimento das receitas e as despesas dos relatórios técnicos. Cf. JAIMPDL, *Relatório e Contas sobre o Exercício do ano económico de 1927 e 1º Semestre de 1928*, (Porto: Oficinas do Comércio do Porto, 1932), s.p.

⁹⁷⁶ A rescisão deste contrato viria a trazer problemas complexos à nova Administração. Tendo sido fixado um montante como indemnização a atribuir ao empreiteiro, este recusou a importância proposta, e moveu um processo judicial contra a Junta.

⁹⁷⁷ Comissão nomeada pelo Governo e presidida pelo engenheiro Henrique Carvalho de Assunção, inspetor do quadro técnico das obras públicas do Ministério do Comércio e Comunicações (aposentado); pelo vice-almirante Hugo Lacerda Castelo Branco; pelo engenheiro civil de 1ª classe Francisco Augusto Ramos Coelho de Sá; pelo engenheiro e Diretor das obras do porto Douro e Leixões Gervásio Pinto Leite, e pelo engenheiro civil de 2ª classe Afonso de Melo Cid Perestrelo. Note-se que nesta Comissão coincidem vários elementos da Comissão que no ano anterior estudara a classificação dos portos do continente. Aliás fora a Comissão de 1928 que recomendara ser necessário fazer estudos no sentido de melhorar as condições deste porto de abrigo artificial. Cf. Decreto nº 16 687, *Diário do Governo* 1ª série de 3 de abril de 1929. Presidente do Ministério José Vicente de Freitas. Ministério do Comércio e Comunicações. Administração Geral dos Serviços Hidráulicos. Ministro José Bacelar Bebiano.

direções dos ventos. Estes estudos, como se verá à frente, foram essenciais à construção do Molhe Exterior do porto. Neste período, de entre os vários estudos realizados pela nova Comissão, destaco ainda a continuação dos ensaios de Laboratório realizados em Leixões. Estes ensaios consistiam na análise dos cimentos utilizados nas várias obras já ali realizadas. O seu objetivo era ponderar as suas qualidades e eventualmente propor modificações necessárias à melhoria do comportamento dos diferentes cimentos, entretanto ali aplicados.

Com o Governo a dirigir a construção, celebrou-se um contrato com a empresa de Londres *Alexander Gibb & Partners*, que, para além de Leixões, incluía pareceres, estudos e projetos sobre várias obras portuárias do continente.⁹⁷⁸ A 8 de setembro de 1930, a Comissão Administrativa tomou conhecimento do relatório encomendado à empresa inglesa, assim como o respetivo parecer do Conselho Superior de Obras Públicas. A encomenda deste relatório a esta empresa especializada em portos artificiais procurara apaziguar as divergências existentes entre os vários técnicos entretanto consultados.⁹⁷⁹ Nesse dia, foi ainda aprovada uma exposição a fazer ao Ministério do Comércio e Comunicações, contendo os pareceres da Comissão, enumerando e definindo as obras a realizar em Leixões:

- Dragagens e quebramento de rochas para tornar o actual porto mais profundo, mais amplo o ancoradouro;
- Protecção contra a ondulação dentro do porto, por meio da construção de um molhe exterior;
- Ligações ferroviárias com as linhas férreas do país, tanto de via larga como estreita;
- Construção da doca nº1 do projecto já aprovado, e seu respectivo apetrechamento.⁹⁸⁰

No ano de 1931, as negociações entre o Ministério do Comércio e Comunicações e a Comissão Administrativa de Leixões, continuavam no sentido de reiniciar as obras. Mantinha-se, porém, um foco de discórdia, isto é, a definição da prioridade das várias empreitadas. As principais dúvidas incidiam em começar a construir primeiro o Molhe Exterior de proteção (ou Quebra-Mar) da estrutura portuária, ou avançar antes com as estruturas comerciais (Doca Interior e Cais). Mantinha-se assim, o dilema já existente nos últimos anos da República

Entretanto, apesar da opção pela construção do Quebra-Mar ter cada vez mais defensores, que incluíam o parecer da empresa inglesa, a primeira empreitada a ser adjudicada foi a Doca nº1. Quanto ao início das obras do Quebra-Mar, que apresentava problemas tecnicamente muito

⁹⁷⁸ Nas fontes consultadas não há referência à data em que foi feito o primeiro contrato do Estado com a firma inglesa. Através do Despacho Ministerial de 16 de abril de 1930, fica-se a saber que este despacho é assinado para manter o contrato celebrado com a casa *Sir Alexander Gibb & Partners* de Londres. Cf. *Diário do Governo* nº88, II série, 16 de abril de 1930.

⁹⁷⁹ Cf. JAIMPDL, *Relatório e Contas sobre o Exercício de 1929-1930* (Porto: Inst. dos Surdos-Mudos, 1935) 43.

⁹⁸⁰ Cf. JAIMPDL, *Relatório e Contas sobre o Exercício de 1930-1931*, (Porto: Inst. dos Surdos-Mudos, s. d.), 4.

complexos, não seria a solução concebida pela empresa inglesa que viria a ser adotada, mas sim uma outra solução técnica estudada em 1934.

Finalmente, a 30 de junho de 1931 foi divulgada a aprovação do Governo para o Programa de Concurso e os respetivos Cadernos de Encargos das empreitadas a realizar em Leixões.⁹⁸¹ No respetivo despacho, Antunes Guimarães, que deixara entretanto a Comissão Administrativa e se tornara Ministro do Comércio e Comunicações, declarava que a sua decisão enquanto ministro era apoiada em pareceres de técnicos de engenharia e de navegação, bem como de economistas e financeiros do maior renome, tanto nacionais como estrangeiros.⁹⁸²

Mas, uma vez mais, Estado e Junta pareciam não estar de acordo, já que a Comissão Administrativa de Leixões deixava claro que não podia vir a ser responsabilizada nem pela matéria contida, nem pelos programas de concurso e cadernos de encargos, uma vez que estes não haviam sido submetidos à sua apreciação.⁹⁸³

As três grandes empreitadas definidas em 1931 pelo governo com o objetivo de concretizar as obras do porto de Leixões eram:

Empreitada nº1 – Dragagem e quebramento de rochas na actual bacia do porto de Leixões, para aprofundamento até à cota de (-10 metros);

Empreitada nº2 – Construção da doca nº1, de dimensões de 175 metros (largura) por 550 metros (comprimento), com profundidade de 10 metros abaixo do zero hidrográfico: dois cais acostáveis na extensão total de 1 100 metros, e mais obras complementares.

Empreitada nº3 – Construção de um molhe exterior a enraizar no molhe norte existente, segundo o traçado indicado, e 1 000 metros ou 904 metros de comprimento (propostas separadas para cada uma das hipóteses).⁹⁸⁴

A 22 de setembro desse ano, foi lançado o concurso. Mas, as propostas apresentadas não satisfizeram o Governo que decidiu anunciar novo concurso. Foram reajustados vários itens, tendo sido estipulado novo prazo de entrega das propostas. Até ao final de 1931, apenas foi adjudicada a empreitada nº 3 – Molhe Exterior, a 16 de outubro desse ano.

No final de 1931, compreendera-se que apesar das obras entretanto realizadas do Molhe Exterior, a estrutura portuária não tinha capacidade para o tráfego existente. Além disso, concluiu-

⁹⁸¹ Cf. Idem, 10-11. Aprovação dada pelos Despachos do Conselho de Ministros e do Ministro do Comércio e Comunicações, J. Antunes Guimarães, datados de 22 e 9 de maio de 1931 respetivamente.

⁹⁸² Cf. Idem, 10.

⁹⁸³ Até final de 1931, os dois vogais saíram da Comissão para ocupar cargos governamentais. O único membro da Comissão Administrativa nomeada em julho de 1928 que se manteve foi o seu Presidente Guilherme Howell. Até ao final do ano, foi ele o único responsável pelas obras de Leixões.

⁹⁸⁴ Cf. APDL, *Relatório e Contas sobre o Exercício do Ano Económico de 1931-1932* (Porto: Tipografia Instituto de Surdos-Mudos, 1937), 4-5.

se que a ondulação que se fazia sentir no interior do porto vinha a aumentar desde que as obras tinham vindo a ser realizadas. Percebia-se também que o tipo de estrutura do molhe exterior, que vinha sendo construída, nem sempre tinha capacidade para conter o ímpeto das ondas. Era preciso repensar todo o projeto do porto. A solução técnica que parecia ser mais viável era a de recomeçar a construir a Doca nº1, no interior do Porto, cuja obra se reiniciou em 1932.

No final dos anos vinte, António Oliveira Salazar e João Antunes Guimarães estavam à frente de dois dos três Ministérios que, a *Lei dos Portos*, determinara serem legalmente responsáveis pela aprovação de projetos e planos das obras de todos os portos nacionais: o do Comércio e Comunicações, e, o das Finanças.⁹⁸⁵ Como já foi referido, a 28 de abril de 1928, Salazar assumia pela segunda vez no regime da Ditadura Nacional a pasta das Finanças, cargo em que permaneceu até se tornar Presidente do Conselho a 5 de julho de 1932.⁹⁸⁶ Segundo Nuno Madureira, neste período, um vasto conjunto de medidas tomadas pelo ministro das Finanças com o objetivo de credibilizar o governo da Ditadura Militar. Tratou-se da regulamentação do Condicionamento Industrial como instrumento de regulação económica, da reforma dos impostos concluída em 1929, da promulgação de uma nova Pauta para as Alfândegas, e da estabilização da taxa de câmbio com o objetivo de combater a desvalorização do escudo, apontando no sentido de reintroduzir a moeda portuguesa no sistema do padrão-ouro.⁹⁸⁷ Tanto António José Telo como Nuno Madureira defendem que as medidas económicas tomadas neste período colocaram na ordem do dia a autoridade do Estado, e que, a solução financeira encontrada acabaria por arrastar atrás de si a necessidade de uma solução de regime, abrindo as portas à ascensão de Salazar.⁹⁸⁸ Nos anos em que Salazar esteve à frente do Ministério das Finanças, quer nos dois governos dirigidos por Ivens Ferraz e Domingos Oliveira, quer no que ele próprio presidiu, acumulando a pasta das Finanças, merece particular destaque para o tema desta tese o financiamento concedido às obras portuárias.

Quanto a João Antunes Guimarães, quando a 8 de julho de 1929 tomou posse da pasta do Comércio e Comunicações, tendo deixado o cargo que ocupava na Comissão Administrativa da

⁹⁸⁵ O outro Ministério era o da Marinha, ocupado no 6º Governo da Ditadura por Luís Magalhães Correia (1863-1960).

⁹⁸⁶ António Oliveira Salazar integrara logo o primeiro governo da ditadura presidido por José Mendes Cabeçadas Júnior, como Ministro das Finanças, cargo que ocupa por apenas 16 dias, de 3 a 19 de junho de 1926.

⁹⁸⁷ Cf. Nuno Luís Madureira, «O Estado, o patronato ...», 1998, 777-822.

⁹⁸⁸ Cf. António José Telo, «A Obra financeira de Salazar: a “ditadura financeira” como caminho para a unidade política, 1928-1932», *Análise Social*, XXIX, nº 128, 1994, 779-800; Madureira, «O Estado, o patronato...», 1998, 777-822.

Junta de Leixões, também foi às obras dos portos que deu prioridade. É particularmente importante reforçar que nos últimos dois governos do período da Ditadura Militar imediatamente antes Salazar passar a ser Presidente do Conselho, a pasta do Comércio e Comunicações foi mantida por um período de tempo suficiente para que aquele Ministério conseguisse ter estabilidade e capacidade de dar continuidade aos projetos que tutelava.⁹⁸⁹ Durante esse período de tempo, Antunes Guimarães conseguiu não só manter a sua estabilidade, mas também fortalecer alianças e assumir compromissos, que lhe permitiram avançar com um conjunto significativo de medidas e reestruturações internas do seu Ministério. As medidas tomadas até julho de 1932, foram impulsionadoras da posteriormente designada - Política das Obras Públicas - do Estado Novo que a historiografia associa à figura de Duarte Pacheco. Porém, quando Duarte Pacheco se tornou Ministro, impondo as medidas autoritárias que permitiram o arranque efetivo das Obras Públicas, já vinha sendo implementada toda uma reestruturação dos organismos estatais essenciais para a sua realização. Reestruturação que se iniciou exatamente no período de colaboração entre Antunes Guimarães e Salazar. Como se verá, o caso do Porto de Leixões é exemplificativo deste processo iniciado no período da Ditadura Militar.

Já no quinto governo da Ditadura, logo a seguir à tomada de posse de Salazar, foi promulgado pelo seu ministério o Decreto nº 15 465 de 14 de maio de 1928, que redefinia as bases da reforma orçamental.⁹⁹⁰ Brandão de Brito assinala a importância deste decreto que consagraria o princípio da unidade orçamental. A cobertura das despesas ordinárias passaria a ser feita exclusivamente com as receitas ordinárias, restringindo o conceito de despesas extraordinárias e limitando o recurso a empréstimos. Este autor conclui que, com a aprovação deste diploma legal, foi modificada a própria estrutura do orçamento, passando a sua elaboração e execução a ser mais facilmente controladas pelo ministro.⁹⁹¹ Também Fernando Rosas sublinha a importância deste orçamento no lançamento da política das infraestruturas, destacando a execução das obras portuárias, a expansão da rede ferroviária, e ainda as infraestruturas de carácter escolar, hospitalar

⁹⁸⁹ O Ministério do Comércio e Comunicações fora criado em 1919, pelo Decreto nº 5541 de 9 de maio desse ano. Foi Júlio do Patrocínio Martins o primeiro a ocupar esta pasta, de 9 de maio até 26 de junho de 1919, num governo dirigido por Domingos Leite Pereira. Desde que este ministério foi formado até João Antunes Guimarães assumir o cargo de ministro a 8 de julho de 1928, a instabilidade pode deduzir-se pela quantidade de ministros que o dirigiram. Vejamos por anos, o respetivo número de ministros até João Antunes Guimarães tomar posse desta pasta: 1920 - 9; 1921 - 8; 1922 - 3; 1923 - 4; 1924 - 5; 1925 - 4; 1926 - 6; 1927 - 3; 1928 - 2. Cf. Gouveia, *Orgânica Governamental...*, 1972.

⁹⁹⁰ Cf. Decreto nº 15 465, *Diário do Governo*, nº109, 1ª série, 14 de maio de 1928. 1141-1145. Presidente do Ministério José Vicente de Freitas. Ministério das Finanças. Ministro A. O. Salazar.

⁹⁹¹ Cf. José M. Brandão de Brito, «Estado Novo: discursos e estratégias de uma industrialização tardia» em *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no Século XX*. Vol. II, coord. Manuel Heitor, José M. Brandão de Brito e Maria Fernanda Rollo (s. l: Ed. Dom Quixote /Instituto Superior Técnico, 2004), 130.

e outros edifícios públicos com finalidades de carácter social. Este autor aponta ainda a importância das obras portuárias para a indústria cimenteira nacional, indústria que conseguirá impor-se à concorrência internacional.⁹⁹²

Logo no primeiro ano à frente das Finanças, compreende-se a importância estratégica dada ao porto de Leixões, uma vez que a 31 de dezembro de 1928, Salazar concedeu à JAIMPDL o subsídio de 1350 000\$00, inscrito no orçamento de 1927-1928.⁹⁹³ O ministro explicava que esta dotação estatal se destinava a cobrir as despesas dos trabalhos de construção realizados naquele ano. Apenas um mês depois, a 28 de janeiro de 1929, era reforçado o crédito da dotação atribuída pelo orçamento de 1928-1929 a Leixões, abrindo-se um crédito especial a favor do Ministério do Comércio e Comunicações de 1 133 600\$00.⁹⁹⁴

Em junho, Salazar proporia o primeiro orçamento para 1929-1930, que colocava em primeiro plano as obras dos portos. Quatro meses depois, em outubro o Ministério do Comércio e Comunicações de Antunes Guimarães lançava a designada *I Fase do Plano Portuário Nacional*.⁹⁹⁵ Neste ano de 1929, foi a ação conjunta de Salazar e Antunes Guimarães que permitiu que finalmente arrancasse o tão aguardado *Plano Portuário Nacional*.

4.7.1. Oliveira Salazar e o orçamento de 1929-1930

No período da Ditadura foi o orçamento do ano económico de 1929-1930, que permitiu o lançamento de parte das intervenções portuárias com projetos já existentes.⁹⁹⁶ Constituindo as Obras Públicas a rubrica mais importante das despesas com a economia, os portos destacavam-se claramente. (Cf. Quadro V) O governo era ainda autorizado a contrair um empréstimo para realizar estas infraestruturas, não podendo exceder 300 000 000\$00.

Importa referir que este orçamento beneficiou significativamente a construção do porto comercial de Leixões. A partir de uma breve análise a este diploma legal, que Salazar apresenta e justifica através de um longo Relatório, pode compreender-se melhor o empenho do seu Ministério nas obras portuárias. Começa por ser explicado que, a orientação das despesas do novo orçamento

⁹⁹² Cf. Rosas, «O Estado Novo...», Vol. 7, 1994, 254-255.

⁹⁹³ Cf. Decreto nº 16 312, *Diário do Governo*, nº301, 1ª série, 31 de dezembro de 1928. Presidente do Ministério José Vicente de Freitas. Ministério das Finanças. Ministro A. O. Salazar.

⁹⁹⁴ Cf. Decreto nº 16 429, *Diário do Governo* nº23, 1ª série, 28 de janeiro de 1929. Presidente do Ministério José Vicente de Freitas. Ministério das Finanças. Ministro A. O. Salazar.

⁹⁹⁵ Cf. Decreto nº17421, *Diário do Governo*, nº 227, 1ª série, 3 de outubro de 1929. Presidente do Ministério José Vicente de Freitas. Ministério do Comércio e Comunicações. Ministro J.A. Guimarães.

⁹⁹⁶ Cf. Decreto nº 17 047, *Diário do Governo*, nº 146, 1ª série, 29 de junho de 1929. Presidente do Ministério José Vicente de Freitas. Ministério das Finanças. Ministro A. O. Salazar. Relatório do Orçamento de 1929-1930 apresentado pelo Ministro das Finanças A. O. Salazar.

vai no sentido de concretizar as grandes obras de fomento, destacando-se a construção e apetrechamento dos portos. Para além destas obras, são mencionadas as construções das restantes infraestruturas de comunicação, elementos fundamentais da unificação do mercado interno: estradas, caminhos-de-ferro, e ligações telegráficas e telefónicas.

Quadro V ORÇAMENTO ANO ECONÓMICO 1929-1930 Ministério das Finanças	
Designação dos capítulos do orçamento	Total das despesas
1º Gabinete do Ministro	242.650\$86
2º Secretaria-Geral	1 718 035\$24
3º Direcção Geral de Minas	1 210 424\$00
4º Edifícios Nacionais	19 877 034\$88
5º Direcção Geral das Indústrias	3 699 629\$80
6º Instituto Geográfico	4 995 582\$54
7º Direcção Geral de Comércio e Indústria	798 400\$90
8º Administração Geral dos Serviços Hidráulicos	24 736 420\$36
9º Junta Autónoma das Estradas	31 226 114\$42
10º Armazéns Gerais	170 690\$00
11º Anos Económicos Findos	56 239\$93
12º Correios e Telégrafos	2 250 000\$00
13º Porto de Lisboa	45 500 000\$00
14º Fundo Especial dos Caminhos-de-ferro	30 000 000\$00
15º Caminho de Ferro do Estado	15 200 000\$00
16º Junta Autónoma das Estradas	81 000 000\$00
17º Portos Nacionais	100 000 000\$00

Fonte: Decreto nº 17 047, *Diário do Governo*, nº 146, 1ª série, 29 de junho de 1929, 1568-1569. Relatório do Orçamento de 1929-1930 apresentado pelo Ministro das Finanças A. O. Salazar.

Da análise a este diploma legal, torna-se evidente o desequilíbrio nas dotações estatais para os portos nacionais, já que o porto de Lisboa era largamente beneficiado em detrimento dos restantes. Porém, nesse ano os portos no seu conjunto ficavam com a maior fatia do orçamento daquele ministério, isto é 145 000 000\$00. Em segundo lugar, ficava a Junta Autónoma das Estradas, num total de 112 226 114\$42. Em terceiro lugar, vinham os caminhos-de-ferro, num total de 45 200 000\$00.⁹⁹⁷ Este foi o primeiro orçamento de Estado que colocou claramente em primeiro lugar as obras portuárias.

⁹⁹⁷ Idem. Orçamento do Ministério do Comércio e Comunicações para o ano económico 1929-1930.

Em relação às Juntas dos vários portos nacionais financiados por este orçamento, é claramente a Leixões que é atribuído o valor mais alto: 5 020 000\$00.⁹⁹⁸ (Cf. Quadro VI)

Quadro VI	
ORÇAMENTO ANO ECONÓMICO 1929-1930 Ministério das Finanças	
Consignações de Receitas - PORTOS	
Designação das receitas por artigos	Importâncias por artigos
Junta Autónoma das Instalações Marítimas do Porto (Douro-Leixões)	5 020 000\$00
Junta Autónoma das obras do porto do Funchal	2 900 000\$00
Junta Autónoma das obras do porto e barra do rio Sado	1 440 000\$00
Junta Autónoma da ria e barra de Aveiro	973 000\$00
Fundo para as obras do porto comum de Faro e Olhão	720 000\$00
Junta Autónoma do porto de Portimão	620 000\$00
Junta Autónoma do porto de Angra do Heroísmo	620 000\$00
Junta Autónoma das obras do porto de Viana do Castelo e rio Lima	600 000\$00
Junta Autónoma das obras do porto comercial de Vila Real de Santo António	520 000\$00
Junta Autónoma do porto artificial de Ponta Delgada	510 000\$00
Junta Autónoma do porto de Póvoa de Varzim	470 000\$00
Junta do rio Mondego	130 000\$00
Junta Autónoma do porto e barra da Figueira da Foz	120 000\$00
Junta Autónoma do Porto de Tavira	110 000\$00
Junta Autónoma do porto comercial de Lagos	90 000\$00
Junta Autónoma das obras do porto e barra de Esposende e do Rio Cávado	10 000\$00
Junta Autónoma das obras do porto de Vila do Conde e rio Ave	10 000\$00
Junta Autónoma das obras do Lis	8 000\$00

Fonte: Decreto nº 17 047, *Diário do Governo* nº 146, 1ª série, 29 de junho de 1929, 1580-1581. Relatório do Orçamento de 1929-1930 apresentado pelo ministro das Finanças Oliveira Salazar.

Note-se que foi a partir de 1929 que as verbas atribuídas pelo orçamento estatal, passaram a ser controladas pelo Estado, através da nomeação de fiscais.⁹⁹⁹ No final desse ano, o Ministério

⁹⁹⁸ Idem. Ver capítulo 8º do relatório do orçamento intitulado consignações de receitas no item, Portos. Em segundo lugar, ficava o porto do Funchal com 2 900 000\$00, e em terceiro, as obras do porto e barra do rio Sado com 1 440 000\$00.

⁹⁹⁹ O Ministério das Finanças estabelecia ser da sua competência a nomeação dos fiscais ou comissários do Governo junto das Empresas a que tivesse sido concedido pelo Tesouro ou com o seu aval auxílios financeiros, quer a título de empréstimo, quer sob a forma de subsídios reembolsáveis. Cf. Decreto nº16 546, *Diário do Governo* nº 48, 1ª série, 28 de fevereiro de 1929. Presidente do Ministério José Vicente de Freitas. Ministério das Finanças, Ministro A. Oliveira Salazar.

das Finanças nomeou um representante do Conselho Superior de Finanças que passou a ocupar um novo cargo na JAIMPDL: o de fiscalizar e acompanhar a evolução dos trabalhos ali realizados.¹⁰⁰⁰

Em março de 1930, o Ministro das Finanças tomou nova medida para a concretização da melhoria das condições e de serviços de alguns portos nacionais.¹⁰⁰¹ Consistiu num empréstimo interno de 100 mil contos. Joaquim Veríssimo Serrão realça que a imprensa da época deu ênfase a esta subscrição, que fora superior ao volume do empréstimo, tendo tido «a participação das instituições bancárias e muitos dos seus depositantes».¹⁰⁰²

4.7.2. Antunes Guimarães e o lançamento da *I Fase do Plano Portuário Nacional* (1929)

Quando em 1929, João Antunes Guimarães assumiu o cargo de Ministério do Comércio e Comunicações, a política portuária de Leixões foi significativamente alterada. Entre julho de 1929 e julho de 1932, Antunes Guimarães teve um papel decisivo no arranque da construção de um porto comercial em Leixões. Não apenas pelo contributo que deu na agilização das obras, mas também pelo seu envolvimento no processo que viria a permitir a utilização do cimento nacional nas obras dos portos a partir de fevereiro de 1932, como requerido ao seu Ministério pela ECL. Foi ainda sob a sua ordem que, em janeiro de 1932, foi nomeada uma administração para Leixões idêntica à do porto de Lisboa, passando as obras a ser da inteira responsabilidade do Estado. Relativamente ao impulso dado às obras de Leixões, terá tido certamente peso o conhecimento privilegiado que tinha dos problemas ali existentes, já que fora vogal da Comissão Administrativa que gerira as obras daquele porto no período situado entre 4 de agosto de 1928 e 5 de julho de 1929.

Antunes Guimarães era oriundo do Norte do país, e, não espanta por isso que estivesse empenhado na construção de um porto em Leixões. Curiosamente, na sua biografia são habitualmente destacadas apenas as suas duas profissões de médico e de lavrador. Quanto ao seu perfil político-ideológico, foi considerado um católico conservador, e apesar do papel fundamental que teve no arranque das obras públicas portuárias, é sobretudo tido como um dos maiores defensores do paradigma ruralista associado ao salazarismo. Manteve-se sempre como um dos

¹⁰⁰⁰ Foi a 11 de novembro de 1929 que tomou posse desse cargo Joaquim da Rocha Silva, ficando estabelecido pelos despachos assinados pelo Ministro das Finanças e pelo seu Sub-secretário de Estado as suas competências. Despachos assinados a 26 de abril de 1929. Não lhe competiam funções administrativas, não teria direito de voto nas deliberações da Comissão Administrativa, mas deveria assistir às sessões da Comissão e emitir a sua opinião, sempre que os temas debatidos estivessem dentro do âmbito das suas atribuições, isto é, questões financeiras. Era, no entanto, dispensado de assistir a sessões em que apenas estivessem estipulados assuntos de ordem técnica.

¹⁰⁰¹ Os restantes portos contemplados eram os portos de Viana do Castelo, Setúbal, Lagos e Vila Real de Santo António.

¹⁰⁰² Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal. Do 28 de Maio ao Estado Novo (1926-1935)*, Vol. 13 (Lisboa: Verbo, 2015), 172.

homens que integrou o núcleo dos seguidores mais próximos e fiéis a Salazar. Segundo Arlindo Caldeira, Antunes Guimarães, não foi apenas responsável pela lei dos melhoramentos rurais, tendo-se também empenhado:

(...) nas primeiras tentativas de legislação do condicionamento industrial (1931), através da qual se pretendia proteger a pequena indústria, nomeadamente a indústria caseira, contra um suposto avanço da industrialização em massa.¹⁰⁰³

Quanto às medidas que tomara em relação à indústria, refiro-me em particular ao diploma legal que implementou o Condicionamento Industrial em fevereiro de 1931, legislação que, como vimos, foi determinante na evolução da política do Estado Novo.¹⁰⁰⁴ Parece-me que a compreensão da relação entre indústria dos cimentos e as obras dos portos nacionais pode abrir novas interpretações acerca da decisão de que este determinante instrumento da política de desenvolvimento industrial passasse a abranger todas as indústrias nacionais a partir de novembro de 1931. Neste capítulo, voltar-se-á a retomar esta questão, ao aprofundar-se o processo da certificação dos cimentos nacionais a usar nas obras portuárias.

Após a tomada de posse de Antunes Guimarães em julho de 1929, o primeiro grande investimento feito pelo seu Ministério foi exatamente nas obras dos portos. Apenas duas semanas após tomar posse, reforçou o orçamento da JAIMPDL, declarando o interesse particular do Governo no desenvolvimento dos dois principais portos nacionais, Lisboa e Douro-Leixões.¹⁰⁰⁵ Relativamente à verba concedida a Leixões, é explicado que esta se destinava a melhorar as condições de abrigo do porto artificial, assim como à construção da primeira parte do vasto porto interior projetado na foz do rio Leça.¹⁰⁰⁶

Foi a 3 de outubro de 1929 que o Ministério de Antunes Guimarães promulgou através do Decreto nº 17 421 a discriminação da dotação de verbas para o conjunto prioritário dos Portos Nacionais a construir.¹⁰⁰⁷ (Cf. Quadro VII) Este plano de ação correspondeu ao lançamento da *I Fase do Plano Portuário Nacional*. Mediante a aprovação do Governo, era autorizado à

¹⁰⁰³ Cf. Arlindo Caldeira, «João Antunes Guimarães», em *Dicionário Bibliográfico Parlamentar 1935-1974*, Vol. I, dir. Manuel Braga da Cruz e Pinto e António Costa Pinto (Lisboa: Ed. ICS, Assembleia da República, 2004) 762-764.

¹⁰⁰⁴ Cf. Decreto nº 19 354 de 3 de janeiro, *Diário do Governo*, nº 38, de 14 de fevereiro de 1931. Presidente do Ministério Domingos Oliveira. Ministério do Comércio e Comunicações. Ministro J. A. Guimarães.

¹⁰⁰⁵ Cf. Decreto nº 17 140, *Diário do Governo*, nº 150, 1ª série, 24 de julho de 1929. Presidente do Ministério Artur Ivens Ferraz. Ministério do Comércio e Comunicações. 8ª Repartição da Direção Geral da Contabilidade Pública, Ministro J. Antunes Guimarães. Este decreto reforça as dotações do orçamento do Ministério que vigora de 1928 a 1929, respeitantes às Juntas Autónomas das Instalações Marítimas do Porto (Douro-Leixões) com 98 000\$00 e do Porto de Tavira com 41 000\$00.

¹⁰⁰⁶ Idem.

¹⁰⁰⁷ Cf. Decreto nº 17 421, *Diário do Governo*, nº 227, 1ª série, 3 de outubro de 1929. Presidente do Ministério Artur Ivens Ferraz. Ministério do Comércio e Comunicações. Ministro J. A. Guimarães. Aprova a *I Fase do Plano Portuário Nacional*.

Administração Geral do Porto de Lisboa, e à Administração Geral dos Serviços Hidráulicos a promoção e abertura de Concursos e Programas dos respetivos Cadernos de Encargos, relativos a seis portos considerados de interesse nacional e regional.

O total das verbas atribuídas foram faseadamente distribuídas por anos económicos: para o ano 1929-1930 – 97 000 000\$00; para 1930-1931 – 80 000 000\$00; e para 1931-1932 – 73 000 000\$00.¹⁰⁰⁸ Importa salientar que metade do orçamento destinado aos seis portos destinava-se ao porto de Leixões.

Quadro VII Importâncias a Despender com o custo das Obras Prioritárias de Seis Portos Nacionais. Ministério do Comércio e Comunicações	
Porto de Douro-Leixões	125 000 000\$00
Porto de Lisboa	60 000 000\$00
Porto de Setúbal	27 000 000\$00
Porto de Aveiro	21 000 000\$00
Porto de Viana do Castelo	11 000 000\$00
Porto de Vila Real de Santo António	6 000 000\$00
TOTAL	250 000 000\$00

Fonte: Decreto nº 17 421, *Diário do Governo*, nº 227, 1ª Série, 3 de outubro de 1929. Lançamento da 1ª Fase do Plano Portuário Nacional. Ministério do Comércio e Comunicações. Ministro João Antunes Guimarães.

No ano seguinte, foram novamente reforçadas as verbas destinadas a Leixões. Em fevereiro de 1930, foram reforçadas as verbas destinadas ao seu desassoreamento.¹⁰⁰⁹ E, quatro meses depois, a 30 de junho, foram novamente reforçadas as verbas inscritas no orçamento destinadas a Leixões com o valor de 276 000\$00.¹⁰¹⁰

Entretanto, com o objetivo de dar um impulso significativo às Obras Públicas, a 7 de março de 1932, Salazar promulgava dois Decretos, que estreitavam os laços do seu Ministério com o do Comércio e Comunicações. O primeiro diploma legal previa a criação de uma Comissão de Melhoramentos Públicos composta pelos Ministros das Finanças, do Comércio e Comunicações e

¹⁰⁰⁸ Idem.

¹⁰⁰⁹ Cf. Decreto nº 18 011, *Diário do Governo*, nº47, 1ª série, 26 de fevereiro de 1930. Presidente do Ministério Domingos Oliveira. Ministério do Comércio e Comunicações. Ministro J. Antunes Guimarães.

¹⁰¹⁰ Cf. Decreto nº 18 538, *Diário do Governo*, nº149, 1ª série, 30 de junho de 1930. Presidente do Ministério Domingos Oliveira. Ministério do Comércio e Comunicações. Ministro J. Antunes Guimarães.

da Agricultura, fixando as suas atribuições.¹⁰¹¹ Esta Comissão seria presidida pelo Ministro das Finanças, uma vez que a gestão dos recursos financeiros ou de crédito junto do governo passaria sempre por este. Salazar delineava em traços muito gerais um plano dos grandes melhoramentos públicos a realizar no período de seis anos a partir do ano económico de 1932-1933, para «(...) conservação e desenvolvimento da riqueza e do trabalho nacionais».¹⁰¹² Esta Comissão funcionaria no Ministério do Comércio e Comunicações, e elaboraria os estudos, planos parcelares e projetos dos melhoramentos públicos determinados pelo Estado. Com esta medida, o papel dos técnicos era assim salvaguardado.¹⁰¹³

No segundo diploma legal emitido por Salazar, era determinado todo um conjunto de disposições cujo objetivo era resolver a crise do desemprego, conjugando este problema com a necessidade de mão-de-obra que desse resposta às obras públicas em curso.¹⁰¹⁴ Trata-se, no fundo, de um preâmbulo do futuro Comissariado de Desemprego.

As relações estabelecidas entre os Ministérios das Finanças e do Comércio e Comunicações no período situado entre 1929 e 1932, terão tido um papel determinante para que as Obras Públicas avançassem, particularmente os portos que, finalmente tinham instrumentos legais e orçamento para se materializarem.¹⁰¹⁵ Esta estreita colaboração entre os dois ministérios promovida por Salazar e Antunes Guimarães, iria contribuir ainda para que viesse a ressurgir o Ministério das Obras Públicas em julho de 1932, mas já sob a responsabilidade de um novo ator, Duarte Pacheco.¹⁰¹⁶

¹⁰¹¹ Cf. Decreto nº 20 979, *Diário do Governo*, nº 56, 1ª série., de 7 de março de 1932. Presidente do Ministério Domingos Oliveira. Ministério das Finanças. Ministro A.O. Salazar.

¹⁰¹² Idem, 424.

¹⁰¹³ Idem. Os técnicos nomeados pela Comissão, que integrassem os trabalhos a realizar, seriam destacados dos seus cargos oficiais, mas conservariam os direitos que lhes eram inerentes, sendo-lhes pagas pelo Ministério do Comércio e Comunicações as despesas de deslocações necessárias ao desempenho das funções determinadas pela nova Comissão.

¹⁰¹⁴ Cf. Decretos nº 20 980, *Diário do Governo*, nº 56, 1ª série, 7 de março de 1932. Presidente do Ministério Domingos Oliveira. Ministério das Finanças. Ministro A.O. Salazar.

¹⁰¹⁵ Sublinhado meu.

¹⁰¹⁶ O Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria fora fundado ainda na Monarquia a 18 de agosto de 1852. Foi Fontes Pereira de Melo quem primeiro o dirigiu. Com a proclamação da República a 8 de outubro de 1910, passaria a designar-se Ministério do Fomento. Entre as várias mudanças de organização que foi sofrendo ao longo dos anos, destaca-se a alteração da sua designação a 9 de maio de 1919, data em passaria a ser designado Ministério do Comércio e Comunicações.

4.8. O papel determinante da ECL no processo de normalização e homologação da produção de cimento nacional: a negociação da utilização do Cimento «Liz» nas Obras Portuárias com o Estado (1929-1932)

Face ao exposto, ao longo deste capítulo, constata-se que o ano de 1929 foi certamente um ano decisivo para a evolução da indústria dos cimentos nacional. Para além de entre 1926 e 1929 ter sido aprovado o enquadramento legal da política portuária nacional, o Orçamento de Estado para 1929-1930 (emitido em junho de 1929), colocava as duas maiores parcelas dedicadas às obras públicas nos portos nacionais. Neste ano, tornou-se evidente que a execução destas obras dependeria da utilização de grandes quantidades de cimento, o que tornou incontornável a necessidade da utilização de cimento em grande escala.

Em 1929, o cimento nacional, em particular o utilizado nas obras dos portos de mar era visto como pouco fidedigno, e, era dada primazia aos cimentos estrangeiros importados, principalmente alemães, belgas e ingleses. Segundo Amável Granger, era insinuado por determinados «sectores da engenharia oficial» que os cimentos nacionais não tinham qualidade para poder ser utilizados nestas obras que decorriam.¹⁰¹⁷ Assim, nos anos vinte, as obras dos portos em curso vinham sendo construídas com uma percentagem mínima de cimentos nacionais.

Em 1929, o governo considerara estrategicamente prioritárias as obras dos portos de Lisboa e de Leixões, assumindo a responsabilidade por ambas. Porém, naquele ano não era usado cimento «Liz» nas obras dos principais portos nacionais que mais cimento iriam absorver. No porto de Lisboa, desde 1925, havia sido inclusivamente interdito o seu uso pela respetiva Administração.

Em relação a Leixões, desde que em 1926 fora classificado como porto de 1ª classe, tornando-se o Estado responsável pela sua construção, não existira qualquer contacto entre a Junta de Leixões e a ECL para fornecimento do cimento. Tratando-se esta de uma das obras portuárias prioritárias, a ECL tinha toda a conveniência em garantir a autorização estatal para que o cimento que produzia pudesse ali ser aplicado. Através das fontes consultadas no Arquivo da APDL, constata-se que nas obras executadas em Leixões até 1929, dos cimentos nacionais apenas cimento «Tejo» ali foi utilizado, não existindo qualquer referência à utilização de cimento «Liz» ou «Secil». No entanto, até ao ano de 1929, o cimento «Liz» já fora usado em várias outras obras de portos nacionais a decorrer, nomeadamente nos Portos de Vila Real de Santo António, Figueira da Foz, Aveiro e Faro.

¹⁰¹⁷ Cf. ECL, *O Emprego dos Cimentos Nacionais nas Obras dos Portos de mar. Documentário relativo ao Cimento Liz* (Coimbra: Coimbra Editora, 1932), 132-133. AHFML.

Face à interdição do cimento «Liz» em Lisboa e à sua não utilização em Leixões, um mês após a promulgação do orçamento, a 27 de julho de 1929, Henrique Sommer requereu junto do Estado a nomeação de uma Comissão Técnica que avaliasse o comportamento do cimento «Liz» sujeito a águas salinas, ou seja, utilizado nas obras dos portos nacionais realizadas até então.¹⁰¹⁸

Com este pedido, a ECL confrontou o Estado com a necessidade de criar regras que homologassem a produção de cimento nacional. No documento enviado ao Governo, Henrique Sommer requeria ao Estado a nomeação de uma Comissão Técnica que avaliasse o comportamento do cimento «Liz» utilizado nas obras dos portos nacionais realizadas entre 1924 e 1929.¹⁰¹⁹ Este requerimento acabará por desencadear todo o processo de normalização e homologação da produção de cimento português.

O requerimento era dirigido ao novo Ministro do Comércio e Comunicações, que desde 8 de julho desse ano, passara a ser João Antunes Guimarães, sendo Presidente do Ministério Artur Ivens Ferraz que substituíra José Vicente de Freitas a 8 de julho de 1929.¹⁰²⁰ Neste documento, era sugerido por Sommer, que a Comissão integrasse engenheiros dos quadros da Direção Geral das Indústrias e da Administração Geral dos Serviços Hidráulicos, e que, fosse presidida pelo Inspetor do Quadro das Obras Públicas. Era ainda sugerido agregar a esta Comissão um engenheiro da ECL para prestar todos os esclarecimentos necessários. Quanto aos custos do trabalho a desenvolver pela Comissão, Sommer propunha que, caso as verbas orçamentais estatais não permitissem a sua execução, a sua empresa estaria disponível a assumir parte do seu custo, o que acabou por acontecer.¹⁰²¹ Mas, o mais significativo para a questão da construção dos portos nacionais, foi a ECL elencar neste requerimento uma lista de obras marítimas e fluviais realizadas com cimento «Liz» entre 1923 e 1929. Tratava-se de vinte e seis obras, entre as quais eram apontados viveiros para peixe, tinhas e tanques para fábricas de conserva, poços, coberturas de ribeiras, pontes-cais, muralhas marítimas e fluviais, comportas, defensas de cais, molhes, docas e faróis.¹⁰²²

¹⁰¹⁸ Cf. ECL, «Documento nº 2 - Cópia da representação entregue a S. Ex^a o Ministro do Comércio, datada de 27 de julho de 1929», em ECL, *O Emprego...*, 1932, 24-27.

¹⁰¹⁹ Idem

¹⁰²⁰ Artur Ivens Ferraz (1870-1933) foi presidente do ministério de 8 de julho de 1929 a 21 de janeiro de 1930. Foi aluno do Real Colégio Militar, e fez os seus estudos preparatórios na Escola Politécnica, ingressando na Escola do Exército, fez o curso de Artilharia. Posteriormente, fez o curso do Estado-maior, tendo sido nomeado professor na Escola do Exército.

¹⁰²¹ ECL, *O Emprego...*, 1932, 27.

¹⁰²² Do vasto conjunto de pontes-cais no Tejo discriminados destaco: a Ponte Cais em Alcochete com 232 metros de comprimentos e 5,5 de Largura, construída em betão armado entre 1923 e 1925; e os faróis de Leça, Faro e Horta. Cf. ECL, «Documento nº2 - Cópia da Representação entregue ao S. Ex^a o Ministro do Comércio e Comunicações», em ECL, *O Emprego...*, 1932, 25-26.

Henrique Sommer terminava a sua exposição ao Ministro sugerindo que esta Comissão avaliasse oito pontos que discriminava. Começava por pedir que fosse realizada uma visita às instalações da sua Fábrica de Cimentos em Maceira-Liz, para que ali pudesse ser inspecionado e analisado o processo de fabrico utilizado. Era dado particular relevo ao trabalho do Laboratório fabril, enfatizando os ensaios e análises ali realizados desde o início da produção em 1923. Ensaios cujos resultados poderiam ser consultados, já que existiam registos e anotações de todo o trabalho desenvolvido laboratorialmente.

- 1.º Visitar as instalações da Fábrica de Cimentos de Maceira e analisar os processos de fabricação seguidos, patenteando-se-lhe no respectivo Laboratório todos os registos e notas de ensaios feitos desde o início de fabricação, tanto referente ao cimento LIZ como a muitos outros cimentos nacionais e estrangeiros.
- 2.º Visitar aqueles que entender dos trabalhos marítimos executados com cimento LIZ para constatar o seu estado de conservação e se ele se tem comportado ou não como os cimentos de igual tipo, em contacto com a água salgada.
- 3.º Examinar o estado de conservação dos cubos de beton colocados de acôrdo com a Administração Geral do Pôrto de Lisboa no Entrepoto de Santa Apolónia, sob o Caís da Companhia Nacional de Navegação, onde sempre mergulhados ou sob a acção das marés se conservam desde 1925 para ensaios periódicos a fazer, e possivelmente os cubos destinados a outros ensaios feitos pela Junta Autónoma do Pôrto de Setúbal.
- 4.º Examinar as obras em execução no Pôrto de Vila Real de Santo António e todos os trabalhos executados com cimento LIZ, constatando o seu estado de conservação e tomar conhecimento dos processos de construção empregados e das razões invocadas para a proibição do emprego do cimento LIZ nos restantes trabalhos a executar.
- 5.º Visitar as obras do Pôrto de Leixões, constatar que nele nunca foram executados quaisquer trabalhos com cimento LIZ e tomar conhecimento de ensaios que com o mesmo cimento ali tenham sido feitos e dos respectivos processos seguidos.
- 6.º Indagar das causas que levaram as estações oficiais a proibir o emprego do cimento LIZ nos trabalhos em execução no Pôrto da Nazaré.
- 7.º Mandar executar todos os ensaios e análises que entenda, quer no Laboratório da nossa Fábrica, quer nos Laboratórios Officiais, adquirindo o cimento necessário em qualquer local de venda ao público.
- 8.º Propor qualquer modificação nos processos de fabrico ou alteração na característica do cimento, se, como resultado de todo este exame, concluir que haverá nisso conveniência para tornar o cimento mais apto a satisfazer a tôdas as exigências para uma boa resistência sob a acção da água do mar.

Parte da Cópia da representação enviada pela ECL ao Ministro do Comercio e Comunicações a 27 de julho de 1929. ECL, *O Emprego...*, 1932, 27. AHFML.

Dos oito pontos, destaco em particular o quinto, em que é feita alusão ao uso de cimento «Liz» nas obras do porto de Leixões, um fato estranho para a Direção da ECL, uma vez que, segundo esta, os responsáveis pelas obras de Leixões nunca tinham contactado a empresa para fornecer cimento àquela obra. Era pedido à Comissão que clarificasse esta situação. Partindo deste quinto ponto, coloca-se a hipótese de Henrique Sommer se referir a uma eventual campanha de difamação em relação à qualidade do cimento «Liz», sugerindo a possibilidade de esta ter sido provocada por algum ator associado às obras de Leixões, durante os anos vinte. Segundo Sommer, as queixas em relação ao uso de cimento «Liz» eram feitas com base em ensaios deste material, realizados nas obras do porto de Leixões sem o conhecimento e acompanhamento da sua empresa:

A campanha que algumas pessoas movidas talvez por interesses feridos, tem procurado levantar contra o emprego de cimento Liz em trabalhos sujeitos à acção de água do mar, é baseada em ensaios feitos no Porto de Leixões, *onde nunca foi empregado cimento Liz*, em qualquer trabalho.¹⁰²³

Relativamente a esta problemática, não encontrei mais referências para além de uma breve alusão a este complexo processo feita por Gil Brás de Oliveira.¹⁰²⁴ Este engenheiro apenas refere que, entre 1926-1932, fora levantada a questão em torno do uso do cimento «Liz» em obras marítimas, já que o uso daquele cimento fora interdito em certos trabalhos de portos, como o de Lisboa e Vila Real de Santo António, o que terá estado na origem do requerimento da ECL ao Estado.¹⁰²⁵

A principal fonte primária existente acerca da certificação do cimento nacional para os portos, é a obra, editada pela ECL, *O Emprego dos Cimentos Nacionais nas Obras dos Portos de mar. Documentário relativo ao Cimento Liz*. (Cf. Anexo 1. Fig. 44) Tratando-se de uma síntese que naturalmente reflete a perspectiva da ECL, o “Documentário” propriamente dito corresponde à compilação de 34 documentos, os quais permitem reconstituir o conjunto de micro eventos ocorridos neste período, que incluem os vários atores envolvidos no processo, políticos, técnicos e industriais. (Cf. Anexo 2). Através do conjunto de documentos oficiais contidos nesta fonte primária, que incluem requerimentos da ECL ao Estado e à Comissão de Estudo Estatal, pareceres de empresas públicas e privadas, ofícios, relatórios e correspondência que incluem vários especialistas europeus tanto em cimento e como em betão, pode reconstituir-se o processo de certificação entre 1929 e 1932.¹⁰²⁶

Entre estes documentos, encontram-se relatórios técnicos de Laboratórios portugueses (Laboratório do IST) e europeus acerca da qualidade do cimento «LIZ»; relatórios dos responsáveis técnicos pelas obras dos portos nacionais, em relação ao comportamento do cimento «Liz» ali utilizado nos anos vinte; e as representações (requerimentos) da ECL, e das outras duas fábricas de cimento nacionais junto do Ministério do Comércio e Comunicações.

¹⁰²³ Cf. ECL, «Documento nº2 - Cópia da Representação entregue ao S. Ex^a o Ministro do Comércio e Comunicações», em ECL, *O Emprego...*, 1932, 26.

¹⁰²⁴ Cf. Oliveira, *A Indústria...*, Vol.1, 35.

¹⁰²⁵ Idem. Refira-se que, tendo Gil Brás de Oliveira escrito esta obra no período em que ainda existia a Cimpor, certamente terá tido acesso a toda a documentação existente, documentação que após a reprivatização das três empresas ter-se-á dispersado.

¹⁰²⁶ Esta fonte primária do AHFML tem ainda dois anexos: a legislação subsequente ao processo; e a conferência proferida por Amável Granger, o engenheiro responsável pelo Laboratório da ECL, centrada no processo de certificação dos cimentos nacionais para as obras dos portos de mar.

4.8.1. A interdição do uso do cimento «Liz» nas obras do porto de Lisboa (1925) e a *Comissão de Inquérito ao Cimento-Liz*

Em 1925, fora interdito o uso de cimento Liz nas obras que decorriam no porto de Lisboa. A ECL iniciou de imediato um conjunto de ações com o objetivo de conseguir fornecer cimento aos dois principais portos nacionais cujas obras decorriam. Começou logo nesse ano, por requerer autorização da Administração do Porto de Lisboa, para que, sob sua supervisão, fossem realizados uma série de ensaios a longo prazo com cubos de betão mergulhados nas águas daquele porto.

No ano seguinte, a 26 de junho de 1926, a ECL estabeleceu contacto com o engenheiro Teotónio Rodrigues¹⁰²⁷ do Laboratório da Faculdade de Engenharia do Porto para que este realizasse ensaios do comportamento do cimento «Liz» nas águas do porto de Leixões.¹⁰²⁸ No mês seguinte, uma nota escrita por Benjamim Pinto elucida-nos acerca das intenções da empresa. Esta decidira oferecer à Sociedade de Melhoramentos da Praia de Leça 10t de cimento para a construção de uma piscina na praia de Leça da Palmeira, junto ao Molhe Norte do porto de Leixões. A obra deveria ser devidamente fiscalizada pela ECL e pelo Laboratório da Faculdade de Engenharia do Porto.¹⁰²⁹ O objetivo era demonstrar aos responsáveis pelas obras de Leixões a boa qualidade do cimento que produziam em presença de águas salinas.¹⁰³⁰

Recorde-se que, em 1926, o Presidente da Comissão Executiva de Leixões era Francisco Xavier Esteves, o que poderá indicar que terá sido este a colocar em questão o uso de cimento «Liz» naquela obra, uma vez que, como já foi referido, existia um evidente conflito de interesses. Xavier Esteves não só dirigia a Fábrica Tejo, como também dirigia a Casa Comercial Xavier Esteves e C^a, que se dedicava à importação de maquinaria e vários produtos, entre os quais possivelmente cimento. No ano de 1926, segundo a Junta de Leixões, o consumo de cimento

¹⁰²⁷ Teotónio dos Santos Rodrigues (1891-1955), nascido no Porto, concluiu a licenciatura em engenharia de Obras Públicas em 1915 na Escola de Engenharia anexa à Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, com a classificação de 16 valores. Ainda enquanto estudante, em 1910, fundara a revista académica quinzenal, *Luz: Ciência Literatura e Arte*, e o periódico quinzenal *O Lusitano*, tendo sido seu diretor e proprietário. A 31 de Maio de 1919, foi nomeado 2º assistente da 1ª secção de engenharia civil da Faculdade Técnica da Universidade do Porto. Tendo sido nomeado 1º assistente da mesma secção a 20 de Agosto de 1926. Em 1930, foi-lhe conferido pelo Conselho Escolar Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto o grau de Doutor em Engenharia Civil. Seis anos depois, tomaria posse como Vice-reitor da Universidade do Porto a 11 de março de 1936. Para além de ter sido diretor do Laboratório de Ensaios de Materiais, Teotónio Rodrigues foi também Diretor da Faculdade de Engenharia do Porto entre 1947 e 1950. A partir de 1952, passou a ser vogal do Conselho Superior de Obras Públicas. Processo Individual de Teotónio dos Santos Rodrigues. AHMOP. Consultado a 23 abril 2014.

¹⁰²⁸ A ECL estabeleceu este contacto através do seu gerente da sua Filial no Norte.

¹⁰²⁹ Cf. s.a. *Conjunto de folhas...*, s. p.

¹⁰³⁰ Idem.

atingira cerca de 1 208,780 quilos adquirido em barricas e sacos. O único cimento nacional ali utilizado era o da Fábrica Tejo.¹⁰³¹

Entretanto, a ECL iniciou contactos com vários Laboratórios nacionais e estrangeiros, e com as entidades ligadas às Obras Hidráulicas. Um ano depois, a 30 de junho de 1927, foi entregue ao Ministério do Comércio e Comunicações um requerimento da ECL com «(...) as referências feitas pela exploração do Porto de Lisboa quanto ao comportamento do cimento “Liz” na água do mar».¹⁰³² Para além destes dados, na mesma data foi ainda enviado a este ministério um documento com a lista das obras e reparações às estradas da região de Leiria que ligavam a Fábrica à envolvente, realizadas pela ECL. A empresa procurava mostrar ao Estado quão empenhada estava em contribuir para melhorar as infraestruturas viárias do Distrito de Leiria.

No “Documentário” acima referido, é explicado que entre 1925 e 1929 tinham sido realizadas várias obras em portos nacionais nas quais fora utilizado cimento «Liz». A partir de 1925, apenas dois anos após a inauguração da sua Fábrica de cimento, a ECL começara a realizar ensaios em águas de mar:

Como era natural, foi submetido também a vários ensaios na água do mar e já em 1925 certa entidade verificava que sujeito o cimento Liz no ensaio então em voga de pasta dura e à tracção nessa água, se davam quebras nas resistências aos sucessivos ensaios, umas vezes iguais, outras vezes maiores do que as que apresentavam alguns outros cimentos ensaiados. Havia à primeira vista razões para desconfiar do produto e conquanto não oficialmente, eram postos vários colegas de sobre aviso de que o cimento Liz se comportava mal na água do mar.¹⁰³³

É ainda explicado que, como se verá ao longo deste capítulo, todos os cimentos apresentavam resistências baixas a esse ensaio, tanto os cimentos nacionais como os estrangeiros, uns mais cedo, outros mais tarde.¹⁰³⁴

A 16 de julho de 1927, foram iniciados pela ECL novos ensaios nas águas do porto de Lisboa, na presença do representante da Administração do Porto de Lisboa, da ECL, e do construtor da obra.¹⁰³⁵ Foram mergulhados no Entreposto de Santa Apolónia, sob o cais da Companhia Nacional de Navegação, ligados por uma corrente, cerca de 60 cubos de betão fabricados com

¹⁰³¹ O cimento utilizado nas obras daquele porto em 1926 foi: Cimento «Elefante» (estrangeiro) cujo custo era de 63\$95 por barrica de 180 quilos; Cimento «Tejo» com o custo de 63\$38 cada barrica de 180 quilos; e Cimento «Tejo» em saco de 50 quilos com o custo de 14\$60. Cf. JAIMP, *Relatório e Contas sobre o Exercício do Ano Económico de 1926, (Douro-Leixões)* (Porto: Oficinas do Comércio do Porto), 1928, 32.

¹⁰³² Cf. Pinto, *Caderno IIA*, s. p.

¹⁰³³ Cf. ECL, *O Emprego...*, 1932, 9.

¹⁰³⁴ *Idem*.

¹⁰³⁵ O representante da Administração do Porto de Lisboa era José de Moraes Carvalho; da ECL o engenheiro Gastão Benjamim Pinto acompanhado de um funcionário Jaime Pinto; e ainda o construtor António Veiga.

cimento «Liz» de composições e volumes diferentes. Uns ficariam permanentemente mergulhados, outros ficaram sujeitos às marés. O objetivo daquele ensaio era compreender a variação do comportamento do cimento em função da sua composição ao longo dos cinco anos seguintes. Estes cubos foram, entretanto, sendo levantados e analisados periodicamente.¹⁰³⁶

Um mês e meio depois, a 10 agosto 1927, a ECL enviou um novo requerimento ao Ministro do Comércio e Comunicações, comunicando os primeiros resultados dos ensaios realizados no porto de Lisboa.¹⁰³⁷ No requerimento enviado ao Ministro a 27 de julho de 1929, Henrique Sommer destaca em particular os ensaios destes cubos no Entrepoto de Santa Apolónia, assim como os realizados nas águas do porto de Setúbal, pela direção daquele porto. Sommer explica o tipo de ensaios que vinham a ser ali realizados sob as indicações de um técnico estrangeiro, Jeantemps, com a devida autorização da Administração do Porto de Lisboa.¹⁰³⁸ Estes ensaios de betão fabricado com cimento «Liz» sujeito a águas salinas seriam levantados por períodos determinados, e, submetidos à supervisão do Laboratório Oficial de Estudo e Ensaio de Materiais. Quanto aos ensaios feitos pela Direção do Porto de Setúbal a betões fabricados com cimento «Liz» seriam comparados com betões fabricados com outras marcas de cimento.¹⁰³⁹

No “Documentário” acerca do comportamento do cimento «Liz» realizado pela ECL, encontram-se documentos enviados à empresa que atestam a qualidade daquele cimento aplicado a diversos tipos de obras sujeitas a águas salinas. Documentos que remontam ao período situado entre março de 1926 e dezembro de 1931 e que se referem a portos e a obras hidráulicas tanto estatais como de empresas particulares. (Cf. Anexo 2) No ano de 1926, são referidas: a carta da Junta Autónoma do Porto e Barra da Figueira da Foz;¹⁰⁴⁰ a carta da Junta Autónoma do Ria e Barra de Aveiro;¹⁰⁴¹ e a Carta da Divisão Hidráulica do Tejo - Ministério do Comércio e Comunicações.¹⁰⁴² Em 1927, são referidos: o Ofício da Divisão Hidráulica do Tejo - Ministério do Comércio e Comunicações- sobre o comportamento do cimento «Liz», na Ponte-Cais de

¹⁰³⁶ Cf. Pinto, *Caderno IIA*, s. p.; ECL, «Documento nº 1 – Cópia da Acta da imersão dos cubos de cimento Liz – Lisboa, 18 e julho 1927», em ECL, *O Emprego...*, 1932, 26. O faseamento para o levantamento consecutivo das séries de cubos foi agendado da seguinte forma: 16 de agosto de 1927; 16 de janeiro de 1928; 16 de julho de 1928; 16 de julho de 1930; e 16 de julho de 1932.

¹⁰³⁷ Pinto, *Caderno IIA*, s. p.

¹⁰³⁸ Não foram encontradas mais informações sobre este técnico, na documentação consultada no AHFML.

¹⁰³⁹ ECL, *O Emprego...*, 1932, 26.

¹⁰⁴⁰ Idem, 59.

¹⁰⁴¹ Idem, 63

¹⁰⁴² Idem, 67.

Alcochete;¹⁰⁴³ e o Ofício da Administração do Porto de Lisboa sobre o comportamento do cimento «Liz» utilizado numa obra sob a sua tutela, a Defesa do Cais do Entrepasto de Santa Apolónia.¹⁰⁴⁴ Em 1928, é apenas referida uma carta da empresa *Sena Sugar Estates, Lda*.¹⁰⁴⁵ Como nesse ano a ECL montava o seu segundo forno, é de crer que estaria prioritariamente envolvida nessa complexa tarefa. Quanto ao ano de 1929, são referidas: a carta da Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro;¹⁰⁴⁶ a carta da Administração dos Serviços Hidráulicos;¹⁰⁴⁷ a carta da Companhia de Pesca Portuguesa, SARL;¹⁰⁴⁸ a carta da empresa Lopes, Coelho Dias & C^a, Lda de Matosinhos;¹⁰⁴⁹ e a carta da empresa *Vacuum Oil Company*, sobre a ponte-cais em Santo Amaro em Lisboa.¹⁰⁵⁰ Todos estes ofícios e cartas atestavam o bom comportamento do cimento «Liz» nas obras em que fora utilizado.

Cerca de dois meses depois do pedido de Henrique Sommer, a 3 de setembro de 1929, o Ministério de Antunes Guimarães emitiu, através da Direção Geral de Indústrias, um despacho ministerial publicado no Diário do Governo a 9 de setembro, que nomeava a Comissão de Inquérito ao cimento «Liz» requerida pela ECL. Determinava-se que esta Comissão integraria o Diretor Técnico da ECL, Rocha e Mello, e que seria a empresa a pagar todas as despesas associadas aos trabalhos desenvolvidos pela referida Comissão.¹⁰⁵¹

Entretanto, para melhor se inteirar da questão colocada no requerimento que lhe fora dirigido, o próprio João Antunes Guimarães visitou a 7 de setembro a Fábrica de Maceira-Liz. Foi ali recebido pela Direção da ECL, pelo Governador Civil de Leiria e por um representante da Câmara Municipal de Leiria, tendo-se inteirado de toda a informação acerca da produção e monitorização da qualidade do cimento realizada pelo Laboratório fabril. Finda a visita, foi servido a todos os visitantes um almoço na chamada “Casa da Direção.”¹⁰⁵²

Quanto à *Comissão de Inquérito ao cimento «Liz»*, era constituída por, para além de Rocha e Mello, três engenheiros civis, sendo presidida pelo diretor do Laboratório Oficial de Estudo e Ensaio de Materiais, José Victor Duro Sequeira; os restantes membros eram Afonso Zuzarte de

¹⁰⁴³ Idem, 68.

¹⁰⁴⁴ Idem, 69.

¹⁰⁴⁵ Idem, 70

¹⁰⁴⁶ Idem, 64.

¹⁰⁴⁷ Idem, 60.

¹⁰⁴⁸ Idem, 72.

¹⁰⁴⁹ Idem, 71

¹⁰⁵⁰ Idem, 73

¹⁰⁵¹ Pinto, *Caderno I*, 196 e 285. Sublinhado meu.

¹⁰⁵² Idem, 120.

Mendonça¹⁰⁵³ e José Caetano Vaz Pacheco de Canto e Castro.¹⁰⁵⁴ Aquando da sua permanência ao serviço das Obras Públicas na Índia, Afonso Zuzarte de Mendonça dirigira os trabalhos do porto de Mormugão; recorde-se ainda que, como já foi mencionado, este havia sido frequentador da Praia da Granja, tendo sido apresentado à sua Assembleia pelo pai de Rocha e Mello.

Relembro que em 1929, embora já houvesse regulamentação para o uso de betão armado, não existiam ainda cláusulas para a produção do material construtivo essencial ao seu fabrico – o cimento. Como ficou visto através do caso francês, um dos fatores decisivos na evolução e progresso da indústria do cimento, fora, a partir de meados do séc. XIX, a criação de normas e indicações precisas homologando a produção deste material construtivo. França fora o país que logo no início do século XX, aprovara de forma legal um conjunto de *Cadernos de Encargos Tipo*, começando pelos diferentes ligantes hidráulicos conhecidos até então.¹⁰⁵⁵ Assim, dada a inexistência de regulação da produção de cimento no país, dois meses depois do pedido da ECL, o Estado criou uma segunda Comissão cujo objetivo era aprovar o primeiro documento legal de homologação da produção de cimento nacional – ou seja: o primeiro *Caderno de Encargos* para produção de cimento em Portugal.

¹⁰⁵³ Afonso Zuzarte de Mendonça (1889-1969) estudou na Escola Politécnica de Lisboa e na Escola do Exército, onde completou o curso de Engenharia Civil e Minas em 1914. Por decreto de 25 de março de 1916, foi nomeado engenheiro ajudante da secção de obras públicas do corpo de engenheiros. Em 4 de abril de 1916, foi colocado na Direção de Hidráulica Agrícola e em maio de 1917, foi transferido para a Direção das Obras Públicas do Distrito de Portalegre. Em novembro de 1917, foi promovido a engenheiro subalterno de 2ª classe. No início de 1918, foi destacado para a Direcção-Geral do Comércio e Indústria, onde esteve até julho de 1920. Foi Diretor das Obras Públicas da Índia por duas vezes: de 19 de julho de 1920 a 24 de novembro de 1921 e de 1 de setembro de 1923 a 20 de maio de 1929. Foi também Diretor Fiscal Interino do Caminho-de-Ferro e Porto de Mormugão entre 15 de maio de 1922 e 4 de agosto de 1925. Recebeu dois louvores pelo seu trabalho na Índia. Em junho de 1929, foi colocado na Administração-Geral dos Serviços Hidráulicos e Elétricos. Em 1930, fez parte da Comissão de Estudo da Ponte sobre o Rio Tejo no Montijo. Em 1936, foi nomeado chefe da Repartição de Estudos Hidráulicos. Fez parte da Junta Sanitária de Águas e da Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola (1936). Nomeado Engenheiro Inspector Superior de Obras Públicas em junho de 1940, desempenhou esse cargo até 1959. Cf. Alice Santiago Faria, «L'Architecture Coloniale Portugaise à Goa. Le Département des Travaux Publics, 1840-1926. Doctorat de Université. Université Paris I, 2010, Vol II, 75. Disponível em: Alice Santiago Faria «Afonso Zuzarte de Mendonça» *Biografias. Construindo o Imperio Português no Século XIX*, 2013. <http://www.buildingtheportugueseempire.org/biografias--biographies.html>. (Acedido em 24-04-2014).

¹⁰⁵⁴ José Caetano Vaz Pacheco de Canto e Castro, (1891-1961) nascido em Ponta Delgada, este engenheiro era oriundo de uma das famílias com mais nobres linhagens da Península Ibérica.

¹⁰⁵⁵ Recordo que a designação de ligante hidráulico é aplicada a todo o produto que possa ser utilizado na construção e, que, mesmo debaixo de água, mantenha intacta a sua hidraulicidade, isto é, a sua capacidade aglomerante. O Cimento *Portland* e a Cal Hidráulica hidratada são os mais comuns.

4.8.2. A criação do primeiro *Caderno de Encargos para o fornecimento e recepção de cimento Portland normal português (1929-1930)*

Foi assim que, apenas dois meses após a nomeação da Comissão que iria avaliar a qualidade dos cimentos «Liz», a 20 de novembro de 1929, o Estado nomeou uma segunda Comissão com o objetivo de elaborar e de ser legalmente aprovado o primeiro *Caderno de Encargos Normal para o fornecimento e recepção de Cimento Portland*, no contexto nacional.¹⁰⁵⁶ Este *Caderno de Encargos* devia ser elaborado pelo Laboratório de Ensaios e Estudos de Materiais. Esta Comissão nomeada pelo governo era composta por três engenheiros: João Lino de Sousa Calvão Júnior (1853-1946), António Herculano Guimarães Chaves de Carvalho (1899-1986) e José Osório da Rocha e Mello. Dos três, Rocha e Mello era quem teria mais conhecimentos técnicos, aliados à experiência e à prática sobre a matéria a ser analisada. O primeiro membro desta Comissão era Inspetor do Ministério do Comércio e Comunicações. O segundo, formara-se em 1922 em Engenharia Química Industrial pelo IST, e, sendo aí colaborador de Charles Lepierre, teria certamente conhecimentos técnicos e científicos teóricos, mas, neste período, não teria ainda grande experiência prática no fabrico de cimento. Note-se que nem a Secil nem a Tejo estavam representadas nesta nova Comissão Estatal.

4.8.3. O primeiro Relatório de Duarte Abecassis (1929)

Entretanto, num dos portos no qual vinha sendo usado cimento «Liz», o de Vila Real de Santo António, houve problemas na aplicação do betão. Duarte Abecassis, o engenheiro que dirigia a obra, suspendeu a encomenda de cimento à ECL.¹⁰⁵⁷ A 29 de outubro de 1929, enviou ao presidente da *Comissão de Inquérito para o Estudo do Cimento «Liz»* um relatório sobre o comportamento daquele cimento nas obras que dirigia. O engenheiro explicava ter-se deparado

¹⁰⁵⁶ Esta segunda Comissão, nomeada para estudar e dar parecer sobre o Caderno de Encargos Normal para o Fornecimento e Receção de Cimento Portland, foi criada pela: Portaria de 20 de novembro de 1929, *Diário do Governo*, nº 247, 2ª série, 23 de novembro de 1929. Ministério do Comércio e Comunicações. Ministro J. A. Guimarães.

¹⁰⁵⁷ Duarte Abecassis (1892-1966) nasceu em Vila Real de Santo António, numa família de engenheiros. Fazia já parte da geração dos engenheiros formados em Portugal, formou-se em engenharia civil no IST em 1915, com uma tese de final de curso sobre o cais comercial de Vila Real de Santo António, apresentada em 1917, após ter cumprido o serviço militar. Entre 1918 e 1925, foi engenheiro adjunto da Missão de Estudos do Porto de Macau, teve uma participação ativa na execução das obras do porto exterior. Regressou em 1925 à metrópole, tendo sido colocado na Direção dos Serviços Hidráulicos, ficou encarregado de dirigir os portos do Algarve, até 1933. Entre 1925 e 1933, realizou os seguintes estudos: estudo geral da costa sul do país e dos portos do Algarve; os projetos dos portos de Lagos, de Tavira, o projeto de execução da embocadura artificial da ria, que ligava o canal de acesso ao porto-comum de Faro-Olhão; e a construção do porto de Vila Real de Santo António. Em 1932 foi nomeado por Duarte Pacheco Secretário Geral do Ministério das Obras Públicas e Comunicações. Em 1936, Duarte Abecassis foi nomeado Director-Geral dos Serviços Hidráulicos e Elétricos, no Ministério das Obras Públicas e Comunicações, cargo que ocupou até 1949. Trabalhou durante toda a sua carreira como engenheiro em obras de portos de mar. No final de 1949, tornou-se Presidente do Conselho Superior de Obras Públicas.

com um fenómeno de deslavo numa superfície construída com aquele cimento.¹⁰⁵⁸ Este relatório de Duarte Abecassis contribuiu para avolumar as dúvidas já existentes acerca do cimento «Liz» entre as entidades estatais responsáveis pelas obras hidráulicas.¹⁰⁵⁹

Nas obras daquele porto passou a ser usado cimento alemão «Alsen». Naquele período, este cimento era unanimemente considerado um dos melhores ligantes hidráulicos em presença de águas salinas. Porém, apesar do problema detetado na aplicação do cimento «Liz», Duarte Abecassis decidiu continuar a realizar ensaios, como se verá à frente. Estes ensaios foram feitos tanto com o cimento «Liz», como com o alemão «Alsen»: o objetivo de Abecassis era encontrar uma resposta para o fenómeno com que se deparara, comparando o comportamento destas duas marcas. Este primeiro relatório de Duarte Abecassis terá também contribuído para que as entidades estatais compreendessem a urgência em estabelecer regras que uniformizassem a produção de cimento nacional.

Constata-se assim que, a partir de 20 de novembro de 1929, passaram a existir em simultâneo duas Comissões Estatais a estudar o cimento nacional, com objetivos que, embora fossem diferentes – uma a avaliação do Cimento «Liz» e a outra a criação de um *Caderno de Encargos* - acabavam por coincidir em relação ao seu objetivo, ou seja definir normas e regras cientificamente fundamentadas para aferir a qualidade do cimento produzido.¹⁰⁶⁰ Parece-me particularmente significativo o papel que a ECL desempenhou no processo da certificação do cimento produzido no país, já que o engenheiro e Diretor Técnico da empresa integrava ambas as Comissões.

No início de 1930, o governo que iniciara o processo de certificação do cimento «Liz» cessou funções. A 21 de janeiro, tomou posse o sétimo governo da ditadura, liderado pelo General Domingos Oliveira. Salazar e Antunes Guimarães mantinham-se à frente dos ministérios que vinham dirigindo.

¹⁰⁵⁸ Para perceber o conceito de deslavo veja-se o Artigo 33.º - Colocação do betão em tempo frio ou de chuva, expresso na Portaria nº 246 de 21 de abril de 1998. “(...) 1 - A colocação do betão em tempo frio deve ser efetuada de acordo com as disposições normativas e regulamentares aplicáveis e com o caderno de encargos, devendo proteger-se a superfície da camada com material isolante imediatamente após a betonagem e que será mantido até à betonagem da camada seguinte ou, no mínimo, durante uma semana. 2 - Em período de chuva, não deve ser efetuada qualquer colocação do betão, desde que haja risco de deslavo do betão. 3 - Os trabalhos de colocação do betão que tenham sido suspensos devido ao tempo frio ou à chuva só devem ser retomados quando o betão estiver suficientemente endurecido e as superfícies devem então ser tratadas como juntas de construção, segundo procedimento definido no caderno de encargos.”

¹⁰⁵⁹ ECL, *O Emprego...*, 1932, 28-32.

¹⁰⁶⁰ Sublinhado meu.

4.8.4 Visita à Fábrica de Maceira-Liz da elite técnica envolvida nas Obras Hidráulicas Nacionais e do porto de Leixões (1930)

Cinco meses depois da criação da Comissão encarregada de elaborar o primeiro *Caderno de Encargos*, no sentido de divulgar a qualidade do seu cimento para obras marítimas junto das elites técnica, política e académica, a ECL convidou um vasto conjunto de entidades a visitar a sua Fábrica.

Nesta visita, ocorrida em finais de abril de 1930, deslocaram-se a Maceira-Liz os principais atores históricos envolvidos no processo de decidir o uso do cimento nas Obras Públicas, mais concretamente em portos. A Direção da ECL convidou não só um grupo de engenheiros da Associação dos Engenheiros Civis do Norte de Portugal (AECNP), mas também os peritos responsáveis pelos serviços técnicos das Obras Públicas, pelo Laboratório de Ensaio de Materiais Estatal, pela Direção Técnica das Obras do Porto de Leixões, e pela investigação do Ensaio de Materiais da Faculdade de Engenharia do Porto. Isto é, serviços técnicos do Estado, Academia e Fábrica encontraram-se naquele dia, o que terá certamente contribuído para que os mais altos representantes técnicos do governo, os responsáveis pelas obras de um dos dois principais portos nacionais, e os investigadores ligados ao estudo dos materiais de construção constatassem a importância da inovação tecnológica introduzida por esta Fábrica na qualidade da produção do cimento no contexto industrial português.

A Empresa organizou uma visita guiada às instalações fabris, que terminou com uma receção e um banquete, onde teve um lugar de honra o Presidente da AECNP. No artigo de opinião publicado na revista da AECP, é destacado a importância económica que aquele empreendimento industrial tinha para o país. É também enaltecido o papel dos empreendedores que «inteligentemente iniciaram este projeto cujo acentuado cunho de modernização industrial auspiciava um futuro próspero».¹⁰⁶¹

Nesta visita, muitos dos elementos que ocupavam cargos associados à construção dos portos, nomeadamente ao porto de Leixões, estiveram presentes. Refiro-me ao presidente da AECNP, Flávio Pais que era ainda o engenheiro adjunto da Direção dos Caminhos de Ferro da Beira Alta; ao engenheiro Ezequiel de Campos, que, como vimos, ocupava o cargo de Diretor dos Serviços Municipalizados de Gaz e Eletricidade da cidade do Porto e que era um dos grandes defensores da construção de um porto em Leixões, assim como das obras hidráulicas nacionais; destaque-se também a presença do engenheiro Teotónio Rodrigues, professor e diretor do

¹⁰⁶¹ Cf. «Visita à Fábrica da Empresa de Cimentos de Leiria», *Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses*, nº 650, janeiro-fevereiro 1929, em *Memorial*, Doc. nº 125. AHFML.

Laboratório de Ensaio de Materiais da Faculdade Técnica da Universidade do Porto; e de Gervásio Leite, que, desde 1920, era Diretor Técnico das Obras do Porto Douro- Leixões. A representar o Estado estiveram presentes, os engenheiros Poole da Costa, Administrador Geral dos Serviços Hidráulicos, e António Maria Fernandes, Subdiretor do Laboratório Oficial de Estudo e Ensaio de Materiais. A extensa lista dos visitantes é descrita no início de um dos artigos publicados sobre este acontecimento, para além dos jornalistas e de um vasto conjunto de professores da Universidade do Porto.¹⁰⁶²

Na receção e almoço no espaço da fábrica, os convidados foram recebidos por um grupo de membros da direção da empresa que se deslocaram de Lisboa. Além de Henrique Sommer, estiveram também presentes os membros da Direção, Gastão B. Pinto, José Gomes Ribeiro, Ricardo O’Neal e António Augusto Machado Viera. Representando a Direção Técnica neste estiverem os engenheiros Rocha e Mello, Granger e Fiúza Cabral. Representando o Conselho Fiscal, compareceram Manuel Carlos de Freitas Alzina (Visconde de Merceana), Belchior Machado do CCP, e ainda Luís Sommer, e Constantino Cabral Diretor dos Caminhos de Ferro do Vale do Vouga.

Cerca de quatro meses depois desta visita, em agosto de 1930, foi promulgado o primeiro *Caderno de Encargos Normal para o Fornecimento e Recepção de Cimento Portland*, português construído com base no Relatório da Comissão nomeada para o realizar.¹⁰⁶³ Com a aprovação deste regulamento, ficou determinado que o cimento *Portland* normal a utilizar em quaisquer obras

¹⁰⁶² Da longa lista dos visitantes publicada pelo *Jornal de Notícias do Porto*, constam: Abílio Botelho das Neves, Assistente da Universidade do Porto (AUP); Armando Madureira Silva, AUP; Severiano Chaves, 1º Secretário da Associação dos Engenheiros; Cristiano Spratley; José Sant’Ana; Carlos Pais; José S. Vasconcelos e Castro, AUP; Henrique Serrano, assistente da Faculdade de Engenharia do Porto (AFEP); Augusto Fonseca Júnior; F. Moreia de Sá, Comandante do Batalhão de Sapadores Mineiros; Paulo Barbosa, AFEP; J.T. Correia Pacheco; Paulino da Silva; Abílio Donas Botto; Avelino de Andrade, chefe da 3ª repartição da CMP; Carlos F. Barros, AFEP; Júlio C. Vouga; Carlos P. Afonso; Guilherme P. de Magalhães; J. Castro Portugal; Tomás Dias, Professor FEP; Mário Borges; M. Lopes Lima; Rubem B. Gomes; Humberto Ferraz; Mário V. Teixeira; Luís de Sá; João C. Lima; António da Mota Coelho, engenheiro Chefe das Estradas (Viseu); Mário Figueiras, engenheiro Chefe das Estradas (Porto); Francisco Perdigão, Chefe da Circunscrição Hidráulica do Norte; António Bernardo Ferreira, Chefe da 2ª Circunscrição Mineira do Norte; Carlos M. Oliveira; Filipe Pereira; José Santa Clara; J.P. Sá Júnior; Joaquim Alegre; M. Moreira do Amaral, engenheiro dos Serviços Municipalizados do Porto; Sebastião do Amaral, engenheiro das Minas de S. Pedro da Cova; Fernando Lobo; Jorge Viana; Visconde da Ermida, dos Caminhos de Ferro do Norte; Estevão Bourbon; Guilherme Lobo, AFEP; Salvador Viegas, vice-presidente da AECNP; Coronel Rodrigues Ascensão, Professor FEP; Fernando Lima e António C. de Moraes. Cf. «A excursão dos engenheiros civis do Norte de Portugal. A visita à Fábrica de Cimento «Liz», perto de Leiria, uma peregrinação à Batalha, etc.», *Jornal de Notícias do Porto*, 1 de maio 1930, em *Memorial*, Doc. 130. AHFML.

¹⁰⁶³ Cf. Decreto nº 18 782, *Diário do Governo*, nº 199, 1ª Série, 28 de agosto de 1930. Presidente do Ministério Domingos Oliveira. Ministério do Comércio e Comunicações – Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Ministro J. Antunes Guimarães. Aprova o primeiro, *Caderno de Encargos para o Fornecimento e Recepção de Cimentos Portland Normal*.

estatais, deveria satisfazer a regulamentação aprovada.¹⁰⁶⁴ De igual modo, o cimento *Portland* normal a utilizar em quaisquer construções de betão armado deveria também obedecer ao regulamento aprovado.¹⁰⁶⁵

Foi através deste diploma legal que foram oficialmente determinados os dois Laboratórios com competência para realizar os ensaios e as análises previstas pelo novo documento homologado: um estatal e um académico. Tratavam-se do Laboratório de Ensaio de Materiais do Ministério do Comércio e Comunicações; e, do Laboratório de Ensaio de Materiais da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.¹⁰⁶⁶ Era anunciado que, imediatamente após a publicação deste decreto, a Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, adquiriria os maquinismos indispensáveis à realização dos ensaios definidos no regulamento e fornecê-los-ia aos respetivos laboratórios habilitados pelo Estado.¹⁰⁶⁷ Como se constatará ao longo deste capítulo, tal só viria a acontecer bastante mais tarde.

Através do Relatório apresentado pela Comissão, fica a saber-se que o seu trabalho fora facilitado pelo minucioso estudo científico já realizado pelo diretor do Laboratório de Ensaio e Estudo de Materiais, o engenheiro Duro Sequeira. Trabalho datado de 28 de julho de 1925, e que três anos depois, a 25 de janeiro de 1928, tivera um aditamento com o objetivo de o atualizar face às descobertas, entretanto realizadas internacionalmente nos vários países que vinham investigando as características do cimento, e do betão armado. A principal alteração prendia-se com a necessidade da realização de ensaios de compressão, uma vez que embora o comportamento da qualidade dos cimentos não se alterasse muito sujeito a esforços de tração, as resistências à compressão variavam muito em função da composição dos diferentes cimentos.

A Comissão explicava que haviam sido consultadas as normas dos vinte países que mais recentemente haviam publicado Cadernos de Encargos. Também nesse ano, Espanha publicara o respetivo Caderno de Encargos. Os mais recentes datavam de 1927, produzidos na Alemanha, Austrália, Bélgica, Itália e Suécia. A França, como vimos, era o país pioneiro na criação de Cadernos de Encargos, mantendo, em 1930, a regulamentação aprovada em 1912.¹⁰⁶⁸ Ainda em

¹⁰⁶⁴ Idem, Art.º 2.

¹⁰⁶⁵ Idem, Art.º 3.

¹⁰⁶⁶ Idem, Art.º 4.

¹⁰⁶⁷ Idem, Art.º 5.

¹⁰⁶⁸ Os Cadernos de Encargos e as respetivas datas por ordem cronológica dos restantes países consultados foram: a Dinamarca 1911, o Brasil, 1913, a Argentina 1914, Noruega 1917, Suíça, 1920, EUA 1922, Inglaterra, Rússia, Polónia e Checoslováquia 1925, e Áustria 1926.

1930, havia sido criada uma «Comissão de Estudo dos Regulamentos Oficiais de Cimentos e Betões», da qual Rocha e Mello passou a ser membro permanente.¹⁰⁶⁹

4.8.5. O segundo e terceiro relatórios de Duarte Abecassis (1930-1931)

Do conjunto de documentos compilados pela ECL elaborados por técnicos portugueses cujo contributo terá sido mais significativo para que o Conselho Superior de Obras Públicas viesse a permitir a utilização de cimento «Liz» nas obras marítimas a partir de fevereiro de 1932, destacam-se os relatórios realizados pelo engenheiro Duarte Abecassis em 1930 e 1931.¹⁰⁷⁰ Estes relatórios foram elaborados na sequência do primeiro relatório acima referido (1929) em que Abecassis identificara o fenómeno de deslavoamento em contacto com águas salinas.

A 12 de agosto de 1930, Duarte Abecassis enviou novo relatório à *Comissão de Inquérito ao cimento «Liz»* sobre o comportamento deste cimento nas obras do porto de Vila Real de Santo António, que continuava a dirigir.¹⁰⁷¹ Aparentemente, o fenómeno detetado na aplicação deste cimento ocorrera também com o cimento alemão «Alsen». Tratava-se do deslavoamento em presença de temperaturas baixas – logo, o problema apontado no relatório de 29 de outubro de 1929 não tinha que ver com o tipo de cimento, mas sim com a aplicação do betão face a diferentes condições atmosféricas. Afinal, segundo Duarte Abecassis, o cimento «Liz» apresentava uma qualidade idêntica à do seu congénere alemão. Mas, como se verá, este segundo parecer não foi suficiente para que o cimento «Liz» readquirisse credibilidade.

No início de 1931, Duarte Abecassis enviou um terceiro relatório, datado de 9 de fevereiro, que demonstrava que o cimento «Liz» era perfeitamente adequado à construção de obras marítimas.¹⁰⁷² Neste relatório enviado à Direção Geral da Hidráulica, Duarte Abecassis fazia uma análise comparativa dos ensaios de quatro marcas de cimento, duas nacionais e duas estrangeiras. As nacionais foram a «Liz», a «Tenaz» (Secil) e ainda a Cal Hidráulica do Cabo Mondego. As estrangeiras foram a alemã «Alsen» e a belga «Canon Brand». Curiosamente, o cimento «Tejo» não foi utilizado. Estes ensaios diziam respeito às obras que decorriam em Lagos e Faro, já que os

¹⁰⁶⁹ Em 1930, quatro dias após a aprovação da normalização e homologação da produção de cimento português, ocorreu um evento que marcaria o início da discussão a nível internacional do uso do betão armado. Tratou-se do I Congresso Internacional de Betão Armado, que decorreu entre 1 e 6 de setembro em Liège, na Bélgica. Este foi o primeiro encontro mundial onde engenheiros e cientistas oriundos das mais diversas partes do mundo tiveram oportunidade de discutir e fixar estratégias de desenvolvimento desta nova técnica construtiva. Portugal foi representado pelo Estado, pela Academia, pela indústria dos Cimentos, e por um grupo de engenheiros que se dedicavam à construção civil.

¹⁰⁷⁰ Neste período, para além do porto de Vila Real de Santo António, Duarte Abecassis era ainda responsável pelos portos de Faro e pelo molhe – cais de Lagos.

¹⁰⁷¹ ECL, *O Emprego...*, 1932, 33-45.

¹⁰⁷² Idem, 46-56 e 65. Este relatório foi posteriormente complementado por dois outros.

resultados de Vila Real de Santo António haviam sido já apresentados em agosto do ano anterior. Ao longo de onze páginas, Duarte Abecassis expõe através de tabelas comparativas os ensaios realizados entre janeiro de 1929 e novembro de 1930, reportando seis tipos de dados: datas de moldagem dos blocos, de imersão, de retirar os blocos da água, de esmagamento, e ainda os valores da densidade e da carga de rotura.

Ao longo de seis pontos, Duarte Abecassis expõe exaustivamente as suas conclusões, começando por afirmar que naquele ano as grandes autoridades mundiais naquele assunto ainda não tinham a certeza absoluta acerca das propriedades a que devia obedecer um aglomerante que se pudesse considerar resistente à ação do mar.¹⁰⁷³ Começa por reportar os dados redigidos por um dos mais ilustres engenheiros americanos especialista em portos, G. Nicholson, na Convenção Anual da Associação das Direções dos Portos do Pacífico.¹⁰⁷⁴ Abecassis expõe as conclusões a que Nicholson chegara através da sua investigação, sintetizando a evolução da aplicação de cimentos na confeção de betões utilizados em portos nos EUA, concluídos nos últimos trinta anos.

Segundo Abecassis, Nicholson explica que, face ao pouco tempo de existência daquelas obras, ainda não era possível tirar conclusões irrefutáveis. Porém, nas obras de betão realizadas em portos ao longo da Costa do Pacífico tinha-se desenvolvido acentuada deterioração, observável nos portos do Noroeste da América, em S. Francisco, e no Sul da Califórnia, e em Los Angeles. Nestas obras, experimentara-se fazer pinturas impermeabilizantes nas estacas de betão usadas, mas tal medida apenas retardara um pouco o início da decomposição das mesmas. Mesmo nas obras mais recentes mencionadas, com apenas cinco anos, os sinais de decomposição dos betões eram já aparentes. Refere ainda a deterioração apresentada por betões usados em portos nas Filipinas, no Havai e no Oriente. Quanto aos portos europeus, na maioria dos casos não apresentavam sinais tão acentuados de deterioração como os dos EUA. Segundo Nicholson, grande parte dos portos europeus haviam já sido construídos com massas de betão aplicadas em áreas maiores, logo haviam resistido bastante melhor ao efeito da água do mar.

Após citar o engenheiro americano, Duarte Abecassis, explica que grande parte das anomalias detetadas nas obras portuárias eram devidas a problemas relacionados com a confeção do betão em si e não com a qualidade do cimento utilizado. Um dos problemas mais frequentes era o do retardamento da presa completa do betão face a baixas temperaturas. Explica que ainda não haviam sido realizados estudos aos aglomerantes utilizados, e, como tal, as deficiências

¹⁰⁷³ Sempre que for referido o termo aglomerante, este refere-se a seixos rolados ou brita, e areias.

¹⁰⁷⁴ Cf. Comunicação divulgada em janeiro de 1927 na revista *The Dock and Harbour Authority*. Citado por Duarte Abecassis em: ECL, *O Emprego...*, 1932, 55.

desconhecidas presentes nestes poderiam estar na origem dos problemas detetados nos betões confeccionados. Isto é, no início dos anos trinta, ainda não se conheciam aglomerantes suficientemente fiáveis na produção de betão.

Mas a principal conclusão a que Duarte Abecassis chegou foi a de que o cimento belga «Canon Brand», amplamente utilizado em trabalhos marítimos, e que vinha a ser utilizado nas obras do porto de Leixões, obras que vinham sistematicamente a preterir o uso de cimento «Liz», tinha de um modo geral, nos ensaios realizados, resistências bastante inferiores às do cimento «Liz». Abecassis concluía:

Que o sentido geral dos ensaios feitos com o cimento Liz, um grande número dos quais aos seis meses, vários a um ano e para Faro já dois anos, o põe muito nitidamente acima de todos os outros aglomerantes hidráulicos nacionais até hoje fabricados e até de algumas marcas estrangeiras acreditadas; e em comparação muito favorável com o cimento «Alsen» que é uma das melhores marcas estrangeiras.¹⁰⁷⁵

Porém, uma vez mais a sólida argumentação de Duarte Abecassis, fundamentada na análise de dados de ensaios comparativos, não foi suficiente para convencer os técnicos do Estado a validar o cimento «Liz» no uso nas obras dos portos.

4.8.6. As notas pessoais de Rocha e Mello (1931)

Para além destes relatórios, uma das fontes que permite compreender um pouco melhor este processo de homologação do cimento «Liz» é a perspetiva de um dos principais atores nele envolvido; refiro-me ao engenheiro Rocha e Mello. As anotações pessoais registadas na sua agenda do período entre janeiro e junho de 1931 ilustram bem a sua perspetiva.¹⁰⁷⁶ Enquanto o engenheiro Duarte Abecassis elaborava os seus relatórios, Rocha e Mello desdobrava-se em contactos que iriam revelar-se imprescindíveis à posterior aprovação da utilização em obras marítimas do cimento «Liz». Estes registos pessoais relativos ao primeiro semestre de 1931 são um testemunho expressivo, não só do afã de contactos que implicou este processo, como das principais preocupações do Diretor Técnico da Fábrica, que dedica particular atenção à instabilidade política deste período.

A 23 de fevereiro, Rocha e Mello anotou uma deslocação a Lisboa onde se reuniu com Henrique Sommer e com a Empresa italiana a quem haviam sido adjudicadas as obras do Porto de

¹⁰⁷⁵ Cf. ECL, *O Emprego...*, 1932, 55.

¹⁰⁷⁶ Cf. Melo, *Agenda Pessoal...*, 1931.

Lisboa, a Sociedade Italo-Portuguesa de Construções.¹⁰⁷⁷ O objetivo seria certamente encontrar forma de negociar o fornecimento de cimento «Liz» para esta importante obra portuária. Entretanto, a 23 e 26 desse mês, Duarte Abecassis enviava dois relatórios à Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Elétricos com o objetivo de complementar o terceiro Relatório acima citado, enviado no dia 9 do mesmo mês.¹⁰⁷⁸ Duas semanas depois, a 7 de março, Rocha e Mello anota que na sua ida de comboio para a Granja, encontrara o Ministro do Comércio e Comunicações com quem falara sobre os Relatórios do Engenheiro Duarte Abecassis.¹⁰⁷⁹ Esta anotação, para além de permitir perceber que Rocha e Mello teria proximidade com Antunes Guimarães, poderá ainda indicar o peso destes relatórios no desenrolar de todo este processo.

Ao longo deste período de tempo, o Diretor Técnico da ECL refere permanentemente a preocupação com a falta de encomendas de cimento. A 14 de abril de 1931, Rocha e Mello anota que «(...) as encomendas estão um pouco melhor». Faz ainda referência à Proclamação da República em Espanha.¹⁰⁸⁰ Quatro dias depois, escreve que recebera à noite telegrama anunciando a entrega dos revoltosos nos Açores. Entretanto, fora acordado entre a ECL e a Sociedade Italo-Portuguesa de Construções que esta contratasse um engenheiro italiano especialista em cimentos, com o objetivo de testar o cimento «Liz» e dar o seu parecer. Chamava-se Fernando Parissi e esteve em Maceira-Liz de 21 a 24 de abril, tendo realizado toda uma série de ensaios a blocos de betão no Laboratório.¹⁰⁸¹ Analisou também as propriedades do cimento «Liz» com o intuito de verificar se este demonstrava qualidade para ser usado nas obras do porto de Lisboa. No dia 23, Rocha e Mello anotou que, à tarde, levava o engenheiro italiano a visitar o Mosteiro da Batalha, tendo este apreciado bastante a visita. No dia 24, Parissi regressou a Lisboa com Gastão B. Pinto, e, Rocha e Mello volta a demonstrar preocupação com a falta de encomendas de cimento.

A 27 de abril, parte para Lisboa a pedido de Henrique Sommer, e reúnem-se novamente com a empresa italiana responsável pelas obras do porto daquela cidade.¹⁰⁸² Nesse dia, depois de reunião, jantaram no requintado Restaurante Tavares, tendo acabado por pernoitar na capital. A 18 de maio, Rocha e Mello desloca-se novamente a Lisboa onde se encontra com os representantes da Sociedade Italo-Portuguesa de Construções, e com o Diretor do Laboratório Oficial de Estudo e

¹⁰⁷⁷ Idem.

¹⁰⁷⁸ Cf. ECL, *O Emprego...*, 1932, 57- 58.

¹⁰⁷⁹ Cf. Melo, *Agenda Pessoal...*, 1931.

¹⁰⁸⁰ Idem.

¹⁰⁸¹ Tratava-se do engenheiro químico Fernando Parissi, assistente na Escola de Engenharia de Roma. Segundo Gastão, trabalhara nas Obras do Porto de Genova, e colaborava na Empreitada das Obras da 3ª secção do Porto de Lisboa, tendo estado na Fábrica para ensaios de cimento de 22 a 24 de abril 1931. Cf. Pinto, *Caderno I*, 120.

¹⁰⁸² Cf. Melo, *Agenda Pessoal...*, 1931.

Ensaio de Materiais. É de sublinhar a informalidade no trato com o Diretor do Laboratório Estatal, que, entretanto, passara a ser o engenheiro António Maria Fernandes.¹⁰⁸³ Veja-se a entrada da sua agenda desse dia:

Conforme telefonadela Henrique Sommer fui a Lisboa no 202. Almocei (nome do lugar, ilegível) fui ao Lab. Oficial visitar o Fernandes e depois aos italianos. Voltei no 207 com Pascoal.¹⁰⁸⁴

No mês de abril, continuam as negociações com a empresa italiana, já que, no dia 28, Rocha e Mello volta a Lisboa. De manhã, reúne com Sommer na Sede da ECL, em seguida, reúne-se com os representantes da Sociedade Italo-Portuguesa de Construções, e por fim, faz nova visita ao Laboratório Oficial de Estudo e Ensaio de Materiais reunindo-se com o seu Diretor.

Aparentemente, tudo apontava para que fosse negociado o fornecimento de cimento «Liz» a esta importante obra pública. Efetivamente, três dias depois, a 1 de maio, a ECL recebe uma carta da Sociedade Italo-Portuguesa de Construções sobre o fornecimento de 14 toneladas de cimento «Liz» para as obras da 3ª Secção do Porto de Lisboa. Esta encomenda fora realizada através de um acordo verbal entre Henrique Sommer e o Diretor da empresa italiana.¹⁰⁸⁵ A 5 de maio, Rocha e Mello envia uma carta à Direção da ECL sobre os ensaios ao cimento «Liz» realizados nos Laboratórios Oficial e no Laboratório da Fábrica com o objetivo de fornecer cimento para as obras do porto de Lisboa.¹⁰⁸⁶

Entretanto, em junho de 1931 ocorreu um evento que se terá revestido de importância para o difícil processo negocial entre a ECL e o Estado, refiro-me ao I Congresso Nacional de

¹⁰⁸³ António Maria Fernandes (1892-1966), nascido em Trancoso, era formado pela Escola de Engenharia da Universidade do Porto onde fez o curso de engenheiro civil das obras públicas (média final de curso distinto 16 valores, terminado a 27-10-1915) e o curso de Engenheiro Industrial. No seu percurso académico, fez um tirocínio no caminho-de-ferro do Porto à Póvoa e Famalicão e na Rede do Estado (Minho e Douro) durante 2 meses no ano letivo de 1913-1914. Fez também um tirocínio na divisão de hidráulica do Douro e na direção das Obras Públicas de Coimbra por 2 meses no ano letivo 1914-1915. Terminado o curso, em 1916 concorreu como engenheiro civil ao quadro das Obras Públicas. Porém, a mobilização para a Grande Guerra em França acabou por não lhe permitir iniciar logo nesse ano iniciar uma carreira nas Obras Públicas. Foi a 8 de junho de 1929 que António Maria Fernandes passou a pertencer à Direção Geral dos Edifícios e monumentos Nacionais, integrando o Laboratório Oficial de Estudo e Ensaio de Materiais. Foi membro da “Membre de l’Association Internationale Permanent des Congrès de la Ronte”. Processo Individual de António Maria Fernandes (1920-1934). AHMOP.

¹⁰⁸⁴ Cf. Melo, *Agenda Pessoal...*, 1931.

¹⁰⁸⁵ Cf. ECL, *O Emprego...*, 1932, 79.

¹⁰⁸⁶ Idem, 74-77. Este documento é acompanhado de dois quadros, tratam-se dos Documentos: ECL, «Documento nº 21-A – Quadro nº1 – “Ensaio em água de mar de alguns cimentos nacionais e estrangeiros realizados nos Laboratórios da Fábrica de Cimento Liz”, Da Direção Técnica da Fábrica Liz dirigido à ECL (objetivo de fornecer cimento para as obras do Porto de Lisboa) – Maceira-Liz, 5 de maio de 1931 – José da Rocha e Melo e Amável Jardim Granger, desdobrável s.p.» e ECL, «Documento nº 21-B – Quadro nº2 – “Ensaio oficiais feitos sobre cubos de betão de cimento Liz de 20 cm de aresta imersos no Tejo sob a fiscalização do Porto de Lisboa. Da Direção Técnica da Fábrica Liz dirigido à ECL (objetivo de fornecer cimento para as obras do Porto de Lisboa) – s.d.», 78.

Engenharia, organizado pela Associação dos Engenheiros Civis Portugueses (AECp).¹⁰⁸⁷ Através de uma anotação de Rocha e Melo, percebe-se que este estaria bastante empenhado e preocupado com os preparativos da participação da ECL neste evento. A 11 de maio, explica que «enviara para Lisboa o trabalho para o I Congresso Nacional de Engenharia».¹⁰⁸⁸ A 11 de junho, anota que «continuam preparativos para a recepção do Congresso».¹⁰⁸⁹ É particularmente significativa a entrada de sexta-feira, 12 de junho, acerca da recepção organizada pela Fábrica aos participantes do Congresso: «Foi hoje finalmente a tão esperada visita dos congressistas. Visita e festa bonita, copo d'água, etc».¹⁰⁹⁰

Assim, no Verão de 1931, tudo indicava que as negociações entre o Estado, através da Administração do Porto de Lisboa, e a ECL estariam bem encaminhadas, tendo-se deslocado inclusivamente o próprio Administrador Geral do Porto de Lisboa, o engenheiro responsável pelos trabalhos, e, o empreiteiro da Sociedade Italo-Portuguesa de Construções, a Maceira-Liz a 8 de julho, com o objetivo de negociar a utilização do cimento nos trabalhos que decorriam. Após este contacto reiniciaram-se naquele porto os ensaios aos cubos de betão produzidos com cimento «Liz». Assim, entre 11 e 12 de agosto de 1931, foram retirados os últimos cubos de betão que haviam sido mergulhados em Santa Apolónia quatro anos antes, em 1927.

Mas, na semana seguinte, o Estado proibiu novamente o uso de cimento «Liz» nas obras do porto de Lisboa. A 21 de agosto, o Diretor da empresa italiana, Arturo Bajan, comunicou à ECL que teria de suspender a encomenda de cimento já que a Administração do Porto de Lisboa continuava a não permitir que este ali fosse utilizado.¹⁰⁹¹

No final de agosto de 1931, pode imaginar-se o desalento entre os técnicos e diretores da ECL, após tão moroso processo de ensaios laboratoriais e de contactos estabelecidos. No entanto, logo a 8 de setembro, a ECL estabelece contactos com Junta Autónoma do Porto Douro-Leixões. Nesse dia, foram realizados os primeiros ensaios oficiais de cubos de cimento «Liz» em Leixões. Estiveram presentes: um responsável do Laboratório de Ensaio e Estudo de Materiais, o engenheiro Lopes Lima da JAIMPL, e Joaquim Cabral da ECL.¹⁰⁹² Foram mergulhados em Leixões 72 cubos de betão fabricado com cimento «Liz». Foram ainda mergulhados outros 72 cubos de betão na baía

¹⁰⁸⁷ O I Congresso Nacional de Engenharia decorreu em Lisboa de 7 a 11 de junho de 1931. Foi presidido por Manuel da Silveira e Castro, e teve como secretário-geral José Nascimento Ferreira Dias Jr., tendo participado cerca de 200 congressistas. Entre os quais estiveram a maioria dos atores já mencionados, que estiveram envolvidos em todo este processo.

¹⁰⁸⁸ Cf. Rocha, *Agenda Pessoal de...*, 1931.

¹⁰⁸⁹ Idem.

¹⁰⁹⁰ Idem.

¹⁰⁹¹ Cf. ECL, *O Emprego...*, 1932, 80.

¹⁰⁹² Cf. ECL, *Conjunto de folhas...*, s. p.

de S. Martinho do Porto. O objetivo era proceder a um conjunto de ensaios a longo prazo do comportamento do betão. Este ensaio marcaria o início das negociações entre a ECL e a Junta Autónoma do Porto Douro-Leixões.

Embora não tenha tido acesso a dados que esclarecessem a situação das outras duas fábricas neste período quanto ao uso dos seus cimentos em obras portuárias, estas estariam também provavelmente com problemas semelhantes aos da ECL. Atesta-o a reunião dos seus representantes com o Diretor da ECL e com os presidentes das AIP e AI Portuense, respetivamente José Maria Alvares e Albano de Sousa. Reunir-se-iam todos em Lisboa na AIP a 18 de setembro de 1931.¹⁰⁹³ Após esta reunião, todos os seus intervenientes decidiram juntar-se à ECL na demanda pelo uso do cimento nacional nas obras dos portos de mar. Desta reunião resultou ainda a redação conjunta de uma representação (requerimento) ao Governo. Esta representação foi enviada ao Presidente do Ministério, Domingos Oliveira; ao Ministro do Comércio e Comunicações, Antunes Guimarães; e ao Subsecretário de Estado das Finanças. O conteúdo deste requerimento foi, entretanto, amplamente divulgado pela imprensa.¹⁰⁹⁴

O requerimento explicava que, quando a 28 de agosto de 1930, fora aprovado o *Caderno de Encargos para fornecimento e recepção de cimento Portland Normal*, documento que passaria a regular a produção de cimento a aplicar em obras do Estado, os cimentos que produziam obedecendo a estas regras seriam reconhecidos formalmente pelo Estado. O regulamento português fora elaborado por uma Comissão de técnicos competentes, tivera como base de comparação regulamentos oficiais de cerca de vinte países e passara a ser um dos mais exigentes dos então existentes. Aprovado aquele Regulamento, e estando a ser lançado um vasto conjunto de obras públicas entre as quais se destacavam os portos que maior consumo de cimento viriam a ter, as fábricas portuguesas haviam-se modernizado e ampliado com o objetivo de dar resposta ao desafio que estas constituíam. Porém, a aplicação de cimento nacional nas obras dos portos, tendo pontualmente levantado algumas dúvidas, implicou a consulta do Conselho Superior das Obras Públicas. Com as encomendas dos empreiteiros, que realizavam as obras portuárias suspensas, as Fábricas nacionais apoiadas pelas Associações Industriais Portuguesa e Portuense vinham requerer junto do Estado que reavaliasse:

¹⁰⁹³ Sobre a ação da Associação Industrial Portuguesa face à crise da indústria nacional, e ao apelo ao consumo de bens produzidos internamente neste período ver: José Luís Cardoso, «Ecos da Grande Depressão em Portugal: relatos, diagnósticos e soluções», *Análise Social*, 203, XLVII (2ª), (2012), 370-400.

¹⁰⁹⁴ Cf. ECL, *O Emprego...*, 1932, 87.

(...) o parecer do Conselho Superior das Obras Públicas, evitando assim interpretações nocivas aos interesses da nação e aos legítimos direitos da Indústria nacional.¹⁰⁹⁵

Parece-me ainda importante lembrar que, em 1931, as duas outras fábricas nacionais haviam passado por um profundo processo de modernização, tendo investido avultadas quantias na introdução de fornos rotativos, como analisado no capítulo anterior. No caso da Secil, foram as obras do porto de Setúbal, adjudicadas em meados de 1930, que desencadearam a rápida reformulação de toda a linha de produção existente.¹⁰⁹⁶ Em outubro de 1931, a capacidade de produção aumentou para as 46 000t. Quanto à reformulação da Tejo, terão sido certamente as obras do porto de Leixões que terão pesado no investimento ali iniciado em 1931; até ao final do ano, aquela Fábrica passou a produzir cerca de 30 000t de cimento.

Em resposta àquela representação, o Ministro do Comércio e Comunicações, determinou que a Comissão de Inquérito criada dois anos antes para avaliar o comportamento do cimento «Liz» nas obras dos portos, passasse a ocupar-se também dos restantes cimentos nacionais.¹⁰⁹⁷ Este alargamento das competências da Comissão às outras fábricas portuguesas produtoras de cimento terá sido o passo decisivo para a certificação e homologação oficial dos cimentos nacionais a usar em presença de águas salinas. O que levou as duas outras fábricas a juntarem-se à ECL no pedido ao Estado para a Aprovação de Cláusulas que determinavam o uso do cimento nacional nas obras portuárias terá sido, em junho de 1931, a aprovação pelo Estado do *Programa de Concurso e respetivos Cadernos de Encargos para a realização de Leixões*. Como já referi, a construção deste porto foi de longe a obra tecnicamente mais complexa dos portos nacionais – foi determinante no desenrolar do processo negocial entre a ECL e o Estado. Este processo negocial, iniciado em julho de 1929 pela ECL, contava agora com as duas outras fábricas de cimento nacionais, mas, como se verá a seguir, parece ter sido a persistência da ECL que permitiu encontrar um desfecho no início de 1932.

¹⁰⁹⁵ Idem.

¹⁰⁹⁶ As obras do porto de Setúbal haviam sido adjudicadas à empresa dinamarquesa de construção civil *Højgaard & Schultz*. Como a empresa precisava com urgência de cimento de boa qualidade para executar a obra, já que a importação de cimento iria encarecê-la, esta empresa serviu de intermediária na negociação entre a Secil e outra empresa dinamarquesa, a *F.L. Smidth & C^a*, conhecida como fabricante de equipamentos para a montagem de fábricas de cimento. A *F.L. Smidth & C^a* não só acabaria por ser responsável por toda a reformulação da linha de montagem de fabrico de cimento da Secil (introdução de fornos rotativos), como passou a ser sócia maioritária da Secil a 20 de março 1931. A declaração da aprovação ministerial da adjudicação das obras do porto de Setúbal, data de 2 de julho de 1930. *Diário do Governo*, nº150, 2ª Série, 2 de julho de 1930.

¹⁰⁹⁷ Rocha e Mello já não integrou esta Comissão.

4.8.7. O papel dos Relatórios dos Especialistas dos Laboratórios Europeus contactados pela ECL

Após o envio do requerimento conjunto pelas três fábricas ao governo em setembro de 1931, antecipando eventuais dificuldades colocadas pelo Conselho Superior de Obras Públicas, a ECL decidira ainda nesse mês solicitar a três especialistas europeus que analisassem amostras do cimento e betão. O objetivo era que três dos mais reputados especialistas europeus pudessem pronunciar-se acerca do comportamento do cimento produzido em Portugal sob ação de águas salinas. No final de 1931, a ECL retomará o contato com os Laboratórios europeus já referidos no capítulo 1 desta tese.

Foi escolhido em França Ernest Leduc, engenheiro técnico especialista em cimentos, antigo chefe do Laboratório de Cimentos (*Chef de la Section de Matériaux de Cosntruction au Conservatoire National des Arts et Métiers e Ancien Chef du Laboratoire des Éssais de Ciment au Ministère de Guerre*);¹⁰⁹⁸ em Inglaterra, o Laboratório de *Henry Faijá & Cº Portland Cement Testing Works & Chemical Laboratories*;¹⁰⁹⁹ e na Alemanha Hans Küll, diretor dos Laboratórios de Ensaio «Dr. Michaelis» e do Instituto de Investigação de Cimentos de Berlim.¹¹⁰⁰

Entretanto, a 16 de outubro de 1931, foi adjudicada por deliberação do Conselho de Ministros por 60 859 contos-ouro, a primeira empreitada do porto de Leixões - o Molhe Exterior - obra que iria absorver enormes quantidades de cimento. Esta adjudicação terá provocado o endurecimento das posições negociais por parte da ECL em relação ao Governo, no sentido de se ultrapassar o impasse que permanecia em relação ao uso de cimento «Liz» nas obras portuárias.

As conclusões dos três relatórios de especialistas estrangeiros, recebidos pela ECL entre 13 de outubro e 14 de novembro de 1931, eram unânimes ao concluírem que o cimento «Liz» apresentava características que o colocavam a par dos cimentos de marcas internacionais utilizados em obras sujeitas a águas salinas. Embora todos eles apresentassem justificações que provavam cientificamente a sua qualidade, terá sido o relatório redigido por Hans Kühl, de Berlim, que melhor argumentou nas suas conclusões, face aos ensaios realizados. Também os engenheiros da Comissão de Estudo Estatal terão ficado convencidos com os seus argumentos, uma vez que, quando o Regulamento foi finalmente aprovado e publicado, o nome deste especialista alemão foi ali mencionado.

¹⁰⁹⁸ Cf. ECL, *O Emprego...*, 1932, 88-91

¹⁰⁹⁹ Idem, 92-98.

¹¹⁰⁰ Como foi referido no capítulo 2, já em 1922 a ECL requerera o parecer de Hans Kühl, acerca do cimento que começava a produzir.

No resumo final do relatório, Hans Kühl, conclui, após uma detalhada exposição das considerações acerca das análises realizadas pelo seu laboratório ao cimento «Liz», o seguinte:

(...) conclui-se que o produto fabricado pela Empresa de Cimentos de Leiria é um cimento de propriedades absolutamente normais, que em contacto com a água do mar, não será mais atacado do que qualquer outro bom cimento. Esta conclusão resulta aliás também de excelentes resistências obtidas em argamassa tanto à compressão como à tracção em provetes mergulhados durante anos em água do mar. O retrocesso da resistência observado em provetes de tracção em pasta pura, nada tem a ver com o comportamento do cimento em água do mar; estas quedas de resistência não se dão só com o cimento de Leiria pois é um fenómeno que se observa em muitos outros cimentos ensaiados. As quedas de resistência à tracção são uma consequência de fenómenos de retraimento (contracção) que apresentam os provetes de pasta pura. Poderia até daqui tirar-se a conclusão que para obras marítimas se não deveria empregar cimento puro, se esta conclusão não fosse tão elementar, e, por todos os motivos, já muito antiga nas regras da construção. Desde que se trabalhe segundo as regras da construção marítima, com bons betons bem doseados, com aglomerados apropriados, para obter obras bem compactas, o cimento de Leiria comportar-se-á tão bem como qualquer outro bom cimento.¹¹⁰¹

Não se pode esquecer que, no início dos anos trinta, o cimento era ainda um material cujas capacidades estavam a ser estudadas e aferidas em função de diferentes parâmetros, nomeadamente as condições atmosféricas. Em 1931, em vários países europeus estavam ainda a avaliar-se as capacidades físicas e químicas do cimento e do betão, isto é, quais os limites de ensaios mecânicos de tração e compressão que tanto este material como este sistema construtivo possuíam em função de diferentes cenários.

Refira-se, a título de exemplo, a opinião de Kühl acerca das conclusões que os trabalhos de demolição das construções em betão na Ilha de Heligoland haviam permitido tirar. Estas conclusões haviam sido registadas na carta dirigida à ECL, datada de 14 de novembro de 1931. O especialista alemão explicava que através daqueles trabalhos podia concluir-se que os cimentos *Portland* incluídos naquelas obras se haviam comportado bem, sempre que tinha havido cuidado na fabricação de betão compactado. Por outro lado, o betão que mais deixara a desejar fora o que havia sido confeccionado com areia fina de dunas, por exemplo. Outra conclusão tirada destes trabalhos fora que os betões fabricados com cimento *Portland* ou com cimentos de alto forno pobres em cal mostravam fragilidades. Até então, a Comissão Oficial Alemã do Cimento considerava os cimentos pobres em cal como os mais próprios para usar em águas do mar. Após os estudos realizados em Heligoland, a Comissão Oficial Alemã do Cimento Armado abandonou este princípio e declarou

¹¹⁰¹ Cf. ECL, *O Emprego...*, 1932, 99-105.

aptos a ser usados em trabalhos marítimos tanto os cimentos *Portland*, como os cimentos de alto forno, e ainda os cimentos *Portland* de Ferro.¹¹⁰²

Através do Relatório de Kühl, compreende-se que só através das novas oportunidades de aplicar cimento *Portland* em diferentes tipos de obras se poderia tirar conclusões acerca do seu uso na construção a médio prazo. Na década de trinta, começavam a ser estipuladas regulamentações para o uso deste material construtivo, regras que viriam a ser aferidas periodicamente ao longo do tempo em função da evolução da investigação neste campo científico.

Considerando todo o processo da certificação do cimento português a usar em obras marítimas, parece-me que, ao contrário do que acontecera na maior parte dos países europeus, se mantiveram por mais tempo, as dúvidas acerca da sua real qualidade para este fim, entre os decisores políticos. Dúvidas que, aparentemente, se traduziram numa atitude cautelosa tanto por parte dos membros da Comissão Técnica Estatal, como eventualmente por parte de alguns membros do governo, cuja decisão final foi sendo adiada. Refiro-me em particular aos dois ministros que já mencionei, Salazar e Antunes Guimarães. Por um lado, essa cautela é compreensível, dados os enormes investimentos em jogo num período de restrições orçamentais e instabilidade política, e também dada ainda a enorme importância das obras a realizar, bem como a sua complexidade técnica, que exigia um material fidedigno e com provas dadas ao longo do tempo. Mas, por outro lado, em relação ao Estado, outros fatores poderão ter estado na origem deste sucessivo adiar de uma decisão que já se encontraria tecnicamente bem fundamentada. Merece especial reflexão que tenha sido exatamente na fase final desta discussão, a 17 de novembro de 1931, que todas as indústrias passassem a ser abrangidas pelo Condicionamento Industrial.

4.8.8. O endurecimento negocial da ECL em relação ao Estado (nov. 1931 – fev. 1932)

Parece-me que a exposição dirigida pelo Diretor da ECL ao Presidente do Ministério, General Domingos Oliveira, datada de 26 de novembro de 1931, terá tido um papel decisivo em todo este processo. Henrique Sommer enviou uma detalhada exposição acerca de todo o processo que vinha a decorrer. Enviou ainda os três relatórios dos especialistas estrangeiros acima citados que atestavam a boa qualidade do cimento «Liz» em presença de águas salinas. Para confronto com estes, reenviou também o relatório feito em maio de 1931 pelo Diretor Técnico da Fábrica, Rocha e Mello. Foram ainda enviadas referências de engenheiros oficiais e particulares que haviam trabalhado com cimento «Liz» (Cf. Anexo 3). Neste extenso documento que explica

¹¹⁰² Idem, 106.

detalhadamente a complexidade do processo, Henrique Sommer questiona o Presidente do Ministério da seguinte forma:

Ex mo Sr. General, pensou a Direcção desta Empresa em sugerir a quem de direito que se consultassem técnicos estrangeiros de reconhecida competência para que rapidamente solucionassem esta questão. Não seria caso novo: sobre o magno problema dos portos foram ouvidos peritos estrangeiros como é do domínio publico. Não o fez porém com receio de ferir susceptibilidades. A verdade, porém, Exmo. Sr. General é que essa questão se vem protelando ameaçado eternizar-se principalmente porque os técnicos oficiais não tinham orientação definida nem ideias assentes sobre esta questão de cimentos. Tiveram que estudar e ainda estão estudando, ao que nos consta, o que os nossos engenheiros sabem há muito, porque há doze anos não fazem outra coisa que dedicar-se a estes assuntos. Estão em relações constantes com os laboratórios alemães e franceses. São, porém, parte. Não se pode fazer juízo só pelas suas afirmações. Consultámos, porém, nós, algumas sumidades reconhecidas como tais nestas questões, para, baseados em pareceres insuspeitos e competentes virmos à presença de V. Ex^a reclamar justiça; foram elas o Professor Hans Kühl do Laboratório Oficial de Berlim; o bem conhecido Técnico francês Leduc; o Laboratório de Ensaios inglês Faijá. As consultas foram feitas tendo por base milhares de ensaios de cimento do nosso Laboratório (ensaio a que está ligada a probidade dos nossos engenheiros Rocha e Mello e Amável Granger) e ensaios do Laboratório Oficial de Estudo e Ensaio de Materiais de Construção de Lisboa.¹¹⁰³

Henrique Sommer termina, fazendo uma síntese das principais conclusões dos três especialistas europeus, cuja linguagem permitia uma fácil compreensão, mesmo de quem não fosse especialista naquela área tão complexa.

Retomando as conclusões dos especialistas estrangeiros, refere, em primeiro lugar, que a queda de resistência à tração de cimento em pasta pura em águas salinas não tinha qualquer relevância naquele tipo de obras. Em segundo lugar, sublinha as qualidades absolutamente normais do cimento «Liz», que não seria mais atacado pelas águas marítimas do que qualquer outro cimento, desde que fosse bem preparada a sua aplicação. Sommer acrescenta ainda saber que vinham sendo submetidas diversas consultas acerca de todo este assunto ao Conselho Superior de Obras Públicas, lamentando que, não conhecendo oficialmente qualquer parecer, não pudesse esclarecer as eventuais dúvidas.

Parece que acima de tudo, este foi um pedido de Sommer a Domingos Oliveira feito com o objetivo de facilitar a comunicação entre o Conselho Superior de Obras Públicas e a ECL. Este pedido terá sido aceite, uma vez que oito dias depois, a 4 de dezembro, o engenheiro António Craveiro Lopes, Presidente da Comissão de Estudos dos Cimentos Nacionais, enviou à ECL um ofício com a especificação da composição química para produção de cimento, segundo as normas

¹¹⁰³ Cf. ECL, *O Emprego...*, 1932, 107-111.

regulamentares aprovadas por aquela Comissão (Cf. Anexo 4). No entanto, estas novas normas, se bem que influenciadas pelo regulamento francês, implicariam a realização de ensaios que só quatro anos depois produziriam resultados.

Assim, torna-se extremamente significativo que, dois dias depois, a 6 de dezembro tenha sido divulgado pela imprensa nacional a “Nota Oficiosa do Ministro do Comércio”. Nota que determinava que a Comissão encarregada do Estudo dos Cimentos Nacionais antecipasse os ensaios a realizar sobre alguns cubos de betão mergulhados no Tejo em 1927. Curiosamente, a nota omitia que esses ensaios haviam sido realizados apenas com cimento «Liz» e a expensas da ECL.

Também se torna demonstrativo das contradições existentes dentro do próprio aparelho estatal ligado às Obras Públicas que, nesta mesma nota, o próprio Ministro Antunes Guimarães recomende a máxima urgência neste estudo:

(...) para que possam ser redigidas as cláusulas a introduzir no regulamento de cimentos nacionais, relativos ao uso do cimento em obras marítimas.¹¹⁰⁴

É ainda esclarecido pelo Ministro que assim que as normas fossem aprovadas seria pedido às fábricas nacionais que fornecessem amostras produzidas segundo as normas regulamentares. Note-se que, dois dias antes, este pedido já havia sido feito à ECL.¹¹⁰⁵

Entretanto, a ECL respondeu imediatamente ao Presidente da Comissão de Estudos dos Cimentos Nacionais. A 7 de dezembro, no ofício enviado, Sommer questiona de forma sistemática as especificidades da composição do cimento que é pedida pela Comissão Estatal (Cf. Anexo 5). Reafirma que o cimento produzido pela sua fábrica está devidamente atestado por várias entidades portuguesas e estrangeiras.¹¹⁰⁶ Três dias depois, a 10 de dezembro, nova exposição foi enviada pelo Diretor da ECL ao General Domingos Oliveira. Henrique Sommer explicava que a sua fábrica podia e conseguia produzir o cimento com as características que a Comissão requeria. Porém, isso implicaria que todo o trabalho de ensaios já realizado pela ECL, ao longo dos últimos sete anos, tivesse sido trabalho feito em vão. Sommer pedia que se cumprisse a Lei e que fosse feita justiça, já que o Caderno de Encargos que fora aprovado a 28 de agosto de 1930

(...) satisfaz em absoluto a todas as modernas exigências de ordem técnica, quer para trabalhos terrestres quer marítimos.¹¹⁰⁷

¹¹⁰⁴ Cf. ECL, *O Emprego...*, 1932, 112

¹¹⁰⁵ Idem.

¹¹⁰⁶ Idem, 114-115.

¹¹⁰⁷ Idem, 116-117.

Caderno de Encargos que, segundo Sommer, fora elaborado e aprovado por individualidades honestas e competentes, que incluíam o Diretor do Laboratório do Estado de Ensaio e Estudo de Materiais de Construção, o engenheiro António Maria Fernandes. Além disso, caso tivesse de ser testada a nova composição de cimento imposta pela Comissão, isso implicaria vários anos, até se obterem resultados. Sommer refere ainda que António Maria Fernandes havia sido há bem pouco tempo delegado do Congresso Internacional de Materiais de Construção realizado em Zurique, como tal, poderia esclarecer e dar informações preciosas à Comissão Estatal acerca das exigências que os diferentes países presentes no Congresso estipulavam acerca da especificidade dos cimentos a usar em presença águas salinas. Sommer realçava que a Comissão que criara o Caderno de Encargos (1930) fora tão meticulosa, que, para além de especificar as normas exigidas ao cimento português, publicara as normas adotadas por cerca de vinte países para que pudesse existir grau de comparação suficiente. Esclarece ainda que, após a aprovação do Caderno de Encargos português, tanto Espanha como a Alemanha tinham revisto os respetivos Cadernos de Encargos para produção de cimento, tendo ambos ficado praticamente idênticos ao português. Henrique Sommer, terminava pedindo, uma vez mais, ao Presidente que: «(...) se cumpra a lei e que seja feita justiça à sua Empresa».¹¹⁰⁸

No dia seguinte, a 11 de dezembro, o diretor da Sociedade Italo-Portuguesa de Construções, adjudicatória das obras da 3ª Secção do Porto de Lisboa, deu uma entrevista publicada no *Diário da Manhã*, referindo todos os ensaios ao cimento «Liz» realizados pelo especialista em cimentos, o italiano Doutor Fernando Parissi. Ensaios que permitiram verificar tratar-se aquele de um cimento cuja qualidade era perfeitamente adequada ao seu uso naquela obra estatal.¹¹⁰⁹

No dia imediato, a 12 de dezembro, a ECL recebeu novo ofício do Presidente da *Comissão de Estudos dos Cimentos Nacionais*, em resposta às questões colocadas pela empresa acerca da especificação da composição química para produção de cimento, segundo as normas regulamentares enviadas pela Comissão que presidia. O engenheiro Craveiro Lopes explicava não serem ainda definitivas as cláusulas pedidas no ofício enviado a 4 de dezembro (8 dias antes). Pedia, entretanto, à ECL se podia facultar à Comissão o relatório elaborado por Parissi, uma vez que lhes constara que o cimento especial fabricado para usar em trabalhos marítimos, sob a supervisão deste especialista italiano, teria uma percentagem inferior de cal à que havia sido estipulada pela sua Comissão. Solicitava ainda que a ECL fornecesse à sua Comissão a composição

¹¹⁰⁸ Idem, 117.

¹¹⁰⁹ Idem, 118.

química média do cimento «Liz» fabricado nos últimos cinco anos.¹¹¹⁰ Através deste ofício, fica bem claro quão insegura estaria ainda a Comissão em relação aos conhecimentos demonstrados e pareceres técnicos recolhidos e apresentados pela ECL.

Quatro dias depois, a 16 de dezembro, a ECL enviou um ofício de resposta ao Presidente da Comissão. Sommer responde detalhadamente a todas as questões que lhe foram colocadas, e envia os dados requeridos pelo ofício de 12 de dezembro,¹¹¹¹ fazendo também uma síntese da evolução da história da regulamentação do cimento. (Cf. Anexo 6) São apontados dados de vários países europeus entre os quais, Espanha, Bélgica e Alemanha. Os dados ali reunidos incluem uma tabela com as análises do cimento «Liz» das Médias Mensais do período entre 1928-1931.¹¹¹²

Todo este processo de emissão das cláusulas demoraria ainda cerca de dois meses a resolver-se institucionalmente, como atesta a intensa troca de ofícios e requerimentos entre ECL e Estado. (Cf. Anexo 1. Fig. 45) Refira-se que a negociação teve cobertura atenta por parte da imprensa, o que faz supor que a pressão da opinião pública sobre este penúltimo governo da Ditadura Militar poderá também ter tido algum peso na decisão política final.

No início do ano de 1932, a 7 de janeiro, a ECL recebia o relatório final da Comissão de Estudo dos Cimentos Nacionais contendo as cláusulas propostas.¹¹¹³ Duas semanas depois, o Conselho Superior de Obras Públicas emitiu finalmente o parecer final sobre as *Cláusulas Especiais para a Recepção e Fornecimento de Cimento Portland para Obras Sujeitas à Acção de Águas Salinas*. A 2 de fevereiro 1932, a ECL endereçou ao Ministro do Comércio e Comunicações uma representação sobre a promulgação do decreto que definiria as bases para a aplicação dos cimentos nacionais em trabalhos marítimos. Três dias depois, o decreto foi aprovado em Conselho de Ministros e, finalmente, a 20 de fevereiro de 1932, promulgava-se o dito.¹¹¹⁴

Tratava-se do Decreto nº20 918, publicado no *Diário do Governo* nº43, 1ª série, emitido pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais do Ministério do Comércio e Comunicações. Neste Decreto é publicado o *Relatório da Comissão de Estudos de Cimentos*

¹¹¹⁰ Idem, 118.

¹¹¹¹ Idem, 119-123.

¹¹¹² Idem, 123.

¹¹¹³ Esta Comissão era composta por António Craveiro Lopes, Afonso Zuzarte de Mendonça e José Caetano Canto e Castro. Rocha e Melo fizera inicialmente parte da Comissão nomeada pelo Estado, mas foi, entretanto, excluído. Cf. ECL, *Conjunto de folhas...*, s.p.

¹¹¹⁴ Cf. Decreto nº 20 918, *Diário do Governo*, nº 43, 1ª série, 20 de fevereiro de 1932. Presidente do Ministério Domingos Oliveira. Ministério do Comércio e Comunicações. Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Elétricos. Ministro J. Antunes Guimarães.

Nacionais sobre Cláusulas Especiais a que devem satisfazer os cimentos nacionais ou estrangeiras destinados a obras marítimas, e dois importantes anexos. O Anexo I especifica as *Dosagens a empregar na confeção de betons e argamassas sujeitos a águas salinas, segundo o parecer do Conselho Superior de Obras Públicas de 20 de novembro de 1931* e o Anexo II que continha as *Notas sobre a escolha dos materiais inertes e composição dos betons*.¹¹¹⁵ Foi João Antunes Guimarães quem, com base no parecer da *Comissão de Estudo dos Cimentos Nacionais*, aprovou este decreto.

A partir da análise ao relatório e aos dois anexos, pode concluir-se que todo o investimento realizado pela ECL nos pareceres pedidos a especialistas de Laboratórios estrangeiros foi fundamental. Na fundamentação técnica deste documento legal são citados os dados do relatório pedido pela ECL ao Professor alemão Hans Kühl; assim como a regulamentação acerca das características dos aglomerantes que deveriam ser tidas em conta na composição do betão. Aglomerantes, que, ao contrário do tipo de cimento, não haviam sido até então questionados, como foi bem especificado ao longo deste capítulo.

4.8.9. O papel decisivo do Laboratório da Fábrica de Maceira-Liz no início das obras de Leixões (1932)

Ultrapassado o difícil processo da regulamentação do cimento a usar em presença de águas salinas, um novo problema surgiu, e o Estado precisou de recorrer à ECL para poder dar andamento às obras dos portos que decorriam. Como já foi referido no capítulo 1, o Laboratório de Ensaio e Estudo de Materiais do Estado não estava minimamente equipado para dar resposta aos ensaios necessários ao arranque das obras que se iniciavam. Através de uma anotação datada de 11 de março de 1932, o Laboratório Estatal reporta a seguinte informação à ECL:

(...) não poder fazer ensaios ao esmagamento dos cubos de betão mergulhados em Leixões, por a prensa de 150 toneladas que possui ser insuficiente.¹¹¹⁶

Em 1932, o Laboratório Estatal passara a ser dirigido por António Maria Fernandes.¹¹¹⁷ E é a partir desse ano, que se iniciam as primeiras grandes modificações naquele organismo Estatal.

¹¹¹⁵ Este segundo anexo emitia regulamentação acerca das características dos aglomerantes, que deveriam ser tidas em conta na composição do betão. Aglomerantes que, até então, não haviam sido questionados, como foi bem explicitado ao longo deste capítulo.

¹¹¹⁶ Cf. ECL, *Conjunto de folhas...*, s.p.

¹¹¹⁷ Segundo António Maria Fernandes, o convite para aquele cargo fora-lhe dirigido pelo Diretor Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, engenheiro Henrique Gomes da Silva, tendo sido a sua nomeação deferida pelo ainda Ministro do Comércio e Comunicações, João Antunes Guimarães. Cf. MOPC, *Boletim do Laboratório...*, 1946, 14.

Consciente das dificuldades que seria dirigir o Laboratório com aparelhos desatualizados e pouco pessoal, o jovem engenheiro propôs mesmo o seu encerramento por falta de condições de ali poder vir a desenvolver um trabalho científico válido. Mas, ao contrário do que poderia ter acontecido, esta tomada de posição extrema iria dar bons resultados, já que ao longo dos anos trinta, o Ministério das Obras Públicas e Comunicações começaria a investir na modernização do Laboratório, e, começaria a delinear com o seu novo Diretor a construção do futuro LNEC.¹¹¹⁸

Dada a incapacidade em 1932 do Laboratório Estatal realizar os ensaios essenciais à continuação das obras de Leixões, foi no bem equipado Laboratório da Fábrica de Maceira-Liz que estes ensaios acabaram por ser realizados. (Cf. Anexo 1. Fig. 46) Uma vez mais, o Estado, através da Administração dos Portos do Douro e Leixões, precisou de negociar com a ECL o uso do Laboratório da sua Fábrica. Em março de 1932, levantaram-se as duas primeiras séries de cubos colocadas em Leixões e em S. Martinho do Porto seis meses antes, amostras que urgia testar.¹¹¹⁹

A 13 de março de 1932, um segundo ofício do Laboratório de Ensaio e Estudo de Materiais é dirigido ao Diretor da ECL. O Diretor do Laboratório Estatal volta a referir a incapacidade daquele organismo do Estado para realizar o ensaio requerido aos cubos de betão vindos do Porto de Leixões, visto ali não existir uma prensa de 500 toneladas cuja aquisição estava pendente do Ministro do Comércio e Comunicações:

Os ensaios foram realizados no Laboratório da Fábrica de Cimento Liz, onde existia uma presa de 300 toneladas com a presença dos engenheiros Lopes Lima e Mário Neves da Junta Autónoma das Instalações Marítimas do Porto.¹¹²⁰

A 21 de março, deslocaram-se ao Laboratório da Fábrica de Maceira-Liz os engenheiros do Porto de Leixões Lopes Lima e Mário Neves, para assistir ao ensaio do esmagamento, na prensa de 300t ali existente, dos cubos de betão fabricados com cimento «Liz», que haviam sido mergulhados nas águas de Leixões em setembro do ano anterior.¹¹²¹ Os resultados dos ensaios terão atestado a boa qualidade do cimento «Liz», já que a 22 de março de 1932 foi assinado um contrato entre a ECL e a *Netherlands Harbour Works C^a de Amsterdam* para fornecimento de cimento «Liz», por três anos, para as obras do Porto de Leixões.¹¹²²

¹¹¹⁸ Idem.

¹¹¹⁹ Cf. ECL, *Conjunto de Folhas...*, s.p.

¹¹²⁰ Idem.

¹¹²¹ Idem.

¹¹²² Idem.

A reconstituição do que ocorreu nos Laboratórios onde se estudou e investigou a produção de cimentos em Portugal (Laboratórios fabris, académicos e estatal), mas também das redes de relações que se estabeleceram entre os atores que ali trabalharam, e, os vários Laboratórios Europeus (privados e estatais), permite compreender o contexto tecnológico, científico e político em que surgiu um novo ideal de modernização. Ideal que, enquadraria ideologicamente uma política de ressurgimento económico proposta e colocada em prática pelo Ministro das Finanças a partir de 1928, A. Oliveira Salazar. Sistema político que foi emergindo gradualmente ao longo dos últimos governos da Ditadura Militar, até ao eclodir de um novo tipo de sistema político no início dos anos trinta.

Mas, para estabelecer as relações entre Estado Novo e Cimentos, foi importante compreender primeiro o contexto científico e tecnológico em que o cimento *Portland* surgiu em Portugal, e que, começou por ser abordado no capítulo 1. A compreensão do contexto, permite que a infraestrutura do Laboratório assuma a sua relevância histórica.

4.9. As Obras Públicas e a consolidação do Estado Novo

4.9.1. O discurso político de Salazar de 1931 e a ascensão de Duarte Pacheco em 1932

Após a repressão dos movimentos revolucionários ocorridos na primeira metade de 1931, acentuou-se o rumo das futuras instituições constitucionais projetadas para consolidar a atuação governamental. Ficando aberto o caminho para um novo tipo de sistema político.¹¹²³ A 17 de maio, a União Nacional realizou no Coliseu dos Recreios uma grande manifestação de homenagem pública ao Chefe de Estado e ao Governo da Ditadura. Nesse dia, Salazar manifestou publicamente o seu empenho na construção das obras públicas, como pilar da economia nacional. Fazendo um balanço da ação do seu ministério, lançava as ideias base da política económica e social que procuraria implementar nos anos seguintes, isto é, um regime de tipo corporativo:

A magnífica obra das estradas; a incipiente construção dos grandes portos de comércio e dos portos de pesca, acompanhada da reparação das construções existentes e das dragagens necessárias; a extensão das ligações telefónicas; a conjugação das redes ferroviárias com os centros produtores de um lado e os centros importadores do outro; os subsídios para o sistema de comunicações dos pequenos centros rurais; a criação da Bolsa de Mercadorias; o inquérito industrial; os favores de auxílio concedidos à agricultura; as preferências reconhecidas à indústria nacional; as limitações impostas à liberdade de estabelecimento das indústrias não exigidas pelas necessidades de produção; os regimes especiais para alguns produtos da metrópole ou das colónias, não são pedras soltas que

¹¹²³ Cf. Rosas, «O Estado Novo... Vol.7, 1994, 224-226; Nuno Madureira, *A economia dos...*, 2002, 12

se ajustem na construção, mas alguns pilares já sólidos que hão-de ser ligados na unidade superior da economia nacional.

Nesta traça, nenhum interesse individual ou local ou de classe prevalece sobre o interesse da colectividade; nenhuma obra necessária depende de pressões políticas ou de fins eleitorais, nenhuma disposição favorece, por favorecer um grupo limitado de interesses. Nela se pretende que o Estado oriente mas não concorra; que o Estado fomenta mas não enleie nem dificulte a acção privada; que o Estado promova a sindicalização, a cartelização, a racionalização de vários ramos da agricultura, da indústria e do comércio, não sendo ou sendo o menos possível agricultor, comerciante ou industrial; que o País, constituindo um todo económico com as suas colónias, estabeleça as bases preferenciais das permutas, que seriam, aqui e lá, completamente indispensáveis na respetiva produção e consumo. É nestes termos que, sob o ponto de vista económico, a política da Ditadura tem direito a ser considerada política nacional.¹¹²⁴

Este discurso é considerado pela historiografia um marco importante do percurso político de Salazar no período da Ditadura Militar. A seguir à Ditadura Financeira, aquele propõe uma nova solução de regime que acabará por conduzir à institucionalização do Estado Novo. O papel atribuído às Obras Públicas é evidente, e a dependência destas do cimento como material construtivo permite compreender a relação estreita, de co-construção, entre cimentos e Estado ao longo dos anos trinta.

Ainda no governo de Domingos Oliveira foi alterada a entidade que geria as obras em Leixões. Face aos problemas ocorridos em 1931, este terá reconhecido que a única solução possível para avançar com as obras em Leixões seria o Estado assumir definitivamente, sem qualquer organismo intermédio, a sua execução. A 23 de janeiro de 1932, foi criada a Administração dos Portos do Douro e Leixões (APDL), substituindo a JAIMPDL¹¹²⁵. Foi Antunes Guimarães enquanto Ministro, quem dirigiu a tomada de posse da APDL a 11 de abril desse ano numa cerimónia oficial no Palácio da Bolsa. Este novo organismo dependia diretamente do governo central, e apesar de na prática ser o que já acontecia desde julho de 1928, a nova estrutura, permitiu agilizar as tomadas de decisão. Com a aprovação das Cláusulas no Decreto de 20 de fevereiro de 1932, as empresas a que haviam sido adjudicadas as empreitadas de Leixões começaram finalmente a poder encomendar cimento nacional.¹¹²⁶

¹¹²⁴ Cf. A. O. Salazar, «O interesse nacional na política da Ditadura (17 maio 1931)», *Discursos (1928-1934)*, Vol. 1 (Coimbra: Coimbra Editora Lda., 1961) 126-128.

¹¹²⁵ Cf. Decreto nº 20 842, *Diário do Governo*, nº 25, 1ª série, 23 de janeiro de 1932. Presidente do Ministério Domingos Oliveira. Ministério do Comércio e Comunicações. Ministro J. A. Guimarães.

¹¹²⁶ Cf. Decreto nº 20 918, *Diário do Governo*, nº 43, 1ª série, 20 de fevereiro de 1932. Presidente do Ministério Domingos Oliveira. Ministério do Comércio e Comunicações. Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Elétricos. Ministro J. A. Guimarães.

Por exemplo, o contrato do Molhe Exterior, adjudicado no final de 1931, foi assinado a 4 de fevereiro de 1932, com a já mencionada empresa, *Nederlandsche Maatschappij voor Havenwerken*. Cerca de um mês depois, como já foi referido, a ECL assinou com esta empresa o primeiro contrato para fornecimento de cimento «Liz» destinado às obras de Leixões. O contrato determinava que o cimento produzido em Maceira-Liz seria fornecido pelo prazo de três anos, até ao final do ano de 1935.¹¹²⁷ No ano seguinte, em 1933, a ECL assinou um outro contrato com a *Sociedad Metropolitana de Construcción*, de Barcelona, para fornecimento de cimento destinado à construção da Doca nº1 - obra que fora adjudicada à empresa catalã, a 4 de março de 1932 pelo valor de 38 632 contos-ouro.¹¹²⁸

Firmados os contratos destas duas empreitadas, ainda sem ter sido adjudicada a empreitada nº1 (dragagens e quebramento de pedras), foram oficialmente inauguradas as obras do porto de Leixões. As cerimónias oficiais em torno do início da construção deste porto decorreram a 13 de março de 1932, e, tiveram honras de Estado, contando com a presença do Marechal Óscar Carmona no lançamento da primeira pedra.

Quando a 5 de julho de 1932, Oliveira Salazar assumiu o compromisso de formar um novo gabinete para formar governo, tomando posse como Presidente do Conselho, além de continuar a ser responsável pela pasta das Finanças, as medidas para que avançassem as obras de Leixões haviam já sido tomadas. Salazar substituiu Antunes Guimarães e convida Duarte Pacheco a assumir o Ministério do Comércio e Comunicações.¹¹²⁹ Dois dias depois, a 7 de julho, os serviços que constituíam os Ministérios do Comércio e Comunicações eram reestruturados. A nova orgânica ministerial, visava «reunir sob a mesma direção os principais serviços relativos à produção nacional».¹¹³⁰ Surgia assim o Ministério das Obras Públicas e Comunicações (MOPC), dirigido por Duarte Pacheco.

O Conselho da APDL, do ano anterior, mantinha-se, mas este não deixava de ver com apreensão a substituição de Antunes Guimarães por Duarte Pacheco:

(...) a substituição de um ministro, não merece, por isso, em geral referência no relatório administrativo de qualquer organismo; porém, no caso especial em que se encontra o porto de Leixões, ainda em construção e em altura de poder sofrer alterações, é para sentir a retirada de um ministro que, sem descurar os negócios do seu ministério, tanto interesse manifestou sempre para

¹¹²⁷ Cf. s.a., *Conjunto de folhas...*, s.p.

¹¹²⁸ Idem.

¹¹²⁹ Sobre Duarte Pacheco (1900-1943) ver: Sandra Vaz Costa, *O país a Régua...*, 2012.

¹¹³⁰ Cf. Decreto-Lei nº 21 454, *Diário do Governo*, nº 157 1ª série, 7 de julho de 1932. Presidência do Ministério A. Oliveira Salazar.

converter em realidade uma das maiores e mais justas aspirações do norte do país, tendo orientado, com superior critério, o caminho a seguir para atingir esse *desideratum*, lutando contra influências e más vontades, derivadas de interesses que erradamente se julgam lesados com uma obra de fomento nacional, das mais importantes, e de capital importância para a cidade do Porto, pois que transforma a bacia de Leixões, actualmente em más condições de segurança, num porto de abrigo onde se poderá efectuar, com tranquilidade, o tráfego comercial marítimo do norte de Portugal, caso não seja alterado o projecto aprovado superiormente e em via de execução.¹¹³¹

A admiração tida por Antunes Guimarães pode compreender-se, por exemplo, através do gesto da APDL que, em janeiro de 1933, deliberou colocar um retrato do ministro que cessara funções na sala da Administração, como homenagem pelos serviços prestados para a realização das obras daquele porto.

Entretanto, através dos Relatórios Anuais daquele organismo, compreende-se que a partir de julho de 1932, toda a orgânica e condução dos trabalhos foi completamente alterada, passando a ser diretamente conduzida por Duarte Pacheco. O projeto do orçamento relativo ao ano de 1933-1934, enviado pelo Conselho de Administração de Leixões para aprovação do MOPC, foi recusado. A 7 de janeiro de 1933, por ordem de Duarte Pacheco, eram especificadas as modificações a introduzir no orçamento para que este pudesse ser aprovado. Modificações que consistiram essencialmente em distribuir a verba consignada ao pagamento do pessoal assalariado, inscrita na rubrica «Despesas com o Pessoal», pelas diferentes rubricas destinadas às obras, no capítulo «Despesas de Material». Realizadas as alterações descritas, o orçamento foi aprovado.

Através da descrição das atividades do Conselho de Administração, percebe-se que a partir do ano económico de 1932-1933, se, por um lado, o Estado decide o que fazer e como fazer nas obras de Leixões, por outro lado, o Conselho de Administração de Leixões passa a requerer constantemente junto do Estado soluções para os problemas com que se defronta.

A título de exemplo: em janeiro de 1933, concluído o projeto do Cais Acostável junto ao Molhe Sul, mas não dispondo a Administração de verba para realizar esta obra já orçamentada, foi requerido junto do Comissariado de Desemprego a contribuição de 50% dos salários à mão-de-obra necessária para a realização daquela obra. Submetido o projeto à aprovação da Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Elétricos, foi-lhe atribuída a verba pedida. Ainda em 1933, foi requerido a Duarte Pacheco que as expropriações dos terrenos, necessários à construção da Doca nº1, fossem consideradas como de utilidade pública. Caso contrário, os preços e as indenizações

¹¹³¹ Cf. APDL, *Relatório e Contas sobre o Exercício do Ano Económico de 1932-1933*, (Porto: Tipografia do ISM, 1938),3. Sublinhado meu.

a fazer atrasariam ainda mais os trabalhos daquela empreitada. Uma vez mais, o ministro atendeu ao pedido.¹¹³²

Em junho de 1933, com o objetivo de desbloquear o começo da empreitada da Doca nº1, o Conselho de Administração de Leixões reuniu em Lisboa com o Chefe de Gabinete de Duarte Pacheco.¹¹³³ O Conselho informava que as obras não se iniciavam porque não lhe havia sido comunicado, nem ao empreiteiro, a aprovação do contrato pelo Estado, faltando a aprovação do Tribunal de Contas. A promessa feita pelo Chefe de Gabinete do Ministro foi de que dentro de poucos dias esta questão ficaria resolvida. E assim foi, ainda nesse mês a empresa de Barcelona e a Administração de Leixões foram notificadas de que o contrato assinado em abril fora visado pelo Tribunal de Contas. Duarte Pacheco recomendava que se iniciassem imediatamente os trabalhos daquela empreitada.

Entretanto, o orçamento para o ano seguinte (1934-1935) proposto ao MOPC foi novamente recusado. Foi uma vez mais necessário introduzir as alterações indicadas por Duarte Pacheco para que fosse aprovado. Mas, naquele ano, as modificações foram em maior número, e implicaram a reestruturação do funcionamento do organismo que geria as obras de Leixões. As alterações indicadas pelo ministro implicaram a reestruturação de todos os serviços da APDL, e uma redução significativa de pessoal técnico e administrativo. Tal como no ano anterior, foram desbloqueados pelo ministro vários mecanismos, que impediam as duas empresas contratadas de iniciar os trabalhos de cada empreitada.

O Ministro entendia também que boa parte dos funcionários e operários empregados pela Administração do Porto podiam ser dispensados. Para além dos despedimentos dos trabalhadores das várias obras que decorriam, as decisões do seu ministério passaram por transferir a tutela da responsabilidade das dragagens e corte de rochas de Leixões para a alçada da Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Elétricos, assim como o respetivo pessoal daquele serviço que até então dependia da Administração do Porto de Leixões. Também os trabalhos nas pedreiras, que

¹¹³² Cf. Decreto nº 22 748, *Diário do Governo*, nº 302, 1ª série, 28 de junho de 1933. Ministério das Obras Públicas. Gabinete do Ministro. Ministro Duarte Pacheco. Determinava que às expropriações por utilidade pública necessárias realizar para a execução das obras do porto de Leixões, pudesse ser atribuído o carácter de urgência.

¹¹³³ O Conselho de Administração que tomara posse a 5 de abril de 1932, manteve-se até 8 de março de 1934. Um decreto datado de 16 de fevereiro desse ano exonerava do cargo de presidente o Vice-Almirante Alfredo Guilherme Howell, ao atingir o limite de idade. O presidente passou a ser o engenheiro Gervásio Pinto Ferreira Leite, deixando o cargo que ocupara até então de Diretor dos Serviços Técnicos da Administração do porto. A 25 de abril de 1934, o Diretor Técnico de Leixões passou a ser o engenheiro António Fernando Domingues de Freitas que se manteve neste cargo até final de 1939, o período em que foram executados os trabalhos mais complicados desta fase da construção do porto de Leixões. Quanto aos Serviços e Explorações de Leixões continuavam a ser dirigidos pelo engenheiro Pedro Carlos Alexandre Pezarat.

forneciam as obras, foram suspensos por decisão ministerial, tendo sido explicado à APDL que aqueles serviços seriam retomados pelas entidades a que viessem a ser adjudicadas as empreitadas e tarefas que delas necessitassem.¹¹³⁴

Todas as modificações introduzidas no orçamento por Duarte Pacheco colocavam em causa a própria estrutura da APDL. Como tal, o Presidente da APDL, Gervásio Pinto Leite, declarou o seu veto às decisões tomadas pelo Ministro.¹¹³⁵ Foi solicitado ao ministro que ao pessoal com idade superior a setenta anos que tivesse sido despedido fosse concedida uma pensão permanente a ser subsidiada pelo Fundo de Desemprego. O ministro prometeu que iria conceder.¹¹³⁶

Entretanto, o modo como terão evoluído as relações entre Salazar e Duarte Pacheco fez com que aquele, aquando da reforma governamental de 18 de janeiro de 1936, fosse substituído por Silva Abranches.¹¹³⁷ Foi no período em que Silva Abranches dirigiu o MOPC, que a parte mais complexa do porto de Leixões foi finalmente resolvida. Refiro-me à fixação do projeto final do Molhe Exterior de Leixões, projeto que seria realizado por Duarte Abecassis.

4.9.2 A propaganda associada às obras do porto de Leixões

Como já foi referido, quando a 13 de março de 1932, foram oficialmente inauguradas as obras do porto de Leixões, estas cerimónias oficiais tiveram honras de Estado, contando com a presença do Marechal Óscar Carmona no lançamento da primeira pedra. A presença do próprio Presidente da República neste evento traduzia o desejo do Estado de exprimir simbolicamente a capacidade concretizadora do novo regime emergente. O Estado Novo, em pleno processo de institucionalização, afirmava-se fazendo da obra do Porto de Leixões um evento político.¹¹³⁸

No ano seguinte, a 16 de março de 1933, no discurso proferido na sede da UN e destinado a ser radiodifundido para o Porto, intitulado “Conceitos Económicos da Nova Constituição,” Salazar lamentava não poder ter estado presente no lançamento da primeira pedra das obras de

¹¹³⁴ Cf. APDL, *Relatório e Contas sobre o Exercício do Ano Económico de 1933-1934*, (Porto: Imprensa Comercial, 1938), 5.

¹¹³⁵ Idem.

¹¹³⁶ Procurando minimizar os problemas laborais que as decisões do Ministro das Obras Publicas e Comunicações colocavam, o Conselho de Administração de Leixões procurou junto das empresas responsáveis pelas empreitadas que estas admittissem os trabalhadores dispensados dos serviços entretanto extintos pelo Estado.

¹¹³⁷ Joaquim J. de Andrade Silva Abranches (1888-1939) foi ministro do Comércio e Comunicações entre 18 de janeiro de 1936 e 25 de maio de 1938. Formado em 1912 pela Escola Militar, a par de uma carreira militar associada principalmente aos caminhos-de-ferro, integrou o CEP em 1917 tendo participado na Batalha de La Lys.

¹¹³⁸ Cf. Serrão, *História de Portugal...*, Vol. 13, 2015, 225; Sousa e Alves, *Leixões – Uma...*, 2002.

Leixões.¹¹³⁹ Luís Reis Torgal destaca este discurso, em particular pela sua difusão pela rádio, podendo agora as palavras de Salazar chegar à cidade do Porto.

Salazar não pudera estar na «cidade do trabalho», como se dizia e como ele próprio evoca, por altura do lançamento da primeira pedra das obras do Porto de Leixões, (obra emblemática do Estado Novo, a que o cinema daria a necessária divulgação através do realizador António Lopes Ribeiro), mas pouco depois podia falar aos portuenses a partir de Lisboa, usando as armas da propaganda.¹¹⁴⁰

A 28 de abril do ano seguinte, cerca de três meses após a revolta do 18 de janeiro de 1934, Salazar visitou a cidade do Porto, acompanhado por Pedro Teotónio Pereira. Segundo a imprensa, nesta apoteótica visita, Salazar foi recebido com calorosas receções: quando o cortejo automóvel percorria a ponte D. Luís, foram lançados foguetes, aviões cruzavam o céu e várias bandas tocavam o hino nacional; ao longo de todo o percurso até ao hotel onde ficou alojado, colchas adornavam as fachadas e lançavam-se das janelas pétalas de flores. O comércio fechou para que nada perturbasse a visita do Chefe do Governo. Um elemento marcante do carácter propagandístico desta visita oficial foi o contacto com a população. Segundo Helena Matos, nesta visita ao Porto, Salazar ultrapassou o que até então fora o seu contacto com as camadas populares.¹¹⁴¹ Contacto próximo e com intuito propagandístico, que Salazar já ensaiara a 29 de maio de 1933, ao visitar pessoalmente os estaleiros navais em Lisboa, e, aquando da deslocação realizada em janeiro de 1934 a Barbacena, na data da inauguração da primeira Casa do Povo do regime corporativo - cuja importância política já foi explicitada no capítulo 3.

O primeiro ato oficial desta visita à capital do Norte do País foi uma sessão realizada no Palácio da Bolsa, onde o Presidente do Conselho pronunciou um dos mais importantes discursos desta fase da afirmação do regime. Discurso que foi intitulado «O espírito da Revolução».¹¹⁴² Segundo Joaquim Veríssimo Serrão, neste discurso Salazar fez um balanço dos seis anos em que se encontrava no Governo. Proferido no Porto, constituiu um novo arranque para o reforço da autoridade de um Governo que pretendia legitimar-se invocando o consenso nacional.¹¹⁴³

Nos dois dias da visita, Salazar protagonizou um intenso programa de visitas e cerimónias públicas com evidente significado político. A imprensa deu particular destaque à inauguração da

¹¹³⁹ Cf. António Oliveira Salazar, 5ª Ed., «Conceitos Económicos da Nova Constituição (16 março 1933)», *Discursos. (1928-1934)*, Vol. 1 (Coimbra: Coimbra Editora Lda., 1961) 187-213.

¹¹⁴⁰ Cf. Luís Reis Torgal, «O conceito de “Estado Social” na propaganda do Estado Novo», em *A Cultura do Poder. A Propaganda nos Estados Autoritários*, coord. Alberto Pena Rodríguez e Heloísa Paulo, (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016), 43.

¹¹⁴¹ Cf. Matos, *Salazar: A propaganda...*, Vol. 2, 2004, 32-36.

¹¹⁴² Cf. António Oliveira Salazar, «O espírito da Revolução (28 abril 1934)», *Discursos. (1928-1934)*, Vol. 1 (Coimbra: Coimbra Editora Lda., 1961) 317-332.

¹¹⁴³ Cf. Serrão, *História de Portugal...*, Vol. 13, 270.

Sede da União Nacional, ao lançamento da primeira pedra de um bairro de casas económicas em Campanhã, às várias visitas a escolas, liceus e uma faculdade. Neste contexto, torna-se particularmente significativa a visita às obras do porto de Leixões.

No início do mês de abril de 1934, antes da visita de Salazar, haviam estado na cidade do Porto Duarte Pacheco e Teotónio Pereira. Entre as várias visitas e compromissos oficiais realizados, a imprensa destacou a visita às obras do Porto de Leixões. O *Diário da Manhã* descrevia assim este acontecimento oficial:

Despertou grande interesse nesta cidade a visita de Pedro Teotónio Pereira e de Duarte Pacheco que ali vieram tratar da construção dos futuros Bairros económicos, melhoramentos para as classes populares. Visitas a locais destinados a estas construções debaixo de muita chuva. Depois do almoço o engenheiro Duarte Pacheco e Pedro Teotónio Pereira seguiram para Leixões em visita às obras do porto, acompanhados pelo Governador civil do Distrito, presidente da Câmara Municipal e demais elementos oficiais, sendo ali aguardados pelos dirigentes da Junta Autónoma das Obras do Porto, que acompanharam os ilustres membros do governo, fornecendo-lhe valiosos elementos que muito os interessaram.¹¹⁴⁴

O carácter propagandístico da visita em si veio sublinhar a importância desta Obra Pública para a afirmação do Regime, assim como a sua capacidade concretizadora, e unificadora do país.

4.10. A «Lei da Reconstituição Económica». Motor de desenvolvimento das Obras Públicas a partir de 1935

Em maio de 1935, foi promulgada a designada «Lei da Reconstituição Económica». Esta Lei propunha-se, num período de 15 anos, vir a estabelecer planos e projetos prioritários para o desenvolvimento económico do país, entre os quais se contava a construção de um grande número de infraestruturas.¹¹⁴⁵ Tratou-se da primeira tentativa de planeamento orientada pelo Estado de um conjunto limitado de investimentos públicos considerados de importância básica.¹¹⁴⁶ Numa nota oficiosa publicada pela imprensa a 20 de setembro do mesmo ano, Salazar explicava que, para o seu governo, o saneamento das finanças públicas não era apenas um fator de independência política que permitiria atenuar as dificuldades que a crise criara; era também

¹¹⁴⁴ Cf. «As casas económicas do Porto e as obras do Porto de Leixões. Os Srs. Ministro das Obras Públicas e Sub-Secretário de Estado das Corporações no Norte», *Diário da Manhã*, 5 de abril 1934, 1 e 6.

¹¹⁴⁵ Cf. Lei nº 1 914, *Diário do Governo*, nº 118, 1ª série, 24 de maio de 1935. Presidência do Conselho A. Oliveira Salazar. Esta lei constituiu uma tentativa de planear a economia durante os quinze anos seguintes, promovendo o seu crescimento a partir da construção das infraestruturas essenciais. Construção à qual era imprescindível o uso do cimento.

¹¹⁴⁶ Cf. Ana Bela Nunes e Nuno Valério, «A Lei de Reconstituição Económica e a sua execução: um exemplo dos projetos e realizações da Política Económica do Estado Novo» em *Estudos de Economia*, III (3) (s. l.: Instituto Superior de Economia e Gestão, 1983).

(...) a única base sobre a qual podiam assentar a reconstituição económica e a organização da defesa nacional.¹¹⁴⁷

Salazar explicava que haviam sido necessários sete anos para que, iniciado o seu trabalho, primeiro como Ministro das Finanças e depois como Presidente do Conselho, se reunissem naquele ano condições para ser possível planear a médio prazo a economia nacional, segundo a Lei agora promulgada. Cita em seguida o artigo 1º desta Lei que expunha o planeamento económico idealizado:

Serão estabelecidos os planos e os projectos fundamentais, a executar no prazo de quinze anos, na importância de 6 500 000 contos, respeitantes a:

1º - à defesa nacional, compreendendo: a) a reforma geral do Exército e armamento, fortificações, edifícios e outras obras militares; b) o prosseguimento da restauração da Marinha de Guerra, incluindo, além da aquisição de novas unidades, o que for necessário à sua eficiente utilização;

2º - à reconstituição económica, abrangendo: a) a conclusão das redes de caminho de ferro e das estradas e construção de aeroportos, sem prejuízo da dotação orçamental estabelecida para estradas; b) portos comerciais e de pesca; c) rede telegráfica e telefónica; d) rede eléctrica nacional; hidráulica agrícola, irrigação e povoamento interior; f) edifícios para escolas e instalação de outros serviços do Estado; g) reparações extraordinárias de monumentos nacionais; h) trabalhos de urbanização de Lisboa e do Porto; i) crédito colonial; j) outros problemas ou realizações que interessam directamente ao objectivo previsto neste número.¹¹⁴⁸

Os dois principais eixos desta primeira tentativa de criar um plano de fomento centravam-se, por um lado, na defesa nacional (isto é, na reforma do Exército e no investimento em armamento); e, por outro, no investimento infraestrutural dos mercados interno e externo, isto é, na construção de estradas, de caminhos-de-ferro, de aeroportos, e de portos. (Cf. Anexo 1. Fig. 47) A continuação das obras dos portos, só viria a ser possível com o orçamento atribuído por esta lei.¹¹⁴⁹

¹¹⁴⁷ Cf. António Oliveira Salazar, «O Momento Político. Grandes e pequenas questões da Política Portuguesa (Nota Oficiosa publicada nos jornais de 20 de setembro de 1935)», em *Discursos 1935-1937*, Vol. 2 (Coimbra: Coimbra Editora, Lda., 1945), 94.

¹¹⁴⁸ Idem, 94-95.

¹¹⁴⁹ Face à instabilidade política internacional, compreendia-se a decisão da canalização orçamental do governo para as obras dos portos, uma vez que, para além da defesa nacional, este tipo de infraestruturas era essencial ao desenvolvimento da política económica externa (importações e exportações). As estruturas portuárias foram particularmente decisivas para que o mercado colonial, tão discutido dois anos antes, no 1º Congresso da Indústria Nacional (1933), viesse a tornar-se uma realidade.

A par da dotação orçamental, a concretização das Obras Públicas a executar a partir de 1935, exigiu a reformulação da regulamentação do betão armado de 1918. A 16 de outubro de 1935, foi emitido um novo *Regulamento do uso de betão armado*.¹¹⁵⁰

A partir do Quadro VIII, conclui-se que a construção dos portos se destaca claramente em relação às infraestruturas aeronáuticas – o segundo maior investimento – e às infraestruturas de transporte terrestre. Foi efetivamente nas obras dos portos que, nesta primeira experiência de planeamento económico do Estado Novo, se gastou a verba mais elevada, num total de 727,9 milhões de escudos (em valor nominal). Os portos ficaram com 62% do orçamento dos transportes. Do total, os restantes 38% foram distribuídos por três itens: 23% para a aeronavegação, 13%, destinaram-se às estradas, e apenas 2% para os caminhos-de-ferro.

Através da análise das verbas atribuídas aos portos pela *Lei da Reconstituição Económica* fica-se com uma ideia clara da importância desse investimento nas infraestruturas marítimas em construção. (Cf. Quadro VIII)

Quadro VIII Verbas atribuídas pela Lei nº1914 de 1935 a Infraestruturas de Comunicação				
Despesas	Nominais		Reais	
	Valor	Peso	Valor	Peso
	Milhões de Escudos	Percentagens	Milhões de Escudos	Percentagens
Caminhos-de-ferro	21,0	2	20,4	4
Estradas	154,4	13	65,3	13
Portos	729,9	62	323,6	66
Aeronavegação	272,0	23	82,9	17
Total	1 175,3	100	492,2	100

Fonte: Nunes, Valério, «A Lei de..., 1983, 10.

¹¹⁵⁰ Cf. Decreto-Lei nº 25 948, *Diário do Governo*, nº240, 1ª série, 16 de outubro 1935. Ministério das Obras Públicas. Gabinete do Ministro. Ministro Duarte Pacheco. Promulga o «Regulamento do uso de betão armado. Que revoga o Decreto nº 4 036 de 28 de março 1918, «Instruções regulamentares para o emprego do *beton* armado». O Relatório deste novo regulamento foi redigido pelos engenheiros Manuel da Terra P. Viana, João Alberto Barbosa Carmona, Augusto Vieira da Silva, António Maria Fernandes, José Belard da Fonseca e Raul Jales Guimarães. A grande inovação deste novo regulamento foi a introdução da designada *prova das qualidades dos materiais e do betão*. Nas obras de grande importância estatal, antes do início dos trabalhos, passou a ser obrigatório o ensaio nos laboratórios oficiais, do cimento, do ferro, e do betão feito com os materiais a ser usados assim como as dosagens previstas de modo a os resultados obtidos conseguissem satisfazer as condições determinadas pelo respetivo Caderno de Encargos previamente aprovado. Cf. Art.11º, Decreto-Lei nº 25 948, *Diário do Governo* nº240, 1ª série, 16 de outubro 1935. Citado por Arlindo Gonçalves, 1986, «Qualidade dos cimentos e betões», em *Encontro Nacional sobre Qualidade na Construção. Relatos Preliminares. Lisboa 16-20 junho 1986*, (Lisboa: LNEC, 1986), 83-84.

Os dados compilados por Ana Bela Nunes e Nuno Valério (Cf. Quadro IX), permitem constatar que, em relação ao total dos quinze anos previsto nessa lei, nas despesas destinadas às obras dos portos, a maior percentagem de verba foi gasta no período entre 1936 e 1940: 211 dos 478 milhares de contos a despender até 1950.¹¹⁵¹ Nestes primeiros cinco anos, período em que arrancou o projeto final da obra do Molhe Exterior, e foi concluída a Doca nº 1 de Leixões, os valores das dotações anuais do Estado são os mais altos de todo o período temporal. Nos dez anos seguintes, entre 1941 e 1950, gastaram-se os restantes 267 milhares de contos. Em 1941 e 1942, as dotações caem para menos de metade, o que estará relacionado com a Segunda Guerra Mundial, e a sua repercussão na economia nacional. Por outro lado, apesar do contexto internacional instável, as dotações voltam a crescer no período 1943 e 1944, o que também poderá estar relacionado, nesses dois anos, com a etapa final, e, a conclusão do Molhe Exterior do porto de Leixões.

Quadro IX																
Despesas ao abrigo da Lei nº1914 de 1935 das obras dos Portos (1936-1950)																
Ministério das Obras Públicas e Comunicações																
Anos	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	TOTAL
Valores de investimento em milhares de contos	46,4	39,8	40,4	48,6	35,8	14,2	12,0	22,2	22,5	10,1	40,6	42,5	40,9	34,2	27,9	478,1
	Ministério do Comércio															
	Não existia até 24 dezembro de 1946											38,9	72,1	64,1	27,9	249,8

Fonte: Nunes, Valério, «A Lei de..., 1983, 20.

Importa aqui sublinhar que todo este investimento nos portos tinha como grande objetivo: o desenvolvimento do Comércio, facilitando as exportações para a Europa, como, por exemplo o escoamento da produção da indústria de conservas, e também a formação de um bloco imperial com importação de matérias-primas, e exportação de vinho e têxteis. A importância dos portos para o comércio está bem clara neste quadro: a partir da criação do Ministério do Comércio em finais de 1946, as dotações para os portos quase que duplicam, com 249,8 milhares de contos atribuídos até 1950.¹¹⁵² Que este investimento se destinava sobretudo a infraestruturar o comércio externo parece ser claro a partir do investimento prioritário num porto de primeira classe como o de Leixões.

¹¹⁵¹ Cf. Nunes e Valério, «A Lei..., 1983.

¹¹⁵² O Ministério do Comércio foi criado pelo Decreto nº 36 061 de 27 de dezembro de 1946. Tratou-se da autonomização do subsecretariado de Estado das Comunicações. O novo Ministério era responsável pelos transportes terrestres, aéreos, portos e comunicações.

Em 1935, para além da distribuição de verbas atribuídas às infraestruturas marítimas pela Presidência do Conselho através da *Lei da Reconstituição Económica*, no final do ano, através do Ministério das Finanças foi aprovada uma outra Lei que assegurava as novas dotações previstas para o ano seguinte destinadas às principais obras de portos comerciais e de pesca.¹¹⁵³ Com as disposições legais previstas na Lei nº 1 914 o Estado acreditava conseguir concluir a *I Fase do Plano Portuário Nacional*.

Oito anos depois, a 31 de dezembro de 1943, foi feito o balanço das verbas despendidas nesta primeira fase do Plano Portuário. Foi ainda decidido que, no ano seguinte, se conseguiria concluir esta fase, e iniciar a segunda fase deste Plano.

Quando em 1944 foi lançada a *II Fase do Plano Portuário Nacional*, fez-se um balanço do que fora feito na primeira fase.¹¹⁵⁴ Do Decreto-Lei que lançava a segunda fase constava o mapeamento detalhado das dotações estatais feitas às obras portuárias entre 3 de outubro de 1929, e 31 de dezembro de 1943, assim como das previstas para o ano de 1944. (Cf. Quadro X)

O limite de verba fixado para a primeira fase deste Plano em 1929 fora de 342 804 256\$63. A partir destes dados, fica bem claro que Leixões foi a obra portuária em que neste período foi fixado o valor mais alto a gastar, num total de 202 120 256\$63; a segunda, foi o porto de Setúbal com 27 000 000\$00, e a terceira, o porto de Ponta Delgada com 25 000 000\$00. Ou seja, do total atribuído aos dez portos nacionais só para as obras de Leixões estava estipulada a percentagem de 59%. Os restantes 41% destinavam-se aos restantes nove portos. Os valores gastos no porto de Lisboa não são especificados nesta síntese, uma vez que em 1929 aquele Porto tinha uma Administração própria dependendo diretamente do Governo, e não da Direção Geral dos Serviços Hidráulicos.

¹¹⁵³ Cf. Lei nº 1923, *Diário do Governo*, 1ª série, 17 de dezembro 1935. Ministério das Finanças. Ministro João Pinto da Costa Leite. Autoriza o Governo a cobrar durante o ano de 1936 as contribuições, impostos e demais rendimentos e recursos do Estado, em conformidade das disposições que regulam o produto das despesas legalmente inscritas no orçamento geral do Estado decretado para o mesmo ano. Segundo o d) do Art.7º desta Lei, o Governo promoverá no ano de 1936 - as obras novas ou complementares dos portos comerciais e de pesca, mais importantes - para que as despesas, a efetuar nesse ano, sejam inscritas no Orçamento as verbas necessárias. Até ao final de 1935 assina-se ainda: a Declaração de 5 de dezembro 1935, *Diário do Governo* nº 287, 1ª série, de 10 de dezembro 1935. Ministério das Obras Públicas. Administração dos Portos do Douro e Leixões, o Presidente do Conselho de Administração António F. Domingues de Freitas. Declaração de terem sido autorizados vários Reforços de verba dentro do orçamento da Administração dos Portos do Douro e Leixões. E, o Decreto nº 26 165, *Diário do Governo* nº 303, 1ª série, de 30 de dezembro 1935. Ministério das Obras Públicas. Ministro Duarte Pacheco. Reforça a dotação consignada a diversos utensílios do orçamento privativo da APDL. No ano de 1936 são muitos os decretos e declarações promulgados, que reforçam o orçamento das obras do porto de Leixões

¹¹⁵⁴ Cf. Decreto-Lei nº 33 922, *Diário do Governo* nº 197, 1ª Série, 5 de setembro de 1944. Ministério das Obras Públicas e Comunicações. Ministro Int. João Pinto da Costa Leite. Lançamento da II Fase do Plano Portuário Nacional.

Quadro X				
Despesa extraordinária da distribuição de verbas por Obras Portuárias				
Decreto nº 17 421 de 3 de outubro de 1929 – Decreto-Lei nº 33 922, 5 de setembro de 1944				
Empreitadas Portos	Limite fixado por lei ou contrato	Despendido até 31 Dez. 1943	A despendera até final da obra	A despender em 1944
Viana do Castelo	20 684 000\$00	20 503 232\$88		
Póvoa do Varzim – Molhe Norte	15 000 000\$00	10 330 277\$59	11 080 678\$21	903 394\$02
Póvoa do Varzim – Molhe Sul	12 000 000\$00	5 585 044\$20		3 000 000\$00
Leixões:				
a) Empreitada nº1 Dragagens e quebramento de rochas	26 000 000\$00 64 135 880\$42	21 324 445\$98 64 131 643\$41	4 675 554\$02 4 237\$01	2 119 413\$42
b) Empreitada nº2 Doca nº1	111 984 376\$21	105 526 258\$88	6 458 117\$33	3 018 013\$60
c) Empreitada nº3 Molhe	(202 120 256\$63)	(190 712 348\$30)	(11 137 908\$36)	
Total Leixões				
Aveiro	21 000 000\$00	21 000 000\$00		
Figueira da Foz	13 000 000\$00	11 750 000\$00		
Setúbal	27 000 000\$00	26 999 677\$12		
Vila Real de Santo António	6 000 000\$00	6 000 000\$00		
Ponta Delgada	25 000 000\$00	22 130 783\$18		
Faro - Olhão	1 000 000\$00	1 000 000\$00	700 000\$00	700 000\$00
SOMA	342 804 256\$63	316 281 363\$24	22 922 586\$57	9 790 821\$04

Fonte: Decreto-Lei nº 33 922, *Diário do Governo*, nº 197, 1ª Série, 5 de setembro de 1944, 889.

Até 31 de dezembro de 1943, haviam sido gastos em Leixões 190 712 348\$30, em Setúbal 26 999 677\$12 e em Ponta Delgada 22 130 783\$18. Era ainda necessária despender para concluir Leixões a quantia de 11 137 980\$36. Dos restantes nove portos, apenas nos de Póvoa de Varzim e Faro-Olhão estava previsto investir para os terminar, respetivamente as quantias de 11 080 678\$21 e 700 000\$00.

4.11. A evolução das obras do porto de Leixões entre 1932-1944

Quando em março de 1932, haviam sido oficialmente reiniciadas as obras em Leixões, iniciava-se também um período de obras tecnicamente difíceis de realizar. Havia sido estudados e apresentados vários projetos e embora existissem ainda algumas dúvidas as obras iniciaram-se no ano seguinte. Mas, entre 1934 e 1940, muitos foram os problemas que dificultaram as obras deste porto. A título de exemplo, e como se verá mais à frente, só em 1936, foi concebida a solução definitiva para o Molhe Exterior.

A partir de 1934, os violentos temporais dos consecutivos invernos provocaram danos nas obras das duas empreitadas que decorriam, o Molhe Exterior (ou quebra-mar) e a Doca nº1. Nesse

ano, a força das vagas destruiu parte do Molhe Sul deste Quebra-Mar, já construído. Na Doca nº1, os maiores estragos foram provocados pelas cheias do rio Leça, cheias que resultaram em consideráveis estragos nas propriedades confinantes com as obras, que implicaram reclamações, e respetivas indemnizações aos proprietários locais. Mas o final do ano de 1934 foi particularmente grave, já que, para além dos danos materiais provocados pelos fortes temporais, as obras de Leixões foram assombradas pela morte do engenheiro que as dirigia, o qual foi arrastado pelas vagas. As consecutivas destruições da obra nos anos seguintes, implicaram inúmeros problemas burocráticos e aditamentos ao seu orçamento. Aditamentos que os membros do governo colocariam em causa, sendo necessárias complexas justificações técnicas sobre os problemas que ali iam sucessivamente surgindo. Para além destas empreitadas, neste período foi ainda reiniciada a empreitada da dragagem da bacia do porto, e construída a ligação ferroviária do porto à rede ferroviária nacional.¹¹⁵⁵

Em 1938, foi concluída e oficialmente inaugurada a linha de caminho-de-ferro que ligava a estação de Contumil ao porto de Leixões, obra essencial ao desenvolvimento económico daquele complexo portuário. Em agosto desse ano, aquando da visita a Leixões, Duarte Pacheco fez todo o seu percurso, tendo ficado devidamente inteirado do enorme benefício que aquela obra significava. Foi oficialmente inaugurada a 17 de setembro desse ano, contando com um vasto conjunto de cerimónias oficiais, tendo estado presente o Subsecretário de Estado das Obras Públicas e Comunicações.¹¹⁵⁶

Quanto aos trabalhos na Doca nº1, foram retomados apenas em julho de 1934 e concluídos em 1938.¹¹⁵⁷ Esta foi a empreitada que deu menos problemas a realizar. A empresa responsável foi

¹¹⁵⁵ A empreitada das dragagens, destinada a contrariar o constante assoreamento da entrada do porto lançada em 1931, só a 16 de janeiro 1936 foi adjudicada à empresa *Ossude*. Estes trabalhos permitiriam aumentar a área de maiores profundidades, ampliando a zona de ancoradouro, e, contribuindo também para a redução da agitação interior. Seria ainda aberta a comunicação com a doca que, entretanto, estava quase concluída. Cf. MOPC - Administração dos Portos do Douro e Leixões, *Relatório e Contas sobre a Gerência do Ano Económico de 1937*, (Porto: Imprensa Comercial, 1939), 13.

¹¹⁵⁶ Cf. APDL, *Relatório e Contas sobre o Exercício do Ano Económico de 1933-1934*, (Porto: Imprensa Social, 1938).

¹¹⁵⁷ Foi a 5 de fevereiro de 1938, antes do prazo estipulado, que foi colocada a última pedra na muralha da Doca nº1. As novas infraestruturas agora concluídas tornavam Leixões um porto comercial muito mais seguro, apto a todo o tipo de operações portuárias. A APDL atribuiu a este momento, que marcou a conclusão de uma das mais importantes empreitadas deste porto, grande solenidade. Nesse dia, estiveram presentes representantes do Estado, da empresa construtora e da APDL. Porém, apesar da realização desta primeira cerimónia, a Doca nº1 só viria a ser oficialmente inaugurada aquando da Exposição do Mundo Português em 1940. A inauguração foi a 4 de julho desse ano, numa cerimónia pública de grande solenidade integrada nas Comemorações do Duplo Centenário da Nacionalidade. Cerimónia presidida pelo Sub-secretário de Estado das Obras Públicas e Comunicações, o engenheiro Roberto de Espregueira Mendes. Nesse dia, o Estado agradeceu o Ministro do Comércio e Comunicações que antecedeu Duarte Pacheco no Plano das Obras Públicas, João Antunes Guimarães, com duas importantes distinções: a Comenda da Ordem de S. Tiago e a Cruz de Cavaleiro da Ordem de Mérito Agrícola e Industrial. O Governo adiou a inauguração de uma das mais complexas obras da engenharia deste período para o momento em que todo o país era chamado a

a, entretanto designada Sociedade Construtora da Doca de Leixões.¹¹⁵⁸ Até dezembro de 1935, as obras consistiram na escavação da área da doca e na construção de muros envoltivos contínuos, e em arcadas. Foi também construído o canal aberto para condução das águas do rio Leça. Nesta empreitada foi utilizada uma enorme quantidade de betão, sobretudo na construção de caixões, assim como nos muros contínuos e em arcadas.¹¹⁵⁹

Porém, a realização da obra que colocava maiores problemas era a do Molhe Exterior. Em 1936, a ECL premiou um operário da sua Fábrica pelo modo como confeccionara cinco anos antes, e como fora analisando durante esse período de tempo os ensaios de cubos de betão para a obra do Molhe Exterior de Leixões. Atesta-o a distinção, feita pela empresa e assinada por Rocha e Mello, ao jovem operário Manuel Coelho Cristino. Operário que, cinco anos antes, com apenas 17 anos, executara no Laboratório da Fábrica um conjunto de cubos de betão que viriam a permitir que o cimento «Liz» viesse a ser usado naquele porto.¹¹⁶⁰ Trata-se da Ordem de Serviço da ECL nº 41 datada 4 de novembro de 1936, que distingue este operário com um Louvor pelos serviços desempenhados ao serviço da empresa. (Cf. Anexo 7) Operário que permaneceu na Fábrica de Maceira-Liz tendo-se tornado Chefe de Fabrico, e trabalhado para a ECL até à idade da reforma.¹¹⁶¹ Este exemplo demonstra-nos o paradigma de Maceira-Liz, que foi referido no capítulo 3. Paradigma que passava pela criação de um “Novo Tipo de Operário” que, para além de uma

celebrar a ação realizadora do Estado Novo. Associar a inauguração de Leixões a esta comemoração de profundo significado simbólico nacional foi um importante ato de afirmação do regime através da realização de Obras Públicas. Cf. MOPC - APDL, 1940, *Relatório e Contas sobre a Gerência do Ano Económico de 1938*, (Porto: Imprensa Social), 6 e 9.

¹¹⁵⁸ Em abril de 1934, no seguimento da visita de Duarte Pacheco e Teotónio Pereira a Leixões, foi negociado entre o Governo e a empresa de Barcelona, a sua nacionalização. O clima de instabilidade política, sentido em particular na Catalunha poderá ter tido peso nesta decisão tomada pelo governo em relação à empresa espanhola. As revoltas de outubro daquele ano anunciavam já a iminência da Guerra Civil que viria a ocorrer naquele país. A 27 de agosto de 1934, um despacho emitido pelo Conselho de Ministros determinava que a empresa *Sociedad Metropolitana de Construcción*, de Barcelona passasse a denominar-se Sociedade Construtora da Doca do Porto de Leixões. Cf. *Diário do Governo*, nº 218 II Série, 17 de setembro 1934. Despacho autorizando o trespasse a favor da Sociedade Construtora do Porto de Leixões, adjudicado à *Sociedad Metroplitana de Construcccion*, de Barcelona.

¹¹⁵⁹ Cf. APDL, *Relatório e Contas sobre o Exercício do Ano Económico de 1933-1934*, (Porto: Imprensa Social, 1938), 21.

¹¹⁶⁰ Manuel Coelho Cristino (1914-1989) nasceu em Maceirinha e ali viveu toda a sua vida numa casa por si construída. Teve cinco filhos, entre os quais Horácio e Luciano Cristino, ambos educados na Escola de Maceira-Liz, e participantes em todas as atividades proporcionadas aos filhos dos trabalhadores da empresa. Os filhos deste operário tornaram-se dois importantes membros da Igreja Católica. Refiro-me ao Bispo Horácio Cristino ao Cônego Luciano Cristino. O último foi até há bem pouco tempo o responsável pela investigação da “Documentação Crítica de Fátima”. Entrevistas ao Cônego Luciano Cristino a 17-05-2018 e a 15-12-2018, Edifício da Reitoria de Fátima.

¹¹⁶¹ A valorização e distinção dos operários foi um dos principais meios utilizados pela ECL na fidelização dos seus colaboradores. O mérito e carácter exemplar do trabalho realizado por vários trabalhadores ao longo dos anos, foi valorizado pela empresa que lhes atribuíu diversos tipos de distinção. Estas distinções surgem, nas fontes consultadas no AHFML, ao longo dos anos em que Rocha e Mello se manteve a dirigir Maceira-Liz.

formação cívica e moral exemplares, detinha uma formação técnica a par das mais recentes inovações tecnológicas.

Esta importância dada à formação técnica e a permanente atualização tecnológica na ECL também se manifestou de outra forma no caso das obras de Leixões. Num período em que o betão estava a começar a ser usado nas obras marítimas nacionais, também o ensino superior compreendeu que as obras dos portos eram excelentes locais de formação. Ali, os alunos entravam em contacto com a realidade das obras que decorriam, onde a aplicação daquele material estava numa fase pioneira. A partir de 1932, a Faculdade de Engenharia do Porto, passou a enviar de forma sistemática alunos para realizar estágios nas obras que decorriam em Leixões.¹¹⁶² Ainda na década de trinta, a ECL estabeleceu igualmente um protocolo com o IST, proporcionando estágios finais de vários cursos ali ministrados. Foi mesmo criada pela empresa uma bolsa anual a atribuir a um aluno daquela instituição de ensino superior.

Voltando ao complexo Molhe Exterior, em 1931, ainda não existia um plano indiscutível de uma estrutura de Quebra-Mar que conseguisse atenuar suficientemente a força das vagas e evitar a sua propagação para o interior do porto de abrigo e comercial. Embora o contrato do Molhe Exterior tenha sido assinado a 4 de fevereiro de 1932 com a empresa holandesa *Nederlandsche Maatschappij voor Havenwerken* de Amesterdão, só no ano seguinte as obras se iniciaram. Tratava-se da obra mais complexa e de maior responsabilidade deste porto, sendo fundamental para a realização das outras duas empreitadas contratadas no ano anterior (Doca e dragagens). Sendo uma obra complementar de abrigo da entrada do porto, fora projetada, na sua parte norte, para ser enraizada na curva do Molhe já existente, estendendo-se por cerca de 1 km.

A solução técnica que ali começou a ser construída em 1933 era um molhe de paramento vertical, projeto do empreiteiro responsável pela obra. Segundo Fernando de Sousa e Jorge Alves, para dar início a esta fase da obra, foi necessário demolir cerca de 108 m do Molhe Norte já existente.¹¹⁶³ A descrição dos trabalhos incluía: quebrar rocha para regularizar os fundos; dragagem para regularizar e assentar os enrocamentos estre as cotas de -12 m a -16m; regularizar com betão

¹¹⁶² Dos vários relatórios existentes no Arquivo da FEUP, cito, a título de exemplo, um de 1932 e outro de 1936: Relatório de Estágio de Carlos Gomes Cordeiro, «Porto de Mar», Documento manuscrito. Estágio realizado nas obras de Leixões, setembro-outubro de 1932; Relatório de Estágio de José Maria de Bessa Ferreira da Cunha, «Materiais e Processos Gerais de Construção do Porto de Leixões», Documento dactilografado 40 páginas, outubro 1936. Este trabalho refere-se à construção da Doca nº1, e o seu objetivo foi determinar o preço por metro cúbico de alvenaria de betão do muro do cais contínuo. Assinado pela Administração Geral do Porto Douro Leixões. Relatórios consultado a 19-09-2016 em: SDI – Serviço de Documentação e Informação @FEUP Repositório.

¹¹⁶³ Cf. Sousa e Alves, *Leixões – Uma...*, 2002.

o prisma de enrocamento; construir e assentar blocos de betão de 345 toneladas cada, para formar o Molhe; assim como blocos de betão, de 80 e 60 toneladas, para proteção das risbermas.¹¹⁶⁴ Iniciaram-se também trabalhos de alvenaria para regularização dos fundos em rocha assim como na superestrutura do Molhe. Começou também a ser construída uma ponte-prancha em betão armado.

Face às alterações entretanto propostas pelo empreiteiro responsável por esta empreitada, no final de 1933 o Tribunal de Contas recusou o seu «visto» à minuta daquele contrato, que fora aprovado a 17 de novembro em Conselho de Ministros.¹¹⁶⁵ Este Tribunal considerava inaceitáveis as modificações propostas pela empresa aos elementos essenciais e estruturais do Caderno de Encargos, já que, caso fossem aprovadas abririam um precedente perigoso. Entre as alterações propostas pelo empreiteiro holandês ao projeto original, que servira de base ao concurso do contrato, era proposta a «construção e assentamento de blocos de *betom* de 90 toneladas de peso cada, para formar um molhe entre as cotas -12 e +2 metros», substituindo o que no contrato inicial fora estabelecido e que previa a «construção de assentamento de blocos em *betom* ocos, de 345 toneladas, e o seu enchimento com betom para formar o molhe entre as cotas -12 e +2 metros».¹¹⁶⁶ O Tribunal considerava que a redução do custo da obra não dispensava legalmente um novo Concurso Público; como tal, recusou o visto à minuta que lhe fora apresentada pelo Conselho de Ministros em novembro do ano anterior.

Após novo concurso público, a 14 de março de 1934, foi assinado novo contrato para esta empreitada com a empresa *Anglo Dutch Engineering and Harbour Works Company Limited*.¹¹⁶⁷ Porém, os profundos danos provocados pelos temporais dos invernos de 1934 e 1935 foram tão graves na parte já executada, que a solução estrutural que começara a ser construída teve de ser abandonada. No início de 1935, a 19 de janeiro, Duarte Pacheco e o Administrador Geral dos Serviços Hidráulicos e Elétricos visitaram as obras do porto de Leixões

Tendo visitado demoradamente as obras de construção do quebra-mar exterior e da doca nº1, inteirando-se ao mesmo tempo da situação do molhe sul, e recomendou a maior diligência na organização dos cadernos de encargos referentes à reparação deste molhe, e dos projectos do plano

¹¹⁶⁴ A risberma é um dos elementos de um perfil corrente de um quebra-mar. Corresponde ao remate inferior do manto resistente, e é constituída por um prisma de enrocamento de blocos de betão. A sua função é suportar o manto resistente e evitar danos provocados pela erosão.

¹¹⁶⁵ Cf. Decreto-lei nº 23 647, *Diário do Governo* nº 55, 1ª Série, 8 de março de 1934. Ministério das Obras Públicas e Comunicações – Gabinete do Ministro. Ministro Duarte Pacheco. Este decreto explana o parecer do Tribunal de Contas sobre esta matéria.

¹¹⁶⁶ *Idem*, 326.

¹¹⁶⁷ Esta nova empresa a *Anglo Dutch Engeneering and harbour Works Company Limited* resultara de uma transformação da anterior empresa, a *Nederlandsche Maatschappij voor Havenwerken*.

inclinado de Leixões (...) a fim de se evitar demoras, por parte das estações que sobre elas têm de se pronunciar, na aprovação dos respectivos projectos.¹¹⁶⁸

Após submissão ao Conselho Superior das Obras Públicas, só a 23 de fevereiro de 1935 foi aprovado o projeto de reparação da curva do Molhe Sul. Mas aquando desta aprovação o Molhe continuava a desmoronar-se. Face a este panorama, tanto o projeto como o concurso, aprovados foram suspensos. Duarte Pacheco ordenou abrir novo concurso para este trabalho, proposto a quatro empresas nacionais especializadas em obras hidráulicas. Porém, nenhuma aceitou fazê-lo nas condições estipuladas. Em março, o Estado decidiu que este trabalho seria realizado por administração direta da Direção Técnica da APDL.¹¹⁶⁹

A 5 de fevereiro 1935 fora nomeada pelo governo uma Comissão encarregada de estudar os estragos provocados pelos temporais. Esta Comissão, integrava engenheiros civis e hidrográficos e ainda oficiais da Marinha, e a sua função era investigar o comportamento do Quebra-Mar Exterior em construção sob a ação dos temporais, e propor o que julgasse conveniente fazer face aos resultados obtidos. No final desse ano, esta Comissão apresentou um Relatório com a estratégia delineada para solucionar o problema do Quebra-Mar. Era indicado prosseguir com a construção na parte assente sobre fundos móveis de areia, mas era proposto um novo tipo de estrutura, diferente do que originalmente fora aprovado no projeto que vinha sendo executado.¹¹⁷⁰ A Comissão concluiu que as causas da destruição da obra tinham a ver com o tipo de Quebra-Mar ali usado, do tipo vertical. Defendiam recorrer a outro tipo de talude: era recomendado um do tipo que fora usado no Molhe principal de Casablanca.¹¹⁷¹

Entretanto, a partir de 18 de janeiro de 1936, Duarte Pacheco era substituído por Silva Abranches como Ministro do Comércio e Comunicações. Também a Direção Técnica da APDL se alterara, a 8 de janeiro de 1936, tomando posse o engenheiro Rodrigo António Machado Guimarães.¹¹⁷² O Estado nomeou uma nova Comissão para estudar o perfil tipo do molhe a construir no porto de Leixões, no seguimento das conclusões da anterior Comissão. A nova

¹¹⁶⁸ Cf. APDL, *Relatório e Contas sobre o Exercício do Ano Económico de 1933-1934* (Porto: Imprensa Comercial, 1938), 7.

¹¹⁶⁹ Idem, 13.

¹¹⁷⁰ MOPC e APDL, *Relatório e Contas sobre a Gerência do Ano Económico de 1937* (Porto: Imprensa Comercial, 1939), 12.

¹¹⁷¹ Cf. Duarte Abecassis, «O Prolongamento do Molhe Norte do Porto de Leixões. Uma economia de 100 000 contos no custo da obra sem prejuízo dos seus objetivos», *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, nº 20, agosto, (1938), 308

¹¹⁷² O engenheiro Rodrigo António Machado Guimarães, havia sido contratado pelo MOPC a 30 de dezembro de 1935, tendo vindo substituir Gervásio Pinto Leite. Este engenheiro já trabalha na Junta AIMPDL oito anos antes, tendo, entretanto, assumido a direção das obras do Porto do Funchal, onde segundo o Ministério desempenhara um bom trabalho. Diretor da Exploração continuava a ser o engenheiro Pedro Carlos Alexandre Pezerat.

Comissão era constituída por três engenheiros: para além do Diretor Técnico da APDL, o Chefe da Repartição dos Serviços Marítimos - Portos, e o novo Subdiretor da empreitada. Cabia a esta Comissão deslocar-se a Casablanca e estudar o tipo de obra sugerida pela Comissão anterior.¹¹⁷³ A nova Comissão partiu para Casablanca a 21 de fevereiro de 1936, realizando após o regresso um novo projeto para o Molhe Exterior. Segundo Duarte Abecassis, a empresa *Anglo Dutch Engineering and Harbour Works Company Limited* apresentou um novo projeto para uma extensão de 900 metros de Molhe, cujo orçamento era de cerca de 150 000 contos em moeda corrente.¹¹⁷⁴

Como o novo Perfil Tipo de talude proposto implicava um aumento significativo do custo da obra, esta solução não terá agradado inteiramente ao Conselho Superior de Obras Públicas, embora este concordasse com a ideia de abandonar o tipo de talude vertical. A 13 de junho de 1936, o novo orçamento da obra levou este órgão estatal a dar um parecer negativo à sua execução. Entretanto as obras não pararam. Por despacho do Ministro, a 27 de maio de 1936, foi autorizado o recomeço imediato dos trabalhos de reparação da parte destruída do Molhe, cabendo os custos à *Anglo Dutch Engineering and Harbour Works Company, Limited*. Para proteção desta parte do Molhe foi autorizada a colocação duma risberma constituída por blocos de betão que o empreiteiro tinha em estaleiro, além da reparação do maciço do Molhe.¹¹⁷⁵

Através dos artigos publicados por Duarte Abecassis, pode compreender-se melhor a complexidade técnica da obra. Segundo aquele engenheiro, cujo trabalho de investigação fora essencial na regulamentação do cimento para obras portuárias, após os temporais de 1934 e 1935, as obras de defesa da entrada do porto de Leixões haviam sido destruídas numa extensão de cerca de 120 metros, que constituía a parte mais avançada da obra até então construída. Como a obra ainda não ultrapassara o perfil em que as fundações deixavam de ser em rocha, Abecassis defendia que os problemas existentes não podiam ser atribuídos a infraescavações. Poderiam ser atribuídas a algumas deficiências de execução determinantes, como por exemplo a insuficiente conexão dos

¹¹⁷³ Esta nova Comissão incluía ainda um representante do empreiteiro, o engenheiro inglês W.F. Stanton, reconhecido pelos importantes projetos que realizara, como o porto de Valparaíso no Chile.

¹¹⁷⁴ Cf. Abecassis, «O Prolongamento...», n.º 20, 1938, 308. Face ao confronto entre estas duas fontes consultadas, parece-me que se trata do mesmo projeto, uma vez que a Comissão Estatal incluía o engenheiro W.F. Stanton da empresa *Anglo Dutch Engineering and Harbour Works Company Limited*.

¹¹⁷⁵ Cf. MOPC - APDL, *Relatório e Contas sobre a Gerência do Ano Económico de 1936* (Porto: Imprensa Comercial, 1939), 34. Como a empresa não dispunha de um Titã (guindaste) que permitisse colocar blocos de 90 t à distância necessária para a construção daquela risberma, foi autorizada a colocação de blocos de 50 t. Foram colocados 7 001,371 m³ de blocos artificiais assentes nas risbermas; 1 599,775 m³ de blocos artificiais de risberma feitos no estaleiro, mas ainda não colocados; e blocos HB contados como blocos de risberma 79,500 m³. Foi pago por este trabalho 2 031 889\$68.

elementos que constituíam a muralha de 15 metros de largura, ou então, à sua parte superior monolítica, que não conseguira resistir ao choque das vagas que nela rebentavam.¹¹⁷⁶

Após todo o impasse do Estado em relação ao custo do novo tipo de talude proposto, só durante o ano de 1936 seria concebido o projeto definitivo para o Molhe Exterior. O seu autor foi o próprio Duarte Abecassis que, entretanto, assumira o cargo de Diretor-Geral dos Serviços Hidráulicos e Elétricos. Tratava-se de um projeto original de um Quebra-Mar submerso para proteção do anteporto de Leixões. Este projeto, que só em 1938 começaria a ser construído, sendo significativamente menos oneroso que o anterior, permitiu resolver os problemas técnicos levantados pelas diversas variáveis naturais a ter em conta naquele local específico (correntes, alturas das vagas, ventos).

4.11.1 O ensaio do Modelo Reduzido do Projeto do Molhe Exterior de Leixões no Laboratório de Hidráulica da Escola de Engenharia de Lausanne (1936)

Porém, a solução projetada por este engenheiro para o prolongamento do Molhe Norte de Leixões era, de tal forma complexa, que a hipótese projetada não podia ser confirmada pelos métodos de cálculo estrutural existentes naquele período.¹¹⁷⁷ Embora já existissem conhecimentos em termos quantitativos do regime de extremos de agitação, foi necessário recorrer a uma solução que passava por fazer ensaios laboratoriais, sobre o modelo físico reduzido do tipo de obra a adotar para o prolongamento do Molhe. Como os Laboratórios Estatal e Académicos portugueses não tinham capacidade para realizar este tipo de ensaios, a 28 de julho de 1936, o Estado autorizava:

(...) a Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos a mandar fazer no Laboratório de Hidráulica da École d'Ingénieurs, da Universidade de Lausanne, estudos sobre o modelo reduzido do molhe a adoptar para o Porto de Leixões.¹¹⁷⁸

Em novembro de 1936, uma outra Comissão deslocou-se ao Laboratório de Hidráulica da Escola de Engenheiros da Universidade de Lausanne, a fim de assistir aos ensaios sobre o modelo reduzido do projeto do Molhe Exterior de Leixões.¹¹⁷⁹

¹¹⁷⁶ Cf. Abecassis, «O Prolongamento...», nº 20, 1938, 307.

¹¹⁷⁷ Cf. Ildefonso Mota Oliveira, «Engenharia costeira e portuária», em *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no Século XX*, Vol. 2, coord. Manuel Heitor, José Maria Brandão de Brito e M^a Fernanda Rollo (s. l.: Ed. Dom Quixote/Instituto Superior Técnico, 2004), 279.

¹¹⁷⁸ Cf. Decreto nº 26 841, *Diário do Governo* nº175, 1^a série, 28 de julho de 1936. Ministério das Obras Públicas e Comunicações. 8^a Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública. Ministro das Obras Públicas e Comunicações Joaquim José de Andrade e Silva Abranches.

¹¹⁷⁹ Comissão dirigida pelo autor do projeto e integrada pelos engenheiros Machado Guimarães e Viriato Canas.

Segundo Duarte Abecassis, os estudos realizados nesse laboratório foram dirigidos pelo Professor Stuky e satisfaziam perfeitamente a estabilidade da obra.¹¹⁸⁰ O impacto dos resultados do estudo deste tipo de talude terá tido tal interessante científico que levou o professor Stuky e o engenheiro Bonnard, a publicarem em 1937 um artigo, intitulado: *Contribution à l'Etude Expérimentale des Digue Maritimes en Enrochements*.¹¹⁸¹ Através deste detalhado artigo científico, compreende-se bem todo o complexo processo dos ensaios realizados. (Cf. Anexo 1. Fig. 48) Estes permitiram, a partir do perfil primitivo projetado por Duarte Abecassis, fazer ajustes em relação à parte mais profunda e média da obra imersa na água (Cf. Anexo 1. Figs. 49 e 50)

O projeto que estes ensaios vinham sustentar era algo inédito até então, tratava-se de um Quebra-Mar submerso em taludes. Segundo Vera-Cruz e Reis Carvalho citados por Ildeberto Oliveira:

Foi certamente a primeira obra marítima portuguesa a ser ensaiada em modelo reduzido e, provavelmente, das primeiras a sê-lo em todo o Mundo.¹¹⁸²

Duarte Abecassis terá testado a estabilidade da solução que projetou até ao valor máximo da onda que poderia atingir a obra:

(...) sem rebentar, sem cuidar de saber da sua probabilidade de ocorrência, a qual, com efeito, não poderia especificar por ser desconhecido o clima de extremos da agitação.¹¹⁸³

Ildeberto Oliveira explica que o Quebra-Mar submerso projetado fora ensaiado para ondas regulares, cuja altura poderia atingir os 12 metros. Estas ondas foram conjugadas com vários níveis de repouso; a um nível de praia-mar, a altura ficou próxima dos 15 metros. A partir destes ensaios, os blocos de betão projetados para o manto da estrutura, que no projeto inicial eram de 54t, passaram a ser de 78t. Porém, apesar dos resultados satisfatórios de 78t, Duarte Abecassis resolveu aumentá-los para 90t. Oliveira coloca a hipótese de que a posição institucional que Duarte Abecassis ocupava terá influenciado a tomada de decisão de optar por uma solução superestável, muito além do que os dados de agitação disponíveis, e os meios de dimensionamento usados apontavam.¹¹⁸⁴ Esta decisão terá aumentado substancialmente o custo da obra. Custo, que, segundo

¹¹⁸⁰ Cf. Abecassis, «O Prolongamento...», nº 20, 1938, 311.

¹¹⁸¹ Cf. A. Stuky e D. Bonnard, «Contribution à l'Etude Expérimentale des Digue Maritimes en Enrochements», *Bulletin Technique de la Suisse Romande*, Vol. 63, (1937). Consultado a 28-09-2018 em: <http://doi.org/10.5169/seals-48464>.

¹¹⁸² Cf. D. Vera-Cruz e J. Reis de Carvalho, «Maciço Submerso de Pré-Rebentação das Ondas como meio de proteção de Obras Marítimas» em *Memórias*, nº 796 (Lisboa: LNEC 1993); citados por Oliveira, «Engenharia costeira...», Vol. 2, 2004, 279.

¹¹⁸³ Cf. Oliveira, «Engenharia costeira...», Vol. 2, 2004, 279.

¹¹⁸⁴ Idem.

este autor, em 2004, (ano em que escreveu o artigo) considerava estar já compensado, já que a obra nunca teve danos significativos. Oliveira realça que este é um exemplo raro de obra marítima que, ao longo dos seus cerca de 60 anos de existência não precisou de reparação.¹¹⁸⁵

No entanto, os inúmeros problemas ocorridos nas obras de Leixões ao longo dos anos trinta, fizeram com que o orçamento daquela obra tenha excedido muito o inicialmente previsto.¹¹⁸⁶ Durante os anos de 1937 e 1938, foi necessário a Abecassis e à Direção Técnica da APDL justificar continuamente, do ponto de vista técnico, as verbas ali investidas, uma vez que o Governo ia questionando as sucessivas derrapagens orçamentais desta complexa obra, em particular do Quebra-Mar Exterior. Foi necessário justificar de forma continuada a importância da obra deste porto para a economia nacional. O relatório técnico de 1937, por exemplo, elucidava minuciosamente a evolução das obras nesse ano, já que a própria Assembleia Nacional exigia a Duarte Abecassis, enquanto Diretor dos Serviços Hidráulicos e Elétricos, o relato da evolução das obras. A transcrição deste relato feito ao Presidente da Assembleia Nacional demonstra a preocupação dos representantes políticos com os avultados e constantes investimentos em Leixões:

Como é sabido, estão em curso grandes obras e trabalhos de cuja conclusão deve resultar grande melhoria, tanto para as condições de acesso ao porto de Leixões, como para as condições de acesso ao porto do Douro e acomodação deste. Eleva-se a importância total pelo Estado reservada para essas obras e em parte importante já despendida, a uma cifra de cerca de 180 000 contos.¹¹⁸⁷

Neste mesmo relato à Assembleia Nacional, Duarte Abecassis não deixa, de mais uma vez sublinhar a importância da construção do Molhe Exterior:

Esta obra, de uma importância capital, destina-se a dar à bacia de Leixões as condições de tranquilidade que lhe faltavam durante os temporais, dando causa aos tremendos desastres que ali se assinalam de vez em quando, e de que foi exemplo o sucedido nos últimos dias do passado mês de janeiro.¹¹⁸⁸

Esta permanente necessidade de justificação está patente também nos sucessivos relatórios de contas da Direção Técnica sobre a construção do Molhe Exterior. Relatórios que assumem um tom vincadamente técnico em resposta aos pedidos de esclarecimento dos representantes políticos

¹¹⁸⁵ Idem.

¹¹⁸⁶ Cf. MOPC - APDL, *Relatório e Contas sobre a Gerência do Ano Económico de 1938* (Porto: Imprensa Social, 1940). Em 1938, O Decreto nº 28 540 de 23 de março autorizou a inscrição no orçamento do ano económico de 1938, a verba de 4 264 464\$00, saldo da verba de 5 000 000\$00 consignado às obras de reparação do molhe sul do porto de Leixões. Foi ainda feito o pedido da transferência da importância de 2 138 140\$43 para o orçamento do ano de 1938. Transferência autorizada pelos Decretos nº 28 540 de 23 de março e nº 28 638, de 6 de maio de 1938.

¹¹⁸⁷ Cf. MOPC - APDL, *Relatório e Contas sobre a Gerência do Ano Económico de 1937* (Porto: Imprensa Comercial, 1939), 11-14.

¹¹⁸⁸ Idem, 12

– como se pode ver na descrição do projeto constante no relatório e contas para 1938, e que refere explicitamente o novo projeto de Abecassis, e os estudos feitos em Lausanne:

Desde o perfil 400 aonde foi levada a construção do molhe segundo o projecto de 1930, modificado em 1933 até ao perfil terminal 1000, o novo projecto prevê um molhe submerso cujo coroamento atinge a cota (-1,00). O molhe é constituído por um largo prisma de enrocamento laçado, sem dragagem prévia, sobre fundo.

Este prisma é nivelado superiormente à cota (-8,00) e prolongado do lado do porto e do lado do mar por bermas que protegem os fundos de areia adjacentes e formam a base da camada de blocos artificiais de 90 toneladas que envolve todo o prisma e é destinada a quebrar ou amortecer a vaga. Mostram os numerosos ensaios do perfil feitos nos Laboratórios da Escola de Engenharia de Lausanne que a obra se comporta muito bem por temporais mais violentos do que os que se têm verificado em Leixões e dá resultados satisfatórios quando à tranquilidade na entrada e no interior do porto.¹¹⁸⁹

A construção da solução técnica do Molhe Exterior, projetada por Duarte Abecassis, só em 1938 se iniciou. Importa referir que, no contexto nacional, tanto a complexidade como a economia deste projeto em relação ao anterior foram amplamente divulgadas. A 19 de maio de 1938, Duarte Abecassis apresentou aos seus pares, na Ordem dos Engenheiros, uma conferência onde detalhava minuciosamente todo o processo dos estudos e ensaios realizados. A Conferência intitulava-se «O prolongamento do molhe norte do porto de Leixões. Uma economia de 100 000 contos no custo da obra sem prejuízo dos seus objetivos».¹¹⁹⁰ O título manifesta claramente a necessidade de justificação financeira – e implicitamente política – das grandes obras em curso.

Apesar da implementação desta solução, a obra do Molhe continuara sempre em curso, mantendo-se a preocupação de justificar sistematicamente a sua prossecução. Estando ainda longe de ser concluída, o *Relatório e Contas para o Ano de 1938* da APDL refletia a necessidade de apresentar os primeiros resultados positivos da solução adotada por Abecassis. Segundo esse Relatório, a extensão de 30 metros construída a partir do perfil 400, permitia já ver o efeito da obra através da redução da amplitude das vagas.

Parece clara e incontornável a importância política desta obra para o Estado Novo. Atesta-o o pedido em maio de 1938 de Duarte Pacheco, após retomar a Direção do MOPC, ao Diretor da Exploração de Leixões, no sentido de elaborar um estudo que demonstrasse a importância

¹¹⁸⁹ Cf. MOPC e APDL, *Relatório e Contas sobre a Gerência do Ano Económico de 1938* (Porto: Imprensa Social, 1940), 46-47.

¹¹⁹⁰ O teor desta conferência foi publicado, em duas partes no Boletim da Ordem dos Engenheiros. Ver: Duarte Abecassis, «O prolongamento do molhe norte do porto de Leixões. Uma economia de 100 000 contos no custo da obra sem prejuízo dos seus objetivos», *Boletim da Ordem dos Engenheiros* nº 20, Ano II, agosto (1938), 307-318; e *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, nº 21, Ano II, setembro, (1938), 349-362.

económica daquele porto para o país.¹¹⁹¹ O relatório intitulado “Leixões Porta do Norte – Reflexões sobre a sua Exploração”, foi enviado ao Ministro em novembro desse ano, e ter-lhe-á certamente permitido justificar a Salazar a necessidade de continuar a investir naquela obra.¹¹⁹²

4.12. O cimento «Liz» usado nas obras marítimas: as empreitadas de Leixões

Para se concluir este capítulo sobre a importância das obras de Leixões para a História do Cimento em Portugal, é também essencial apresentar uma síntese quantitativa do uso deste material no período em estudo e do peso relativo da construção deste porto.

Através dos *Relatórios e Contas sobre o Exercício de cada ano económico da APDL*, pode contabilizar-se a quantidade de cimento e dos restantes materiais utilizados nas obras de Leixões, realizadas por administração direta deste organismo.

A informação pesquisada no Arquivo da APDL refere-se ao período temporal entre 1918 e 1940. Informação que nem sempre é uniforme: nuns anos é discriminada a quantidade e a respetiva marca, noutros apenas a quantidade. Neste período, não existe qualquer referência ao uso de cimento «Liz». No período até 1931, o único cimento nacional usado nas obras de Leixões foi a marca «Tejo». A partir de 1931, passa a surgir referência ao uso da marca «Secil». Depois do ano de 1936, deixam de ser referidas as marcas de cimento, e passam a existir gráficos anuais com a discriminação da quantidade de cimento gasta mensalmente. Mas, o cimento «Liz» foi ali utilizado em enormes quantidades como se verá a seguir.

Merece particular interesse que nas fontes consultadas entre 1928 e 1932 surja referência ao uso nas obras deste porto de um cimento cuja marca é denominada «Leixões».¹¹⁹³ No ano económico de 1928-1929, a atribuição do nome «Leixões» a uma marca de cimento parece-me ser significativa da importância que este material construtivo adquirira não só na construção dos portos, mas em particular daquela infraestrutura portuária. Como foi referido ao longo deste

¹¹⁹¹ Já com a inauguração da Doca nº1, o tráfego marítimo no porto de Leixões aumentou significativamente o seu movimento. Oito anos depois, apesar da Segunda Guerra Mundial, duplicá-lo-ia. Efetivamente, e apesar das inúmeras dificuldades técnicas e orçamentais das obras portuárias de Leixões, estas obras viriam a revelar-se fundamentais para o desenvolvimento económico do País. Este porto passaria a ter comunicação com a rede portuária nacional, dispondo de espaços dotados de guindastes e hangares para armazenar mercadorias em condições de abrigo e segurança. Condições que permitiram inseri-lo nas rotas marítimas internacionais, abrindo o mercado externo aos produtos nacionais. Numa primeira fase, no contacto com as colónias, e subsequentemente com o mercado europeu.

¹¹⁹² Cf. MOPC – APDL, *Relatório e Contas sobre a Gerência do Ano Económico de 1938* (Porto: Imprensa Social, 1940), 5-6.

¹¹⁹³ O cimento «Leixões» aparece discriminado nos relatórios da Junta Autónoma das Instalações Marítimas do Porto (Douro-Leixões), em apenas dois anos. No ano económico de 1928-1929 e em 1931-1932. Ver: JAIMPDL, *Relatório e Contas sobre o Exercício do Ano Económico de 1928-1929* (Porto: Oficinas do Comércio de Porto, 1934), 25; APDL 1937, *Relatório e Contas sobre o Exercício do Ano Económico de 1931-1932* (Porto: Tipografia do Instituto dos Surdos-Mudos, 1937), 31.

capítulo, foi em 1929 que o Orçamento de Estado dera prioridade às obras portuárias nacionais. Assim, a denominação «Leixões» dada a uma marca de cimento neste período, não só reforçava o carácter regional daquela obra, como aparentemente o nome do lugar onde se ia construir um importante porto nacional conferia credibilidade àquela marca.

Acima de tudo, estando nesse ano o uso do cimento «Liz» a ser interdito nas obras portuárias, o aparecimento de uma nova marca nacional - cuja proveniência não aparece identificada nas fontes consultadas – parece ter tido o intuito de propagar a ideia da existência de um cimento designado «Leixões» que era de tal forma resistente às águas marítimas que até tinha o nome de um dos mais importantes portos nacionais em construção.

Mas, como nos relatórios da APDL o cimento utilizado em empreitadas entregues a empresas não é contabilizado - e terá sido precisamente nestas empreitadas que foi utilizada maior quantidade de cimento - não foi possível aferir a totalidade do cimento ali usado.¹¹⁹⁴ No entanto, foi possível reconstituir as quantidades de cimento fornecidas por Maceira Liz e o peso relativo das empreitadas de Leixões nas encomendas para Obras Públicas feitas a esta empresa.

As referências aos contratos da ECL com as empresas responsáveis pelas diferentes empreitadas das obras do Porto de Leixões, adjudicadas entre 1931 e 1932, não são muito numerosas. Como já foi referido, em março de 1932, foi assinado contrato entre a ECL e a *Netherlands Harbour Works C^a* de Amsterdão para fornecimento de cimento «Liz» por três anos, especificamente para as obras no Molhe Exterior do Porto de Leixões.¹¹⁹⁵ (Cf. Anexo 1. Fig. 51)

Segundo as fontes consultadas no AHFML, a primeira remessa de cimento só foi enviada para o Porto de Leixões a 12 de julho 1933, com a seguinte ressalva: «depois de vencidas as dificuldades oficiais».¹¹⁹⁶ Através desta anotação pode conjecturar-se que, apesar de nesta data ter sido já regulamentada a produção de cimento nacional para águas salinas, legislada em fevereiro de 1932, e apesar dos pareceres dos vários especialistas estrangeiros e nacionais acerca da qualidade do cimento «Liz» ser perfeitamente adequada ao uso em obras marítimas, em julho de 1933 continuava a existir resistência à sua aplicação em Leixões.

Para além da empreitada do Molhe Exterior, o cimento «Liz» foi utilizado na outra grande empreitada de Leixões definida em 1931 que exigiria enorme quantidade de cimento. A 9 de

¹¹⁹⁴ Como o Arquivo da APDL não está organizado, não me foi possível dispor de mais tempo para procurar os eventuais dados existentes sobre os contratos com as empresas que realizaram as obras neste período. Mas futuramente, esse seria um trabalho que seria interessante realizar. Nesta investigação cingi-me aos dados existentes nos *Relatórios e Contas sobre o Exercício de cada Ano Económico da APDL*.

¹¹⁹⁵ Cf. ECL, *Conjunto de folhas...*, s.p.

¹¹⁹⁶ Idem.

setembro de 1933 foi assinado o contrato entre a ECL e a *Sociedad Metropolitana de Construccion* para fornecimento de cimento destinado à Doca nº 1.¹¹⁹⁷

Quanto aos dados quantitativos de cimento «Liz» utilizado em Leixões, estes constam de uma carta, registada com a data de 16 de janeiro de 1936, e enviada por Henrique Sommer a Nuno Castro Pereira.¹¹⁹⁸ Relembro que Nuno Castro Pereira fora contratado no ano anterior pelas três empresas nacionais de cimento para fazer a arbitragem do cartel dos cimentos entretanto formado.

Nesta carta, era enviada a Castro Pereira uma lista dos contratos para fornecimento de cimento «Liz» superiores a 1 000t, e que se encontravam pendentes no fim do ano de 1935. Este documento contém ainda uma preciosa informação: um quadro com os nomes das empresas responsáveis pelas obras, a designação dessas obras, e a quantidade de cimento a fornecer por contrato a cada uma. É ainda discriminado a quantidade de cimento já fornecida até à data e a que faltava fornecer.

Neste quadro, que sintetiza os referidos contratos, são indicadas as quantidades fornecidas até fim de 1935, e, a fornecer após esse ano para as obras de Leixões. (Cf. Quadro XI)

Para a obra designada como *Esporão de Leixões*, ou seja, Molhe Exterior, adjudicada à empresa holandesa, o contrato estabelecido fora o fornecimento de 30 000t de cimento. Até 31 de dezembro de 1935, haviam sido fornecidas 22 100t e havia ainda a fornecer 20 200t deste material.

Quanto à Doca nº1, que havia sido adjudicada à empresa de Barcelona (em agosto de 1934 convertida pelo Estado em Sociedade Construtora da Doca do Porto de Leixões) o contrato fora de «todo o cimento a utilizar». Até 31 de dezembro de 1935, haviam sido fornecidas 4 800t.

Através deste quadro, constata-se que, para além das obras de Leixões, a ECL tinha contrato com outras empresas para fornecimento de cimento a utilizar em mais portos nacionais: até 1935, Lisboa, Aveiro e Póvoa de Varzim. Por exemplo, nas obras do porto de Lisboa, correspondentes à 3ª Secção daquele porto, fora contratado com a Soc. Italo-Portuguesa de Construções também «todo o cimento a utilizar», tendo sido fornecido até à data 18 915t. Em relação ao porto de Aveiro, foram encomendadas 8 000t e fornecidas 4 400t, havendo a fornecer 3 400t. A outra grande encomenda contratada com a ECL fora a construção do porto da Póvoa de Varzim com a empresa

¹¹⁹⁷ Idem.

¹¹⁹⁸ Cf. Carta do Director da ECL, Henrique Sommer, a Nuno Castro Pereira, 16 de janeiro 1936. Copiador de Cartas de Nuno Castro Pereira. AHFML.

Grun & Bilfinger A. Qv; tratava-se de 20 a 23 000t de cimento, e ainda não fora fornecido cimento até à data.

Quadro XI			
Contratos para fornecimento de cimento «LIZ» superiores a 1 000 toneladas			
	Contrato	Cimento Fornecido até 31/12/1935	Cimento a Fornecer
<i>Soc. Italo-Portuguesa de Construções</i> 3º Secção do Porto de Lisboa	Todo o cimento a utilizar	18 915 t.	
<i>Soc. De Pavimentos ...fabricados, Lda</i> Estrada de Benfica do Ribatejo	6 000 t.	1 240 t.	700 t.
<i>António Veiga & H. Martins d'Oliveira</i> Viaduto das Quebradas	2 000 t	240 t	1 700 t
<i>Grun & Bilfinger A. Qv</i> Porto da Póvoa do Varzim	23 a 20 000 t	-	18 a 20 000 t
<i>Corporação Mercantil Portuguesa, Lda</i> Lusalite	2 000 t	1 300 t	200 t
<i>Netherlands Harbours Works Ca.</i> Esporão de Leixões	30 000 t	22 100 t	20 200 t
<i>Soc. Construtora da Doca do Porto de Leixões</i> Doca de Leixões	Todo o Cimento a utilizar	4 800 t	-
<i>Waldemar Jara d'Orey</i> Porto de Aveiro	8 000 t	4 400 t	3 400 t
<i>A Luza</i> Ponte sobre o Mondego	2 000 t	—	2 000 t
<i>Plácido Vidente e Ca., Lda.</i> Liceu Júlio Henriques, em Coimbra	Todo o Cimento a utilizar	Obra em via de conclusão	

Fonte: Carta datada de 16 de janeiro 1936, enviada por Henrique Sommer, Diretor da ECL a Nuno Castro Pereira. *Copiador de Cartas de Nuno Castro Pereira*. AHFML.

Recorde-se o que ficou exposto no capítulo 3, entre 1933 e 1934 a ECL envidou esforços no sentido de aumentar a sua capacidade de produção em relação às outras duas fábricas; esta expansão da sua capacidade produtiva teve certamente a ver com os contratos, entretanto estabelecidos e que aparecem discriminados nesta carta de Henrique Sommer.

As obras de Leixões assumem claramente o maior peso relativo nas encomendas feitas à ECL. O valor mais alto fornecido até 31 de dezembro de 1935, é exatamente o destinado às obras do Molhe Exterior de Leixões, isto é 20 100t; o segundo é o destinado ao porto de Lisboa, 18 915t; e o terceiro, a Doca nº 1 de Leixões, com 4 800t. Para Leixões até 1935 haviam sido, portanto fornecidas no total 24 900t de cimento «Liz».

Efetivamente, todo o trabalho desenvolvido pela ECL entre 1929 e 1932 acabou por ser recompensado, já que o cimento que produziam passou a ser essencial ao vasto plano de obras públicas entretanto lançado e no qual o Porto de Leixões, a avaliar pelos dados deste quadro,

assumia uma posição de destaque. Este foi de facto um dos principais investimentos em Obras Públicas nos anos trinta.

4.13. Conclusões

Quando a 20 de fevereiro de 1932, foi promulgado o Decreto que definia as «Cláusulas Especiais para o Fornecimento e Receção de Cimento *Portland* destinado a obras sujeitas a águas salinas», terminou finalmente o processo desencadeado pela ECL em julho de 1929. A ECL assumiu um papel determinante em todo o processo de negociação entre Cimentos e Estado que teve como fruto a regulamentação e normalização de um material construtivo essencial ao desenvolvimento do país. As inovações científicas e tecnológicas implícitas em todo este processo de homologação contribuíram assim para que fosse dado um importante passo para a emergência do novo regime corporativo.

Os atores da ECL aproveitaram este momento para assumir, publicamente e em especial junto dos seus pares – a elite tecnológica nacional – o seu alinhamento com o regime emergente.

A empresa preparou e apresentou aos engenheiros portugueses uma conferência que fazia a síntese da morosidade e complexidade de processo descrito ao longo deste capítulo. Foi Amável Granger, Diretor do Laboratório da Fábrica, quem a proferiu, intitulava-se, «A indústria Nacional do Cimento Portland em face dos Trabalhos dos Portos de Mar». Este evento, divulgado com grande destaque pela imprensa católica, realizou-se primeiro em Lisboa na Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, a 13 de fevereiro de 1932, e, em seguida no Porto, na Associação dos Engenheiros do Norte de Portugal, a 3 de março desse ano.¹¹⁹⁹ Com o discurso proferido por Amável Granger nestas Conferências, fecha-se o longo ciclo de trabalho realizado pela ECL, desde finais da Primeira República até fevereiro de 1932.¹²⁰⁰ Granger começa e termina reforçando a ideia principal – a ECL exulta em poder colaborar na grande obra de fomento, que é a construção dos portos nacionais. As primeiras palavras proferidas são as seguintes:

(...) a indústria do cimento *Portland* em face dos trabalhos de portos de mar, em via de execução, exulta por poder colaborar nesta grande obra de fomento; e orgulha-se legitimamente de, a tempo se ter equipado em condições de prover às necessidades dos construtores.¹²⁰¹

¹¹⁹⁹ A 1 de fevereiro de 1932, num artigo do jornal católico *A Voz*, era divulgada a conferência a realizar a 13 de fevereiro, na Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, pelo engenheiro Amável Granger, Sub-Diretor da Fábrica de Cimentos de Leiria. O tema da palestra era «A indústria Nacional do Cimento Portland Artificial em face dos trabalhos dos Portos». Nesse período, este foi um assunto de máximo interesse sob o ponto de vista técnico e económico para a empresa.

¹²⁰⁰ A 15 desse mês, a Direção de ECL organizou inclusive uma sessão de agradecimento a Granger pelos altos serviços prestados à empresa na defesa dos seus interesses.

¹²⁰¹ Cf. ECL, *O Emprego...*, 131.

Granger não deixa de ser crítico em relação à postura inicial do Estado. Começa por evocar a obra de ressurgimento financeiro, que iria permitir um vasto plano de fomento, plano que incidiria sobretudo na construção dos portos de mar. Refere o empréstimo contraído pelo Estado para as obras dos portos, «entusiasticamente coberto pela população». Realça a dimensão dos trabalhos a realizar com estas obras, afirmando que em poucos anos a engenharia empregaria cerca de 200 000 toneladas de cimento. Explica que o plano de fomento lançado pelo Estado desencadeou o equipamento da indústria do cimento com «modernos maquinismos nas fábricas de cimento mais antiquadas». Explica que foram testados «novos processos de preparação das pastas, de cozedura, de moagens». Conclui que, a indústria cimenteira portuguesa estava preparada para dar resposta ao Plano das Obras Públicas. Mas, durante cerca de três anos o Estado tal não permitiu.

Termina esta intervenção repetindo o inequívoco apoio da ECL à figura que se vinha gradualmente a afirmar como o grande impulsionador do ressurgimento económico português, António Oliveira Salazar:

A indústria nacional do cimento Portland, em face dos trabalhos de portos de mar, afirma a sua capacidade técnica; exulta de a tempo poder colaborar na grande obra de fomento que se vai iniciar; orgulha-se de a tempo ter equipado os seus maquinismos; presta homenagem ao grande português a quem se devem o ressurgimento económico de Portugal e com ele as construções dos portos e sente profundamente que não sejam só técnicos portugueses os construtores que vão apreciar as qualidades dos cimentos nacionais nos trabalhos marítimos.¹²⁰²

Com este evento público, a ECL demonstrou o inequívoco alinhamento da sua capacidade técnica com o programa do regime que emergia.

Este desfecho, positivo para uma indústria que procurava desenvolver-se expandindo-se no contexto nacional através da produção de um material construtivo específico que desse resposta às necessidades de um regime ainda em ascensão, culminou significativamente num período final e particularmente crítico da Ditadura Militar. Que esta nova convergência entre a ECL e o Estado se tenha dado a propósito dos portos, parece-me particularmente significativo, atestando a importância da Obra Pública de Leixões como testemunho do processo de co-construção entre Estado Novo e Cimentos

Para terminar este capítulo, relembro o primeiro encontro entre Rocha e Mello e Henrique Sommer, em maio de 1919, aquando da apresentação do seu *Projecto de uma Fábrica de Cimento*. Na primavera desse ano, o ainda jovem engenheiro destacava já a necessidade da produção de cimento de boa qualidade, uma vez que esta viria a ser indispensável à concretização das obras

¹²⁰² Cf. Idem, 159.

marítimas e fluviais pensadas naquele período.¹²⁰³ Quando a Fábrica de Maceira-Liz iniciou a sua produção, as obras portuárias eram as potenciais maiores consumidoras do material construtivo ali produzido. Como tal, foi imediatamente iniciada a investigação laboratorial de cimento hidrófugo, assim como ensaios, análises, testes e estudos do comportamento do cimento produzido para confeccionar betão sujeito a águas salinas. Ensaios que, como foi demonstrado ao longo deste capítulo, viriam a ser fundamentais para que, em fevereiro de 1932, fosse promulgada legislação que regulamentaria as características específicas a que devia obedecer o cimento para as obras portuárias nacionais.

Parece-me que a necessidade do uso do cimento nacional na construção de Leixões, cuja primeira empreitada (o Molhe Exterior) foi adjudicada em outubro de 1931, terá tido um peso considerável na resolução do processo instituído pela ECL junto do governo da Ditadura Militar para avaliar o cimento que produzia, definindo regras que permitissem a esta indústria nacional contribuir para a execução das obras marítimas que iriam decorrer. Como ficou visto, o desfecho deste processo deu-se em fevereiro de 1932.

Entre 1932 e 1944, a construção do porto comercial de Leixões terá sido a obra em que foi utilizada maior quantidade de cimento nacional, tendo dado um contributo significativo para a materialização do Estado Novo.

Embora o Estado Novo tenha utilizado as obras dos portos como propaganda e afirmação política do novo regime, como foi demonstrado neste capítulo – até numa das “Lições de Salazar” difundidas em 1938, as Obras Públicas surgem com a imagem de um porto - o projeto construído em Leixões remonta ao período da Monarquia. (Cf. Anexo 1. Fig. 52) O projeto da construção desta importante infraestrutura marítima foi realizado no final da monarquia e as primeiras obras foram ainda iniciadas antes de 1910, mas, como vimos, foi já no Estado Novo que esta obra acabou por se concretizar efetivamente.

Para que o cimento nacional pudesse ter sido utilizado nas obras dos portos e mais concretamente em Leixões, a ECL, a Fábrica de Maceira-Liz, o seu Laboratório e os seus Técnicos tiveram um papel determinante. Ao requerer e liderar junto do Estado em julho de 1929 a

¹²⁰³ O conjunto de recortes que Rocha e Melo coloca no final do Relatório, *Notas Industriais. Ante Projecto de Empresa, 1918- 1919*, citado no capítulo 1 desta tese, começa precisamente com um artigo publicado a 12 de abril de 1919, intitulado «Obras do Porto de Lisboa». O artigo reproduz o decreto de 5 de abril de 1919, descrevendo pormenorizadamente os trabalhos e orçamentos relativos à realização das obras necessárias para completar as instalações do Porto de Lisboa no ano de 1919.

certificação e homologação das regras para a produção de cimento nacional a usar em obras de portos de mar, Henrique Sommer deu o primeiro passo da co-construção entre Tecnologia e Estado.

CONCLUSÕES

1. Entre 1920 e 1934, a Fábrica de Maceira-Liz foi construída e organizada de acordo com o ideário católico dos seus dirigentes, que seguiram os ensinamentos da Doutrina Social da Igreja, seguindo as propostas da encíclica *Rerum Novarum* (1891), a resposta da Igreja Católica aos problemas sociais e económicos desencadeados pela Revolução Industrial. Sendo esta encíclica a principal inspiração dos atores da ECL, também a *Quadragesimo Anno* (1931) e o *Código Social de Malines* (1927) sustentaram as medidas ali implementadas. A relação existente entre o desenvolvimento da Fábrica, o ideário católico dos seus dirigentes, a Igreja Católica e o culto de Fátima, exprimiu-se em momentos de legitimação simbólica. Por outro lado, estreitas relações pessoais e institucionais entre os engenheiros da fábrica e as autoridades eclesiais de Leiria, e o seu contributo na própria construção da Basílica, permitem contextualizar a construção desta Fábrica e a introdução das inovações tecnológicas a ela associadas.

Para além do significado científico, tecnológico e económico da construção de uma moderna unidade produtiva de cimento, a Fábrica revestiu-se, para os seus dirigentes e proprietários, de um significado profundo, do ponto de vista ideológico e cultural: constituía-se como uma oportunidade de concretizarem os ideais católicos da Doutrina Social da Igreja. O conjunto fabril assumiu assim o carácter de uma autêntica “Missão”, que se materializou na forma como foi projetado e desenhado o complexo fabril e social no seu todo, baseando-se nas encíclicas papais sobre a Questão Social.

A projetada harmonia e cooperação entre dirigentes e dirigidos em Maceira-Liz, levou à construção de todo um conjunto de benefícios sociais, incluindo alojamento, cuidados médicos, educação, higiene, cultura física e espiritual. O objetivo foi fidelizar progressivamente os trabalhadores que a direção considerasse mais válidos para o funcionamento da unidade de produção. Este “Novo Operário” foi assim integrado numa ordem própria, a qual foi sendo estabelecida pela empresa. Para tal, recorreu-se a uma consistente e sucessiva regulamentação, traduzida em ordens de serviço que determinavam o uso dos espaços, bem como a conduta laboral e social, estendendo-se às diferentes áreas da vida dos operários. A punição e a recompensa eram ponderadas e aplicadas em função do comportamento de cada indivíduo. Todas estas medidas permitiram à ECL inibir potenciais conflitos, desde revoltas a greves, numa procura permanente de conciliação entre Capital e Trabalho de carácter corporativo.

O enquadramento do operário estendeu-se ainda à respetiva família, que também foi devidamente enquadrada na lógica de produção da Fábrica, incentivando-se a lealdade à empresa que prolongou essa fidelização pelas gerações seguintes. Assim, ao longo dos anos vinte e trinta do século XX, foi sendo constituída uma micro-sociedade em Maceira-Liz que, para além de decorrer das medidas atrás referidas, se baseava numa sociabilidade de cariz religioso, cujas características se enquadram no catolicismo integral. Significativamente, em 1924 foi à Igreja, e não ao Estado, que a Fábrica pediu permissão para poder laborar de modo contínuo, sendo com a aprovação direta e a bênção do próprio Papa Pio XI que o cimento ali foi produzido. O próprio forno rotativo, a inovação tecnológica introduzida neste período nos cimentos nacionais, teve a sua marcha iniciada em Maceira-Liz em 1923, sob a bênção da Igreja, começando a produzir cimento “em nome de Deus!”. O cimento era assim produzido com a bênção do seu representante na terra e a força laboral era devidamente enquadrada num tipo de programa de regeneração social católica que, seguindo a doutrina de Leão XIII, conduziria à restauração do catolicismo em Portugal - permitindo simultaneamente materializar as infraestruturas e obras públicas, que modernizaram o Estado português. Em 1930, Maceira-Liz inaugura a sua capela, consagrando-a ao culto mariano de Nossa Sr.^a de Fátima, cerca de um mês apenas após a Igreja reconhecer oficialmente o seu culto. Os três núcleos fundamentais do catolicismo integral completavam-se: à devoção ao papa, e ao culto eucarístico ali praticado, juntava-se a materialização, no espaço de produção de Maceira-Liz, de um equipamento religioso dedicado ao culto mariano.

O carácter integral deste catolicismo está patente no sistema de regulação social implementado, que, indo além do paternalismo industrial, assentou em políticas enquadráveis no designado corporativismo católico. Este assumiu em Maceira-Liz também um carácter integral, já que se entendeu tanto ao Capital como ao Trabalho, imbuindo tanto políticas sociais, assistenciais e de previdência, como outras medidas como o co-accionarismo. Deste modo, a Fábrica construída pela ECL funcionou como um pequeno Estado dentro do Estado, em que o almejado Catolicismo de dirigentes e dirigidos foi adotado como fator de coesão social.

2. Quando a Fábrica de Maceira-Liz iniciou a sua produção, as obras portuárias eram as infraestruturas que prometiam consumir maior quantidade de cimento. Como tal, foi iniciada investigação laboratorial de cimento hidrófugo, acompanhada de ensaios, análises, testes e estudos do comportamento de cimento destinado à confeção de betão sujeito a águas salinas. Estes ensaios foram fundamentais para que, em fevereiro de 1932, fosse promulgada legislação que

regulamentaria as características a que devia obedecer o cimento a utilizar nas obras portuárias nacionais.

A Fábrica de Maceira-Liz, o seu Laboratório e os seus técnicos tiveram um papel determinante para que o cimento nacional pudesse ser utilizado nas obras dos portos. Ao requerer e liderar junto do Estado, a partir de julho de 1929, a certificação e homologação das regras para a produção de cimento nacional a usar em obras de portos de mar, Henrique Sommer deu um importante passo de co-construção entre empresa e Estado. Este pedido desencadeou a homologação da produção de cimento nacional em 1930 e a modernização tecnológica da produção da indústria de cimento nacional, através da disseminação do forno rotativo.

Mas, em outubro de 1931, quando foi adjudicada a primeira empreitada das obras do Porto a contruir em Leixões, e, apesar da legislação emitida em 1930, o cimento nacional continuava a não ter autorização estatal para ser aplicado nas obras marítimas. Foi precisamente entre outubro e dezembro desse ano, que, graças ao endurecimento do processo negocial com o Estado, a produção de cimento hidrófugo viria a ser homologada. A definição de regras específicas para a produção de cimento hidrófugo foi conseguida através de um longo processo negocial entre ECL e governo. Este implicou sucessivos e insistentes pedidos ao presidente do ministério, acompanhados dos relatórios científicos de especialistas europeus na produção de cimento, no sentido da aprovação e promulgação dessa legislação, que finalmente se deu em fevereiro de 1932.

O processo de homologação e certificação deveu-se à supremacia tecnológica da ECL – o forno rotativo e instalações laboratoriais - e conhecimentos técnicos e científicos dos seus engenheiros. Pode afirmar-se que a tecnologia e os conhecimentos dos engenheiros da ECL garantiram que as obras públicas do Estado Novo fossem construídas com cimento nacional. Este regime, como já foi profusamente estudado pela historiografia, recorreu à propaganda e à promessa realizadora da materialização das obras públicas como forma de se afirmar. A novidade desta investigação foi ter demonstrado que a forma de produção dessas obras públicas por meio de cimento nacional também foi fundamental para a afirmação do novo regime corporativo.

3. No início de 1934, após o processo falhado de integrar uma nova componente - a extração de carvão - associada à expansão da sua capacidade de produção, através da aquisição do Cabo Mondego, a ECL compreendeu as vantagens em integrar a nova ordem corporativa instituída com a Constituição de 1933. A 15 de janeiro de 1934, a empresa, que já havia instituído a sua própria versão do corporativismo em Maceira-Liz, pediria ao Estado para ser integrada na “Nova Ordem

Corporativa”. Este foi o segundo passo dado pela ECL no sentido da co-construção com o Estado Novo. A revolta do *18 de Janeiro*, na Marinha Grande, muito próxima de Maceira-Liz, terá certamente potenciado uma maior consonância entre o Estado e a ECL, durante o ano de 1934.

Assim, à proposta feita pela ECL ao INTP de criar um sindicato “católico”, de modo a integrar o “Estatuto do Trabalho Nacional”, terá sido feita uma contraproposta pelo Estado, de integrar antes a *Casa Sindical* da empresa, que já vinha a ser construída, na arquitetura do regime. Foi através da sua transformação num organismo corporativo primário - uma Casa do Povo - conforme os estatutos de setembro de 1933, que se iniciou a apropriação da Obra Social da ECL pelo Estado. Esta apropriação terá implicado a promulgação de legislação, de modo a que um organismo corporativo primário destinado ao mundo rural, pudesse ser aplicado, neste caso, a uma área industrial. Assim, durante o ano de 1934, a *Casa Sindical da ECL* passou a designar-se *Casa do Pessoal da ECL*, tendo sido negociada a apropriação da obra social e assistencial da empresa pelo Estado, com a transformação daquele equipamento numa Casa do Povo do novo regime corporativo. Esta foi a primeira a ser construída de raiz, e considerada por António de Oliveira Salazar uma das mais bem organizadas do país.

Como contrapartida, no final de 1934, a ECL foi beneficiada, uma vez que, dos quatro pedidos para instalação de um forno rotativo, só àquela e à Companhia das Minas de Carvão de S. Pedro da Cova o Estado o permitiu. E, quando, no ano seguinte, a ECL decidiu investir na compra da Companhia de Cimento Tejo, o que lhe permitiu passar a dominar a indústria do cimento em duopólio com a Secil, o Regime também não colocou entraves. No final de 1935, a ECL orientou a cartelização dos cimentos, que passaram a autodirigir-se.

Através do processo de negociação da apropriação da obra social da empresa em troca do aumento da capacidade de produção, em detrimento das duas outras unidades de produção existente no país, a ECL e o Estado constituíram, assim, um segundo passo do processo de co-construção, iniciado no início de 1932.

4. A criação pela empresa de uma Caixa de Previdência na esfera da Casa de Pessoal, em maio de 1936, foi conseguida através da constituição de uma fundação - a Fundação da Família Sommer. Esta foi a resposta da ECL ao apelo feito no ano anterior pelo Estado à iniciativa privada, no sentido de esta assumir os “cuidados e a defesa da família”, tendo sido inseridas no regulamento daquela Fundação as cotizações necessárias à criação de uma Caixa de Previdência. Também a criação deste novo organismo da ECL teve o carácter misto, defendido nas encíclicas papais da

Doutrina Social da Igreja: a sua viabilização não partia apenas da associação entre operários, mas sim da associação entre operários e patronato. Patronato que, através das suas doações criou e financiou o novo organismo da empresa. O intuito desta nova iniciativa, promovida pelos beneméritos da ECL foi, para além de trazer novos benefícios sociais e melhorar os que já existiam, o de premiar todo um conjunto de valores que “exaltassem as virtudes cívicas”, e as “atividades dignificadoras do cidadão, da Família e da Pátria”: a Natalidade, a Beleza Infantil, o Arranjo do Lar, a Instrução, o Trabalho e o Vigor Físico. Para além da regulamentação pela empresa dos seus comportamentos sociais e do investimento externo na sua instrução, saúde e produtividade, o “Novo Operário” e a sua família foram também chamados a uma transformação interior simbólica, através da identificação com valores individuais, familiares, cívicos e até estéticos – no contexto de um catolicismo e corporativismo integrais.

Dada a importância da “célula da família”, patente na Constituição de 1933, esta forma original encontrada pela empresa de criar a sua primeira instituição de previdência foi reconhecida com entusiasmo pelo Estado Novo, que não só a aprovou, aplaudiu e divulgou, como três meses depois, viria a emitir legislação cujo objetivo era exatamente reproduzir o que a ECL fizera através da Fundação da Família Sommer, com os decretos nº 26884 de 14 de Agosto, e o decreto nº 26893 de 15 de Agosto de 1936. Com o primeiro decreto, o Estado autorizava os organismos corporativos das entidades patronais a realizar obras de assistência que beneficiassem as famílias dos trabalhadores das atividades a que se dedicavam. Com o segundo, era criada a “Obra das Mães pela Educação Nacional”, dirigida pela cunhada de Henrique Sommer, Laura Diogo da Silva Melo e Faro, Condessa de Monte Real.

5. A adoção pelo Regime desta solução para um problema social desenvolvida em Maceira-Liz, deu origem a um novo organismo corporativo. A cartelização dos cimentos contribuiu para que a obra social, assistencial e de previdência de ECL fosse transposta para as outras fábricas: entre 1935 e 1938 as três Fábricas constituíram Casas de Pessoal e as respectivas Caixas de Previdência. E, após a regulamentação das Caixas de Reforma e Previdência – em dezembro 1937 - Henrique Sommer promoveu, através do cartel dos cimentos, a negociação e criação de um organismo intermédio do regime corporativo – uma Federação. A 1 de maio de 1939, era fundada a “Cimentos” – Federação das Caixas de Previdência – esta foi a primeira Federação das Caixas de Previdência do sistema corporativo português. Impulsionados pela ECL, os cimentos subiam o

degrau seguinte da arquitetura corporativa, efetivando-se a corporativização dos cimentos. Este foi um terceiro passo no processo de co-construção entre Cimentos e Estado iniciada em 1929.

Por outro lado, a importância que as medidas sociais implementadas em Maceira-Liz tiveram no processo de corporativização dos cimentos permite concluir que este teve um carácter atípico. Enquanto na maioria das outras áreas da produção nacional se tenham vindo a constituir organismos corporativos económicos, nos Cimentos, que se cartelizaram através do duopólio formado pela ECL e a Secil, a corporativização deu-se através da constituição de organismos corporativos sociais, três primários – Casas do Povo – e um intermédio – uma Federação de Caixas de Previdência.

Curiosamente, a longevidade da obra social, organizada e implementada pela ECL em Maceira-Liz, ultrapassou a do próprio regime. A sua modernidade e solidez permitiu que se mantivesse em funcionamento durante setenta e três anos: a Caixa de Previdência de Maceira-Liz foi extinta pelo Estado apenas em 2012, trinta e oito anos após a queda do regime que a aprovara e dela fizera um caso exemplar.

6. Na historiografia, a ideia que prevalece é a do carácter artificial da experiência corporativa associada à dificuldade de penetrar no tecido económico e social que pretendeu organizar. Ou seja, o processo de corporativização terá sido protagonizado pelo Estado, tendo sido imposto de cima para baixo.

Como ficou demonstrado nesta tese, no caso dos cimentos a corporativização não foi realizada por imposição do Estado, foi erguida antes de baixo para cima, tendo evoluído de modo orgânico e não artificial. A investigação de outros arquivos empresariais relacionados com outras áreas de produção emerge como uma necessidade futura para perceber até que ponto estamos perante um caso excecional. Tendo em conta que a maior parte dos estudos sobre o corporativismo é feito a partir de arquivos do Estado, é possível que, ao alargar o leque de arquivos utilizados, isso leve a uma nova imagem do corporativismo português.

Nas suas *Memórias*, Nuno Teotónio Pereira, o ator que, enquanto Sub-secretário de Estado das Corporações e Previdência Social, negociou com a ECL o enquadramento de Pessoal na legislação das Casas do Povo. No entanto, em Maceira-Liz, já estava realizada a obra social que o Estado Novo pretendia implementar em todo o país, e o próprio o disse, no discurso de inauguração da Casa de Pessoal, que, a partir de então, o que era necessário era *compreendê-la*. Embora na década de trinta e quarenta, o Estado tenha divulgado Maceira-Liz exaustivamente, através do SPN,

como um caso exemplar, interrogo-me acerca das razões que terão levado Nuno Teotónio Pereira a não mencionar o caso exemplar dos cimentos de Maceira-Liz naquilo que recordou e quis que ficasse conhecido acerca da sua vida e da sua obra como Sub-secretário de Estado das Corporações e Previdência Social.

Esta é uma pergunta cuja resposta não caberá no âmbito desta investigação. Mas suscitou outra interrogação. Esta aparente discrepância entre o discurso de um dos principais defensores do corporativismo em Portugal e a ausência de reconhecimento de um caso em que o corporativismo se materializou numa realidade tangível, levou-me a outra questão, mais metodológica. Já no final desta investigação interroguei-me sobre até que ponto o carácter parcial das fontes existentes disponíveis pode ter conduzido a Historiografia do Estado Novo a reproduzir a perspetiva do Estado, ao basear-se principalmente em arquivos estatais e nas palavras dos seus *dirigentes*. Quer documentos biográficos como as *Memórias* de Teotónio Pereira, quer os próprios discursos de Salazar – e cuja análise é imprescindível para compreender este período - quer aqueles que se encontram nos arquivos estatais, tenderão a oferecer uma determinada perspetiva do período em estudo. Será que o estudo de arquivos privados e preservados poderá vir a equilibrar, com a perspetiva dos *dirigidos*, não só a visão do papel do Estado, mas também a identificar melhor as fragilidades e contradições da evolução de um regime, que surgiu no final da Ditadura Militar e se manteve até 1974?

7. A Fábrica de Maceira-Liz funcionou como um Estado dentro do Estado, com a sua própria ordem de católicos e monárquicos, os seus atores materializaram e regeram-se internamente sob um catolicismo e um corporativismo integrais. Ali foi implementada uma experiência total: para além das infraestruturas materiais e medidas assistenciais e espirituais proporcionadas aos seus trabalhadores, ter-se-á tentado também criar o ideal do novo tipo de operário a que aludi atrás. Um Operário que sabia ler e escrever, o que lhe permitia aceder à formação técnica; que, bem nutrido e saudável, se dedicava também ao desporto; um Operário que aderira ao e praticava o Catolicismo e a quem era continuamente incutido o apreço por valores patrióticos e nacionalistas. Parece-me que a criação do ideal deste “Novo Operário” terá sido determinante no sucesso desta experiência social totalizante e de carácter integral.

Assim, em Maceira-Liz foi, não só materializada a expressão mais próxima do corporativismo idealizado e preconizado inicialmente pelo Estado Novo, como se procurou iniciar a regeneração social conducente à recristianização de Portugal, que a Igreja vinha já procurando

forma de concretizar desde a Primeira República. Face ao contexto político, económico e social em que ocorreu a construção deste Conjunto Fabril e Social, a tecnologia assumiu uma dimensão *reparadora* da profunda crise em que o país estava imerso. Penso que a idealização deste projeto tem características enquadráveis no conceito de utopia, uma vez que este sítio ter-se-á transformado numa “ilha” onde seria construído um “lugar perfeito” dentro do território português, onde imperava um Estado à mercê da instabilidade que caracterizou a Primeira República. Assim, num sítio isolado do interior do país, cujo nome é conotado com isolamento, infertilidade e pobreza – a Gândara – foi ironicamente construído um Conjunto Fabril e Social, que viria a ser considerado nos anos trinta do século XX pelo Estado Novo, como um “modelo” de prosperidade, riqueza, inovação e modernização.

Este carácter utópico não terá passado despercebido ao Estado Novo, um regime que conseguiu emergir, apresentando-se como concretizador, forte e capaz de realizar, ele também, os sonhos de ressurgimento de um país. A face mais visível desse renascimento almejado foram as Obras Públicas para as quais o cimento foi essencial, e que estiveram sempre no centro da propaganda levada a cabo pelo regime como meio de se promover. O Estado Novo foi um regime que se afirmou de modo autoritário e ditatorial, ocultando as suas fragilidades, vulnerabilidades, e inconsequências, através da propaganda que fez de si próprio. Partindo do caso de Maceira-Liz, espero também ter dado um pequeno contributo para a compreensão de algumas das contradições e ambiguidades que têm sido apontadas ao regime do Estado Novo pela Historiografia.

8. Em Maceira-Liz assiste-se ao papel desempenhado pelos monárquicos no ressurgimento nacional que, tanto a I República como a Ditadura e o Estado Novo, preconizaram. A ideologia monárquica propriamente dita, mas também as afinidades estabelecidas através de laços familiares e as redes informais constituídas em locais como a Praia da Granja, através das quais se criavam ligações ao poder económico e político, convergindo na criação de uma elite técnica de cariz aristocrático cuja participação no desenvolvimento económico do país permite compreender de outra forma a afirmação do novo tipo de regime. Um regime corporativo que foi sendo co-construído através do diálogo com a indústria e as suas elites técnicas, e não apenas por imposição do Estado. Nesse processo de co-construção, o novo Estado corporativo conseguiu pacificar e usar o saber dessas elites monárquicas, motivando-as a darem o seu contributo permanente ao desenvolvimento do país. Contributo que, no caso da Fábrica de Maceira-Liz, possibilitou a ação concretizadora das grandes infraestruturas que permitiram a unificação do mercado interno e a

expansão do mercado externo, tornando o Império Colonial Português uma realidade mais tangível. E, por outro lado, permitiram também o desenvolvimento e a manutenção de um Regime autoritário, e que viria a ser duradouro através do discurso da propaganda política assente na realização de grandes Obras Públicas. Não por acaso, em 1938, os portos, significativamente, figuram como exemplos não só do poder defensivo da Nação e do Império, como do desenvolvimento das pescas e do comércio do Ressurgimento da Economia Nacional em duas d' "As Lições de Salazar".

9. Nesta tese, demonstrou-se a importância das ligações internacionais estabelecidas por engenheiros para dar conta de dinâmicas históricas nacionais. A figura de Rocha e Mello foi fundamental para estudar em detalhe a natureza de tais ligações. Este ponto não é novo na historiografia da tecnologia em Portugal, confirmando-se o lugar privilegiado da Alemanha nas décadas de vinte e trinta, já referido por outros autores. No entanto, e de forma menos usual, viu-se também o papel fundamental do exemplo da Bélgica no projeto de Maceira-Liz. Esta referência ao caso belga merece ser aprofundada em investigações futuras que explorem a relação entre história do cimento e história do catolicismo à escala europeia. Há muito por fazer para perceber como o novo material de construção foi parte fundamental da reinvenção do catolicismo no período de entre guerras, não só em Portugal, mas aparentemente também na Bélgica, França, Espanha ou Itália.

IGREJA CATÓLICA		ECL FÁBRICA MACEIRA- LIZ		ESTADO NOVO
Corporativismo Católico	→	Obra Social ECL 1920-1934 Catolicismo e Corporativismo Integrais	→	Corporativismo de Estado
Bispo de Leiria Culto oficial de Fátima 13-10-1930	→	Laboratório e Técnicos Rede de Laboratórios Henrique Sommer Inauguração Capela ECL Culto de Fátima 23-11-1930	→	Regulamentação Produção Cimentos (1930) e Cimentos Hidrófugos (1932) Construção Porto Leixões (1908-1944)
Bispo de Leiria	→	Início <i>Casa Sindical</i> da ECL 03-05-1933		República Unitária e Corporativa 11-04-1933
Criação ACP 10-11-1933		ECL pede INTP integrar Ordem Corporativa 15-01-1934	→	Inaug. 1ª Casa do Povo Estado Novo 06-01-1934
<i>Rerum Novarum</i> 1891 <i>Código Social</i> <i>Malines</i> 1930 <i>Quadragesimo</i> <i>Anno</i> 1931	→	Inauguração 28-10-1934 <i>Casa de Pessoal</i> da ECL (de acordo Decreto Casas do Povo 23-09-1933)	←	Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social P. Teotónio Pereira
Deposito Água Santuário de Fátima 1931	←	Engenheiro José O. Rocha e Mello Cartelização Cimentos ECL 1935	←	Procurador Câmara Corporativa I Legislatura (1935-1937)
e		Fundação Família Sommer	→	«Cimentos» Federação das Caixas de Previdência
Cobertura da Basílica de Fátima em betão (1939-1945)		Caixa de Previdência da Casa de Pessoal da ECL 04-05-1936 Caixa de Previdência da ECL 01-05-1939	→	01-05-1939

ANEXOS

ANEXO 1. Figuras

Capítulo 1.

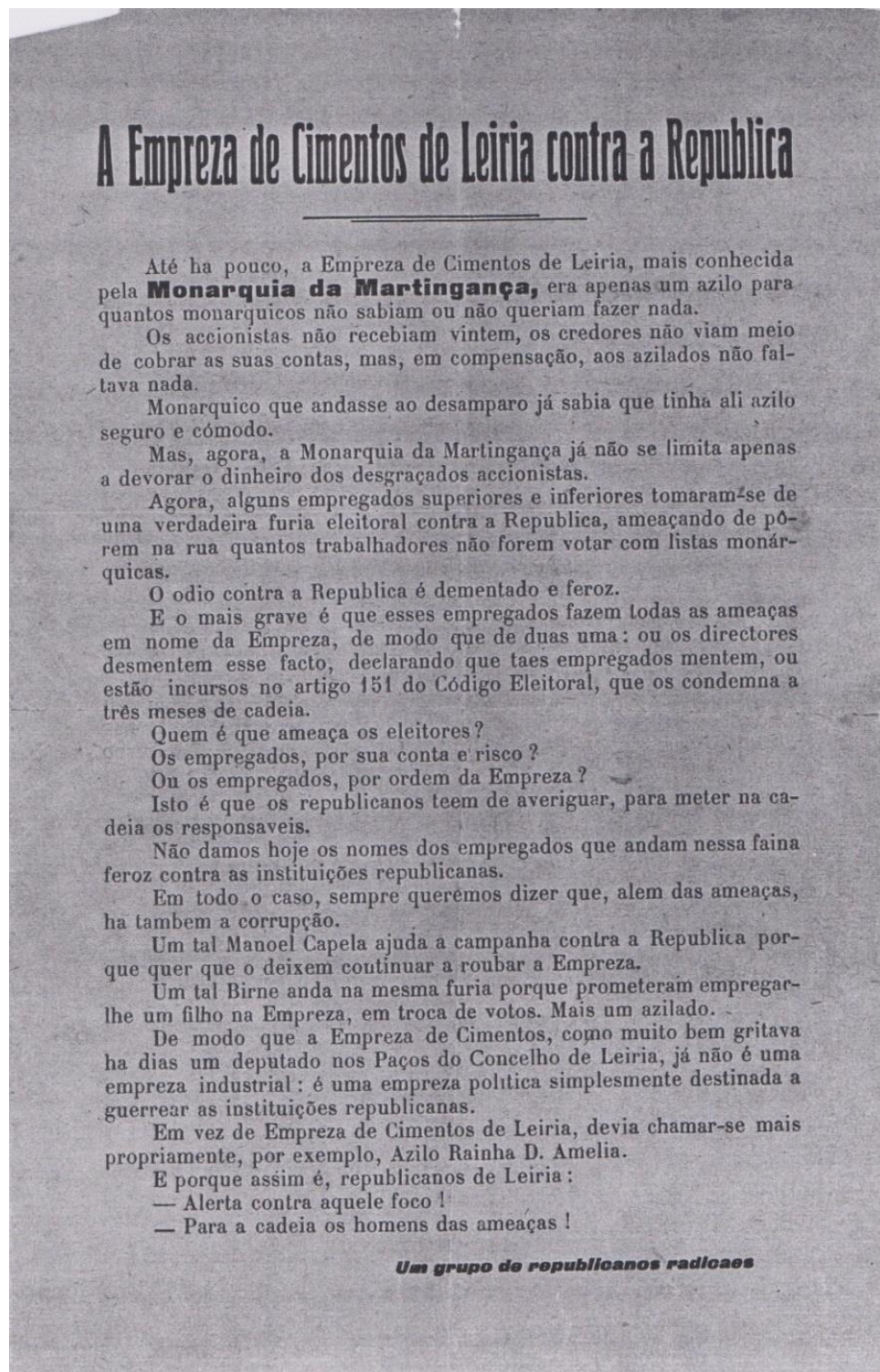


Figura 1. Panfleto distribuído no período Republicano sobre os atores da Fábrica de Cimento da ECL Assinado por: Um Grupo de Republicanos Radicais (s. d.). AHFML.



Figura 2. Da esquerda para a direita Infante D. Afonso, João Benjamim Pinto (Conde de Vialonga), Duque de Loulé, Marquesa de Unhão e Rainha D. Maria Pia, Paris, (s. d.). Arquivo Privado Família Pinto Gonçalves.



Figura 3. Da esquerda para a direita e de cima para baixo, Henrique Sommer, 1944; Gastão B. Pinto, 1944; José Sommer Ribeiro, 1944; José Osório Rocha e Melo, 1949; Amável Granger, 1949. Caricaturas realizadas em Maceira-Liz, autoria de Joaquim da Silva Correia. Arquivo Privado da Família Silva Correia.



Figura 4. Inauguração da Praça de Touros da Granja, 1916. Subarquivo Gastão Benjamim Pinto. AHFML.



Figura 5. José Osório da Rocha e Mello no período em que estudou em Lausanne, 1917. Espólio Privado da Família Rocha e Mello.



Figura 6. Amável Jardim Granger no estaleiro das obras da Fábrica, 1920. Espólio Privado da Família Granger.



Figura 7. Membros da família Sommer na Quinta da Cardiga, entre os quais os Condes de Murça. Em pé à direita Gastão Benjamim Pinto, 1914. Subarquivo Gastão Benjamim Pinto. AHFML.



Figura 8. Henrique de Araújo Sommer, (s. d.). AHFML.



Figura 9. Gastão Benjamim Pinto, (s. d.). Subarquivo Gastão Benjamim Pinto. AHFML.



Figura 10. Lugar da Gândara, 1919. AHFML.

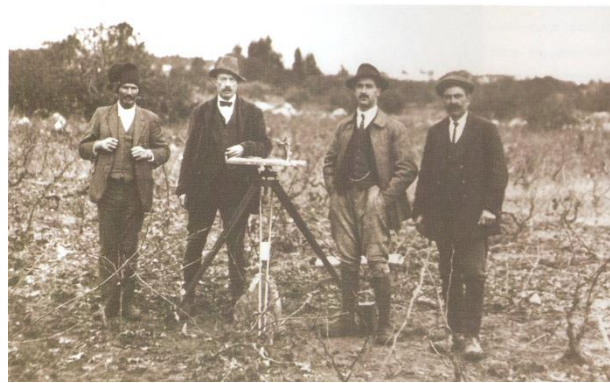


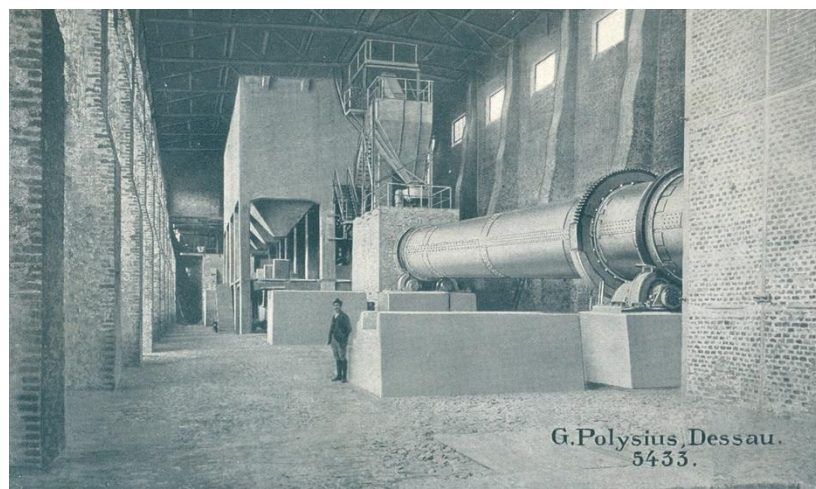
Figura 11. Levantamento topográfico dos terrenos, Rocha e Mello é o segundo a contar da direita, (s. d.). AHFML.



Figura 12. Transporte de motor por junta de bois, (s. d.). AHFML.



Figuras 13. Grupo e da equipa da CAG liderada por Schröter terceiro a contar da direita, Rocha e Mello ao seu lado, (s. d.). AHFML.



Empreza de Cimentos de Leiria, Maceira (Portugal)

Rohmaterialtrockentrommel, im Hintergrund Rohmaterialsilos.

Figura 14. O primeiro Forno Rotativo montado em Maceira-Liz pela empresa alemã G. Polysius, maio 1923. Fonte: Álbum montagem da Fábrica de Maceira-Liz, Polysius 1923.AHFML.



Figura 15. O Laboratório da Fábrica de Maceira-Liz, 1925. AHFML.



Figura 16. Jornal *O Mensageiro*, Ano IX, Leiria, 19 de maio de 1923, 1. AHFML.

AO POVO DAS FREGUESIAS
VISINHAS DA FREGUESIA
DE MACEIRA

No intuito de a esta festa dar o cunho acentuadamente católico que caracteriza o espírito do nosso povo, realizar-se há uma missa campal que, para maior brilho, será celebrada por S. Ex.^a Rev.^{ma} o Senhor Bispo de Leiria.

Digna-se também S. Ex.^a Rev.^{ma} fazer a entronização do S. Coração de Jesus, sob cuja protecção ficará a E. C. L., e presidir à sessão solene de homenagem.

Além destas cerimónias haverá e tradicional arraial, junto da Fábrica.

A fim de prestar o seu concurso a estes festejos, a Direcção da E. C. L. vem convidar o povo das freguesias visinhas da Maceira a honrá-los com a sua presença.

Para que nenhum acidente desagradável venha desvirtuar a fé que preside a esta festa, roga-se a todos os que aceitarem o nosso convite, que mantenham a menor ordem, respeitando as instruções policiais, tanto no exterior da Fábrica como na visita às suas dependências, quando forem patenteadas ao público, e principalmente ocupando no local da Missa e junto da Fábrica o recinto que lhes for determinado, pelas entidades que tiverem a seu cargo a distribuição de lugares e demais prescrições relativas à manutenção da ordem.

EMPRESA DE CIMENTOS DE LEIRIA

FESTA DEDICADA PELA
DIRECÇÃO DA E. C. L.
AO SEU OPERARIADO
COM MISSA CAMPAL
E ENTRONIZAÇÃO DO
SAGRADO CORAÇÃO DE
JESUS, POR S. EX.^a REV.^{ma}
O SR. BISPO DE LEIRIA



19 DE JUNHO DE 1927

MACEIRA

DEBEMOS

PROGRAMA DOS FESTEJOS

19 DE JUNHO DE 1927

HORAS OFFICIAIS

A'S 12,30 HORAS — Recepção aos convidados oficiais vindos de Lisboa em comboio especial, e de Leiria pela via ordinária.

A'S 12,45 H. — Recepção a S. Ex.^a Rev.^{ma} o Senhor Bispo de Leiria.

O pessoal da Fábrica aguardará S. Ex.^a Rev.^{ma} junto ao portão da Fábrica; o povo deverá conservar-se junto à estrada, nos locais que lhe serão designados, a fim de assistir S. Ex.^a na passagem.

A'S 13 H. — Saída da procissão para o recinto onde será celebrada a missa campal.

Imediatamente ao púlpito sob o qual irá S. Ex.^a se girão os convidados oficiais e o pessoal da Fábrica, devendo o povo incorporar-se na procissão à medida que esta for passando, até atingir a posição que lhes será marcada para assistir à missa campal.

A'S 13,10 H. — Missa campal, em que será cantada a missa de Lourdes pelo Orfeão da Fábrica, sob a regência do dig.^{mo} Prior de Maceira, Rev. Casimiro.

*A' missa S. Ex.^a Rev.^{ma} proferirá uma allocução.
Após a missa será organizada a procissão de regresso à Fábrica com o mesmo ceremonial.*

A'S 14,10 H. — Almoço ao pessoal da Fábrica e convidados oficiais, nas dependências da Fábrica.

A'S 16,40 — Entronização do S. Coração de Jesus e sessão solene.

A'S 18 H. — Abertura da Fábrica ao público, arraial em que se farão ouvir as bandas de música de Maceira, por obsequiosa deferência, e do Valado.

A'S 19,30 H. — Saída da Fábrica, do público.

A' NOITE — Iluminações, fogo de artifício, etc., etc.

Figura 17. Programa dos Festa dedicada pela Direção da ECL ao seu operariado com Missa campal e Entronização do Sagrado Coração de Jesus por sus Ex.^a Rev Sr. Bispo de Leiria, 19 de junho 1927. AHFML.

PROGRAMA

DIA 16

A's 6 horas — Serão iniciados os festejos com uma salva de 21 morteiros seguida de alvorada que um afamado **Zé Pereira** executará percorrendo as principais ruas da localidade.

A's 12 horas — Numa das salas da Fábrica será entregue á Tuna um magnífico estandarte, oferta gentil das senhoras de Maceira, sendo em seguida resada uma missa pelo Reverendo Padre José Alexandre Casimiro, no Refeitório dos operários, finda a qual será por este Reverendo Senhor lançada a bênção ao estandarte da Tuna que terá por madrinha Mademoiselle Maria Júlia Vilardebó Granger.

A's 18 horas — Abertura ao público do recinto de diversões onde funcionam **barracas de chá, tómbola, tiro ao alvo, quermesse, cervejaria, restaurante, etc., etc.**

A's 21 horas — No écran do **animatógrafo ao ar livre** será passado um atraente programa.

Junto á barraca de chá dará audições um esplêndido **aparelho de telefonia sem fios**. Estas diversões serão abrilhantadas pela Sociedade Filarmónica Recreativa de Maceira que graciosamente accede a tomar parte nestes festejos e a Tuna dos Empregados da E. C. L. que fará a sua primeira apresentação executando alguns trechos do seu repertório.

DIA 17

A's 6 horas — Alvorada com uma salva de 21 morteiros percorrendo o itinerário do dia anterior o tradicional **Zé Pereira**.

A's 9 horas e meia — Corrida de bicicletas no percurso de Maceira-Azoia-Maceira sendo disputadas 3 valiosas medalhas.

A's 11 horas — Originais corridas de barricas com prémios aos primeiros classificados.

A's 12 horas — Luta de tracção entre o pessoal operário das diferentes secções da Fábrica sendo á equipe vencedora conferido um prémio.

A's 13 horas — Concerto pela Sociedade Filarmónica de Maceira e Tuna dos Empregados no recinto das diversões.

Por especial deferência da Ex.^{ma} Direcção da Empresa será a Fábrica franqueada ao público das 14 ás 16 horas.

A's 16 horas e meia — Grandioso torneio de **tiro aos pratos** para apuramento do primeiro atirador do distrito ao qual será conferida uma medalha.

A's 18 horas — Prosseguimento dos festejos no recinto das diversões sendo abertas as diferentes barracas.

A's 21 horas — Recepção á muito aplaudida **Tuna União Liz**, de Leiria que obsequiosamente se digna abrilhantar estas festas sob a direcção do seu hábil regente, Sr. Alfredo Pires d'Andrade.

Durante o decorrer das diversões serão lançados balões de belo efeito e á meia noite queimado um **deslumbrante fogo de artifício** cujas peças são confeccionadas por dois hábeis pirotécnicos da região.

Como no dia anterior será projectado no écran um novo e escolhido programa cinematográfico, e funcionará junto á barraca de chá um potente **aparelho de telefonia sem fios**.

As inscrições para o torneio de tiro aos pratos e corridas de bicicletas far-se-hão no local dos festejos até uma hora antes do início das provas.

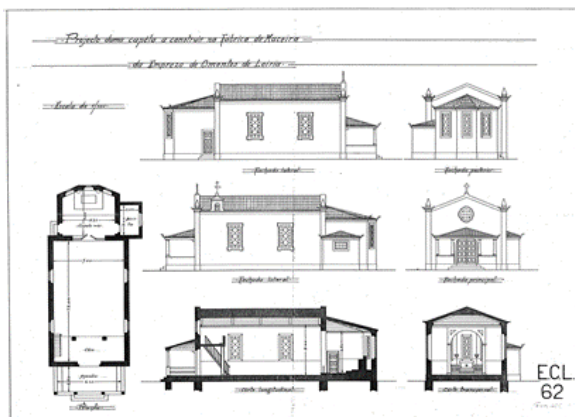
Combóios que servem esta localidade pela Estação de Martingança:

Ascendentes — A's	5 h. e 25 m.	Descendentes — A's	4 h. e 13 m.
— " 13 "	17 "	— " 9 "	53 "
— " 19 "	4 "	— " 11 "	13 "
— " 23 "	12 "	— " 20 "	3 "

Nestes dois dias haverá carreiras de camionetes entre esta localidade, Leiria e Martingança.

Este programa pode ser alterado por qualquer motivo imprevisto

Figura 18. Programa dos “Grandiosos Festejos em Maceira-Liz, para a primeira apresentação da Tuna dos Empregados da Empresa de Cimentos de Leiria”, 16 e 17 de agosto de 1930. AHFML.



Figuras 19. ECL - Desenho 62- Capela da Fábrica de Maceira-Liz. S.d. s.a. AHFML.



Figuras 20. Cerimónia da Entronização da Fábrica ao Sagrado Coração de Jesus. S. d., posterior a 1934 AHFML.

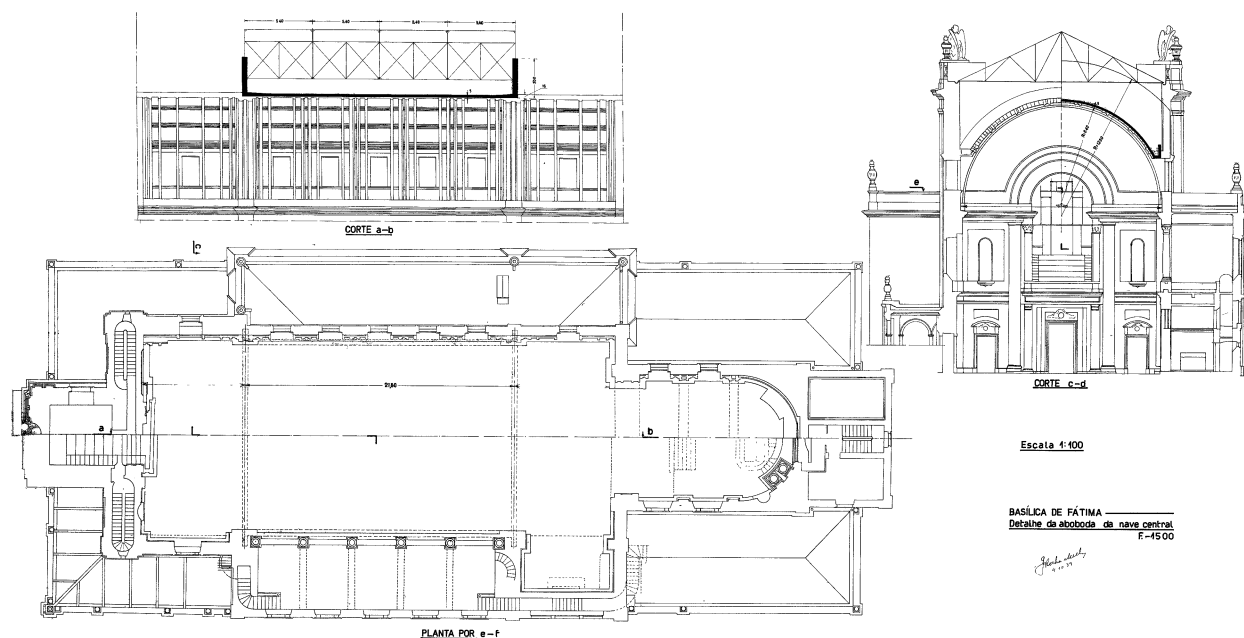


Figura 21. Basílica de Fátima. Detalhe da abóbada da nave central. Planta e cortes 04-10-1939. Assinado, José Rocha e Mello. Esc. 1:100. AHFML.



Figura 22. A Fábrica e o Bairro de Maceira-Liz década de 40, (s. d.). AHFML.

Capítulo 3.

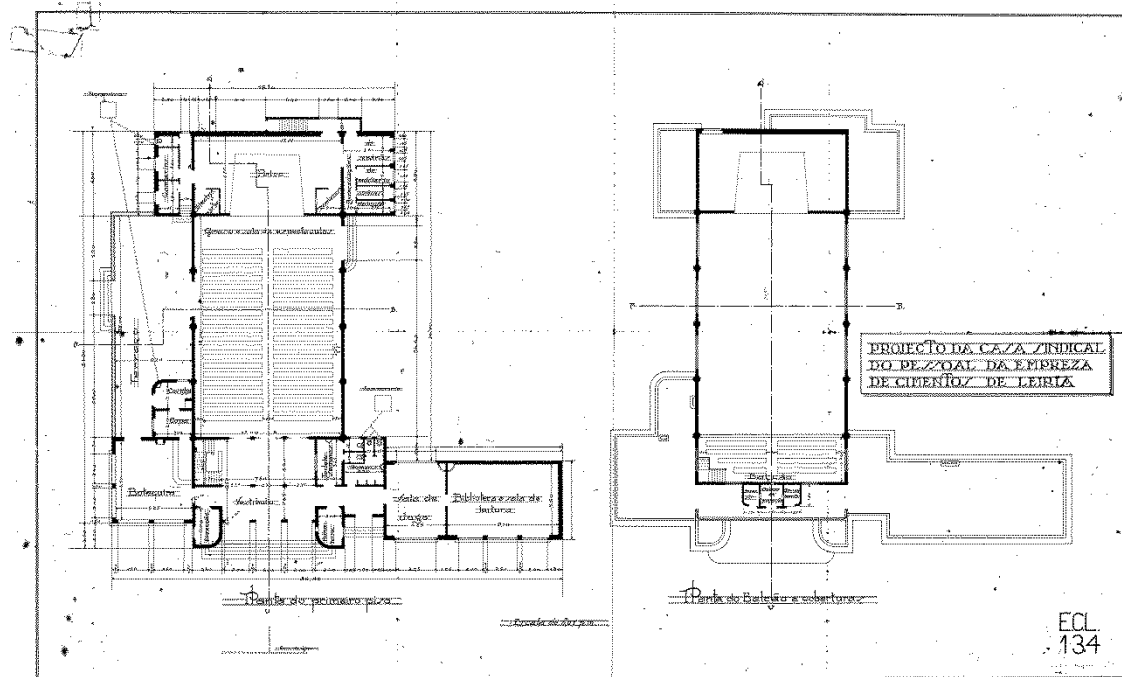


Figura 23. Projeto da Casa Sindical do Pessoal da ECL. Plantas. Desenho nº134. 1933. AHFML.

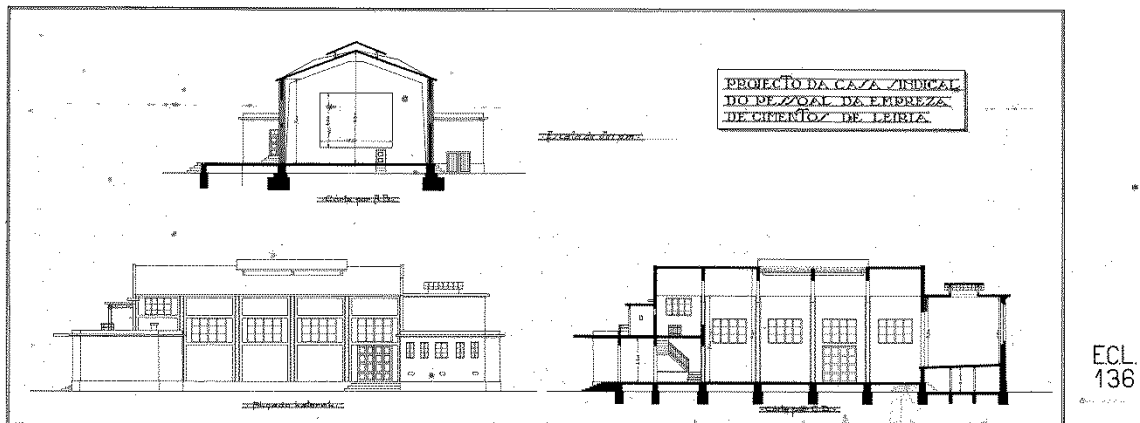


Figura 24. Projeto da Casa Sindical do Pessoal da ECL. Cortes e Alçado. Desenho nº136. 1933. AHFML.

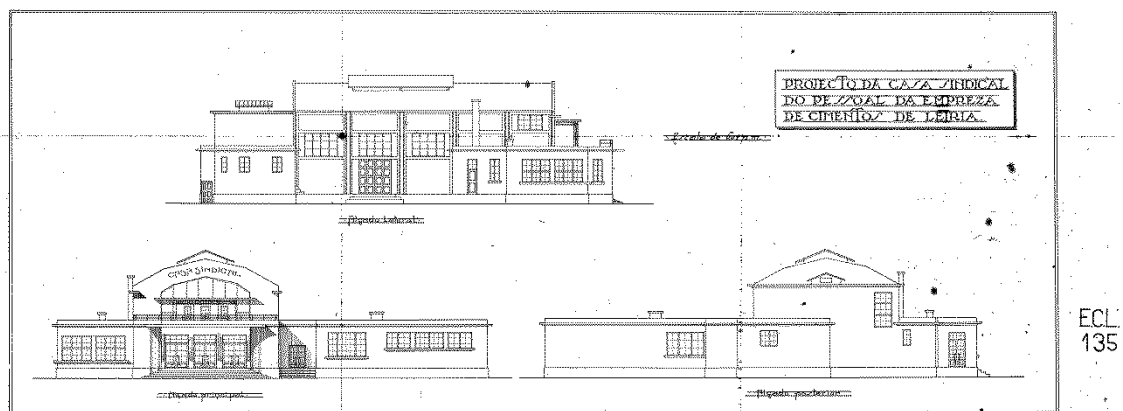


Figura 25. Projeto da Casa Sindical do Pessoal da ECL. Alçados. Desenho nº135. 1933. AHFML.

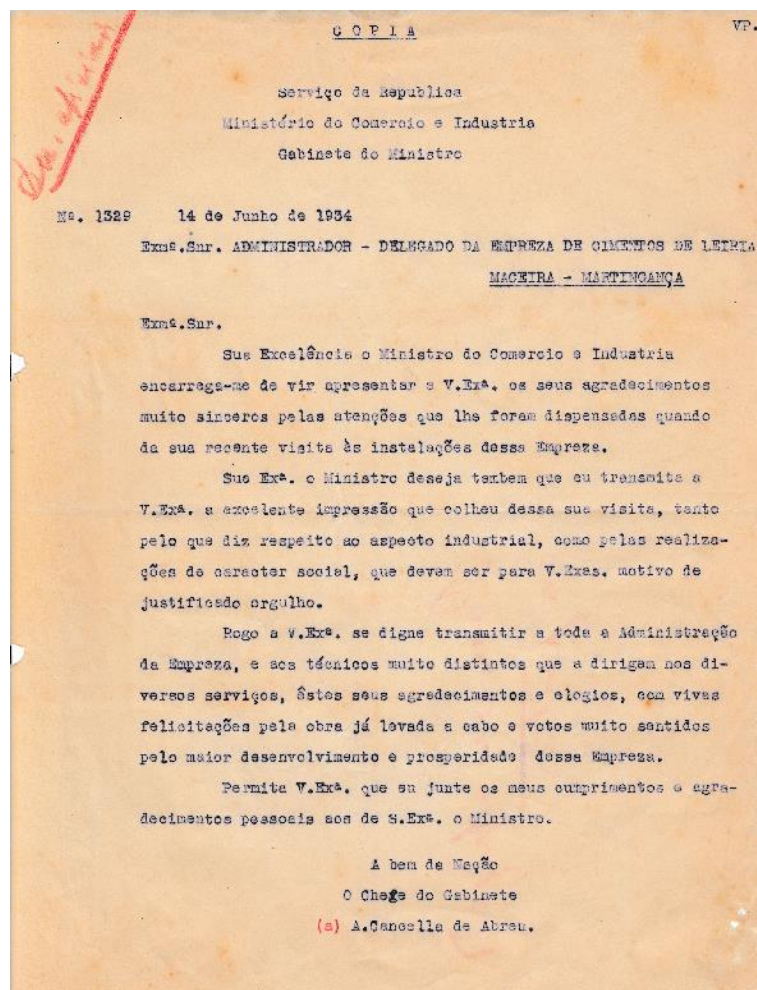


Figura 26. Cópia de carta, do Ministério do Comércio e Indústria, Gabinete do ministro (o Chefe de Gabinete A. Cancellia de Abreu), dirigida ao Sr. Administrador Delegado da ECL, datada de 14 de junho de 1934. AHFML.



Figuras 27. Casa de Pessoal ECL exterior, 1934. AHFML



Figuras 28. Casa de Pessoal da ECL, interior da sala de espetáculos, 1934. AHFML



Figura 29. Criança da Escola Primária envergando a farda da ECL, hasteando a Bandeira da Casa de Pessoal, 1936. AHFML.

Figura 30. Parada das crianças da ECL, 1936. AHFML.

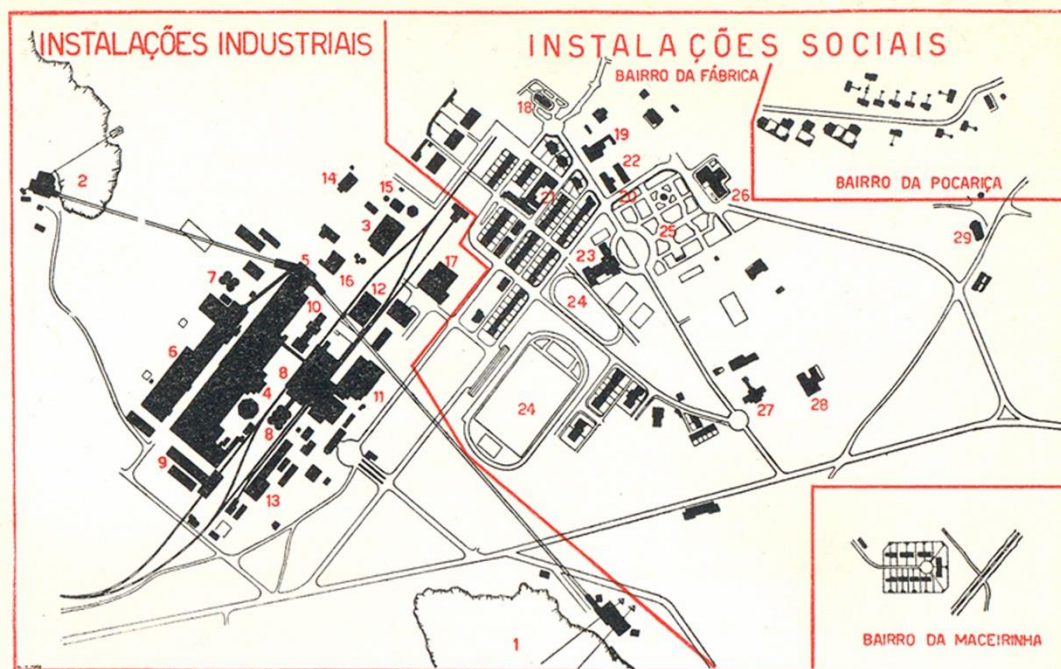


Figura 31. Celebração da Missa na Inauguração da Fundação da Família Sommer, 10 de maio 1936. Fonte:AHFML.

Figura 32. Cartaz de Propaganda Estado Novo – Princípios Corporativos Fonte: Fernando Rosas *O Estado Novo* (1926-1974). Vol. 7 em *História de Portugal*, dir. José Mattoso. (s. l.: Círculo de Leitores, 1994), 247.



Figura 33. Visita do Presidente da República General Óscar Carmona a Maceira-Liz, da esquerda para a direita ao seu lado Henrique Sommer, e Amável Granger, a parada com a crianças da Escola Primária, 14 de abril de 1936. AHFML.



PLANTA GERAL DAS INSTALAÇÕES EM MACEIRA-LIZ

LEGENDA

1 — Pedreira de Margas	16 — Laboratório e Escritórios
2 — Pedreira de Calcários	17 — Garage
3 — Central Diesel	18 — Capela
4 — Central Turbo-Geradora	19 — Restaurante
5 — Fábrica de Cimentos — cadeias I e II	20 — Balneário
6 — Fábrica de Cimentos — cadeia III	21 — Cooperativa do Pessoal
7 — Silos da farinha crua	22 — Garage do pessoal
8 — Silos e embalagem do cimento	23 — Casa do Pessoal
9 — Depósitos de carvão	24 — Campos de desporto
10 — Oficinas metalúrgicas	25 — Parque da Memória
11 — Tanoaria	26 — Hospital
12 — Armazéns de materiais diversos	27 — Escola Primária I
13 — Armazéns de peças de máquinas	28 — Escola Primária II
14 — Depósito de água subterrâneo	29 — Museu
15 — Depósito de água elevado	30 — C. T. T.

Obs. — São habitações todos os edifícios não numerados nas Instalações Sociais.

Figura 34. Planta das Instalações em Maceira, *Breve descrição das Instalações Fabris e Sociais da ECL*, 1948. Publicação de divulgação da ECL. AHFML



Figura 35. Trabalhadores Fábrica de Maceira-Liz, (s.d). AHFML.

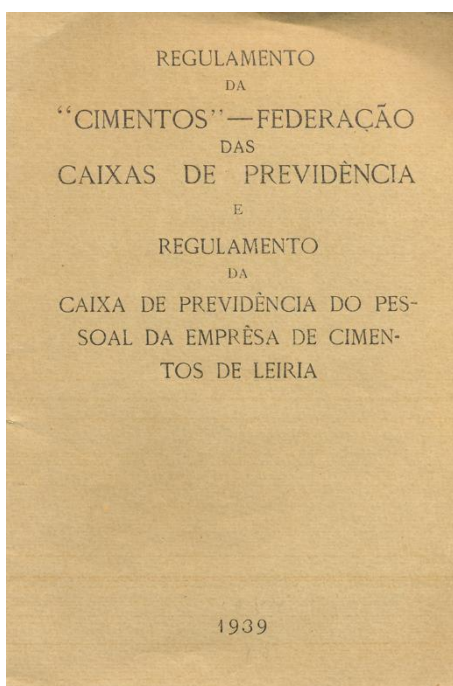
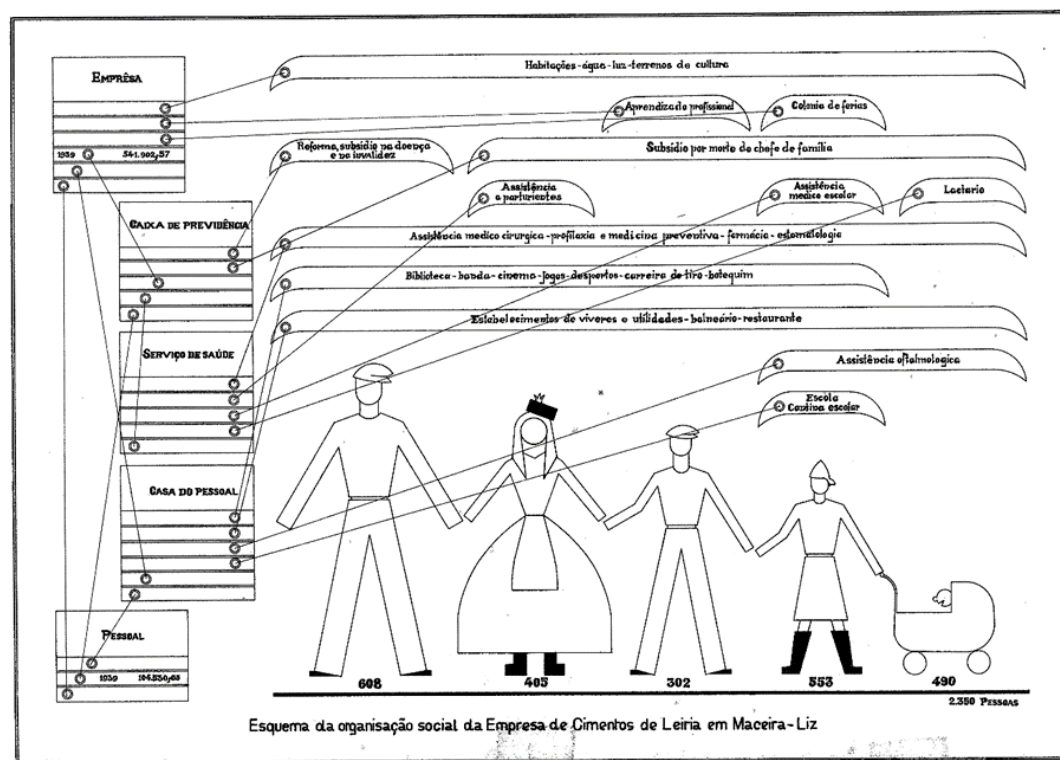


Figura 36. ECL, *Regulamento da “Cimentos” – Federação das Caixas de Previdência e Regulamento da Caixa de Previdência do Pessoal da ECL*. 1939. AHFML.



Para a Exposição distrital de Leiria de 1940

E.C.L.657 218

Figura 37. Esquema da Organização social da ECL em Maceira-Liz Cartaz - Exposição Distrital de Leiria de 1940. AHFML.

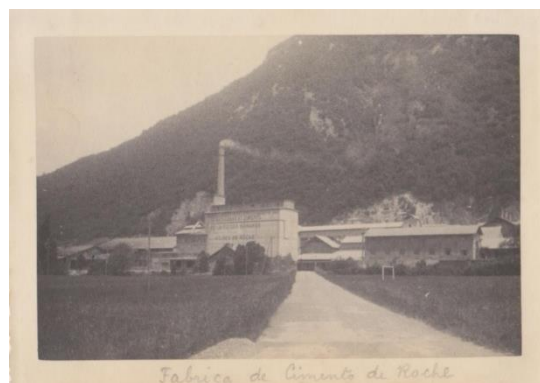


Figura 38, 39 e 40. Fotografias tiradas por Rocha e Mello: Fábrica de Cimentos Roche. Visita a Lourdes – vista do Santuário e gruta das aparições. Fonte: J.O. Rocha e Mello. «Quatro n'um automóvel», dois álbuns de fotografias, postais e itinerário da viagem, realizada por Rocha e Mello, a esposa Alcina Vilhena Rocha e Mello acompanhadas de duas senhoras não identificadas, início da viagem 13 de junho 1935. Espólio Privado da Família.



Figura 41. Publicidade cimento «Liz» Fonte: *Indústria Portuguesa*, nº 123, maio 1938.

Figura 42. Missa Campal na inauguração do terceiro Forno Fábrica, 3 de maio 1938. AHFML

Capítulo 4.

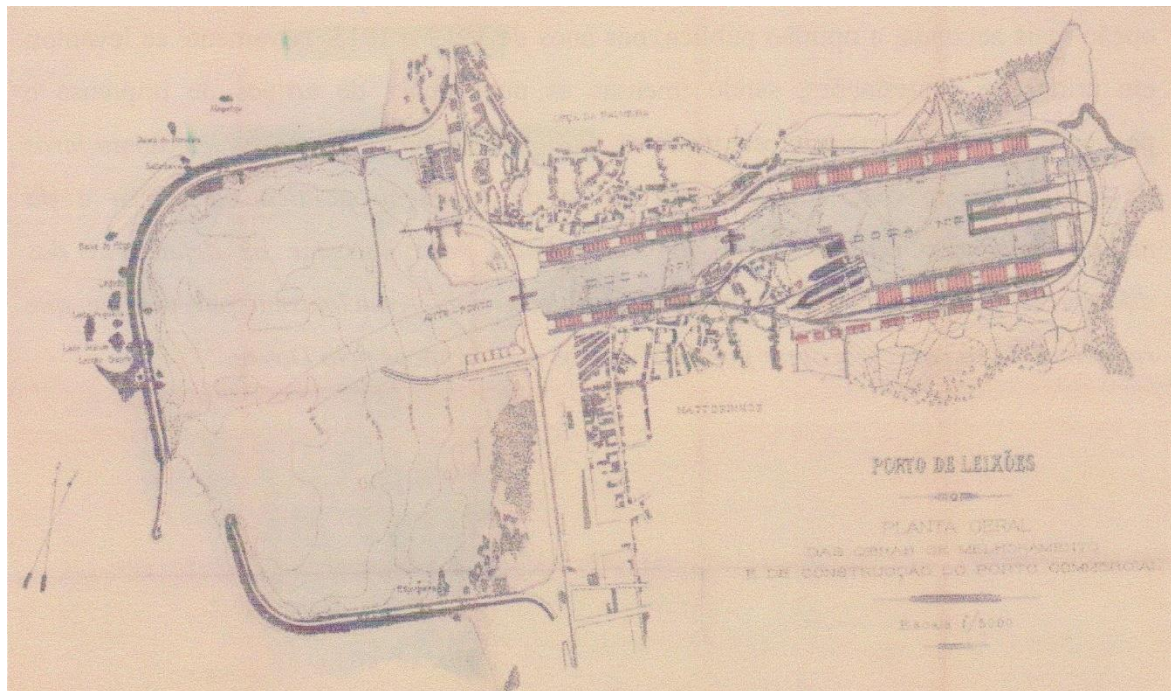


Figura 43. Porto de leixões Projeto de Adolfo Loureiro e Santos Viegas (1908). Planta geral dos Melhoramentos e de construção do porto comercial de Leixões Fonte: Fernando de Sousa e Jorge F. Alves, *Leixões – Uma história portuária*, (Porto: APDL, 2002).

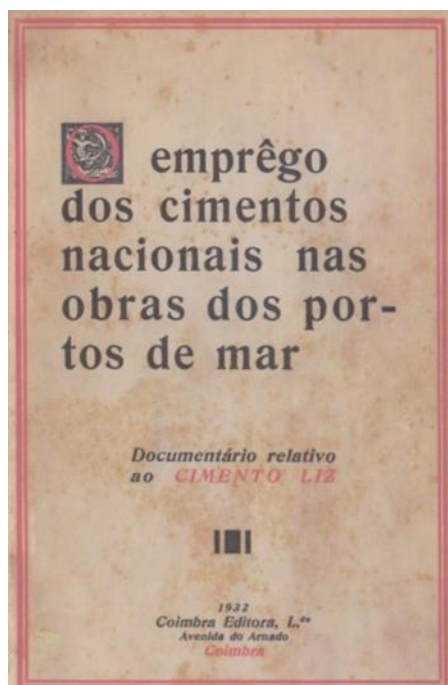


Figura 44. Capa do livro editado pela ECL em 1932 *O Emprego dos Cimentos Nacionais nas Obras dos Portos de mar. Documentário relativo ao Cimento Liz*. Coimbra. Coimbra Editora Lda. AHFML.



Figuras 45. Livros, e revistas sobre cimento e betão da ECL usados durante o processo de certificação do cimento «Liz». Fonte: ECL, *O Emprego...*, 159. AHFML.



Figuras 46. Laboratório da Fábrica de Maceira-Liz. Prensas de 50 e 300 t. Fonte: ECL, *O Emprego...*, 85. AHFML.

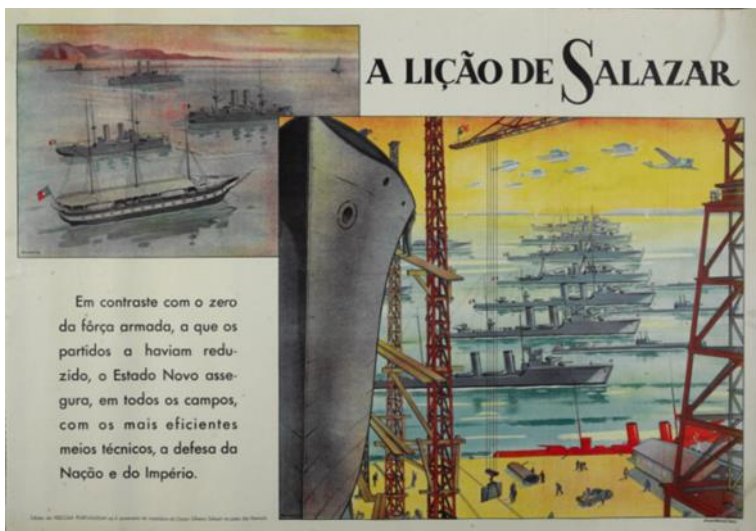
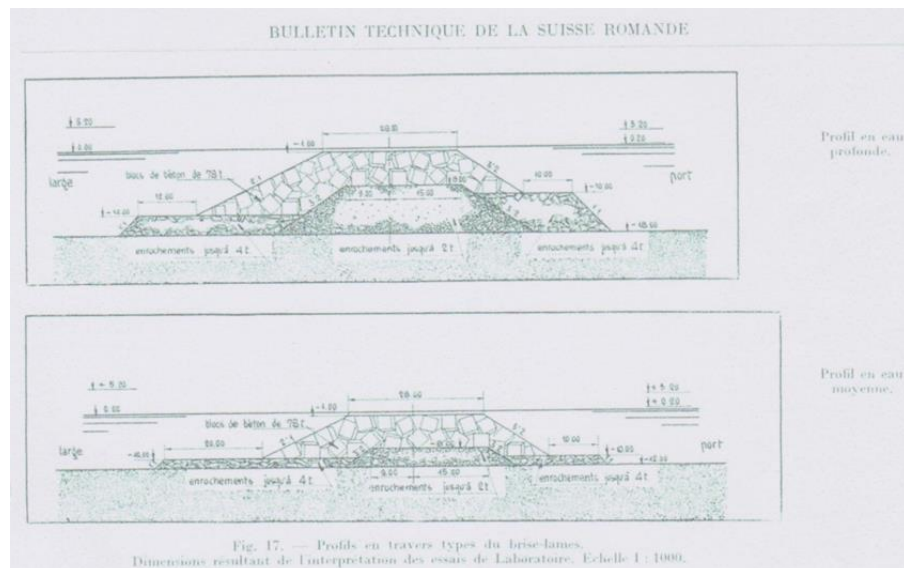
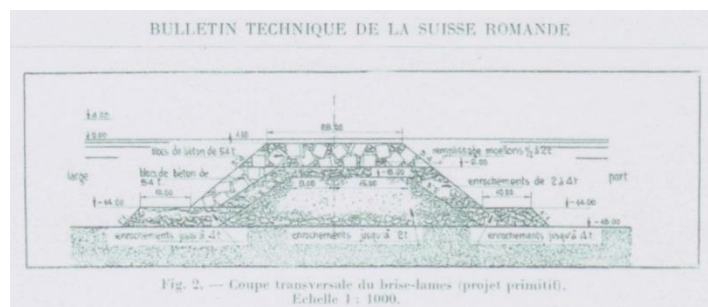


Figura 47. “As Lições de Salazar” 1938 – a importância dos portos na defesa da Nação e do Império.



Figura 48. Plano geral do porto de Leixões. Implantação do quebra-mar projetado. Fonte: Stucky e Bonnard, «Contribution à l'Etude...,1937, 232.



Figuras 49 e 50. Corte transversal à escala 1: 1000 do quebra-mar exterior de Leixões e dois perfis tipo (perfil em água profunda e em água média) realizados a partir do perfil tipo projetado por Duarte Abecassis adaptados após o ensaio no Laboratório de Hidráulica da Escola de Engenheiros da Universidade de Lausanne em novembro 1936. Fonte Stucky e Bonnard, «Contribution à l'Etude...,1937, 232.



Figura 51. Obras do Molhe no Porto de Leixões, blocos de betão concebidos com cimento «Liz», s. d. AHFML



Figura 52. “As Lições de Salazar” 1938 – as Obras dos Portos Nacionais.

ANEXO 2

Lista de Documentos constantes em: ECL, *O Emprego dos Cimentos Nacionais nas Obras dos Portos de mar. Documentário relativo ao Cimento Liz*. Coimbra: Coimbra Editora, 1932.

Documento nº 1 – Acta da imersão dos cubos de cimento Liz – Lisboa, 18 e Julho 1927 – José Morais Carvalho, Gastão Benjamim Pinto, Jaime Pinto, António Veiga, p. 23.

Documento nº 2 – Representação da ECL ao Ministro do Comércio e Comunicações – Lisboa, 27 de Julho 1929 - Diretor Delegado da ECL, Henrique de Araújo Sommer, pp.24-27

PORTO VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Documento nº 3 – 1º Relatório da Junta Autónoma do Porto de Vila Real de Santo António sobre o emprego de Cimento «Liz» nas obras daquele porto enviado ao presidente da Comissão para o estudo do Cimento de Leiria – Vila Real de Santo António, 29 de Outubro de 1929 – Director engenheiro Duarte Abecassis, pp. 28-32.

Documento nº 4 - 2º Relatório da Junta Autónoma do Porto de Vila Real de Santo António sobre o emprego de Cimento «Liz» nas obras daquele porto enviado ao presidente da Comissão para o estudo do Cimento de Leiria – Vila Real de Santo António, 12 de Agosto de 1930 – Diretor engenheiro Duarte Abecassis, pp. 33-45.

Documento nº 5 - 3º Relatório da Junta Autónoma do Porto de Vila Real de Santo António sobre o emprego de Cimento «Liz» nas obras daquele porto enviado engenheiro Administrador Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos – Vila Real de Santo António, 9 de Fevereiro de 1931 – Diretor, engenheiro Duarte Abecassis, pp. 46-56.

Documento nº 6 – 1º Complemento ao 3º Relatório da Junta Autónoma do Porto de Vila Real de Santo António sobre o emprego de Cimento «Liz» nas obras daquele porto enviado engenheiro Administrador Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos – Vila Real de Santo António, 23 de Fevereiro de 1931 – Diretor, engenheiro Duarte Abecassis, p. 57.

Documento nº 7 - 2º Complemento ao 3º Relatório da Junta Autónoma do Porto de Vila Real de Santo António sobre o emprego de Cimento «Liz» nas obras daquele porto enviado engenheiro Administrador Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos – Vila Real de Santo António, 26 de Fevereiro de 1931 – Diretor, engenheiro Duarte Abecassis, p. 58.

PORTO DA FIGUEIRA DA FOZ

Documento nº 8 – Carta da Junta Autónoma do Porto e Barra da Figueira da Foz dirigida ao agente da ECL *Costa & Silva* – Figueira da Foz, 11 de Março de 1926 - Diretor, engenheiro Henrique Fernando Ruas.

Documento nº 9 – Carta da Administração dos Serviços Hidráulicos (Ministério do Comércio e Comunicações) ao gerente da Filial do Norte da ECL - Porto, 24 de Julho de 1929 – Engenheiro Chefe de Divisão Hidráulica do Mondego e Diretor do Porto da Figueira da Foz, Henrique Fernando Ruas, p. 60.

Documento nº 10 – Certificado sobre os resultados do comportamento do cimento Liz utilizado nas obras do Porto da Figueira da Foz – Coimbra, 16 de Janeiro de 1931 - Engenheiro Chefe de Divisão Hidráulica do Mondego e Diretor do Porto da Figueira da Foz, Henrique Fernando Ruas, p. 61.

Documento nº 10-A – Extrato da entrevista dada ao *Diário da Manhã* sobre o comportamento do cimento «Liz» utilizado nas obras do Porto da Figueira da Foz – Publicação de 15 de Fevereiro de 1932 - Engenheiro Chefe de Divisão Hidráulica do Mondego e Diretor do Porto da Figueira da Foz, Henrique Fernando Ruas, p. 62.

PORTO DE AVEIRO

Documento nº 11 - Carta da Junta Autónoma do Ria e Barra de Aveiro dirigida ao gerente da Filial do Norte da ECL sobre o comportamento do cimento «Liz» utilizado nas obras do Porto de Aveiro - Aveiro, 8 de Abril de 1926 – João H. von Hafe, p.63

Documento nº 12 – Carta da Junta Autónoma do Ria e Barra de Aveiro dirigida ao gerente da Filial do Norte da ECL sobre o comportamento do cimento «Liz» utilizado nas obras do Porto de Aveiro - Aveiro, 15 de Junho de 1929 – Engenheiro Diretor João H. von Hafe, p.64.

Documento nº 13 - Carta da Junta Autónoma do Ria e Barra de Aveiro dirigida ao gerente da Filial do Norte da ECL sobre o comportamento do cimento «Liz» utilizado nas obras do Porto de Aveiro - Aveiro, 7 de Janeiro de 1931 – Engenheiro João Ribeiro C. de Lima, p.65.

Documento nº 13A - Carta da ECL dirigida ao presidente da Comissão para o Estudo do Cimentos Nacionais sobre o comportamento do cimento «Liz» utilizado nas obras do Porto de Aveiro – Lisboa, 28 de Outubro de 1931 – Administrador da ECL, José Sommer Ribeiro, p.66.

OBRAS HIDRÁULICAS ESTATAIS

Documento nº 14 – Carta da Divisão Hidráulica do Tejo (Ministério do Comércio e Comunicações) dirigida à ECL sobre o comportamento do cimento «Liz» utilizado nas obras daquela Divisão – Lisboa, 26 de Dezembro de 1926 – Engenheiro – Chefe de Secção, António Belo, p.67.

Documento nº 15 - Ofício da Divisão Hidráulica do Tejo (Ministério do Comércio e Comunicações) dirigida à ECL sobre o comportamento do cimento «Liz» utilizado numa obra daquela Divisão, a Ponte-Cais de Alcochete – Lisboa, 18 de Julho de 1927 - Chefe do Expediente, Hipólito de Almeida, p.68.

Documento nº 16 - Ofício da Administração do Porto de Lisboa sobre o comportamento do cimento «Liz» utilizado numa obra sob a sua tutela (Defensa do Cais do Entrepasto de Santa Apolónia) – Lisboa 20 de Dezembro de 1927 – Engenheiro-Chefe da 1ª Secção da 1ª Repartição, Francisco José Pedroso, p. 69.

OBRAS HIDRÁULICAS EMPRESAS PARTICULARES

Documento nº 17 – Carta da empresa *Sena Sugar Estates, Lda*, dirigida à ECL sobre o comportamento do cimento «Liz» utilizado numa obra daquela empresa – Lisboa, 6 de Fevereiro de 1928 – A Correia de Sá, p.70

Documento nº 18 - Carta da empresa *Lopes, Coelho Dias & Cª, Lda*. Dirigida ao gerente da Filial do Norte da ECL sobre o comportamento do cimento «Liz» utilizado numa obra daquela empresa – Matosinhos, 15 de Agosto de 1929 - *Lopes, Coelho Dias & Cª, Lda*, p.71.

Documento nº 19 – Carta da *Companhia de Pesca Portuguesa, SARL*, dirigida à ECL sobre o comportamento do cimento «Liz» utilizado numa obra daquela empresa (ponte em Olho de Boi) – Lisboa, 2 de Agosto de 1929, Conselho de Administração da *Companhia de Pesca Portuguesa, SARL*, Augusto Moreira Rato, p.72.

Documento nº 20 - Carta da empresa *Vacuum Oil Company*, dirigida à ECL sobre o comportamento do cimento «Liz» utilizado numa obra daquela empresa (ponte-cais em Santo Amaro) – Lisboa, 15 de Agosto de 1929 – Secção de Construções da *Vacuum Oil Company*, T. Leal de Faria, 73.

EXPOSIÇÕES DA DIRECÇÃO TÉCNICA DA FÁBRICA LIZ À ECL ACERCA DA “CAMPANHA CONTRA” O CIMENTO «LIZ»

Documento nº 21 – Carta da Direcção Técnica da Fábrica Liz dirigida à ECL sobre os ensaios ao Cimento «Liz» do Laboratório Oficial e do Laboratório da Fábrica de Cimento Liz (objectivo de fornecer cimento para as obras do Porto de Lisboa) – Maceira-Liz, 5 de Maio de 1931 – Engenheiro Director da Fábrica José da Rocha e Melo, pp. 74-77.

Documento nº 21-A – Quadro nº1 – “Ensaio em água de mar de alguns cimentos nacionais e estrangeiros realizados nos Laboratórios da Fábrica de Cimento Liz”, Da Direcção Técnica da Fábrica Liz dirigido à ECL (objectivo de fornecer cimento para as obras do Porto de Lisboa) – Maceira-Liz, 5 de Maio de 1931 – José da Rocha e Melo e Amável Jardim Granger, desdobrável s.p.

Documento nº 21-B – Quadro nº2 – “Ensaio oficiais feitos sobre cubos de betão de cimento Liz de 20 cm de aresta imersos no Tejo sob a fiscalização do Porto de Lisboa. Da Direcção Técnica da Fábrica Liz dirigido à ECL (objectivo de fornecer cimento para as obras do Porto de Lisboa) – s.d., p. 78.

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE AOS EMPREITEIROS DO PORTO DE LISBOA E RESPECTIVA ANULAÇÃO

Documento nº 22 – Carta da *Sociedade Italo-Portuguesa de Construções* dirigida à ECL, sobre fornecimento de 14 toneladas de Cimento «Liz» para as obras da 3ª Secção do Porto de Lisboa (acordo verbal entre Henrique Sommer e Diretor da Empresa engenheiro Peter) – Lisboa, 1 de Maio de 1931 – Diretor Arturo Bajan, p. 79.

Documento nº 23 – Carta da *Sociedade Italo-Portuguesa de Construções* dirigida à ECL, sobre suspensão da encomenda de 10 vagões de Cimento «Liz» para as obras da 3ª Secção do Porto de Lisboa, devido à resposta negativa da Administração do Porto de Lisboa ao uso Cimento «Liz» – Lisboa, 21 de Agosto de 1931 – Diretor Arturo Bajan, p. 80.

Documento nº 23-A – Excerto da entrevista com o engenheiro Diretor da *Sociedade Italo-Portuguesa de Construções* adjudicatória das obras da 3ª Secção do Porto de Lisboa, aquando do começo das obras, publicada no *Diário da Manhã* de 11 de Dezembro de 1931 (referência aos ensaios ao cimento «Liz» do técnico especialista Dr. Parissi) - p.81.

ENSAIOS DE CUBOS DE CIMENTO «LIZ» EM LEIXÕES

Documento nº 23-B – trata-se de dois documentos, seguida da descrição da solução encontrada.

1º - Ensaios de cubos de cimento «Liz» em Leixões (contacto com o Laboratório de Ensaio e Estudo de Materiais) – Porto de Leixões, 8 de setembro de 1931 – Junta Autónoma das Instalações Marítimas do Porto, engenheiro Lopes Lima e ECL, Joaquim Cabral, p.82-83.

2º - Ofício do Laboratório de Ensaio e Estudo de Materiais (Ministério do Comércio e Comunicações) dirigido ao Diretor da ECL, sobre a incapacidade daquele Laboratório Estatal realizar o ensaio requerido aos cubos de betão vindos do Porto de Leixões, visto ali não existir uma prensa de 500 toneladas cuja aquisição estava pendente do Ministro do Comércio e Comunicações – Lisboa, 13 de março de 1932 – Engenheiro Diretor António Fernandes, p.8-85.

Os ensaios foram realizados no Laboratório da Fábrica de Cimento Liz, onde existia uma presa de 300 toneladas com a presença dos engenheiros Lopes Lima e Mário Neves da Junta Autónoma das Instalações Marítimas do Porto.

Tabela nº 1 – Ensaio de cubos de betão de cimento «Liz» de 20 cm de aresta imersos no mar em Leixões.

Tabela nº 2 – Ensaio de cubos de S. Martinho do Porto (testemunhas dos cubos de Leixões) a 3 e 6 meses do mar.

REPRESENTAÇÃO DOS INDUSTRIAIS PORTUGUESES DE CIMENTO AO GOVERNO

Documento nº 24 – Cópia de um artigo intitulado “ Em defesa do Cimento Nacional”, publicado na revista *Industria Portuguesa* de Outubro de 1931, a p. 59 – transcreve a representação entregue ao Presidente do Ministério, Domingos Oliveira; ao Ministro do Comércio e Comunicações, João Antunes Guimarães; e ao Sub-Secretário de Estado das Finanças, pelos Industriais do Cimento: Companhia de Cimento Tejo, Companhia Geral de Cal e Cimento, ECL, e ainda pelas - Associação Industrial Portuguesa (José Maria Alvares) e Associação Industrial Portuense (Albano de Sousa), em 18 de Setembro de 1931 – pp.86-87.

RELATÓRIOS DE ENSAIOS AO CIMENTO «LIZ» DE LABORATÓRIOS ESTRANGEIROS

Documento nº 25 – Relatório de E. Leduc enviado ao Director da ECL, sobre os ensaios e análises realizados ao cimento «Liz» em presença de águas salinas, em resposta à carta de 30 de Setembro de 1931 (Tabela com os respectivos ensaios e resultados) - Marseille, le 13 Octobre 1931 – Chef de la Section de Matériaux de Construction au Conservatoire National des Arts et Métiers. Ancien Chef du Laboratoire des Éssais de Ciment au Ministère de Guerre, E. Leduc, pp. 88-90.

Documento nº 25-A – Carta de E. Leduc enviada ao Director da ECL, sobre os ensaios realizados ao cimento «Liz» em presença de águas salinas, em resposta à carta de 30 de Setembro de 1931 - Marseille, le 31 Octobre 1931 – Chef de la Section de Matériaux de Construction au Conservatoire National des Arts et Métiers. Ancien Chef du Laboratoire des Éssais de Ciment au Ministère de Guerre, E. Leduc, p. 91.

Documento nº 26 – Tradução do Relatório do Laboratório inglês de *Henry Faijã & Cº - Portland Cement Testing Works & Chemical Laboratories*, enviado ao Director da ECL, sobre os ensaios e análises realizados ao cimento «Liz» em presença de águas salinas (1926-1930) - Londres, 17 de Novembro de 1931 - Henry Faijã & Cº, D. B. Butler, pp. 92-98.

Documento nº 27 - Tradução do Relatório do Laboratório alemão do Prof. Dr. Hans Kühl – Laboratorio Técnico de Cimentos e Argamassas (Berlin – Lichterfeld) enviado ao Director da ECL, sobre os ensaios e análises realizados ao cimento «Liz» em presença de águas salinas (1926-1930) – Berlin _ Lichterfeld, 14 de Novembro de 1931 – Professor Hans Kühl, pp. 99-105.

Documento nº 27-A - Tradução da Carta que acompanhava o Relatório do Prof. Dr. Hans Kühl – Laboratorio Técnico de Cimentos e Argamassas (Berlin – Lichterfeld) enviada à ECL, sobre os ensaios e análises realizados ao cimento «Liz» em presença de águas salinas (1926-1930) – Berlin _ Lichterfeld, 14 de Novembro de 1931 – Professor Hans Kühl, p. 106.

DOCUMENTOS OFICIAIS DIRIGIDOS AO GOVERNO

Documento nº 28 – Exposição dirigida ao Presidente do Ministério, General Domingos Oliveira pelo Diretor da ECL, Henrique Sommer acerca da não permissão do uso do cimento «Liz» pelo Governo em obras de portos (Anexos vários relatórios que atestavam a boa qualidade do cimento «Liz»: do Prof. Dr. Hans Kühl; do Técnico francês; E. Leduc; Laboratório inglês de Henry Faijã & Cº; relatório para confronto com estes, feito em Maio de 1931 pelo Diretor Técnico da Fábrica Liz, já apresentado; referências de engenheiros oficiais e particulares que trabalharam com cimento «Liz») - Lisboa, 26 de Novembro de 1931 – Diretor da ECL, Henrique Sommer, pp. 107-111.

Documento nº 29 – Notícia sobre a Nota Oficiosa do Ministro do Comércio que determina a que a Comissão encarregada do estudo dos cimentos nacionais antecipe os ensaios a realizar sobre alguns cubos de betão mergulhados no Tejo em 1927. Recomenda-se a máxima urgência no estudo para redigir as cláusulas a introduzir no regulamento de cimentos nacionais, relativos ao uso em obras marítimas. Com as normas aprovadas deve ser pedido às fábricas nacionais que forneçam amostras produzidas segunda as normas regulamentares. Notícia publicada na imprensa a 6 de Dezembro de 1931 intitulada “O aproveitamento dos cimentos nacionais”, (não tem referência aos nomes dos periódicos), p. 112.

Documento nº 30 – Ofício enviado pela Comissão de Estudos dos Cimentos Nacionais à ECL – Administração Geral dos Serviços Hidráulicos (Ministério do Comércio e Comunicações), com a especificação da composição química para produção de cimento, segundo as normas regulamentares aprovadas por aquela Comissão – Lisboa, 4 de Dezembro de 1931 – Presidente da Comissão de Estudos dos Cimentos Nacionais, António Craveiro Lopes, p. 113.

Documento nº 31 – Ofício com a resposta da ECL enviada ao Presidente da Comissão de Estudos dos Cimentos Nacionais – Administração Geral dos Serviços Hidráulicos – Gabinete de Estudos. A ECL questiona de várias formas a composição do cimento que é pedida pela Comissão, e reafirma que o cimento que produz está devidamente atestado por várias entidades portuguesa e estrangeiras – Lisboa, 7 de Dezembro de 1931 – o Diretor Delegado da ECL Henrique de Sommer, pp. 114-115.

Documento nº 32 – Exposição enviada ao Presidente do Ministério General Domingos Oliveira pelo Diretor da ECL, Henrique Sommer, argumentos sobre o uso dos cimentos nacionais nas obras marítimas - 10 de Dezembro de 1931 – o Diretor Delegado da ECL Henrique de Sommer, pp. 116-117.

Documento nº 33 - Ofício enviado pela Comissão de Estudos dos Cimentos Nacionais à ECL – Administração Geral dos Serviços Hidráulicos (Ministério do Comércio e Comunicações), em resposta às questões colocadas sobre a especificação da composição química para produção de cimento, segundo as normas regulamentares enviadas por aquela Comissão. Coloca um conjunto de questões e de requisitos à ECL. É explicado que ainda são definitivas as cláusulas pedidas no ofício enviado a 4 de Dezembro de 1931 (8 dias antes) – Lisboa, 12 de Dezembro de 1931 – o Engenheiro, Presidente da Comissão de Estudos dos Cimentos Nacionais, António Craveiro Lopes, p. 118.

Documento nº 34 - Ofício com a resposta da ECL enviada ao Presidente da Comissão de Estudos dos Cimentos Nacionais – Administração Geral dos Serviços Hidráulicos – Gabinete de Estudos. A ECL

responde a todas as questões e envia os dados os vários dados requeridos pelo ofício datado de 12 de Dezembro de 1931 – Lisboa, 16 de Dezembro de 1931 – o Diretor Delegado da ECL Henrique de Sommer, pp. 119-123.

Documento nº 34-A – Tabela com as análises do cimento «Liz» - Médias mensais dos anos de 1928-1931. Enviada à Comissão de Estudos dos Cimentos Nacionais a 16 de Dezembro de 1931, p.123.

APENDICE

I) Conferência proferida por Amável Granger, Subdiretor da ECL, intitulada “A indústria Nacional do Cimento Portland Artificial em face dos trabalhos dos Portos”. Foi realizada a 13 de Fevereiro de 1932 em Lisboa, na Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, e a 3 de Março do mesmo ano no Porto, na Associação dos Engenheiros do Norte de Portugal, pp. 127-159.

II) Decreto nº 18 782, de 28 de Agosto de 1930. Diário do Governo, nº 199, Iª Série. “Caderno de Encargos para o Fornecimento e Receção de Cimentos Portland Normal”, Ministério do Comércio e Comunicações – Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, aprovado pelo Ministro João Antunes Guimarães.

III) Decreto nº 20 918 de 20 de Fevereiro de 1932. Diário do Governo nº 43, 1ª série. Promulga as cláusulas especiais para o fornecimento e receção de cimentos nacionais para obras marítimas. Ministério do Comércio e Comunicações – Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, aprovado pelo Ministro João Antunes Guimarães.

ANEXO 3

Cópia do ofício dirigido pela Empresa de Cimentos de Leiria a S. Ex.^a o Presidente do Ministério, datada de 26 de Novembro de 1931. (quatro páginas) Fonte: ECL, *O Emprego dos Cimentos Nacionais nas Obras dos Portos de mar. Documentário relativo ao Cimento Liz*, (Coimbra: Coimbra Editora, 1932), 107-111. AHFML.

Documento n.º 28

(Cópia do ofício dirigido pela Empresa de Cimentos de Leiria a S. Ex.^a
o Presidente do Ministério, em 26 de Novembro de 1931)

Ao Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Presidente do Ministério:

A Direcção da Empresa de Cimentos de Leiria, solicita a atenção de V. Ex.^a para a presente exposição que entendeu dever submeter ao vosso esclarecido critério; nela trata do já tão debatido assunto: o emprêgo dos cimentos nacionais nas obras dos portos.

Pedem também os representantes da Empresa de Cimentos de Leiria que esta exposição seja examinada em Conselho de Ministros se assim V. Ex.^a o entender.

Pedem por último a V. Ex.^a e ao Ex.^{mo} Conselho de Ministros a que V. Ex.^a dignamente preside que, examinada a exposição que desassombrada e respeitosamente formulam, seja feita Justiça.

Permita V. Ex.^a que, tão rapidamente quanto possível, façamos um resumo desta tão malfadada questão; e antes de mais nada seja-nos permitido esclarecer que se aparecemos sós, pugnando pelo emprêgo dos cimentos nacionais nas obras dos portos é porque, sabemos, assim como o sabe toda a gente, que das suspeitas levantadas, de ânimo leve, sobre as qualidades de resistência do cimento do nosso fabrico, a acção da água do mar, é que nasceu a questão do saber se podiam ou não os cimentos nacionais ser empregados em tais obras.

Montada a nossa indústria depois de atribulações e dificuldades de toda a ordem que passamos em claro, a Direcção da Empresa ao pô-la em marcha procurou sempre com o maior cuidado vincar-lhe carácter acentuadamente nacional, o que tem conseguido, com orgulho o afirma: e assim pessoal fabril, capital, matérias primas, combustíveis, etc., é tudo bem português.

Foi bem aceite o cimento no mercado, como era natural, visto que acerca das matérias primas se haviam previamente obtido os pareceres mais lisongeiros (não portugueses é certo) dos laboratórios oficiais alemães; visto que o pessoal técnico dirigente era competente e de longe se vinha habilitando para a missão em que estava investido; visto que o pessoal trabalhador era de boa massa do povo português, de primeira ordem quando bem dirigido; e visto que a instalação fabril era e é modelar.

Quiz porém a sorte que em dado momento fôsem ensaiados em Leixões uns provetes confeccionados com cimento em *pasta pura* a fim de se verificar o comportamento do cimento LIZ sob a acção da água do mar. Ao fim de certo período as provas de resistência foram aparentemente más. Estas quedas de resistência à tracção do cimento em pasta pura, eram de há muito, facto conhecido; de tal fenómeno não se podem tirar conclusões acerca das qualidades dum cimento.

O desconhecimento do público da nulidade do valor deste ensaio deu lugar a que começasse correndo à boca pequena que o cimento LIZ era muito bom é certo, mas que na água do mar fraquejava. Não era de aconselhar.

Não obstante, alguns engenheiros de portos, honra lhes seja feita, a-pesar-da maldecência que alastrava, foram usando o cimento LIZ e assim foi sendo empregado nos portos de Faro, Olhão, Vila Real de Santo António, Aveiro, Figueira da Foz, etc., obras executadas não só por empreiteiros como directamente pelos serviços do Estado.

Existem dos dirigentes dessas obras boas referências acerca do comportamento do cimento. Chegámos ao momento presente *estando empregadas* já nos portos do Continente *cêrca de 15.000 toneladas de cimento LIZ*. (Vai apensa à relação das obras marítimas em que foi empregado, assim como se encontram apensas as referências dos engenheiros dos portos).

Em 1926 estavam em execução algumas obras no porto de Lisboa.

Não foi permitido o emprêgo do cimento LIZ. Havia dúvidas...

Conseguiu a Empresa que, sob a sua responsabilidade, se construísse uma das defensas no Entrepasto de Santa Apolónia, com o seu cimento, para se poder estabelecer o confronto com uma qualquer afamada marca alemã que a Administração de então autorizara fôsse empregada na execução das demais defensas. Até hoje não consta que a defesa executada com cimento LIZ apresente sinal de ruína, bem como sinal de ruína não consta tenham dado as restantes obras em que estão empregadas as 15.000 toneladas de cimento LIZ.

Sugeriu por essa ocasião a Empresa que se executassem uns cubos de prova para serem mergulhados no enclave de Santa Apolónia, sujeitos uns às acções das marés, outros para ficarem sempre mergulhados. Começava a incomodar a malidecência. O dirigente das obras de então no porto de Lisboa, indica as proporções de cimento, brita e areia a empregar para êsse ensaio, que seria concludente na opinião desse dirigente. Eram as percentagens que empregava nas obras que então estava dirigindo.

Depois de dificuldades várias a Administração dessa época consente na colocação dos cubos no enclave de Santa Apolónia. Foram os cubos efectivamente mergulhados, lavrando-se o competente auto.

Os cubos com variado tempo de permanência em imersão teem sido submetidos a ensaios no laboratório oficial português.

Os resultados teem sido satisfatórios para esses cubos executados com fracas proporções de cimento.

Pois esta fraca dosagem é agora mais uma causa de desconfiança.

Lamenta-se que as argamassas sejam tão pobres. Mas se o são, de quem é a culpa?

Não fizemos *propositadamente* reparos sobre a fraca dosagem porque se suspeitaria que nós teríamos receio de submeter o nosso cimento a ensaios dêsses.

Com a situação política actual começa a falar-se nas obras dos portos. Como é natural pretendemos que se empregue o cimento do nosso fabrico nessas obras. Continuam porém as dúvidas: Os tais provêtes em *pasta pura*, estavam dando o resultado por ventura desejado e a malidecência indígena rejubilava.

Em 27 de julho de 1929 a Direcção da Empresa apresenta a S. Ex.^a o Ministro do Comércio requerimento cuja cópia vai apensa a esta exposição, ⁽¹⁾ e a que o mesmo Ex.^{mo} Ministro deu deferimento nomeando a 3 de Setembro do mesmo ano a Comissão de Estudo ou de Inquérito às obras executadas com cimento LIZ. Sabemos que essa Comissão tem trabalhado e consta que já apresentou relatório a S. Ex.^a o Ministro, relatório que desconhecemos mas que por ventura habilitará S. Ex.^a a resolver um assunto que se vai já eternizando, com manifesto prejuízo material e moral dos interessados. O que consta também, ou por outra, o que é certo, é que a Comissão depois de mais de dois anos de existência ainda não foi examinar oficialmente as obras feitas com cimento LIZ, ignorando nós quais os motivos que teem obstado a que êsse exame se efectue. E sabemos de certeza que comunicação, alguma nos foi feita, nem a mais ligeira indicação nos foi dada no sentido de melhorarmos ou modificarmos as características do cimento de nosso fabrico, indicações que muito apreciaríamos e que nós pedimos nos fôssem dadas no citado nosso requerimento de 27 de Julho de 1929.

(1) Vide Documento n.º 2.

Sabemos que ao Conselho Superior de Obras Públicas tem sido submetidas diversas consultas acerca d'este já famoso assunto; oficialmente não conhecemos parecer algum do Conselho; o que naturalmente é para lamentar, porque de contrário talvez conseguíssemos elucidar o Conselho Superior de Obras Públicas sobre pontos por ventura de interesse.

Mas há mais, Ex.^{mo} Senhor: Nas obras do porto de Vila Real de Santo António, a dada altura dos trabalhos dão-se uns factos anormais com o cimento empregado, o LIZ. O Ex.^{mo} Sr. Engenheiro Presidente da Junta suspeita do cimento. Dá ordem imediata para que se suspenda o seu emprêgo ⁽¹⁾. Formula um relatório em que atribui ao cimento determinado fracasso. E', porém, S. Ex.^a um homem probo e portanto respeitador da probidade alheia. Estuda as causas prováveis do fracasso; reconhece a injustiça do que avançara no seu relatório; nobremente formula um novo relatório ⁽²⁾ em que reconhece o seu erro na interpretação das causas do dito fracasso. Lealmente envia a esta Direcção uma cópia do relatório em que reconhece a inocência do inculcado cimento LIZ.

Continuou empregando o cimento LIZ nas obras a seu cargo.

Vai já longa esta exposição e tanta coisa mais havia que contar.

Tenha V. Ex.^a a bondade de nos escutar.

E', repetimos, uma *questão de justiça*, esta que debatemos.

Estão em via de execução as importantes obras dos portos de Lisboa e Leixões.

Pretendeu o cimento LIZ entrar nas obras do porto de Lisboa. Recrudescem as dúvidas. E' ouvido o Conselho Superior de Obras Públicas; não consta oficialmente o seu parecer. Continuam as suspeitas sobre a qualidade do LIZ. Uma *fôrça invencível, misteriosa*, parece querer esmagar a reputação do cimento LIZ. Os empreiteiros italianos não percebem as causas de desconfiança das estações oficiais que se opõem ao emprêgo d'este cimento. Como engenheiros, viram a fábrica, apreenderam o mecanismo do rigoroso controle sobre o produto que fabricamos. Verificaram a multiplicidade de ensaios a que é submetido o nosso cimento. A expensas da Empresa Italiana é chamado a Lisboa o distinto engenheiro Italiano especializado em cimentos, Dr. Parissi ⁽³⁾. Permanece na fábrica da Maceira alguns dias; estuda cuidadosamente os nossos métodos de fabrico, executam-se ensaios sob a sua direcção; compulsa os numerosos registos de fabrico, registo de ensaios diversos e feito o seu juízo volta para Itália deixando aos empreiteiros seus compatriotas, o parecer de que podem empregar com a maior confiança o cimento LIZ em todos os trabalhos que tiverem a executar. As estações oficiais porém não consentem!

Escudada no contrato celebrado entre a Administração do porto de Lisboa e a Sociedade Italiana, requereu esta a constituição dum Tribunal Arbitral para resolver a pendência: empregar ou não empregar o nosso cimento nas obras do porto de Lisboa.

Havido o acôrdo das estâncias oficiais são nomeados os peritos por parte dos empreiteiros, pela Administração do porto de Lisboa e é nomeado Presidente; são marcados dia e hora para a apreciação do momentoso problema. Porém, meia hora antes da hora marcada para a reunião do Tribunal Arbitral, uma ordem telefónica duma repartição do Ministério do Comércio, determina que o tribunal não pode reunir, visto não haver matéria a discutir. A *fôrça invencível, misteriosa*, actuava ainda desta vez.

A Leixões não poderá o nosso cimento concorrer. O Caderno de Encargos, a que há poucos dias foi apenso um artigo ou parágrafo acerca da composição química do cimento, declara terminantemente que o cimento a empregar deverá ser de qualidades comprovadas já em obras marítimas. Como ao nosso pobre LIZ ainda oficial-

(1) Vide Documento n.º 3.

(2) » » n.º 4 e 5.

(3) » » n.º 23-A.

mente não foram reconhecidas as provas está ipso facto inhibido de se apresentar. No entanto, Ex.^{mo} Sr., para o porto do Funchal foi admitido um cimento holandês, aliás de esplêndidas qualidades, que se não poudé ainda « à la longue » afirmar as suas virtudes pois que a fábrica que o produz está em laboração apenas há 3 anos: Começou a laboração em 7 de Setembro de 1928: Também no Funchal não foi admitido o nosso cimento por não ter tempo de prova.

Ex.^{mo} Sr. General, pensou a Direcção desta Empresa em sugerir a quem de direito que se consultassem técnicos estrangeiros de reconhecida competência para que rapidamente solucionassem esta questão.

Não seria caso novo: sobre o magno problema dos portos foram ouvidos peritos estrangeiros como é do domínio público. Não o fez porém com receio de ferir susceptibilidades.

A verdade porém Ex.^{mo} Sr. General é que esta questão se vem protelando, ameaçando eternizar-se principalmente porque os técnicos oficiais não tinham orientação definida nem ideas assentes sobre esta questão de cimentos. Tiveram que estudar e ainda estão estudando, ao que nos consta, o que os nossos engenheiros sabem há muito, porque há doze anos não fazem outra coisa que dedicar-se a estes assuntos. Estão em relações constantes com os laboratórios alemães e franceses.

São porém parte. Não se pode fazer juízo só pelas suas afirmações.

Consultámos, porém, nós, algumas sumidades reconhecidas como tais nestas questões, para, baseados em pareceres insuspeitos e competentes virmos à presença de V. Ex.^a reclamar justiça; foram elas o Professor Dr. Hans Kuhl, do Laboratório Oficial de Berlim; o bem conhecido técnico francês Leduc; o Laboratório de ensaios inglês Faijá.

As consultas foram feitas tendo por base *milhares* de ensaios de cimento do nosso Laboratório (ensaios a que está ligada a probidade dos nossos engenheiros Rocha e Melo e Amável Granger) e ensaios do Laboratório Oficial de Estudo e Ensaios de Materiais de Construção, de Lisboa.

Juntamos a esta exposição os originaes dos pareceres do Professor Dr. Hans Kuhl, do Técnico Francês Leduc, e do Laboratório inglês Faijá.

As conclusões dos pareceres transcrevemo-las desde já:

- 1.º — Não tem significação a queda de resistência à tracção em pasta pura (o que de resto era de há muito sabido dos nossos engenheiros).
- 2.º — Que o cimento LIZ de qualidades absolutamente normais não será atacado pela água do mar, mais do que qualquer outro cimento. Desde que seja bem trabalhado o cimento de Leiria comportar-se-á tão bem como qualquer outro cimento. Assim o declara terminantemente o Professor Kuhl e o Laboratório inglês.

Junte V. Ex.^a a estas conclusões o parecer dos engenheiros dos portos portugueses, que vão apensos e, em face do mais que acabamos de expôr, faça V. Ex.^a o seu juízo.

Pela nossa parte apenas pedimos que se faça justiça.

Lisboa, 26 de Novembro de 1931.

Pela *Empresa de Cimentos de Leiria*

O Director Delegado,

Henrique de Sommer.

Apensos a esta exposição

Relatório do Prof. Dr. Hans Kuhl (1).

Relatório do Técnico E. Leduc (2).

Relatório do Laboratório inglês Faijã (3).

Relatório para confronto com estes, feito em Maio do corrente ano pelo Director Técnico da nossa Fábrica, engenheiro Rocha e Melo, e apresentado a esta Direcção (4).

Cópia do requerimento enviado ao Ex.^{mo} Ministro do Comércio em 27 de Julho de 1929 (5).

Diversas referências de engenheiros oficiais e particulares que trabalharam com o nosso cimento (6).

-
(1)	Vide Documento	n.º 27.
(2)	»	n.º 28.
(3)	»	n.º 26.
(4)	»	n.º 21.
(5)	»	n.º 2.
(6)	»	n.º 8 a 20.

ANEXO 4

Cópia do ofício dirigido pela Comissão de Estudos dos Cimentos Nacionais à Empresa de Cimentos de Leiria, datada de 4 de Dezembro de 1931. (um página) Fonte: ECL, *O Emprego dos Cimentos Nacionais nas Obras dos Portos de mar. Documentário relativo ao Cimento Liz*, (Coimbra: Coimbra Editora, 1932), 113. AHFML.

Documento n.º 30

(Cópia do ofício enviado pela Comissão de Estudos dos Cimentos Nacionais)

Serviço da República

MINISTÉRIO

DO

COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

ADMINISTRAÇÃO GERAL

DOS

SERVIÇOS HIDRAULICOS

Lisboa, 4 de Dezembro de 1931.

A' Empresa de Cimentos de Leiria.

Rua do Cais de Santarém, 64-1.º

LISBOA

Tendo S. Ex.^a o Ministro do Comércio e Comunicações, por despacho de 28 de Novembro último, exarado no parecer do Conselho Superior de Obras Públicas de 20 do mesmo mês, determinado que a Comissão da minha presidência estude as cláusulas a introduzir no Regulamento de Cimentos, relativas ao seu emprêgo em obras marítimas, atendendo, tanto quanto possível, à máxima utilização dos cimentos nacionais, peço a V. Ex.^{as} se dignem comunicar-me se poderão fabricar um cimento destinado a trabalhos marítimos, cuja composição química satisfaça às seguintes condições:

Anfídrido sulfúrico (SO ³)	em proporção não superior a 1,5 %
Magnésia (MgO)	» » » » » 2 %
Alumina (Al ² O ³)	» » » » » 7 %
Sulfuretos	em proporção não doseável.

Índice de hidraulicidade $\frac{\text{SiO}_2 + \text{Al}_2\text{O}_3}{\text{CaO} + \text{MgO}}$ exceder, pelo menos, em 0,31 os dois centéssimos do teor em alumina (assim, por exemplo, para um teor em alumina de 8 %, o índice de hidraulicidade igual ou superior a $0,31 + 0,02 \times 8 = 0,47$).

No caso de ser completamente impossível satisfazer às condições acima indicadas, peço a V. Ex.^{as} a fineza de explicar os motivos e de dizer quais os limites mais próximos daqueles que poderão atingir, a fim de orientar os trabalhos da Comissão.

Saúde e Fraternidade.

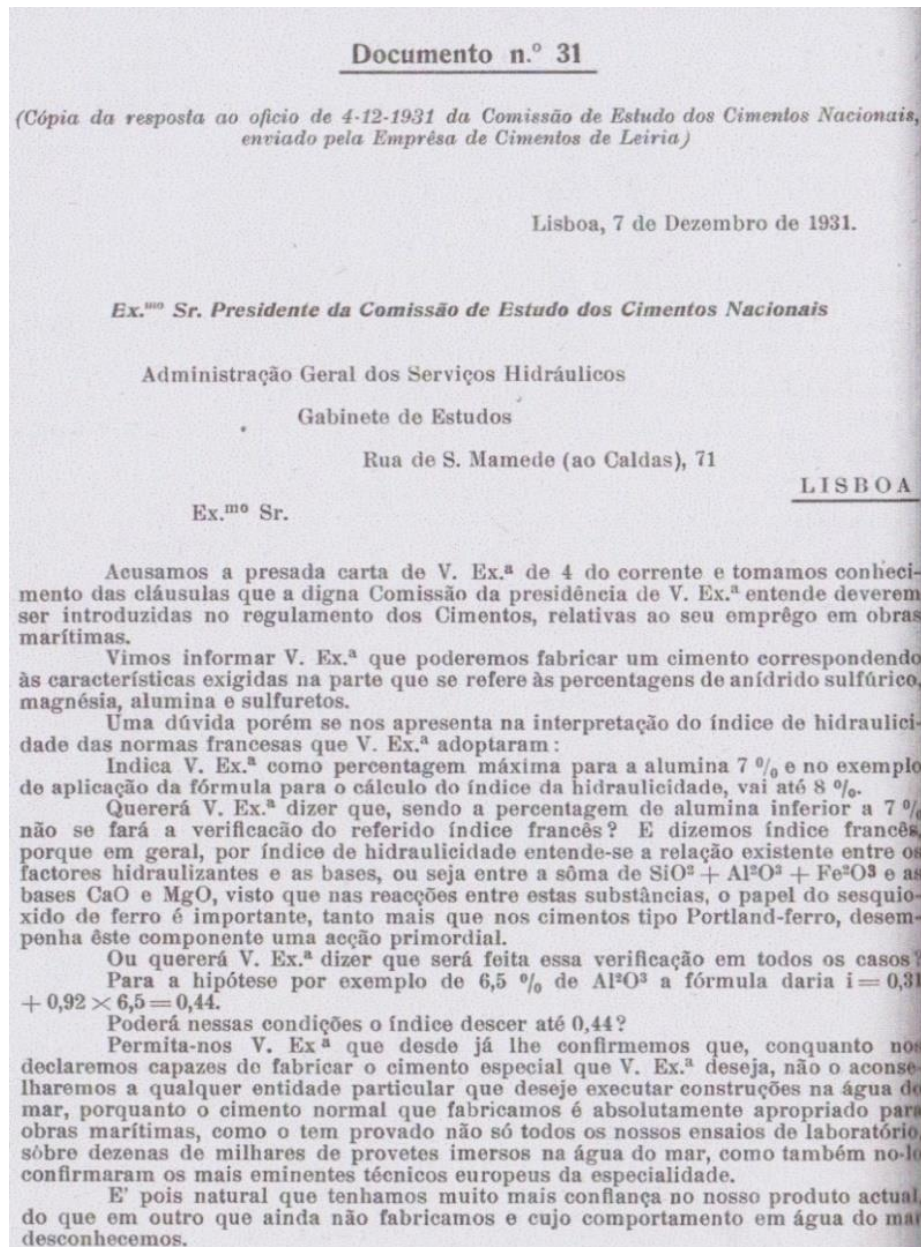
O Presidente da Comissão de Estudos
dos Cimentos Nacionais,

(a) *António Craveiro Lopes.*

— 113 —

ANEXO 5

Cópia da resposta da ECL ao ofício enviado pelo Presidente da Comissão de Estudos dos Cimentos Nacionais, António Craveiro Lopes, datada de 7 de Dezembro de 1931. Fonte: ECL, *O Emprego dos Cimentos Nacionais nas Obras dos Portos de mar. Documentário relativo ao Cimento Liz*, (Coimbra: Coimbra Editora, 1932), 114-115. AHFML.



A composição química que V. Ex.^a deseja adoptar não garante por forma nenhuma que uma obra seja duradoira na água do mar, se não forem tomadas as precauções conhecidas por todos os construtores de portos para evitar o ataque dos betons pela mesma água, precauções, essas que são mais importantes que a composição química do cimento e sabemos por outro lado que o nosso cimento convenientemente obrado, dá ótimos resultados em beton imerso no mar como provam os atestados officiais dos Directores dos Portos de Aveiro, Figueira da Foz, Vila Real de Santo António, Faro, Olhão, Pôrto de Lisboa e Divisão Hidráulica do Tejo, cujas cópias estão em poder dessa Comissão e este facto é-nos confirmado em absoluto pelo resultado a que chegou a Comissão Official Alemã do Cimento Armado.

Cumpre-nos mais informar V. Ex.^a que confiamos o estudo do comportamento do nosso cimento em água do mar ás seguintes entidades:

Sr. Ernest Leduc, francês, Antigo Chefe do Laboratório de Cimentos do Ministério da Guerra Francês; Laboratório inglés Henry Faijã & C.^a, Portland Cement Testing Works; Professor Doutor Hans Kühl, Director do célebre Laboratório de Ensaios «Dr. Michaelis», de Berlin, que pelos seus numerosísimos trabalhos de investigação é constantemente citado internacionalmente em tôdas as revistas da especialidade.

Estes mestres confirmam em absoluto a nossa repetida asserção: o cimento «LIZ» está absolutamente apto a ser empregado em obras marítimas desde que seja trabalhado como a técnica exige.

Estão pois de acôrdo os engenheiros dos portos que nos passaram os conhecidos atestados e os mestres estrangeiros.

Os relatórios das entidades atrás citadas foram entregues em 27 de Novembro p. p. a S. Ex.^a o Presidente do Ministério.

Sem outro motivo, subscrevemo-nos com elevada estima e máxima consideração,

De V. Ex.^a
At.^{os} Venrs. e Obgs.

Pela *Empresa de Cimentos de Leiria*

O Director Delegado,
(a) *Henrique de Sommer.*

ANEXO 6

Cópia do ofício dirigido pela ECL ao Presidente da Comissão de Estudos dos Cimentos Nacionais, António Craveiro Lopes, datada de 12 de Dezembro de 1931. Fonte: ECL, *O Emprego dos Cimentos Nacionais nas Obras dos Portos de mar. Documentário relativo ao Cimento Liz*, (Coimbra: Coimbra Editora, 1932), 119-123. AHFML.

Documento n.º 34

(Cópia da resposta da Empresa de Cimentos de Leiria ao ofício de 12 de Dezembro da Comissão de Estudos dos Cimentos Nacionais)

Lisboa, 16 de Dezembro de 1931.

Ex.^{ma} Senhor Presidente da Comissão dos Cimentos Nacionais:

Estamos de posse da presada carta de V. Ex.^a de 12 do corrente, à qual passamos a responder:

Informámos V. Ex.^{as} na nossa carta de 4 do corrente que poderíamos fabricar um cimento correspondendo às características exigidas, na parte que se refere às percentagens de anidrido sulfúrico, magnésia, alumina e sulfuretos. Para atingir este objectivo teremos que trabalhar com quatro matérias primas em vez de duas e nem todas existem na região. Aparte o problema de ordem técnica, que carece estudo, para a resolução do qual os nossos engenheiros se encontram habilitados e dispõem de aparelhagem de laboratório para o poder fazer, há o aspecto económico, visto o produto sair mais caro e ser necessário efectuar modificações na aparelhagem fabril, para se poderem fabricar 2 tipos de cimento.

Na nossa referida carta de 7 do corrente, dizíamos a V. Ex.^a que não aconselharíamos entidade particular alguma a executar trabalhos em água do mar com o novo cimento e justificávamos este ponto de vista:

Temos mais confiança no nosso produto actual do que em outro que ainda não fabricamos; conhecemos o comportamento em água do mar do nosso cimento, através de muitas dezenas de milhares de ensaios efectuados em todas as condições possíveis.

Sem pretender fazer alarde do nosso trabalho, muito poucos laboratórios estrangeiros teem ido tão longe como nós no estudo do ataque do cimento pela água do mar (6 anos de campanha contra o cimento LIZ); além dos ensaios normais a longo prazo temos ensaios em soluções concentradas dos sais denominados «agressivos», da água do mar; durante 3 anos realizamos também o conhecido ensaio de Anstett em comparação com vários cimentos estrangeiros e nacionais, tendo verificado que nenhum se comportava melhor que o cimento LIZ e que só o cimento ALSEN se lhe comparava.

Quer V. Ex.^a que possamos fazer as mesmas afirmações sobre um produto absolutamente novo, que desconhecemos, com uma composição química diferente?

Nós não afirmámos, nem se pode deduzir da nossa carta, que achamos prejudiciais para o bom comportamento em trabalhos marítimos as exigências feitas nas normas francesas!

Repetimos, entre um cimento cujo comportamento em água do mar conhecemos e outro, sobre o qual só daqui por uma década poderemos ter opinião idêntica à que hoje temos sobre o nosso actual cimento, não hesitamos em aconselhar aquele que tão bem conhecemos, desde as matérias primas até ao produto final.

O que não está por forma alguma demonstrado é que cimento obedecendo às normas francesas se comporte melhor na água do mar do que outro cimento Portland bem fabricado, cujos elementos nocivos estejam limitados pelas exigências dos diferentes Cadernos de Encargos. Senão vejamos:

Porque é que nenhum outro país perfilhou o critério francês?

Se houvesse vantagem real e palpável os outros países não o teriam adoptado?

Lembre-mos se em França houve e há técnicos de cimento como um Lechatelier, Vicat, Cándlot, Feret, etc. não o foram ou são menos eminentes um Michaelis, Köhl, Schoch, Jancke na Alemanha, um Fairbairn, Butler e Meade em Inglaterra, um Shephard, Rankine, Wright na América, um Tornebohm e Wetzel na Suécia, para não alongarmos a lista que é muito extensa.

Sabe V. Ex.^a que até hoje nenhum investigador conseguiu representar por uma fórmula química a composição do clínquer de cimento; tem sido propostas por cientistas e experimentadores várias fórmulas, nenhuma delas satisfazendo nem em definitivo nem em absoluto. Da fórmula química depende naturalmente a relação entre os componentes e assim para os componentes hidráulizantes foi fixada uma relação conhecida por índice de hidráulicidade (Vicat); mais tarde surgiram no campo da química dos cimentos outras relações denominadas módulo silicioso (Michaelis) e módulo alumino-ferroso (Kühl). Mas todas estas relações indicam somente os limites dentro dos quais cabia a composição química dos aglomerantes hidráulicos, sem visar formular o ótimo dessas relações. Daí, ficar liberdade ao fabricante para procurar por meio de ensaios físicos qual a melhor dessas relações para o seu fabrico.

Por estas razões podemos afirmar que de ciência certa, não podem os Cadernos de Encargos marcar para a relação dos componentes valores rigidamente fixos.

E' de presumir que fôsse este o critério que levou os técnicos dos diferentes países que teem estudado as normas, a França exceptuada, a deixarem livre o módulo de hidráulicidade, limitando-se apenas a fixar a percentagem máxima de SO_3 e MgO . Certamente a França ao fixar o índice de hidráulicidade adoptou uma fórmula química para a composição do clínquer e daí derivou a fixação do limite máximo da alumina.

Nos 3 Cadernos de Encargos publicados de 1930 para cá: as novas normas espanholas (1930), as belgas (1930) e as alemãs (1931), limitam os chamados elementos nocivos da seguinte maneira:

	Espanha	Bélgica	Alemanha
SO_3 máximo	2,5 %	3 %	2,5 %
MgO "	5 "	3 "	5 "

A percentagem máxima da alumina não é fixada nestes Cadernos de Encargos, nem em nenhum outro, exceptuada a França.

Do ensaio a longo prazo (15 anos) que V. Ex.^a conhece na Indo-China francesa, verificou-se que o cimento especial para a água do mar não se comportava melhor do que o cimento para trabalhos não em contacto com a água do mar, pelo contrário. (Veja *Revue des Matériaux de Construction* de Junho de 1922).

Porque é que os franceses readoptaram em 1928 um Caderno de Encargos que na composição química é perfeitamente igual ao de 2 de Junho de 1902 a-pesar-dos enormes progressos que se fizeram nestes 30 anos na técnica dos cimentos?

Será por ainda hoje serem os mesmos, os orientadores de 1902, que diriam: se não lhe faz bem, mal também lhe não faz?

O facto concreto é este: nenhum outro país acompanha a França neste ponto de vista.

Os fracassos que deram brado nos portos de Aberdeen, Dunkerque e Ymuiden que se passaram há muitos anos, aconteceram nos tempos da infância da indústria dos cimentos e porque os construtores desconheciam, como era natural nessa época, os meios profiláticos para combater o ataque dos betons pelas soluções salinas da água do mar. E' curioso que são sempre apresentados estes exemplos quando a literatura se refere ao ataque dos cimentos pela água do mar.

No nosso país, que seja do nosso conhecimento, antes de se fabricar o cimento LIZ nunca foi tão apertado como é hoje o critério dos técnicos do Estado, que presidiu à selecção dos cimentos para a água do mar, contudo a-pesar-da diversidade desses cimentos quanto às suas características químicas e físicas, não nos consta ter havido fracasso que podesse ser imputado a qualidade do cimento.

Muito modernamente e porque pelo Tratado de Versailles foram os alemães obrigados a demolir a fortificação de Helgoland, *apareceu um campo de investigações único, que veio projectar luz a jórros sôbre o tão debatido problema do comportamento do cimento na água do mar.* A demolição começou em 1920 e as conclusões tiradas do exame do comportamento de centenas de milhares de toneladas de cimento de tôdas as proveniências, marcas, composições, que não é demais citar, foram as seguintes:

a) a aptidão com que o cimento resiste a acção da água do mar é tanto maior quanto menos poroso e mais compacto for o beton;

b) a influência da composição química do cimento sôbre o comportamento do beton na água do mar tem muito menos importância do que a solidez e compacidade do beton, que são primordiais;

c) o beton resiste tanto melhor à acção da água do mar quanto maior for a energia com que o cimento endurece, porque assim alcança o beton em menos tempo condições de compacidade e solidez para resistir ao ataque;

d) é de maior vantagem para trabalhos marítimos empregar cimento de elevadas resistências iniciais, do que cimento pouco cosido, como se pensava antigamente. (Veja-se a revista espanhola *Cemento* de Agosto de 1931).

Acêrca dêste assunto é elucidativa a carta do Prof. Dr. Hans Kühl (nome que é escusado apresentar, visto que tôdas as obras e revistas da especialidade o citam a cada passo, tantos são os seus trabalhos de investigação sôbre cimentos) de 14 de Novembro de 1931 em que diz: ⁽¹⁾

«...foi no entanto constatado em absoluto (em Helgoland) que todos os cimentos incluídos os Portland se comportaram perfeitamente sempre que houve o cuidado de fabricar beton compacto.

Nos pontos onde o beton deixava a desejar, fôsse pelo emprêgo de areia fina de dunas ou por outro motivo constatou-se o mau comportamento não só dos cimentos Portland, como também dos cimentos de alto forno pobres em cal. Até há pouco tempo a Comissão Oficial Alemã do Cimento considerava como mais próprios para a água do mar os cimentos pobres em cal. Precisamente em virtude dos ensinamentos que a destruição das fortalezas de Helgoland forneceu, a referida Comissão abandonou o seu ponto de vista e declarou igualmente aptos para trabalhos marítimos os cimentos Portland, os cimentos de alto forno e os cimentos Portland de ferro.»

Sôbre a resposta do Laboratório de Henry Faijã, de que quanto menores forem as percentagens dos elementos nocivos tanto melhor, (embora diga a seguir que não teem sido constatados insucessos com cimentos de mais alta percentagem dêsses componentes) é ela absolutamente razoável, mas para fixar qual o máximo admissível dêsses elementos nocivos é que se teem reunido técnicos da especialidade que elaboraram os diferentes Cadernos de Encargos das várias nações, e V. Ex.^a poderá ver esses limites que foram publicados juntamente com as normas portuguesas no *Diário do Governo* de 28 de Agosto de 1930. Posteriormente a essas, citamos atrás as percentagens máximas admitidas pelas novas normas espanholas, belgas e alemãs.

Chamamos também a atenção muito especial de V. Ex.^a para as páginas 2 e 3 do relatório do Prof. Dr. Hans Kühl, que depois de considerações técnicas acêrca dos elementos nocivos conclue assim:

«...os limites fixados para a magnésia e anidrido sulfúrico estão peçados de um forte coeficiente de segurança; um cimento que ultrapassa um pouco tal limite, está longe de poder ser considerado como aglomerante impróprio...»

Não temos o relatório do Dr. Parissi que êste senhor entregou à Sociedade Italiana, empreiteira do Pôrto de Lisboa, no entanto desde já dizemos a V. Ex.^a que nos era pedido cimento em que

$$\frac{\text{CaO}}{\text{SiO}_2 + \text{Al}_2\text{O}_3 + \text{Fe}_2\text{O}_3} \leq 2$$

⁽¹⁾ Vide Documento n.º 27-A.

Não tivemos dúvida em lhe fabricar 500 toneladas de cimento nessas condições. Esse cimento não foi aplicado porque foi proibido o seu emprego por suspeito; a-pesar-disso o Estado empregava por administração directa em larga escala o cimento LIZ nas obras do pórtico da Figueira da Foz — 7.000 toneladas — e nos portos do Algarve mais de 4.000 toneladas, com os melhores resultados e atestados — mesmo sem falar no caso do Funchal!

O fabrico desse cimento um pouco mais baixo em cal não nos causou embaraços no fabrico normal visto não termos tido necessidade de juntar outras matérias primas. Tecnicamente não concordamos com esta vantagem; sabíamos que a Comissão Official Alemã do Cimento a tinha declarado destituída de fundamento, no entanto, como era coisa simples fizemos a vontade à entidade que afinal não chegou a ser nosso cliente.

O que acabamos de expor a V. Ex.^a é um resumo dos motivos que levou a Comissão das Normas portuguesas, composta pelos Srs. Engenheiros Sousa Galvão, Herculano de Carvalho, Rocha e Melo e António Fernandes a não adoptar as normas francesas. A parte química do Estudo das normas foi proficientemente elaborada pelo professor de química do Instituto Superior Técnico Eng.^o Herculano de Carvalho que melhor que nós poderá aduzir argumentação mais científica, sob o ponto de vista químico. O Eng.^o António Fernandes, do Laboratório Official, e que acaba de assistir ao Congresso de Zurich poderá também apresentar o que de mais moderno se pratica em matéria de ensaios de Materiais de Construção.

Satisfazendo ao pedido de V. Ex.^a junto enviamos uma tabela das composições químicas do cimento LIZ.

De V. Ex.^{as} etc.

Pela *Empresa de Cimentos de Leiria*.

O Director-Delegado,

(a) *Henrique de Sommer*.

Documento n.º 34-A

Análises químicas do cimento LIZ — Médias mensais dos anos 1928-1931

Enviada à Comissão dos Cimentos Nacionais em 16 de Dezembro de 1931

	Perda ao fogo	SiO ₂	Al ₂ O ₃	Fe ₂ O ₃	CaO	MgO	SO ₃
1928	1,05	20,48	6,89	2,91	64,17	2,00	3,11
	0,89	20,90	6,76	3,33	65,00	2,00	2,59
	1,11	21,26	7,00	3,17	63,61	1,48	2,26
	1,31	21,52	7,10	2,91	63,64	2,03	2,32
	1,23	21,70	7,24	3,33	63,85	2,07	1,78
	1,08	21,76	7,59	2,85	62,02	1,42	3,25
	1,02	21,82	6,80	3,33	62,77	2,10	2,45
	0,88	21,42	6,63	3,22	62,33	2,41	1,93
	1,06	20,46	6,60	3,25	62,65	2,28	2,50
	0,98	20,96	7,10	3,17	63,53	2,02	2,50
	0,79	20,94	7,08	3,33	63,81	2,04	2,31
	1,19	22,18	7,00	3,17	63,33	1,86	2,58
	1,20	21,12	6,48	3,17	62,57	2,16	2,24
	1,23	21,22	6,72	3,17	62,69	2,18	2,20
	1,67	21,40	6,84	3,15	62,73	2,10	1,79
1929	1,26	21,62	6,73	3,17	62,01	2,55	2,20
	1,37	21,38	6,68	3,17	63,65	2,05	2,46
	1,26	21,20	6,88	3,17	63,33	1,94	2,05
	0,56	21,94	7,04	3,17	63,17	2,16	1,93
	1,03	21,76	6,80	3,17	63,49	1,84	2,47
	1,18	21,52	7,01	3,09	62,68	1,48	2,59
	0,88	21,33	5,53	3,13	63,84	2,15	2,27
	1,63	21,46	6,69	2,93	63,04	2,16	2,41
	1,12	20,82	7,03	3,01	63,64	2,27	1,98
	1,15	20,31	—	2,64	63,7	2,26	2,21
	1,56	21,12	6,96	2,71	64,44	1,60	1,64
	0,95	21,14	6,58	3,02	64,32	2,06	1,92
	1,02	21,44	6,76	3,02	64,18	2,04	1,63
	0,92	21,28	6,74	3,07	63,76	2,08	2,14
	1,16	20,86	6,67	3,17	64,10	2,05	1,77
1930	1,04	20,67	6,85	2,83	64,81	2,26	2,02
	1,14	20,90	6,84	3,09	64,12	2,09	1,80
	0,99	20,74	7,47	2,37	63,77	2,14	1,60
	1,25	20,57	6,62	2,76	64,73	2,04	1,75
	1,12	20,88	7,12	2,28	64,60	2,26	1,78
	1,09	20,52	6,71	2,60	65,39	2,26	1,59
	1,41	19,98	7,07	2,45	65,02	2,17	1,44
	1,59	20,28	6,44	2,85	65,24	2,15	1,36
	1,27	20,83	7,57	2,10	64,27	2,27	1,57
	0,94	20,75	7,30	2,91	64,46	2,27	1,59
	0,95	21,07	6,91	2,92	64,24	2,26	1,67
	1,13	20,70	7,06	2,85	64,12	2,13	1,66
	1,05	21,24	7,14	2,85	63,89	2,19	1,67
	1,28	20,98	7,12	2,74	63,90	2,13	1,84
	0,94	21,35	7,15	2,92	63,69	2,26	1,69
1931	1,00	21,02	7,37	2,63	63,82	2,16	1,81
	0,88	21,21	6,96	2,96	63,79	2,15	1,89

ANEXO 7**Serviço Central: Ordem de Serviço da ECL nº41. AHFML****LOUVOR**

Tendo o operário nº 76 – Manuel Coelho Cristino da Fábrica de Cimento, executado, há cinco anos, quando trabalhava no Laboratório uma série de cubos de betão, no Porto de Leixões, para ensaios de imersão a longo prazo, na água do mar, e tendo sido agora retirados da doca de Leixões, os últimos cubos, constatou-se, bem como nos retirados anteriormente, que o betão foi confeccionado com o maior cuidado, tendo uma boa capacidade e havendo uma perfeita regularidade na distribuição dos componentes: cimento, areia e pedra britada.

Este facto foi notado pelo Laboratório Oficial de Ensaios, em Lisboa, e mereceu lisonjeira referência.

Considerando, também, que o referido operário, nessa época tinha apenas 17 anos, e que o seu trabalho em Leixões não pôde se fiscalizado com continuidade, estando quasi entregue a si próprio, determino que o operário Manuel Coelho Cristino seja louvado pelo cuidado posto no cumprimento das determinações superiores, executando estes cubos que se destinavam a um ensaio muito importante, de prova pública e oficial das boas qualidades do cimento Liz para trabalhos marítimos.

Maceira, 4 de Novembro 1936,

Empresa de Cimentos de Leiria

assinada pelo Engenheiro Director da Fábrica,

José Osório Rocha e Melo

FONTES DOCUMENTAIS BIBLIOGRAFIA

1. Fontes Primárias

1.1. Arquivo Histórico Fábrica de Maceira-Liz (AHFML)

Anotações pessoais do Eng. José Osório Rocha e Mello

Mello, José Osório da Rocha e. *Notas Industriais. Ante Projecto de Empreza*, Documento manuscrito a caneta, em formato A5, paginado, 1918- 1919.

Mello, José O. da Rocha e. 1923, *Relatório sobre fabricação nos meses de Julho, Agosto e Setembro 1923 dirigido à Direcção da Empresa de Cimentos de Leiria*. Documento manuscrito.

Mello, José Osório Rocha e. *Agenda Pessoal de Rocha e Mello de 1931*. Preenchida de 6 de janeiro, com alguns hiatos no início, último dia escrito 18 de junho 1931. Documento manuscrito a lápis, formato A6.

Cadernos do Administrador Gastão Benjamim Pinto

Pinto, Gastão Benjamim. *Caderno I*, documento em formato A5, manuscrito a caneta, folha de rosto: 1921-1932.

Pinto, Gastão Benjamim. *Caderno II*, documento em formato A5, manuscrito a caneta folha de rosto: 1931-1938.

Pinto, Gastão Benjamim. *Caderno IIA*, documento em formato A5, manuscrito a caneta, folha de rosto, sem paginação: 1918-1927.

Pinto, Gastão Benjamim. *Caderno III*, documento em formato A5, manuscrito a caneta folha de rosto: 1938-1944.

Pinto, Gastão Benjamim. *Caderno IV*, documento em formato A5, manuscrito a caneta, paginado: 1944-1956.

Pinto, Gastão Benjamim. *Caderno V*, documento em formato A5, manuscrito a caneta, paginado: 1956-1964.

Documentos da Direção da Fábrica e Copiadores manuscritos de Documentação Oficial

ECL. *Análises anteriores à Constituição da Empresa de Cimentos de Leiria, que se prendem com o estudo preliminar da Fabricação*. Volume encadernado, manuscrito a caneta de tinta permanente, tamanho A4. ECL. S.d.

ECL. *Boletim de Ensaios do Cimento “LIZ” feitos em Laboratórios Oficiais*. Volume encadernado, manuscrito a caneta de tinta permanente, tamanho A4, não paginado. ECL: s.d.

ECL *Reuniões da Direcção da Fábrica*. Volume encadernado, manuscrito a caneta de tinta permanente, tamanho A4, numerado: 1924-1926.

ECL. *Notas do Laboratório em 1937-1938-1939*, Volume encadernado, dactilografado, tamanho A4, sem numeração.

ECL. *Ensaaios especiais de cimentos estranhos*, Vol. encadernado, manuscrito a caneta, tamanho A4, s/d.

ECL. *Estudos Preliminares. Trabalhos anteriores à constituição da ECL que se prendem com o Estudo preliminar da Fabricação*. Livro A4 manuscrito a Caneta.

Granger, Amável. *Relatório do Laboratório em 1920-1923. Ensaaios de Cimentos e de Betões “Ensaaios de Betões (1929-1940)*. Volume encadernado, manuscrito a caneta de tinta permanente, tamanho A4, numerado em romano à mão (início I a LVII), paginado, (1923).

Assinatura ilegível. «Relatório sobre ensaios do Cimento Leiria (Portugal) 18 de Jan. 1927», (1927), em *Boletim de Ensaaios de Cimento «LIZ» feitos em Laboratórios Oficiais*, ECL, Documento encadernado A4, manuscrito a caneta, não paginado.

Assinatura ilegível. «Relatório sobre ensaios do Cimento Leiria (Portugal) 25 de Jan. 1927», (1927), em *Boletim de Ensaaios de Cimento «LIZ» feitos em Laboratórios Oficiais*, ECL, Documento encadernado A4, manuscrito a caneta, não paginado.

Assinatura ilegível. «Relatório sobre ensaios do Cimento Leiria (Portugal) 15 Fev. 1927», (1927) em *Boletim de Ensaaios de Cimento «LIZ» feitos em Laboratórios Oficiais*, ECL, Documento encadernado A4, manuscrito a caneta, não paginado.

Aubi, G. e G. J Hendrickx. «Boletim de Ensaaios Físicos,14-03-1927». *Laboratoire du Siège Social*, Paris, 1927. Em *Boletim de Ensaaios de Cimento «LIZ» feitos em Laboratórios Oficiais*, ECL, Documento encadernado A4, manuscrito a caneta, não paginado.

Aubi, G., e G. J Hendrickx. «Análise Cimento Liz, 24-06-1926». *Etablts Poliet & Chausson, Laboratoire de Siège Social*, Paris, 1926. Em *Boletim de Ensaaios de Cimento «LIZ» feitos*

- em Laboratórios Oficiais*, ECL, Documento encadernado A4, manuscrito a caneta, não paginado.
- Aubi, G., e G. J Hendrickx. «Boletim de Ensaios Físicos, 13-12-1926». *Laboratoire du Siège Social*, Chefe do Laboratório. Paris, 1926. Em *Boletim de Ensaios de Cimento «LIZ» feitos em Laboratórios Oficiais*, ECL, Documento encadernado A4, manuscrito a caneta, não paginado.
- Butler, B. «Relatório sobre ensaios do Cimento “Liz”. Executado para a ECL, Lisboa», 1925, em *Boletim de Ensaios de Cimento «LIZ» feitos em Laboratórios Oficiais*, ECL, Documento encadernado A4, manuscrito a caneta, não paginado.
- Cellerier T. «Procès – Verbal n° de l’Éssai n° 51 240. Demandé par monsieur de Sommer, Administ. de la S^{te} ECL». Cópia do documento original impresso em três bandas de papel, tendo assinatura do Diretor do Laboratório de Ensaios, autenticado por carimbo com efígie da República Francesa, com o dístico seguinte: *Conservatoire National des Arts et Métieres RFRF Laboratoire d’Essais*, 1926. Em *Boletim de Ensaios de Cimento «LIZ» feitos em Laboratórios Oficiais*. ECL, Documento encadernado A4, manuscrito a caneta, não paginado.
- Granger, Amável. «Ensaios de Cimentos e Betões». Em *Relatório do Laboratório em 1920-1923*. XVII e XVIII, Vol. encadernado, manuscrito a caneta, tamanho A4, 6 de julho (1923).
- Fleury, Ernest. «Rapport Complémentaire sur les Conditions d’Alimentation en eau de l’Unsiue à Ciment de Vale da Gunha (Maceira de Leiria)». Cópia do documento original, folheto de 18 páginas dactilografadas tendo assinatura a tinta, 29 de Outubro (1920). Em *Boletim de Ensaios de Cimento «LIZ» feitos em Laboratórios Oficiais*, ECL, Documento encadernado A4, manuscrito a caneta, não paginado.
- Fleury, Ernest. «Rapport Géologique et Hydrologique sur un project d’instalation d’une usine de ciment das la zone Liasique de Maceira 14 Juillet 1919», Cópia do Documento original, 12 páginas dactilografadas, tendo assinatura a tinta. Em ECL, *Análises Anteriores à Constituição da Empresa de Cimentos de Leiria que se prendem com o Estudo Preliminar da Fabricação*, Documento encadernado A4, manuscrito a caneta, não paginado. ECL: s.d.
- Fleury, Ernest. «Rapport sur les Nouveaux Puits de Vale da Gunha», Cópia do documento original, folheto de 10 páginas dactilografadas tendo assinatura a tinta (1921). Em ECL, *Boletim de Ensaios de Cimento «LIZ» feitos em Laboratórios Oficiais*, Documento encadernado A4, manuscrito a caneta, não paginado.

- Grün, Richard. «Boletim de Ensaio. Resultado de Ensaio de Cimento “Liz”». Tradução do Documento Original, (1925). Em *Boletim de Ensaaios de Cimento «LIZ» feitos em Laboratórios Oficiais*, Documento encadernado A4, manuscrito a caneta, não paginado, ECL.
- Heindrickx, Jean. «Notes sur la Fabrication du Ciment Portland artificiel (a suivre)». *Le Ciment*, Mars, Vingt- Cinquième Année, nº 3, (1920): 86-87; Avril, Vingt- Cinquième Année, nº 4, (1920): 116-126; Mai, Vingt- Cinquième Année, nº 5, (1920): 150-158; Juin, Vingt- Cinquième Année, nº 6, (1920): 184-188; Juillet, Vingt- Cinquième Année, nº 7 (1920), 218-220.
- Kühl, Hans. «Relatório sobre ensaios do Cimento *Portland* “Liz”: executado para a ECL, Lisboa», (1924). Em *Boletim de Ensaaios de Cimento «LIZ» feitos em Laboratórios Oficiais*, ECL, Documento encadernado A4, manuscrito a caneta, não paginado.
- Kühl, Hans. «Relatório sobre 3 amostras de pedra feito pela firma G. Polysius de Dessau, fundição e fábrica de máquinas». Laboratório Técnico de Cimentos Dr. Wilhelm Michaëlis, Berlim – Lichterfelde, 1919. Em *Análises anteriores à constituição da Empresa de Cimentos de Leiria, que se prendem com o estudo preliminar da Fabricação*. Volume encadernado, manuscrito a caneta de tinta permanente, tamanho A4., s.p., ECL.
- Rodrigues, Teotónio dos Santos Rodrigues. «Boletim de Ensaaios nº62. Resultado dos Ensaaios feitos no Laboratório de Resistência de Materiais com cimento de Marca “Liz”». Cópia do Documento Original, folha impressa e preenchida à mão. Tem selo em branco da Faculdade Técnica da Universidade do Porto, (1923). Em *Boletim de Ensaaios de Cimento «LIZ» feitos em Laboratórios Oficiais*, ECL, Documento encadernado A4, manuscrito a caneta, não paginado.
- Rodrigues, Teotónio dos Santos. «Ensaio de Cimentos. Boletim nº102». Cópias do documento originais apresentados em folhas soltas impressas e preenchidas à mão. Cada uma com selo branco da Faculdade Técnica da Universidade do Porto (1923). Em *Boletim de Ensaaios de Cimento «LIZ» feitos em Laboratórios Oficiais*, ECL, Documento encadernado A4, manuscrito a caneta, não paginado.
- Sequeira, José V. Duro Sequeira. «Certificado de Ensaio de Material – Cimento «Liz» - Laboratório de Ensaio e Estudo de Materiais. Cópia do documento apresentado em folha de papel selado manuscrito (1925). Em *Boletim de Ensaaios de Cimento «LIZ» feitos em*

Laboratórios Oficiais, Documento encadernado A4, manuscrito a caneta, não paginado, ECL.

Sequeira, José V. Duro. «Certificado de Ensaaios do Material», Cópia do Documento Original em folha de papel selado escrito à mão. Tem sêlo em branco da Direção de Estudos e Ensaaios de Materiais de Construção (1923). Em *Boletim de Ensaaios de Cimento «LIZ» feitos em Laboratórios Oficiais*, Documento encadernado A4, manuscrito a caneta, não paginado, ECL.

Weerkunad, «Boletim de Ensaio. Serviço de Ensaaios da Estação Experimental do Estado Belga». Cópia do Documento Original. Apresentado em folha solta impressa e escrita à mão com as armas reais belgas impressas no topo da folha. Tem carimbo do *Service des Essais du Ministère des Chemins de Fer*, 1924. Em *Boletim de Ensaaios de Cimento «LIZ» feitos em Laboratórios Oficiais*, ECL, Documento encadernado A4, manuscrito a caneta, não paginado.

Documentos consultados no Memorial

Memorial foi a designação dada no AHFML à compilação de documentação recolhida e organizada por Zaida Lopes, a última visitadora da ECL. Tratam-se de dois dossiers indiciados que contêm documentação variada:

«Na Maceira Empresa de Cimentos de Leiria. Imponentes Festejos», *Correio da Manhã*, 23 de junho, 1927, em *Memorial*. Doc. nº119.

«Visita à Fábrica da Empresa de Cimentos de Leiria», *Revista da Associação dos Engenheiros Cíveis Portugueses*, nº 650, janeiro-fevereiro 1929, em *Memorial*, Doc. nº 125.

«A Fábrica de Cimentos de Leiria rivalizando com o estrangeiro, um belo esforço criador e uma grande ânsia de melhoramentos e progresso», *Indústria Portuguesa*, janeiro (1929), 52-58, em *Memorial*, Doc. nº 126.

«A excursão dos engenheiros civis do Norte de Portugal. A visita à Fábrica de Cimento «Liz», perto de Leiria, uma peregrinação à Batalha, etc.», *Jornal de Notícias do Porto*, 1 de maio 1930, em *Memorial*, Doc. nº 130.

«Um grande exemplo. A Empresa de Cimentos de Leiria comemorou festivamente a passagem do seu 10º Aniversário», *Novidades*, 5 de maio 1933, em *Memorial*, Doc. nº 135.

- «A obra do Estado Novo. O Governador Civil de Leiria preside à inauguração de um edifício escolar», *Diário da Manhã*, 17 de novembro de 1933, em *Memorial*, Doc. nº 299.
- «Cabo Mondego», *A Voz da Justiça*, 20 setembro 1933, em *Memorial*, Doc. nº 267.
- «A ‘Casa do Pessoal’ da Empresa de Cimentos de Leiria», *O Século*, 29 de outubro de 1934, em *Memorial*, Doc. nº137A.
- «A ‘Casa do Pessoal’ da Empresa de Cimentos de Leiria», *O Jornal do Comércio e das Colónias*, 30 de outubro de 1934, *Memorial*, Doc. nº 210.
- «Na cidade do Cimento. Impressões de uma visita a Maceira», *Diário de Notícias*, 29 de outubro 1934, em *Memorial*, Doc. nº137.
- «Em Leiria o Delegado do Instituto Nacional do Trabalho Sr. Dr. Bento Caldas visitou as instalações do ECL» (1934), em *Memorial*, Doc. nº106.
- «Uma bela iniciativa. Inaugurou-se uma Casa para o Pessoal da Empresa de Cimentos de Leiria», *Diário de Lisboa*, 28 de outubro 1934, em *Memorial*, Doc. nº 211.
- «Uma grande obra: a Casa de Pessoal da Fábrica de Cimentos de Leiria foi ontem inaugurada com a assistência do Sub-Secretário das Corporações», *Diário da Manhã*, 29 de outubro 1934, em *Memorial*, Doc. nº 213.
- «Na visita à Fábrica de Cimentos da Maceira, fizeram-se afirmações de fé no Estado Novo», *O Século*, 15 de abril 1936, em *Memorial*, Doc. nº 142.
- «Na Fábrica de Cimentos de Leiria foi ontem inaugurada uma nova instalação industrial. Às cerimónias revestidas de imponente, assistiram representantes do Governo e da Câmara de Leiria de os ilustres prelados de Leiria, Porto e Lamego», *A Voz*, 4 de maio de 1938, em *Memorial*, Doc. nº 149.
- «Uma modelar organização industrial. Foram inauguradas as novas instalações da Fábrica de Cimentos de Leiria», *Diário da Manhã*, 6 de maio, 1938, em *Memorial*, Doc. nº 152.
- «A ECL festejou solenemente o décimo quinto aniversário da sua fundação. À inauguração da nova fábrica assistiram os Srs. Bispos de Leiria, Porto e Lamego e o representante do Sr. Ministro do Comércio», *Novidades*, 4 de maio 1938, em *Memorial*, Doc. nº 148.
- Campos, Agostinho de. «Num Arrabalde da Utopia». *Comércio do Porto*, 18 de outubro 1938, em *Memorial*, Doc. nº 222.
- «‘Cimentos’ - Federação das Caixas de Previdência. Foi ontem dada posse aos respetivos corpos gerentes», *Diário de Notícias*, 30 de junho 1939, em *Memorial*, Doc. nº 157.

- Carta de Rocha e Mello a Gastão Benjamim Pinto, de 3 de julho de 1923, em *Memorial*, Doc. nº 179.
- Carta da Direção da ECL ao Diretor Técnico da Fábrica, 27 de junho de 1925, em *Memorial*, Doc. nº 252.
- Carta da Direção da ECL ao Director Técnico da Fábrica, 21 de outubro de 1927, em *Memorial*, Doc. nº300. AHFML.
- Carta da Direção da ECL ao Director Técnico da Fábrica, 10 de janeiro de 1928, em *Memorial*, Doc. sem numeração.
- Carta da Direção da ECL ao Diretor Técnico da Fábrica, 23 de janeiro de 1928, em *Memorial*. Doc. nº 224.
- Carta da Direção da ECL ao Director Técnico da Fábrica, 25 de abril de 1929, em *Memorial*, Doc. nº 251.
- Carta da Direção Técnica da Fábrica de Maceira-Liz à Direção Geral da Liga Independente Católica, 5 de maio de 1949, em *Memorial*, Doc. nº 297.
- Cópia do Alvará da ECL, que terá sido publicado no «Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência», nº 23 de 31 de outubro de 1934, em *Memorial* Doc. nº 48.
- Cópia do Diário do Governo nº 23, 2ª série, de 27 de janeiro de 1934, em *Memorial*, Doc. nº256.
- ECL, *Estatutos da «Fundação da Família Sommer»*, 1936, em *Memorial*. Doc. nº8.
- ECL, *Estatutos da Casa do Pessoal da ECL*, 1935. (elaborados com base no Decreto-Lei nº23 051 de 23 de setembro de 1933, criação de Casas do Povo) 3-4, em *Memorial*, Doc. nº 07.
- ECL, *Lista do Pessoal da ECL designado a participar no Cortejo do Trabalho Nacional*, 9 de junho 1935, em *Memorial*, Doc. nº 289.
- ECL, Ofício da Direção da ECL, 5 de junho 1935, dirigido à Direção da Casa do Povo de Maceira-Liz, em *Memorial*, Doc. nº 215.
- ECL, *Programa dos Festejos da Entronização do Sagrado Coração de Jesus*. 19 de junho 1927, em *Memorial*, Doc. nº 76.
- ECL, *Grupo de Recreio e Desportos do Operariado da ECL. Regulamento Provisório*, 9 de setembro de 1929, em *Memorial*, Doc. nº 247.
- ECL, Ordem de Serviço nº 68. *Grupo de Recreativo da ECL*. 1 de outubro 1932, em *Memorial*, Doc. nº 249.
- ECL, Ordem de Serviço nº 9, *Assunto: Inauguração da Escola Primária*. Assinado por Amável Granger, em *Memorial*, Doc. nº 225. (Data impercetível).

ECL, *Programa dos Festejos da primeira apresentação da Tuna dos empregados da ECL em 1930*, em *Memorial*, Doc. nº 248.

ECL, *Regulamento para os Guardas da Fábrica*, 1927, em *Memorial*, Doc. nº 290.

ECL, *Estatutos da Sociedade de Tiro nº 64 da Casa de Pessoal da ECL*, Casa de Pessoal da ECL (Casa do Povo Decreto nº 23051) Leiria, Imp. Comercial, 1937, em *Memorial*, s. nº.

ECL, *Regulamento Interno da Fábrica*, 1925, em *Memorial*, s. nº.

ECL, *Os Amigos da Escola*, Casa de Pessoal da ECL (Casa do Povo Decreto nº 23051), Nazaré, Casa “Alcoa”, s. d. em *Memorial*, s. nº

ECL, *Conjunto de folhas com dados sistematizados por ordem cronológica sobre a evolução ECL*, Documento A5 manuscrito a caneta, sem paginação: (1919-1945).

Mello, José Osório da Rocha e. «As Indústrias Portuguesas. A Fábrica de Cimento “Liz”», *Sciencia e Indústria*, setembro, (1926), 209-210, em *Memorial*, Doc. nº 113.

Pinto, Gastão Benjamim. *Relatório da Gerência de 1924*, 1924, em *Memorial*, s. nº

Sommer, Henrique. Nota. *Diário da Manhã*, 10 de novembro de 1936, em *Memorial*, Doc. 140.

Documentos consultados no restantes AHFML

«Um empreendimento industrial que honra o nome português. A grande fábrica de cimentos de Leiria. Rivaliza com as melhores da Europa na grandeza das instalações, na perfeição dos maquinismos e na qualidade dos produtos obtidos. Uma formidável obra de patriotismo e de valorização económica», *A Época*, 4 de maio 1923.

«A cerimónia de inauguração da Fábrica de Cimentos de Maceira», *Diário de Lisboa*, 5 de maio de 1923.

«Um patriótico empreendimento. A Empresa de Cimentos de Leiria, a melhor fábrica de cimentos da Europa, sob o ponto de vista dos maquinismos, encontra-se em laboração na Maceira», *Diário de Notícias* de 5 de maio 1923.

«A indústria em Portugal. A cerimónia da inauguração da Fábrica de Cimentos da Maceira», *Diário de Lisboa*, 5 de maio de 1923.

«As grandes iniciativas. A Empresa de Cimentos de Leiria. Foi ontem inaugurada importantíssima fábrica da Maceira. A bênção solene do estabelecimento e das máquinas». *O Mensageiro*, 19 de maio de 1923, nº142, Ano IX.

«Empresa de Cimentos de Leiria. A solene inauguração da grandiosa Fábrica de Maceira», *O Mensageiro*, 19 de maio de 1923, nº142, Ano IX.

«Imponente Manifestação de fé! Mais de 80 000 pessoas na Cova de Iria! A atitude das autoridades e os católicos! Soberbo e impressionante espectáculo! O que vimos», *O Mensageiro*, 19 de maio de 1923, nº142, Ano IX.

«A Casa do Pessoal da ECL é inaugurada com pompa e circunstância, em 28 de outubro de 1934, pelo Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência, Teotónio Pereira», *Ecos do Século XX*, 78.

Anónimos. *Panfleto distribuído no período Republicano sobre a Fábrica de Cimento da ECL*
Assinado por: Um Grupo de Republicanos Radicais, (s. d.).

Acto da Consagração da Fábrica ao Sagrado Coração de Jesus em 1927. Transcrição da cópia atualizada desta Oração, cedida em 2008, por Ana Lúcia Santos, funcionária da Cimento Maceira e Pataias (CMP).

Pinto, Gastão B. *Relatório da Gerência de 1924*, 1924. Documento manuscrito a caneta.

Correspondência

Carta de Rocha e Mello a Gastão Benjamim Pinto, de 3 de julho de 1923.

Carta de Rocha e Mello a Gastão Benjamim Pinto, de 15 de agosto de 1923.

Carta do Diretor da ECL, Henrique Sommer, a Rocha e Mello, 6 de agosto de 1934 Assunto: Organização da futura Casa do Pessoal da ECL.

Carta da ECL ao Delegado do INTP de Leiria, de 22 de janeiro de 1934.

Carta da ECL ao Delegado do INTP de Leiria, 11 de setembro de 1934. Assunto: Horários de trabalho, adequação ao Decreto-Lei nº 24 402 de 24 de Agosto 1934.

Carta da ECL ao Delegado de Leiria do INTP, 11 de dezembro de 1934. Assunto: Exposição dos horários de trabalho, necessidade de haver laboração contínua.

Carta do Delegado do INTP de Leiria, Bento Caldas, ao Engenheiro Diretor da ECL, Rocha e Mello, 11 de janeiro de 1934.

Carta do Delegado do INTP de Leiria, Bento Caldas, ao Diretor da ECL, 23 de janeiro de 1934.

Carta do Delegado do INTP de Leiria, Bento Caldas, à ECL, manuscrita, 27 de janeiro de 1934.

Carta da Presidência do Conselho do INTP à ECL, 21 de dezembro de 1934. Assunto: Em referência à exposição da ECL, acaba de receber um ofício do INTP comunicando que por despacho do corrente mês pode a ECL regular a sua situação nas condições propostas.

Carta (Cópia) do Ministério do Comércio e Indústria, Gabinete do Ministro (Chefe de Gabinete A. Cancela de Abreu) ao Sr. Administrador Delegado da ECL, 14 de junho de 1934.

Carta dos serviços de imprensa do SPN, Ass. por Silva Dias, à Direção da ECL, 5 de agosto de 1939.

Ordens de Serviço

ECL. Ordem de Serviço nº50 de 4 de agosto de 1932.

ECL. Ordem de Serviço nº 68. *Grupo de Recreativo da ECL*. 1 de outubro 1932.

ECL. Ordem de Serviço nº61 de 6 de outubro de 1932.

ECL. Ordem de Serviço nº 23, setembro de 1933. Assinado, José O. Rocha e Mello.

ECL. Ordem de Serviço nº 43, 29 dezembro de 1933. Assinado, José O. Rocha e Mello.

ECL. Ordem de Serviço nº24 de 31 de julho de 1934.

ECL. Ordem de Serviço nº40 de 12 de outubro de 1934.

ECL. Ordem de Serviço nº41 de 19 de outubro de 1934.

ECL. Ordem de Serviço nº42 de 26 de outubro de 1934. Programa das Festas de Inauguração da Casa do Pessoal.

Fontes online

ECL. *Pedras de Portugal*. Documentário de divulgação da Fábrica de Maceira-Liz, realizado por Manuel Vieira, aquando da visita do Ministro Gustavo Cordeiro Ramos a Maceira-Liz. 21 dezembro 1932. Disponível na página do AHFML desde 12-01-2019: <https://www.youtube.com/watch?v=8Kegd3cISRg>

Fontes Primárias Impressas pela ECL

ECL, *O Emprego dos Cimentos Nacionais nas Obras dos Portos de mar. Documentário relativo ao Cimento Liz*. Coimbra: Coimbra Editora, 1932.

ECL, *Subsídios para o Relatório da Direção e Relatório da Direção relativos ao ano de 1936*, Casa do Pessoal da ECL (Casa do Povo Decreto nº 23051), Lisboa, Tip. Rosa Lda., 1937.

ECL, *Subsídios para o Relatório da Direção e Relatório da Direção relativos ao ano de 1937*, Casa do Pessoal da ECL (Casa do Povo Decreto nº 23051), Lisboa, Verol &C^a, s. d.

ECL, *Regulamento da Caixa de Previdência do Pessoal da Empresa de Cimentos de Leiria*, s. l.: INTP, 1939.

ECL, *Breve descrição das Instalações Fabris e Sociais da Empresa de Cimentos de Leiria*, 1948. Formato A5. Publicação editada pela ECL.

ECL, *Jornal Cimento*, nº1-3. Edição da ECL. (1951).

Granger, Amável. «Presença de Henrique Sommer», *Cimento* nº1, 3 janeiro 1951.

Mello, José O. Rocha. «Evocando Henrique de Sommer». *Cimento*, nº1, 3 janeiro, 1951.

Pinto, Gastão Benjamim. «Como nasceu Maceira», *Cimento*, nº1, 3 janeiro, 1951.

Polysius, (s. d.). *Álbum da Empresa Polysius - Montagem da Fábrica de Maceira-Liz*, 1923.

Fontes Primárias Impressas existentes no AHFML

«Uma grande Obra Social na Fábrica de Maceira Lis». Em *Roteiro Turístico do Distrito de Leiria*, coord. Pedro Muralha, 175. Leiria: Tipografia Leiriense Lda., 1946.

Esselborn, Carlos. *Tratado General de Construcción*, Vol. II, Buenos Aires: Ed. Gustavo Gili, 1928.

SECIL, *SECIL Companhia Geral de Cal e Cimento SARL*. Lisboa: Ed. SECIL, 1962.

Fontes Biblioteca da Casa de Pessoal

Leite, João Pinto da Costa. *A Doutrina Corporativa em Portugal*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1936.

Desenhos

ECL - 62 - Desenhos da Capela da Fábrica de Maceira-Liz, Planta, cortes e alçados. s. d., s.a.

ECL – 134. Projeto da Casa Sindical do Pessoal da ECL. Plantas. Desenho nº134. 1933.

ECL – 135. Projeto da Casa Sindical do Pessoal da ECL. Alçados. Desenho nº135. 1933.

ECL - 136. Projeto da Casa Sindical do Pessoal da ECL. Cortes e Alçado. Desenho nº136. 1933.

ECL – 657. Esquema da Organização social da ECL em Maceira-Liz Cartaz - Exposição Distrital de Leiria de 1940.

ECL - 642 _ 9-2-1942 - Gráfico dos Castigos do Pessoal.

Mello, José O R. e. Basílica de Fátima. Detalhe da abóbada da nave central. Planta e cortes Esc. 1:100, 04-10-1939. Assinado, José Rocha e Mello.

Fontes consultadas no AHFML em julho 2016

Toda a documentação que consultei em julho, agosto e setembro de 2016 foi, entretanto, novamente indiciada e reagrupada numa fase posterior à consulta feita por mim, como tal foi elencada na

listagem das fontes consultadas no AHFML, mas sem as cotas que, entretanto, lhe foram atribuídas aquando da sua reorganização.

PT AHFML FML-P02-SA04-0634 Maço 0939. Assunto: Ordens de Serviço. dezembro 1922 - dezembro 1959 (Produção).

Copiador de Cartas de Nuno Castro Pereira. Volume A4, dactilografado. - janeiro 1936_abril 1946. 4008_Caixa 328.

Carta do Diretor da ECL, Henrique Sommer, a Nuno Castro Pereira, 16 de janeiro 1936. Copiador de Cartas de Nuno Castro Pereira.

1.2. Arquivo da Administração do Porto Douro-Leixões (APDL)

JAIMPDL, *Relatório e Contas sobre o Exercício do Ano Económico de 1918*. Porto: Oficinas de O Comércio do Porto, 1919.

JAIMPDL, *Relatório e Contas sobre o Exercício do Ano Económico de 1920*. Porto: Oficinas de O Comércio do Porto, 1921.

JAIMPDL, *Relatório e Contas sobre o Exercício do Ano Económico de 1921*. Porto: Oficinas de O Comércio do Porto, 1923.

JAIMPDL, *Relatório e Contas sobre o Exercício do Ano Económico de 1922*, Porto: Oficinas de O Comércio do Porto, 1924.

JAIMPDL, *Relatório e Contas sobre o Exercício do Ano Económico de 1923*. Porto: Oficinas do Comércio do Porto, 1926.

JAIMPDL. *Relatório e Contas sobre o Exercício do Ano Económico de 1924*. Porto: Oficinas de O Comércio do Porto, 1926.

JAIMPDL. *Relatório e Contas sobre o Exercício do Ano Económico de 1925*. Porto: Oficinas de O Comércio do Porto, 1927.

JAIMPDL. *Relatório e Contas sobre o Exercício do Ano Económico de 1926*, (Douro-Leixões). Porto: Oficinas do Comércio do Porto, 1928.

JAIMPDL. *Relatório e Contas sobre o Exercício do ano económico de 1927 e 1º Semestre de 1928*. Porto: Oficinas do Comércio do Porto, 1932.

JAIMPDL. *Relatório e Contas sobre o Exercício do Ano Económico de 1928-1929*. Porto: Oficinas do Comércio de Porto, 1934.

- JAIMPDL. *Relatório e Contas sobre o Exercício de 1929-1930*. Porto: Tipografia Instituto dos Surdos Mudos, 1935.
- APDL. *Relatório e Contas sobre o Exercício do Ano Económico de 1931-1932*. Porto: Tipografia Instituto de Surdos-Mudos, 1937.
- APDL. *Relatório e Contas sobre o Exercício do Ano Económico de 1932-1933*. Porto: Tipografia do Instituto dos Surdos Mudos, 1938.
- APDL. *Relatório e Contas sobre o Exercício do Ano Económico de 1933-1934*, Porto: Imprensa Comercial, 1938.
- MOPC e APDL. *Relatório e Contas sobre a Gerência do Ano Económico de 1936*. Porto: Imprensa Comercial, 1939.
- MOPC e APDL. *Relatório e Contas sobre a Gerência do Ano Económico de 1937*. Porto: Imprensa Social, 1939.
- MOPC e APDL. *Relatório e Contas sobre a Gerência do Ano Económico de 1938*. Porto: Imprensa Social, 1940.
- MOPC – APDL. *Relatório e Contas sobre a Gerência do Ano Económico de 1939*, Porto, Imprensa Diário do Porto Lda., 1941.
- MOPC -APDL. *Relatório e Contas sobre a Gerência do Ano Económico de 1940*, Porto, Imprensa Social, 1943.

1.3. Fontes de Espólios Privados

Espólio Privado da Família Rocha e Mello

- Mello, José Osório da Rocha. *Notas Diárias e Despesa*. Caderno A5 de capa preta, redigido a caneta. Espólio Família Rocha e Mello. Período entre 14 agosto e 16 de setembro de 1919, s.p. Anotações das despesas diárias a apresentar a Henrique Sommer. Espólio Família Rocha e Mello.
- «Quatro n'um automóvel», dois álbuns de fotografias, postais e itinerário da viagem, realizada por Rocha e Mello, a esposa Alcina Vilhena Rocha e Mello acompanhadas de duas senhoras não identificadas, início da viagem 13 de junho 1935. Espólio da Família Rocha e Mello.
- Castro, António Paes de Sande. *A Granja de todos os tempos*. Gaia: Ed. Câmara Municipal de Gaia, 1973.

Espólio Privado Família Silva Correia

Correia, Joaquim Manuel da Silva. *Caricaturas 1929-1974*. (ordenadas cronologicamente)

Espólio Privado da Família Leal de Faria

Faria, João Leal de. *Ao Recordar o Mestre (o Engº Rocha e Mello dos Cimentos)*. Documento não publicado, espólio da Família Leal de Faria, sem paginação, 1992.

Espólio Privado da Família Granger

Caixa de Fotografias.

Espólio privado Cónego Luciano Cristino

Boletim da Diocese de Leiria- 1924-1936.

«Código Social. Esboço duma síntese social católica (continuação)». *Boletim da Diocese de Leiria*, Ano IX nº3 março (1932): 57-65.

«Código Social. Esboço duma síntese social católica». *Boletim da Diocese de Leiria*, Ano VIII, nº6 junho (1931): 154-155.

«Exposição sobre o trabalho aos Domingos na Fábrica da Empresa de Cimentos de Leiria», em *Boletim da Diocese de Leiria*, Ano I, nº 9, setembro (1924): 230-234.

«Inauguração da Capela da Fábrica de Cimentos-Liz – na Maceira», em *Boletim da Diocese de Leiria*, Ano VII, nº 11 e 12, novembro-dezembro de (1930): 311-313.

«Consagração ao Sagrado Coração de Jesus da Fábrica de Operários da Empresa de Cimentos Liz, da Maceira, no dia 19 de junho de 1927», em *Boletim da Diocese de Leiria*, Ano IV, nº 7, julho (1927): 163-171.

1.4. Arquivos Públicos

Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (AHMOP)

Processo Individual de José Victor Duro Sequeira.

Processo Individual de Teotónio dos Santos Rodrigues.

Processo Individual de António Maria Fernandes (1920-1934).

Núcleo de Arquivo do Instituto Superior Técnico (NAIST)

Documentação do Arquivo do Professor Charles Lepierre.

Copiadores de Cartas IST (1918-1925)

Arquivo não organizado da Secção de Betões do LNEC

Relatórios de ensaios de materiais realizados por este Laboratório no III Serviço - Secção de Aglomerante e Betões. Volumes consultados do período entre 1949-1961.

Não foi aqui encontrada documentação do Laboratório de Ensaio de Materiais, o antecessor do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, nos anos 20, 30 e 40.

Gonçalves, Arlindo. «Qualidade dos cimentos e betões». Em *Encontro Nacional sobre Qualidade na Construção. Lisboa 16-20 junho 1986: Relatos Preliminares*, 83-84. Lisboa: LNEC, 1986.

LNEC. «Nota sobre a utilização de pozolanas». *II Serviço – Secção de Materiais de Construção*, Proc. 133 – II. Lisboa: Ministério das Obras Públicas, julho de 1954, – Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Cota 133, documento A4 dactilografado.

Repositório da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Cordeiro, Carlos Gomes. *Porto de Mar*. Relatório de Estágio realizado nas obras de Leixões, Documento manuscrito. Setembro-Outubro 1932. Consultado a 19-09-2016 em: SDI – Serviço de Documentação e Informação @FEUP Repositório.

Cunha, José Maria de Bessa Ferreira da. *Materiais e Processos Gerais de Construção do Porto de Leixões*. Relatório de Estágio realizado nas obras de Leixões. Documento dactilografado, 40 páginas, outubro 1936. Consultado a 19-09-2016 em: SDI – Serviço de Documentação e Informação @FEUP Repositório.

1.5. Entrevistas Realizadas

Entrevista de Benvindo dos Reis a Isabel Bolas, 27-11-2008. Maceira.

Entrevista de José Bento Roquette Rocha e Mello e Rita Brito Patacho de Matos a Isabel Bolas. 01-05- 2018. Vouzela.

Entrevista de Natália Correia Guedes a Isabel Bolas, 05-05-2018. Caldas da Rainha.

Entrevista do Cónego Luciano Cristino a Isabel Bolas, 17-05-2018. Edifício da Reitoria de Fátima.

Entrevista de Natália Correia Guedes a Maria de Fátima Ramos a Isabel Bolas, realizada a 28 de maio de 2018. Caldas da Rainha.

Entrevista de Joaquim Bernardo de Sousa a Isabel Bolas, a 08-06-2018. Maceira.

Entrevista de Maria Teresa de Jesus Santa Marta Granger e Maria João Santa Marta Granger Rodrigues a Isabel Bolas, 25-6-2018. Lisboa.

Entrevista de Cónego Luciano Cristino a Isabel Bolas, realizada a 15 de dezembro de 2018.

Entrevista de Luís Pinto Gonçalves a Isabel Bolas. 01-05- 2019. Estoril.

1.6. Legislação

Primeira República

Decreto de 8 de fevereiro de 1911, *Diário do Governo*, nº31, 8 de fevereiro de 1911. Ministério do Fomento. Ministro do Fomento Brito Camacho.

Decreto de 14 de julho de 1911, *Diário do Governo*, nº 163, 15 de julho de 1911. Ministério do Fomento. Ministro do Fomento Brito Camacho.

Portaria de 27 de janeiro, publicada em *Diário da República*, nº32, 8 de fevereiro 1912. Presidente Manuel de Arriaga, Presidente do Ministério Augusto César de Almeida Vasconcelos Correia. Ministério do Fomento. Ministro José Estevão de Vasconcelos.

Portaria de 26 de julho, publicada em *Diário da República*, nº176, 29 de julho 1912. Presidente Manuel de Arriaga, Presidente do Ministério (3º) Duarte Leite Pereira da Silva. Ministro do Fomento, António Aurélio da Costa Ferreira.

Parecer nº73-A, *Câmara dos Deputados*, Sala das Sessões, em 18 de fevereiro de 1913. Afonso Costa, António Maria da Silva (relator).

Parecer nº 89, *Câmara dos Deputados*, Sala das Sessões da Comissão de Obras Públicas, de 3 de março 1913. José Botelho das Neves, Jorge Nunes, Joaquim José Cerqueira da Rocha, Álvaro Poppe, João Carlos Nunes da Palia, António Joaquim Granjo e Ezequiel de Campos (relator).

Parecer sobre a Proposta de Lei nº 73-A, *Câmara dos Deputados*, Sala das Sessões da Comissão de Finanças, em 6 de março de 1913. Francisco de Sales Ramos da Costa, José Barbosa,

Joaquim José de Oliveira, Vitorino Máximo de Carvalho Guimarães, António Joaquim Granjo, Inocêncio Camacho Rodrigues (relator).

Lei de 23 de abril, *Diário do Governo*, nº95, 1ª série, 24 de abril de 1913. Ministério do Fomento. Ministro António Maria da Silva.

Decreto de 18 de junho de 1913, *Diário do Governo*, nº 142, 1ª série, 26 de junho 1913. Ministério do Fomento. Ministro Brito Camacho.

Decreto nº 2103 de 25 de novembro, *Diário do Governo*, nº 244, 1ª série, 27 de novembro de 1915. Ministério da Instrução Pública. Repartição de Instrução Universitária. Presidente da República Bernardino Machado. Ministro da Instrução Pública João Lopes da Silva Martins.

Lei nº 805, *Diário do Governo*, nº151, 5 de setembro de 1917. Presidente da República Bernardino Machado. Ministério do Fomento. Ministro do Fomento Herculano Jorge Galhardo.

Decreto nº 3 734 de 2 de janeiro, *Diário do República*, nº 6, 1ª série, 8 de janeiro de 1918. Presidente Sidónio Pais. Ministério do Comércio. Repartição de Propriedade Industrial. Ministro Francisco Xavier Esteves. Insere novas disposições sobre patentes de introdução de novos processos industriais.

Retificação do Decreto Regulamentar nº 3734, *Diário do Governo*, nº8/1918 1ª série, 10 de janeiro de 1918. Ministério do Comércio. Ministro do Comércio, Francisco Xavier Esteves.

Decreto nº 4 036 de 28 de março, *Diário do Governo* nº67, 1ª série, 3 de abril de 1918, 337-342. Presidente Sidónio Pais. Ministério do Comércio. Ministro Manuel José Pinto Osório.

Decreto nº 5047 de 30 de novembro, *Diário do Governo*, nº 268, 1ª série, 11 de dezembro de 1918. Secretaria de Estado da Instrução Pública. Repartição de Instrução Universitária. Presidente da República Bernardino Machado. Secretário de Estado da Instrução Pública José Alfredo Mendes de Magalhães.

Sessão nº 85, *Diário da Câmara dos Deputados*, de 20 de novembro de 1919. Presidência de Domingos Leite Pereira.

Lei nº 1028 de 20 de agosto, *Diário do Governo* nº 163, 1ª Série, 23 de agosto de 1920. Ministério do Comércio e Comunicações.

Decreto nº 7036, *Diário do Governo*, nº 209, 1ª série, 17 de outubro 1920. Ministério do Comércio. Presidente do Ministério António Joaquim Granjo. Ministro Francisco Gonçalves Velhinho Correia.

Decreto nº 8383, *Diário do Governo* nº200, 1ª série, 25 de setembro de 1922. Presidente de Ministério António Maria da Silva. Ministério do Comércio e Comunicações. Ministro Eduardo Alberto Lima Basto.

Ditadura Militar

Portaria, *Diário do Governo*, nº 155, 2ª série, 5 de julho de 1926. Presidente do Ministério Manuel de Oliveira Gomes da Costa. Ministério do Comércio e Comunicações. Ministro Abílio A. Valdez de Passos e Sousa.

Decreto nº 12 696 de 17 de novembro 1926, *Diário do Governo*, nº 259, 1ª série, 19 de novembro de 1926. Presidente do Ministério A. Óscar de F. Carmona. Ministério da Instrução Pública. Direção Geral de Ensino Superior. Ministro Artur Ricardo Jorge.

Decreto nº 12 757, *Diário do Governo* nº271, 1ª série, 4 de dezembro de 1926. Ministério do Comércio e Comunicações. Administração Geral dos Serviços Hidráulicos. Repartição dos Serviços Fluviais e Marítimos. Ministro Abílio A. Valdês de Passos e Sousa.

Decreto-Lei, nº 13 980, *Diário do Governo*, nº 157, 1ª série, 25 de julho de 1927. Presidente do Ministério A. Óscar de F. Carmona. Ministério da Justiça e Cultos. Ministro António Maria de Bettencourt Rodrigues.

Decreto nº 14 009, *Diário do Governo*, nº 162, 1ª Série, de 30 de julho de 1927. Ministério do Comércio e Comunicações - Direção Geral de Minas e Serviços Geológicos - Repartição de Minas. Presidente do Ministério A. Óscar de Fragoso Carmona. Ministro do Comércio e Comunicações Júlio César de Carvalho Teixeira.

Decreto nº 14 718, *Diário do Governo*, nº274. 1ª série, 12 de dezembro de 1927. Presidente do Ministério A. O. F. Carmona. Ministério do Comércio e Comunicações. Administração Geral dos Serviços. Artur Ivens Ferraz.

Decreto nº 14 782, *Diário do Governo*, nº284, 1ª série, 23 de dezembro de 1927. Presidente do Ministério A. O. F. Carmona. Ministério do Comércio e Comunicações. Administração Geral dos Serviços. Artur Ivens Ferraz.

Portaria, *Diário do Governo* nº 106, 2ª série, 12 de maio de 1928. Presidente do Ministério José Vicente de Freitas. Ministério do Comércio e Comunicações. Ministro José Bacelar Bebiano.

Decreto nº 15 465, *Diário do Governo*, nº109, 1ª série, 14 de maio de 1928. Presidente do Ministério José Vicente de Freitas. Ministério das Finanças. Ministro A. O. Salazar.

- Decreto nº15 603, *Diário do Governo*, nº141, 21 de junho de 1928. Presidente do Ministro José Vicente de Freitas. Ministério do Interior. Direção Geral de Administração Política e Civil. Ministro José Vicente de Freitas.
- Portaria, *Diário do Governo* nº 143, 2ª série, 25 de junho de 1928. Presidente do Ministério José Vicente de Freitas. Ministério do Comércio e Comunicações. Ministro José Dias de Araújo Correia.
- Decreto nº 15 644, *Diário do Governo*, nº146, 1ª série, 27 de junho de 1928. Ministério do Comércio e Comunicações.
- Despacho Ministerial, *Diário do Governo*, nº170, 2ª série, 25 de julho de 1928. Ministério do Comércio e Comunicações.
- Decreto nº 16206, publicado no *Diário do Governo* nº263, 1ª série, de 26 de novembro de 1928.
- Decreto nº 16 312, *Diário do Governo*, nº301, 1ª série, 31 de dezembro de 1928. Presidente do Ministério José Vicente de Freitas. Ministério das Finanças. Ministro A. O. Salazar.
- Decreto nº 16 429, *Diário do Governo* nº23, 1ª série, 28 de janeiro de 1929. Presidente do Ministério José Vicente de Freitas. Ministério das Finanças. Ministro A. O. Salazar.
- Decreto nº16 546, *Diário do Governo* nº 48, 1ª série, 28 de fevereiro de 1929. Presidente do Ministério José Vicente de Freitas. Ministério das Finanças, Ministro A. Oliveira Salazar.
- Decreto nº 16 687, *Diário do Governo* 1ª série de 3 de abril de 1929. Presidente do Ministério José Vicente de Freitas. Ministério do Comércio e Comunicações. Administração Geral dos Serviços Hidráulicos. Ministro José Bacelar Bebianho.
- Decreto nº 17 140, *Diário do Governo*, nº150, 1ª série, 24 de julho de 1929. Presidente do Ministério Artur Ivens Ferraz. Ministério do Comércio e Comunicações. 8ª Repartição da Direção Geral da Contabilidade Pública, Ministro J. Antunes Guimarães.
- Decreto nº 17 047, *Diário do Governo*, nº 146, 1ª série, 29 de junho de 1929. Presidente do Ministério José Vicente de Freitas. Ministério das Finanças. Ministro A. O. Salazar.
- Decreto nº 17 421, *Diário do Governo*, nº 227, 1ª série, 3 de outubro de 1929. Presidente do Ministério Artur Ivens Ferraz. Ministério do Comércio e Comunicações. Ministro J. A. Guimarães.
- Portaria de 20 de novembro de 1929, *Diário do Governo*, nº 247, 2ª série, 23 de novembro de 1929. Ministério do Comércio e Comunicações. Ministro J. A. Guimarães.
- Decreto nº 17 823, *Diário do Governo*, nº 301 1ª série, 31 de dezembro 1929. Ministério da Finanças. Ministro das Finanças António de O. Salazar.

Decreto nº 18 011, *Diário do Governo*, nº47, 1ª série, 26 de fevereiro de 1930. Presidente do Ministério Domingos Oliveira. Ministério do Comércio e Comunicações. Ministro J. Antunes Guimarães.

Decreto nº 18 538, *Diário do Governo*, nº149, 1ª série, 30 de junho de 1930. Presidente do Ministério Domingos Oliveira. Ministério do Comércio e Comunicações. Ministro J. Antunes Guimarães.

Decreto nº 18 782, *Diário do Governo*, nº 199, 1ª Série, 28 de agosto de 1930. Presidente do Ministério Domingos Oliveira. Ministério do Comércio e Comunicações – Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, aprovado pelo Ministro J. Antunes Guimarães.

Decreto nº 19 354, de 3 de janeiro 1931, *Diário do Governo*, nº 38, 14 de fevereiro de 1931. Presidente do Ministério Domingos Oliveira. Ministério da Comércio e Comunicações. Ministro João Antunes Guimarães.

Decreto nº 20 842, *Diário do Governo*, nº 25, 1ª série, 23 de janeiro de 1932. Presidente do Ministério Domingos Oliveira. Ministério do Comércio e Comunicações. Ministro J. A. Guimarães.

Decreto nº 20 918, *Diário do Governo*, nº 43, 1ª série, 20 de fevereiro de 1932. Presidente do Ministério Domingos Oliveira. Ministério do Comércio e Comunicações. Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Elétricos. Ministro J. A. Guimarães.

Decreto nº 20 979, e Decretos nº20 980, *Diário do Governo*, nº 56, 1ª série, de 7 de março de 1932. Presidente do Ministério Domingos Oliveira. Ministério das Finanças. Ministro A. O. Salazar.

Decreto-Lei nº 21 454, *Diário do Governo*, nº 157 1ª série, 7 de julho de 1932. Presidência do Ministério A. Oliveira Salazar.

Estado Novo

Decreto nº 22 428, *Diário do Governo*, nº82, 1ª série, 10 de abril de 1933. Presidência do Ministério. A. Oliveira Salazar.

Decreto nº 22 748, *Diário do Governo*, nº 302, 1ª série, 28 de junho de 1933. Ministério das Obras Públicas. Gabinete do Ministro. Ministro Duarte Pacheco.

Decreto-Lei nº 23 048, Decreto-Lei nº 23 049, Decreto-Lei nº 23 050, Decreto-Lei nº 23051, Decreto-Lei nº 23 052, Decreto-Lei nº 23 053, *Diário do Governo*, nº 217, 1ª série, 23 de setembro de 1933. Presidência do Conselho. A. Oliveira Salazar.

Decreto-Lei n.º 23227, *Diário do Governo* n.º 261/1933, 1ª série, de 15 de novembro 1933.

Decreto-Lei n.º 23550, *Diário do Governo* n.º 30/1934, 1ª série. 6 de fevereiro de 1934. Presidência do Conselho.

Decreto-Lei n.º 23618, *Diário do Governo* n.º 49/1934, 1ª série. 1 de março de 1934. Presidência do Conselho.

Decreto-Lei n.º 23647, *Diário do Governo*, n.º 55, 1ª Série, 8 de março de 1934.

Decreto-lei n.º 23 647, *Diário do Governo* n.º 55, 1ª Série, 8 de março de 1934. Ministério das Obras Públicas e Comunicações – Gabinete do Ministro. Ministro Duarte Pacheco.

Decreto n.º 23951, *Diário do Governo* n.º 128/1934, 1ª série. 2 de junho de 1934. Presidência do Conselho.

Despacho do Conselho de Ministros. *Diário do Governo*, n.º 218 II Série, 17 de setembro 1934. Presidência do Conselho de Ministros.

Lei n.º 1884, *Diário do Governo* n.º 61, 1ª série, 16 de março de 1935. Presidência do Conselho. A. Oliveira Salazar.

Lei n.º 1 914, *Diário do Governo*, n.º 118, 1ª série, 24 de maio de 1935. Presidência do Conselho A. Oliveira Salazar.

Lei n.º 1923, *Diário do Governo*, 1ª série, 17 de dezembro 1935. Ministério das Finanças. Ministro João Pinto da Costa Leite.

Declaração de 5 de dezembro 1935, *Diário do Governo* n.º 287, 1ª série, de 10 de dezembro 1935. Ministério das Obras Públicas. Administração dos Portos do Douro e Leixões, o Presidente do Conselho de Administração António F. Domingues de Freitas.

Decreto n.º 26 165, *Diário do Governo* n.º 303, 1ª série, de 30 de dezembro 1935. Ministério das Obras Públicas. Ministro Duarte Pacheco.

Sessão n.º 10, *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, de 11 de fevereiro de 1935.

Sessão n.º 44, *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, de 8 de abril de 1935.

Decreto-Lei n.º 25495, *Diário do Governo* n.º 134, 1ª série, 13 de junho de 1935.

Lei n.º 1 942, *Diário do Governo*, 1ª série, de 27 de julho 1936. Presidente do Conselho. A. O. Salazar.

Decreto-Lei n.º 25935, *Diário do Governo*, n.º 237, 1ª série, 12 de outubro de 1935. Presidência do Conselho. A. O. Salazar.

Decreto-lei n.º 25 936, *Diário do Governo*, 1ª série, n.º 237, de 12 de outubro de 1935. Ministério do Interior. Direção Geral de Saúde. Ministro Henrique Linhares de Lima.

Decreto-Lei nº 25 948, *Diário do Governo*, nº240, 1ª série, 16 de outubro 1935. Ministério das Obras Públicas. Ministro Duarte Pacheco.

Lei nº 1 936, *Diário do Governo*, 1ª série, 18 de março de 1936. Presidência do Conselho. A. O. Salazar.

Lei nº 1 941, *Diário do Governo*, nº84, 1ª série, 11 de abril de 1936. Ministério da Instrução Pública, Ministro Carneiro Pacheco.

Decreto-Lei n.º 26 611, *Diário do Governo*, n.º 116, 1ª Série, 19 de maio de 1936. Ministério da Educação Nacional - Secretária-geral, Ministro Carneiro Pacheco.

Decreto-Lei nº 26 757, *Diário do Governo*, nº 158, 1ª série, 8 de julho de 1936. Ministério do Comércio e Indústria, Ministro Pedro Teotónio Pereira.

Decreto-Lei nº 26841, *Diário do Governo* nº175, 1ª série, 28 de julho de 1936. Ministério das Obras Públicas e Comunicações. Ministro das Obras Públicas e Comunicações Joaquim José de Andrade e Silva Abranches.

Decreto-lei nº 26 884, *Diário do Governo*, nº 190, 1ª série, 14 de agosto de 1936. Presidência do Conselho. A. O. Salazar.

Decreto n.º 26 893, *Diário do Governo*, n.º 191, 1ª Série, 15 de agosto de 1936. Ministério da Educação Nacional - Secretaria Geral. Ministro Carneiro Pacheco.

Decreto-Lei nº 27 058, *Diário do Governo*, nº230, 1ª série, 30 de setembro de 1936. Presidência do Conselho.

Lei nº 1956, *Diário do Governo*, nº 113, 1ª série, de 17 de maio de 1937. Ministério do Comércio e Indústria. Ministro Pedro Teotónio Pereira.

Decreto nº 28 321, *Diário do Governo* nº 300, 1ª série, 27 de dezembro de 1937. Presidência do Conselho. A.O. Salazar.

Decreto nº 28 474, *Diário do Governo* nº39, 1ª Série, 17 de fevereiro de 1938. Ministério das Finanças. Ministro A. Pais da Silva Vaz Serra.

Decreto-Lei nº 28 559, *Diário do Governo*, nº 74, 1ª série, 31 de março de 1938. Ministério das Finanças, Ministro A. Pais da Silva Vaz Serra.

Decreto-Lei nº 33 922, *Diário do Governo* nº 197, 1ª Série, 5 de setembro de 1944. Ministério das Obras Públicas e Comunicações. Ministro Int. João Pinto da Costa Leite.

Portaria nº 246/1998, *Diário da República* nº 93 Série I Parte B de 21/04/1998.

Decreto-Lei nº 26/2012, *Diário da República*, 1ª série, nº26 de 6 de fevereiro de 2012.

1.7. Bibliografia composta por Fontes Impressas

- I Congresso da Indústria Portuguesa*, Lisboa de 8 a 15 de outubro de 1933. Lisboa: Ed. Empresa do Anuário Comercial. 1933.
- I Congresso da União Nacional: Discursos, Teses e Comunicação*. Lisboa: Edição da União Nacional, 1935.
- AAVV. *Quinze Anos de Obras Públicas. 1932-1947*. 2º Vols. Lisboa: Comissão Executiva da Exposição das Obras Públicas, 1948.
- Andrade, Ruy de. «Em defesa da difusão dos exercícios físicos e do desporto». Em *I Congresso da União Nacional: Discursos, Teses e Comunicação*, Vol. VII, 413-414. Lisboa: Edição da União Nacional, 1935.
- Campos, Ezequiel. *A Conservação da Riqueza nacional: A Grei - Os Mineraes -A Terra – As Matas – os Rios*. Porto: Edição do Autor, 1913.
- Fonseca, João Belard da. «A Engenharia e as Obras Públicas». Em *Quinze Anos de Obras Públicas. 1932-1947, Livro de Ouro*, 1º Vol, 25-26. Lisboa: Comissão Executiva da Exposição das Obras Públicas, 1948.
- Loureiro, Adolfo. *Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1904.
- Ministério da Obras Publicas e Comunicações. *Boletim do Laboratório de Ensaio e Estudo de Materiais*. MOPC, Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (1946).
- Ministério da Obras Publicas e Comunicações Em *Quinze Anos de Obras Públicas. 1932-1947*, 2 Vol. Lisboa: Comissão Executiva da Exposição das Obras Públicas, 1948.
- O'Neill, J.L. Díez Gutiérrez. *Portugal Corporativo*. Madrid: Editorial Aldecoa, 1940.
- Pereira, Pedro Teotónio, *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar*, Vol. I (1931-1939). Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros. Comissão do Livro Negro sobre o regime fascista, 1987.
- Pereira, Pedro Teotónio. *Correspondência de Pedro Teotónio Pereira para Oliveira Salazar*. Vol. II. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, Comissão do Livro Negro sobre o regime fascista, 1987.
- Pereira, Pedro Teotónio. *Memórias. Postos em que servi e algumas recordações pessoais*, 2 Vols. Lisboa: Ed. Verbo, 1972.

- Pinto Américo Cortez. «Os Médicos Escolares e o Ensino Disciplinar da Higiene e da Tecnologia Mental nos cursos de Instrução Primária e Secundária». Em *I Congresso da União Nacional*, Vol. VI, 239-266. s. l., 1935.
- Salazar, António Oliveira Salazar. «O interesse nacional na política da Ditadura (17 Maio 1931)». Em *Discursos (1928-1934)*, Vol. 1, 115-135. Coimbra: Coimbra Editora Lda., 1961.
- Salazar, António Oliveira. «As diferentes Forças Políticas em face da Revolução Nacional (23 de novembro 1932)». Em *Discursos, 1928-1934*, Vol.1, 161-184. Coimbra. Coimbra Editora, 1961.
- Salazar, António Oliveira. «Conceitos Económicos da Nova Constituição (16 Março 1933)». Em *Discursos. (1928-1934)*, Vol. 1, 187-213. Coimbra: Coimbra Editora Lda., 1961.
- Salazar, António Oliveira. «Os Delegados do INTP e a Reforma Social (20 Dezembro de 1933)». *Discursos (1928-1934)*, Vol. I, 279-283. Coimbra: Coimbra Editora Lda., 1961.
- Salazar, António Oliveira. «O espírito da Revolução (28 Abril 1934)». Em *Discursos (1928-1934)*, Vol. 1, 317-332. Coimbra: Coimbra Editora Lda., 1961.
- Salazar, António Oliveira. «O Momento Político. Grandes e pequenas questões da Política Portuguesa - Nota Oficiosa publicada nos jornais de 20 de Setembro de 1935». Em *Discursos 1935-1937*, Vol. 2, 65-106: Coimbra: Coimbra Editora, Lda., 1945.

2. Bibliografia

- AAVV. *A Génese do Técnico: Alfredo Bensaúde*. Lisboa: Ed. Althum.com, 2010.
- AAVV, *Maceira 500 Anos: Território. História. Património*. Maceira: Junta de Freguesia de Maceira, 2017.
- Abecassis, Duarte. «O Prolongamento do Molhe Norte do Porto de Leixões. Uma economia de 100 000 contos no custo da obra sem prejuízo dos seus objetivos». *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, nº 20, agosto (1938): 307-318
- Abecassis, Duarte. «O Prolongamento do Molhe Norte do Porto de Leixões. Uma economia de 100 000 contos no custo da obra sem prejuízo dos seus objetivos (continuação do artigo do número anterior)». *Boletim da Ordem dos Engenheiros* nº 21, setembro (1938): 349-362.
- Administração dos Portos do Douro e Leixões, «A História», <https://www.apdl.pt/historia>.
- Acciaiuoli, Margarida. *António Ferro: A vertigem da Palavra, retórica, política e propaganda no Estado Novo*. Lisboa: Ed. Bizâncio, 2013).

- Afonso, João. *IAPXX - Inquérito à Arquitetura do Século XX em Portugal*. Lisboa: Ordem dos Arquitetos, 2006.
- Alexander, Jennifer Karns. “Introduction: the entanglement of technology and religion”. *History and Technology*, 36:2 (2020): 165-186.
- Almeida, Ana Nunes. «A fábrica e a família – Tópicos para uma reflexão». *Análise Social*, nº91, (1986): 297-312.
- Almeida, José Miguel. «José Fernando de Sousa (Nemo)» em *Dicionário de História da I República e do Republicanismo. Vol. III: N-Z*, coord. Maria Fernanda Rollo, 918-919. Lisboa: Ed. Assembleia da República, 2014.
- Alves, Edmundo. «Américo Cortês Pinto». Em *Dicionário Bibliográfico Parlamentar 1935-1974, Vol. II (M_Z)*, dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, 358-369. Lisboa: Ed. ICS, Assembleia da República, 2005.
- Alves, Jorge F., e Dias, Emílio Brogueiro. «O Fio de Água – O Porto e as Obras Portuárias (Douro-Leixões)». *Revista da Faculdade de Letras: História*, III Série, Vol. 2 (2001): 93-106.
- Amaro, António Rafael. «O modelo de previdência social de Estado Novo (1933-1962)». Em *Estados Autoritários e totalitários, suas representações: propaganda, ideologia, historiografia e memória*, coord. Reis Torgal e Heloísa Paulo. Coimbra: Ed. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- Antunes, José Freire. *Champalimaud*. s. l.: Temas e Debates, 1997.
- Barbosa, Márcio. «Organização de todos os interesses? Entre a orgânica e o espírito: mecanismos de (dis)funcionalidade corporativa em Portugal». Em *Organizar o País de Alto a Baixo: Políticas de edificação corporativa no Estado Português*, coord. Fátima Moura Ferreira, Francisco Azevedo Mendes, e Jorge Mano Torres. Coimbra: Ed. Tenacitas, 2016.
- Barreto, José. «Comunistas e católicos e os sindicatos sob o Salazar». *Análise Social*, Vol. XXIX, nº 125-126 (1994): 287-317.
- Barreto, José. *Religião e Sociedade*. Lisboa: Ed. Imprensa de Ciências Sociais, 2002.
- Bensaúde, Alfredo, *Notas Histórico-Pedagógicas sobre o Instituto Superior Técnico por Alfredo Bensaúde*. Lisboa: IST Press, 2003.(ed. original 1922).
- BNU. *Governadores e Presidentes do Banco Nacional Ultramarino*. Consultado a 02-04-2018: <http://banconacionalultramarino.blogspot.com/p/governadores-e-presidentes.html>
- Bolas, Isabel. «A “Monarquia de Maceira-Liz” entre o II Reich, a República de Weimar, e o Estado Novo: A Empresa de Cimentos de Leiria – a Fábrica e o Bairro do Pessoal de Maceira-Liz_

- 1918-1944». Tese de Mestrado, Porto, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2009.
- Bonifácio, Maria de Fátima. «Historiografia do Estado Novo» em Dicionário de História de Portugal. Coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, Vol.8 Suplemento F/O, 187-198. Porto: Figueirinhas, 1999.
- Braga, Paulo Drumond, *Nas teias de Salazar: D. Duarte Nuno de Bragança (1907-1976) entre a esperança e a desilusão*. Lisboa: Ed. Objetiva, 2017.
- Branco, D. António de Castello, e Luiz de Castro Solla. «Fantasias e factos nas referências antigas às minas portuguesas e Carlos van Zeller». *Boletim de Minas*, Vol.8, nº3 (Jul./Set. 1971): 165-173.
- Branco, Rui. *O Mapa de Portugal: Estado, Território Rui Branco, O Mapa de Portugal: Estado, Território e Poder no Portugal de Oitocentos*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- Brandão, José M., Pedro M. Callapez, e José M. Soares. «O couto mineiro do Cabo Mondego e o contributo técnico de Ernest Fleury (1878-1958) na indústria extrativa e cimenteira locais: um relatório geológico inédito de 1923». *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, nº 16 (2016) 343-367.
- Brito, José M. Brandão de. «Condicionamento Industrial». Em *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, Vol. 1. Lisboa: Bertrand Editora, 1996.
- Brito, José M. Brandão de. «Corporativismo e industrialização: elementos para o estudo do condicionamento industrial». *Ler História*, nº6 (1985) 51-60.
- Brito, José M. Brandão de. «Estado Novo: discursos e estratégias de uma industrialização tardia». Em *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no Século XX*, Vol. I, coord. Manuel Heitor, José Maria Brandão de Brito e M^a Fernanda Rollo, 129-153. s. l: Ed. Dom Quixote /Instituto Superior Técnico, 2004.
- Brito, José M. Brandão de. «Os engenheiros e o pensamento económico do Estado Novo». Em *Contribuições para a História do Pensamento Económico em Portugal*, 209-234. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1988.
- Brito, José M. Brandão de. *A Industrialização Portuguesa no Pós-Guerra (1948-1965): O Condicionamento Industrial*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1989.
- Cabral, Manuel Villaverde. *Portugal na Alvorada do século XX. Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1979.

- Caldeira, Arlindo. «João Antunes Guimarães». Em *Dicionário Bibliográfico Parlamentar 1935-1974*, Vol. I, dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, 762-764. Lisboa: Ed. ICS, Assembleia da República, 2004.
- Caldeira, Arlindo. «O Partido de Salazar: antecedentes, organização e funções da União Nacional (1926-1934)», *Análise Social*, XXII nº94 1(1986): 943-977.
- Camprubí, Lino. *Los Ingenieros de Franco. Ciencia y Guerra Fría en el Estado Franquista*. Barcelona, Crítica, 2017.
- Campos, Ana, e Maria Manuela Rocha, «Corporativismo e Assistência Social: natureza e produção do “Estatuto de Assistência Social”», *Ler História*, nº64 (2013): 11-29.
- Campos, Ezequiel. «A questão Agrária». Em *O Pelicano e a Seara Nova: A Revista Homens Livres*, João Medina, 95-98. Lisboa: Ed. António Ramos, 1978.
- Campos, Ezequiel. «Apelo à Nação», *Seara Nova*, nº21, março (1923), 129-135.
- Campos, Ezequiel. *Textos de Economia e Política Agrária e Industrial, 1918-1944*. org. e introd. Fernando Rosas, XI. Lisboa: Banco de Portugal, 1998.
- Canha, Isabel, e Filipe, S. Fernandes, *António Champalimaud: Construtor de Impérios*. Lisboa: Ed. Esfera dos Livros, 2011.
- Cardoso, Duarte Nuno Barros. «Sociedade de Instrução do Porto», *Douro: Estudos & Documentos*, Vol. 8, nº16 (2003): 123-152. Consultado a 04-01-2019 em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/9666.pdf>
- Cardoso, José Luís, e Manuela Rocha. «Corporativismo e Estado-Providência (1933-1962)». *Ler História*, nº45 (2003): 111-135.
- Cardoso, José Luís. «Ecos da Grande Depressão em Portugal: relatos, diagnósticos e soluções». *Análise Social*, 203, XLVII, 2ª: (2012): 370-400.
- Cardoso, José Luís, e Nuno Estevão Ferreira. «A Câmara Corporativa (1935-1974) e as Políticas Públicas no Estado Novo», *Ler História*, nº64, (2013): 31-54.
- Cardoso, José Luís. «Corporativismo, Instituições Políticas e Desempenho Económico». Em *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*, coord. Fernando Rosas e Álvaro Garrido, 101-120. Coimbra: Almedina, 2012.
- Carneiro, Ana, Teresa Salomé Mota e Vanda Leitão. *O Chão que pisamos: A geologia ao serviço do estado (1848-1974)*. Lisboa: Edições Colibri/CIUHCT, 2014.
- Carvalho, Anabela, e Helena Mouro. *Serviço Social no Estado Novo*. Coimbra: Ed. Centelha, 1987.

- Carvalho, Paulo Archer de. «Causa Monárquica». Em *Dicionário Histórico da I República e do Republicanismo*, coord. M. Fernanda Rollo, Vol. 1, 600-603. Lisboa: Ed. Assembleia da República, 2013.
- Catroga, Fernando. *Entre Deuses e Césares. Secularização, Laicidade e Religião Civil*. Coimbra: Ed. Almedina, 2006.
- Champalimaud, António. *A Herança de Henrique Sommer. Aspetos desconhecidos*. s. l.: Publicações Europa-América, 1972.
- Clemente, Manuel. «A vitalidade religiosa do catolicismo português: do Liberalismo à República». Em *História Religiosa de Portugal*, Vol. III. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.
- Confraria, João. «Política industrial do Estado Novo: a regulação dos oligopólios no curto prazo». *Análise Social*, Vol. XXVI, 112-113, 3º-4º (1991): 791-803.
- Confraria, João. *Condicionamento Industrial. Uma Análise Económica*. Lisboa: Direcção-Geral da Indústria, 1992.
- Costa, Jorge, Luís Fazenda, Cecília Honório, Francisco Louçã, e Fernando Rosas. *Os donos de Portugal: cem anos de poder económico (1910-2010)*. Porto: Ed. Afrontamento, 2010.
- Costa, Sandra Vaz. *O país a Régua e Esquadro: Urbanismo, Arquitetura e Memória na Obra de Duarte Pacheco*. Lisboa: IST Press, 2012.
- Cowan, Ruth Schwartz. *More Work for Mother. The Ironies of Household Technology from the Open Heart to the Microwave*. New York: Basic Books, 1983.
- Cristino, Luciano Coelho. «Fátima». Em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, 245-250. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.
- Cruz, M. Braga da. «Igreja e Estado. III, Época Contemporânea». em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Vol. C-I, dir. Carlos Moreira Azevedo, 401-411, s. l.: Círculo de Leitores, 2000.
- Cruz, Manuel Braga da. «As elites católicas nos primórdios do Salazarismo». *Análise Social*, Vol. XXVII, 116-117, 2º, 3º (1992): 547-574.
- Cruz, Manuel Braga da. «As origens da democracia cristã em Portugal e o salazarismo (I)». *Análise Social*, Vol. XIV, nº 54, 2º, (1978): 265-278.
- Cruz, Manuel Braga da. «As origens da democracia cristã em Portugal e o salazarismo (II)». *Análise Social*, Vol. XIV, nº 55, 3º (1978): 525-607.
- Cruz, Manuel Braga da. «Os Monárquicos e o Estado Novo de Salazar». *Ler História*, nº 6, (1985): 61-83.

- Cruz, Manuel Braga da. *As origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*. Lisboa: Presença/GIS, 1980.
- Cruz, Manuel Braga da. *O Estado Novo e Igreja Católica*. Lisboa: Editorial Bizâncio, 1998.
- Depaepe, Marc, e Frank Simon. «Les Écoles Gardiennes en Belgique: Histoire et Historiographie». Em *Histoire de L'Éducation*, nº82, Mai (1999): 73-99.
- Dias, Emílio Brogueiro, e Jorge F. Alves. «As transformações portuárias em Portugal: Século XX». Em *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no Século XX*, Vol. II, coord. Manuel Heitor, José Maria Brandão de Brito e M^a Fernanda Rollo, 233-253. s. l.: D. Quixote/Instituto Superior Técnico, 2004.
- Diogo, Maria Paula. «A construção de uma identidade social em Portugal: A Associação dos Engenheiros Civis Portugueses», Tese de Doutoramento em História e Filosofia das Ciências, FCT-UNL, Lisboa, Documento dactilografado, 1994.
- Diogo, Maria Paula. «Portuguese engineers, public works, and professional identity: the Portuguese Association of Civil Engineers (1869-1937)». *Journal of Science and Technology*, Vol.7, Spring (2013): 67-84.
- Diogo, Maria Paula, e Ana C. de Matos. «Jogos de identidade: dois séculos na formação na prática dos engenheiros portugueses (Séculos XVIII-XIX)». Em *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no Século XX*, Vol. II, coord. Manuel Heitor, José Maria Brandão de Brito e M^a Fernanda Rollo, 181-199. s. l.: D. Quixote/Instituto Superior Técnico, 2004.
- Diogo, Maria Paula, e Tiago Saraiva. *Inventing an European Nation: Engineers for Portugal, from Baroque to Fascism*. Morgan and Claypool, 2021.
- Direção dos Serviços Geológicos e Mineiros. *Boletim de Minas*: Livro III, (1934), 5.
- Edgerton, David. «From innovation to use: ten eclectic theses on the historiography of technology». *History and Thechnology*, Vol. 16 (1999), 111-136.
- Edgerton David. *The Shock of the Old. Technology and Global History since 1900*. London: Profile Books, 2006.
- Faria, Alice Santiago. «L'Architecture Coloniale Portugaise à Goa. Le Département des Travaux Publics, 1840-1926". Doctorat de Université. Université Paris I, 2010, Vol II, 75. Disponível em: Alice Santiago Faria «Afonso Zuzarte de Mendonça» *Biografias. Construindo o Imperio Português no Século XIX*, 2013.
- Faria, Alice Santiago. «Afonso Zuzarte de Mendonça» *Biografias. Construindo o Imperio Português no Século XIX*, 2013. Disponível em

<http://www.buildingtheportugueseempire.org/biografias--biographies.html>. (Acedido em 24-04-2014).

Faria, Fernando, Luís Cruz, e Sofia Teives. «Energia e Indústria». Em *A História da Energia. Portugal 1890-1980*, coord. Nuno Luís Madureira, 83-140. Lisboa: Ed. Livros Horizonte, 2005.

Faria, Miguel Figueira de, e José Amado Mendes. «Grupos económicos portugueses, da República ao Estado Novo (1910-1974): balanço historiográfico e novos dados». *X Congresso Internacional da AEHE*. Sevilla: Ed. Universidad Pablo de Olavide Carmona, 2011.

Fernandes, Filipe S. *Fortunas e Negócios. Empresários Portugueses do Século XX*. Lisboa: Oficina do Livro, 2003.

Fernandes, Nelson da Costa. *D. Manuel Mendes da Conceição Santos, missionário da planície (1920-1955): o culto mariano na Arquidiocese de Évora*, tese de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa, 2017.

Fernandes, Paulo J. «Banco Nacional Ultramarino (1864-2001)». Em *Dicionário de História Empresarial Portuguesa. Séculos XIX e XX: Instituições Bancárias*, Vol. I, coord. Miguel Figueira de Faria e José Amado Mendes, 312-318. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2013.

Ferraz, Luís M. Ribeiro. «As aparições de Fátima e o seu impacto local: 1917-1927: leitura histórico-teológica: a partir do semanário *O Mensageiro*», tese de mestrado, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2012.

Ferreira, António Matos, e Paulo Fontes. «Ação Católica Portuguesa». Em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, 9-19. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.

Ferreira, António Matos. «A Ação Católica: crise, inadequação ou paradigma ultrapassado? Notas para outro modelo explicativo». Em *Interações do Estado e das Igrejas. Instituições e Homens*, org. António Matos Ferreira e Luís Salgado de Matos, 107-142. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2013.

Ferreira, António Matos. «A Ação católica: questões em torno da organização e da autonomia da acção da Igreja Católica (1933-1958)». Em *O Estado Novo: Das Origens ao fim da autarcia 1926-1959*, Vol. II., 281-302, Lisboa: Ed. Fragmentos, 1987.

- Ferreira, António Matos. «A Ação Católica: questões em torno da organização e da autonomia da ação da Igreja Católica (1933-1958)». Em *O Estado Novo: das Origens ao Fim da Autarcia (1926-1959)*, Vol. 2, 281-302. Lisboa: Ed. Fragmentos, 1987.
- Ferreira, António Matos. *Um Católico Militante diante da Crise Institucional. Manuel Isaías Abúndio da Silva (1874-1914)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2007.
- Ferreira, Carlos Antero. *Betão a idade da inocência*. Lisboa: Ed. Passado Presente, 1989.
- Ferro, António. *Entrevistas de António Ferro a Salazar*. Prefácio Fernando Rosas. Lisboa: Ed. Parceria A.M. Pereira, 2ª ed. 2003.
- Ferreira, Fátima Moura; Mendes, Francisco Azevedo; Torres, Jorge Mano. *Organizar o País de Alto a Baixo: Políticas de edificação corporativa no Estado Português*. Coimbra: Ed. Tenacitas, 2016.
- Fontes, Paulo. «A Ação Católica Portuguesa (1933-1974) e a presença da Igreja na Sociedade». *Lusitânia Sacra*, 2ª série, 6 (1994): 61-100.
- Fontes, Paulo. «A Doutrina Social da Igreja numa perspetiva histórica». Em *Questões Sociais, Desenvolvimento e Política: Curso de Doutrina Social da Igreja*, AAVV, Lisboa: Universidade Católica Editora, CESP, 1994, p. 68.
- Fontes, Paulo. «Catolicismo Social». Em *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Dir. Carlos Moreira Azevedo, 310-324. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.
- Fontes, Paulo. *Elites Católicas em Portugal: o papel da Ação Católica (1940-1961)*. s. l.: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2011
- Fox, Robert, e Anna Guagnini. *Laboratories, Workshops and Sites: Concepts and Practices of Research in Industrial Europe, 1800-1914*. Berkeley: Office of the History of Science and Technology, University of California, 1999.
- Freire, Dulce, «O Estado Corporativo em Ação: sociedade rural e construção da rede de Casas do Povo». Em *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*, coord. Fernando Rosas e Álvaro Garrido, 273-302. Coimbra: Ed. Almedina, 2012.
- Freitas, Duarte Manuel. «Banco Pinto & Sotto Mayor (1925-2000)». Em *Dicionário de História Empresarial Portuguesa: Séculos XIX e XX: Instituições Bancárias*, Vol. I, coord. Miguel Figueira de Faria e José Amado Mendes, 321-328. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2013.

- Garrido, Álvaro. «Contexto, fundamentos e lógicas de construção da economia nacional corporativa». Em *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*, coord. Fernando Rosas e Álvaro Garrido, 143-164. Coimbra: Ed. Almedina, 2012.
- Garrido, Álvaro. «A institucionalização do “social” no Estado Novo português: Previdência corporativa e seguros sociais voluntários». *Estudos Históricos*, vol. 31, nº 64 (2018): 197-218.
- Garrido, Álvaro. «Contexto, fundamentos e lógicas de construção da economia nacional corporativa». Em *Corporativismo Fascismos Estado Novo*, coord. Fernando Rosas e Álvaro Garrido, 143-164. Coimbra: Ed. Almedina, 2012.
- Garrido, Álvaro. «Estado Novo e Corporativismo: um programa de investigação em história económica e das instituições». Em *Outros Combates pela História*, coord. Maria Manuela Tavares Ribeiro, 297-309. Coimbra: Imprensa da U. Coimbra, 2010.
- Garrido, Álvaro. «O corporativismo como categoria historiográfica e objeto das ciências sociais». Em *Organizar o País de Alto a Baixo: Políticas de Edificação Corporativa no Estado Português*, coord. Fátima Moura Ferreira, Francisco Azevedo Mendes e Jorge Mano Torres, 13-29. Coimbra: Ed. Tenacitas, 2016.
- Garrido, Álvaro. *Queremos uma economia nova! Estado Novo e Corporativismo*. Lisboa: Ed. Temas e Debates – Círculo de Leitores, 2016.
- Gerard, Emmanuel. «Adaptation en temps de crise (1921-1944)». *Histoire du Mouvement Ouvrier Chrétien*, Vol. 1, 174-247. Leuven: Katholiek Documentatie, 1994.
- Girão, Amorim. *Guia de Portugal: Beira I – Beira Litoral*. Vol. III do *Guia de Portugal*, coord. De Raul Proença, tomo 1º, 115-117. Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 3ª ed. 1993 (1940).
- Gonçalves, Assis. *Relatórios para Oliveira Salazar (1931-1939)*. Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1981.
- Gooday, Graeme. «Placing or Replacing the Laboratory in the History of Science? ». *Isis*, Vol.99, nº 4, December (2008): 783-795.
- Gouveia, Fernando T. Rosa, coord. *Orgânica Governamental, sua evolução, e elencos ministeriais desde 5 de outubro de 1910 a 31 de março 1972*. Lisboa: Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1972.

- Granger, Amável. «A indústria do cimento em Portugal». Em *I Congresso da União Nacional: Discursos, Teses e Comunicação*, Vol. VI, 125-126. Lisboa: Edição da União Nacional, 1935.
- Guimarães, Paulo. «A intervenção do Estado Novo na indústria mineira: a criação do Serviço de Fomento Mineiro». *Boletim de Minas*, 32, 3, jul./set. (1995) 203-218.
- Jacinto, Rui Candeias. «As barragens em Portugal: de finais do Oitocentos ao limiar do século XXI», em *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no Século XX*. Vol. II. coord. Manuel Heitor, José Maria Brandão de Brito e Rollo, M^a Fernanda Rollo (s. l: Ed. Dom Quixote /Instituto Superior Técnico, 2004), 801-859.
- Jasanoff, Sheila. “Future Imperfect: Science, Technology, and the Imaginations of Modernity”. in Sheila Jasanoff & Sang-Hyun Kim. *Dreamscapes of Modernity. Sociotechnical Imaginaries and the Fabrication of Power*, 1-33. Chicago: Chicago University Press, 2015.
- Jones-Imhotep, Edward. *The Unreliable Nation. Hostile Nature and Technological Failure in the Cold War*. Cambridge, Mass: MIT Press, 2017
- Kline, Ronald R. *Consumers in the country: Technology and Social Change in Rural America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2000.
- Kohler, Robert E. «Lab. History: Reflexions». *Isis*, Vol.99, nº 4, December (2008): 761-768.
- Kuin, Simon. «A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojetos e instauração de uma organização paramilitar da juventude». *Análise Social*, Vol. XXVIII, 122 (1993) 555-588.
- Lains, Pedro, e Álvaro Ferreira da Silva, Org. *História Económica de Portugal 1700-2000. Vol.III – O Século XX*. Lisboa: Ed. ICS, 2005.
- Lains, Pedro. «Caixa Geral de Depósitos». Em *Dicionário de História Empresarial Portuguesa. Séculos XIX e XX. Instituições Bancárias*, Vol. I, coord. Miguel Figueira de Faria e José Amado Mendes, 506-51. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2013.
- Lains, Pedro. *História da Caixa Geral de Depósitos: 1876-1910: Política e Finanças no Liberalismo Português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.
- Lains, Pedro. *Os progressos do atraso. Uma nova História Económica de Portugal*. Lisboa: Ed. ICS, 2003.
- Latour, Bruno. *Science in Action: How to Follow Scientists and Engineers through Society*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1987.
- Latour, Bruno. *We have Never Been Modern*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1993.

- Leal, Ernesto Castro. «A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)». *Análise Social*, Vol. XXXIII, 148, 4º (1998): 823-851.
- Leal, Ernesto Castro. «Quirino Avelino de Jesus, um católico “Pragmático”: notas para o estudo crítico da relação existente entre publicismo e política (1894-1926)». *Lusitânia Sacra*, 2ª série, nº6 (1994): 355-398.
- Leal, Ernesto Castro. *António Ferro: Espaço Político e Imaginário Social (1918-1932)*. Lisboa: Ed. Cosmos, 1994.
- Leão XIII, Papa. Carta Encíclica «Rerum Novarum», 1891. http://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html
- Lima, Henrique de Campos Ferreira. «Os alemães no Exército Libertador (1832-1834)». *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, Vol. 8, Lisboa (1938): 1-11.
- Lisboa, Maria Helena. *Os engenheiros em Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.
- Loff, Manuel. «Sebastião Ramirez». Em *Dicionário Bibliográfico Parlamentar 1935-1974*, Vol. II (M-Z), dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, 418-420. Lisboa: Ed. ICS/ Assembleia da República, 2005.
- Loureiro, Carlos. «O Museu Industrial do Porto (1883-1899)». Em *Colecções de ciências físicas e tecnológicas em museus universitários: homenagem a Fernando Bragança Gil*, coord. Alice Semedo e Armando C. Ferreira da Silva, 185-201. Porto: Univ. Porto, Fac. Letras, Depart. de Ciências e Técnicas de Património, Secção de Museologia, 2005.
- Lucena, Manuel de. «Os Organismos de Coordenação Económica». Em *Dicionário de História de Portugal*. Vol. 8, coords. António Barreto e Maria Filomena Mónica. Lisboa: Liv. Figueirinhas, 1999.
- Lucena, Manuel. *A Evolução do sistema corporativo português*. Vol. 1 *O Salazarismo*. Lisboa: Ed. Perspetivas & Realidades, 1976.
- Lucena, Manuel. *A Evolução do sistema corporativo português*. Vol. 2 *O Marcelismo*. Lisboa: Ed. Perspetivas & Realidades, 1976.
- Lucena, Manuel, *Os Lugares Tenentes de Salazar. Biografias*. Lisboa: Aletheia Ed, 2015.
- Lucena, Manuel. «Casas do Povo», em *Dicionário de História de Portugal*. Vol. VII, Suplemento, coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, 245-250. Lisboa: Figueirinhas, 1999.
- Lucena, Manuel. «Sobre os organismos de coordenação económica ligados à lavoura». *Análise Social*, nº 56 (1978): 817-862.

- Lucena, Manuel. «Sobre os organismos de coordenação económica ligados à lavoura». *Análise Social*, nº 58 (1979): 287-355.
- Marta Macedo. *Projetar e construir a nação: engenheiros, ciência e território em Portugal no século XIX*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.
- Macedo, Marta, e Tiago Saraiva. *Capital Científica: Práticas da Ciência em Lisboa e a História Contemporânea de Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2019.
- Madureira, Nuno Luís. «Cartelization and Corporativism: Bureaucratic Rule in Authoritarian Portugal, 1926-45». *Journal of Contemporary History*, Vol. 42, No.1, January (2007): 79-96.
- Madureira, Nuno Luís. «O Estado, o patronato e a indústria portuguesa (1922-1957)». *Análise Social*, XXXIII 148, 4º (1998): 777-822.
- Madureira, Nuno Luís. «Visionários e dirigentes: os engenheiros portugueses na primeira metade do século XX». Comunicação apresentada ao XX Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, Porto, FEUP, 24-25 de novembro de 2000. Consultado 21-06-2013 em: <http://horacio.no.sapo.pt/Engenheiros%20Portugueses.pdf>.
- Madureira, Nuno Luís. *A economia dos interesses: Portugal entre Guerras*. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.
- Marques, António H. Oliveira, dir. *História da 1ª República Portuguesa. As Estruturas de Base*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1978.
- Marques, A. H. de Oliveira, Jorge Ramos do Ó, e Sérgio Bustorff Fortunato. *Companhia Geral do Crédito Predial Português: 125 anos de história*. Lisboa: Ed. Crédito Predial Português, 1989.
- Martins, Susana. «Rui de Andrade», em *Dicionário Biográfico Parlamentar*. Vol. 1, dir. Manuel Braga da Cruz e Pinto, António Costa Pinto, 181-183. Lisboa: Ed. ICS, Assembleia da República, 2005.
- Mateus, Abel. «A Tecnologia». Em *História Económica de Portugal 1700-2000: Vol. III – O Século XX*, orgs. Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva, 125-156. Lisboa: Ed. ICS, 2005.
- Matos, Ana Cardoso de, M. Luísa Santos, e M. Paula Diogo. «Obra, engenho e arte nas raízes da engenharia em Portugal». Em *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no Século XX*, Vol. II, coord. Manuel Heitor, José Maria Brandão de Brito e Mª Fernanda Rollo, 13-45. s. l.: D. Quixote/Instituto Superior Técnico, 2004.

- Matos, Ana Cardoso de. *Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Industrial no Portugal Oitocentista. O caso dos Lanifícios do Alentejo*. Lisboa: Ed. Estampa, 1998.
- Matos, Ana Cardoso de. «A utilização de novos materiais e estruturas no contexto do património urbano oitocentista». *Arqueologia & Indústria*, Revista da Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial, n.º 2, Lisboa, Ed. APAI/Ed. Colibri, (1999), 109-127.
- Matos, Ana Cardoso de. «Quelle Place pour les ingénieurs dans l'industrie? Une reflexion sur le cas du Portugal, XIXe-XXe siècles». *Quadernes d'Història de l'Enginyeria*, Vol XV, (2016-2017), 123-144.
- Matos, Ana Cardoso de. «Formation, carrière et montée en puissance des ingénieurs électriciens au Portugal (de la fin du XIXe siècle aux années 1930)». Em *Des ingénieurs pour un monde nouveau. Histoire des enseignements électrotechniques*, dir. Marcela Efmertova et André Grelon, (Europe, Amériques XIXe-XXe siècle), 381-406. Bruxelles: P.I.E. Peter Lang, 2015.
- Matos, Helena. *Salazar: A Propaganda*. Vol. 2. Rio de Mouro: Temas & Debates, 2004.
- Matos, Luís Salgado. «O 25 de Abril foi possível porque o Estado Novo perdeu o apoio do catolicismo político-social FANS e NFANS do Corporativismo na fórmula política portuguesa (1926-1974)». *Povos e Cultura*, nº especial (2014): 187-210.
- Mello, Maria Teresa de Souza Botelho. *Memórias da Condessa de Mangualde: Incursões Monárquicas 1910-1920*. Lisboa: Ed. Quetzal, 2002.
- Mendes, Clarisse. «Companhia Geral De Crédito Predial Português», em *Dicionário de História Empresarial Portuguesa. Séculos XIX e XX. Instituições Bancárias*, Vol. I, coord. Miguel Figueira de Faria e José Amado Mendes, 563-570. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2013.
- Meneses, Filipe R. *Salazar. Uma biografia política*. Vol. I. Alfragide: D. Quixote, 2009.
- Miranda, Jorge. «Constituição de 1933». Em *Dicionário de História de Portugal*. coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica, Vol. VII, Suplemento, 404-410. Lisboa: Figueirinhas, 1999.
- Mónica, Maria Filomena. «Poder e saber: os vidreiros da Marinha Grande». *Análise Social*, Vol. XVII, nº67-68 (1981): 561
- Mónica, Maria Filomena. *A Queda da Monarquia: Portugal na Viragem do Século*. Lisboa: D. Quixote, 1987.

- Mónica, Maria Filomena. *Artesãos e Operários. Indústria, Capitalismo e Classe Operária em Portugal (1870-1934)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1986.
- Mónica, Maria Filomena. *Os Grandes Patrões da Indústria Portuguesa*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1990.
- Morais, João, e Luís Violante. *Contribuição para uma cronologia dos fatos económicos e sociais de Portugal 1926-1985*. Lisboa: Livros Horizonte, 1986.
- Mota, Teresa Salomé. *Ernest Joseph Xavier Fleury (1878-1958)*. Consultado em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p65.html>.
- Muralha, Pedro, coord. «Uma grande Obra Social na Fábrica de Maceira Lis». Em *Roteiro Turístico do Distrito de Leiria*. Leiria: Tipografia Leiriense Lda., 1946.
- Museu del Ciment Asland. *Historia*. <https://museuciment.cat/es/historia-2/>
- Neto, Vítor. «A. Aires Gouveia: da ideologia Humanitária ao Regalismo Liberal». *Revista de História das Ideias*, nº11 (1989): 373-443.
- Neves, Joaquim da P. Castanheira das. «Estudos sobre Cimentos nacionais». *Revista das Obras Públicas e Minas*, Tomo XXII, nº 259-261, junho a setembro (1891): 181-239.
- Nieto-Galan, Agustí. *The Politics of Chemistry: Science and Power in Twentieth Century Spain*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
- Nogueira, Franco. *Salazar. A Mocidade e os Princípios*. Vol. I. Coimbra: Atlântida Editora, 1977.
- Nunes, Ana Bela, e Nuno Valério. «A Lei de Reconstituição Económica e a sua execução: um exemplo dos projetos e realizações da Política Económica do Estado Novo». Em *Estudos de Economia*, III (3). s. l.: Instituto Superior de Economia e Gestão, 1983.
- Nunes, João Paulo Avelãs. «A indústria mineira em Portugal Continental desde a consolidação do regime liberal ao I Plano de Fomento do Estado Novo (1832-1953): um esboço de caracterização». *Revista Portuguesa de História*, t. XXXV (2001-2002): 421-464.
- Nunes, Teresa Maria de Sousa, «O ideário republicano de Ezequiel de Campos: (1900-1919)», Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011. Consultado em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/4469>
- Ó, Jorge Ramos do. *O Lugar de Salazar: Estudo e Antologia*. Lisboa: Ed. Alfa, 1990.
- Oldenziel, Ruth, e Mikael Hard. *Consumers, Tinkerers, Rebels: The People Who Shaped Europe*. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

- Oliveira, César. «A Revolução Russa na imprensa portuguesa da época», *Análise Social*, X, nº4 (1973): 796
- Oliveira, Gil Braz de; Coimbra, Victor Martins; Santos, Manuel J. Moreira dos *A Indústria Portuguesa do Cimento. Um Século de História 1890-1990*, Vol. 2 Lisboa: CIMPOR Cimentos de Portugal, S.A., 1999.
- Oliveira, Gil Braz de. *A Indústria Portuguesa do Cimento. Um Século de História 1890-1990*, Vol. 1. Lisboa: CIMPOR Cimentos de Portugal, S.A., 1999.
- Oliveira, Gil Braz de. *Evocação de José Osório da Rocha e Mello*, Lisboa: CIMPOR Cimentos de Portugal, 1991.
- Oliveira, Ildefonso Mota. «Engenharia costeira e portuária», em *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no Século XX*, Vol. III, coord. Manuel Heitor, José Maria Brandão de Brito e M^a Fernanda Rollo, 255-301. s. l.: Ed. Dom Quixote/Instituto Superior Técnico, 2004.
- Ordem dos Arquitetos Portugueses. *Inquérito à Arquitetura do Século XX em Portugal*. Base de dados. Consultar em: <http://www.iap20.pt/Site/FrontOffice/default.aspx>
- Patriarca, Fátima. «A regulamentação de trabalho nos primeiros anos do regime corporativo». *Análise Social*, Vol. XXIX 128 (1994): 801-839.
- Patriarca, Fátima. «O “18 de Janeiro”: uma proposta de releitura». *Análise Social*, Vol. XXVIII, 123-124 (1993): 1137-1152.
- Patriarca, Fátima. «O 18 de Janeiro de 1934: uma ‘anarqueirada’? Inversão de papéis entre comunistas e anarquistas». Em *Os anos de Salazar 1934-1935: O fracasso da greve geral de 18 de Janeiro de 1934*, Vol. 3, coord. António Simões do Paço. s. l.: Centro Editor PDA, 2008.
- Patriarca, Fátima. *A Questão Social no Salazarismo 1930-1947*, 2 Vols. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995.
- Pereira, Hugo Silveira, “The technodiplomacy of Iberian transnational railways in the second half of the nineteenth century”. *History and Technology*, 33:2 (2017): 175-195.
- Peres, Damião, dir. *História de Portugal: Edição Monumental*. Suplemento. Porto: Portucalense Editora, 1954.
- Perrot, Michelle. «Funções da Família». Em *História da Vida Privada: Da Revolução à Grande Guerra*. Vol. 4, dir. Philippe Ariès e Georges Duby, 105-119. Porto: Edições Afrontamento, 1990.

- Pimentel, Irene Flunser. «A assistência social e familiar do Estado Novo nos anos 30 e 40». *Análise Social*, Vol. XXXIV, nº151-152, 2º - 3º (1999): 477-508.
- Pimentel, Irene Flunser. *Fotobiografias do século XX: Cardeal Cerejeira*, dir. Joaquim Vieira. Lisboa: Temas & Debates, 2008.
- Pimentel, Irene Flunser. *História das Organizações Femininas do Estado Novo*. Lisboa: Temas & Debates, 2001.
- Pinto, António Costa, e Maria Inácia Rezola. «Political Catholicism, Crisis of Democracy and Salazar's New State in Portugal». *Totalitarian Movements and Political Religions*, nº 8 (2014): 353-368.
- Pinto, António Costa. «Corporativismo, ditaduras e representação política autoritária». Em *A Vaga Corporativa. Corporativismo e Ditaduras na Europa e na América Latina*, org. António Costa Pinto e Francisco Palomares Martinho, 27-37; Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, 2016.
- Pinto, António Costa. «O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX». Em *O Corporativismo em Português. Estado, Política e Sociedade no Salazarismo e no Varguismo*, org. António Costa Pinto e Francisco Palomares Martinho, 23-49; Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.
- Pinto, António Costa. *O Salazarismo e o Fascismo Europeu: Problemas e interpretações nas Ciências Sociais*. Lisboa: Ed. Estampa, 1992.
- Pinto, António Costa. *Os Camisas Azuis*. Lisboa: Ed. Estampa, 1994.
- Pinto, António Costa e Francisco Palomares Martinho, orgs. *O Corporativismo em Português. Estado, Política e Sociedade no Salazarismo e no Varguismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.
- Pires, Ana Paula. «Francisco Xavier Esteves». Em *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. I. coord. Maria Fernanda Rollo, 1255-1257. Lisboa: Ed. Assembleia da República, 2013.
- Policarpo, J. F. de Almeida. *O Pensamento Social do grupo Católico de "A Palavra" (1872-1913)*, Vol. I. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1977.
- Pombo, António P. *A "Indústria Social" da Fábrica de Maceira-Liz. Política Social e operariado na Indústria do cimento em Maceira*. s.l.: Maceira-Liz: Museu da Fábrica Maceira-Liz, Cimento Maceira e Pataias S.A. SECIL, 2007.

- Portas, Nuno. «O ciclo do betão armado em Portugal». Em *Arquitetura de Engenheiros. Séculos XIX e XX, participação portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.
- Prata, Ana. «Atlas Portuário Nacional: Contributos Metodológicos para a sua elaboração», Dissertação de Mestrado em Gestão do Território, especialização em Deteção Remota e Sistemas de Informação Geográfica, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2012.
- Reis, Bruno Cardoso Reis. «Fátima: a receção nos diários católicos (1917-1930)», *Análise Social*, XXXII, nº158-159 (2001): 297.
- Rezola, Maria Inácia. «A Igreja Católica portuguesa e a consolidação do salazarismo». Em *O Corporativismo em Português: Estado, Política e Sociedade no Salazarismo e no Vargasismo*, org. António Costa Pinto e Francisco C. Palomares Martinho, 245-277. Lisboa: ICS, 2008.
- Rezola, Maria Inácia. *O Sindicalismo Católico no Estado Novo 1931-1948*. Lisboa: Ed. Estampa, 1999.
- Rham, L. «La fabrication du ciment Portland dans la nouvelle usine de Roche». *Bulletin Technique de la Suisse Romande*, 41me Année, nº 16, 25 Août 1915: 179-185. Consultado em: <http://doi.org/10.5169/seals-31623>
- Rias, Ana Paula. «Gustavo Cordeiro Ramos». Em *Dicionário Bibliográfico Parlamentar 1935-1974*, Vol. I (A-L), dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, 422-424. Lisboa: Ed. ICS/ Assembleia da República, 2004.
- Rias, Ana Paula. «Meireles (D.) António Augusto de Castro». Em *Dicionário Histórico da I República e do Republicanismo*, Vol. 2. coord. M. Fernanda Rollo, 812-814. Lisboa: Ed. Assembleia da República, 2013.
- Rodrigues, Luís Nuno. «“A gravidade da hora que passa!”: a criação da Legião Portuguesa em 1936». *Análise Social*, XXX, 130 (1995): 91-119.
- Rollo, Maria Fernanda. «Engenharia e história: percursos cruzados». em *Engenho e Obra. Uma Abordagem à história da Engenharia em Portugal no Século XX*, coords, José Maria Brandão de Brito, Manuel Heitor e Maria Fernanda Rollo. Lisboa: Dom Quixote, 2002. consultado em: <https://www.academia.edu/613394/>.
- Romeiras, Francisco Malta. *Ciência, Prestígio e Devoção: Os Jesuítas e a Ciência em Portugal, Século XIX e XX*. Cascais, Ed. Lucerna, 2015.

- Rosa, Cristina Sousa. «Pequenos soldados do Fascismo: a educação militar durante o governo de Mussolini». *Antíteses*, Vol. 2, nº 4 jul.- dez. (2009): 621-648.
- Rosas, Fernando Rosas. *Salazar e o Poder. A arte de saber durar*. Lisboa: Ed. Tinta da China, 2013.
- Rosas, Fernando. «A Crise do Liberalismo e as origens do “autoritarismo moderno” e do Estado Novo em Portugal». *Penélope*, nº2, fevereiro (1989): 97-114.
- Rosas, Fernando. «O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo». *Análise Social*, Vol. XXXV 157 (2001): 1031-1054.
- Rosas, Fernando. *O Estado Novo (1926-1974)*. Vol. 7 de *História de Portugal*, dir. José Mattoso. s. l.: Círculo de Leitores, 1994.
- Rosas, Fernando. *O Estado Novo nos Anos Trinta 1928-1938: Elementos para o Estudo da Natureza Económica e Social do Salazarismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.
- Rosas, Fernando. *Salazar e o Poder: A Arte de Saber Durar*. Lisboa: Ed. Tinta da China, 2013.
- Rosas, Fernando, e Álvaro Garrido, coords. *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*. Coimbra, Ed. Almedina, 2012.
- Salazar, António Oliveira, e Manuel Gonçalves Cerejeira. *Correspondência 1928-1968* Org. Rita Almeida de Carvalho. Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2010.
- Santos, Manuel J. Moreira dos. «Os laboratórios no contexto do conhecimento e da evolução dos ligantes hidráulicos». Em *A Indústria Portuguesa de Cimento: Um século de História (1890-1990)*, Vol. 2., 69-159. Lisboa: Cimpor, 1999.
- Santos, Manuel J. Moreira dos. *O Complexo Industrial do cabo Mondego, sua Origem e Evolução Através dos Tempos*. Figueira da Foz: Ed. Câmara Municipal da Figueira da Foz, 1982.
- Santos, Marta Carvalho. «Pedro Augusto Pinto da Fonseca Neves». Em *Dicionário Biográfico Parlamentar 1935-1974. Vol. II. (M_Z)*, dir. Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, 227-230. Lisboa: Ed. ICS, Assembleia da República, 2005.
- Santos, Paula Borges. «João Osório da Rocha e Melo». Em *Dicionário Bibliográfico Parlamentar 1935-1974, Vol. II (M_Z)*, dir. Manuel Braga da Cruz e Pinto, António Costa Pinto, 108. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/Assembleia da República, 2005.
- Saraiva, Tiago. *Ciencia y Ciudad: Madrid y Lisboa: 1851-1900*. Madrid: Ayuntamiento de Madrid, 2005.
- Saraiva, Tiago. *Fascist Pigs. Technoscientific Organisms and the History of Fascism*. Cambridge, Mass: MIT Press, 2016.

- Schmitter, Philippe C. «Still the Century of Corporatism? ». *The Review of Politics*, Vol. 36, nº 1, *The New Corporatism: Social and Political Structures in the Iberian World*, Jan (1974): 85-131.
- Segalen, Martine. «A revolução industrial: do proletário ao burguês». Em *História da Família. O Ocidente: industrialização e urbanização*, Vol. 4, André Burguière, Christiane Klapich-Zuber, Martine Segalen e Françoise Zonabend, 5-36. Lisboa: Ed. Terramar, 1999.
- Sequeira, José V. Duro. «Estudo sobre os Cimentos Nacionais», in *Revista de Obras Públicas e Minas*, Vol. 06/07 (1920): 181-239.
- Sequeira, José V. Duro. «Estudo sobre Cimentos Estrangeiros». *Revista de Obras Públicas e Minas*. (1920): 138-140.
- Sequeira, José V. Duro. «O Laboratório Português de Ensaios dos Materiais de Construção», em Separata da *Revista de Obras Públicas e Minas*, nº 595 a 600, julho/dez. (1919): 97-135.
- Sequeira, Victor Duro. «Estudo sobre Cimentos Nacionais». *Revista de Obras Públicas e Minas*, janeiro/junho (1920): 19-49.
- Serrão, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal. Do 28 de Maio ao Estado Novo (1926-1935)*, Vol. 13. Lisboa: Verbo, 2015.
- Sica, Paolo. *História del Urbanismo: El siglo XIX*, 2 vols. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1981.
- Silva, Helena Moreira. *Monarquia do Norte 1919*. Lisboa: Ed. Quidnovi, 2008.
- Simpson, Duncan. *A Igreja Católica e o Estado Novo Salazarista*. Lisboa: Ed. 70, 2014.
- Sindicato Nacional dos Arquitectos. *Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa*. S.l. SNA, 1ª edição 1961. <http://www.oapix.org.pt/300000/1/index.htm>
- Slaton, Amy. *Reinforced concrete and the modernization of American Building: 1900-1930*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.
- Simal, Julián Sobrino. «Sesenta e cinco años que suman dos siglos (1900-1965): la arquitectura industrial en construcción de la ciudad». Em *Arquitectura e Industria Modernas 1900-1965*, Actas do Segundo Seminário DOCOMOMO Ibérico. Sevilla: Docomomo Ibérico, 2000.
- Simal, Julián Sobrino. *La Arquitectura Industrial en Espanha, 1830-1990*. Madrid: Cátedra, 1996.
- Sousa, Fernando de, coord. *Os Presidentes da Câmara do Porto (1822-2009)*. Porto: Ed. Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 2009.

- Sousa, Fernando de, e Jorge F. Alves. *A Associação Industrial Portuense. Para a História do Associativismo Empresarial*. s. l.: Ed. Associação Industrial Portuense, 1996.
- Sousa, Fernando de, e Jorge F. Alves. *Leixões – Uma História Portuária*. Porto: APDL, 2002.
- Souza, Henrique F.C. Alves de. «A indústria dos Cimentos de Portugal. Uma visita à Empresa de Cimentos de Leiria». *Técnica. Revista de Cultura Técnica e Económica*, nº 5, Julho (1926): 13-22.
- Stuky, A. e D. Bonnard. «Contribution à l'Étude Expérimentale des Dignes Maritimes en Enrochements». *Bulletin Technique de la Suisse Romande*, Vol. 63. Lausanne: 1937. Consultado a 28-09-2018 em: <http://doi.org/10.5169/seals-48464>.
- Tavares, André C. «O Tráfico do Moderno: episódios da presença do betão armado nas estratégias de projectos dos arquitectos nos primeiros anos do século XX», 4 Vols. Tese de Doutoramento em Arquitectura, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2008.
- Telo, António J. «A obra financeira de Salazar: a “ditadura financeira” como caminho para a unidade política, 1928-1932». *Análise Social*, XXIX, 128 (1994): 779-800.
- Telo, António J. *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, Vol.1. Lisboa: A Regra e o Jogo, 1980.
- Telo, António J. *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, Vol.2. Lisboa: A Regra e o Jogo, 1984.
- Torgal, Luís Reis, «O conceito de “Estado Social” na propaganda do Estado Novo», em *A Cultura do Poder: A Propaganda nos Estados Autoritários*, coord. Alberto Pena Rodríguez e Heloísa Paulo: 39-67. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.
- Torgal, Luís Reis. «Estado Novo: “República corporativa”». *Revista de História das Ideias*, Vol. 27 (2006): 445-470.
- Torgal, Luís Reis. «Igreja e Estado no Regime de Salazar. Entre a Separação, a Concordata e a polémica». Em *A Igreja e o Estado em Portugal: Da Primeira República ao limiar do Século XXI. Encontros de Outono 21-22 de novembro de 2003*, org. Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 97-129. Vila Nova de Famalicão: Editora Ausência, 2004.
- Torgal, Luís Reis. «Os corporativismos e as “terceiras vias”». Em *Corporativismo e Fascismos Estado Novo*, coord. Fernando Rosas e Álvaro Garrido, 49-98. Coimbra: Ed. Almedina, 2012.

- Torgal, Luís Reis. *Estados Novos, Estado Novo: Ensaios de História Política e Cultural*, 2 Vols. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2ª ed 2009.
- Tostões, Ana. «Construção moderna: as grandes mudanças do século XX». Em *Momentos de Inovação e Engenharia em Portugal no Século XX*, Vol. II, coord. Manuel Heitor, José Maria Brandão de Brito e Mª Fernanda Rollo, 131-153. s. l.: D. Quixote/Instituto Superior Técnico, 2004.
- Tostões, Ana. «Sob o signo do Inquérito». Em João Afonso, *IAPXX - Inquérito à Arquitetura do Século XX em Portugal*. Lisboa: Ordem dos Arquitetos, 2006.
- Trindade, Luís. *O estranho caso do nacionalismo português: O salazarismo entre a literatura e a política*. Lisboa: Ed. Imprensa de Ciências Sociais, 2008.
- Universidade do Porto: «Docentes e Estudantes da Real Escola de Cirurgia e da Escola Médico-Cirúrgica do Porto».
https://sigarra.up.pt/up/pt/web_base.gera_pagina?p_pagina=docentes%20e%20estudantes%20da%20rec/emc%20-%20jos%c3%a9%20frutuoso%20aires%20de%20gouveia%20os%c3%b3rio
- Valente, José Carlos. «A corporativização dos tempos livres: a ação da FNAT (1935-1958)». Em *O Corporativismo em Português: Estado, Política e Sociedade no Salazarismo e no Vargasismo*, org. António Costa Pinto e Francisco C. Palomares Martinho, 231-252. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais, 2008.
- Valente, José Carlos. «Instituto Nacional do Trabalho e Previdência». Em *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol.1, dir. Fernando Rosas e José M. Brandão de Brito, 486-488. Venda Nova: Bertrand Ed. 1996).
- Valente, José Carlos. *Para a História dos Tempos Livres em Portugal: da FNAT à INATEL (1935-2010)*. Lisboa: Ed. Colibri/Fundação INATEL, 2010.
- Vera-Cruz, D. e J. Reis de Carvalho. «Maciço Submerso de Pré-Rebentação das Ondas como meio de proteção de Obras Marítimas». *Memórias*, nº 796. Lisboa: LNEC 1993).
- Vos, Louis, Paul Wynants et André Tihon, cols. «La Jeunesse Ouvrière Chrétienne». *Histoire du Mouvement Ouvrier Chrétien*, Vol. 2, 425-499. Leuven: Katholiek Documentatie, 1994.
- Zevi, Bruno, *História da Arquitectura Moderna*, Lisboa: Arcádia, 1970.

Nota: Na Bibliografia constam ainda sem separação artigos consultados tanto em revistas científicas como em suporte físico e digital, assim como teses académicas consultadas online.

Publicações em Periódicos e Revistas

«A grande obra de assistência social, cultural e desportiva levada a efeito nas Fábricas da CUF», *Indústria Portuguesa*, nº 300, fev. (1953): 49-54.

«Construção Civil e Trabalhos de *beton* armado. A Sociedade de Engenharia ERG Limitada», *Indústria Portuguesa*, nº4, junho, 1928.

«A ‘Casa do Pessoal’ da Empresa de Cimentos de Leiria», *Indústria Portuguesa*, outubro, 1934, 33-39.

«A Empresa de Cimentos de Leiria festejou de 1 a 4 deste mês, solenemente, o décimo quinto aniversário da sua fundação, à inauguração da nova Fábrica assistiu o representante do Sr. Ministro do Comércio e Indústria», *Indústria Portuguesa*, maio de 1938, 15-24.

«A ‘Casa do Pessoal’ da Empresa de Cimentos de Leiria», *Indústria Portuguesa*, out. 1938, 38.

«As casas económicas do Porto e as obras do Porto de Leixões. Os Srs. Ministro das Obras Públicas e Sub-Secretário de Estado das Corporações no Norte», *Diário da Manhã*, 5 de abril 1934, 1 e 6.

«Fundação Família Sommer», *Indústria Portuguesa*, nº99, maio, 1936.

«O Sr. Presidente do Conselho inaugurou em Barbacena - a primeira ‘Casa do Povo’», *O Século*, 7 janeiro 1934, 6-7.

Revista do IST, *Técnica*, 1915.

AIP. *Indústria Portuguesa*, 1928-1934 e 1938.

UN. *Diário da Manhã*, 1934-1936